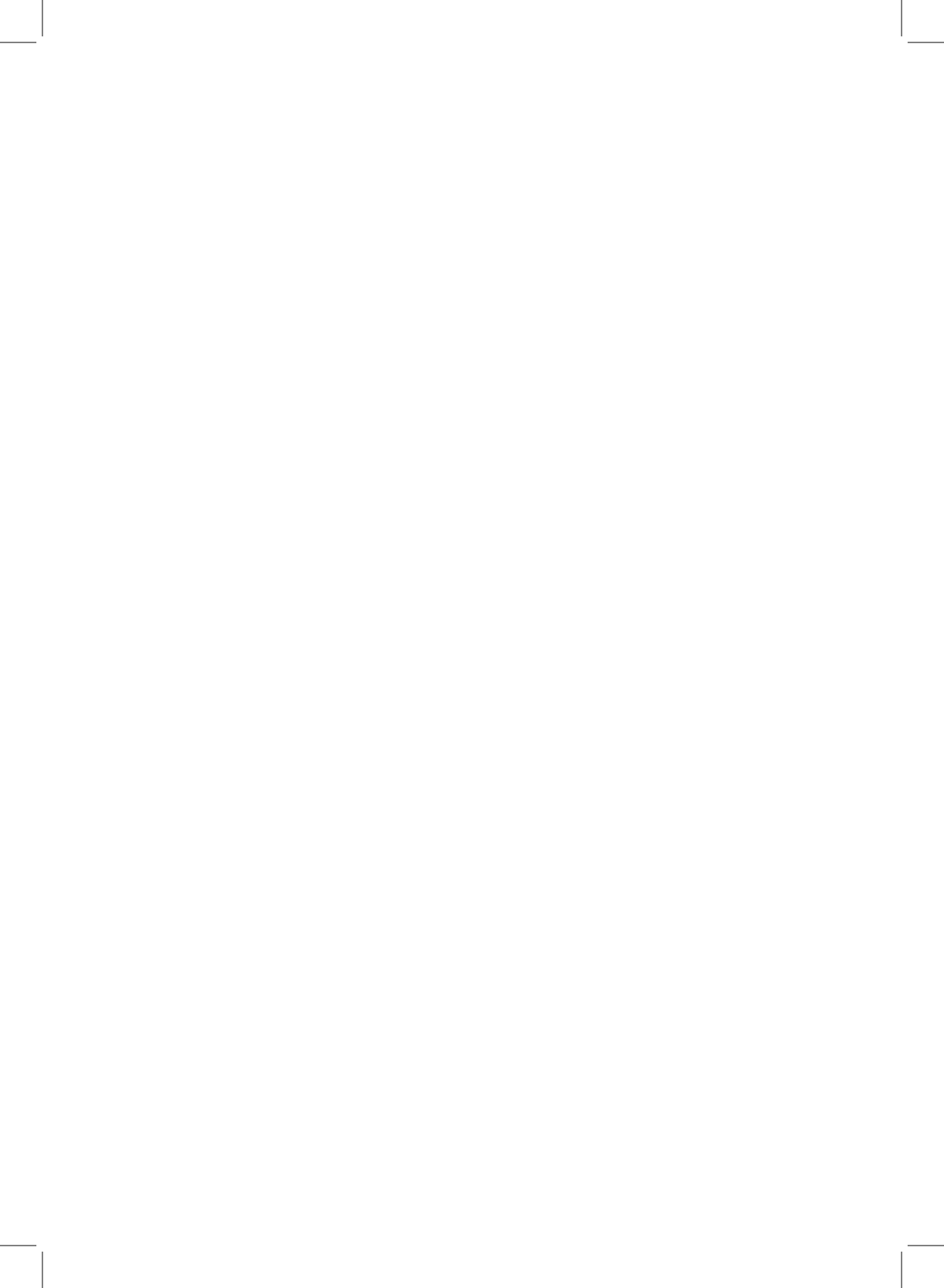


REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Dossiê historiografia
educacional sergipana

Nº 41 | 2011



REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2010 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

CONSELHO EDITORIAL

Giliard da Silva Prado (IHGSE; UFS) – EDITOR
Beatriz Góis Dantas (IHGSE)
Antônio Carlos dos Santos (IHGSE; UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE; UFS)
Vera Lúcia França (IHGSE; UFS)
Terezinha Alves de Oliva (IHGSE; IPHAN)

CONSELHO CONSULTIVO

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Rosângela Patriota Ramos (UFU)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Lucílio Freitas (CESAD/UFS)

Imagem da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

200 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: *Sumários de Revistas Brasileiras* - http://www.sumarios.org/revista.asp?id_revista=805&idarea=5

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE DE HONRA

Maria Thetis Nunes

SECRETÁRIO GERAL

Josefa Eliana Souza

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe

Marcelo Déda Chagas

1º. SECRETÁRIO

José Vieira da Cruz

2º. SECRETÁRIO

José Rivadálvio Lima

Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Sergipe

Deputado Ulices de Andrade Filho

ORADOR OFICIAL

Terezinha Alves de Oliva

Presidente do Tribunal de Justiça
de Sergipe

Desembargador Roberto Eugênio
da Fonseca Porto

1º TESOUREIRO

Saumíneo da Silva Nascimento

2º TESOUREIRO

Igor Leonardo Moraes de Albuquerque

DIRETORIA

PRESIDENTE

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

DIRETOR DO MUSEU E DA PINACOTECA

Fernanda Cordeiro de Almeida

VICE-PRESIDENTE

José Ibarê Costa Dantas

DIRETOR DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA

Sayonara Rodrigues do Nascimento

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira
João Alves Filho
João Fontes Farias
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José Eduardo Barros Dutra
Lourival Baptista
Luiz Eduardo Magalhaes
Marcelo Déda Chagas
Maria do Carmo Nascimento Alves

SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Aglaré D'Avila Fontes
Airton Bezerra Lócio de Carvalho
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Anita Rocha Paixão Sotelo
Antônio Bittencourt Júnior
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Ponciano Bezerra
Antônio Porfírio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Antonio Vieira da Costa
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Gois Dantas
Bemvindo Salles de Campos Neto
Claudefranklin Monteiro Santos

Cleiber Vieira Silva
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Evande dos Santos
Fernanda Cordeiro de Almeida
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Giliard da Silva Prado
Gilton Feitosa Conceição
Gilvan Vitor dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Itamar Freitas de Oliveira
Janaína Cardoso de Mello
Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar
João Costa
João Francisco dos Santos
João Hélio de Almeida
João Oliva Alves
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Araújo Filho
José de Oliveira Brito Filho
José de Oliveira Júnior
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho

José Vieira da Cruz
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lauro Cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Alberto dos Santos
Luiz Vieira Lima
Manfredo Góes Martins
Manoel Alves de Souza
Marcelo Batista Santos
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Lígia Madureira Pina
Maria Lúcia Marques Cruz e Silva
Maria Neide Sobral da Silva
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Gois Ribeiro
Nilton Pedro da Silva
Oswaldo Novaes
Pedro dos Santos
Petrônio Andrade Gomes
Ricardo de Oliveira Lacerda
Ricardo Nascimento Abreu
Ricardo Santos Silva Leite
Robervan Barbosa de Santana
Rômulo de Oliveira Silva
Ruy Belém de Araújo
Samuel Barros Medeiros de Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Verônica Maria Meneses Nunes
Vilder Santos

Wagner da Silva Ribeiro
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Acrísio Torres Araújo
Adilson Cezar
Adirson Vasconcelos
Agnaldo Marques
Almir de Oliveira
Antônio Vasconcelos
Brício Cardoso Lemos
Cleonice Campelo
Clóvis Meira
Consuelo pondé de Sena
Dino Willy Cozza
Dionysia Brandão Rocha
Edvaldo M. Boaventura
Elodia Ferraz Macedo
Elza Regis de Oliveira
Eno Teodoro Wanke
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Ewerton Vieira Machado
Fábio da Silva
Francisco C. Nobre de Lacerda Filho
Francisco de Albuquerque
Hélio Melo
João Carlos Paes de Mendonça
João Feltre Medeiros
João Fontes de Faria
João Justiniano da Fonseca
Jorge Alecantro de Oliveira Júnior
José Arthur da Cruz Rios
José Otávio de Melo
José Passos Neto
José Sebastião Wither
Josué Modesto Passos
Lilian Salomão
Luís Mott

Luiz de Araújo Pereira
Luiz Paulino Bonfim
Manuel Correia de Andrade
Márcio Polidoro
Marco Antônio Vasconcelos Cruz
Marcus Odilon
Maria Helena Hessel
Nassim Gabriel Mehedff
Nazir Maia
Nonato Marques
O' Mon' Alegre
Ovídio Melo
Ricardo Teles Araújo
Rui Vieira da Cunha
Salime Abdo
Sérgio Bittencourt Sampaio
Sônia Van Dick
Stela Leonardos
Ulisses Passarelli
Victorino Coutinho C. de Miranda
Nam invericae nocuro cris host ac
vest? Ad nos co eo nequis criam virisse

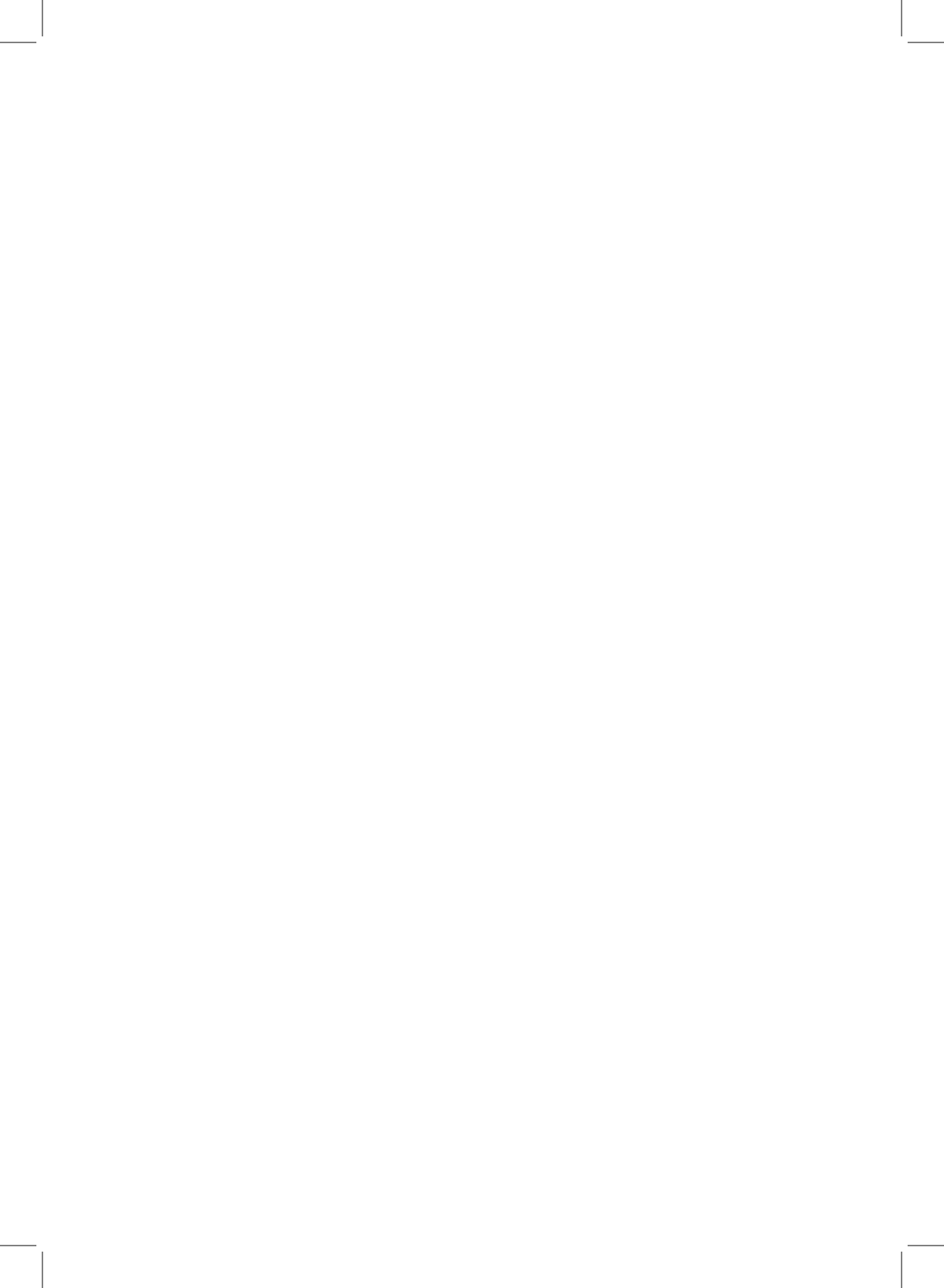
QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNÇÃO

Oficial Administrativo
Auxiliar Administrativo
Mensalista
Executor de Serviços Básicos
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário

FUNCIONÁRIO

Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Gustavo Paulo Bomfim
Maria Fernanda dos Santos
José Carlos de Jesus
Alessandra Pereira Santos Brito
Aline Santos Cruz
Katiane Alves dos Santos
Flávio Ferreira
Marcelo Souza Ferreira
Nayara Santos de Jesus



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

DOSSIÊ: HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL SERGIPANA ... 23

PALÁCIOS DA REPÚBLICA: os grupos escolares de Sergipe (1911-1926) 25

Magno Francisco de Jesus Santos

ORATÓRIO FESTIVO SÃO JOÃO BOSCO: instituição para educar meninas órfãs e pobres em Aracaju (1914-1952) 51

Nadja Santos Bonifácio

SER PROFESSOR DO ATHENEU SERGIPENSE: o concurso da 1ª cadeira de Matemática 81

Suely Cristina Silva Souza

A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE: das aulas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes ao cotidiano do “Prédio da Rua de Campos” 101

João Paulo Gama Oliveira

PETRU STEFAN: da Escola de Química ao curso de Geografia e História da FAFI 131
Vera Maria dos Santos
Menílton Menezes

LIVROS, ATAS, RELATÓRIOS E OUTROS PAPÉIS: a história do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição através de suas fontes..... 153
Josineide Siqueira de Santana

O LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS: o “jornalismo do internato” (1934-1946)..... 179
Joaquim Tavares da Conceição

JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA: história e memória docente em Sergipe 207
Silvânia Santana Costa
Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

UM CARVALHO DE FÉ - EDUCAÇÃO, LAZER, CIÊNCIA E ORAÇÃO: contribuições para a História da Educação em Sergipe 231
Maria José Dantas
Karine Belchior de Souza

HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL E OS IMPRESSOS ESTUDANTIS: o jornal *Academvs* e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962)..... 255
Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz

ARTIGOS

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA TRIBUTAÇÃO EM SERGIPE (1590-1889) 283
Lourival Santana Santos

“O OLHAR DA EXPEDIÇÃO”: Siqueira de Menezes em Canudos .. 321
Thiago Fragata

NAS FRONTEIRAS DA LIBERDADE: “a organização do trabalho” na
Revista Agrícola de Sergipe após a abolição (1905-1908) 347
Camila Barreto Santos Avelino

SERGIPE NO TEMPO DAS FERROVIAS: nota histórica..... 375
Amâncio Cardoso dos Santos Neto

A IMPRENSA CIRCULISTA EM SERGIPE: o jornal A Voz Circulista...393
Gilvan Vitor dos Santos
Josefa Eliana Souza

OS GUARDADOS DE EPIFÂNIO DÓRIA: abordagem arquivística em
arquivos pessoais 409
Lorena de Oliveira Souza Campello

HISTÓRIA ORAL E POLÍTICA: experiências de um historiador nos
diálogos com depoentes 425
Ibarê Dantas

DISCURSOS

DISCURSO PARA A SESSÃO COMEMORATIVA DO 8 DE JULHO .. 443
Terezinha Oliva

RELATÓRIO 2010

NORMAS PARA A SUBMISSÃO DE TRABALHOS



APRESENTAÇÃO

Dos discursos sobre a
constituição da História da
Educação no Brasil

A História da Educação é, sem dúvida, um dos mais férteis campos da pesquisa histórica na atualidade. Em um rápido olhar sobre os últimos números da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, constata-se a veiculação de dezenas de trabalhos de História da Educação, produzidos por pesquisadores ligados aos departamentos de História, Educação, Educação Física e, sobretudo, ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Oportunamente, este número da Revista presenteia os leitores e estudiosos da historiografia brasileira e sergipana com um rico dossiê. O conjunto dos artigos que o compõem apresenta o quadro mais atual das pesquisas que tomam experiências do processo histórico-educacional sergipano como objetos de estudos. O leitor poderá observar os objetos privilegiados, os recortes espaço-temporais focados, os referenciais teórico-metodológicos utilizados, as fontes selecionadas e seus usos, entre outras questões relevantes da “operação historiográfica”.

A importância que esse campo do conhecimento histórico vem adquirindo pode ser melhor compreendida quando lançamos um olhar retrospectivo sobre a gênese e o desenvolvimento da História da Educação no Brasil. Nesse sentido, a *Revista Brasileira de História*, um dos mais importantes periódicos brasileiros da área, veiculou um interessante estudo dos professores Diana Gonçalves Vidal, da Faculdade de Educação da USP, e Luciano Mendes de Faria Filho, da Faculdade de

Educação da UFMG, intitulado *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*¹. O artigo aborda a constituição do referido campo a partir de três vertentes: a tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); as escolas de formação para o magistério; e a produção acadêmica entre os anos de 1940 e 1970. Trata-se de uma “nova genealogia” da História da Educação, que vincula a origem desse ramo do conhecimento ao IHGB.

Inicialmente, causou-nos certa inquietação o recorte temporal escolhido pelos autores, deixando de fora a “revolução” promovida, a partir da década de 1980, pelo diálogo entre a História da Educação e a Nova História Cultural. Estávamos certos de que a dupla tinha fôlego e competência suficientes para inventariar e analisar, mesmo que sumariamente, a produção do campo até fins do século XX. Mas, finda a leitura, concluímos que o recorte foi uma opção acertada ou no mínimo, cautelosa, evitando avaliar um contexto de produção no qual ambos são sujeitos diretamente envolvidos no processo. Ainda assim, Vidal e Faria Filho indicam importantes títulos que investigam a escrita recente da História da Educação, estudos produzidos por autores como Miriam Warde, Luís Carlos Barreira, Libânea Nacif Xavier, Clarice Nunes, Cláudia Alves, Cynthia Veiga e Joaquim Pintassilgo, Denice Catani e Dermeval Saviani, dentre outros.

Segundo Vidal e Faria Filho, a obra que inaugura a História da Educação no Brasil é *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*, de José Ricardo Pires de Almeida, publicada em 1889². O “pai fundador” foi seguido por autores como Primitivo Moacyr³ e Paulo Krüger Corrêa Mourão⁴, todos relacionados ao projeto do IHGB de forjar uma identidade nacional. Dessa forma, Vidal e Faria Filho opõem-se à tese de que a historiografia educacional brasileira teria sido gestada no seio da Pedagogia, bem distante do “Império de Clío”.⁵

Em se tratando da contribuição da segunda vertente da História da Educação no Brasil, os autores enfatizam a obra de Tito Lívio Ferreira⁶, um herdeiro da tradição do IHGB que atuou no campo pedagógico, legando um interessante manual utilizado nas Escolas Normais⁷. Sem dúvidas, os elogios de Vidal e Faria Filho à obra do “historiógrafo” Tito

Lívio Ferreira evidenciam a sua opção em entender a História da Educação como uma especialidade da Historiografia e não da Pedagogia.

Além de observar as limitações do modelo legado pela segunda vertente — uma história da educação politicamente engajada e salvacionista —, Vidal e Faria Filho afirmam que a associação entre História e Filosofia da Educação, integradas em uma única disciplina curricular ou partilhando das diretrizes de uma mesma seção ou departamento no âmbito das escolas de formação para o magistério, reforçou o afastamento ente História da Educação e *operação historiográfica*. Dessa forma, são taxativos ao afirmarem que: “nos manuais de história da educação para uso nas Escolas Normais, salvo a contribuição de Tito Lívio Ferreira, a história continuou como repetição e comentário (e, muitas vezes, como fantasia interpretativa)”.⁸

Quanto à terceira vertente da História da Educação no Brasil, originada na pós-graduação em Educação em meados da década de 1960, Vidal e Faria Filho destacam a influente contribuição de Fernando de Azevedo⁹ e Laerte Ramos de Carvalho¹⁰. Nesse sentido, tomando como escudo as interpretações de Luís Carlos Barreira, Míriam Warde, Eliane Marta Teixeira Lopes, Ana Maria Galvão e Clarice Nunes, os ensaístas enfatizam as fragilidades da produção inicial da referida vertente, que, com uma postura salvacionista, estava voltada para explicar o presente e nele intervir.

No entanto, é exatamente ao tratarem da contribuição acadêmica para a História da Educação, que Diana Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho expõem o calcanhar de Aquiles da sua interpretação, posto que, considerando somente a produção da pós-graduação em Educação, ignoram a produção dos programas de pós-graduação em História, os quais também surgem no Brasil em fins da década de 1960.

Dessa forma, urge a necessidade de inventariar e analisar a produção histórico-educacional no seio da historiografia — dissertações e teses dos programas de pós-graduação em História, anais dos simpósios organizados pela ANPUH, trabalhos divulgados na *Revista do IHGB* etc. Certamente, a análise da *operação historiográfica* que marca a produção do campo nos cursos de mestrado e doutorado em

História pode lançar novas luzes sobre a interpretação que os autores fazem acerca da terceira vertente da História da Educação no Brasil.

Utilizando lentes interpretativas similares às de Diana Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, o professor Jorge Carvalho do Nascimento, que atua no Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, apresentou-nos um interessante painel da escrita da História da Educação no Nordeste do Brasil, veiculado numa obra recente e que reúne contribuições alguns dos principais pesquisadores da área.¹¹

O texto de Nascimento, intitulado *Sobre o campo da História da Educação da região Nordeste*, dialoga com estudos de autores como Miriam Jorge Warde, Marta Maria Chagas de Carvalho, Luís Carlos Barreira, Bruno Bomtempo Júnior e, destacadamente, Marta Maria de Araújo¹². Busca-se, com esse diálogo, compreender o campo de estudos da História da Educação na região Nordeste, desde sua emergência em meados do século XX até os dias atuais. Observam-se elementos referentes ao *locus* da produção, ao amparo institucional recebido, às iniciativas individuais, aos editores e às filiações teóricas dos estudos, além das temáticas estudadas, períodos focalizados, fontes exploradas e metodologia utilizada. Tenciona-se perceber “as condições sob as quais a pesquisa, a produção bibliográfica e o ensino de História da Educação vêm se organizando e reorganizando, principalmente a partir do último quartel do século XX, no Brasil e na região Nordeste”.¹³

Seguindo uma tendência que ganha força entre as novas fornadas de pesquisadores da área, Nascimento busca legitimar a História da Educação enquanto especialidade da História, uma vertente do conhecimento histórico. Contudo, ao discorrer sobre a contribuição da Academia para História da Educação no Nordeste, o autor ignora o legado da pós-graduação em História, e privilegia somente a produção dos programas de pós-graduação em Educação, que começaram a funcionar na década de 1970.

No Nordeste do Brasil, a pós-graduação em Educação e a pós-graduação em História são praticamente contemporâneas, visto que os primeiros programas de História surgiram em princípios da década de 1980. Ciente do fato, tivemos a curiosidade de inventariar as disserta-

ções e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e constatamos que, até o presente, foram produzidas 19 dissertações e 03 teses que abordam temas do universo educacional. A maior parte dos trabalhos foi orientada pelos professores(as) Lígia Bellini, Lina Aras, Fernando Guerreiro, Muniz Ferreira e Consuelo Novais Sampaio, pesquisadores que continuam atuando no referido programa de pós-graduação. Além disso, alguns desses trabalhos já foram publicados e circulam nos meios acadêmicos, como é o caso da obra de Adriana Dantas Reis Alves, desdobramento da dissertação intitulada *Um Tratado para a Educação de Cora: novos critérios de conduta social para a elite feminina na Bahia oitocentista*, defendida em 1999, sob orientação de Cândido da Costa e Silva¹⁴. Esses são indícios sintomáticos do que poderia ser constatado, caso fosse inventariada e analisada a contribuição dos cursos de mestrado e doutorado em História que existem, dentre outras, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em se tratando da UFBA, Nascimento constatou a influência que essa instituição exerceu no campo da História da Educação ao longo da década de 1980, relacionando tal fenômeno aos “influxos de medidas tomadas na Bahia, ainda no final da década de 50, em 1959, quando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE publicou a primeira edição do livro de Luís Henrique Tavares, *Fontes para o estudo da Educação no Brasil*, reeditado em 2001, por iniciativa da pesquisadora Jaci Maria Ferraz de Menezes, da UNEB”. Todavia, o fato de Luís Henrique Tavares representar um dos principais nomes da historiografia baiana, pesquisador renomado e professor de História na UFBA, não empolgou Nascimento a investigar, no que concerne ao campo da História da Educação, a contribuição dos historiadores de ofício que atuam ou atuaram nas universidades do Nordeste.

A análise feita por Nascimento enfatiza, ainda, alguns “vícios” que marcam a produção histórico-educacional no Nordeste, como a raridade de estudos que tratam do período Colonial e utilização predominante de documentos oficiais (coleções de leis, correspondência oficial, relatórios

de diretores de Instrução Pública e mensagens governamentais). Seria possível que a análise ganhasse outro rumo, caso a produção dos programas de pós-graduação em História também tivesse sido fitada pelo arguto pesquisador¹⁵. Nesse sentido, um trabalho pioneiro foi levado a cabo por Nedina Stein, que recorreu a um inventário de teses e dissertações elaborado pela Associação Nacional de História (ANPUH) e pela Universidade de São Paulo (USP), observando como as instituições escolares têm sido estudadas na pós-graduação em História do país. Stein constatou, inclusive, muitos desencontros entre o perfil da História da Educação oriunda da pós-graduação em História e a da pós-graduação em Educação.¹⁶

Dessa forma, o pioneiro trabalho iniciado por autores como Jorge Carvalho do Nascimento, Diana Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, lançando luzes sobre o campo da História da Educação no Brasil, pode e deve ser ampliado pelos interessados no assunto. Quem sabe, os discípulos dos mestres, seus orientandos, possam seguir suas trilhas e enveredar pelo estudo da escrita da história da educação em um locus também legítimo da pesquisa, os programas de pós-graduação em História.

Aracaju/SE, setembro de 2011

SAMUEL BARROS DE MEDEIROS ALBUQUERQUE
Presidente do IHGSE

Notas

- ¹ VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n° 45, pp. 37-70, 2003.
- ² Publicada na França em 1889, originalmente intitulada *L'Instruction publique au Brésil: histoire et législation (1500-1889)*, a obra foi traduzida por Antônio Chizzotti e publicada no Brasil em 1989 pela Editora da PUC-SP em parceria com o INEP, na série *Memória da educação brasileira*. Em 2000, a obra foi republicada pela EDUC e INEP, na série *Publicações de fontes de informação em Educação*.
- ³ Autor que, entre 1936 e 1942, publicou os 15 volumes de uma obra monumental sobre a instrução

- no Brasil: MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936-1938 (3 volumes); MOACYR, Primitivo. *A instrução e as Províncias*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939-1940 (3 volumes); MOACYR, Primitivo. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941-1942 (7 volumes); MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942 (2 volumes). Chamou minha atenção, sobretudo, o 2º volume de *A instrução e as Províncias*, que trata da Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo, entre 1835 e 1889.
- ⁴ Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais que, atuando no INEP, publicou *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império e O ensino em Minas Gerais no tempo da República*, em 1959 e 1962 [VEIGA, Cynthia G. & FÁRIA FILHO, Luciano Mendes. “A escrita da história da educação mineira: a produção de Paulo Krüger”. In: GONDRA, José (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001, pp. 37-58].
- ⁵ NUNES, Clarice. “A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira”. *Cadernos de Pesquisa*, nº 93, maio de 1995, pp. 51-59.
- ⁶ Também destacam a contribuição de Júlio Afrânio Peixoto e Aquiles Archêro Júnior. Peixoto foi autor do primeiro manual didático brasileiro sobre História da Educação, publicado em 1933 pela Biblioteca Pedagógica Brasileira, na série Atualidades Pedagógicas [PEIXOTO, Júlio Afrânio. *Noções de História da Educação*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933]. Já Archêro Júnior, “reproduziu” o legado de Peixoto em sua obra [ARCHÊRO JUNIOR, Aquiles. *Lições de história da educação*. São Paulo: Edições e publicações Brasil Ed., s.d. (Coleção Didática Nacional. Série Brasil – Normal)].
- ⁷ FERREIRA, Tito Lívio. *História da educação lusobrasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966.
- ⁸ VIDAL, Diana Gonçalves; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 52.
- ⁹ Professor da USP e figura proeminente no campo político da educação brasileira, Azevedo é autor da obra *A cultura brasileira*, cujo terceiro tomo, intitulado *A transmissão da cultura*, trata exatamente da trajetória educacional brasileira. [AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943].
- ¹⁰ Outro poderoso e influente uspiano, Ramos de Carvalho é autor de *As reformas pombalinas da instrução pública*, tese defendida em 1952 e publicada, somente, em 1978 [CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978].
- ¹¹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “Sobre o campo da História da Educação na região Nordeste”. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; & VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs). *História da Educação no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: UFC Edições, 2006, pp. 29-43.
- ¹² Do total de 13 notas de roda-pé existentes no texto de Jorge Carvalho do Nascimento, 07 fazem menção a um estudo de Marta Maria de Araújo intitulado *Tempo de balanço: campo educacional e produção histórico educacional brasileira e da região Nordeste* (Revista Brasileira de História da Educação, n. 5, jan./jun. 2003), que denota a intensa interlocução entre os autores.
- ¹³ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “Sobre o campo da História da Educação na região Nordeste”. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; & VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs). *História da Educação no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: UFC Edições, 2006, p. 29.
- ¹⁴ ALVES, Adriana Dantas Reis. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2000.
- ¹⁵ Contudo, é necessário mencionar que, apesar da ausência de cursos de mestrado de doutorado em História na UFS, as iniciativas de próprio Jorge Carvalho do Nascimento e do pesquisador Fábio Alves dos Santos já deram uma importante contribuição para entender como vem se constituindo o campo da História da Educação em Sergipe, levando em conta, sobretudo, as investidas dos nossos historiadores e estudantes de História pelo universo educacional [NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de história da educação*. São Cristóvão:

Grupo de estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Coleção Educação é História, 1); SANTOS, Fábio Alves dos. *Olhares de Clio sobre o universo educacional*. Um estudo das monografias sobre educação do departamento de História da UFS, 1996-2002. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Coleção Educação é História, 2).

- ¹⁶ STEIN, Nedina R. M. *História das instituições escolares brasileiras na produção dos programas e cursos de pós-graduação em História, 1974-1994*: uma contribuição para historiografia da educação brasileira. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação), 1998. Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Luiz Carlos Barreira.

Dossiê
Historiografia
educacional sergipana



PALÁCIOS DA REPÚBLICA: os grupos escolares de Sergipe (1911-1926)

PALACE OF THE REPUBLIC:
school groups of Sergipe (1911-1926)

Magno Francisco de Jesus Santos*

RESUMO

Em 1911 a cidade de Aracaju ingressava no cenário da trama da modernização educacional com a implantação do primeiro grupo escolar. Esse modelo de instituição escolar voltado para ensino primário se tornou foco dos embates entre políticos e intelectuais nos três primeiros decênios do século XX. Esse artigo discute o processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Sergipe sob o enfoque do discurso modernizador. Os prédios escolares foram disseminados nas principais cidades sergipanas sob os holofotes da modernização promovida pelos governantes republicanos, criando um contraponto entre o moderno e o atrasado.

Palavras-chave: República; modernidade; grupo escolar.

ABSTRACT

In 1911 the city of Aracaju was entering scenario plot of educational modernization with the implementation of the first school group. This type of educational institution focus ed on primary education became the focus of clashes between politicians and intellectuals in the first three decades of the twentieth century. This article discusses the implementation process of the first groups of school-children Sergipe from the standpoint of modern speech. School buildings were spread in major cities in the limelight Sergipe modernization promoted by Republican leaders, creating a contrast between the modern and late.

Keywords: Republic; modernity; school group.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da professora Martha Campos Abreu. Mestre em Educação e graduado em História pela UFS. E-mail: magnohistoria@gmail.com

INTRODUÇÃO

A partir de 1911 Sergipe assistiu ao lento processo de edificação de edifícios modernos que abrigariam as escolas primárias. A disseminação dos grupos escolares sergipanos teve início no mesmo compasso em que vinha ocorrendo em outros estados da federação, mas o entusiasmo dos defensores desse modelo de instituição esbarrou em inúmeras dificuldades. Falta de recursos e apoio foram entraves a serem vencidos e determinou a letargia na edificação dos prédios que deveriam encantar os sergipanos. Isso demonstra que inexistia uma unanimidade a respeito da difusão das chamadas escolas graduadas. O que ocorreu foi um processo de polêmicas e embates acerca do melhor modelo de edifício escolar para o ensino primário.

Diante dessa constatação, torna-se necessário indagarmos os motivos que levaram a legitimação dos grupos escolares como fruto das ações dos republicanos no campo educacional. Seria esta a vertente vencedora dos embates dos primórdios do século XX? Ou poderíamos dizer que não, que ocorreu uma resignificação, com a reconfiguração das representações republicanas, apresentando-se como harmoniosa? No alvorecer do regime republicano e do século XX ocorreu em Sergipe um processo de modernização das cidades voltado para o embelezamento e preocupação com o combate ao analfabetismo sob a mácula das pressões sócio-políticas e dos embates entre grupos divergentes. As polêmicas se materializavam nas diferentes esferas da sociedade e a educação não permaneceu imune.

Podemos perceber a existência do entusiasmo pela educação¹ entre as principais lideranças sergipanas, que corroboravam nas discussões a respeito do melhor modelo de instrução a ser adotado na construção da civilização brasileira. Foi nesse cenário de reconfigurações que o ensino primário emergiu como um dos temas mais relevantes. A transformação da sociedade brasileira passava pelos bancos das escolas primárias. Se-

¹ NAGLE, Jorge. *A Educação e a Sociedade brasileira na Primeira República*. São Paulo: EDUC/EDUSR, 1974.

riam essas as instituições que levariam o Brasil ao progresso, seguindo os trilhos da modernidade e da racionalidade.

Certamente os grupos escolares eram as instituições almeçadas, por cumprirem os requisitos do regime recém-implantado, a República. O imaginário republicano na esfera educacional materializou-se na edificação dos grupos, que desde o despertar do novo regime passou a ser disseminada por diferentes estados da Federação. O modelo de escola pautado nos princípios da modernidade tornou-se até certo ponto um anseio dos líderes políticos de diferentes localidades. A escola era apresentada como o “signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso”².

Os grupos escolares foram criados com a incumbência de promover a renovação, tentar configurar a idéia de escola como espaço, como prédio, que até então era pouco expressiva. A arquitetura da escola deveria cumprir, entre muitas funções, um papel de divulgação. No entender de Wolff:

Havia nesse período uma preocupação para que os prédios escolares se distanciassem da aparência residencial e de outros espaços da vida cotidiana e doméstica. Mas, sobretudo, que impressionassem, que causassem admiração, que fizessem aflorar sentimentos e emoções como os espaços religiosos.³

O ideal de renovação pairava sobre a sociedade brasileira nos primeiros decênios republicanos. Os contrapontos entre o velho (visto como qualitativo de atraso, desqualificação e associado ao Império) e novo (visto como qualitativo de moderno, eficiente e associado à República) eram em diferentes momentos apresentados nos discursos das lideranças políticas, médicas e militares. Todavia, a esfera da modernidade havia invadido outros setores da sociedade brasileira, que também buscavam a renovação de seus padrões. Um exemplo elucidativo desse ideal mod-

² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 8.

³ WOLFF, S. F. Santos. Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). USP/FAU, p. 52.

ernizador foi a Semana de Arte Moderna que propôs de certo modo uma ruptura com os velhos padrões da academia.

Em Sergipe as propostas de mudanças na esfera cultural também estavam na pauta da intelectualidade local. Foi na segunda década do século XX que ocorreu de modo mais visível a criação de uma estrutura moderna no estado. Sergipe, que desde o início do século XIX ostentava a situação de província emancipada, somente na década de 10 do século seguinte conseguiu criar monumentos, embelezar ruas, praças e prédios públicos e criar instituições culturais que arregimentavam os intelectuais. Entre tais instituições destacou-se o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundado em 1912.

Os anos dez e vinte do século XX foram marcados em Sergipe pelos impasses na edificação da memória republicana. Devemos lembrar que a construção dessa memória ocorreu de modo turbulento, em decorrência dos conflitos entre as lideranças políticas locais. Isso resultou na realização de uma batalha no campo mnemônico, na tentativa de se impor a memória de um grupo sobre a do outro. Aos poucos a nomenclatura das ruas foi sendo substituída por homenagens a heróis republicanos do país. As disputas pela memória tornaram-se mais acirradas após a Revolta de Fausto Cardoso em 1906⁴, com a edificação de monumentos públicos e com a nomenclatura dada a ruas, praças e escolas.

Com isso, os monumentos públicos em Sergipe passaram a desempenhar uma dupla função: a primeira a de monumento, de delegar uma imagem de si para o futuro, de criar representações e legitimar os respectivos grupos políticos. A segunda era promover o embelezamento da cidade que auspiciava ser vista como moderna. Foi desse modo que o centro da capital começou a exibir os primeiros traços da modernidade, enquanto os bairros mais distantes amarguravam com a precariedade de sua estrutura. Os lamaçais e a miséria não foram extirpados da cidade de Aracaju no adentrar da República. A cidade crescia e no mesmo compasso emergiam modernidade e exclusão. Mário Cabral registra as lembranças da antiga periferia da cidade, localizada além das dunas:

⁴ SOUZA, Terezinha Oliva de. Impasses no Federalismo Brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: UFS, 1985.

Além das dunas está a Cidade de Palha. São milhares de malocas, de casebres e de mocambos, equilibrados milagrosamente, na areia alva e fina. São construções rústicas, de taipa e palha, que, na encosta das dunas, desafiam todas as leis que regem a espécie. Geralmente têm uma porta e uma janela, com uma sala, um quarto e uma cozinha. Oito, dez, doze pessoas, pais e filhos, tios e cunhados vivem promiscuamente, sem conforto e sem higiene, dormindo no chão, comendo no chão, amando no chão, sofrendo as piores e mais graves enfermidades. No verão as estrelas aparecem através dos buracos da cobertura de palha. No inverno as goteiras dominam tudo, encharcam tudo, aumentando a doença e a miséria. A cidade de Aracaju, amiga, termina na Cidade de Palha.⁵

Como se pode perceber, o manto da República não cobria a todos. As preocupações acerca do embelezamento de Aracaju foram materializadas com as reformas dos palácios e construção dos jardins nas praças públicas.

Diante do palácio em que ocorrera a trágica morte de Fausto Cardoso nascia um dos ícones da modernidade sergipana, o monumento a Fausto Cardoso, cercado de jardins e prédios públicos. A cidade dos manguezais e que era apresentada como inóspita⁶ exibia seu primeiro monumento. Depois vieram outros, demonstrando os embaraçosos impasses pelo poder. Todavia, ao se tratar da edificação da modernidade em Aracaju, não podemos esquecer a novidade tecnológica que permitia a difusão de imagens de modo mais rápido e fiel ao real. Era a fotografia. Os registros fotográficos se tornaram um mecanismo de grande relevância na difusão das imagens de uma cidade que almejava ser vista com seus traços racionais e construções imponentes. Prova disso são os cartões-postais confeccionados nos primeiros anos do século XX e que tinham como paisagem os jardins aracajuanos.

⁵ CABRAL, Mário. Roteiro de Aracaju. 3ª Ed. Aracaju: Banese, 2002, p. 106.

⁶ Para Fernando Porto, Aracaju representa a vitória da geografia, pois os rios e manguezais cederam lugar a uma cidade moderna e próxima ao mar, propiciando o alcance do progresso. Cf. PORTO, Fernando. Cidade de Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana. 2ª Ed. Aracaju: SEEC, 1991.

As inaugurações foram constantes nessa época. Apesar de muitos presidentes do estado alegarem a escassez de recursos, as obras públicas eram inauguradas quase sempre com grande pompa, demonstrando a preocupação em promover a imagem dos líderes políticos. Outro instrumento de difusão da memória republicana foi a nomenclatura de obras públicas. Aos poucos as denominações associadas ao Império foram sendo substituídas por uma memória emergente: a dos republicanos. Logradouros e instituições escolares foram criados com nomenclaturas que enalteciam os vencedores, os agentes do golpe de 1889 e seus seguidores. Nesse aspecto, os grupos escolares tornaram-se alvo central da propagação dos ideais republicanos e da memória de seus difusores.

Os grupos escolares foram criados primeiramente no estado de São Paulo, ainda no seio das agitações da queda da Monarquia. Após 1893 esse modelo de instituição escolar, imbuído de elementos atrelados à modernidade passou a ser disseminado em diferentes estados da Federação. Eram os templos de civilização que aos poucos foram adentrando na paisagem urbana das principais cidades brasileiras. Segundo Diana Vidal:

Os grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e Piauí (1922) e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5692.⁷

Como se pode perceber, a difusão das escolas graduadas no Brasil se estendeu por toda a Primeira República. Paulatinamente, os mais importantes estados foram adotando o modelo de edifício escolar estabelecido pelos paulistas. Em Sergipe os grupos começaram a ser implantados ainda na década de 10 do século XX e também teve influência

⁷ VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005, p. 7.

da experiência de São Paulo. “As viagens de estudo e a ‘importação’ de técnicos constituíram estratégias importantes para a política de reforma do ensino e a implantação dos grupos escolares em Sergipe a partir da segunda década do século XX”.⁸

O intercâmbio entre os intelectuais sergipanos e paulistas foi intenso nesse período, incluindo o menor estado da federação no cenário das discussões a respeito da vanguarda do ensino primário. O modelo adotado em São Paulo tornou-se um sucesso e sua visibilidade irradiou-se por todo o país, em decorrência da racionalização dos métodos de ensino e do caráter espetaculoso da arquitetura dos prédios escolares. Mas o transplante do modelo de ensino primário ia além dos prédios escolares. A escolha de livros didáticos era realizada tendo como vitrine da vanguarda educacional o estado de São Paulo, como demonstra a mensagem apresentada pelo presidente de Sergipe, Pereira Lobo, à Assembleia Legislativa em 1920:

Cumprindo à Diretoria da Instrução providenciar no sentido de uniformidade do ensino, como base mesmo de uma melhor fiscalização, já foram ministradas as instruções a respeito, formulada a lista de livros didáticos, consoante a aprovação pelo conselho Superior de Instrução. Nesta seleção de obras para o ensino primário consulta-se preferencialmente, o adiantado Estado de São Paulo, que, sem contestação, vai primando nestes domínios. É bem de ver, todavia, que em sendo, por enquanto, um trabalho de adaptação, não deixaram de ser consultadas as necessidades de nossas escolas, as exigências do nosso meio, que ainda não comportam o desenvolvimento que se opera naquele grande centro sulista.⁹

Como se pode perceber, os ânimos dos republicanos sergipanos frente ao campo educacional estavam em regozijo. Sergipe estava

⁸ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe”. In: VIDAL, Diana (org). Grupos Escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas-SP Mercado das Letras, 2006. p. 153-172, p. 153.

⁹ SERGIPE. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Joaquim Pereira Lobo dirigida a Assembleia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1920. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 06, vol. 85, p. 14.

seguindo os passos do estado de vanguarda para tentar acompanhar os progressos impregnados pela República. Todavia, o governo local reconhece o distanciamento entre as realidades paulista e sergipana, propondo algumas adaptações no programa destinado a seu estado. O espelho paulista ainda parecia ser uma realidade muito distante dos sonhos republicanos locais.

Os primeiros grupos edificadas em Sergipe seguiram a tendência arquitetônica dos grupos paulistas, criando-se uma discrepância no cenário urbano das cidades em que eram construídos. A modernidade arquitetônica deveria ser acompanhada pela adequação pedagógica, incrementada pelas mestras oriundas da Escola Normal e pelo uso de novos recursos pedagógicos, muitos dos quais importados dos Estados Unidos e da Europa. Esse era o palco almejado pelas lideranças políticas e intelectuais para promover o espetáculo da educação republicana. Entretanto, na prática, a escassez de recursos e as discordâncias em relação às prioridades desviaram as atenções e retardaram a plena implantação dos grupos escolares com todos os seus equipamentos.

A emergência dos grupos escolares em Sergipe ocorreu no governo de Rodrigues Dória (1908-1911). Foi nesse período que foi formulado um novo regulamento da instrução pública e tiveram incrementos as obras de construção do novo prédio da Escola Normal de Aracaju. Com essas duas ações, a implantação dos grupos estava sendo encaminhada. A modernidade no campo do ensino primário aos poucos seria edificada.

A letargia na incrementação dos grupos escolares em Sergipe fez com que os primeiros prédios fossem vistos como pequenas ilhas da modernidade. Eram pequenos palácios que emergiam em meio aos casebres com aspectos rústicos. A paisagem urbana das cidades começou a transformar-se aos poucos. A primeira ilha de civilização foi edificada anexa a Escola Normal, denominado Grupo Modelo. Apesar do nome de grande relevância para a compreensão historiográfica dos grupos, pouco sabemos a respeito dessa instituição. Até mesmo a localidade do prédio escolar permite questionamentos, pois a documentação referente ao grupo é pouco reveladora dos aspectos arquitetônicos. A informação mais consistente é que ele teria funcionado “anexo à escola Normal”,

servindo para que as alunas desta instituição tivessem a oportunidade de vivenciar a prática pedagógica em um espaço preparado sob os pressupostos da vanguarda da pedagogia. Para Dantas, “o governo ampliou as instalações do Atheneu, construiu nova sede da Escola Normal e grupo escolar anexo, uma novidade¹⁰.

Todavia, o termo anexo é dúbio. É difícil determinar se o Grupo Modelo teria ou não funcionado no mesmo edifício da imponente Escola Normal do parque Olímpio Campos. Os sinais deixados pela documentação são pouco enfáticos sobre tal questão. O indício mais revelador está presente em uma fotografia do acervo iconográfico Rosa Faria, no Memorial de Sergipe. A fotografia retrata a fachada da Escola Normal, mas traz a informação que ali era o prédio da referida escola e do Grupo Modelo. Considerando essa informação, podemos deduzir que o primeiro grupo escolar de Sergipe funcionou no mesmo prédio da Escola Normal.

O documento que confirma a hipótese de que o primeiro grupo escolar de Sergipe funcionou nas dependências da Escola Normal é um relatório produzido na década seguinte à inauguração. Ao fazer uma retrospectiva histórica do processo de disseminação dos grupos, Graccho Cardoso revela claramente onde tinha sido instalado o Grupo Modelo. Assim, “Em 1911 foi inaugurado nesta capital o primeiro Grupo escolar de iniciativa oficial, no prédio em que de presente funciona a Escola Normal Ruy Barbosa”.¹¹ O presidente de Sergipe não deixou rastros de dúvidas. O Grupo Modelo realmente funcionou no mesmo prédio da escola Normal.

A primeira escola graduada de Sergipe possuía algumas características que a distinguia das demais. Ela era destinada exclusivamente ao alunado feminino e tinha como corpo docente as alunas da Escola Normal. Neste sentido, podemos dizer que além dos propósitos de disseminação dos ideais republicanos e da racionalidade, o Grupo Modelo

¹⁰ DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1989-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 34.

¹¹ SERGIPE. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 07, vol. 86, p. 13.

deveria servir como um espaço de aprimoramento das novas técnicas de ensino, um espaço para que fossem postos em prática os novos pressupostos metodológicos de ensino difundidos na Escola Normal. O termo modelo o distinguia, tanto por ser o pioneiro do gênero, como também por se tornar palco da visibilidade da renovação no cenário educacional. Era um pioneirismo que o distinguia e o moldava como modelo na difusão das escolas graduadas.

O Grupo Escolar Modelo foi a primeira ação do governo sergipano que pôs em prática, no campo do ensino primário, a legislação educacional aprovada com o decreto nº 563 de 12 de agosto de 1911, que predispunha a distribuição do referido nível de ensino em escolas isoladas e grupos escolares. Enfim, ocorria a materialização do modelo adequado de ensino com a implantação de um grupo que tinha entre suas atribuições reger e difundir a pedagogia moderna. Apesar do entusiasmo, o regulamento da Instrução Pública do estado de 1911 reconhecia a necessidade de implantação das criticadas escolas isoladas.

Com a inauguração da Escola Normal e de seu grupo, a cidade de Aracaju estava dotada de um edifício público voltado para a educação sob os auspícios da modernidade. Na paisagem urbana da capital emergia ao lado da catedral um prédio digno dos anseios propagandísticos do regime republicano. Entre os casarões com traçado maculado pela permanência do Império, sobressaía um edifício moderno, majestoso que deveria arrebatrar os olhares dos transeuntes e elevar os ânimos sobre o novo regime.

Devemos lembrar que a demanda educacional sergipana nos primórdios do século XX era considerável. Mesmo com a inauguração de um novo prédio escolar, a necessidade de ampliação das instalações era eminente. Logo após as festividades, na mensagem apresentada a Assembléia, o presidente do Estado, Rodrigues Dória, enfatiza as “diminutas proporções do prédio no qual funcionam a escola normal e o grupo”.¹² Um prédio majestoso e com escassez de salas de aula. Esse é um retrato da situação educacional de Sergipe ao longo dos três

¹² SERGIPE. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Rodrigues Dória dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911. APES, Diversos Sergipe, Mensagens.

primeiros decênios do século XX. A visibilidade das fachadas mascarava o restrito tamanho das dependências internas dos ícones da modernidade, das ilhas de civilização. Era a educação estética para o povo, que promovia o regime, legitimava novos sujeitos e heróis, mas permanecia sem conseguir alavancar a propagação das primeiras letras.

Apesar da inequívoca carência de prédios escolares, a inauguração do segundo grupo escolar do estado só ocorreu em 1914, no governo do general Siqueira de Menezes. Era o início da tríade militar¹³, que impulsionaria a disseminação dos grupos, mas ainda de forma tímida. O general Siqueira inaugurou o Grupo Central, que se tornou o primeiro edifício construído especificamente destinado ao ensino primário em Sergipe. O prédio apresentava os principais atributos de uma obra republicana. A começar pela localização, pois a escola foi construída no centro da cidade, na Rua Itabaiana, reforçando a necessidade de exibição. A estrutura arquitetônica do prédio também se destacava. Era uma obra que pretendia ser primorosa e encantar os moradores da cidade, reforçar o patriotismo da população.

Se o Grupo Modelo foi ofuscado diante da relevância que possuía a Escola Normal, o Central se tornou o foco dos holofotes da modernidade. Na viagem em busca do progresso, na esfera educacional, Sergipe buscou lançar âncoras nos modernos grupos e apresentava seus primeiros resultados. Neste sentido, mesmo havendo pouca propensão na disseminação dos grupos escolares na década de 10 do século XX, percebe-se que os poucos exemplares desse modelo de instituição escolar foram edificadas com características monumentais. Era a demarcação de uma memória, opulenta e representativa dos ideais nos novos tempos.

Foi no governo do general Manuel Prisciliano Oliveira Valladão que ocorreu a maior difusão de grupos escolares em Sergipe até aquele momento. Em sua gestão aconteceram três inaugurações, sendo duas na capital e uma no interior¹⁴. Paulatinamente os grupos escolares iam

¹³ Ao longo da segunda década do século XX Sergipe passou pela chamada tríade militar, pois o Estado teve três presidentes militares consecutivos: general Siqueira de Menezes (1911-1914), general Oliveira Valladão (1914-1918) e coronel Pereira Lobo (1918-1922).

¹⁴ O primeiro grupo escolar do interior sergipano foi inaugurado em 1918 na cidade de Capela. Era o Grupo Escolar Coelho e Campos.

moldando o espaço urbano da capital, reconfigurando a imagem de uma cidade moderna. Para Berger:

É de iniciativa de Oliveira Valladão (1914-1918) a construção de vários Grupos Escolares, dois deles situados na Capital de Sergipe – O Grupo Escolar General Valladão e o Grupo Escolar Barão de Maruim. O primeiro estabelecimento funcionou até certo tempo, no prédio onde se encontra instalado, atualmente, a Secretaria de Segurança Pública, na praça Tobias Barreto. O outro grupo escolar também de estilo arquitetônico eclético, localizava-se na Avenida Ivo do Prado, funcionando até 1950 no prédio onde se instala depois a antiga Faculdade de Direito.¹⁵

O terceiro grupo da capital sergipana (Grupo Escolar Barão de Maruim) passou por um processo diferenciado. Ele foi edificado sob os alicerces do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza, no bairro Carro Quebrado, em um terreno que tivera sido doado pelo Barão de Maruim no penúltimo quartel do século XIX. Apesar de ser edificado sob os alicerces de uma construção do século anterior, o edifício do novo grupo buscou atender aos princípios da modernidade. As obras estavam em consonância com as propostas da pedagogia moderna, com os ideais republicanos e com os modernos princípios arquitetônicos. Sob o rótulo de modernidade clássica, o ecletismo arquitetônico disseminou-se nos prédios públicos do Estado. A adaptação do projeto foi responsabilidade do engenheiro Firmo Freire.

Ainda no governo de Oliveira Valadão foram inaugurados os grupos General Valadão, em Aracaju e o Coelho e Campos, o primeiro do interior sergipano. Esses prédios seguiram os mesmos padrões arquitetônicos dos demais, caracterizados pela imponência das fachadas, presença de porões e pátios. Eram edifícios atribuídos da compleição exigida pelo regime vigente, que deveria se fazer mostrar. Contudo, a partir da edificação e inauguração desses grupos ocorre em Sergipe um

¹⁵ BERGER, Miguel André. “O Grupo Escolar Dr. Manuel Luís”. In: VII Semana de História da UFS. São Cristóvão: DHI/UFS, 2004. p. 94-103, p. 99.

momento de silêncio, uma trégua na disseminação dos prédios majestosos. Os burburinhos das inaugurações desapareceram temporariamente do cenário político-social sergipano.

O que teria causado a trégua desse bulício? As razões enumeradas pelo presidente do estado eram muitas, mas nem sempre muito convincentes. O governo do coronel Pereira Lobo enfatizava a importância em continuar propagando as ilhas de civilização pelo estado, mas alegava sempre a escassez de recursos, provocada principalmente pela voraz crise econômica¹⁶ que atingiu o estado em sua gestão.

A experiência continua a demonstrar que o Grupo é indubitavelmente o tipo de escola que melhor corresponde às exigências do ensino. Infelizmente, a terrível depressão financeira porque passou o nosso Estado, no decorrer deste ano, paralisou por completo as nossas forças, impossibilitando-me, consequentemente, de pôr em exercício tudo quanto de melhoramentos tinha em vista executar em benefício do nosso Estado. Por este motivo ficou interrompida a construção do Grupo Escolar de Estância, não podendo pela mesma razão ser iniciados os trabalhos de aproveitar o velho palácio de São Cristóvão, adquirido pelo Estado para tal fim. O Grupo de Villanova, que, aliás, se acha construído, espera ainda melhor oportunidade para a sua inauguração. Oxalá que antes de terminar o meu governo, as condições financeiras do Estado tenha tomado aspecto mais lisonjeiro, permitindo-me deste modo favorecer aquelas cidades

¹⁶ Após a Primeira Guerra Mundial alguns problemas sociais afetaram Sergipe e aumentou a situação de calamidade pública. Trata-se da epidemia de gripe espanhola que grassou entre a população e retornou com o pânico da morte. Nesse período, a economia local parecia estar usufruindo das benesses do aumento das exportações, o que fez aumentar a arrecadação, como demonstram as mensagens dos presidentes do estado (General Valadão e Pereira Lobo). Contudo, em 1921 teve início uma queda das exportações, que redundaram na paralisação das escassas obras impregnadas no governo Pereira Lobo. Esse dois episódios tornaram a gestão do coronel Pereira Lobo pouco frutífera, causando-lhe muitas críticas a seu governo pelos opositores. Sobre o governo Pereira Lobo pode ser consultado Dantas, que explica o seguinte: “Pereira Lobo, ainda nas festas de posse, em outubro de 1918, deparou-se com um problema gravíssimo. Era o surto da gripe espanhola que se espalhava por praticamente todas as cidades e vilas do Estado, sendo registrados 25.910 casos, resultando em 997 mortes”. Cf. DANTAS, Op. Cit., p. 37.

de grande população escolar com esses melhoramentos de tão alta relevância.¹⁷

As vozes não foram silenciadas por completo. Alguns rumores ecoavam nos relatórios, empolgados com a construção de novos prédios escolares no interior e a cogitação de se criar novos grupos. Os discursos dimanavam do governo que tentava evidenciar os avanços de seus investimentos no campo educacional e ressaltar a relevância de espargir os grupos escolares pelo estado. Pereira Lobo, mesmo sem inaugurar sequer um grupo ao longo de sua gestão, sempre buscou reforçar a necessidade da incrementação dos modernos edifícios escolares pelo estado, substituindo as criticadas e ainda sempre presentes escolas isoladas.

Isso demonstra que no governo republicano o espetáculo nem sempre ocorria com festividades, com grandes eventos públicos. A retórica¹⁸ republicana também foi usada como instrumento de legitimação do regime. As palavras buscavam elevar a flama da população pela modernidade que estava sendo edificada. Observe-se, por exemplo, a mensagem presidencial de Pereira Lobo:

Dotados de material apropriado, diretamente adquirido na América do Norte, funcionam, presentemente no Estado cinco bons Grupos Escolares: Modelo, General Siqueira, General Valadão, Barão de Maroim, na capital; e Coelho e Campos, em Capela. À exceção do Modelo, especialmente para meninas, todos os outros servem a ambos os sexos, funcionando alguns em dois turnos, para melhor distribuição de trabalho e maior amplitude de matrícula. Recebendo os derradeiros reparos, para uma próxima inauguração, conta-se mais o Grupo de Vila Nova, construído com muito gosto e em obediência ao tipo das edificações escolares.

¹⁷ SERGIPE. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1921, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 04, vol. 83, p. 18.

¹⁸ Retórica aparece no sentido de eloquência discursiva, da oratória predominante nas falas de lideranças políticas, fosse por meio de comícios e pronunciamentos públicos, fosse por meio de textos publicados na imprensa local.

Muito adiantada também vai a construção do grupo Escolar da cidade de Estância. É uma outra obra de valor incontestável e que virá, para breve, trazer àquela cidade grande surto à sua instrução primária. Já foram, por igual, dados os primeiros passos para a adaptação do velho palácio presidencial, na cidade de S. Cristóvão, a um Grupo Escolar.¹⁹

A mensagem presidencial é reveladora. Primeiro pelo fato do presidente associar a modernização do ensino com a compra de recursos didáticos dos Estados Unidos, destinados especialmente aos grupos. Trata-se de um indício das representações acerca da cultura material escolar nos primeiros anos republicanos. A modernização do ensino deveria passar sempre por modelos exógenos: materiais didáticos da América do Norte, livros didáticos e modelo de prédios escolares de São Paulo. Sergipe planeava o seu ingresso na modernidade educacional vislumbrando as vitrines paulistas e norte-americanas.

Pereira Lobo ressalta o estado de adiantamento das obras dos grupos do interior do estado, afirmando os projetos de futuras expansões dessas escolas por novos municípios. Esse adiantamento seria bruscamente interrompido pela crise econômica, que fez criar um lapso no processo de edificação da escola graduada. Outro ponto importante apresentado pelo coronel Pereira Lobo foi sobre a possível adaptação do prédio do antigo palácio provincial para que fosse instalado um grupo escolar. Esse seria mais um caso em que não teria a construção de um prédio moderno, mas sim, apenas a reforma de uma construção antiga, como se deu em Capela e, em certa medida, com o Grupo Barão de Maruim²⁰ em

¹⁹ SERGIPE, Op. Cit., p. 18.

²⁰ Não podemos dizer que o prédio onde funcionou o Grupo Escolar Barão de Maruim fosse uma construção antiga adaptada aos novos padrões arquitetônicos destinados às escolas graduadas. Trata-se de uma construção que foi edificada sob os alicerces do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza, que tinha sido abandonada no final do século XIX. Nesse caso, percebemos que ocorreu a edificação de um novo prédio aproveitando apenas a estrutura do antigo asilo, como atestam os pronunciamentos do engenheiro Firmo Freire (O ESTADO DE SERGIPE, 1917) e o estudo monográfico de Magno Santos. Cf.: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Além do Silêncio: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maruim. São Cristóvão, 2005. 113 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

Aracaju. Os prédios dos grupos nem sempre foram os responsáveis por aduzir uma nova imagem para as cidades, pois muitas vezes, somente a criação do grupo já representava a expressão da modernidade.

A maior disseminação dos grupos escolares em Sergipe ocorreu no governo de Graccho Cardoso (1922-1926). Aproveitando-se da estabilidade econômica do estado e das construções não concluídas pelo governo antecessor, ele promoveu um chorrilho de inaugurações das ilhas de modernidade pelos mais diversos municípios. A capital foi a cidade que deteve maior atenção do presidente, com a construção de inúmeros prédios escolares, além de novas instituições científicas, sociais e de saúde pública.

O processo de inaugurações executado por Graccho Cardoso teve início na cidade de Estância, com a criação do Grupo Escolar Gumersindo Bessa. No mesmo ano foi inaugurada a escola graduada de São Cristóvão. Foi a criação do Grupo Vigário Barroso, que ocupou o prédio da antiga prisão. Com isso, a velha capital também passava a ser beneficiada com o ensino primário graduado, a contar com uma escola racionalizada e moderna, que poderia preparar os alunos para que se tornassem civilizados e aptos para o trabalho urbano, especialmente o fabril.

Em 1924 foram construídos mais dois prédios escolares, sendo um na capital e o outro no interior. O do interior foi o Grupo Escolar Sílvio Romero, na cidade de Lagarto. Com uma construção imponente, a cidade passou a desfrutar das benesses da ilha de civilização que adentrava os municípios do interior sergipano. Já o primeiro, não se tratava de um novo grupo escolar, mas apenas uma readaptação. Dois grupos escolares da capital tiveram que ser transferidos para novos prédios, motivados pela instalação do batalhão da polícia militar e de uma faculdade²¹. Assim alegou o governo de Graccho Cardoso:

²¹ Graccho Cardoso tentou implantar o ensino superior em Sergipe com a criação de duas faculdades e um instituto. As faculdades foram instaladas provisoriamente nos melhores prédios públicos da cidade, ou seja, nos edifícios onde funcionavam os grupos escolares. Com isso, foram inauguradas a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire e a Faculdade Livre de Direito Tobias Barreto, além do Instituto de Química. As três instituições passaram a fomentar os anseios dos sergipanos, de terem instituições de nível superior no estado.

Devido à premente necessidade, no Grupo Escolar General Siqueira foi alojado o Batalhão Policial Militar do Estado, dada a imprestabilidade do quartel então existente, o governo já contratou, porém, com o construtor Hugo Bozzi, a elevação de um novo prédio em substituição àquele, respeitada em absoluto a antiga denominação, em homenagem ao ilustre ex-presidente do Estado. As classes desse grupo foram temporariamente transferidas para o edifício do antigo Grupo General Valladão, hoje em dia Faculdade Livre de Direito Tobias Barreto.²²

Entretanto, havia outra justificativa maior para a transferência desses grupos. A proximidade dos prédios estava acarretando na redução do número de alunos matriculados, impedindo a disseminação dos novos pressupostos metodológicos e a consolidação da modernidade pedagógica. Para a administração Graccho Cardoso:

Em razão de se acharem situados mui próximos um do outro, na distancia media talvez de menos de trezentos metros, os grupos escolares General Valladão, Barão de Maroim e General Siqueira, é que foi feita a mudança do primeiro para o edifício construído, o ano transato, à rua da Victoria. Tal circunstancia implicou ainda para que fosse localizado no edifício em que funcionava o Grupo General Siqueira o Batalhão Policial, havendo para tal utilização recebido as adaptações imprescindíveis. Não tardará que o que lhe vae substituir se erga em lugar conveniente.²³

A justificativa do presidente nos induz a refletir sobre um problema gerado na implantação dos grupos escolares em Sergipe. Em decorrência da proximidade dos edifícios havia uma distribuição

²² Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 07, vol. 86, p. 14.

²³ Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1924, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 06, vol. 85, p. 14.

distorcida dos alunos. Devemos lembrar que, uma das características dessa categoria de escola era a localização privilegiada, nas proximidades do centro da cidade. A excessiva proximidade desses prédios escolares resultou na rarefação dos alunos, que ficavam dispersos em três instituições. A eloquência dos discursos arquitetônicos se proliferava nos arredores do centro da capital, constituindo uma paisagem cercada de palacetes. Neste sentido, entre os prédios públicos sedes do poder político emergiam os grupos escolares, com a incumbência de atribuir um novo sentido aos transeuntes, de confirmar aos olhares as preocupações do governo no campo da educação.

No ano seguinte, o presidente buscou intensificar o ritmo de inaugurações, concluindo as obras inacabadas deixadas pelo seu antecessor, o coronel Pereira Lobo. Nisso, novos prédios escolares foram entregues, entre eles o de Vilanova. Estrategicamente, Graccho Cardoso promoveu algumas alterações no projeto do prédio, dotando-lhe de características que remetiam à sua administração. Era uma forma de criticar a gestão anterior e legitimar seu nome como um presidente construtor, empreendedor e condutor da modernidade. Isso acarretou na diminuição estética dos edifícios construídos por Pereira Lobo:

Tendo começado a minha gestão a 24 de Outubro de 1922, inaugurava, em Maio de 1923, o primeiro grupo escolar na cidade de Estância, sob o patronímico de Gumersindo Bessa. Essa obra durou de 1918 aos fins de 1922, sendo pecuniariamente solvido o respectivo contrato na atual administração. Veio logo depois o Grupo Olympio Campos, em Villanova, iniciado também em 1917, para servir de reunião de escolas. Já encontrei acabada a construção desse edifício, que é péssima, limitando-me, simplesmente, a rematar o respectivo acabamento, quando de sua entrega a população.²⁴

Sob a batuta de Graccho Cardoso as cidades sergipanas foram transformadas em verdadeiros canteiros de obras, incitando o processo

²⁴ Idem.

de modernização e de embelezamento que tinha eclodido na década anterior. No cenário urbano emergiam palacetes imponentes que se impunham sobre os logradouros com o olhar vigilante das águias²⁵, prontas para o vôo. Essa ave se tornou símbolo maior das construções realizadas na gestão de Graccho Cardoso, representando a visão profícua e perspicaz. Na mensagem de 1924 o governo enumera as inaugurações dos novos prédios que abrigariam os grupos escolares.

Foram terminadas as construções dos grupos escolares “Dr. Manuel Luiz”, General Valladão, e “José Augusto Ferraz”, nesta capital, “Severiano Cardoso”, em Boquim; o de Simão Dias e as escolas reunidas de Santo Amaro. A concluir-se está o Grupo “Coronel João Fernandes”, em Propriá.²⁶

Como pode ser observado, de imediato Graccho Cardoso buscou inaugurar uma série de prédios que atenderiam ao ensino primário. No total foram onze edifícios construídos na sua gestão, quase todos com um mesmo traçado arquitetônico, marcados pela imponência da fachada e presença das águias. Com isso, na era dos grupos escolares sergipanos, Graccho Cardoso foi o presidente que mais difundiu esse tipo de instituição, a modalidade de escola primária graduada. O perfil majestoso dos prédios que se impunham na paisagem urbana das principais cidades sergipanas, criando ao mesmo tempo imagens de escola pública como prédio público e de cidade moderna, que progredia com os avanços da educação. O imaginário republicano foi exposto nas paredes dos prédios escolares. Os projetos dos grupos não eram apenas

²⁵ A administração de Graccho Cardoso foi marcada pelas polêmicas e gastos onerosos com as obras públicas. Tratou-se de uma gestão que acelerou o processo de auto-propaganda tendo como vitrine as obras. Com isso, percebemos que nos primeiros anos da década de 20 do século XX as obras estavam imbuídas do sentido de se forjar uma identidade presidente/obra, criador-criatura. Os lugares sociais foram redefinidos, com a reaproximação do Estado em relação a Igreja Católica e construção de grandes edifícios públicos com o designativo de seu governo: a águia. Ela simbolizava a tentativa de constituir uma administração que visualizasse o futuro, que tivesse um olhar de longo alcance. Sobre esse assunto, ver, por exemplo: SANTANA, Antônio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: S. E., 2005.

²⁶ SERGIPE, Op. Cit., p. 22.

de uma escola racionalizada, mas também um desígnio de um país que buscava exasperadamente planejar a civilização.

O governo de Graccho Cardoso marcou o apogeu e o declínio da difusão dos grupos escolares em Sergipe. Após a sua gestão ocorreu mais um lapso no processo de propagação desse modelo de instituição e com o retorno, na década seguinte, as características arquitetônicas já não eram as mesmas. A racionalidade tinha sido fortalecida e o traçado tornou-se mais simples, excluindo a ornamentação neoclássica. A imponência tinha sido reduzida bruscamente. No período compreendido entre 1911 e 1926 foram inaugurados 14 grupos e 16 prédios escolares, com características monumentais. As obras foram financiadas pelo governo do estado ou fruto de doações de particulares ou campanhas educacionais. Os grupos criados nesse período encontram-se relacionados no Quadro I:

QUADRO I

Relação dos prédios dos grupos escolares de Sergipe criados entre 1911-1924²⁷

Ano de inauguração	Nome da instituição	Cidade	Governo em que foi construído	Origem do prédio/terreno
1911	Grupo Modelo	Aracaju	Rodrigues Dória	Escola Normal, construída pelo Estado
1914	Grupo Central	Aracaju	General Siqueira de Menezes	Construído pelo Estado para o próprio fim
1917	Grupo Escolar Barão de Maroim	Aracaju	General Oliveira Valadão	Construído pelo Estado no terreno doado pelo Barão de Maroim
1918	Grupo Escolar General Valladão	Aracaju	General Oliveira Valadão	Construção financiada por campanha realizada pelos sócios do Comício Agrícola
1918	Grupo Escolar Coelho e Campos	Capela	General Oliveira Valadão	Prédio doado pelo ministro Coelho e Campos
1923	Grupo Escolar Gumersindo Bessa	Estância	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1923	Grupo Escolar Vigário Barroso	São Cristóvão	Graccho Cardoso	Antiga cadeia da cidade
1923	Grupo Escolar General Valladão	Aracaju	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado

²⁷ Fonte: mensagens apresentadas pelos presidentes do estado entre 1911 e 1926. APES. Quadro elaborado pelo autor.

1924	Grupo escolar Sylvio Romero	Lagarto	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1924	Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz	Aracaju	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1925	Grupo Escolar José Augusto Ferraz	Aracaju	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado no terreno doado por Thales Ferraz
1925	Grupo Escolar Fausto Cardoso	Anápolis ²⁸	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1925	Grupo Escolar Coronel João Fernandes	Propriá	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1925	Grupo Escolar Olympio Campos	Vilanova	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1926	Grupo Escolar Coelho e Campos	Capela	Graccho Cardoso	Permuta de prédio por melhor acomodação
1926	Grupo Escolar Severiano Cardoso	Boquim	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado

O Quadro I é elucidativo por apresentar o destaque que o governo de Graccho Cardoso atribuiu na disseminação dos grupos escolares. Dos dezesseis prédios entregues a população sergipana entre 1911 e 1926, onze foram inaugurados pelo dito presidente. Se os grupos eram vistos como espaços difusores da modernidade pelo estado de Sergipe, Graccho Cardoso foi o responsável pela consolidação dessas ilhas de civilização. Devemos ressaltar que dois desses grupos inaugurados por Graccho já estavam praticamente conclusos, na ocasião em que assumiu o governo, mesmo assim, o número de obras de sua gestão é bastante significativo. Outro ponto relevante a respeito do quadro é o fato de que esse discurso arquitetônico atribuído à modernidade nem sempre correspondia ao que era posto em prática. Alguns grupos foram instalados em prédios adaptados para tal fim, em decorrência das doações de prédios e terrenos por lideranças políticas locais. Essa foi uma prática comum tanto em São Paulo como em Sergipe. Podemos

²⁸ Atual município de Simão Dias. O topônimo Anápolis foi estabelecido pela Lei 621 de 25 de outubro de 1912, no governo do general José de Siqueira de Menezes e perdurou até o Decreto-lei 533 de 7 de dezembro de 1944, que retomou com a denominação original (BARRETO, 2008, p. 24).

enxergar essa prática como uma tentativa de legitimação política, pois o doador benevolente sempre era agraciado com a homenagem na nomenclatura da instituição criada no edifício²⁹.

Ainda sobre a readaptação de prédios antigos para funcionarem como grupos escolares são elucidativos os casos dos grupos Barão de Maruim, Silvio Romero e Vigário Barroso. Nos três casos as velhas edificações foram reaproveitadas para a implantação dos grupos. Isso demonstra que o discurso pedagógico modernizador nem sempre foi posto em prática por meio de novos edifícios, mas sim por meio de prédios adaptados para o exercício do magistério. Embora essa constatação pareça contraditória com os propósitos divulgados na imprensa, podemos elucubrar sobre alguns pontos relevantes. No caso do Grupo Barão de Maruim, não existiu um ajustamento estrutural radical, pois no prédio em ruínas já tinha funcionado uma escola, o Asilo Nossa senhora da Pureza, que foi responsável pela formação de órfãs desvalidas. Já o Grupo Vigário Barroso, instalado no centro histórico da ex-capital, São Cristóvão e o Silvio Romero de Lagarto foram ajustados à arquitetura dos prédios das antigas cadeias públicas. Além disso, em Anápolis (atual Simão Dias) chegou a cogitar-se a implantação do Grupo Escolar Simão Dias na antiga cadeia, que só não foi concretizada em decorrência das condições de higiene.

Isso demonstra que no âmbito arquitetônico educacional, não havia muita distinção entre o prédio escolar e o da prisão. Os dois estavam voltados para condicionar os corpos, para moldar a sociedade à regalia dos anseios do poder, ou seja, pacata e obediente ao Estado e ao patrão. Um elemento simbólico que galgou destaque no cenário educacional e profissional sergipano foi a inserção da sineta e do relógio, que se tornaram presentes nas escolas e remetiam ao controle das ações educacionais, cronometrando as atividades assim como faziam as sirenes das fábricas. Podemos interpretar a inserção desses instrumentos de controle como uma tentativa de tornar os corpos de alunos obedientes

²⁹ Em Sergipe os dois casos mais elucidativos são os grupos escolares criados no governo do general Valadão, no terreno e prédio doados respectivamente pelo Barão de Maruim (João Gomes de Mello) e senador José Luiz Coelho e Campos.

aos ruídos, de se criar uma reação mecânica ao som da sineta.

Outro dado substancial na compreensão do universo educacional primário sergipano no alvorecer do século XX é em relação às permutas dos prédios escolares, devido a necessidade de se instalar outras instituições, como quartéis policiais e faculdades. Mais uma vez percebemos a proximidade dos prédios de escolas primárias e quartéis, demonstrando que os discursos que comparavam essas duas instituições não estavam construindo uma mera alegoria, mas sim reproduzindo a visão arquitetônica vigente a época. Por essa perspectiva, as cidades que iam edificando seus grupos escolares estavam se guarnecendo, construindo quartéis em que se formariam os futuros soldados defensores da nação.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 68-77.

BERGER, Miguel André. BERGER, Miguel André. “O Grupo Escolar Dr. Manuel Luís”. In: *VII Semana de História da UFS*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2004. p. 94-103.

CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3ª Ed. Aracaju: Banese, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1989-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju: UFS-PROEX, CECAC, 1987.

FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na Casa de Sergipe - 1913*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

NAGLE, Jorge. *A Educação e a Sociedade brasileira na Primeira República*. São Paulo: EDUC/EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe”. In: VIDAL, Diana (org). *Grupos Escolares*. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas-SP. Mercado das Letras, 2006. p. 153-172.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PORTO, Fernando. *Cidade de Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana*. 2ª Ed. Aracaju: SEEC, 1991.

SANTANA, Antônio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: S. E, 2005.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Além do Silêncio: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim*. São Cristóvão, 2005. 113 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SERGIPE. *Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1919*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

_____. Programma para o curso primário nos Grupos Escolares e escolas isoladas do Estado de Sergipe. In: *Estado de Sergipe*. 15-02-1917, nº 5123.

_____. Programma para o curso primário elementar e regulamento do Instituto de Chimica de 1924. In: *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. 21-12-1924, nº 1470. APES, Educação, E6 1220, doc. s/n.

_____. *Programma de Linguagem*. APES, Educação, E6 1220, doc. s/n.

_____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1924, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 06, vol. 85.

_____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho*

Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 07, vol. 86.

_____. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1921, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 04, vol. 83.

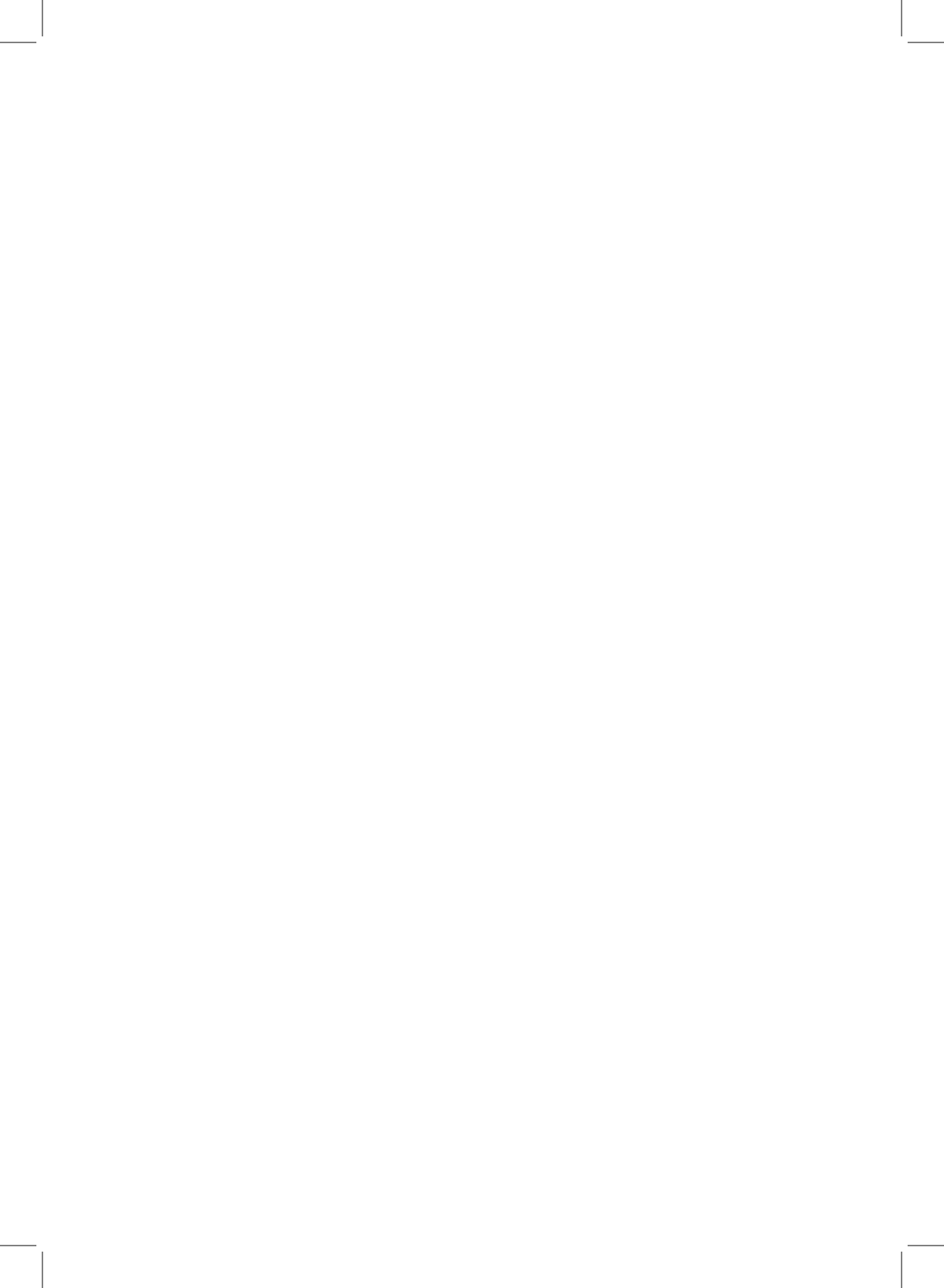
SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses no Federalismo Brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: UFS, 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

WOLFF, S. F. Santos. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). USP/FAU.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em julho de 2011.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011



ORATÓRIO FESTIVO “SÃO JOÃO BOSCO”: instituição para educar meninas órfãs e pobres em Aracaju (1914-1952)*

ORATÓRIO FESTIVO “SÃO JOÃO BOSCO”: institution for girls education in poor and orphaned Aracaju (1914-1952)

Nadja Santos Bonifácio**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo expor considerações sobre as modalidades formal e informal de ensino, partindo de representações da formação educativa oferecida no Oratório Festivo “São João Bosco”, abordando ainda as intenções da Igreja na primeira metade do século XX, visando à educação do indivíduo civilizado. Trata de aspectos da infância pobre em Sergipe. Para isso, empregou-se como fundamento teórico-metodológico os preceitos da História Cultural e como categorias de análise os conceitos de civilização de Norbert Elias; apropriação de Roger Chartier; habitus e campo religioso de Pierre Bourdieu que permitiram trabalhar o conteúdo das diversas fontes coletadas entre documentos orais e escritos.

Palavras-chave: Educação Feminina; Infância Pobre; Educação Confessional.

ABSTRACT

This article aims to expose the formal considerations and informal education, from representations of the educational training offered at the Oratório Festivo “São João Bosco”, also addresses the intentions of the Church in the first half of the twentieth century, aiming to educate the civilized individual. It deals with aspects of poor childhood in Sergipe. For this, we used as a theoretical and methodological precepts of Cultural History and uses categories of analysis the concepts of civilization of Norbert Elias; appropriation of Roger Chartier, and the camp religious and habitus of Pierre Bourdieu that allowed the content of the work collected from various sources oral and written documents.

Keywords: Feminine Education, Poor Children, Education Confessional.

* Este artigo resulta de dissertação de mestrado defendida em 2011, no Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, intitulada “Acolher, instruir e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a educação feminina em Aracaju (1914-1952)”, com o apoio financeiro da CAPES.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: nad3sb@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O Oratório Festivo São João Bosco no período de 1914 a 1952 foi dirigido pela benemérita e cooperadora salesiana Genésia Fontes, que seguiu os padrões educativos da Congregação Salesiana. A instituição, abrigo para meninas abandonadas, de cunho confessional, católico e filantrópico¹ foi criada a 16 de agosto de 1914, em homenagem a Dom Bosco, seu protetor. Conforme os Estatutos, adotou “as divinas lições de Dom Bosco” e seu “modelo educativo” – o chamado Sistema Preventivo de Dom Bosco.



Figura1: Oratório Festivo São João Bosco, década de 1950.

O objetivo inicial da obra era promover a catequização de meninas pobres, acompanhando o modelo dos Oratórios Festivos, no sentido de afastá-las dos vícios deturpadores e da ociosidade.

Vale ressaltar que a implantação de um Oratório Festivo² nos moldes de Dom Bosco consistia em congregar aos domingos e dias festivos “meninos

¹ No período a filantropia fundamentava-se na razão científica e visou “preparar a criança pobre e a abandonada para o mundo do trabalho, buscando também valorizar a família para prevenir a ociosidade, a prostituição, à mendicância, o crime, o abandono do menor, a criança na rua”, ou seja, desejava-se formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde) MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p. 207-208.

² Considera-se o termo “oratório festivo” não somente como espaço de evangelização e socialização, mas também, como uma prática – a prática oratoriana – que se desenvolve através de ações pedagógicas, tais como, jogos e brincadeiras, teatros, cantos, aprendizado religioso e moral.

pobres e abandonados em um lugar adequado, onde pudessem ocupar-se em jogos, diversões honestas e em seguida aproveitar a oportunidade para ensinar os rudimentos da fé cristã”³. Frisa-se ainda que os Oratórios Festivos não se limitaram à instrução religiosa. “Os oratórios hão [...] de formar meninos bem educados que não desonrem seus pais nem seus mestres”⁴. Em suma, os Oratórios Festivos eram espaços onde se difundiam os ensinamentos da religião, do trabalho, dos valores morais e dos bons costumes.

Borges explicou que “os Oratórios surgiram como uma rede de instituições adequadas aos tempos difíceis vividos pelos menores na Itália pós-revolucionária industrial”⁵. Em meados do século XIX, na Europa, especificamente na Itália, as conturbações entre poder eclesiástico e poder civil resultaram no desfavorecimento da Igreja com relação ao ensino. As congregações religiosas européias, que monopolizavam a educação, perderam não apenas esse privilégio, mas também os bens.

Foi nesse cenário de transformações que João Belchior Bosco⁶ enxergou nas necessidades de mudanças de hábitos dos jovens pobres e desamparados de Turim, um meio de orientá-los, pois eram jovens que se envolviam com hábitos viciosos, que deturpavam a moral civil e cristã.

Com isso em vista, iniciou “uma intervenção educativa, tomando como estratégia a instituição denominada Oratório Festivo”⁷. O primeiro Oratório, então denominado Oratório Festivo de São Francisco de Sales,

³ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p. 78.

⁴ *Boletim Salesiano*, ano VII, vol. II, nº 1, jan./1908, p. 686.

⁵ BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. *Op. cit.*, p. 03.

⁶ Nasceu a 16 de agosto de 1815, no Colle dos Becchi, localizado em Castelnuovo de Asti (atualmente chama-se Castelnuovo Dom Bosco), Itália. Oriundo de família de camponeses humildes. A mãe era analfabeta e ficou órfão de pai aos dois anos de idade. Fez seus primeiros estudos com dificuldade, pois, para manter os estudos na mocidade trabalhou como costureiro, sapateiro, ferreiro, carpinteiro e nos tempos livres estudava música. João Bosco era de estatura atlética, memória incomum, inclinado à música e à arte e tinha uma linguagem fácil, espírito de liderança e ótimo escritor. Em 1835, teve a oportunidade de entrar para o Seminário de Chieri, ordenando-se sacerdote a 05 de junho de 1841. Em 8 de dezembro, do mesmo ano iniciou seu apostolado com os jovens em Turim. Em 1846, estabeleceu-se definitivamente em Valdocco, bairro de Turim, onde fundou o Oratório Festivo de São Francisco de Sales. Faleceu a 31 de janeiro de 1888, aos 72 anos de idade, deixando a Congregação Salesiana espalhada por diversos países. Dom Bosco foi consagrado Beato em 1929 e canonizado a 01 de abril de 1934, no papado de Pio XI, considerado o Papa dos Salesianos, por conceder várias benesses à Congregação Salesiana. Verificar: *São João Bosco – Traços Biográficos*. Disponível em: <http://www.auxiliadora.org.br/dombosco.htm>. Acesso em 09 de dezembro de 2009.

⁷ BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. *Op. cit.*, p. 03.

foi criado com o propósito de acolher, evangelizar e educar. A proposta constituía-se em civilizar o jovem para a religião e o trabalho. Contudo, a metodologia de interagir com a juventude pobre, por ele reinventada, deve-se relacionar com três pontos principais: sua formação e experiência sacerdotal, suas leituras sobre as teorias clássicas da educação que a época lhe proporcionou e pelas condições sociais daquele momento.

Conforme afirmou Borges⁸, Dom Bosco entrou em contato com clássicos da educação de seu tempo e recorreu a reminiscências de educadores do passado, tais como Vitorino Da Feltre⁹ (século XV) e Felipe Neri¹⁰ (século XVI), respectivamente, educador leigo e sacerdote italianos. Esses precursores elaboraram – cada um a seu tempo – práticas educativas para atrair, satisfazer e educar as crianças, que além dos conhecimentos da educação intelectual e moral, executavam os exercícios corporais: a corrida, esgrima, natação, equitação, jogo de bola, passeios, música, brincadeiras. Enfim, para Borges, o que havia em comum entre

⁸ BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. *Op. cit.*

⁹ Vitorino Da Feltre foi pedagogo, professor leigo, italiano que viveu entre 1378 a 1446. Era cristão e considerado um dos mais importantes educadores do movimento renascentista italiano. Segundo Borges a “contribuição de Da Feltre para a educação deu-se com a aplicação de seus ideais humanistas e cristãos na educação escolar de jovens nobres na cidade de Pádua (Itália), em um ambiente denominado ‘Casa Giocosa’. Nesse ambiente desenvolvia-se a educação integral segundo o ideal humanista, assim os alunos tinham formação moral e intelectual sem distinções entre homens e mulheres, com ensino de grego, literatura, filosofia e história, declamação e leitura pública para melhorar a eloquência, aritmética, geometria, astronomia, música”, visando uma formação de homem para o Estado e para a Igreja. BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. *Um só coração uma só alma: as influências da ética romântica na intervenção educativa salesiana e o papel das atividades corporais*. Rio de Janeiro: UGF, 2005, p. 85-86.

¹⁰ Felipe Neri nasceu em Florença/Itália, filho de Francisco e Lucrecia Neri, viveu entre 1515 e 1595. Considerado padroeiro dos comediantes e humoristas. Por ser companheiro alegre e brincalhão, apelidaram-no de “pipo bom”. “Felipe estudou Filosofia e depois Teologia, que parece tê-lo conduzido a meditações profundas sobre sua vida, [por isso optou] pelos [...] jovens pobres para os quais Felipe se sentia chamado a promover, a conduzir para a dignidade humana e cristã”. Assim, sua principal estratégia foi a alegria, a brincadeira, o jogo e logo percebeu que esses atrativos eram as armas para conquistar o jovem. Em 1558 criou o Oratório na Igreja de São Girolamo da Caridade e para auxiliá-lo com os jovens criou a Congregação do Oratório, cuja característica seria a vida em comum sem votos”. BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. *Um só coração uma só alma: as influências da ética romântica na intervenção educativa salesiana e o papel das atividades corporais*. Rio de Janeiro: UGF, 2005, p. 03.

os educadores era “a estratégia da alegria”¹¹ e a descontração do corpo através do jogo e da brincadeira, fator primordial e fundante na pedagogia de Dom Bosco. Essas apropriações permitiram-lhe a “reelaboração” de ideias educativas que aplicou no ensino dos jovens de sua época.

A partir dessas considerações compreende-se que o sacerdote João Bosco não inventou os Oratórios, como estabelecimentos de educação informal como comumente se pensa. Os “Oratórios” já existiam na Itália e na França naquele tempo. Eram instituições lideradas pela Igreja e legitimadas pelo governo monárquico para instruir os pobres nas regras dos bons costumes e na catequização. Porém, o adjetivo “Festivo” foi proposta do sacerdote João Bosco para diferenciá-lo dos demais¹².

Sendo assim, ele reestruturou, aprimorou e adaptou o modelo dos Oratórios existentes, através de seus estudos sobre educação e experiências que absorveu durante a prática do tirocínio realizado nas ruas, fábricas, bares e prisões de Turim, acompanhando o sacerdote, José Cafasso, seu mestre e confessor.

Quanto a isso, Bourdieu¹³ salientou que a condição de acesso realmente produtivo é a capacidade que o homem tem de reproduzir ativamente os melhores produtos dos pensadores do passado, pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram. E prosseguiu:

Nunca se passa para além da história e da ciência do homem não poder por a si mesmo outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular de conferir a si mesmo o domínio teórico das condições históricas em que pode emergir necessidades trans-históricas.¹⁴

¹¹ BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. “Casa Giocosa”, Oratório São Girolamo”, “Oratório São Francisco de Sales”: Experiência que se refazem e se aprimoram. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação*. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 4.192.

¹² SCARAMUSSA, Tarcísio. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação*. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1977.

¹³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 63.

¹⁴ *Ibid.*, p. 70.

Nessa concepção, através de estudos do funcionamento da ação pedagógica de seus antecessores italianos; o contato com as teorias pedagógicas surgidas no século XIX; os estudos de modelos educativos de outras Congregações religiosas, como dos lassaristas e jesuítas, Dom Bosco chegou ao seu modelo educativo conhecido como Sistema Educativo de Dom Bosco ou Sistema Preventivo de Dom Bosco, que se baseia na razão, religião e *amorevolezza* (representada pela benevolência, amabilidade, alegria dos mestres e auxiliares).

Todavia, apesar dos Oratórios Festivos não terem caráter de escolarização considera-se que foi um modo informal de educação católica e de socialização¹⁵ utilizado pela Congregação Salesiana para doutrinar crianças pobres difundido em várias partes do mundo.

Desse modo, este artigo objetiva expor considerações sobre as modalidades formal e informal de ensino, partindo de representações da formação educativa oferecida no Oratório Festivo “São João Bosco”, que utilizou o Sistema de ensino Salesiano, abordando ainda as intenções da Igreja na primeira metade do século XX, visando à educação do indivíduo civilizado e, conseqüentemente católico. Trata de aspectos da infância pobre em Sergipe. Para isso, empregou-se como fundamento teórico-metodológico os preceitos da História Cultural e como categorias de análise os conceitos de civilização de Norbert Elias; apropriação de Roger Chartier; *habitus* e campo religioso de Pierre Bourdieu, que permitiram trabalhar o conteúdo de fontes diversas: jornais, anais da instituição, cartas-programas, fontes orais, dentre outras.

ORIGEM DO ORATÓRIO FESTIVO DOM BOSCO

Em 31 de janeiro de 1888 faleceu o sacerdote Dom Bosco, deixando um legado de três obras solidamente constituídas. Quais sejam: a)

¹⁵ Compreende-se o termo socialização a partir do ponto de vista de Setton (2005). Em que o processo de socialização consiste numa nova configuração das relações sociais, onde as ações educativas não se realizam apenas nos espaços institucionais tradicionais, mas através de outras modalidades educativas que contribuem para o surgimento de uma nova percepção do indivíduo sobre si e sobre os grupos que os rodeia. SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, vol. 17, n. 2, 2005, p. 335-350.

O Instituto ou Pia União de São Francisco de Sales (Salesianos), que se encarregou da educação de meninos (a esse ramo estava ligado à figura do Coadjutor¹⁶ que acompanhava os padres em suas missões); b) A Associação das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) instituída para cuidar da educação de meninas (nesse ramo inclui-se a figura das missionárias, mulheres formadas na religião que acompanhavam as freiras salesianas em suas missões); c) A Pia União dos Cooperadores e Cooperadoras Salesianas (os beneméritos de Dom Bosco), órgão ao qual estava ligado o Boletim Salesiano, periódico que tinha por função estimular, orientar e instruir o Cooperador em suas ações e obras de caridade em favor da Congregação como vimos anteriormente.

Os Salesianos, como “especialistas” encarregados da “gestão dos bens de salvação”¹⁷ estabeleceram suas primeiras fundações no Brasil no ano de 1883, com o Colégio Santa Rosa, em Niterói, no Rio de Janeiro; e o Liceu Coração de Jesus em São Paulo em 1885, ambos para meninos. A primeira casa constituída no Nordeste foi o Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração, fundado no Recife em 1895, destinado a meninos órfãos e desamparados¹⁸. As Salesianas estabeleceram o primeiro para meninas em Guaratinguetá/São Paulo, o Colégio Nossa Senhora do Carmo em 1892, oferecendo internato, externato, cursos primário e profissional e escola noturna gratuita¹⁹. A primeira casa do nordeste para meninas foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora instalado em Petrolina/PE em 1926. Em Sergipe, a primeira obra Salesiana também acolheu meninos pobres

¹⁶ O Coadjutor ou irmão era um membro leigo formado (um irmão sem hábito) pela Congregação Salesiana, que exercia o papel de religioso e educador. Ressalta-se que na formação dessa categoria exigia-se apenas o “aspirantado, noviciado e os votos [profissão perpétua], como os eclesiásticos”, porém, não prosseguiram os estudos de Filosofia Eclesiástica e Teológica como os sacerdotes. Apesar de existirem homens formados em Engenharia, Agronomia, a grande maioria era sapateiros, marceneiros, alfaiates, ferreiros, encadernadores e outros ofícios que suprissem a mão de obra das Escolas Profissionais, as Escolas Agrícolas e o ensino da catequese. OLIVEIRA, Luiz de. *Centenário da Presença Salesiana no Norte e Nordeste do Brasil. Vol. I – (dos primórdios até 1933)*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994a, p. 73.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 58-59.

¹⁸ AZZI, Rioldo. *Op. Cit.*; OLIVEIRA, Luiz de. *Centenário da Presença Salesiana no Norte e Nordeste do Brasil. Vol. I – (dos primórdios até 1933)*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994a.

¹⁹ SANTOS, Priscila dos Santos; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. As irmãs salesianas: na educação da mulher natalense na década de 1970. In: *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: a Educação Escolar em Perspectiva*. Curitiba/Paraná: PUCPR, 2004, p. 5.

na Escola Agrícola “São José” implantada em 1902, num lugar conhecido como “Tebaida”²⁰.

Nessa direção, a fim de implantar ensino e educação à juventude pobre e abandonada, a Congregação Salesiana concebeu os Oratórios Festivos, que segundo Azzi²¹ eram uma espécie de ponta de lança da obra de Dom Bosco, destacando-se como organismos complementares²² da instituição. Pode-se inferir que era a mola impulsora do empreendimento salesiano, pois, a partir deles “criava-se na localidade ou cidade um ambiente favorável à implantação progressiva das outras atividades”²³. A intenção era reunir num espaço apropriado (amplo e alegre), um número considerável de crianças interagindo entre os ritos católicos e práticas festivas. A ludicidade desenvolvida pelos padres e auxiliares com a interação dos alunos organizadamente (no sentido de não deixar o jovem ocioso) era o trunfo da atração e permanência das crianças nas atividades.

Nessa perspectiva, essa forma estratégica de prática informal de ensino fazia parte do “projeto de expansão salesiano” desde os primórdios da obra de Dom Bosco, uma vez que, a instalação de um Oratório Festivo dispensava pouco investimento financeiro, além de tornar-se um meio de ‘sondagem’ para interpretar o tipo de clientela específica a ser estabelecida numa localidade. Azzi salientou que,

[...] necessitando de poucos recursos humanos e materiais, os Oratórios Festivos se multiplicaram pelas diversas cidades do Brasil. Tiveram sempre vida muito flutuante, com períodos de

²⁰ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004; OLIVEIRA, Luiz de. *Centenário da Presença Salesiana no Norte e Nordeste do Brasil. Vol. I – (dos primórdios até 1933)*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994a; SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil (1897-1970)*. Instituto Storico Salesiano – Roma, 2000, p. 304.

²¹ AZZI, Riolando. *Op. cit.*

²² Distingue-se organismos complementares como dispositivos necessários para aplicação das normas estabelecidas na instituição, visando interiorizar a disciplina necessária na formação de corpos e mentes. BONIFÁCIO, Nadja Santos; FREITAS, Anamaria G. Bueno de. *Mulheres Reunidas: o legado da União das Ex-Alunas do Oratório Festivo São João Bosco*. In: *Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação*. São Luís/MA: UFMA, 2010, p. 5.

²³ AZZI, Riolando. *Op. cit.* p. 78.

maior vitalidade e épocas de estagnação e decadência. Houve mesmo casos em que a presença de um salesiano em repouso numa cidade foi o suficiente para que lá fosse iniciado um Oratório Festivo. [Pois], na medida em que se consolidava sua presença numa cidade ou região procuravam os salesianos desenvolver outros tipos de trabalho entre a juventude, destacando-se nesse sentido as escolas profissionais ou agrícolas.²⁴

O primeiro Oratório Festivo instituído em Aracaju não fugiu à regra da ‘sondagem’, “como em outras partes, também nasceu festivo, isto é, limitado aos domingos e dias santificados”²⁵. Sua implantação deu-se em 1908, no terreno do atual Colégio Salesiano, com o objetivo de catequizar meninos pobres.

Em 1913 chegou a Aracaju o Padre salesiano Aníbal Lazzari, italiano formado em Turim, que atuava no Recife desde 1901. Tinha por missão dirigir o Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, fundado em 1911, localizado na época na Rua da Aurora (atual Avenida Rio Branco) e para atender os filhos da elite economicamente elevada do Estado.

Em 1914, o padre reativou o antigo Oratório Festivo Nossa Senhora Auxiliadora para meninos e, concomitantemente incentivou as mulheres da Associação das Filhas de Maria e Damas de Caridade a engajar-se no projeto de formação de um Oratório Festivo para meninas, pois percebeu que nas redondezas da Tebaidinha (como ficou conhecido o lugar) havia um número considerável de meninas – que para ele – careciam de “salvar a alma”, assim, a necessidade de criar um Oratório Feminino.

Dentre do grupo das senhoras de caridade estava Genésia Fontes, “jovem muito ativa e de grande piedade, mais conhecida como d. Bebê” que aceitou formar “um catecismo nos moldes do Oratório de Dom Bosco”²⁶ e com mais três senhoras da Associação iniciou os trabalhos em 1914.

²⁴ *Ibid.*, p. 81.

²⁵ *Boletim Salesiano*, n° 3, mar./1961, p. 541.

²⁶ OLIVEIRA, Luiz de. *Centenário da Presença Salesiana no Norte e Nordeste do Brasil. Vol. I – (dos primórdios até 1933)*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994a, p. 78.



Figura 2: Padre Diretor Anibal Lazzari (Confessor, incentivador e conselheiro de Genésia Fontes. Atuou no Colégio N. S. Auxiliadora de 1913 a 1919) Autoria: Photo Brasil/Aracaju. S/d. Acervo do Colégio N. S. Auxiliadora, 2008.

Todavia, ao engajar-se no projeto dos Salesianos em Aracaju, Genésia Fontes já dispunha de um pré-conhecimento do sistema de ensino salesiano e sobre a vida de Dom Bosco, a partir das leituras de exemplares dos Boletins Salesianos e por ser uma Cooperadora de Dom Bosco.

A revista, Boletim Salesiano, estimulava o Cooperador Salesiano a contribuir com as obras de Dom Bosco, entretanto, aquele que não tivesse condições financeiras de cooperar com grandes construções e doações, atuaria modestamente, formando grupos para o ensino da catequese e outras atividades de aconselhamento e orientação.



Figura 3: Genésia Fontes (Dona Bebé). Autoria desconhecida. S.d. Acervo do Oratório Festivo Dom Bosco.

As Cooperadoras Salesianas, a depender da condição social encarregavam-se de ajudar as Filhas de Maria Auxiliadora na educação de meninas, a fim de “afeiçoá-las, informá-las no bom espírito e fazer delas boas mães cristãs”. A recomendação do Boletim era que seus membros

pesquisassem os lares conhecidos para “aconselhar, dissuadir e influir” na educação das crianças; na “obra da educação moral, intelectual e artística da juventude necessitada, especialmente das crianças desvalidas; cooperar com o bem público, a cristianização e ensino dos meninos [e meninas] pobres”²⁷. Conquanto que, nas quatro primeiras décadas do século XX houve um incentivo para que as mulheres, principalmente as de classe média e alta promovessem ações caritativas, consideradas um trabalho bem visto pela sociedade.

Segundo Besse,

As organizações femininas de caridade se proliferaram e prosperaram a partir do final da década de 1910. As mulheres de classe média e alta aderiam animadamente às fileiras cada vez maiores de voluntárias, pois a participação lhes oferecia tanto um meio de ingressar na corrente predominante da vida pública quanto uma válvula de escape para seus talentos e energias. Ademais, numa sociedade que considerava cada vez mais importante educar as mulheres para serem cidadãs úteis, o trabalho voluntário em prol de causas caritativas oferecia, às mulheres casadas de boa instrução e sustento garantido, um meio aceitável de darem uma contribuição pública a sociedade²⁸.

Mas qual a representação do Oratório Festivo transmitida para a sociedade através dos Boletins Salesianos nas primeiras décadas do século XX?

[O Oratório Festivo] é um ponto de reunião para a juventude nos dias festivos. Arma-se uma capela decente; ao lado da capela faz-se um barracão que sirva de teatro e de recreio para os jovens nos dias de chuva; depois aplanam-se um vasto terreiro, onde possam correr e saltar dezenas de meninos, organizam-se

²⁷ *Boletim Salesiano*, ano X, vol. IV, nº 9, set./1911, p. 222.

²⁸ BESSE, Susan K. *Modernização e Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169.

alguns jogos, rodeiam-se o local de uma pequena parede e está pronto o Oratório. Então procede-se á inauguração solene; e ao cabo de algumas semanas, é de ver como nos dias festivos toda a juventude da cidade ou da região acode com alegria ao Oratório, porque passa aí horas felizes em mil divertimentos, ouve Missa, com a Missa tem também um pequeno sermão, numa palavra, santifica modelarmente o dia do Senhor e diverte-se a mais não poder²⁹.

Para os Cooperadores e Cooperadoras, a representação sobre os Oratórios Festivos anunciava:

Quem, portanto se sentisse inspirado por Deus a fundar uma obra semelhante, não se desanime se nos princípios houver de lutar com a falta de pessoal; com a benção de Deus e com o andar dos tempos encontrará mesmo entre os jovens mais assíduos ao Oratório. [...] Talvez quem ouvindo neste livrinho que servirá de norma, falar em capela, de escola, de recreios, de música, de biblioteca, etc., poderá imaginar também que não se possa começar um oratório se não há desde logo todo este aparato, e em toda a parte haja o necessário confortante: mobílias, paramentos, armários, bancos, livros, mesas, jogos variados, etc. [...] Não quisera que esta ideia fixando-se na mente de algumas pessoas as dissuadisse de por mãos a uma obra de tanta utilidade. Pode-se começar com pouco; se não houver capela própria poderá servir a Igreja paroquial ou o coro da sacristia, ou a capela de alguma confraria; se não escolas nos princípios, virão mais tarde e mesmo não as ter, onde não há necessidade. Uma coisa chama outra, e de coisa nasce coisa. A Divina Providencia que de tudo vela, abençoará a vossa solicitude industriosa e vos fornecerá pouco a pouco de tudo quanto for necessário³⁰.

²⁹ *Boletim Salesiano*, Ano XI, vol. IV, n.º. 7, jul./1912, p. 172.

³⁰ *Boletim Salesiano*, ano X, vol. IV, n. 1, jan./ 1911, p. 33-34.

As iniciativas do grupo feminino de cooperadoras salesianas avultaram as obras sociais e assistenciais dos Salesianos, pois proporcionou um elo de difusão dos ensinamentos da doutrina religiosa católica com o seu ambiente de convívio, engrandecendo ainda mais a Congregação. Como membro da cooperação salesiana, o ato mais importante da benemérita Genésia Fontes foi a criação do Oratório Festivo Dom Bosco, dedicando-se durante trinta e oito anos, na formação de moças pobres.

Diante desses dados considera-se fundamental ressaltar que a criação do Oratório Festivo Dom Bosco não estava alheio ao processo de crescimento e modernização da cidade e do processo de romanização da Igreja brasileira. Observa-se que foi dentro dessas perspectivas sociais que o Oratório Festivo Dom Bosco se fez presente. Foi criado numa parte cidade onde o acesso de meninas pobres à escola era deficiente. Os grupos escolares dentro da ‘cidade saneada’ e, na maioria das vezes, as escolas isoladas eram insuficientes e distantes das casas das meninas. Em suma, a localidade era um meio propício para introdução desse tipo de instituição.

Contudo, a criação do Oratório Festivo feminino fez parte do processo de romanização, que em Aracaju se concretizou com a presença do Bispo Dom José Tomaz Gomes da Silva³¹. Com a chegada do Bispo, várias instituições católicas foram criadas e reconhecidas, tais como, a Associação das Damas de Caridade da cidade em 1911; a União da Filhas de Maria em 1912, com sede no Colégio Nossa Senhora de Lourdes; o Seminário Sagrado Coração de Jesus para formação de padres³²; o Colégio Nossa Senhora das Graças de Propriá, em 1915³³. Vários outros mecanismos e diversas outras instituições foram criadas,

³¹ Nasceu no Rio Grande do Norte em 04 de agosto de 1873. Iniciou seus estudos eclesiais no Seminário de Olinda em 1891 e recebeu as ordens sacerdotais no Seminário da Paraíba em 1894. Desempenhou várias funções em sua carreira eclesial, sendo consagrado bispo de Aracaju em 1911 pelo Papa Pio X, com a sagração na capital da Paraíba no mesmo ano. Faleceu em 1948 em Aracaju. Verificar: ANDRADE JR. Péricles Moraes de. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão/SE: UFS/Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000, p. 76. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

³² BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus*. São Cristóvão/SE: UFS/NPGED, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação).

³³ MELO, Valéria Alves. *As Filhas da Imaculada Conceição: um Estudo sobre Educação Católica (1915-1970)*. São Cristóvão-SE: UFS/NPGED, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação).

no período com o sentido de “promover o ensino religioso e o aperfeiçoamento doutrinário do povo”³⁴.

O Oratório Festivo feminino de Aracaju foi criado a 16 de Agosto de 1914, dentro dos parâmetros de simplicidade citados anteriormente. Conforme registrado no histórico da instituição, dois núcleos foram formados pelas senhoras da Associação das Damas de Caridade nos moldes do sistema salesiano com o fim de “reunir aos domingos e dias santificados, meninas para ensinar-lhes o catecismo”³⁵.

Os núcleos iniciaram em pontos diferentes da cidade sob a responsabilidade das senhoras Gesuína Sandes e Maria Almeida, na Rua do Rosário e Genésia Fontes e Regina Spinola na Avenida Barão de Maruim. (Resumo Histórico do Oratório Festivo Dom Bosco, 1925, p. 2). Constata-se na documentação que no mesmo ano os núcleos uniram-se somente sob a direção de Genésia Fontes num local chamado Várzea do Coelho, no Carro Quebrado (atual bairro São José), na sala de uma casa cedida por uma negra charuteira chamada Cecília Praxedes, com o fim de continuar as reuniões de catecismo aos domingos e feriados.

A “casa de palha” que originou o novo núcleo, denominado Oratório Festivo “Venerável Dom Bosco” estruturava-se de taipa e coberta de palha representando o estilo da maioria das casas da localidade do Carro Quebrado na época. O espaço funcionou com trinta meninas. “Nos primeiros dias de dezembro, após tríduo preparativo fizeram elas a santa comunhão em missa celebrada pelo Padre Aníbal ao canto de hinos piedosos”³⁶.

Na sede definitiva da instituição, adquirida em 1919, ergueu-se o complexo do Oratório Festivo “São João Bosco” que se conhece hoje. De início, era uma “choupana [casa de taipa coberta de palha] que servia, ao mesmo tempo, de capela, dormitório, sala de aula, tendo por refeitório o barracão”³⁷ e rodeado por dunas, porém era um terreno amplo para ampliações arquitetônicas.

³⁴ LIMA, Mons. Maurílio Cesar de. *Breve história da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro, 2001, p. 150.

³⁵ *Resumo Histórico do Oratório Festivo Dom Bosco*, 1925, p. 2.

³⁶ *Resumo Histórico do Oratório Festivo Dom Bosco*. Aracaju, 1925, p. 2.

³⁷ REGIS, Leyda. *Bebé: subsídio para uma biografia*. Aracaju/SE: Livraria Regina, 1968, p. 36.



Figura 4: Instalação definitiva do Oratório Festivo Dom Bosco, adquirida em 1919.
Autoria desconhecida. Acervo do Oratório Festivo Dom Bosco.

Observam-se na fotografia, já nessa época diversos aspectos no tocante à ordem, disciplina e religiosidade, tais como: um número significativo de alunas vestidas com um roupão branco; a adoração a Dom Bosco, através do seu retrato doado por Padre Aníbal Lazzari e erguido ao fundo por duas alunas; e com relação à localidade notam-se vestígios dos morros de areia devido a uma inclinação no terreno. Nessa época (1919), a instituição continuou, funcionando com duas seções, Externato (com alunas em tempo integral) e Oratório Festivo (aos domingos e dias festivos). A partir de novembro de 1920, implantou-se o Internato para órfãs.

A documentação institucional registrou que a partir de 08 de setembro de 1920, o Oratório Festivo Dom Bosco ficou autorizado a realizar as comemorações discriminadas no calendário anual da Congregação Salesiana e efetivar sua participação nas “festas, cerimônias religiosas, procissões, homenagens e práticas apropriadas às diversas épocas do ano”³⁸. Além das festas comemorativas, o Oratório Festivo Dom Bosco estava sujeito à vistoria pelos padres inspetores salesianos. E por aconselhamento do padre Aníbal Lazzari, a diretora Genésia Fontes foi orientada a enviar cartas-relatórios mensais às Irmãs Salesianas.

³⁸ *Anais do Oratório Festivo São João Bosco*. Aracaju, 1925, p. 8-9.

Nos meses de julho e agosto de 1925, a instituição recebeu duas ilustres visitas, o novo padre, Inspetor Ambrósio Tirelli, no final do mês de julho; e no dia 05 de agosto, marcou presença o padre José Vespignani, Membro do Capítulo Inspetoral e Visitador Extraordinário das casas salesianas da América do Sul. No período, a diretora já estava com sede própria, acomodações razoáveis e com as três seções (modalidades) em funcionamento – Internato, Externato e Oratório Festivo. Assim, para receber as ilustres personalidades, o “Oratório engalanou-se e prestou aos distintos e virtuosos filhos de Dom Bosco as homenagens a que faziam jus seus méritos, cargos e virtudes”³⁹. Além das visitas ilustres e obrigações a cumprir, a instituição recebeu uma certificação dos membros salesianos reconhecendo a obra.

Nesse contexto, percebe-se o incentivo despendido à benemérita Genésia Fontes pelos padres salesianos – agentes da fé, “especialistas dos bens de salvação” – num momento em que a Igreja necessitava de pessoas predispostas a auxiliar na divulgação dos preceitos católicos e na educação e evangelização dos fiéis, servindo de exemplo e imitação entre os membros da sociedade. Assim, através dos princípios de Dom Bosco, a cooperadora salesiana Genésia Fontes procurou de forma simples e determinada alcançar seus objetivos.

O ENSINO NO ORATÓRIO FESTIVO DOM BOSCO

O Oratório Festivo oferecia modalidades de ensino formal e informal. As modalidades de ensino formal constituíam-se de Internato e Externato. No período de 1928 a 1936, funcionou uma Escola Pública isolada, mantida pelo Estado. Nessa, matriculavam-se em média 50 alunas por ano. Quando a escola isolada foi transferida, a diretora providenciou a construção de um espaço para atender as meninas das proximidades que se denominou Externato do Oratório Festivo “São

³⁹ *Anais do Oratório Festivo São João Bosco*. Aracaju, 1925, p. 8.

João Bosco” – de cunho particular que chegou a atender quase 100 alunas por ano, a partir de 1938.

Já a modalidade informal equivalia aos Oratórios Festivos, mantidos pela instituição. Atendiam em média 250 oratorianas todos os domingos, feriados e no carnaval.⁴⁰ Esses dias representavam os dias de folga das escolas públicas, de modo que era um momento de oferecer às meninas e moças das imediações educação religiosa católica. No carnaval, o Oratório abria suas portas durante os três dias, buscando afastar, principalmente, as moças de uma festividade considerada pelo catolicismo, deturpadora dos valores morais.

No ensino formal, a instituição adotou – conforme os Relatórios enviados à Diretoria de Instrução Pública do Estado e assinalados nos Anais da instituição – um conjunto de disciplinas deliberado no Regulamento da Instrução Pública para o ensino primário. Nessa época, com base no Decreto nº 867 de 11 de março de 1924, durante a gestão de Maurício Graccho Cardoso, a instrução primária estava “dividida em elementar e superior de três anos cada uma”⁴¹. Desse modo, a instituição oferecia às alunas, nos primeiros tempos, somente o primário elementar. Nas entrevistas, as alunas lembraram-se das aulas de Português (Cartilha), Matemática (Tabuada), aulas de Postura e Trabalhos Manuais. Porém, nos Relatórios e Anais da instituição, registrou-se que se oferecia o currículo do ensino primário especificado pela Instrução Pública do Estado, o qual segue:

Leitura, Escrita e caligrafia, Aritmética, compreendidas as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal. Corografia do Brasil e de Sergipe (generalidades), Noções de Historia do Brasil e de Sergipe. Rudimentos de moral e instrução cívica, urbanidade e higiene. Moléstias mais comuns em Sergipe e meio de preveni-las. Por meio de lições de coisas: noções simples acerca de estrutura e funções do corpo humano; animais, plantas e objetos de imediata utilidade; fenômenos atmosféricos.

Elementos de trabalho manual. Cartonagem. Prendas de agulha e

⁴⁰ *Relatório do Oratório Festivo São João Bosco*. Aracaju, 1933, p. 3.

⁴¹ *ESTADO DE SERGIPE*. Regulamento da Instrução Pública, 1924, p. 6.

outros misteres domésticos, inclusive lavado e engomado, cultivo de hortas e jardins, para meninas, Ginástica, Formações, marchas⁴².

O Código de Menores Melo Matos prescrevia, em seu art. 191, que as instituições de abrigo oferecessem aos menores “exercícios de leitura, escrita ou contas, lições de coisas e desenho, trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos”. No art. 202, descreviam-se algumas atividades de trabalhos manuais para as meninas, que consistiam em “costura e trabalhos de agulha, Lavagem de roupa, Engomagem, Cozinha, Manufatura de chapéus datilografia, Jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves”⁴³. Assim, a grade curricular determinada pelo Código de Menores exigia o mínimo estabelecido pela Diretoria da Instrução Pública brasileira.

No Oratório Festivo Dom Bosco, além das disciplinas obrigatórias prescritas pelo Regulamento de Instrução, ofereciam-se como complemento ao programa aulas de Religião, Música, Teoria Musical, Piano (essa prática não abarcou todo conjunto de educandas, somente um grupo de alunas que não foram reveladas na documentação) e Coral. Eram oferecidas ainda aulas de Noções de Civilidade e Postura, Canto Orfeônico, Ginástica, Teatro⁴⁴. Para as aulas de Trabalhos Manuais propostas pelo Regulamento, a instituição ofertava: Corte e Costura, Bordado, Flores Artificiais, Tapeçaria, Pintura e Desenho. Prendas Domésticas: Cozinhar, Lavado e Engomado, Limpeza da Casa⁴⁵.

Sendo assim, o Oratório Festivo Dom Bosco estava em concordância com as exigências da Diretoria de Instrução Pública do Estado e com o que estabelecia o Código de Menores de 1927.

No Sistema Preventivo de Dom Bosco, era imprescindível advertir ao aluno das normas contidas no Regulamento, para que ele soubesse de seus deveres e o grau das punições quando cometesse alguma indisciplina. No entanto, “avisar” sobre as regras não era o suficiente

⁴² ESTADO DE SERGIPE. Regulamento da Instrução Pública, 1924, p. 32.

⁴³ Código de Menores, 1927, p. 31-32.

⁴⁴ Relatório do Oratório Festivo São João Bosco. Aracaju, 1933, p. 2.

⁴⁵ Anais do Oratório Festivo São João Bosco. Aracaju, 1934.

para manter a ordem e a disciplina. O controle do espaço temporal era primordial para o sucesso da padronização das ações e das atitudes do aluno, pois, o controle do tempo, além de prevenir contra a ociosidade, era uma forma de interiorizar as divisões do espaço temporal, no qual deveria habituar-se a preenchê-lo organizadamente para saber diferenciar o tempo das atividades laborais e os momentos de descanso.

Desse modo, as atividades distribuídas na instituição ocupavam as alunas em tempo integral. O dia era organizado com diversos afazeres no sentido de impedi-las a cometer faltas. Assim, além do calendário oficial correspondente ao ano letivo, cumpria-se o calendário religioso Salesiano, e outros eventos que sumariamente realizados no calendário salesiano fizeram parte da “dimensão simbólica que perpassa o universo dessas instituições educativas”⁴⁶, tais como: a distribuição anual de prêmios, passeios e visitas de cumprimento e agradecimentos a beneméritos, padres inspetores e pessoas outras que auxiliavam a instituição. Eram eventos que poderiam realizar-se no decorrer do ano, na medida do necessário, exceto os passeios e a distribuição de prêmios, que tinham dias específicos para realizarem-se.

A regularidade das atividades era indispensável para o controle do tempo e do espaço proporcionado no Oratório Festivo Dom Bosco, principalmente aquele direcionado às alunas em regime de internato, tornou-se condição adequada para aquisição ou formação de um *habitus*, que foi construído a partir das relações entre todos os seus agentes e por intermédio da aplicação de ações pedagógicas que procuraram conformar nas educandas uma linguagem específica para “percepção e apreciação” do mundo social, bem como a formação de “esquemas de classificação”⁴⁷ ou “habilidades sociais”⁴⁸, suficientes para se comportar

⁴⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius. *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000, p. 10.

⁴⁷ O mundo social para Bourdieu “pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com diferentes princípios de visão e divisão – por exemplo, as divisões econômicas e as divisões étnicas, religiosas.” BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 158-159. Essa percepção de variações irá depender da posição do espaço de seus agentes, estabelecendo assim, a variação nas práticas, ou seja, nas representações.

⁴⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994, p. 48.

devidamente em alguns ambientes sociais, a exemplo da Igreja, da rua ou de casa. Todavia, tais habilidades tornar-se-iam mutáveis conforme o grau de experiências que as alunas fossem submetidas dentro da instituição ou quando fora dela.

Os agentes do processo educativo – que era composto por professoras formadas no Curso Normal – distribuíam a rotina diária das alunas de forma que “o tempo escolar [estivesse] vinculado ao tempo religioso [...] e também um tempo de trabalho”⁴⁹, visando incorporar “estruturas estruturadas estruturantes”⁵⁰, que definiam um costume e um ritmo, porque “tudo era dividido por hora e dava tempo para tudo”, conforme relatou a ex-interna Ferreira⁵¹. Rodrigues, ex-interna que entrou na instituição em 1948, ressaltou que o dia começava cedo e era organizado. “A gente acordava cedo para ir à missa. Toda vida teve missa, tinha um padre que ia celebrar a missa no Oratório, padre Adriano. Era costume, mãezinha [dona Bebê] botou aquele ritmo. Ela era muito religiosa, tinha vontade de ser freira, mas não foi”⁵².

Em suas declarações, Rodrigues descreveu a distribuição do tempo de forma minuciosa:

Todo dia tinha missa, a gente acordava cedo às 5:30 horas, tomava banho, se vestia. Às 6:00 horas a gente tinha que estar na Igreja. A primeira coisa do dia era a missa. Depois da missa a gente saía todas em fila direitinho ia pro refeitório tomar café. Depois do Café era que a gente voltava para trocar de roupa [vestir o fardamento diário] para começar as aulas de 8:00 ao meio dia [...]. Depois das 13:00 horas a gente ia fazer as obrigações da casa [...]. Quando era 14:00 horas em ponto tinha aulas de trabalhos manuais

⁴⁹ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Maceió: EDUFAL, 2007, 176-177.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

⁵¹ FERREIRA, Reuza Maria Lopes. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 26 de outubro de 2008.

⁵² RODRIGUES, Maria Madalena da Conceição. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 11 de julho de 2010.

com dona Aurinha. No intervalo tinha lanche às 3:00 da tarde, lanchava e voltava logo. E assim passava a hora até às 4:00 da tarde, quando a gente era dispensada ia tomar banho. [...] Depois do banho às 6:00 da tarde, o sino tocava. Pelo sino a gente já sabia e Maraci [auxiliar] cantava a Ave Maria. A gente sabia que era hora do *Angelus*. Na hora vinha minha Aurinha e mãezinha, ficavam na frente e rezavam *Angelus Domini...*, todas as alunas juntas, acompanhavam. Depois do canto a Nossa Senhora, dali mesmo fazia a fila e ia para o refeitório tomar café. Era tudo muito bem organizado. Depois limpávamos o refeitório e a gente podia brincar no pátio até à hora de se recolher às 8:30 horas da noite. Mas antes de subir para o dormitório a gente fazia um lanche. Um biscoitinho seco de coco com café. Ah! Eu adorava. Já no quarto antes de deitar a gente rezava ao pé da imagem de Nossa Senhora Auxiliadora que ficava no centro do dormitório. Depois tinha a Boa Noite que mãezinha dizia pra gente, alguns avisos de coisas que a gente não devia fazer, ter fé em Dom Bosco, e outros conselhos. Tudo isso antes da gente deitar. Uma auxiliar ficava vigiando a gente pra ficar em silêncio até dormir⁵³.

Constata-se através desse depoimento e de outros similares, que o cotidiano das alunas estava dividido em vários momentos, vivido em lugares determinados e específicos. O dia era um período de aprendizado, dividido em tempos de estudar, o tempo da higiene e da alimentação, o tempo dedicado aos ofícios religiosos, o tempo do trabalho (afazeres domésticos) e o tempo da recreação e descanso.

O ano letivo das alunas internas iniciava no mês de março e terminava no final de novembro com a festa de encerramento do ano letivo. A partir desse evento – no qual se realizavam celebrações religiosas, banca examinadora, certames, apresentações teatrais, leitura de atas e distribuição de prêmios – davam-se as férias. Durante o período das férias ocorriam os passeios para sítios ou chácaras de beneméritos no

⁵³ RODRIGUES, Maria Madalena da Conceição. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 11 de janeiro de 2010.

interior do Estado, como Riachão do Dantas, a cidade natal da diretora ou à casa de veraneio localizada na Atalaia.

Durante o período letivo desenvolviam-se diversas práticas festivas e religiosas propostas no calendário salesiano, que se articulavam com as práticas dos estudos regulares por intermédio das dramatizações, declamações, jogos e brincadeiras. Essas atividades extras contribuíram para transmitir o ensino religioso, bem como os valores morais e o código de comportamentos sociais que tinha disciplina específica – as aulas de Postura e Noções de Civilidade.

As aulas de Postura e Noções de Civilidade foram muito importantes no quadro curricular, porque visavam ensinar as boas maneiras às alunas para apresentarem-se corretamente em público. Objetivavam ainda trabalhar a “natureza” destas, através do “mecanismo do controle das emoções” (sensibilidades e sensações), pois, as moças tinham que aprender a “policiar o próprio comportamento”⁵⁴. Para isso, no decorrer da disciplina impunham-lhes um conjunto de atividades (dramas, canções, hinos religiosos, orações, jogos, entre outros), no sentido de auxiliar na “formação de sensibilidades recatadas, civilizadas, consideradas indispensáveis como signos de refinamento”⁵⁵.

“A aula de Postura quem dava era minha Aurinha”⁵⁶. A professora Áurea Vitória de Amorim ingressou na instituição em 1929. Além dessa disciplina ministrou aulas de trabalhos manuais, piano, música teórica e organizou o coral designado *Schola Cantorum* do Oratório Festivo Dom Bosco, tendo em vista a participação das alunas em eventos. Segundo o Relatório de 1946, no dia 30 de abril, as alunas internas foram assistir a uma sessão literomusical no Ginásio Salesiano, formando no momento um número de canto orfeônico para os convidados. Essa e outras participações das alunas em ambientes sociais da cidade foram relevantes a ambos os lados: para a instituição, que podia mostrar à sociedade a seriedade do tra-

⁵⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994, p. 93.

⁵⁵ CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960). In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação*. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 353.

⁵⁶ FERREIRA, Reuza Maria Lopes. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 13 de agosto de 2010.

balho desenvolvido; e para as alunas porque eram momentos oportunos de circular fora do espaço institucional, permitindo-as outras visões de mundo.

Todavia, as aulas de Postura não se limitaram a ensinar às meninas modos de vestir, falar, andar e comportar-se em público, aspectos necessários para causar a tão cobrada boa impressão à sociedade. Outras normas de etiqueta referentes à recepção eram ressaltadas: “aprendemos a arrumar uma mesa”, “aprendemos a colocação dos talheres, copos, pratos e a servir a comida”, a “usar os talheres na hora de comer”, e ainda “aprendemos como receber convidados em nossa casa, como deixar a casa limpa e bem apresentada”⁵⁷, afirmou a ex-interna Ferreira.

Nos ensinamentos formal e informal, além das aulas de etiquetas e comportamento, as alunas incorporavam as práticas religiosas, entendidas neste trabalho como formas⁵⁸ de linguagem⁵⁹. O mês mariano e as flores, o Santo Natal, árvore de Natal, presépio e o papai-noel, os festejos a Dom Bosco e o beijamento de sua relíquia, as imagens de santos, santinhos, os milagres atribuídos a Dom Bosco e os retiros, auxiliaram muito na transmissão dos ensinamentos religiosos proporcionados pela instituição, visando à formação de um habitus religioso nas alunas que deveriam incidir nos gestos, no corpo e nos pensamentos.

Os recursos utilizados na transmissão foram variados, tais como: máquina cinematográfica e vitrola, o piano e o harmônio. Do mesmo modo, foram variadas as atividades culturais desenvolvidas na instituição. A dramatização e a música foram as preferidas, porque

⁵⁷ FERREIRA, Reuza Maria Lopes. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 26 de outubro de 2008.

⁵⁸ Conforme Bourdieu, “dar forma” – significa “dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, [...] uma forma tal que pode ser produzida publicamente diante de todos, uma vontade ou uma prática que apresentada de outro modo, seria inaceitável [...]. A força da forma esta vis formae de que falavam os antigos, é esta força propriamente simbólica que permite à força exercer-se plenamente fazendo-se desconhecer enquanto força e fazendo-se reconhecer, aprovar, aceitar, pelo fato de se apresentar sob uma aparência de universalidade – a da razão ou da moral”. BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 106. É nesse sentido que se elege à palavra “forma” neste estudo – transmitir o discurso ou ação de uma maneira que mascare ou encubra o significado real da mensagem.

⁵⁹ Chartier aludiu que “a construção dos interesses pelas linguagens disponíveis” [ou formas de expressão] “em um determinado tempo sempre está limitada pelos recursos desiguais (materiais, linguísticos ou conceituais) de que dispõem os indivíduos” e somente terão sentido e eficácia, conforme a apropriação de seus atores, pois, eles inventam e reinventam as práticas de representação. CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 48.

atraíam alunas e a comunidade. As peças teatrais tratavam de temas variados, um deles era sobre a infidelidade religiosa visando fortalecer a fé dos assistentes.

Torna-se importante frisar que o emprego das diferentes formas de linguagem gerou condições para a difusão da fé no catolicismo e contribuiu para disseminar os valores morais e cristãos entre as famílias num momento em que o movimento de reforma católica intensificou-se no Brasil a partir de meados de século XIX, com a atuação dos bispos, visando o fortalecimento da Igreja. Azzi acredita que naquela época,

[...] já estava em marcha no Brasil um movimento de promoção tridentino. A ação dos bispos reformadores não se limitava simplesmente a criticar ou reformar o catolicismo de tradição colonial. Simultaneamente, procuravam os bispos dar uma nova orientação ao catolicismo do povo brasileiro, através de novas formas de devoção e piedade. Convém ressaltar que essa nova instrução está centrada na vida sacramental. Tanto a instrução catequética como as novas formas de devoção e as associações religiosas têm como finalidade última levar o povo a uma vida sacramental mais intensa⁶⁰.

Os retiros e o mês mariano estão dentro desse quadro de “novas formas de devoção e piedade” para o povo e que no Oratório Festivo Dom Bosco essas práticas aconteciam anualmente. Era uma prática regulada e obrigatória para as alunas, principalmente as internas. Os retiros espirituais praticados na instituição ocorriam num período de três dias. Eram organizados num programa regular e intenso “confeccionado pela diretora e constava de visita ao S. S. Sacramento, Via-Sacra, Ofício a Nossa Senhora”⁶¹, e outros exercícios piedosos que aconteciam, geralmente em quatro práticas diárias.

⁶⁰ AZZI, Riolando. Op. cit., p. 112

⁶¹ Anais do Oratório Festivo São João Bosco. Aracaju, 1925-1952.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Oratório Festivo Dom Bosco é uma instituição que há 96 anos presta serviços à comunidade sergipana. Funciona com modalidades de Internato e Escola de Ensino Fundamental. De fato que hoje os tempos são outros, mas alguns aspectos na prática pedagógica e organizacional da instituição ainda permanecem como o ensino da catequese e o atendimento tradicional e exclusivo a meninas. As festas e práticas ocorridas na instituição auxiliavam na transmissão do catolicismo e na interação entre as famílias das alunas e pessoas da comunidade, o que possibilitava às alunas internas a interação com os hábitos do mundo exterior.⁶² No entanto, as práticas educativas, festivas e religiosas desenvolvidas no Oratório Festivo Dom Bosco determinaram com maior ênfase a formação de um habitus religioso em detrimento do aprendizado escolar. Há indícios de que o objetivo da instituição era produzir uma mulher católica, “apta” ao dever cristão, com experiência no cuidado da casa, do marido e dos filhos. Apesar disso, quando as alunas saíam da instituição tinham receios e aspirações. “Medo de encarar o mundo” e desejos de “continuar os estudos” e realizarem seus sonhos.

FONTES

a) Documentos oficiais

Anais do Oratório Festivo São João Bosco. Aracaju, 1925-1952.

ESTADO DE SERGIPE. Regulamento da Instrução Pública. Aracaju, 1924.

⁶² A noção de representação aproxima as “posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais”, contribuindo para a produção e transmissão representações de práticas que apropriadas, consciente ou inconscientemente, “incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social”, acrescentando ainda a construção dos comportamentos e hábitos encarregados de mostrar uma identidade adquirida. CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 49-50.

Relatório do Oratório Festivo Dom Bosco. Aracaju, 1933.

Resumo Histórico do Oratório Festivo Dom Bosco, 1925.

b) Revista e Jornais

BOLETIM SALESIANO, ano VII, vol. II, nº 1, jan./1908.

BOLETIM SALESIANO, ano X, vol. IV, n. 1, jan./ 1911.

BOLETIM SALESIANO, ano X, vol. IV, nº 9, set./1911.

BOLETIM SALESIANO, Ano XI, vol. IV, jul./1912.

BOLETIM SALESIANO, nº 3, mar./1961.

Diário Oficial do Estado de Sergipe. Estatuto do Oratório Festivo “São João Bosco”. Aracaju, ano XVIII, nº 6.637, 05/dez./1936, p. 2.361-2.362.

c) Fontes orais

RODRIGUES, Maria Madalena da Conceição. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 11 de janeiro de 2010 e a 12 de julho de 2010. (interna). Aracaju/SE.

FERREIRA, Reuza Maria Lopes. Entrevista concedida a Nadja Santos Bonifácio a 26 de outubro de 2008 e a 13 de agosto de 2010. (interna). Aracaju/SE.

d) Fonte eletrônica

São João Bosco – Traços Biográficos. Disponível em: <http://www.auxiliadora.org.br/dombosco.htm>. Acesso em 09 de dezembro de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE Jr. Pércles Morais de. Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926). São Cristóvão/SE: UFS/Núcleo

de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

AZZI, Riolando. Os Salesianos no Brasil: à luz da história. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1982.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus. São Cristóvão/SE: UFS/NPGED, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação).

BESSE, Susan K. Modernização a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BONIFÁCIO, Nadja Santos; FREITAS, Anamaria G. Bueno de. Mulheres Reunidas: o legado da União das Ex-Alunas do Oratório Festivo São João Bosco. In: Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação. São Luís/MA: UFMA, 2010, p. 5.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. “Um só coração e uma só alma”: as influências da ética romântica na intervenção educativa salesiana e o papel das atividades corporais. Rio de Janeiro: UGF, 2005. Tese (Doutorado em Educação Física).

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. “Casa Giocosa”, Oratório São Girolamo”, “Oratório São Francisco de Sales”: Experiência que se refazem e se aprimoram. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 4.188-4.195.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

CASTRO, Afonso. Formação Salesiana: trabalho, educação e ética. Campo Grande: UCDB, 2003.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960). In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 350-361.

LIMA, Mons. Maurílio Cesar de. Breve história da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Restauero, 2001.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MELO, Valéria Alves. As Filhas da Imaculada Conceição: um Estudo sobre Educação Católica (1915-1970). São Cristóvão-SE: UFS/NPGED, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação).

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical. Maceió: EDUFAL, 2007.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A formação do homem civilizado. In: EDUCAR-SE; Revista Trimestral da Educação e do Desporto e Lazer. Ano 1, n° 33, mar./1997, p. 33-51.

OLIVEIRA, Luiz de. Centenário da Presença Salesiana no Norte e Nor-

deste do Brasil. Vol. I – (dos primórdios até 1933). Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994a.

REGIS, Leyda. *Bebé: subsídio para uma biografia*. Aracaju/SE: Livraria Regina, 1968.

SANTOS, Priscila dos Santos; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. As irmãs salesianas: na educação da mulher natalense na década de 1970. In: *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: a Educação Escolar em Perspectiva*. Curitiba/Paraná: PUCPR, 2004, p. 1-9.

SCARAMUSSA, Tarcísio. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação*. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1977. (Coleção Pedagogia Viva).

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, n. 2, 2005, p. 335-350.

SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil (1897-1970)*. Instituto Storico Salesiano – Roma, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius. *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000, p. 3-28.

SOUZA, Valéria Carmelita Santana. *A Cruzada Católica: uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX*. São Cristóvão/Se: UFS/NPGED, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação).

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em julho de 2011.



SER PROFESSOR DO ATHENEU SERGIPENSE: o concurso da 1^a cadeira de Matemática *

ATHENEU SERGIPENSE BE A
TEACHER: the call of the 1st
chair of Mathematics

Suely Cristina Silva Souza**

RESUMO

Fruto de uma pesquisa de mestrado, o presente artigo visa investigar o concurso da 1^a cadeira de Matemática do Atheneu Sergipense. O material preservado no Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), tais como: atas, correspondências, inscrições e uma tese apresentada serviram de auxílio na produção textual da seleção dos professores de Matemática dessa instituição. Concorreram ao pleito João Alfredo Montes e Alfredo Guimarães Aranha, mas ao final da seleção, os dois foram declarados inabilitados para o provimento da 1^a cadeira de Matemática por não alcançarem a média exigida, tornando-se após julgamento, docentes livres dessa cátedra em 16 de janeiro de 1930. Ao final desse relato, concluir que os concursos do Atheneu Sergipense além de serem muito exigentes, representavam um alto grau de demonstração intelectual dos candidatos.

Palavras-chave: Concursos; professores; Matemática.

ABSTRACT

Result of a research, this article aims to investigate the competition of the 1st chair of Mathematics Atheneu Sergipense. The material preserved in the Memorial Center Atheneu Sergipense (CEMAS), such as: minutes, correspondence, registration and served as a thesis presented in textual production aid the selection of teachers of Mathematics of that institution. Contributed to the election John Alfredo Montes, Alfredo Guimarães Spider, but at the end of the selection, the two were declared ineligible for the provision of a second Chair of Mathematics for not reaching the average required, making it after the trial, teachers free of this chair on 16 January 1930. At the end of this report, concluded that the procurement of Atheneu Sergipense addition to being too demanding, they represented a high degree of intellectual demonstration of candidates.

Keywords: Contests; teachers; Math.

* A pesquisa faz parte dos estudos realizados no Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe e obteve financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

** Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, membro do Grupo de Pesquisa História das Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem (GPDEHEA) e licenciada em Matemática. suelycristinas@yahoo.com.br

Com a criação do Atheneu Sergipense, em 24 de outubro de 1870, cabia ao Governo do Estado prover as cadeiras da instituição, nomeando as pessoas mais aptas que existissem para tal fim. Naquela época não havia concursos e o primeiro quadro de docentes deu-se por indicação. Desse modo, apenas selecionava-se para o ofício do magistério professores experientes e reconhecidos pela sociedade.

Para Eva Maria Siqueira Alves, os concursos começaram a ser exigidos como um mecanismo de ingresso magistério do Atheneu Sergipense. O primeiro deles contemplava as cadeiras de Geometria e História Universal, realizado no dia 27 de agosto de 1875¹. Assim, “as demais cadeiras e vagas que surgissem depois só poderiam ser preenchidas por concurso público”, conforme as legislações que regulamentavam “as provas de defesa de tese de livre escolha ou sobre assunto sorteado, as provas práticas, quando a natureza da cadeira exigia, as provas escritas, orais e as arguições”².

Encontrando-se vaga uma das cadeiras do Atheneu Sergipense, por motivos diversos, sua vacância também surgia pela importância da evolução dos conteúdos de ensino, em resposta aos objetivos impostos pela sociedade, determinados como “aqueles necessários aos Exames de Preparatórios do século XIX e depois aqueles previstos no vestibular do século XX, estando nesse meio as Matemáticas”³. Assim, “os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha”⁴. Essas modificações envolvem a sociedade escolar e incentivam a integração das disciplinas.

Entre essas adaptações se encontram os conteúdos matemáticos, um dos requisitos importantes para a educação processada no interior

¹ ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. PUC/SP. São Paulo, 2005.

² ALVES, Eva Maria Siqueira. A configuração da disciplina escolar Matemática. *REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO/Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Dossiê História das Disciplinas*. ALVES, Eva Maria Siqueira (org.). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Vol. 4, jan/jul, 2010, p. 123.

³ *Ibid.*, p. 123.

⁴ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n. 2, 1990, p. 180.

do Atheneu Sergipense, cujos conhecimentos necessários também ampliaram a formação intelectual e cultural dos seus discentes. E, sendo os professores um dos agentes responsáveis por esse processo de ampliação, ao longo da pesquisa notei que os mesmos estavam preocupados em “desenvolver os estudos de forma prática, concreta, mas também de forma científica, além de demonstrarem ações para organizar a disciplina”⁵.

Dessa forma, o presente artigo pretende investigar o concurso da 1ª cadeira de Matemática. Cabe ressaltar que, mesmo prestando concorrência a uma cadeira específica, era lícito aos professores do Atheneu Sergipense migrarem para outras disciplinas por diferentes motivos.

Os professores substituíam seus colegas e migravam para as cadeiras vagas amparados pelo regulamento vigente, mediante requisição ao Governo e parecer da Diretoria. Contudo, admitia-se que os mesmos permutassem entre si as respectivas cadeiras, ou se transferissem para as cadeiras em disponibilidade, muitas vezes por motivo de licença ou pela necessidade de assumirem outras funções fora do Atheneu Sergipense. De fato, “a taxa de renovação do corpo docente é então um fator determinante na evolução da disciplina”⁶.

Nesse sentido, faz-se necessário examinar o processo de renovação de uma disciplina através dos concursos. Assim, os documentos produzidos na instituição, tais como: atas, correspondências, regulamentos, relatórios e teses apresentadas serviram de auxílio na produção textual da seleção dos professores das referidas cadeiras dessa instituição.

Para prover as cadeiras do Atheneu Sergipense, até o fim do regulamento de 2 de julho de 1926, os professores deveriam prestar concurso para catedrático e docente livre. Os primeiros seriam nomeados por decreto e vitalícios desde a data da posse; os segundos, por portaria do diretor, pelo prazo de dez anos, e sujeitos à renovação pela importância dos cursos professados, dedicação ao ensino e publicação de trabalhos de real valor.

Os concorrentes à vaga de professor catedrático seriam os docen-

⁵ ALVES, Eva Maria Siqueira. *Op. cit.*, p.125.

⁶ CHERVEL, André. *Op.cit.*, p. 197.

tes livres da cadeira vacante, os professores catedráticos do Atheneu Sergipense e de outros estabelecimentos oficiais ou equiparados e o profissional diplomado que comprovasse idade inferior a 40 anos e justificasse, com títulos ou trabalhos de valor, a sua inscrição no concurso, a juízo da Congregação, sendo indispensável aos dois candidatos o curso completo de Humanidades ou diploma de escola superior.

A Congregação do Atheneu Sergipense, após três dias do término do prazo de inscrição, reunia-se para examinar os documentos apresentados, aprovar e encerrar os cadastros, nomear as comissões de arguição de teses e exame das provas práticas, e marcar o dia do início do concurso.

As provas do concurso para professor catedrático compreenderiam três fases. A primeira corresponderia à apresentação de duas teses a respeito da matéria de que constasse o concurso e sua defesa perante a Congregação. A segunda, uma prova prática, quando a natureza da matéria a comportar, sobre assunto sorteado na ocasião. E na terceira, prova oral de caráter didático, durante 50 minutos, com ponto sorteado com 24 horas de antecedência, dentre os de uma lista aprovada pela Congregação.

Para tanto, o processo de seleção obedeceria à seguinte ordem: defesa da tese de livre escolha; defesa da tese sobre assunto sorteado; prova prática, quando a natureza da disciplina a exigir e a prova oral.

Como dito, uma contemplava o assunto escolhido pelo candidato, finalizando com a exposição do resumo das publicações por ele julgadas de valor. A outra seria a respeito de assunto sorteado entre os dez pontos escolhidos pela Congregação, comum a todos os concorrentes e anunciado ao tempo em que fosse aberta a inscrição para o concurso. Os candidatos entregariam os exemplares das teses mediante recibo, ao secretário do Atheneu Sergipense e a todos os membros da Congregação, devendo, além disso, apresentar cinco exemplares, no mínimo, das obras publicadas. Os avaliados defenderiam separadamente, por 15 minutos, perante congregação, sob a presidência do diretor e uma comissão composta, obrigatoriamente, de quatro examinadores da matéria em pleito, salvo por impedimento legal, que os arguiam por 30

minutos. Ao final da sessão cada membro atribuía uma nota ao concorrente, justificando-a, se quisesse, e, em seguida, entregaria ao presidente uma cédula assinada e datada, indicando o nome e a nota da prova.

As provas práticas proceder-se-iam sobre questões sorteadas de momento, entre certo número de pontos previamente escolhidos pela Congregação, sendo facilitada aos candidatos a consulta de livros ou documentos a juízo dos quatro examinadores encarregados de dirigir e acompanhar as referidas provas. Finda essa fase, a comissão apresentaria minucioso relatório sobre cada uma delas, juntamente com a indicação das notas.

Antes das provas orais haveria uma sessão especial da Congregação, na qual se procederia à leitura do relatório das provas práticas, o resultado do seu julgamento, bem como o da defesa da tese. As notas das avaliações seriam graduadas de 0 a 10.

A prova oral tinha por fim demonstrar a cultura intelectual, o conhecimento da matéria sorteadas e as boas qualidades de exposição do candidato. Realizada no mesmo dia, após essa fase se procedia ao respectivo julgamento como na defesa de tese, sendo considerado inabilitado o candidato que não preenchesse o tempo regulamentar de 50 minutos.

Ao fim de cada sessão de julgamento o diretor do Atheneu Sergipense, auxiliado por um professor, faria a verificação do número de cédulas recebidas e as recolheria em invólucro fechado, registrava-se a ata em livro especial, assinada pelo mesmo e por três professores e, por fim, guardava-se tudo em lugar apropriado.

Com o término da última prova oral, a Congregação do Atheneu Sergipense se reuniria em sessão pública, no mesmo dia, e procederia a apuração final, sendo considerados habilitados para o provimento dos cargos de professores catedráticos os candidatos que alcançassem média final superior a 7. Caso nenhum candidato obtivesse essa média, o diretor comunicaria o fato ao Presidente do Estado que providenciaria o contrato de um profissional de reconhecida competência, exceto aos docentes livres da cadeira vaga, para reger a cadeira pelo prazo de dois anos, para, então, abrir novo concurso. Aqueles que não fossem aux-

iliares do ensino e alcançassem média superior a 5 seriam nomeados docentes livres.

Concluído todo o processo do concurso, o diretor do Atheneu Sergipense remeteria ao Presidente do Estado cópia das atas com indicação do nome do candidato que obtivesse a média mais alta, a fim de ser, o mesmo, nomeado nas condições previstas no regulamento vigente. Se dois ou mais concorrentes alcançassem a média, seriam indicados os seus nomes para que fosse escolhido o professor catedrático, cabendo a preferência ao bacharel diplomado pelo Colégio Pedro II, ou por qualquer estabelecimento equiparado.

Em referência ao concurso à docência livre, o pleito ocorreria em uma única época do ano, na segunda quinzena de outubro, sendo, as inscrições, encerradas na segunda quinzena de setembro. Os candidatos deveriam possuir curso de Humanidades completo ou diploma de curso superior, para então prestar, perante a Congregação, as seguintes provas: defesa de uma tese de livre escolha; prova didática, quando a natureza da disciplina o exigir; dissertação, durante 50 minutos, sobre ponto tirado à sorte, com antecedência de 24 horas, entre os de uma lista aprovada pela Congregação do Atheneu Sergipense.

Aos candidatos à docência livre que tivessem obtido média final inferior a 7, não se conferia o respectivo título e, só passados dois anos, poderiam ser admitidos a novo concurso, não podendo, nesse período, concorrerem à vaga de professor catedrático. Os professores de Desenho também seriam nomeados por concurso, por meio de prova didática e oral. A seleção dessas duas categorias obedeceria ao julgamento aplicável às disposições relativas a professor catedrático.

Em vista das novas atribuições pertinentes ao Decreto nº. 21.241, de 4 de abril de 1932, houve a necessidade de reformular determinados pontos do último regulamento, na parte dos concursos. Assim, a seleção de professores catedráticos da 1ª cadeira de Matemática ocorreu com algumas modificações.

Para inscrição nos concursos os candidatos apresentariam registros que comprovassem ser brasileiro nato ou naturalizado; sanidade e idoneidade moral; haver completado o curso secundário ou diploma de instituto idôneo,

onde se ministre o ensino da disciplina em concurso e documentos, títulos ou diplomas comprobatórios do mérito pessoal, quanto à atividade profissional ou científica, ao menos relacionada com a disciplina em concurso.

Depois de apresentados tais documentos o concurso abarcaria, sucessivamente, as provas de duas defesas de tese, escrita, prática e didática. A tese constaria de uma dissertação sobre assuntos da cadeira e de livre escolha do candidato. Este deveria apresentar, no ato de inscrição, 100 exemplares da tese, sendo 50 exemplares de cada tema, facultado entregá-las na versão impressa, mimeografada ou datilografada.

A prova escrita versaria sobre questões ou temas relativos ao ponto sorteado, de uma lista de 20 pontos constantes do programa oficial do ensino, selecionada pela comissão organizadora e aprovada pela Congregação do Atheneu Sergipense; a lista que seria publicada 30 dias antes do concurso no Diário Oficial do Estado. Essa fase duraria por um prazo máximo de seis horas.

A prova prática não excederia ao período de 4 a 6 horas, realizada a juízo da comissão examinadora, sobre o ponto sorteado dentre os 20 da lista organizada pela comissão julgadora do concurso e tirados do programa da cadeira.

A prova didática duraria 50 minutos; nela o candidato dissertaria oralmente sobre o ponto sorteado com 24 horas de antecedência, de uma lista de 30 pontos organizada no dia do sorteio pela comissão examinadora e aprovada pela Congregação.

Postas as modificações pertinentes aos concursos, a 1ª cadeira de Matemática do Atheneu Sergipense foi instalada mediante chamadas de candidatos, por meio de editais publicados no Diário Oficial do Estado, devido à disponibilidade de tal cátedra.

A concorrência à 1ª cadeira de Matemática abriu notificação no dia 23 de junho de 1929 e encerrou as inscrições em 23 de dezembro do mesmo ano, a fim de iniciar, na data de 26 de dezembro de 1929, o processo de seleção.

Cientes dos dados acima, despertei a curiosidade em saber: como se desenvolveu esse concurso? Quais foram os candidatos inscritos? Quais pontos selecionados e sorteados em cada fase? Qual a média das

provas de cada concorrente? Afinal, como era o processo de obtenção do título de professor catedrático no Atheneu Sergipense? Em busca dessas respostas dissertarei os fatos a seguir.

Talvez o início das motivações de abertura de concorrência à cátedra de Matemática se deva a não adaptação do professor Odilon de Oliveira Cardoso ao novo programa dessa cadeira, adotado no Colégio Pedro II a partir de 1929, cuja instalação no Atheneu Sergipense ocorreu no mesmo ano. Nas páginas do relatório expedido ao Secretario Geral do Estado, os registros apontados durante o período de 2 de julho de 1928 a 28 de junho de 1929 revelaram que, após deixar o cargo, a cadeira passou a ser regida pelo “professor da Escola de Comércio, Misael Viana, que assumiu o respectivo exercício no dia 13 de abril de 1929”, sendo, antes, designado interinamente, o professor da Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, Manoel Xavier de Oliveira para lê-las nas 1ª e 2ª series, até que o caso fosse solucionado. No entanto, com o Decreto de 1º de junho fluente, o professor Odilon de Oliveira Cardoso se aposentou “da cadeira de Aritmética, que assim vagou”⁷.

No dia 23 de junho de 1929, estando presente à sessão extraordinária da Congregação do Atheneu Sergipense o presidente Leandro Diniz Faro Dantas, o inspetor fiscal Octaviano Vieira de Mello e os professores Florentino Menezes (catedrático de Sociologia), Luiz Figueiredo Martins (catedrático de Geografia e Corografia), Manuel José dos Santos Mello (catedrático de Português), Aristides da Silveira Fontes (catedrático de Física), José Andrade Carvalho (catedrático de Química), Alberto Bragança de Azevedo (catedrático de Latim), Arthur Fortes (História Natural), Abdias Bezerra (catedrático de Álgebra), Jucundino de Souza Andrade (catedrático de Alemão), Manoel Candido dos Santos Pereira (catedrático de Latim), e Manoel Franco Freire (catedrático de Inglês), no relato da ata dessa reunião o presidente declarou ter convocado os mesmos para deliberar sobre a publicação do edital, convidando candidatos a concurso para preenchimento da 1ª cadeira de Matemática que se achava vaga.

⁷ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Correspondências Expedidas. Correspondência elaborada no dia 28 de junho de 1929, Relatório Anual do Atheneu Sergipense-1928/29.

Então, para publicação desse edital, fazia-se necessária a escolha dos pontos da referida matéria para que, dentre eles, fosse sorteado aquele que deveria servir de assunto a uma das teses a ser defendida pelos concorrentes. Em obediência a este processo, aprovou-se uma lista de trinta pontos de Matemática, cujo escolhido foi o de número dezoito, que versou sobre “Esphera. Representações graphica de funcções, num systema de coordenadas rectilinas. Fracções decimais”⁸.

Em outra sessão extraordinária ocorrida em 26 de dezembro de 1929, o presidente da Congregação do Atheneu Sergipense, Leandro Diniz Faro Dantas, declarou que o prazo das inscrições da 1ª cadeira de Matemática havia terminado no dia 23 de dezembro do mesmo ano, estando cadastrados dois candidatos: Alfredo Guimarães Aranha e João Alfredo Montes.

Na ocasião foram apresentados os documentos com que os concorrentes instruíram as suas petições para o concurso. O candidato Alfredo Guimarães Aranha se inscreveu no dia 21 de dezembro de 1929, entregando: comprovantes sobre o seu nascimento, no dia 21 de maio de 1893; folha corrida, passada pelo gabinete de identificação e de estatística da Policia do Estado de Sergipe; certidão de alistamento militar, passada pelo major chefe interino da 12ª circunscrição de recrutamento, Raul Gastón Pereira de Andrade, com sede em Aracaju e diploma de Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Bahia conferido no curso de 1917 e concluído no dia 8 de agosto de 1923.

João Alfredo Montes apresentou, no dia 23 de dezembro de 1929, os seguintes documentos: certidão passada pela Escola Militar do Rio de Janeiro, no dia 16 de junho de 1925, declarando ter, o candidato, por ocasião de se efetuar a matrícula naquela escola, no ano de 1923, apresentado os certificados de aprovação dos exames de Português, Francês, Inglês, História Natural, Geografia Geral, Física e Química do Brasil, Noções de Cosmografia, Aritmética e Álgebra, passados pelo Atheneu Sergipense nessa mesma data. Contudo, no ano de 1924, na referida Escola Militar, o mesmo foi aprovado simplesmente com

⁸ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Abertura de Inscrições de Concursos. Ata de abertura de inscrição do concurso da 1ª cadeira de Matemática realizada em 23 de junho de 1929.

grau quatro (4) em Aritmética e Desenho; grau três (3) em Geometria e Trigonometria, em Álgebra com média sete (7) e ainda declarou dois certificados de exames de Latim e Filosofia, cursados no Atheneu Sergipense. Também comprovou certidão do registro civil do município de Aracaju expedido em 18 de outubro de 1905, atestado de boa conduta analisado pelo escrivão de menores devido impedimento do escrivão efetivo da justiça pública, e caderneta de reservista militar.

Na ocasião da inscrição os candidatos Alfredo Guimarães Aranha e João Alfredo Montes apresentaram “(50) exemplares das duas theses em um só fascículo, de acordo com o artigo 317 do Regulamento Interno do Collegio Pedro II”⁹ cada um.

Posta a documentação para avaliação, conforme as exigências legais pela banca examinadora, composta pelos professores convidados João Tavares Filho e Manuel Xavier de Oliveira, juntamente com os catedráticos Abdias Bezerra, Manoel Franco Freire e o presidente Leandro Diniz de Faro Dantas, a presente banca emitiu aos docentes do Atheneu Sergipense algumas críticas quanto à convocação dos mesmos.

O professor Manuel José dos Santos Mello ponderou “que na congregação aceitam professores capazes de formar a comissão, pelo que nenhuma razão existe para o convite a estranhos”, apesar do artigo 310 §1º do Regimento do Colégio Pedro II, prescrever que sejam convidados nos concursos para fazer parte da banca examinadora os catedráticos do estabelecimento. Em resposta, o presidente indagou que convidou as duas pessoas estranhas à instituição, “porque, havendo consultado os catedráticos da casa, nenhum aceitou a incumbência de examinar a exceção dos professores Abdias Bezerra e Franco Freire”. E, ainda, aproveitando da palavra, disse que “não é caso novo nos estabelecimentos de ensino do país, até mesmo no Colégio Pedro II, a escolha de pessoa estranha ao menos para examinar os concursos, contanto que sejam competentes”, como no caso desses dois senhores, que nas

⁹ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Inscrições de Concursos. Inscrições do Concurso da 1ª cadeira de Matemática realizadas nos dias 21 e 23 de junho de 1929.

épocas dos exames do Atheneu Sergipense serviam como avaliadores¹⁰.

Em seguida, pediu a palavra o professor Clodomir Silva, alegando que na Congregação do Atheneu Sergipense existiam “professores capazes de examinar, devendo o diretor somente convidar estranhos depois de ouvir os membros da Congregação e não usurpar atribuições do corpo deliberativo da casa o que já agora nenhum professor quererá aceitar o encargo, havendo pessoas convidadas”¹¹.

Devido às colocações, o professor Leonardo Leite, preocupado com a imagem da Congregação do Atheneu Sergipense, sugeriu aos seus colegas que aprovassem o convite feito pelo presidente, de modo que as pessoas convidadas não tenham má impressão do ocorrido, uma vez que “tais convites sempre são feitos com carta de antecedência para que as pessoas que teem de examinar tenham tempo de se preparar para isso”¹².

O professor Abdias Bezerra declarou que os professores de Desenho Octavio Espírito Santo e José Carmelo despertaram o desejo em participar da referida mesa, caso fossem consultados, mas que naquele momento não aceitariam mais o convite. Essa alegação provocou trocas de alguns comentários entre os professores sobre o que preceitua o Art. 310, § 1º, observando que os professores de Desenho, tanto quanto as pessoas estranhas à instituição eram consideradas incompetentes para figurarem nas bancas examinadoras de matérias catedráticas, exceto por convite, de preferência aos professores da casa, sendo bem diferente do que ocorreu.

Apesar das críticas, a comissão indicada pelo presidente Leandro Diniz Faro Dantas foi aprovada por maioria, mesmo apresentando votos contra e a favor. Os professores Arthur Fortes e Clodomir Silva reprovaram a eleição, justificando que o trâmite legal não foi observado e por ter, o diretor, convidado examinadores por sua conta. Já os professores Aristides Fortes, Tancredo Campos, Santos Mello, Carvalho Andrade e

¹⁰ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 26 de dezembro de 1929.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

Leonardo Leite a aprovaram, dando razão a seu voto, explicando que alguns catedráticos foram consultados, mas nenhum deles aceitou o encargo de examinar.

Quanto à documentação dos candidatos, a Congregação do Atheneu Sergipense aprovou as duas, embora ocorresse uma contradição entre os dizeres da caderneta de reservista do candidato João Alfredo Montes e seu certificado de exame de Geometria, referente ao resultado obtido por ele no exame dessa matéria. O certificado afirmava ter sido, o candidato, aprovado em Geometria e a caderneta o dava como inabilitado, isso na época dos exames.

Por esse motivo, as provas do dia 30 de dezembro de 1929 foram canceladas. Para tanto, o inspetor fiscal resolveu enviar um telegrama ao comandante da Escola Militar de Realengo, de onde provieram os dois documentos, solicitando esclarecimentos a respeito. Até o dia 3 de janeiro de 1930 nenhuma resposta daquela instituição havia chegado. Diante disso, a Congregação do Atheneu sergipense convocou uma reunião a fim de resolver sobre esta emergência.

As discussões se iniciaram com a interferência do professor Aristides Fortes, ao dizer que “uma vez que a inscrição foi encerrada e se os documentos foram achados válidos, não vê razão para que o candidato não seja admitido ao concurso”, pois “o certificado de aprovação em Geometria é o que deve merecer fé, pois não serve senão para provar que o candidato é reservista do exercito”¹³.

Em seguida o professor Luis José da Costa Filho também opinou, para que se procedesse às provas do concurso, dando o candidato como habilitado, afirmando que o certificado de aprovação em Geometria que ele exibiu tem mais valor do que outro documento expedido pela Escola Militar, mesmo que este documento fosse um telegrama do comandante da mesma escola.

No entanto, o inspetor fiscal declarou que pela discrepância observada entre os dois documentos citados e por este incidente tornar-se público e notório, achou por direito não aprovar a entrada do candidato

¹³ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 3 de janeiro de 1930.

no concurso sem que antes recebesse uma resposta do comandante da escola do Realengo. Assim, com sua posição tomada, alguns professores aceitaram a ideia de ser adiado o concurso, exceto o professor Aristides Fontes, ao lembrar que o outro concorrente seria o único prejudicado. Por fim, por maioria se resolveu interromper a concorrência até que a dúvida sobre a aprovação ou não do candidatado na matéria de Geometria fosse esclarecida.

Embora não houvesse fontes que comprovassem o recebimento da resposta do comandante da Escola Militar do Realengo, as atividades prosseguiram no dia 8 de janeiro de 1930, conforme registros presentes na ata da sessão da Congregação do Atheneu Sergipense, cujo relato apontou a participação do candidato João Alfredo Montes, o que comprovou sua aprovação na referida matéria.

Nessa mesma Ata o presidente da Congregação, Leandro Diniz Faro Dantas, leu os artigos 327 e 329 do regulamento do Colégio Pedro II, os quais instruíam sobre o modo de se proceder durante a arguição das teses. Em seguida, convidou o candidato Alfredo Guimarães Aranha para defender sua tese de livre escolha, a qual versava sobre “Potenciação e Radiação” e, posteriormente, o mesmo foi arguido pelos quatro membros da comissão examinadora.

O candidato iniciou o processo de defesa às dez horas e trinta minutos e terminou às treze horas. Finalizada a arguição, convidou-se os professores examinadores para divulgarem suas notas de julgamento, que assim o fizeram, entregando, posteriormente, as respectivas cédulas, em envelopes fechados, ao professor mais antigo presente, por não ter comparecido o vice-diretor, e aquele os entregou ao inspetor fiscal que as reservou, conforme as prescrições contidas no regulamento do Atheneu Sergipense.

A defesa da tese de livre escolha do candidato João Alfredo Montes versava sobre “*Systema métrico decimal*”, seu rito procedeu da mesma forma que a do seu concorrente, embora as atividades tenham atrasado em 1 hora: iniciaram às 15 horas e 15 minutos e terminaram às dezessete horas.

Das duas teses apresentadas encontrei apenas um exemplar, a

defendida por Alfredo Guimarães Aranha, o que me fez questionar sobre o que teria acontecido com as outras 49, sem contar com as 50 elaboradas pelo professor João Alfredo Montes. O que realmente teria ocorrido? Como questionou Eva Maria Siqueira Alves: efeito do tempo ou dos humanos?¹⁴

Com o silêncio da tese defendida por João Alfredo Montes, analisei as duas obras entregues por Alfredo Guimarães Aranha. Antes de iniciar os trabalhos, o autor, depois da apresentação do prefácio, elaborou um texto dissertativo sobre o histórico, classificação e definição da ciência Matemática.

A primeira tese, de livre escolha, nos permitiu verificar, através do prefácio, as razões que levaram o candidato a escrever sobre o tema “*Potenciação e Radiação*”. Durante a investigação percebi, nos seus escritos, que Alfredo Guimarães Aranha obedeceu às determinações prescritas nos regulamentos do Atheneu Sergipense e do Colégio Pedro II e reconheceu que o tempo foi um dos fatores que influenciaram na apresentação de um assunto bem conhecido, além dos poucos recursos de inteligência e conhecimento que possuía.

[...] O assumpto que servio de thema a este humillimo escripto é por demais conhecido, como bem poderá constatar a illustrada Commissão examinadora, cujo preparo scientifico é bem conhecido. Sem o mais tênue vislumbre da vaidade, convencido, pelo contrario, dos poucos recursos da minha intelligencia e do minguido de conhecimentos, bem como da premência de tempo, para apresentar um assumpto novo em mathematica, ainda assim, venho apresentar ao juízo da illustrada e douta Congregação deste Atheneu, o presente trabalho, de cujo julgamento espero a necessária clemência¹⁵.

Essas colocações também revelaram a humildade do candidato Alfredo Guimarães Aranha, que embora possuísse diploma de Engenheiro

¹⁴ ALVES, Eva Maria Siqueira. *Op. Cit.*, 2010.

¹⁵ ARANHA, Alfredo Guimarães. *These apresentada ao Atheneu Pedro II pelo concurrente ao lugar de cathedratico da secção de Mathematica (1ª cadeira)*. Bahia: Livreiro Editor, 1929, p. I.

Civil pela Escola Politécnica da Bahia, reconheceu que no momento do concurso se encontrava em carência intelectual. Acrescento, ainda, o pedido de desculpas que o autor apresentou na errata de sua obra, pelos “senões e falhas” que porventura fossem notificados durante a leitura. Nas palavras de Alfredo Guimarães Aranha, não foi possível fazer uma revisão do trabalho, pois “o mesmo foi impresso na Bahia” devido à “falta de meios”¹⁶ que impossibilitaram de imprimi-lo em Aracaju.

Quanto à tese de ponto sorteado, “*Esphera. Representações graphica de funções, num sytema de coordenadas rectilinas. Fracções decimais*”, das 75 laudas redigidas, de um total de 135, o autor incluiu uma parte do conteúdo da dissertação de livre escolha e explicou que “por engano na distribuição desta matéria a continuação deste assumpto segue na pagina 131”¹⁷, o que não impediu no prosseguindo das temáticas estabelecidas.

Dessa forma, acredito que as teses produzidas para o ingresso no Atheneu Sergipense configuram a história das disciplinas escolares e, através delas, compreendi a cultura escolar desenvolvida no interior da instituição. Além do mais, me faz lançar mão de futuros trabalhos que permitam avaliar o saber científico desenvolvido no estado de Sergipe.

Depois de arquivadas as teses de livre escolha, cabia aos candidatos ao concurso apresentar oralmente, da mesma forma que o processo anterior, suas versões escritas sobre as dissertações de ponto sorteado, cujo assunto contemplava os conteúdos de “*Esphera. Representações graphica de funções, num sytema de coordenadas rectilinas. Fracções decimais*”¹⁸.

A arguição do professor Alfredo Guimarães Aranha começou às 10 horas e trinta minutos e terminou às 12 horas e 20 minutos, transcorrendo conforme as normas regulamentares. O mesmo deveria acontecer ao candidato João Alfredo Montes, mas sua ausência durante a sessão de defesa, marcada para as 14 horas, fez com que os trabalhos do dia 9 de janeiro de 1930 fossem encerrados. Contudo, antes do adiamento

¹⁶ Idem, p. 135.

¹⁷ ARANHA, Alfredo Guimarães. *Op. cit.*, p. 59.

¹⁸ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Concursos de Professores. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 22 de junho de 1929.

da prova, o presidente apresentou aos presentes um atestado médico, cujo laudo acometia espontânea moléstia do concorrente. Assim, a arguição da tese do candidato João Alfredo Montes ficou para o dia seguinte, às 9 horas; entretanto iniciou-se às 10 horas e 30 minutos e demorou duas horas.

Nesse mesmo dia, às 16 horas, elaborou-se uma lista de pontos para a prova prática, cujo sorteio versou sobre o assunto do item número 10:

Um terreno de 142m produziu, em grãos de trigo, 40 Hl por Ha. A palha representa, em peso, 72,5% da colheita e contém 1,2% de azoto. Com o guano do Peru, que contém 15% de azoto e custa 32\$000 os 100 kg, quer-se restituir à terra o azoto que a colheita consumiu. O trigo contém 2,08% de azoto, 72 kg por Hl e vende-se a 25\$000. Pergunta-se, qual será o lucro, e qual foi o valor do trabalho cuja terça parte foi paga pela palha vendida à razão de 5\$000 por 100 kg. – Se de um número de quatro algarismos subtrai-se outro que se obtém escrevendo os algarismos em ordem inversa, acha-se 4725 para o resto. O produto de todos algarismos é 672, o produto dos algarismos médios é 28, e o excesso do algarismo dos milhares sobre o das unidades é 5. Qual é o numero? - verificar a identidade $\operatorname{tg}(a - b) \cdot \operatorname{tg}(c - d) + \operatorname{tg}(a - c) \cdot \operatorname{tg}(d - b) + (a - d) \cdot \operatorname{tg}(b - c) = \operatorname{tg}(a - b) \cdot \operatorname{tg}(a - c) \cdot \operatorname{tg}(a - c) \cdot \operatorname{tg}(a - d) \cdot \operatorname{tg}(b - c) \cdot \operatorname{tg}(c - d) \operatorname{tg}(d - b)$ ¹⁹.

Os dois candidatos realizaram a prova sob a assistência da comissão examinadora no tempo previsto.

Na pauta da sessão extraordinária da Congregação do Atheneu Sergipense, do dia 11 de janeiro de 1930, estiveram presentes os professores Leandro Diniz de Faro Dantas, Arthur Fortes, Manoel José dos Santos Mello, Luiz Figueiredo Martins, Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Abdias Bezerra, Manoel Franco Freire, Aristides Fontes, Jucundino de Souza Andrade, Alberto Bragança de Azevedo, Clodomir de Souza e

¹⁹ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Concursos de Professores. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 10 de janeiro de 1930.

Silva, João Tavares Filho e Manoel Xavier de Oliveira, bem assim o inspetor fiscal Octaviano Vieira de Mello. Nessa reunião, foi lido o relatório da prova prática realizada na última sessão pelos candidatos Alfredo Guimarães Aranha e João Alfredo Montes, julgamento do mesmo e organização da lista de pontos e sorteio de um deles para a prova oral, à qual se devem submeter os citados concorrentes.

A comissão examinadora, por meio do relatório da prova prática, divulgou que os dois candidatos trataram apenas da primeira questão, tendo o concorrente Alfredo Guimarães Aranha dado mais desenvolvimento a referida questão, mas o seu raciocínio não entrou em harmonia com o enunciado do problema. Quanto a João Alfredo Montes, tentou somente os primeiros cálculos, deixando de tratar do objeto principal. Para tanto, ambos não encontraram a solução exata do problema, alcançando, o primeiro, a nota 2,8 e o segundo, nota 1,0, respectivamente.

Terminada a leitura desse relatório, a sessão prosseguiu na forma regulamentar com a entrega das notas de julgamento em envelopes fechados ao presidente da Congregação, que, por sua vez, os entregou sob a guarda do inspetor fiscal. Em seguida, foi organizada e aprovada a lista de pontos para a prova oral, cuja questão sorteada correspondia à de nº. 7, “Teoria das paralelas”.

Cientes do ponto sorteado os dois candidatos recusaram, ao prazo de 24 horas de intervalo, exigidos pelo regulamento, solicitando que a prova oral fosse realizada no mesmo dia. Assim, o concorrente Alfredo Guimarães Aranha iniciou a sua prova às 16 horas e terminou às 16 horas e 50 minutos, sendo julgado logo em seguida, da mesma maneira que nas provas anteriores. O mesmo aconteceu com a preleção de João Alfredo Montes, que começou às 17 horas e 10 minutos e encerrou-se às 18 horas.

A sessão é encerrada com a apuração final do julgamento de todas as provas. O presidente da Congregação, auxiliado pelo professor mais antigo presente, abriu os envelopes que continham as cédulas de julgamento, conferiu o seu número e leu as notas atribuídas pelos professores. Logo em seguida tiraram as médias de cada prova e, destas, apuraram a média final.

As médias do candidato Alfredo Guimarães Aranha foram: na

primeira prova 8,5; na segunda 7,0; na terceira 3,46 e na quarta 7,76. Como média final apresentou um resultado de 6,68.

O candidato João Alfredo Montes apresentou as referidas médias: na primeira prova 7,69; na segunda 6,38; na terceira 1,69 e na quarta 5,0. Sua média final teve valor total de 5,19.

Cientes de que a média final não poderia ser inferior a 7,0, os respectivos candidatos foram declarados inabilitados para o provimento da 1ª cadeira de Matemática, conforme instituiu o Decreto Federal de 1932, sendo a mesma posta a contrato. Entretanto, com o resultado superior a 5,0, João Alfredo Montes e Alfredo Guimarães Aranha foram nomeados docentes livres dessa cátedra em 16 de janeiro de 1930, por meio de portaria expedida pela diretoria do Atheneu Sergipense prestando, os dois candidatos, compromisso nos dias 20 e 23 do mesmo mês e ano, respectivamente.

Em decorrência dos fatos, o presidente do Estado aprovou os termos do contrato para a regência da 1ª cadeira de Matemática, acordado entre a diretoria do Atheneu Sergipense e o professor Manoel Franco Freire no dia 15 de fevereiro de 1930, já que o mesmo vinha lendo a dita disciplina desde 1º de agosto de 1929. Assim, os dois assinaram o documento no dia 21 de mesmo mês e ano, no qual o professor Manoel Franco Freire se comprometeu a ler a cátedra vaga de Matemática.

Ao final desse relato entendi a concepção de Rosemeiry de Castro Prado, quando afirma que a importância dos concursos se concentrou no mais alto patamar das exigências atribuídas a um professor do ensino secundário: ser professor catedrático²⁰.

Nessa perspectiva, as disciplinas escolares podem também ser vistas como campos de poder social e escolar, de um poder a disputar. De espaços nos quais os “interesses e atores, ações e estratégias”²¹ se mesclam. Em outras palavras, são as apropriações de um determinado

²⁰ PRADO, Rosemeiry de Castro. *Do engenheiro ao licenciado: os concursos à cátedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de matemática do ensino secundário*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). PUC/SP, São Paulo, 2003.

²¹ VINAIO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução de Marina Fernandes Braga. Campinas: Autores Associados, nº 18, 2008, p. 204.

grupo de professores, reconhecidos como docentes da matéria que ministram por meio do critério da formação e seleção.

Dessa forma, além da formação, os concursos do Atheneu Sergipense também representavam um alto grau de demonstração intelectual dos candidatos. Ser docente dessa instituição “significava ser membro do circuito produtor e reprodutor de modelos culturais”. Muitos professores adquiriam por destaque, “em duplo sentido, um status de prestígio intelectual e político”²².

FONTES

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Abertura de Inscrições de Concursos. Ata de abertura de inscrição do concurso da 1ª cadeira de Matemática realizada em 23 de junho de 1929.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Concursos de Professores. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 22 de junho de 1929.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Concursos de Professores. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 10 de janeiro de 1930.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 26 de dezembro de 1929.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 3 de janeiro de 1930.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Correspondências Expedidas. Correspondência elaborada no dia 28 de junho de 1929, Relatório Anual do Atheneu Sergipense-1928/29.

²² ALVES, Eva Maria Siqueira. *Op. Cit.*, 2010, p. 130.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas de Inscrições de Concursos. Inscrições do Concurso da 1ª cadeira de Matemática realizadas nos dias 21 e 23 de junho de 1929.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. PUC/SP. São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. A configuração da disciplina escolar Matemática. *REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO/Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Dossiê História das Disciplinas*. ALVES, Eva Maria Siqueira (org.). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Vol. 4, jan/jul, 2010, p. 121-132.

ARANHA, Alfredo Guimarães. *These apresentada ao Atheneu Pedro II pelo concorrente ao lugar de cathedratico da secção de Mathematica (1ª cadeira)*. Bahia: Livreiro Editor, 1929.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n. 2, 1990, p. 177-229.

PRADO, Rosemeiry de Castro. *Do engenheiro ao licenciado: os concursos à cátedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de matemática do ensino secundário*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). PUC/SP. São Paulo, 2003.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução de Marina Fernandes Braga. Campinas: Autores Associados, n° 18, 2008, p. 173-215.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em julho de 2011.

A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE: das aulas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes ao cotidiano do “Prédio da Rua de Campos”*

THE CATHOLIC FACULTY OF PHILOSOPHY OF SERGIPE: from the classes at Nossa Senhora de Lourdes School to the daily routine of building from Campos Street

João Paulo Gama Oliveira**

RESUMO

O presente estudo investiga a constituição e cotidiano da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS) no período de 1951-1968. Dessa forma, buscamos descrever diferentes aspectos dessa pioneira instituição de formação de professores no ensino superior em terras sergipanas por meio de fontes como: atas, depoimentos de ex-alunas e professores, correspondências expedidas e recebidas. Assim, trazemos a tona sujeitos e uma série de ações realizadas para que a “antiga FAFI” funcionasse durante dezessete anos e registramos também que a FCFS formou dezenas de professores e intelectuais, que se espalharam por diferentes espaços educacionais do estado, contribuindo sobremaneira para a História da Educação sergipana.

Palavras-chave: Faculdade de Filosofia; ensino superior; formação de professores.

ABSTRACT

This paper is aimed at researching the constitution and daily routines of Catholic Faculty of Philosophy of Sergipe (CFPS) from 1951 to 1968. So, we have searched to unveil the different aspects of this pioneering institution of professor's education in the state of Sergipe. Sources such as faculty annuaries, testimonies and sent and received official letters from faculty were used. Thus, we have brought out subjects and a great deal of actions done in order to the former FAFI functionated for seventeen years. We also have registered that CFPS educated dozens of teachers/ professors and educated in Sergipe. This has contributed to History of Education in this state.

Keywords: Faculty of Philosophy; higher education; teacher's education.

* Este estudo é parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado, intitulada: “Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)” desenvolvida com bolsa CAPES e sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eva Maria Siqueira Alves.

** Graduado em História e Mestre em Educação pela UFS. Professor da Faculdade Atlântico e Tutor da UFS/UAB/CESAD/Curso de História. Membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/DED/NPGED/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Mulheres (GEPHIM/UFS). E-mail: jpg_oliveira@yahoo.com.br

Diante de uma tendência que se espalhava pelo país desde a década de 1930, funda-se em Sergipe uma Faculdade de Filosofia no alvorecer dos anos 1950, denominada Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), com o objetivo principal de formar professores para os ensinos secundário e normal de outrora. Dom Luciano José Cabral Duarte¹, diretor da instituição nos períodos de 1951-1954 e de 1958-1968, um dos principais articuladores da criação e vida dessa faculdade, escreveu as seguintes palavras na última edição da revista daquela instituição:

A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe terá cumprido sua missão, quando, no fim de 1967, for implantada a Universidade Federal de Sergipe. Tendo começado seus trabalhos em 1951, ela viveu (17) anos. Entretanto, seu fim não será uma morte, mas antes um reflorescimento. Pois dela nascerão, como de um velho tronco que reverdece, as três novas Faculdades em que ela se transmudou²

O texto de Dom Luciano Duarte, com tom de despedida, alerta para alguns esclarecimentos. Primeiro, ao contrário do pensado pelo seu diretor, a FCFS não se “transmudou” em três faculdades, mas em uma, a Faculdade de Educação, e dois institutos, o Instituto de Letras, Artes e Comunicação e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Um segundo

¹ O Padre Luciano José Cabral Duarte figura como um dos pilares fundamentais na construção da FCFS como também do ensino superior sergipano. Segundo Lima, Luciano Duarte, nascido em 21 de janeiro de 1925, na rua de Japarutaba, Aracaju – SE, fez seus estudos primários na Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe. Em Aracaju, primeiro ingressou no Seminário Menor na capital sergipana, e depois em 1942 foi admitido no Seminário provincial de Olinda em Pernambuco, onde cursou dois anos de Filosofia e um de Teologia. Em 1945 ingressou no Seminário Central de São Leopoldo/RS, onde terminou seus estudos, sendo ordenado sacerdote em 1948, com 23 anos de idade. Foi diretor e professor de Grego e Latim no Seminário Menor de Aracaju, dirigiu o Jornal A Cruzada, de 1949 a 1954, além de diretor da FCFS, de 1951 a 1954 e de 1958 a 1968, lecionou Latim, Psicologia, Teologia, Filosofia, Conversação Francesa e Psicologia Educacional. Ainda em 1954 bacharelou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia de São Paulo; nesse mesmo ano viajou a Paris, permanecendo até o ano de 1957, quando recebeu o título de doutor em Filosofia com a mais alta menção da Sorbonne. Cf. LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. *Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)*. São Cristóvão – SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009 Dissertação (Mestrado em Educação).

² REVISTA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, 1967, p. 07.

aspecto é o fato da incorporação à recém-criada Universidade Federal de Sergipe (UFS) não ser a morte da FCFS. Esta funcionou no mesmo prédio, mudando apenas a denominação. Deste modo, por mais de uma década, os institutos receberam nomes apenas de maneira formal e a FCFS ainda permanecia viva na memória dos seus alunos, professores e sociedade sergipana como “antiga FAFI” ou a “antiga Faculdade de Filosofia”.

Inicialmente, a FCFS ofertou, o curso de Geografia e História e os cursos de Matemática e Filosofia, que deixaram de funcionar em 1957. Em 1952 começaram as atividades do curso de Letras Neo-Latinas e no ano seguinte de Letras Anglo-Germânicas. Sendo essa faculdade católica o primeiro espaço de formação de professores em nível superior em Sergipe, nesse sentido consideramos necessário aprofundar as discussões acerca da constituição e cotidiano da FCFS, considerando que a “antiga FAFI” formou dezenas de profissionais de diferentes áreas do saber e conseguiu legitimar-se no *campo*³ educacional sergipano. Como também é visível a escassez de pesquisas sobre a FCFS⁴ e os seus

³ Para Pierre Bourdieu “os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é totalmente possível e impossível em cada momento”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p. 27.

⁴ O único estudo que focou suas análises exclusivamente na FCFS, trata-se do trabalho de pós-graduação de LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e Utopias na História da Educação* (o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950/51). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 1993. Monografia (Pós-Graduação). Contudo, existe uma série de outros trabalhos, nos quais a “antiga FAFI” é citada e investigada diante de sua relação com outros objetos de pesquisa, entre esses trabalhos, destacamos: LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. *Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)*. São Cristóvão – SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009 Dissertação (Mestrado em Educação); MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008; NUNES, Martha Suzana Cabral. *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2008b. Dissertação (Mestrado em Educação); OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O Curso de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre alunas, docentes e disciplinas – uma história (1951-1954)*. Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia (Licenciatura em História); OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)*. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2011a. Dissertação (Mestrado em Educação); OLIVEIRA, Nayara Alves de. *A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1971): origens e contribuições*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2011b. Dissertação (Mestrado em Educação).

diferentes cursos, disciplinas e sujeitos, nesse sentido o estudo acerca dessa instituição almeja contribuir também para a escrita de uma diferente página da História da Educação sergipana.

A Faculdade inicialmente ocupou o espaço físico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁵, cedido pela Congregação das Religiosas do Santíssimo Sacramento, situado na rua Itabaianinha, nº 586, no centro da cidade de Aracaju – SE, tendo como o seu primeiro diretor, Padre Luciano José Cabral Duarte. Ainda na fase preparatória, no ano de 1950, a instituição recebeu a visita de Hermilo Guerreiro, inspetor federal do Ministério da Educação. Com o envio do relatório, a tarefa era divulgar a faculdade que estava prestes a funcionar por meio da imprensa. Depois de tomadas as primeiras providências, conseguindo a subvenção de CR\$ 100.000 anuais do Governo do Estado⁶, o processo de criação da FCFS foi encaminhado ao doutor Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, aguardando a autorização do Conselho Federal de Educação.

No final de 1950, o Padre Luciano Duarte escreveu uma matéria “explicativa” no Jornal A Cruzada⁷ sobre o significado de uma Faculdade de Filosofia para o povo sergipano, numa tentativa de legitimar um projeto do qual ele era uma dos principais membros. Somadas à citada matéria, atrelavam-se notícias sobre a instalação da instituição de ensino superior quase semanalmente, quando em 11 de março 1951, o Jornal A Cruzada⁸ trazia em uma de suas manchetes a seguinte: “Faculdade

⁵ Atualmente o antes suntuoso prédio do “colégio das freiras” encontra-se em situação deplorável. A parte do térreo tomada por lojas e a parte superior entregue ao abandono do tempo, visivelmente em ruínas. Sobre a história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes ver: COSTA, Rosimeire Marcedo. *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão - SE, 2003. (Dissertação de Mestrado).

⁶ Tal subvenção foi instituída pelo Decreto nº 221, de 15 de Junho de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 17 de junho de 1950, Ano XXII, nº 10.766, Aracaju - SE. Além dessa, também foi concedida pelo prefeito do município de Aracaju uma subvenção anual de quarenta e oito mil cruzeiros pela Lei nº 77 de 23 de outubro de 1951, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 26 de outubro de 1951, Ano XXIII, nº 11.157, p. 3 e 4.

⁷ DUARTE, Luciano José Cabral. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju, 19 de novembro de 1950, ano XVI, nº 677.

⁸ Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 11 de março de 1951, ano XVII, nº 692.

Católica de Filosofia de Sergipe” e transcrevia o decreto publicado no Diário Oficial da Capital Federal, de nº 29.311, de 28 de fevereiro de 1951, o qual “Concede autorização para funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe”.

Segundo Gizelda Morais⁹, em maio de 1950 o Padre Luciano Duarte visitou as Faculdades de Filosofia de Recife; ouviu também as experiências de D. Carlos Camélio de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e de D. Antônio dos Santos Cabral. Percebemos assim que a FCFS obteve contribuições de outras instituições congêneres, que funcionavam sob os cuidados da Igreja Católica. Logo depois das visitas e conversas, começou a estruturação da Faculdade com a ativação de uma *rede de sociabilidade*¹⁰ liderada principalmente pelo Padre Luciano Duarte, convidando professores de porta em porta, pedalando sua bicicleta¹¹, ou mesmo com a participação de outros docentes, já anteriormente empenhados na criação da instituição.

No caso da FCFS organizou-se um grupo de professores, com experiência na docência e reconhecidos no *campo* educacional, convidando-se principalmente professores do Atheneu Sergipense¹² e docentes que já atuavam em outras instituições de ensino superior do estado, também nascentes no período em estudo. Os professores da FCFS, muitos católicos praticantes, outros ditos “subversivos”, como

⁹ MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

¹⁰ As “estruturas de sociabilidade” são entendidas, conforme explica Sirinelli, para este pesquisador: “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode enganar ou subestimar”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 248. É nesse sentido que utilizamos o conceito *rede de sociabilidade*.

¹¹ Segundo NUNES, Maria Thétis. Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

¹² Várias são as denominações dessa escola sergipana em funcionamento desde 1870; por motivos didáticos ao longo do texto utilizaremos somente “Atheneu Sergipense”, sobre a mencionada instituição consultar ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)*. Programa de Estudos de Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP. 2005. Tese (Doutorado em Educação).

Maria Thétis Nunes, ou “agnósticos”, como Felte Bezerra¹³. Deste modo, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, e raríssimos licenciados, como Maria Thétis Nunes e Cleonice Xavier de Oliveira, foram aglutinados para lecionar na nascente faculdade.

É preciso considerar que estamos lidando com um período em que o número de graduados em Sergipe era reduzido; portanto, existia um considerável esforço para a contratação e manutenção de docentes na instituição, levando-se em consideração que o salário pago era simplório¹⁴ e de início as aulas eram noturnas. Portanto, nem todos os bacharéis estavam disponíveis a esse trabalho, exceto os que já almejavam *legitimar-se no campo* do magistério superior e assim buscavam *acumular capital*¹⁵, ou mesmo os que só desejavam contribuir para a formação da juventude sergipana, até então carente de cursos superiores na sua terra natal.

Outro ponto digno de nota concerne ao “tamanho” dessa instituição. Analisamos aqui uma faculdade católica, particular – com mensalidades simbólicas, contando com o apoio de subvenções públicas para existir – localizada na Aracaju dos anos 1950. Ou seja, o número de alunos por ano na FCFS variou entre o mínimo de 19 matriculados no primeiro ano de funcionamento e 77 em 1959. Esses alunos por vezes já se conheciam e suas famílias eram amigas. O padre que dirigia a instituição era o mesmo que celebrava a missa dominical frequentada por alguns alunos e professores. Os docentes eram antigos vizinhos dos seus alunos, amigos dos seus pais ou mesmo com um grau de parentesco.

¹³ A denominação de “subversiva” para Maria Thétis Nunes foi extraída de entrevista concedida pela própria professora, na qual ela afirma que essa fama vinha de sua época de graduação na Faculdade de Filosofia da Bahia e sua atuação como estudante. NUNES, Maria Thétis, Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju-SE. Já o termo “agnóstico” para Felte Bezerra, localizamos em entrevista concedida ao Jornal A Cruzada, 25 de dezembro de 1952, ano XVIII, nº 732.

¹⁴ Para Ibarê Dantas a FCFS, embora com inúmeras dificuldades de um projeto ousado, agregava uma série de intelectuais muitas vezes bem mais cultores da educação dos seus alunos do que dos salários incipientes que recebiam. Cf. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe, República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

¹⁵ Nas palavras de Bourdieu, “acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum”. BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática, In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática: 1994, p. 132.

É dentro desses largos traços, de um quadro difícil de desenhar, que a FCFS precisa ser vislumbrada diante dos olhos de quem a “observa” mais de meio século depois de criada e também há muitas décadas já extinta. Todavia, embora pequena e com um “caráter doméstico”, como afirma Beatriz G. Dantas¹⁶, percebemos que a FCFS formou dezenas de professores e conseguiu legitimar-se no nascente ensino superior em Sergipe. Para lograr tal êxito, além de professores e alunos, vale ressaltar a parcela de contribuição da equipe administrativa dessa faculdade.

O comando da instituição recaía sobre o diretor, a Congregação e o Conselho Técnico Administrativo (CTA), conforme o Regimento Interno da FCFS. A primeira reunião da Congregação ocorreu em 12 de março de 1951, presidida pelo bispo Dom Fernando Gomes e tinha como objetivo a eleição do diretor. Foram indicados os nomes dos padres Luciano Duarte, Euvaldo Andrade e Artur Pereira, sendo escolhido e nomeado o primeiro. Possivelmente a eleição cumpria apenas um caráter burocrático, uma vez que o Regimento da Faculdade deliberava a escolha para o cargo de diretor um nome que compusesse uma lista tríplice. Mas o cargo já era “exercido” pelo Padre Luciano Duarte mesmo antes da fundação efetiva da instituição superior de ensino, quando esse fez a faculdade funcionar, convidou professores para lecionar, organizou o local das aulas, divulgou o primeiro concurso de habilitação, entre outras ações do religioso.

Deste modo, a figura presente e responsável pelas decisões da FCFS nos diferentes âmbitos era o seu diretor. Mas este também contou com o apoio de Gonçalo Rollemberg Leite e do frei Edgar Stanowski no cargo de vice-diretor, em diferentes períodos, e do Padre Euvaldo Andrade, que de início era secretário do CTA e depois assumiu a direção da instituição entre 1954 e 1957, período de estudos do Padre Luciano Duarte na França.

Na parte administrativa da Faculdade trabalharam: Hélio de Souza Leão, Welington Elias, além de Maria Ariosvalda de Santana Teles, Josefa Dinorah Nunes Siqueira e Maria Leonor Teles de Santana. Já a biblioteca ficava sob a responsabilidade de Valdice Pereira Gomes. Em

¹⁶ DANTAS, Beatriz Góis Dantas. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida Ao autor em 3 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

depoimento concedido a Gizelda Moraes¹⁷, ela relata sua experiência como bibliotecária da FCFS, seu curso superior em Biblioteconomia na Bahia, feito com uma bolsa de estudos obtida por Dom Luciano Duarte. A senhora Dinorah Siqueira também ficava responsável pelo controle da frequência dos discentes. O ex-aluno do curso de Geografia e História, Alexandre Felizola Diniz, assim descreve essa rotina na Faculdade:

Havia controle de frequência, que ele (Padre Luciano Duarte) fazia questão de mandar uma funcionária ir de sala em sala. O professor estava dando aula, ela entrava e contava os alunos, via os alunos e marcava na caderneta. [...] Eu mesmo faltava muita aula, mas Dona Dinorah não me botava falta, eu ia fazer política estudantil e dizia a Dona Dinorah: to saindo, e ela: 'pode ir!' E não me colocava falta (risos)¹⁸.

Essa fala de Diniz aponta para o cotidiano dos alunos no curso de Geografia e História e algumas das normas da instituição para o controle de determinadas práticas, como a saída durante o horário de aula. Observamos também um clima de cordialidade confirmado pelo depoimento de Beatriz Góis Dantas:

[...] lembro muito de Dinorah. Dinorah me marcou muito. Dinorah que eu não lembro o sobrenome, mas enfim era Dinorah que era secretária, uma pessoa amiga, resolvia os problemas da gente, lembrava das coisas que estavam para acontecer, enfim, eu acho que como a Faculdade era pequena havia um clima de certa familiaridade entre as pessoas. Lembrava das coisas, telefonava, avisava, era um clima, eu acho, muito cordial¹⁹.

¹⁷ MORAIS, Gizelda. D. *Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

¹⁸ DINIZ, José Alexandre Felizola. Ex-aluno do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 1º de Junho de 2010. Aracaju-SE.

¹⁹ DANTAS, Beatriz Góis Dantas. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 3 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

Esses depoimentos ajudam a perceber traços do dia a dia da faculdade para além das aulas ministradas em sala. Os funcionários também contribuíram sobremaneira para o funcionamento das aulas, acompanhando os docentes e discentes. Além da vivência que cada um tinha por ali, o espaço acadêmico também era sinônimo de boas conversas e amizades. É o que demonstra a fala de Adelci Figueiredo Santos ao descrever as melhores recordações da época de aluna da FCFS:

Eu acho que era o relacionamento entre aluno e professor, éramos amigos, turmas pequenas que facilitavam o entrosamento, muitos parentes, havia muita confiança e o desejo inclusive de melhorar culturalmente, de ter uma nova formação e realmente prestar um serviço à sociedade sergipana²⁰.

Esse bom relacionamento mencionado nas entrevistas concedidas e a amizade diante de poucos alunos eram aspectos dessa nascente faculdade que em sua cerimônia de instalação reuniu o bispo diocesano Dom Fernando Gomes – um dos idealizadores da instituição; o governador do Estado, Arnaldo Rollemberg Garcez; o prefeito de Aracaju, Aldebrando Franco; o presidente da Assembleia Legislativa, Sílvio Teixeira; o Padre Francisco Bragança, diretor da Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega, em Recife; além de alunos, professores e seus familiares²¹.

A solenidade esteve repleta de agradecimentos e realce da conquista que a FCFS representava para o povo sergipano, especialmente para a juventude estudiosa. No entanto, a procura por essa instituição de ensino superior ao longo dos seus 17 anos de existência não foi a almejada pelos seus criadores. Embora tenha havido um nítido crescimento em alguns cursos, outros despertavam pouco interesse, fator que complicava ainda mais a frágil situação financeira daquela instituição sem fins lucrativos.

Mas aos poucos a consolidação erguia-se. Enfrentando obs-

²⁰ SANTOS, Adelci Figueiredo. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 10 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

²¹ Jornal A Cruzada, 01 de abril de 1951, ano XVII, nº 695.

táculos, a instituição aspirava a passos maiores. No ano de 1959 ocorreu a inauguração da sua sede própria na rua de Campos, nº 177, no bairro São José, Aracaju - SE. A partir dessa data, as aulas foram transferidas para as salas daquele prédio, e os cursos passaram então a ser ministrados no turno matutino, mesmo com as obras em andamento. Um ano depois foi implantado o Ginásio de Aplicação, que funcionava no turno da tarde e era consagrado como uma importante instituição educacional sergipana e laboratório para os professores da FCFS²².

Anos se passaram até a construção completa do plano inicial. Monsenhor Luciano Duarte orgulhava-se de mais uma das suas conquistas, fruto da sua *rede de sociabilidade* e das muitas solicitações efetuadas por ele a amigos e políticos. Sobre o novo prédio dessa faculdade, auxilia a descrição da ex-aluna Maria Nely dos Santos:

No prédio da antiga FAFI (hoje Instituto de Previdência Social do Estado – IPES), por mais de duas décadas, a terceira sala após o hall de entrada se constituiu no recinto consagrado dos professores. Ali, além das reuniões oficiais, se encontravam durante os intervalos das atividades para bebericarem um cafezinho, degustarem um suco de frutas, tomarem um copo de água.

Nós alunos, se não íamos à Biblioteca, gastávamos os dez minutos de folga ou horários vagos (aliás muito raros) conversando com os colegas sentados nos bancos geometricamente distribuídos pelos corredores do pavimento inferior, e também embaixo de algumas árvores existentes no jardim.

O jardim sempre bem cuidado, circundando a área construída, descansava nosso espírito, relaxava nossas tensões. Enquanto

²² Segundo Marta Suzana Cabral Nunes, o Ginásio de Aplicação da FCFS foi um “campo de experimentação de métodos pedagógicos entre alunos do ensino ginasial. Essa função traçou marcadamente a consolidação desta instituição, pois as experiências lá realizadas produziram um ambiente de constante inovação, que contagiava alunos, professores e diretores para o desenvolvimento de diferentes habilidades em jovens a partir dos 11 anos de idade”. NUNES, Martha Suzana Cabral. *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2008b. Dissertação (Mestrado em Educação), p. 113.

a sirene não anunciasse o retorno à sala de aula, ficávamos ali espreitando tudo e todos. Apenas os mais afoitos e os que tivessem realizando tarefas de pesquisas para algum professor se arvoravam a aproximar-se da sala “vip”²³

A descrição feita pela ex-aluna do curso de História, embora estudante da faculdade em um período posterior ao recorte temporal do presente trabalho, ajuda-nos a adentrar no cotidiano da instituição e vislumbrar traços que se fizeram presentes na vida dos alunos e professores que por ali passaram. Os aspectos da arquitetura e a vivência dos discentes são marcas na vida dessa então universitária e fornecem pistas do que fazia um acadêmico sergipano em meados da década de 1960 em suas horas vagas, como estes observavam a sala dos professores – “recinto consagrado” ou “sala ‘vip’”. Estas são nuances daquela instituição de ensino superior que tal fala ajuda a descortinar.

À noite, comumente ocorriam palestras e eventos culturais. Logo no relatório do seu primeiro ano de funcionamento, expõe-se a influência cultural da FCFS:

Pode-se dizer honestamente que a influência da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe já se faz sentir sobre o meio. Destinando-se a formar professores para o curso secundário, tem a Faculdade, concomitantemente, a função de elevar o nível deste mesmo curso, para o qual prepara pessoal habilitado pelo tirocínio de um curso especializado.

A Faculdade, promovendo como está conferências para o ambiente universitário, desempenha assim também um interessante papel de influência no meio sergipano²⁴.

Das fontes localizadas inferimos a participação ativa da FCFS

²³ SANTOS, Maria Nely. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999. p. 132/133.

²⁴ FCFS, Relatório Semestral, 1951/1.

no meio cultural aracajuano. As suas aulas inaugurais²⁵ constantemente figuravam nas manchetes da imprensa; as palestras promovidas com convidados também eram divulgadas, além de outros eventos, como a defesa de tese do doutor Sílvio Macedo, de Maceió-AL, candidato à colação de grau de doutor em Pedagogia pela FCFS no dia 7 de abril de 1961 com o tema: “Da falta de orientação educacional e profissional como causa da crise brasileira”²⁶.

Crescia o número de professores, a biblioteca aumentava a passos lentos, ex-alunos retornaram como docentes, alguns mestres se aventuraram por outras terras em busca de especialização e aos poucos aumentava o número de alunos que procuravam a instituição. A partir de 1955, a faculdade conseguiu manter uma média de 70 alunos matriculados, funcionando com quatro cursos: Didática, Geografia e História, Letras Anglo-Germânicas e Letras Neo-Latinas, após o fechamento dos cursos de Matemática e Filosofia ocorrido no final da década de 1950.

Possivelmente, a construção de sua sede própria forneceu maior visibilidade à instituição, que angariava fundos do estado de Sergipe, do município de Aracaju, repasses de emendas de parlamentares sergipanos, além de doações e compras de livros para a biblioteca, feitas pelos professores e diretores, que usavam do seu *capital simbólico* para legitimar a FCFS no *campo* educacional sergipano.

O diretor da instituição, Dom Luciano José Cabral Duarte, configurou-se como uma coluna basilar para o funcionamento daquela faculdade. Suas constantes viagens nacionais e internacionais, suas

²⁵ A aula inaugural da faculdade em 1951 coube ao diretor padre Luciano José Cabral Duarte. Em 1959, Manoel Cabral Machado tratou do tema “Sociologia e Folklore” (A Cruzada, 7 de março de 1959, ano XXIV, nº 1081); No ano de 1961: Aula inaugural com o professor José Olinó Lima Neto sobre “Fundamentos da Filosofia Românica” (A Cruzada, 4 de março de 1961, ano XXV, nº 1.191); Em 1962 aula inaugural com José Silvério Leite Fontes sobre “A Filosofia da História” (Ata da XXXVIII Reunião do CTA em 27 de fevereiro de 1962, RELATÓRIO SEMESTRAL DA FCFS – 1962/1).

²⁶ Para a defesa dessa tese, o Jornal A Cruzada publicou três seguidos anúncios: “Defesa de Tese na Faculdade de Filosofia” (A Cruzada, 25 de março de 1961, ano XXV, nº 1194); “Tese de Doutorado em Pedagogia” (A Cruzada, 1º de abril de 1961, ano XXV, nº 1195) e por fim “Defesa de Tese do professor Sílvio de Macedo” (A Cruzada, 8 de abril de 1961, ano XXV nº 1196), relatando como foi a defesa perante a banca composta por Gonçalo Rollemberg Leite, Monsenhor Luciano Duarte e José Silvério Leite Fontes; ressalta também a participação de estudantes, professores e membros da sociedade sergipana.

amizades nos *campos* político, religioso e educacional de alguma forma respingavam na FCFS, seja na aquisição de verbas, material ou novas contratações de professores. Tudo isso culminou na consolidação da FCFS como um marco na formação de professores e de alguns pesquisadores em distintos campos do saber em Sergipe. Apesar disso, ao longo da sua história a FCFS se deparou com sérias dificuldades financeiras para sua manutenção.

Quando inquirida sobre os principais problemas da faculdade no início de sua trajetória, Magnória de Nazareth Magno, uma das quatro alunas da primeira turma do curso de Geografia e História que chegou a concluí-lo nos diz: “Dificuldades próprias de todo empreendimento em fase de instalação, tais como instalações precárias, localização em local deserto e de difícil acesso, etc., etc.”²⁷. Todavia, isso não é destacado no relatório do primeiro ano letivo no item que descreve as condições do edifício e das instalações.

A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe acha-se atualmente funcionando no moderno e confortável prédio do Ginásio N. Sra. de Lourdes [...].

O local do prédio fica a leste, quase a igual distância de todos os bairros da cidade, estando colocado em posição vantajosa para a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, é absolutamente tranqüila, não sendo assim as aulas perturbadas por ruídos de qualquer gênero.

Na posição em que está, é também o prédio da Faculdade bem servido de transportes, para os seus alunos que residem em pontos mais distantes²⁸.

Confrontando tais descrições, percebemos as discrepâncias entre um relatório oficial de uma iniciante instituição superior de ensino, fazendo uso de adjetivos para si e uma ex-aluna que vivenciou os

²⁷ MAGNO, Magnória de Nazareth Magno. Aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 19 de maio de 2008. Aracaju-SE.

²⁸ FCFS, Relatório Semestral, 1951/1.

problemas para frequentar as aulas da Faculdade. Analisamos também outros testemunhos, como o do professor Manuel Cabral Machado, um dos idealizadores e professores da faculdade. Esse jurista afirma:

A faculdade só tinha, como recurso, a subvenção. Nós ficávamos nos fundos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, pela Rua Itabaianinha. Então o Colégio entrava pela Rua de João Pessoa e a Faculdade [...] pelos fundos [...]. A Faculdade de Filosofia era nos fundos do Colégio. Funcionando à noite, porque pelo dia era o Colégio Nossa Senhora de Lourdes [...]. Bom, não tendo recursos, o nosso salário era simbólico, nós não ganhávamos salário, era simbólico²⁹.

Mais uma vez a fala de um sujeito que viveu aquele período contrasta com o supracitado relatório, quando este diz que a faculdade funcionava em um prédio moderno, contendo quatorze salas, das quais três estavam sendo utilizadas pela instituição de ensino superior, uma para cada curso que funcionou em 1951. Entretanto, o relatório omite que seriam as salas do fundo, funcionava à noite porque durante o dia existiam outras atividades naquela faculdade, como também não se pronuncia com relação ao salário dos docentes.

O citado professor enfatiza o salário “simbólico” que os docentes da FCFS recebiam. Levando-se em consideração as preleções de Pierre Bourdieu³⁰ ao afirmar que “os agentes sociais não realizam atos gratuitos”, podemos afirmar que, embora com um pequeno reconhecimento econômico, ser professor da FCFS proporcionaria um “lucro simbólico”, já que o “capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento”³¹. Possivelmente, com o ideal do “conhecimento e reconhecimento”, os docentes lecionavam na instituição.

²⁹ MACHADO, Manuel Cabral. Professor da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 30 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Papirus Editora. Campinas: 1996.p. 138.

³¹ BOURDIEU, Pierre. *Ibid.* p. 150.

A questão do salário é explorada constantemente nas reuniões, tanto do CTA quanto da Congregação. As fontes mostram salários incipientes, e isto pode ser visto na fala da professora Thétis Nunes³² e do professor Manuel Cabral Machado³³. O próprio Dom Luciano José Cabral Duarte na celebração da missa em comemoração aos 40 anos da FCFS fala sobre a criação desta e seus entraves:

É belo trabalhar por um salário. Jesus Cristo mesmo disse: o operário é digno de seu salário. Porém, é mais belo ainda trabalhar por um ideal, mesmo sem a compreensão material equivalente. Nós éramos um grupo liderado invisivelmente pela figura de Dom Quixote, lutando com as mãos vazias, certos das nossas certezas³⁴.

Para o professor Cabral Machado, a FCFS:

Era uma Faculdade a que nós professores prestávamos um serviço público, com um ensino quase gratuito, visto que a Escola não tinha recursos para pagar sequer o salário mínimo. Então o ensino era feito a título de colaboração para a educação em Sergipe³⁵.

O salário inicial dos professores da faculdade era de CR\$ 50,00. Ao longo dos anos, mudanças ocorreram: em 1964 pagavam-se seiscentos cruzeiros por aula; já um ano depois, o salário era de “18.000 mensais, aos professores que davam três aulas por semana, o que correspondia a 1.200 por aula, contando-se cinco semanas ao mês”³⁶.

O próprio diretor, em carta enviada ao então presidente da

³² NUNES, Maria Thétis. Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

³³ MACHADO, Manuel Cabral. Professor da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 30 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

³⁴ DUARTE, Dom Luciano José Cabral. *Palavras de Dom Luciano na Celebração da Missa em Comemoração aos 40 anos da FAFI*. Texto não publicado, datilografado, com anotações e correções a mão. 15 de Maio de 1991.

³⁵ MACHADO, Manuel Cabral Machado. Professor da FCFS. Entrevista concedida ao professor Afonso Nascimento em 12 de outubro de 1997. IN: *Revista Tomo*. Nº 1. São Cristóvão - SE: CIMPE, 1998, p. 18/19.

³⁶ FCFS, Ata da XXIV Reunião da Congregação da FCFS, 8 de março de 1965, Relatório Semestral, 1965/1.

República, Jânio Quadros, em 26 de Junho de 1961, descreve quanto era gasto para a manutenção de uma faculdade federalizada e as dificuldades existentes para a manutenção da FCFS. Segundo o religioso, o catedrático de uma faculdade federalizada ganharia quarenta e três mil cruzeiros mensais que, somados a outras despesas, resultariam em um montante de gastos de trinta e seis milhões, cento e vinte mil cruzeiros de despesas anuais para cada faculdade. Já em Sergipe, devido aos inúmeros problemas, a FCFS só agregava quatro cursos em 1961 – Geografia e História, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Didática –, mesmo tendo autorização para ofertar sete cursos e setenta cadeiras. No entanto, para isso, precisaria de no mínimo dezoito milhões e sessenta mil cruzeiros anuais, além de outra quantia para a manutenção do prédio, administração da instituição, ampliação de biblioteca, entre outros aspectos. Diante do exposto, Monsenhor Luciano Cabral Duarte enviou carta ao presidente Jânio Quadros, em 26 de junho de 1961, sugerindo um convênio entre a FCFS e o Ministério da Educação e Cultura. A Faculdade ficaria obrigada a ofertar todos os cursos ali regulamentados de forma inteiramente gratuita, e ao Ministério caberia proporcionar os recursos que o diretor já havia estipulado.

Apesar de não localizar a resposta do presidente à carta citada, deduz-se que, se ela existiu foi negativa, tendo em vista que a faculdade só passaria a integrar os quadros federais de ensino quando da sua incorporação à UFS em 1968. Sublinha-se a tentativa do diretor, diante da baixa procura pelos alunos e das dificuldades de manutenção da instituição, de torná-la federalizada, buscando utilizar sua rede de influências para atingir tal fim. Mesmo não logrando êxito, o fato é digno de nota.

Merece ser também mencionado o fato de a faculdade funcionar à noite concentrando majoritariamente estudantes mulheres, quebrando um tabu na sociedade aracajuana de meados do século XX. Para Thétis Nunes, no texto “Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos”:

As aulas eram noturnas, o que ocasionaria grande impacto na tranqüila vida provinciana de Aracaju na época. Quebrava-se o

tabu de moças saírem sozinhas à noite. Recordo-me que uma das alunas vinha acompanhada por uma jovem empregada que dormia no fundo da sala. Com a malícia própria do estudante, as alunas apelidaram a colega de Sinhá Moça³⁷.

Ainda sobre as aulas no período noturno, a aluna Adelci Figueiredo Santos, da segunda turma do curso de Geografia e História, a qual fez seus estudos na FCFS na primeira metade da década de 1950, declara:

As mães ficavam preocupadíssimas, esperando que a gente retornasse, todas inclusive nos alpendres, nas portas esperando que a filha chegasse, porque a gente vinha correndo do parque até onde eu morava na rua de Estância, e a minha amiga que era Isabel Barreto que morava na rua de Boquim, então a gente vinha correndo quando chegava à rua de Lagarto ela se dirigia para a rua de Boquim e eu saía correndo para Rua de Estância, eu terminava, que era no Guarani, naquela época era o ponto de referência. Então a gente saía correndo, do parque em diante a gente corria com medo, porque não tinha nada naquela época, a gente não podia usar táxi que ficava com receio, duas moças sozinhas, ônibus não existia naquele horário, o ônibus circulava de uma em uma hora e assim mesmo por trajetos diferentes dos nossos, então o jeito era correr (risos). Agora vinha um grupo grande até o parque onde havia um ponto de ônibus que fazia várias direções, mas quando chegava no parque aí cada uma tomava seu destino³⁸.

Diante desses problemas referentes à localização do colégio cedido para a faculdade no turno da noite, a construção da sua sede era uma necessidade, além de concretizar materialmente a instituição diante da sociedade sergipana. Segundo o periódico *A Cruzada*³⁹, a inauguração

³⁷ NUNES, Maria Thétis. *Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos*. Não publicado. S/D.

³⁸ SANTOS, Adelci Figueiredo. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 10 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

³⁹ *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 4 de abril de 1959, ano XXIV, nº 1085.

da parte principal da nova sede da FCFS ocorreu em 29 de março de 1959 e contou com a presença do então governador do estado Luís Garcia; do bispo Dom José Távora, professores, estudantes, sacerdotes, reunindo parte considerável da intelectualidade sergipana de outrora.

Pelo discurso de inauguração com tom de agradecimento do diretor, notamos o quanto os políticos locais contribuíram para a construção do prédio. O religioso cita os nomes de: Durval Cruz, Lourival Fontes, Júlio Leite, José Rollemberg Leite, Arnaldo Garcez e Leandro Maciel. Fica nítida a existência de uma profícua relação entre a FCFS e os representantes políticos da época, como também o reconhecimento social angariado por essa instituição educacional de formação docente.

A faculdade deixa o espaço do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, local onde funcionou por mais de oito anos, para construir um novo ciclo na sua história. Entretanto, as dificuldades com relação às obras continuaram. Em carta a Armando Barcelos, pessoa com quem Monsenhor Luciano Duarte mantinha constantes correspondências, o diretor descreve:

As obras da Faculdade estão indo, em ritmo lento. Já recebemos os móveis do salão da Congregação (Pequeno Auditório), cuja fita de inauguração o sr. cortará em breve. Infelizmente, não se conseguiu que o Presidente não cortasse os 30% das verbas. Até das subvenções ordinárias esta porcentagem foi cortada.

Paguei há poucos dias a última promissória do terreno [...] ⁴⁰.

Em 16 de agosto desse mesmo ano, tendo obtido a resposta de Armando Barcelos, o diretor agradece as verbas conseguidas e relembra, como tantas outras vezes, a necessidade de verbas maiores para a conclusão das obras, subvenção esta que estaria em votação no Senado. Em outra correspondência, agora a Luís Alfredo da Silva, o Monsenhor agradece o envio do número do Diário Oficial da República contendo o decreto que concede autorização de cinco milhões de cruzeiros para as obras da FCFS ⁴¹.

Faz-se necessário salientar que Armando Barcelos, no ano de 1958,

⁴⁰ DUARTE, Luciano José Cabral Duarte Carta ao doutor Armando Barcelos, 8 de agosto de 1961.

⁴¹ DUARTE, Luciano José Cabral. Carta a Luís Alfredo da Silva, 7 de junho de 1962.

sugeriu ao diretor que seguisse os diversos parlamentares sergipanos em busca de parcelas das seções ordinárias para a instituição. Como afirma o próprio Monsenhor, de tanto enviar cartas e telegramas solicitando verbas já ficava “com acanhamento de falar-lhe em tantos aspectos do permanente problema financeiro da Faculdade. O sr., que se constitui como nosso patrocinador, irá tendo paciência”⁴².

Com sua sede própria, a FCFS tinha autonomia para usar o seu espaço nos três turnos, e a assim o fez. Em resposta ao ofício enviado por José Carlos Marques, então coordenador dos Jogos da Primavera em Aracaju – SE, Monsenhor Luciano Cabral Duarte assinalava não poder atender à solicitação de empréstimo da quadra de esportes, uma vez que:

[...] o prédio da Faculdade tem que funcionar nos três expedientes de cada dia: pela manhã, todas as aulas da Faculdade; pela tarde, todas as aulas do Colégio de Aplicação; pela noite, temos as aulas do Instituto de Pesquisas Sociais da FCFS, além das aulas do pré-vestibular que prepara candidatos ao concurso de habilitação do próximo ano⁴³.

Com a construção da primeira parte do prédio, buscou-se concluir as demais instalações. Com o fim dessa etapa já em meados da década de 1960, o desejo do diretor consistia em “ir preparando, aos poucos, a renovação do quadro dos nossos professores”, como afirmou em carta enviada a José Calasans⁴⁴ em 1965, na qual pedia bolsa de estudos para uma aluna do curso de Geografia na Bahia.

⁴² DUARTE, Luciano José Cabral Duarte. Carta ao doutor Armando Barcelos, 16 de agosto de 1961.

⁴³ FCFS, Ofício nº 27/65, Resposta do Padre Luciano Duarte a José Carlos Marques.

⁴⁴ José Calasans Brandão da Silva nasceu em 1915 na cidade de Aracaju – SE e faleceu na Bahia em 2001. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1937. Livre-Docente da Faculdade de Filosofia da Bahia como catedrático de História Moderna e Contemporânea. Em terras sergipanas lecionou nos colégios: Nossa Senhora de Lourdes, Tobias Barreto, Atheneu Sergipense e na Escola Normal. Para Jairo Nascimento José Calasans “[...] foi um dos principais nomes da intelectualidade sergipana, no século XX, que construiu uma carreira de sucesso em outro Estado, Bahia. Em terras baianas, consagrou-se como renomado professor, pesquisador do folclore e da guerra de Canudos”. NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *José Calasans: a História Reconstruída*. Salvador – BA: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2004 (Mestrado em História), p. 15.

Solicitou ainda que fosse paga sua estada, uma vez que ela era de família humilde.

Os primeiros docentes da instituição se desdobravam para lecionar nos diferentes cursos e disciplinas da faculdade. Eram intelectuais que circulavam nos diferentes espaços da sociedade sergipana, alguns membros da Academia Sergipana de Letras e/ou do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e seus nomes figuravam constantemente em artigos publicados na imprensa local; outros escreviam livros, assumiam cargos na política e trilhavam os caminhos do magistério em diferentes instituições. Distantes das práticas de especialização, ensinavam por afinidade com as disciplinas, pela sua formação ampla e experiência docente, ou mesmo para suprir as lacunas constantes no quadro de professores da FCFS.

A carência de docentes com uma formação acadêmica específica para lecionar na faculdade era grande, tendo em vista que todos eles tinham feito suas graduações em outros estados, e ao retornar assumiam suas diferentes profissões. Preencher o quadro de todas as disciplinas e contar para isso com modestos recursos era uma tarefa difícil. À medida que os alunos terminavam seus cursos, alguns eram convidados para retornar à instituição. Os convites eram realizados diante do destaque que os discentes conseguiam quando faziam sua graduação na faculdade e dos *capitais* acumulados nesse período. Ao retornar à instituição como professores, exigia-se desses primeiros licenciados que eles se especializassem em diferentes locais do Brasil ou mesmo no exterior para melhorar o ensino na FCFS.

Portanto, vários são os professores que se aperfeiçoaram fora das terras sergipanas. Dos cursos de Letras: o professor Joviniano de Carvalho Neto esteve em São Francisco na Califórnia/Estados Unidos para complementação de estudos em 1965; Carmelita Pinto Fontes, Teresa Leite Prado, Maria Giovanni dos Santos Mendonça e Léa Lima Andrade também deixaram Sergipe para prosseguir suas especializações. Do curso de Geografia e História, o professor José Silvério Leite Fontes foi para a França, mas não concluiu o curso devido a problemas de saúde; José Bonifácio Fortes Neto fez um Curso de Altos Estudos Geográficos

na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil como bolsista da CAPES, em 1956. Já Maria Thétis Nunes fez curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, no final da década de 1950. No ano de 1967, três professoras da Faculdade estavam no exterior – Europa e nos EUA – para se aperfeiçoar.

A Professora Teresa Leite Prado, de Literatura Francesa ora na Universidade de Aix-en-Provence; a Professora Maria Giovanni dos Santos Mendonça de Literatura Portuguesa, ora na Universidade de Lisboa; e a Professora Léa Lima Andrade, de Inglês, ora na Universidade de Austin, no Texas (USA)⁴⁵.

Mesmo com esse entusiasmo de continuidade de estudos fora de Sergipe, outra dificuldade enfrentada além da própria localização do colégio, do horário das aulas, dos problemas financeiros, da carência de professores, entre outros fatores, diz respeito à falta de livros na instituição e a quase inexistência de uma biblioteca. A ex-aluna do curso de Matemática, Olga Andrade Barreto, quando indagada sobre os livros para consulta na FCFS, nos diz que: “Não, livro nenhum, não conseguia nem em biblioteca, a Faculdade não tinha biblioteca, nós lutávamos. Com isso os professores ajudavam porque não tinha livro”⁴⁶. Magno⁴⁷, respondendo à mesma pergunta, fala: “não havia biblioteca organizada para consulta. Contávamos com os apontamentos tomados em sala de aula e alguns livros que aos poucos íamos adquirindo”. Já Dantas⁴⁸ afirma que: “os alunos tinham dificuldades de conseguir livros, e o esquema básico era o registro das aulas ministradas pelos professores”. Diante da pesquisa, constata-se a necessidade de livros na faculdade, não obstante uma preocupação com a compra ou

⁴⁵ REVISTA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, 1967, p. 06.

⁴⁶ BARRETO, Olga Andrade. Ex-aluna do curso de Matemática da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 12 de fevereiro de 2007. Aracaju-SE.

⁴⁷ MAGNO, Magnória de Nazareth Magno. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 19 de maio de 2008. Aracaju-SE.

⁴⁸ DANTAS, Beatriz Góis. “Felte Bezerra e a fase heróica da Antropologia em Sergipe: 1950-1959”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, 2009, p. 244

aquisição deles por meio de doação. Os livros da FCFS chegavam de diferentes formas e lugares.

Em carta enviada a Mamede Paes de Mendonça, Monsenhor Luciano Cabral Duarte pede a intervenção desse amigo junto à firma Cory Brothers em Salvador-Bahia, diante de uma encomenda remetida pela “United States Book Exchange, Inc.”, uma organização dos Estados Unidos. Tratava-se de duas caixas contendo 198 livros usados e destinados à faculdade que deveriam estar naquela empresa e precisavam ser enviados para Sergipe⁴⁹.

Em outra carta, esta endereçada ao cônsul da República Federal Alemã, em Recife-PE, o diretor agradece os sessenta livros recebidos pela faculdade que seriam destinados à Língua e Literatura Alemã. Na carta, o diretor fala das dificuldades financeiras enfrentadas pela FCFS e da necessidade de recorrer a embaixadas e consulados com o intuito de obter livros para a biblioteca pela qual “passam todos os professores secundários que em Sergipe se formam”⁵⁰. Cita ainda os livros já recebidos da França e dos Estados Unidos e os que ele começava a receber da Alemanha, lembrando de pedir mais livros de outras temáticas relacionadas àquele país, como gramáticas, dicionários, ensino alemão e estrangeiro, e sobre a civilização e a cultura germânica.

Outras pistas sobre as origens dos livros da FCFS localizam-se nas atas do CTA. Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 1960, o diretor fala que, em visita aos Estados Unidos, adquiriu 800 livros para a instituição. Já Silvério Leite Fontes quando viajou a Paris doou 150 dólares para a compra de livros em uma livraria da capital francesa. De maneira mais específica para o curso de Geografia e História, ocorreu em 1960 a aquisição de parte da biblioteca do professor Felte Bezerra, que, ao deixar a faculdade e o estado de Sergipe, negociou com a instituição livros versando principalmente sobre Etnografia e Antropologia, ambas disciplinas do curso de Geografia e História⁵¹.

Dessa forma, os livros que chegavam à FCFS procediam de dife-

⁴⁹ DUARTE, Luciano José Cabral. Carta ao senhor Mamede Paes Mendonça, 17 de Julho de 1962.

⁵⁰ DUARTE, Luciano José Cabral. Carta ao cônsul da República Federal Alemã, 16 de maio de 1962.

⁵¹ FCFS, Ata da XXIX Reunião do CTA, 13 de fevereiro de 1960 – FCFS, Relatório Semestral, 1960/1.

rentes locais, por compra dos seus docentes em viagens, por doação de ex-professores, doação de outras instituições e até mesmo quando se solicitava a determinados órgãos que os enviassem. Além de todas essas formas de aquisição de livros, ocorria a compra efetuada diretamente pela instituição e a solicitação de disponibilidade das bibliotecas das escolas aracajuanas para a consulta dos seus acervos pelos acadêmicos, como o Colégio Atheneu Sergipense e o próprio Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Outra prática constante relaciona-se ao empréstimo de livros por parte dos professores para a elaboração dos trabalhos acadêmicos. Como a faculdade contava com turmas de diminuto número de alunos, estes se reuniam em grupos e realizavam os trabalhos ou mesmo estudavam pelo livro do docente.

No final da década de 1960, quando da incorporação à UFS, a biblioteca da FCFS já contava com um variado número de autores e obras, diferindo daquela inicial. O carimbo da “F.C.F.S.” ainda permanece nas páginas amareladas de livros que atualmente compõem o acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, como uma marca “viva” da presença daquela faculdade, mesmo depois de incorporada à UFS.

Assim, alguns dos problemas aqui destacados foram enfrentados e transpostos, outros negligenciados e omitidos. Contudo, é preciso deixar registrado que a FCFS formou dezenas de professores e intelectuais que contribuíram sobremaneira para a sociedade sergipana na segunda metade do século XX. E como afirmou Monsenhor Luciano Cabral Duarte, por ali passavam todos os professores secundários que se formavam em Sergipe em meados do século XX.

Certamente, quando a FCFS foi incorporada à então recém-criada Universidade Federal de Sergipe, em 1968, havia cumprido, além de sua função de formar docentes do ensino secundário e normal, o papel de congregar intelectuais que atuaram nas pesquisas e no ensino de Antropologia, Geografia, História, Letras, entre outros campos do saber. Assim, deixamos registrado o seu significado lembrado por poucos, mas vivenciado por muitos.

FONTES

a) FONTES IMPRESSAS:

Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas/ Universidade Federal de Sergipe

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. Relatórios Semestrais. 1951.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. Relatórios Semestrais. 1962.

FCFS, Ata da XXIV Reunião da Congregação da FCFS, 8 de março de 1965, Relatório Semestral, 1965/1

FCFS, Ata da XXIX Reunião do CTA, 13 de fevereiro de 1960 – FCFS, Relatório Semestral, 1960/1 FCFS,

Ofício nº 27/65, Resposta do Padre Luciano Duarte a José Carlos Marques

INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE

DUARTE, Dom Luciano José Cabral Duarte. *Carta para Armando Barcelos*. Aracaju, 08 de Agosto de 1961;

DUARTE, Dom Luciano José Cabral Duarte. *Carta para Armando Barcelos*. Aracaju, 16 de Agosto de 1961;

DUARTE, Luciano José Cabral Duarte. *Carta para o Presidente da República Jânio Quadros*. Aracaju, 26 de Junho de 1961.

DUARTE, Luciano José Cabral Duarte. *Carta para Luís Alfredo da Silva*. Aracaju, 07 de Junho de 1962.

DUARTE, Luciano José Cabral Duarte. *Carta para Mamede Paes Mendonça*. Aracaju, 17 de Julho de 1962.

DUARTE, Luciano José Cabral Duarte. *Carta para o Cônsul da República Federal Alemã*. Aracaju, 16 de maio de 1962.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Ano XXII, nº 10.766. 17 de junho de 1950.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Ano XXIII, nº 11.157. 26 de outubro de 1951.

DUARTE, Luciano José Cabral. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju, 19 de novembro de 1950, ano XVI, nº 677.

Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 11 de março de 1951, ano XVII, nº 692.

Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 1º de abril de 1951, ano XVII, nº 695.

Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 25 de Dezembro de 1952, ano XVIII, nº 732.

Aula inaugural da Faculdade de Filosofia. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 7 de março de 1959, ano XXIV, nº 1081.

Inauguração no Novo Prédio da Faculdade Católica de Sergipe. Missão da Faculdade – conduzir a inteligência humana até Deus. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 4 de abril de 1959, ano XXIV, nº 1085.

DUARTE, Dom Luciano José Cabral. Convite para aula inaugural da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 4 de março de 1961, ano XXV, nº 1.191.

Defesa de Tese na Faculdade de Filosofia. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 25 de março de 1961, ano XXV, nº 1194

DUARTE, Dom Luciano José Cabral. 10 anos da FAFI. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 23 de Setembro de 1961, ano XXV, nº 1.120

Tese de Doutorado em Pedagogia. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 1º de abril de 1961, ano XXV, nº 1195.

Defesa de Tese do Prof. Sílvio de Macedo. *Jornal A Cruzada*. Aracaju, 08 de abril de 1961, ano XXV nº 1196.

ESTUDANTES CONTINUAM NA LUTA NA FACULDADE DE FILOSOFIA. *Jornal Correio de Aracaju*. Aracaju, 27 de abril de 1961, Ano LXI, nº 6.590.

REVISTA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. Nº 1, ano 1. Aracaju - SE, 1961.

-REVISTA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, Nº 2, Aracaju – SE, 1967.

b) FONTES ORAIS

ENTREVISTAS CONCEDIDAS A OUTROS PESQUISADORES:

MACHADO, Manuel Cabral Machado. Professor da FCFS. Entrevista concedida ao professor Afonso Nascimento em 12 de outubro de 1997. *Revista Tomo*. Nº 1. São Cristóvão - SE: CIMPE, 1998. p. 15-28.

DANTAS, Beatriz Góis. Ex-aluna e professora da FCFS. Entrevista concedida ao professor Afonso Nascimento em janeiro de 1999. *Revista Tomo*. Nº 2. São Cristóvão - SE: CIMPE, 1999. p. 11-29.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS AO AUTOR:

DOCENTES

MACHADO, Manuel Cabral. Professor da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 30 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

NUNES, Maria Thétis. Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

Discentes

BARRETO, Olga Andrade. Ex-aluna do curso de Matemática da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 12 de fevereiro de 2007. Aracaju-SE.

DANTAS, Beatriz Góis Dantas. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 3 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Ex-aluno do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 1º de Junho de 2010. Aracaju-SE.

MAGNO, Magnória de Nazareth Magno. Aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 19 de maio de 2008. Aracaju-SE.

SANTOS, Adelci Figueiredo. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 10 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)*. Programa de Estudos de Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP. 2005. Tese (Doutorado em Educação).

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática, In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática: 1994.

_____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Papirus Editora. Campinas: 1996.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

COSTA, Rosimeire Marcedo. *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão - SE, 2003. (Dissertação de Mestrado).

DANTAS, Beatriz Góis. “Felte Bezerra e a fase heróica da Antropologia em Sergipe: 1950-1959”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, 2009.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe, República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DUARTE, Dom Luciano José Cabral. *Palavras de Dom Luciano na Celebração da Missa em Comemoração aos 40 anos da FAFI*. Texto não publicado, datilografado, com anotações e correções a mão. 15 de Maio de 1991.

LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e Utopias na História da Educação (o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950/51)*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 1993. Monografia (Pós-Graduação).

LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. *Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)*. São Cristóvão – SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009 Dissertação (Mestrado em Educação).

MORAIS, Gizelda. D. *Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *José Calasans: a História Reconstituída*. Salvador – BA: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2004 (Mestrado em História).

NUNES, Maria Thétis. *Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos*. Não publicado. S/D.

NUNES, Martha Suzana Cabral. *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação).

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O Curso de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre alunas, docentes e disciplinas – uma história (1951-1954)*. Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia (Licenciatura em História).

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)*. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2011a. Dissertação (Mestrado em Educação).

OLIVEIRA, Nayara Alves de. *A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1971): origens e contribuições*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2011b. Dissertação (Mestrado em Educação).

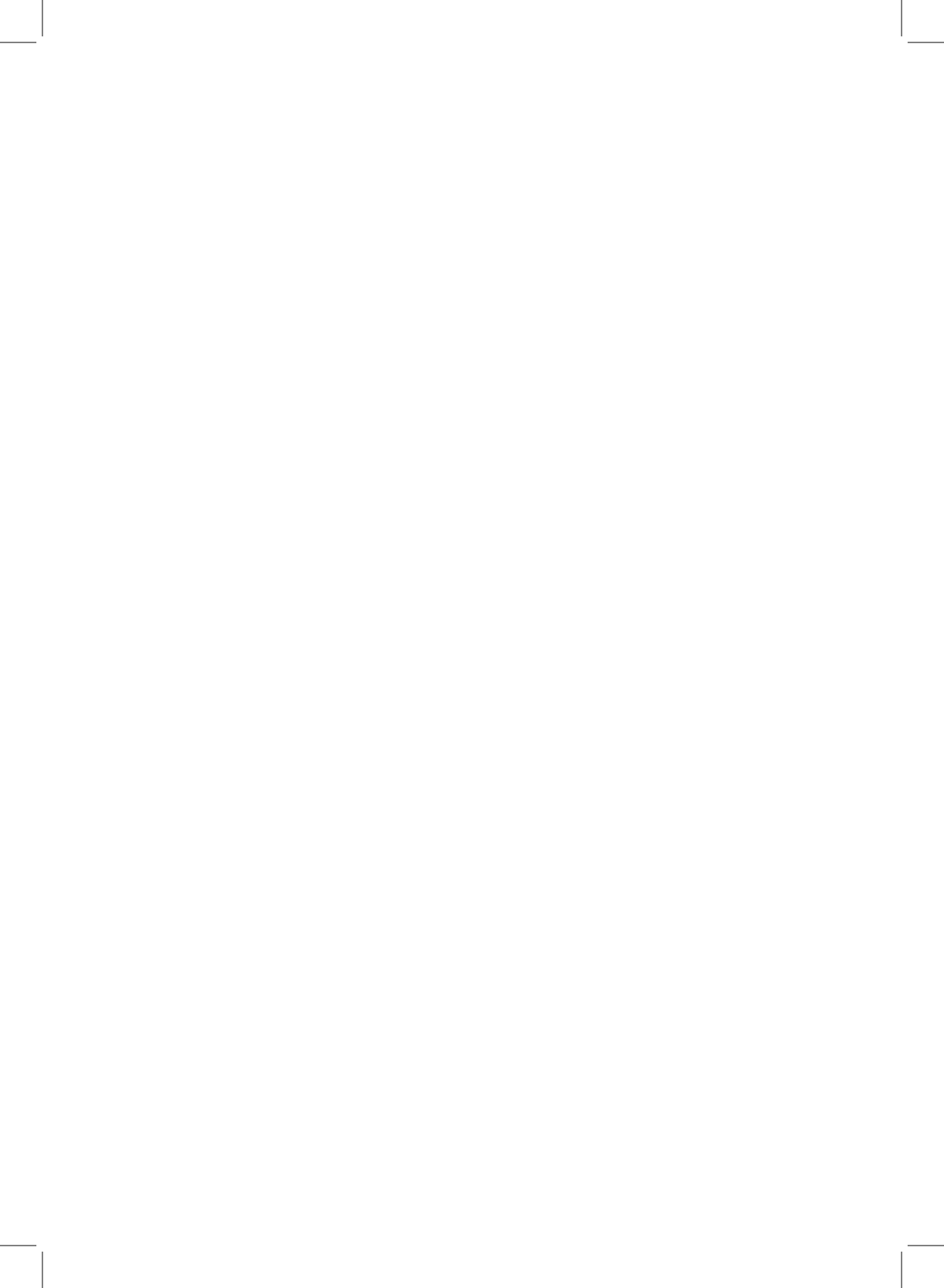
SANTOS, Maria Nely. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

JOÃO PAULO GAMA OLIVEIRA

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.231-269.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em julho de 2011.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011



PETRU STEFAN: da Escola de Química ao Curso de Geografia e História da FAFI*

PETRU STEFAN: from the Chemistry School to the Geography and History at FAFI

Vera Maria dos Santos**
Menílton Menezes***

RESUMO

O estudo em pauta analisa a trajetória do professor Petru Stefan na Escola de Química de Sergipe e como um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), o docente atuou também no curso de Geografia e História, daquela Faculdade. As fontes que deram origem ao estudo foram encontradas no Instituto de Pesquisa e Tecnologia do Estado de Sergipe (ITPS) e no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O conceito de intelectual, segundo autores como Bourdieu e Jean-François Sirinelli, é de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, que se encontra em andamento. A importância em estudar esse intelectual deve-se ao fato de ele ter ocupado um espaço singular no panorama cultural e político sergipano na década de 1950.

Palavras-chave: intelectual, Escola de Química de Sergipe, Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

ABSTRACT

This study analyses the trajectory of the teacher Petru Stefan at The Chemistry School in Sergipe and how one of the founders of the “Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI)” who has also worked at its Geography and History courses. The sources to this study were found at “Instituto de Pesquisa e Tecnologia do Estado de Sergipe (ITPS)” and at “Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS)”. The concept of intellectual, according to authors like Bourdieu and Jean-François Sirinelli, is of fundamental importance to the development of this ongoing research. The importance of studying this intellectual is due to the fact that he had occupied a singular position in the cultural and political context in Sergipe during the decade of 1950.

Keywords: Intellectual. Chemistry School in Sergipe. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

* O texto é resultado de uma pesquisa iniciada em 2006, que foi originalmente apresentada com o título: PETRU STEFAN: QUÍMICA, FÍSICA E GEOGRAFIA, no II CIPA Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto)biográfica-tempos, narrativas e ficções: a invenção de si, em 2006, realizado em Salvador. Ampliada, a pesquisa foi apresentada, com o título PETRU STEFAN E A ESCOLA DE QUÍMICA DE SERGIPE, no III Seminário Internacional de Educação: A pesquisa e a questão da Inclusão Social em 2007, realizado na UFS.

INTRODUÇÃO

A ideia de recompor este artigo surgiu ao saber que o curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, instalado no Campus de São Cristóvão está completando sessenta anos.

A Geografia e a História estiveram presentes nos cursos que integraram a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), criada em 25 de março de 1951, por iniciativa da Arquidiocese de Aracaju. Os Cursos Superiores de Licenciatura em Geografia e História eram ofertados conjuntamente, em regime seriado, com duração média de (04) quatro anos e uma carga horária total de 2.700 horas.

Se considerarmos a história de cursos de outras universidades do país, podemos dizer que o nosso curso é novo, no entanto, levando em conta o ambiente sergipano, em sessenta anos, ele deu grandes contribuições à nossa sociedade em vários aspectos: político, econômico, ambiental e social.

Com base nesse entendimento, buscamos entre os fundadores daquela Faculdade, o professor e pesquisador de origem romena Petru Stefan, fazendo a seguinte indagação: o que o trouxe às terras sergipanas? É essa questão que norteia o desenvolvimento deste texto e é investigando a trajetória desse intelectual, que atuou em diversos campos do saber, inclusive a Geografia, que prestamos a nossa homenagem aos sessenta anos desse curso.

Quando começamos a busca das fontes para compor a trajetória de Petru Stefan, deparamo-nos com documentos evidenciando que o citado professor lecionou em dois cursos diferentes. No curso de Geografia, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI) e no curso de Química,

** Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e Mestre em Educação pela mesma Instituição. Doutoranda em Educação pela UFS. Técnica em Assuntos Educacionais da UFS; integrante do grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares do Núcleo de Pós-graduação em Educação da UFS; membro da SBHE. E-mail: veramstos@yahoo.com.br

*** Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe. Membro do "Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação": "Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares" do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS. E-mail: menezesmenilton@ig.com.br

da Escola de Química de Sergipe. Ao resolvermos analisar essa dupla atuação em cursos tão diferentes, descobrimos novas fontes e nos papéis amarelados do Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS) e do Arquivo Central da UFS, captamos os indícios que apontavam para uma atuação muito mais ampla do que imaginávamos, a princípio.

Essa análise tem como base a Nova História Cultural, a qual entende a noção de intelectual segundo autores como Jean-François Sirinelli¹ e Pierre Bourdieu². Estes autores destacaram a importância de os pesquisadores realizarem estudos sobre os intelectuais e, além disso, chamam atenção para a história política daqueles que deixam aflorar em sua trajetória uma rica atuação em diversas áreas na sociedade.

Conforme Sirinelli, os intelectuais não são entidades autônomas que sobrevivem isoladamente da sociedade, muito pelo contrário, estão a ela ligados, especialmente pelos laços políticos, que lhes conferem identidade. Nesse particular, é importante verificar a posição que os intelectuais e os artistas ocupam na estrutura da classe dirigente. Herschmann compartilhou desse entendimento, ao estudar os discursos dos médicos, engenheiros e educadores, ao considerar esses profissionais como intelectuais a partir da sua própria atuação e a partir do que eles reivindicam na sociedade de sua época, enquanto categoria social particular. O autor chama a atenção ainda para o fato de que, “[...] embora construísem sua identidade com referência a campos profissionais específicos, assumiram a posição de intelectuais na medida em que, para além dos limites restritos a tais campos, pretenderam formular uma visão geral e um modelo explicativo para o país”³.

Voltando a Sirinelli que propõe duas acepções do termo intelectual considerando o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição do termo:

¹ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. Por uma história política, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 245.

² BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma Sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003.

³ HERSCHMANN, Michael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 8.

[...] uma ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto posta-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura⁴.

É importante registrar que não se pretende construir um registro apologético desse personagem da História da Educação Sergipana, encobrendo-se dessa forma, os mecanismos reais que mostram a sua participação na vida social do nosso Estado. Entretanto, como nos diz Guinzburg⁵ nesse personagem percebemos uma singularidade que tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe.

PETRU STEFAN NAS TERRAS SERGIPANAS

Os primeiros registros da atuação de Petru Stefan, em Sergipe, datam de março de 1950, tempo em que se ouvia “os ruídos dos processamentos nas fábricas [que] aliaram-se à imaginação criativa dos empreendedores sergipanos”⁶.

Utilizamos a metáfora de Fontes para caracterizar o alvorecer da industrialização em Sergipe, nos anos de 1950, e para ilustrar o cenário da chegada de Petru Stefan.

Então, em meio ao ruído e à fumaça do processamento das nossas fábricas, Petru Stefan chegou às terras sergipanas. Tinha então, vinte e oito anos de idade e era casado com Renate Stefan, também de origem romena, quando assinou “nas salas térreas do Palácio do Governo”, o primeiro contrato para trabalhar na secção de Físico-Química, do Insti-

⁴ SIRINELLI, Jean François. Op. cit., p. 242.

⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶ FONTES, José Barreto. Escola de Química: O sonho de um idealista. In: *Caderno de Cultura do Estudante*. Ano VIII. nº 08. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEST: Gráfica Triunfo, 1991. p. 119.

tuto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe. Com vínculo retroativo a partir de 1º de dezembro, o contrato assinado mencionou as atividades que o recém chegado da Romênia deveria desenvolver naquele Instituto: “difundir os conhecimentos técnicos que reflitam no aparelhamento industrial do Estado bem como executar qualquer serviço determinado pelo diretor do Instituto”⁷. O contrato, válido por dois anos, deixou claro em suas linhas pautadas, que o novo empregado tinha de se adequar à disciplina do trabalho estabelecido pelo referido Instituto e que receberia um salário mensal de 4.000 mil cruzeiros, pago pelo Tesouro do Estado de Sergipe.

Para entender melhor a chegada de Petru Stefan a Sergipe, é importante contextualizar que, nos anos de 1950, eclodiu no país uma onda desenvolvimentista, que delegou à industrialização a possibilidade de crescimento econômico e avanço tecnológico, no país. Segundo Xavier, “[...] o tema do desenvolvimentismo remete-nos a um contexto muito particular da História do Brasil. Afirmando-se com força durante o governo de Juscelino Kubistchek”⁸. Esse ideário alimentou-se do clima de otimismo que se sucedeu ao término da Segunda Guerra Mundial.

Em Sergipe, nessa década, o Dr. Antonio Tavares de Bragança⁹, diretor do Instituto de Tecnologia do Estado de Sergipe, compartilhou da visão desenvolvimentista, quando mencionou que os avanços tecnológicos que vieram à tona com a 2ª Guerra Mundial. Foram argumentos como esses que o Dr. Bragança usou para sugerir ao Dr. Leite Neto, nessa época, Secretário Geral do Estado, a independência do Instituto e o seu funcionamento em prédio próprio, com dependências para também abrigar a planejada Escola de Química, agora mais

⁷ XAVIER, Libânia Nacif. “Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo”. In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia e GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

⁸ XAVIER, Libânia Nacif. Op. cit., p. 408.

⁹ Antonio Tavares de Bragança nasceu a 22 de agosto de 1903. Natural de Sergipe, filho de Antonio Militão de Bragança e Maria Tavares de Bragança. Farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi sócio da Associação de Química do Brasil, membro da Sociedade Brasileira de Química, membro da Associação Brasileira de Farmacêuticos, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ex-professor do 2º ciclo secundário, Diretor do Instituto de Tecnologia de Sergipe. Cf. Curriculum Vitae Antonio Tavares de Bragança.

necessária ao desenvolvimento de Sergipe. Conforme Barreto, “[...] O Dr. Leite Neto, homem inteligente e sensível ao progresso de Sergipe, acatou de imediato a sugestão de Bragança, levando-a ao Interventor Federal Augusto Maynard Gomes, que foi receptivo à proposta de seu Secretário”¹⁰.

Registra-se, que, nesse momento, muitos cientistas estrangeiros vieram ao Brasil, em decorrência dos conflitos originados no pós-Segunda Guerra Mundial. Aproveitando-se dessa situação, o Dr. Bragança, homem que poderíamos chamar de “predestinado para as questões de industrialização em Sergipe arregimentou muitos desses cientistas para compor o corpo docente do ITPS e da Escola de Química de Sergipe”¹¹.

Até o presente momento encontramos o registro de três estrangeiros de origem romena, que se fixaram em Sergipe, a convite do Dr. Bragança, são eles: Dr. Petru Stefan, Dr. Czeslau Yon e Leônidas Gheorghe Tancu. Os dois últimos, antes de virem para Sergipe trabalharam como técnicos da Alcalinas do Brasil¹².

Esses intelectuais prestaram um grande serviço à Escola de Química, não só pela atuação no magistério, como também pela segurança de continuidade no exercício do mesmo. Na Escola de Química, Tancu assumiu a cadeira de Física da primeira série, em 1951, até então ministrada pelo professor Stefan. Todos os três eram técnicos especializados, com alto nível de formação que iriam atender ao propósito do Dr. Bragança que era o de formar técnicos capacitados para trabalhar nas indústrias que se instalavam no Estado de Sergipe.

Quanto a Petru Stefan, não sabemos ainda, se antes de chegar a Sergipe, ele trabalhou em outro lugar, fato que constatamos com os dois estrangeiros acima citados. As fontes nos mostraram que ele nasceu em

¹⁰ BARRETO, Dílson Menezes. “A Construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1982)”. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2003, p. 120.

¹¹ *Ibid.*, p. 119.

¹² Tancu, iniciou a sua instrução superior na Alemanha matriculando-se inicialmente na Academia de Minas de Freiberg-Saxônia, Alemanha, em dezembro de 1941”. Prosseguiu seus estudos até 1944, quando foram interrompidos por força dos acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial. Em abril de 1947, teve a sua matrícula transferida para a academia de Minas de Clausthal Zellerfeld-Harz-Baixa Saxônia, Alemanha, onde se diplomou em 1949. Cf.: BARRETO, Dílson Menezes. *Op. cit.*

12 de novembro de 1922, na cidade de Renghet. Iniciou sua formação superior na Alemanha, cursando Engenharia de Minas, e diferentemente de Tancu, conseguiu diplomar-se pela Academia de Minas de Freiberg-Saxônia, na Alemanha, tornando-se engenheiro. Imigrou para o Brasil em 1950, e em setembro desse ano, foi contratado pelo Estado de Sergipe, o que confirma que ele chegou antes de Leônidas Tancu.

No Brasil, nessa época, “o debate intelectual foi marcado pela busca de compreensão da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que se mobilizaram ações de natureza diversas no sentido da aceleração do desenvolvimento autônomo nacional e democratização das relações sociais”¹³.

Os intelectuais sergipanos precisavam também compreender a realidade socioeconômica do Estado para que, desse modo, pudessem se contrapor ao modelo de desenvolvimento econômico pautado na oligarquia açucareira, como denunciou Governador da época, José Rollemberg Leite¹⁴.

Seguindo as pegadas de tal ideário, o Estado de Sergipe buscou através de seus intelectuais, alternativas para o seu desenvolvimento. Entretanto, como já foi mencionado, esse processo não era especificamente local, e conforme Barreto¹⁵, tal processo não decorreu de uma articulação interna de suas elites intelectuais ou da incipiente burguesia industrial local, ou ainda da vontade própria de seus governantes. Pelo contrário, ele é decorrência de todo um encaminhamento histórico e político que se produziu na nação brasileira, fruto, todavia, da geração de uma consciência externa construída pela CEPAL para a América Latina, para determinar as alternativas do seu desenvolvimento. Bar-

¹³ XAVIER, Libânia Nacif. Op. cit., p. 491.

¹⁴ “A própria situação econômica e social vigente em Sergipe no final da década de quarenta, concorria também para a predominância da dominação oligárquica: o coco, o sal, a pesca, o algodão, a cana-de-açúcar, o gado, representavam as atividades econômicas de maior expressividade e seu modo de exploração retratava as relações sociais de produção da época. O latifúndio e a monocultura da cana continuavam representando o poder político, alimentando o pensamento dominante à época e a garantia do sistema social ‘casa grande-senzala’, levando inclusive o então Governador José Rollemberg Leite, em mensagem à Assembléia Legislativa em 1949, a achar ser “um determinismo ecológico” Sergipe continuar a ser Estado açucareiro”. Cf.: BARRETO, Dílson Menezes. Op. cit., p. 64.

¹⁵ Idem.

reto afirmou ainda que Esse movimento nacional-desenvolvimentista que eclodiu com a grande campanha do ‘petróleo é nosso’ criou fortes raízes políticas e ideológicas a ponto de solidificar em todo o Brasil um pensamento unificado em torno de uma certeza que era o progresso inevitável. Esse pensamento “[...] se internaliza entre todos os segmentos sociais, com maior expressividade na burguesia industrial e na elite intelectual tanto civil como militar brasileira”¹⁶

Os intelectuais sergipanos já se manifestavam claramente, contra a dominação oligárquica, criando um clima político, bastante propício para que o Estado de Sergipe ampliasse aquela mentalidade, como já estavam fazendo os intelectuais nos demais estados nordestinos. Para aderir à mentalidade desenvolvimentista, os sergipanos precisavam desfazer os laços com o modelo tradicional que ofuscava o brilho do desenvolvimento. Era preciso romper os vínculos tradicionalistas e avançar rumo ao progresso. A onda desenvolvimentista levou os intelectuais sergipanos a se organizarem em torno dessa causa, reafirmando o que Sirinelli entendeu em relação à atuação dos intelectuais que a depender da situação e dos interesses organizam-se “[...] também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes que fundam uma vontade e um gosto de conviver [...]”¹⁷. Ainda citando o autor “[...] são estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar”¹⁸.

No que se refere à educação, a expectativa dos governantes era a de colocar o sistema escolar a serviço do desenvolvimento da indústria e dos setores de serviço. Dentro dessa expectativa, precisava-se “[...] ampliar a oferta de mão de obra qualificada e formar quadros técnicos competentes para gerir a economia do país”¹⁹. A industrialização/educação foi o requisito básico para a prosperidade social. O pensamento dos intelectuais sergipanos, na década de 1950, denuncia a carência de

¹⁶ Ibid., p. 3-4.

¹⁷ SIRINELLI, Jean François. Op. cit., p. 248.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Cf.: BARRETO, Dílson Menezes. Op. cit., p. 489.

mão de obra qualificada para assumir tais atividades. Foi então que a “planejada” Escola de Química, fazia-se necessária para o desenvolvimento de Sergipe.

Diante do contexto apresentado, percebe-se a necessidade de intelectuais como Petru Stefan, na sociedade sergipana. Até 1958 encontramos os contratos de renovação do vínculo empregatício do professor com o citado Instituto. Paralelamente às atividades do Instituto, Petru Stefan lecionou na Escola de Química de Sergipe.

O primeiro contrato deixou claro o compromisso assumido pelo engenheiro, o qual se comprometeu: “[...] a lecionar, na escola de Química de Sergipe, a cadeira de Física, do 1º ano, com as mesmas vantagens e obrigações dos demais professores, executando afazeres que lhe forem determinados pelo Diretor da aludida Escola, sujeitando-se à disciplina de trabalhos”²⁰.

O documento destacou também, as obrigações do recém-contratado perante a Escola e o salário que deveria receber pelo seu trabalho: “o contratado obriga-se a tarefa magisterial de seis (6) a nove (9) horas de trabalho semanal, percebendo a remuneração mensal de dois mil cruzeiros (2.000,00) e mais cinquenta cruzeiros (cr\$ 50,00) por hora de trabalho excedente às acima referidas”²¹.

Com a criação da Escola de Química²², esperava-se uma modificação do meio cultural, com a formação dos futuros profissionais, que

²⁰ ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Termo de Contrato do Sr. Petru Stefan, registrado às folhas 196 do Livro Competente do Serviço de Pessoal*. Aracaju, 23 de março de 1950. Cx. 06/613.

²¹ Idem.

²² Conforme estudo realizado por Jorge Carvalho do Nascimento, a Química em Sergipe tem uma trajetória que começou em 1923, quando foi fundado o Instituto de Química Industrial de Sergipe, pelo presidente Maurício Graccho Cardoso, após a criação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo, e do Instituto Nacional de Tecnologia – INT, no Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o referido autor, “em 1926, o Instituto de Química Industrial passou a ter a denominação de Instituto Arthur Bernardes, e em 1942 de Instituto de Química e Bromatologia do Departamento de Saúde Pública de Sergipe”. Em sua análise, Nascimento mostrou ainda que o citado Instituto recebeu, em 1948, a atual denominação, Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe (ITPS). Em 1949 o Conselho Nacional de Educação autorizou a instalação do curso de Química Industrial e o governo estadual regulamentou o funcionamento da Escola de Química em 1950, nas dependências do ITPS. Cf.: NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *Ensino, pesquisa e memória: problemas metodológicos para o estudo da História da pesquisa e do ensino da Química em Sergipe (1923-1926)*. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As Ciências no Brasil*. 2v. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994 V.2 p. 343-408.

pudessem suprir às necessidades geradas pelo processo de industrialização. Cumpre notar que a referida Escola atendeu a uma necessidade inadiável de formar técnicos para as indústrias extrativas do Estado de Sergipe. Assim demos os primeiros passos para a implantação da tão sonhada Escola de Química, no entanto ainda faltava a constituição do professorado, que foi uma das grandes preocupações de Bragança. “Porém enquanto cuidava das instalações e do processo de reconhecimento da futura escola, providenciava a constituição do quadro docente”²³.

A Escola de Química obteve o seu reconhecimento em 1953, permitindo aos seus diplomados o exercício da profissão em todo país. O curso de Química Industrial era de quatro anos e as matérias ministradas pelo Engenheiro de Minas, Petru Stefan foram: Física no primeiro ano; Físico-Química, no segundo ano; e Física Industrial, no terceiro ano, em 1954, quando substituiu provisoriamente, o professor titular da cadeira, José Rollemberg Leite.

O Regulamento da escola estabeleceu as diretrizes que deveriam integrar o programa das disciplinas lecionadas pelos professores. Apresentaremos apenas, as diretrizes das disciplinas ministradas pelo professor Petru Stefan: Física: “teoria dos erros; medidas; calor; princípios fundamentais da termo-dinâmica; ótica física; magnetismo e eletricidade”²⁴ e Físico-Química: “estudos das propriedades gerais da matéria; mecânica química; termo-química; eletro-química”²⁵.

A consulta às cadernetas²⁶ da escola de Química de Sergipe, além de nos mostrar o conteúdo ensinado pelo professor Stefan, nos anos de 1950, mostrou também a forma como ele dividiu e subdividiu os assuntos da disciplina. Revelou também, o modo pelo qual ele avaliou os seus alunos através de: exercício, exercício prático, seminário e arguição. Ainda nesse ano, na referida escola, o professor ensinou na 2ª série a

²³ MACHADO, Manoel Cabral. 40 anos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. In: *Caderno de Cultura do Estudante*. Ano VIII. nº 08. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEST: Gráfica Triunfo, 1991 p. 121.

²⁴ ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. Regulamento da Escola de Química de Sergipe. Aracaju, 1950/1954. Caixa 06/613.

²⁵ Idem.

²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Arquivo Central da UFS. *Cadernetas da disciplina Física I do curso de Química Industrial*. Aracaju, 1950. Cx. 28.

disciplina Físico-Química. As cadernetas revelaram que os alunos da disciplina Físico-Química foram avaliados através de exercícios práticos realizados na maior parte dos meses letivos.

Em 1951 os conteúdos ministrados pelo professor Stefan se repetem e as cadernetas²⁷ não informaram que o referido professor realizou uma viagem com os seus alunos, em setembro daquele ano, informação encontrada apenas no Relatório de atividades da Escola de Química. O professor Stefan, juntamente com a engenheira e professora Helena de Mello, realizou uma viagem de intercâmbio “técnico-cultural” com os alunos do primeiro e do segundo ano, do curso de Química, para a capital baiana.²⁸ A viagem teve como objetivo visitar as principais indústrias e faculdades daquela capital.

Vale frisar que a realização desse tipo de atividade estava prevista no Regulamento da Escola, como expressou o seu capítulo três, nos seguintes termos: “[...] serão adotados, como meios de ensino: a preleção, a arguição, os exercícios de aplicação, os trabalhos de laboratórios e, ainda, nas cadeiras de aplicação, as excursões”²⁹ O regulamento detalhou, dentre outras atividades, as etapas que deveriam ser seguidas pelo professor que adotasse as excursões como procedimento didático: “constarão de visitas às instalações industriais, devendo ser precedidas de exposição pelo professor, instruindo os alunos sobre tudo quanto lhes deva merecer uma apreciação especial”³⁰.

Em relação ao curso, o professor engenheiro demonstrou preocupação com a qualidade do aprendizado de seus alunos, quando sugeriu na reunião do Conselho Técnico administrativo que “o curso fosse mais eficiente, e que a frequência fosse obrigatória a todas às aulas, pois só assim, as preleções dos professores seriam mais aproveitadas, ficando os alunos a par de todos os assuntos lecionados nas aulas teóricas”³¹.

²⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. *Cadernetas da disciplina Física I do curso de Química Industrial*. Aracaju, 1951. Cx. 28

²⁸ ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Relatório de atividades do segundo período da Escola de Química de Sergipe*. Aracaju, 1951. Cx. 06/613.

²⁹ ESTADO DE SERGIPE, Regulamento..., op. cit.

³⁰ Idem.

³¹ SERGIPE, Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe. Relatório..., op. cit.

A valorização do cientificismo foi uma característica encontrada nos escritos do professor Petru Stefan que, em sua atuação docente, percebeu uma grande ausência de livros-didáticos de Física produzidos na nossa língua pátria. Para ele, essa falta dificultava a compreensão e o aprendizado de suas aulas pelos alunos. Então, suprimindo aquela ausência detectada e ainda com o propósito de ensinar aos seus alunos as novas teorias no campo das Ciências Físicas, em voga na Europa, publicou quatro livros na sua área de estudo. O primeiro foi escrito em 1954, *O princípio da relatividade especial é suficiente para formular as leis físicas?*

Nesse livro, discuti o princípio da relatividade especial, a partir do seguinte pressuposto: “As leis físicas têm uma realidade objetiva, somente se mantiverem a mesma forma em relação a qualquer sistema de coordenadas inerciais”³².

O segundo foi produzido em setembro de 1955, uma tradução, revista e atualizada, do alemão para o português, da 13ª edição, do livro de A. Weisbach-F. Kolbeck, “*Tabelas para determinação de minerais*”.

O terceiro livro foi lançado em setembro de 1956, *Efeitos dos sais de Na, K, Ca, Mg, Ba e Sr sobre as propriedades da lama (drilling mud) nas perfurações profundas de petróleo e salgema*. A quarta publicação foi de agosto de 1957, *A luz no quadro das teorias físicas modernas*. Ainda não sabemos se esses livros foram anunciados na imprensa sergipana e nem qual a repercussão que eles tiveram no meio intelectual. Entendemos que verificar o alcance dessa produção é de fundamental importância, tendo em vista que os livros são elementos de referência, pois constitui uma herança, patrimônio cultural e ainda são reveladores de ruptura de ideias, de práticas pedagógicas, de saberes e de vulgarização de conteúdos que foram ministrados em uma determinada época na sociedade. Segundo Sirinelli, esse processo no meio intelectual é essencial para a sua legitimação, uma vez que “[...] constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho

³² STEFAN, Petru. *O Princípio da relatividade especial é suficiente para formular as leis Físicas?* Aracaju: Livraria Regina, 1954, p. 7.

editorial de uma editora”³³. Ainda sob a lente desse autor, destaco que a linguagem comum homologou o termo ‘redes’ para definir tais estruturas.

Seguindo o entendimento de Sirinelli, a rede de relações de Petru Stefan se ampliou de forma que ele rompeu os limites geográficos de Sergipe, e em março de 1954, foi convidado para proferir a aula inaugural da Universidade Católica de Pernambuco, intitulada *A Luz no quadro das teorias físicas modernas*³⁴, texto que deu origem ao seu quarto livro, já citado.

Nesse mesmo ano, apresentou uma “comunicação científica”, intitulada: “*Do domínio da Física matemática*” na Academia Brasileira de Ciência, no Rio de Janeiro³⁵. Da Escola de Química de Sergipe, o professor Petru Stefan pediu exoneração em 22 de janeiro de 1958, “do cargo de professor catedrático, interino padrão S da cadeira de Físico-Química, da escola de Química de Sergipe”³⁶. Nesse mesmo ano, solicitou também, dispensa da função gratificada da seção Físico-Química, do Instituto de Tecnologia de Sergipe, conforme assinala o Decreto de 14 de março de 1958, mas continuou como técnico do referido Instituto. Não sabemos ainda os motivos de tais decisões.

PETRU STEFAN E A FACULDADE CATÓLICA DE SERGIPE

Outro fato que deve ser mencionado no contexto político desenvolvimentista de Sergipe e que está intimamente ligado à passagem do

³³ SIRINELLI, Jean François. Op. cit., p. 248.

³⁴ Petru Stefan, iniciou a aula inaugural naquela Faculdade, fazendo a seguinte afirmação “Os filósofos e os cientistas são unânimes em afirmar que a Natureza se esforça, não sem malícia, a nos apresentar a realidade sob o seu aspecto mais complexo, e que, é necessário um esforço enorme para resgatar as razões simples e gerais, a partir das quais o pensamento humano edifica a imagem do Universo. Cf.: STEFAN, Petru. *O Princípio da relatividade especial é suficiente para formular as leis Físicas?* Aracaju: Livraria Regina, 1954, p. 7.

³⁵ Cf. ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Decreto de 06 de julho de 1954. Autoriza Chefe da seção de Físico-Química do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe, a se ausentar do Estado em missão científica.* Livro de Registro de Títulos e Posses de Funcionários. Cx. 06/613.

³⁶ Cf. ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Decreto de 22 de Janeiro de 1958. Exonera a pedido o professor Petru Stefan.* Livro de Registro de Títulos e Posses de Funcionários. Cx. 06/613.

engenheiro Petru Stefan é a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe que constituiu também, um novo marco para a construção do desenvolvimento sergipano. Sob o olhar desenvolvimentista, o Governador José Leite, convidou Luciano José Cabral Duarte para conversar com o bispo de Aracaju, Dom Fernando Gomes, “no sentido de a diocese assumir a responsabilidade de criação da Faculdade Católica de Filosofia, comprometendo-se o Governo a ajudá-lo com uma subvenção de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros)”³⁷

Preparado legalmente, o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI) foi aprovado pelo Conselho Federal da Educação e pelo Decreto-Lei n 29.377 de 28.05.1951. Criada em 25 de março de 1951, por iniciativa da Arquidiocese de Aracaju, a FAFI funcionou com cinco cursos: Filosofia, Letras Anglo-germânicas, Matemática, Geografia e História, e Pedagogia. O professor Petru Stefan é citado nas publicações da época, como um dos fundadores daquela Faculdade, como mencionou Machado³⁸.

Evocando mais uma vez Sirinelli³⁹ é importante notar que a sociabilidade de Petru Stefan pode ser vista também, sob outro ângulo no qual se interpretam o afetivo e o ideológico a partir das “redes” que estruturam os micros climas que caracteriza um micro cosmo intelectual particular. Considerando esse pensamento, entendemos que Petru Stefan integrou o microcosmo intelectual sergipano, que se estruturou em torno da criação da FAFI. Nesse sentido, retomamos o pensamento de Bourdieu que propõe “[...] uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual”⁴⁰

³⁷ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 128.

³⁸ “Relembro esses abnegados professores fundadores: Gonçalo Rollemberg Leite, Felte Bezerra, Maria Thetis, Joviniano de Carvalho Neto, José Silvério Leite Fontes, Garcia Moreno, Frei Gerônimo, Frei Edgard, Pe. Euvaldo Andrade, Manoel Cândido dos Santos Pereira, José Olino, Manuel Ribeiro, José Rollemberg Leite, José Barreto Fontes, Emmanuel Franco, Fernando Porto, Lucilo Costa Pinto, Paulo Machado, Walter Cardoso, Petru Stefan, Luis Rabelo Leite, Fernando Barreto Nunes, Bonifácio Fortes e eu”. Ibid., p. 129.

³⁹ SIRINELLI, Jean François. Op. cit.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 191.

Então, Petru Stefan que já transitava no meio intelectual sergipano firmou uma rede de relações com pessoas importantes do meio e foi apresentado inclusive, como um dos fundadores da FAFI. Desses intelectuais citados como fundadores da Faculdade, oito compuseram o corpo docente daquela Instituição para lecionarem nas cadeiras mencionadas, como mostra o quadro 1, elaborado conforme Santos⁴¹.

Quadro 1 - Primeiros professores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe

DOCENTE	FORMAÇÃO	CADEIRA
Pe. Luciano J. Cabral Duarte	Filosofia e Teologia	Psicologia Racional
Pe Euvaldo Andrade	Filosofia e Teologia	Introdução à Filosofia
Pe. Artur Moura Pereira	Filosofia e Teologia	Lógica
Dr. Manuel Cabral Machado	Bac. em Ciências Jurid. e Sociais	História da Filosofia
Dr. Felte Bezerra	Odontologia Clínica	Geografia humana
Profª Maria Thétis Nunes	Geografia e História	Geografia Física
Dr. Gonçalo Rollemberg Leite	Bac. em Ciências Jurid. e Sociais	Hist. Antiga e da Idade Média
Dr. José Barreto Fontes	Engenheiro Químico	Física Geral e Experimental
Dr Lauro Barreto Fontes	Engenheiro Civil	Geometria Analítica
Dr. João Perez Garcia Moreno	Médico	Antropologia
Dr. Petru Stefan	Engenheiro civil e de minas	Análise Matemática

Fonte: Relatório do primeiro período letivo de 1951, da FCFS.

Na citação anterior, Machado elencou vários professores que estão ausentes no primeiro quadro de professores da FAFI⁴², a exemplo de: Joviniano de Carvalho Neto, José Silvério Leite Fontes, Frei Gerônimo, Frei Edgard, Manoel Cândido dos Santos Pereira, José Olino, Manuel Ribeiro, José Rollemberg Leite, Emmanuel Franco, Fernando Porto, Lucilo Costa Pinto, Paulo Machado, Walter Cardoso, Luis Rabelo Leite, Fernando Barreto Nunes e Bonifácio Fortes.

Ainda conforme Santos, “[...] o primeiro quadro de professores da FAFI foi formado por professores com experiência anterior no mag-

⁴¹ Cf. SANTOS, Lenalda Andrade. Curso de História: Resgate da memória histórica. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; ANDRADE, Lenalda Andrade Santos (orgs.). *UFS: História dos cursos de graduação*. São Cristóvão-SE: CEAV/UFS, 1999.

⁴² “Alguns destes ausentes marcaram presença na primeira reunião da Congregação de professores da Faculdade, presidida pelo bispo D. Fernando Gomes [como] os Doutores Gentil Tavares de Mendonça, José Olino de Lima Neto, Valter Cardoso e José Silvério Fontes, [e] logo foram incorporados ao quadro docente da Instituição”. SANTOS, Lenalda Andrade. Op. cit., p. 160.

istério secundário e superior, na condição de Catedráticos Interinos”⁴³. Como podemos observar no quadro 01, o professor Petru Stefan foi contratado para lecionar “Análise Matemática”, no curso de Matemática que funcionou até 1957. As cadernetas nos mostraram que nesse curso ele ensinou as disciplinas Mecânica Racional e Mecânica Celeste, até o ano de 1953. Em 1954, não encontramos mais os registros daquele professor no curso mencionado. As cadernetas evidenciam que o professor, o Dr José Rollemberg Leite assumiu a disciplina Análise Matemática.

Mas qual a relação que o professor Petru Stefan tinha com o curso de Geografia? Essa relação só é possível compreender a partir da análise do curso de Licenciatura em História e Geografia da FAFI. Esse curso “foi ofertado conjuntamente, em regime seriado, com duração média de (04) quatro anos e carga horária total de 2.700 horas [...]”⁴⁴. As atividades acadêmicas da FAFI começaram em março de 1951 e as disciplinas que fizeram parte do primeiro currículo foram:

Quadro 2 - Disciplinas do curso de licenciatura e bacharelado de Geografia e História

ANO	MATÉRIA
1º	Antropologia, Geografia Física, História Antiga, Geografia Humana.
2º	Geografia Física, Etnologia, Geografia Humana, História da Civilização, História do Brasil e Teologia.
3º	Etnografia do Brasil, História da América, História da Civilização e Geografia do Brasil, História do Brasil, Teologia.
4º	Didática Geral, Fundamentos Biológicos da Educação, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Fundamentos Sociológicos da Educação e Didática Especial de História da Civilização e de Geografia, Teologia.

Fonte: Atas das provas parciais das cadeiras da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do curso de Geografia e História da FAFI.

Nas atas das primeiras provas parciais, das cadeiras da primeira e da segunda séries do curso de História e Geografia, encontramos, mais uma vez, a presença de Petru Stefan como professor da cadeira de Geografia Física. As Cadernetas da FAFI dessa disciplina mostram os conteúdos ministrados pelo professor Stefan em 1952-1955.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibid. p. 293.

No segundo ano, as cadernetas apresentaram uma repetição dos assuntos referentes à Geografia Física, ministrados na primeira série. Fato que nos levou a inferir que o professor ensinou os referidos assuntos elevando-os ao nível da segunda série. Em 1956, ele fez uma grande modificação e inseriu uma parte histórico-evolutiva da Geografia no conteúdo da Geografia Física da primeira e da segunda séries. Finalizou o primeiro semestre de 1956 com a realização de um teste para a primeira prova parcial. Em agosto, as cadernetas trouxeram o nome de Petru Stefan, como professor da cadeira de Geografia Física, mas quem lecionou a matéria foi a professora Cleonice Xavier de Oliveira que já ensinava Geografia do Brasil nos anos anteriores. No segundo semestre de 1956, não encontramos mais os registros daquele professor, sendo a cadeira de Geografia Física ocupada definitivamente pela professora Cleonice Xavier de Oliveira. Vale destacar que cabe uma análise mais detalhada sobre o conteúdo ensinado e ainda sobre a mudança provocada pelo professor da disciplina ocorrida em 1956, pois, como nos ensina Circe Bittencourt, o estudo sobre os conteúdos escolares analisados pelos currículos formais, ou pelos textos normativos e ou ainda, pelos livros didáticos expressam apenas parte do que se concebe por disciplina⁴⁵.

Somente em 1964, o curso de História e Geografia foi desmembrado, passando a ter seus respectivos departamentos, com currículos distintos e campos do saber especializados. Em 1967, formou-se a primeira turma do curso de Geografia, constituindo-se, dessa forma, o primeiro grupo de profissionais com formação específica. Estavam assim formados os campos específicos da Geografia e da História em Sergipe.

Como vimos, Petru Stefan transitou em diversos campos do saber: Geografia, Física, Matemática, Química, Físico-Química. Sobre esse fato, Renato Ortiz, enfatiza que as fronteiras entre as ciências não podem ser rígidas, caso contrário teríamos o fracionamento de

⁴⁵ Segundo Circe Bittencourt há muitos estudos que têm avançado de forma a perceber “[...] as práticas escolares, as ações e criações de professores e alunos no cotidiano das salas de aula. Nessa perspectiva, surgem estudos que além da documentação escrita utilizam fontes orais, especialmente quando se trata de períodos mais recentes [...]”. Cf. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Disciplinas escolares: História e Pesquisa*. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda; RANZI, Maria Fischer (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSE, 2003, p. 35.

seu entendimento⁴⁶. Talvez dentro desse entendimento e dentro da noção de campo de Bourdieu, como sendo um “espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de leis próprias”⁴⁷ que possamos compreender melhor, a trajetória desse intelectual que saiu de Sergipe sem deixar rastros.

Enfim, a escolha do professor Petru Stefan, como objeto deste estudo, deve-se ao fato de ele ter ocupado um lugar singular no panorama cultural e político sergipano na década de 1950, e ainda por ter contribuído para o desenvolvimento tecnológico e educacional do Estado de Sergipe, onde se mostrou preocupado em estudar as reservas minerais do Estado, produziu livros e preparou um corpo de profissionais que povoaram as indústrias sergipanas, na década de 1950. Vimos também, que estávamos apenas, descobrindo os primeiros fios de uma trama que envolve não somente aquele professor, mas a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

FONTES

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. Curriculum Vitae Antonio Tavares de Bragança. In: *Relatório apresentado do Diretor do ensino superior pelo inspetor Hermilo Affonso Guerreiro relativo à escola de Química de Sergipe*. Aracaju, 1949. Cx. 06/613.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Relatório apresentado do Diretor do ensino superior pelo inspetor Hermilo Affonso Guerreiro relativo à escola de Química de Sergipe*. Aracaju, 1949. Cx. 06/613.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Termo de Contrato do Sr. Petru Stefan, registrado às folhas 196 do Livro Competente do Serviço de Pessoal*. Aracaju, 23 de março de 1950. Cx. 06/613.

⁴⁶ ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 20.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Arquivo Central da UFS. *Cadernetas da disciplina Física I do curso de Química Industrial*. Aracaju, 1950. Cx.28.

SERGIPE, Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe. Serviço de Pessoal. *Ata da quarta reunião do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Química de Sergipe realizada no dia 6 de novembro de 1951*. Livro de Registro de Títulos e Posses de funcionários. Cx. 06/613.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Regulamento da Escola de Química de Sergipe*. Aracaju, 1950/1954. Caixa 06/613.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. *Cadernetas da disciplina Física I do curso de Química Industrial*. Aracaju, 1951. Cx. 28.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Arquivo Central da UFS. *Atas das provas parciais das cadeiras da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do curso de Geografia e História da FAFI*. Aracaju, 1951-1954. Cx. 25.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Relatório de atividades do segundo período da Escola de Química de Sergipe*. Aracaju, 1951. Cx. 06/613.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Regulamento da Escola de Química de Sergipe*. Aracaju, 1950/1954. Cx. 06/613.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Decreto de 06 de julho de 1954. Autoriza Chefe da seção de Físico-Química do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe, a se ausentar do Estado em missão científica*. Livro de Registro de Títulos e Posses de Funcionários. Aracaju, 1954. Cx. 06/613.

ESTADO DE SERGIPE. Arquivo do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. *Decreto de 22 de Janeiro de 1958. Exonera a pedido o professor Petru Stefan*. Livro de Registro de Títulos e Posses de Funcionários. Cx. 06/613.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Dílson Menezes. “A Construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1982)”. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Disciplinas escolares: História e Pesquisa*. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda; RANZI, Maria Fischer (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 366 p. (Estudos CADPH. Série Historiografia).

BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma Sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *Economia da trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

FONTES, José Barreto. Escola de Química: O sonho de um idealista. In: *Caderno de Cultura do Estudante*. Ano VIII. n° 08. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEST: Gráfica Triunfo, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

XAVIER, Libânia Nacif. “Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo”. In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia e GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

MACHADO, Manoel Cabral. 40 anos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe In: *Caderno de Cultura do Estudante*. Ano VIII. n° 08. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEST: Gráfica Triunfo, 1991.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. “Ensino, pesquisa e memória: problemas metodológicos para o estudo da História da pesquisa e do ensino da

Química em Sergipe (1923-1926)”. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As Ciências no Brasil*. 2v. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994 V.2 p. 343-408.

OLIVA, Terezinha Alves de; ANDRADE, Lenalda Andrade Santos (orgs.). *UFS: História dos cursos de graduação*. São Cristóvão (SE): CEAV/UFS, 1999.

ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

SANTOS, Lenalda Andrade. Curso de História: Resgate da memória histórica. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; ANDRADE, Lenalda Andrade Santos (orgs.). *UFS: História dos cursos de graduação*. São Cristóvão (SE): CEAV/UFS, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

STEFAN, Petru. *O Princípio da relatividade especial é suficiente para formular as leis Físicas?* Aracaju: Livraria Regina, 1954.



LIVROS, ATAS, RELATÓRIOS E OUTROS PAPEIS: a história do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição através de suas fontes

BOOKS, MINUTES, REPORTS AND
OTHER PAPERS: the history of São
Cristóvão Orphanage and Imaculada
Conceição School through their sources

Josineide Siqueira de Santana*

RESUMO

O presente estudo se propõe a apresentar a contribuição das diversas fontes para o estudo da História da Educação e se baseia em pressupostos teóricos da História Cultural. Partindo do material encontrado nos arquivos da Escola da Imaculada Conceição e do Antigo Orfanato de São Cristóvão nos foi possível contemplar os fragmentos de sua história. Através de materiais produzidos muitas vezes pela própria instituição conseguimos vislumbrar as práticas educativas, as questões relacionadas à saúde e higiene, as características familiares das ex-internas, bem como o aprendizado transmitido. Para a elaboração da presente pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes: estatuto, atas, livros de matrícula e aparelhamento escolar, relatórios de atividades, além da bibliografia especializada.

Palavras-chave: Orfanato; educação de meninas; registros.

ABSTRACT

The present study aims to show the contribution of different sources to study the History of Education and is based on theories of Cultural History. Based on the material found in the archives of the Imaculada Conceição School and the old São Cristóvão Orphanage was possible to contemplate the fragments of his story. Through materials often produced by the institution itself can glimpse the educational practices, issues related to health and hygiene, household characteristics of the former internal as well as the learning transmitted. For this study, we used: statutes, minutes, registration books, school apparatus, activity reports and specific bibliography.

Keywords: Orphanage; girls' education; records.

* Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França (FSLF), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Membro do Grupo de Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educativas e Práticas Escolares (GEPHE) e Professora da Rede Pública Estadual (SEED).

BREVE HISTÓRICO DA CASA DE EDUCAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO

O Orfanato de São Cristóvão foi fundado em 1911 pela ação da enfermeira da Santa Casa de Misericórdia de Sergipe, Dona Josefa Felizarda, que em suas andanças pelo interior do estado, trouxe ao conhecimento dos freis franciscanos, Cornélio Neises e Elias Essafeld, duas órfãs. A partir de então, não existindo na localidade um lugar para acolhimento de meninas desvalidas, fundou-se o Orfanato de São Cristóvão.

Dona Josefa Felizarda não ficou muito tempo à frente do trabalho, de modo que coube à professora Dona Maria Muniz a responsabilidade pela direção da casa. Porém, tendo em vista problemas de saúde, a mesma solicitou ao Frei Cornélio Neises seu afastamento. Atendendo ao pedido da referida professora, o vigário local buscou apoio junto ao seu confrade, Frei Amando Bahlmann que, em 1910, havia fundado a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Desse modo, em 1922, as religiosas chegaram a São Cristóvão, a princípio para cuidarem das meninas órfãs e desvalidas. Porém, um ano depois, vendo a necessidade da implantação de uma escola para as meninas residentes no orfanato foram solicitados ao Bispo D. José Thomaz os direitos sobre os cuidados com a instituição. Com a concretização do pedido, fundaram, em 1923, anexo ao prédio do orfanato, a Escola da Imaculada Conceição, com o principal objetivo de “trabalhar pela educação religiosa das crianças.”¹

Começou no dia 15 de janeiro do anno de 1923 a aula para as órfãs em que a Irmã Superiora se incumbiu do ensino. Ajudando nas lições de português D. Lucina. Conferiu-se pela manhã o ensino científico das 8 as 11 ½, pela tarde as orphãs foram empregadas nos trabalhos manuaes, em que principalmente se dedicaram a ponto de marca, por chegar neste ramo sempre bastante encomendas.²

¹ MONTEIRO, Maria Paiva. Relato escrito, datilografado e assinado pela professora. São Cristóvão: s.n.t. 24 de novembro de 1993, p. 01.

² Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958), p. 02. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Para o novo trabalho chegaram a Sergipe quatro irmãs neo-professas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e visando o bom desempenho da instituição, cada irmã assumia uma tarefa: Irmã Úrsula³ e Irmã Escolástica⁴ eram responsáveis pela direção da casa; além disso, cabia à primeira dar aulas de catecismo e cuidar da Irmandade dos Anjos, e à segunda dirigir a Pia União das Filhas de Maria. Quanto a Irmã Joana Bodefelf,⁵ por apresentar maiores dificuldades com a língua portuguesa, era auxiliada pela Irmã Batista da Silva⁶ e juntas cuidavam da cozinha, dos trabalhos na horta, do galinheiro e dos afazeres domésticos.

Foi durante o governo de Maurício Graccho Cardoso que o Orfanato de São Cristóvão conseguiu alguns incentivos; por isso, em 06 de novembro de 1925, através da lei nº 925, o governo regulamentou a instituição. Através dessa lei percebemos que alguns aspectos são bem marcados, como por exemplo: o amparo à infância feminina e desvalida, bem como o número

³ Irmã Úrsula Luttig (Mathilde Luttig) nasceu em 05 de março de 1895 em Wewelburg, Westfália - Alemanha, vinda de uma família de 11 irmãos. Terminando o curso primário em 1909, continuou seus estudos no Seminário Pedagógico, recebendo o diploma de professora em 1915. Em 1920 solicitou admissão na Congregação das Irmãs Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Iniciou suas atividades no Orfanato São José em Santarém - Pará, servindo também no Orfanato de São Cristóvão. Faleceu em 15 de abril de 1984, na enfermaria da Casa Provincial em Belém, Estado do Pará. Fonte: Necrológio da Irmã Úrsula Luttig. Arquivo da Província do Coração de Maria- Belém/Pará.

⁴ Irmã Scholástica Hilmer (Joseph Hilmer) nasceu em 15 de junho de 1892 em Gimbe, Alemanha. Professou em 08 de dezembro de 1919 e no mesmo ano desembarcou em Recife/PE, seguindo para Santarém/PA. Exerceu o magistério em Monte Alegre/PA e Salvador/BA. Foi superiora do Orfanato de São Cristóvão/SE. Construiu o Ginásio Santa Bernadete, o qual foi fechado em 1969. Durante sua vida religiosa ocupou diversos cargos na congregação, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito internacional. Em 31 de agosto de 1975, faleceu no Sanatório Espanhol em Salvador/BA. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Campo Santo na mesma cidade. Fonte: Necrológio Irmã Scholastica Hilmer. Arquivo: Convento Dom Amando, Salvador-BA.

⁵ Johanna Bodefelf, recebeu em 08 de dezembro de 1918 em Muenster, Alemanha, o hábito da congregação. Em 1920, juntou-se a dez irmãs e veio trabalhar em Santarém, no Estado do Pará. Em 1922, chegou à cidade de São Cristóvão para o trabalho no Orfanato. Depois de um período dirigindo a Comunidade de Santa Clara, no Ceará, voltou a São Cristóvão, em 1929. Após um período na administração do Seminário de João Pessoa, retornou novamente a Sergipe onde permaneceu entre os anos de 1940 a 1952. Faleceu em 05 de junho de 1959 em Dusseldorf, Alemanha. Fonte: Necrológio da Irmã Johanna Bodefelf. Arquivo Convento Dom Amando, Salvador-BA.

⁶ Irmã Maria A. Batista da Silva nasceu em 24 de abril de 1905 em Pavuna, Estado do Ceará, ingressou na Congregação em 11 de fevereiro de 1921, fazendo seus votos perpétuos em 12 de agosto de 1925. Antes de seu falecimento era membro da Comunidade Santa Clara em Canindé-Ceará. Faleceu em 11 de outubro de 1990 na cidade de Canindé/CE. Necrológio da Irmã Maria A. Batista da Silva. Arquivo Convento Dom Amando, Salvador-BA.

de meninas a serem atendidas e a importância financeira a ser destinada para o andamento da casa. Assim, o documento define:

Art. 1º – Fica o governo autorizado a regulamentar o Orfanato de São Cristóvão.

Art.2º – No sentido de amparar a infância desvalida, o Estado subvencionará o Orfanato de São Cristóvão com a importância anual de 12:000\$000 (Doze Contos de Réis).

Art. 3º – O estado poderá internar no referido Orfanato até 50 (cincoenta) meninas.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.⁷

Com essa lei, garantindo a subvenção àquela instituição, os recursos que sempre estiveram aquém do que realmente era necessário, obtiveram uma melhoria, uma vez que as dificuldades eram imensas.

Não podemos esquecer que no ano de sua fundação, apenas 15 meninas poderiam ser aceitas, porém com o advento da lei nº 925, a casa poderia receber até 50 meninas, lembrando que as mesmas seriam enviadas através do Estado. Sobre a matrícula de meninas para ocuparem as vagas na referida instituição, vislumbramos que as indicações do governo ocorriam através de alguns órgãos de assistência social do Estado, mas era comum que pessoas que influenciavam a política local apresentassem nomes de meninas que ficariam sob sua responsabilidade.

Chegar ao orfanato poderia ser considerado uma importante conquista, tendo em vista a grande procura pelas vagas e as “indicações” feitas por pessoas de prestígio que pediam em favor de suas protegidas, geralmente filhas ou netas das empregadas de suas residências.

Para ser admitida no orfanato e, conseqüentemente, obter uma vaga na escola, a menor deveria cumprir alguns pré-requisitos, tais como: estar na faixa-etária entre 05 e 10 anos, ser órfã de um dos genitores, comprovação de certidão de registro civil como prova da

⁷ SERGIPE, Lei nº 925 de 06 de novembro de 1925. Regulamenta o Orfanato de São Cristóvão. Aracaju: s.n.t., 1925 (Caixa 15 – Arquivo Público de Sergipe- APES).

idade requerida segundo os estatutos, atestado de orfandade⁸, certidão de batismo, atestado médico que comprovasse a ausência de doença contagiosa, atestado de vacina.⁹ Mediante essas etapas, caberia ao Diretor-Presidente receber a requerente ou não.

Uma situação bem comum para a entrada de menores na instituição se configurava no fato de que meninas cujos genitores eram falecidos e algum familiar disponibilizasse os recursos financeiros, a mesma seria aceita cabendo ao seu responsável legal ou protetor pagar as despesas pela sua permanência:

Foi apresentada à mesa uma petição do Sr. Sylvio Garcez pedindo a admissão da menor Adélia Garcez com nove anos de idade, natural de Itaporanga [...]. Foi admitida com a condição de ser o protetor obrigado a entrar com a importância de Dez Mil Contos de Réis (10\$000) mensalmente ao Orfanato.¹⁰

Ou ainda:

Foi admitida como órfã, a menor Maria José Siqueira Mello, filha da finada Maria Luiza Mello e neta de D. Thereza Dias, com 6 anos de idade, sendo esta obrigada a entrar com a importância de Dez Mil Contos de Réis(10\$000) mensalmente, a contar da data da inscrição, para a tesouraria do Orfanato, além do enxoval necessário.¹¹

Outros casos também chamam a atenção: o fato de que algumas meninas eram admitidas sem ter o nome revelado, a idade ou filiação, porém eram indicadas por pessoas estimadas na sociedade. Em 18 de abril de 1920 a mesa diretora do orfanato recebeu, “Do Exm^o. Sr. Dr^o.”

⁸ O atestado de Orfandade era expedido pelo delegado de polícia da capital. Encontramos a referência ao presente documento no Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935) p. 60. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

⁹ Estatutos do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão, 1957, p.09.

¹⁰ Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 64. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

¹¹ Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 59. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

José Joaquim Pereira Lobo¹² um pedido por meio do Revm^o. Diretor, no sentido de ser admitida neste orfanato a menor órfã.....comanos de idade, natural de.....”¹³. Ao analisarmos o caso ilustrado podemos perceber que esse tipo de artifício era utilizado como forma de “proteger a honra das famílias, escondendo frutos de amores considerados ilícitos”¹⁴ ou até mesmo “servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento”¹⁵. Essa prática será legitimada, através do Código de Menores de 1927 em seu art. 6º, por meio do qual se declara que: “As instituições destinadas a recolher e criar expostos terão um registro secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incógnito, em que se apresentem e desejem manter os portadores de crianças a serem asiladas”¹⁶.

Por esse motivo, em livros de instituições educativas voltadas às crianças desvalidas, omitem-se muitas vezes o nome dos pais, deixando apenas o nome dos benfeitores ou o logradouro para contatos. Dessa maneira, o direito ao sigilo era respeitado, mantendo-se em segredo os dados de qualquer menor asilado.

Quando chegavam ao orfanato, cada menina recebia um número que seria bordado em todos os seus pertences pessoais. Esse procedimento dava o tom de organização ao ambiente, pois aquela que se descuidasse dos seus objetos logo seria descoberta e sofreria as sanções previstas. “Pois o estilo de vida nos recolhimentos era totalmente conventual, expresso nas práticas religiosas, na simplicidade do vestir e no controle

¹² Joaquim José Pereira Lobo, nascido em São Cristóvão em 1864. Eleito para governar o Estado de Sergipe de 1918 a 1922, foi o último dos militares, durante a 1ª República, a administrar com o respaldo popular. DANTAS, José Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2004, p. 37.

¹³ O registro se encontra tal qual no livro de atas. Nele não há citação sobre o nome dos pais ou responsáveis. O nome, idade e procedência da menor também não são revelados. Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 64. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

¹⁴ ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p.178.

¹⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p.74.

¹⁶ BRASIL, Decreto nº 17.934-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de Assistência e Proteção a menores. Disponível em <<http://www2camara.gov.br>>. Acesso em 04 de novembro de 2010.

dos contatos com o mundo exterior”.¹⁷ Assim, as regras deveriam ser cumpridas de forma ordeira e sem questionamentos.

DOS LIVROS DE MATRÍCULA E FREQUÊNCIA ESCOLAR: QUEM ERAM ESSAS MENINAS?

Um ponto importante para o entendimento das práticas realizadas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição, diz respeito à análise dos livros da instituição. Observando os livros de matrícula, notamos que, em 1911, Frei Joaquim Benke, OFM, (Ordem dos Frades Menores) ao abrir o primeiro livro destinado à inscrição de meninas solicita que sejam preenchidos alguns itens, como por exemplo: nome da órfã, nome dos pais e cor¹⁸ (branca ou mestiça). A partir de 1933 aparecem as denominações parda, preta e morena; quanto à filiação (legítima¹⁹, ilegítima ou natural²⁰); nome dos pais, local onde os pais residiam, idade, data de entrada e saída, motivo e observações. São acrescentadas, ainda, informações sobre os sacramentos como Batismo, Primeira Eucaristia e Confirmação. Ao analisarmos os mesmos livros em outros períodos, como nos anos de 1948-1949²¹, 1953-1959, 1957-1961 e 1962-1964, observamos mudanças quanto às características das internas e o detalhamento das mesmas.

¹⁷ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 26.

¹⁸ No primeiro livro de matrícula da instituição Orfanato de São Cristóvão datado de 1911 a palavra “qualidade” designa cor.

¹⁹ A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher. O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 25-26.

²⁰ Referente a bastardo- que nasceu fora do matrimônio; modificado, degenerado, filho ilegítimo. FIGUEIREDO apud RIZZINI, Irene. In: *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 179.

²¹ O livro do referido período tem a denominação de Livro de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar (1953-1959). Durante a pesquisa percebemos que a partir de um determinado momento a instituição contava com livros para Matrícula e Ponto Diário e outros mais completos e detalhados, como os acima citados. Casos semelhantes nos livros de 1953 a 1959.

O livro de registros de 1948-1949 está dividido em três partes: Matrícula, Frequência Diária e Aparelhamento Escolar. O mesmo contém o termo de abertura, com os dados referentes à escola, como endereço, cidade, distrito, município, data de abertura e nome e assinatura do professor regente. Os outros itens dizem respeito ao número de matrícula, data, nome do aluno, sexo, certidão do registro civil, data de nascimento (dia/mês/ano), idade, nacionalidade, ano que vai cursar, tempo escolar (em anos) na própria escola e em demais. Procedência do aluno (de outra escola e seu tipo: F- federal, E-estadual, M-municipal e P-particular), aproveitamento (aprovado e reprovado), grau de aproveitamento, exclusão de aluno (dia/mês/ano), nome do responsável (tipo: pai, mãe ou responsável) residência, características dos pais (nacionalidade, profissão, instrução e religião). Ao todo eram preenchidos 34 itens.

Após os registros de matrícula, o livro traz a frequência diária com o nome das alunas, movimento diário e movimento mensal e, por fim, a relação dos móveis e utensílios da escola. Constatamos a mesma forma de organização nos livros referentes ao período de 1953 a 1959.

Vale lembrar que o material referente aos anos de 1948 a 1964, mostra uma organização mais institucional, pois esses livros diários seguiam o modelo estabelecido pela Instrução Pública. No período de 1957 a 1961, o livro de matrícula atende as especificações do Ministério da Educação e Saúde, embora o modelo usado na instituição fosse dirigido ao Serviço de Educação de Adultos²². Quanto ao registro escolar, referente aos anos de 1962 a 1964, o livro de matrícula continha outras partes como frequência diária, aproveitamento e comportamento. O modelo utilizado fazia parte do padrão do período, trazia na contracapa as seguintes solicitações: nome singular da escola, município, distrito, endereço, qual o material disponibilizado em sua construção, informações sobre o telhado, número de salas para aula,

²² Devido a falta dos livros de Registro Escolar, a Escola da Imaculada Conceição recebeu entre os anos de 1956-1961, o Livro de Registro Escolar direcionado à Educação de Adultos, por esse motivo a necessidade de adaptação dos mesmos.

se dispunha de água encanada e luz elétrica e se a instituição contava com moradia para professor. Além dessas informações o livro trazia instruções para a correta escrituração do registro escolar e um indicador das principais profissões.

Com um olhar mais direcionado desses instrumentos de registro, foi possível obter um perfil das famílias das internas. Assim, percebemos que, em sua maioria, as internas que fizeram parte do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição eram provenientes de municípios sergipanos como: Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Carmópolis, Aracaju, Capela, Cedro de São João, Lagarto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Tobias Barreto, Frei Paulo, Itabaiana, Divina Pastora, Maruim e Riachuelo. E também de Estados como Alagoas, Bahia e Pernambuco.

Através do informado verificamos que a instituição não recebia apenas meninas do município, mas de muitas regiões de Sergipe, ultrapassando, inclusive, os limites estaduais. Os livros analisados não apontam como o nome da instituição conseguiu ir além do Estado, mas tendo em vista que a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus desenvolve um trabalho específico na região Norte, a procura pela casa de educação de São Cristóvão estaria justificada, até porque a congregação foi a fundadora do Orfanato de São José, em Santarém, no Estado do Pará.

Estando esse orfanato localizado na região Norte do Brasil, poderia certamente existir uma migração de meninas desvalidas das regiões próximas para São Cristóvão. Vale lembrar que muitas meninas eram indicadas para instituições da própria congregação pelas religiosas, como no caso de algumas internas do Orfanato de São Cristóvão que após concluírem seus estudos e mediante permissão de parentes e o desejo de prosseguirem se aperfeiçoando foram enviadas para o Ginásio Santa Bernadete, em Salvador/BA ou para Colégio da Imaculada Conceição em Capela/SE.

Através dos registros constatamos que quanto ao grau de instrução, os pais contavam com o curso primário, já as mães eram, em sua

maioria analfabetas. No tocante às profissões vislumbramos que para os pais havia uma gama maior de atividades remuneradas; extraímos dos livros as profissões mais freqüentes, são elas: lavrador, mecânico, carpinteiro, pintor, açougueiro, tropeiro, barbeiro, marceneiro, pescador, oleiro, canoeiro, padeiro, bagageiro, *chauffer*, caixeiro, vaqueiro, salineiro, estivador. Já em relação às mães, as opções são mais reduzidas, tais como: cozinheira, dona de casa, costureira, engomadeira, lavadeira e tecelã. Quanto à religião, em todos os casos os responsáveis se declararam católicos.

Com um conceito elevado e sob a responsabilidade de uma congregação conceituada, muitos foram os pedidos em busca de uma vaga na referida casa. Por esse motivo, observamos que a cada período nomes tanto da política local quanto da sociedade solicitavam a entrada de meninas para viverem em regime de internato.

Nos anos de 1948 a 1949²³ são realizados pedidos por parte do Dr. Maurício Graccho Cardoso²⁴, Leandro Maciel²⁵, Prof^o. José de Alencar. De 1953 a 1959 os pedidos mais freqüentes são os de

²³ Os nomes apresentados foram os mais citados nos referidos períodos. Ter acesso as informações quanto aos responsáveis pelas indicações só nos foi possível através dos livros de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar do período de 1948 a 1967, uma vez que os mesmos trazem itens que nos ajudaram a elucidar essas questões.

²⁴ Maurício Graccho Cardoso nasceu em 09 de agosto de 1874 em Estância – SE. Filho do renomado Professor Brício Cardoso, seguiu o percurso da Juventude de sua época, fez parte da Escola Militar do Rio de Janeiro, optando pela carreira do Direito. Sua primeira experiência política se processa no Ceará, quando assume vários cargos políticos. Torna-se Presidente de Sergipe em 1922, realizando várias obras e dando certo impulso à educação. Participou da Constituinte de 1934. Em 1946, volta à cena política como integrante da Câmara Federal. Faleceu em 03 de agosto de 1950, durante uma sessão plenária. SANTANA, Josineide Siqueira de. Maurício Graccho Cardoso e as realizações Educacionais em Sergipe (1922-1926). In: VII Encontro Cearense de Historiadores da Educação- I Encontro Cearense de Geografia da Educação: Políticas, tempos e Territórios de Ações Educacionais *Anais VIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação e I Encontro de Geografia da Educação*. Fortaleza: UFC, 2009. p. 01;07 (cd-rom)

²⁵ Nascido em 08 de dezembro de 1897, no município de Rosário do Catete. Filho do Bacharel Leandro de Siqueira Maciel e Ana Maynard Maciel. Ingressou na política, elegendendo-se deputado federal em 1930, para um mandato até 1932. Teve atuação destacada nos pleitos de 1933/1935. Participou da formação da UDN em Sergipe. Elegeu-se constituinte em 1946, fazendo acordo com os comunistas. Governou Sergipe em 1954. Faleceu em Aracaju a 14 de julho de 1984. BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. p. 198-202

Francisco Leite Neto²⁶ e esposa, Dr. Lourival Baptista²⁷ e esposa, Família Franco²⁸, Sr. João Hora,²⁹ Dr. Café Filho³⁰, Dr. Silvério Leite Fontes³¹, Dr. Niceu Dantas³², Dr. Carlos Firpo³³, D. Leyda Régis,

²⁶ Francisco Leite Neto, nasceu em Riachuelo em 14 de março de 1907. Bacharelou-se em Direito, no Estado da Bahia, regressando a Aracaju, onde iniciou sua carreira de advogado e pensador do Direito. Foi Diretor da Penitenciária Modelo, construída em 1926, pelo governador Graccho Cadoso. Participou da Assembléia Constituinte Estadual em 1935. Além de político, foi professor, escritor e orador do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGS). Faleceu em 19 de dezembro de 1964, aos 57 anos. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

²⁷ Nascido na localidade “Sítio do Meio” município de Entre Rios, Estado da Bahia em 03 de outubro de 1915. Médico de formação, atuou na Fábrica São Gonçalo no atendimento aos operários. No período de 1951-1954 foi prefeito de São Cristóvão. Integrante da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Eleito pelo voto indireto para Governador do Estado no período de 1968-1970. BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007, p. 244.

²⁸ A família Franco, representada por Adélia do Prado Franco e pelo Coronel Albano do Prado Pimentel Franco, tiveram na pessoa do filho Augusto Franco, grande influência em muitos campos da vida sergipana. A família destacou-se principalmente na condução da Fábrica de Tecidos São Gonçalo, que empregava parte significativa da população de São Cristóvão; do Banco de Comércio e Indústria de Sergipe, da Usina São José do Pinheiro, no município de Laranjeiras – SE, produtora de açúcar, e da Fábrica Sergipe Industrial. No período de 1979-1982, governou o estado, sendo eleito pela ARENA. BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007, p. 90-92.

²⁹ Comerciante nascido em Riachão do Dantas, em 22 de dezembro de 1906, dono da loja “A Moda” e construtor do Edifício Mayara em Aracaju, foi também um dos maiores desportistas sergipanos, que dá seu nome ao estádio do Club Sportivo Sergipe. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

³⁰ Encontramos três indicações feitas pelo então Presidente da República Dr. Café Filho, em todos os registros o endereço do responsável constava apenas a “cidade do Rio de Janeiro”.

³¹ Nascido em Aracaju a 06 de abril de 1924, filho de Silvério Leite Fontes e Iracema Leite Fontes. Formado pela Universidade de Direito da Bahia, professor titular e procurador da Universidade Federal de Sergipe. Escreveu sobre vários temas, entre eles citamos: “Labatut em Sergipe”, “Formação do Povo Sergipano”, “Jackson de Figueiredo – Cem Anos”. Faleceu em 06 de dezembro de 2005 na cidade de Aracaju. Disponível em: <<http://silveriofontes.com.br/biografia.html>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

³² O Dr. Niceu Dantas foi juiz em Sergipe nos anos 50 do Século XX.

³³ Carlos Alberto Menezes Firpo, nasceu em 14 de abril de 1912, em Aracaju/SE. Filho de João Firpo e Dona Antônia Menezes Firpo. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1933. Médico Obstetra, dirigiu por nove anos o Hospital Santa Isabel, onde promoveu uma total transformação com a construção de um novo centro cirúrgico. Foi prefeito nomeado de Aracaju de 1941 a 1942, na 2ª Interventoria de Augusto Maynard Gomes. Morreu assassinado em 29 de abril de 1958, com 46 anos em Aracaju. <<http://linux.alfamaweb.com.br/asm/dicionariomedico>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

SAM³⁴ e LBA³⁵. Neste período contamos, efetivamente, com o envio de meninas feito, principalmente, pelos órgãos governamentais.

A preocupação em encaminhar as meninas foi sentida até nos meios governamentais bem antes dos períodos citados, pois em 27 de abril de 1926, dando cumprimento à Lei nº 925, de 06 de novembro de 1925, o Governo do Estado resolve:

- Art.1º O governo do Estado subvencionará o Orfanato de São Cristóvão, com sede na cidade de mesmo nome, educandário de meninas órfãs e desvalidas ficando esse instituto sujeito às obrigações seguintes:
- a) Internar até 50 meninas órfãs ou desvalidas de 4 a 12 anos de idade, apresentadas pelo governo, além das admitidas pela diretoria do Orfanato.
 - b) A ministrar a essas menores não só o ensino primário como o de prendas domésticas e tudo quanto interesse a boa direção da casa.³⁶

Vale ressaltar que “tudo o quanto interesse a boa direção da casa” consistia, principalmente, nas aulas de bordados, bons modos e na prática da religião que incluía, entre outras coisas, orações e a participação diária na missa. Através desse documento percebemos o desejo de se associar nas primeiras décadas do século XX a educação feminina à modernização da sociedade, à higienização da família e formação dos futuros cidadãos. “A ênfase na escolarização feminina vincula-se à função social de educadora dos filhos”³⁷.

³⁴ O Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi criado em 1941 pelo governo de Getúlio Vargas. No decorrer de sua história a instituição teve seus objetivos desviados ao se tornar exemplo de clientelismo e “cabide de emprego”. Mais informações, ver: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 33-34.

³⁵ A Legião Brasileira de Assistência, (LBA) surgiu em 1942 com o objetivo de promover serviços de assistência social, prestar decidido concurso ao governo e trabalhar em favor do processo de serviço social no Brasil. Mais informações: FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p.53.

³⁶ SERGIPE, Lei nº 931 de 27 de abril de 1926. Concede subvenção ao Orfanato de São Cristóvão: s.n.t., 1926 (Caixa 16 – Arquivo Público Estadual – APES).

³⁷ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: *Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe*. Volume 4. São Cristóvão: UFS/NGPED, jan/jun 2002, p. 50.

A educação feminina pretendia levar à mulher a adquirir as virtudes para ser uma boa mãe e esposa, por isso não se fazia necessário adentrar ao conhecimento de tantas disciplinas, pois, provavelmente, elas não seriam utilizadas no universo doméstico.

Outro ponto que podemos extrair da preocupação governamental diz respeito à nova forma de pensar a nação e quais os indivíduos que formariam a mesma. O desejo de sanear o país, principalmente no tocante à infância, foi elaborado como parte de um projeto nacional desde os primeiros anos da República, em que se fazia necessária a construção do novo cidadão brasileiro e para que o país não fosse tomado pela desordem, imoralidade e outros males, deveria proteger a criança, pois através dela o país seria salvo:

O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação futuro do país [...]. A consciência de que na infância estava o futuro da nação, tornava necessário criar mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem.³⁸

Faz-se necessário lembrar o papel da religião nesse processo educacional: rezar, repetir as ladainhas, freqüentar as missas diariamente e estar em dia com os sacramentos, tudo isso fazia parte do cotidiano das meninas. A partir de suas práticas educativas direcionadas às crianças a Igreja Católica mostrava sua presença no interior das instituições que as acolhiam.

Alcançar primeiro a infância estava em consonância com a Doutrina Social da Igreja que exprimia a preocupação em atender a necessidade de educação do povo pobre, preparando-o para o

³⁸ RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 83.

futuro. As crianças representavam um segmento importante na construção do futuro, por isso incomodavam quando mendigavam pelas ruas [...] atender à criança desamparada ou carente trazia a intenção oculta de se evitar o adulto desajustado.³⁹

A Igreja não pautou sua intervenção apenas nos valores sociais, mas na difusão de valores religiosos e espirituais. Ou seja, tornar a criança o que se desejava do adulto futuro: responsável, ordeiro, trabalhador, ético e moral. Assim, aproximar-se dos esquecidos pela sociedade, principalmente quando estes eram crianças carentes significava o “cuidar dos menos favorecidos”.

Com o passar dos anos a Escola da Imaculada Conceição ou simplesmente a Escola do Orfanato, como era conhecida, tornou-se uma instituição respeitada e consolidada, devendo cumprir com todas as exigências impostas tanto pelo fato de ser um instituto confessional quanto pela instrução pública que garantia não só seu funcionamento, mas o recebimento de subvenções dos órgãos públicos, uma vez que além da escola, a instituição era formada também pela casa de órfãs.

O prédio do Orfanato de São Cristóvão contava com um terreno cuja área era 3.311 m², sendo que 1.184 m² constituía a parte edificada que era composta por dois prédios: um deles com um andar superior, dez compartimentos sanitários, e duas salas de aulas. Anexo ao prédio havia a Capela de Santa Isabel ou da Visitação de Maria, batizada, anos depois, com o nome de Capela da Imaculada Conceição, provavelmente pela devoção das novas moradoras.

No andar térreo, encontramos sala de ofícios, sala de estar, pátio, uma gruta em louvor a Nossa Senhora de Lourdes, refeitório pequeno, cozinha, saleta de dispensa, 03 quartos, lavanderia, depósito e um espaço dedicado ao lazer das internas. O andar superior comportava, enfermaria, uma sala para as religiosas e 09 quartos, posto que no orfanato só poderiam residir 09 religiosas, e 02 dormitórios para as internas, sendo que um

³⁹ NASCIMENTO, José Mateus. Vinde a mim os pequeninos... Práticas Educativas da Diocese de Natal (1945-1955). In: PAIVA, Marlúcia Menezes de. *Igreja Católica e suas práticas culturais*. Liber Livro: Brasília, 2006, p. 68-69.

deles chegava a comportar até 120 meninas e o outro um número menor. Esse andar ainda contava com banheiros para as internas e as religiosas.

Quanto à escola, continha duas salas de aulas e um teatro. As aulas eram ministradas geralmente por uma professora leiga e envolvia o aprendizado de duas turmas. O espaço em que as meninas circulavam, embora fosse uma escola, estava impregnado de concepções e ideais religiosos; por esse motivo:

A arquitetura religiosa trata de dar forma a algo não terreno, onde se deve representar o espírito, seja por meio do símbolo, da forma, da cor, da luz ou da obscuridade. A realidade divina se faz consciente em nós, como uma sensação de impotência e insignificância [...] Em uma palavra, se ativa o processo completo de relações divino-humanas.⁴⁰

No que diz respeito à administração, era formada por uma Diretoria Geral do Orfanato de São Cristóvão e estava assim composta: pelo Diretor – o Vigário da Paróquia de São Cristóvão; Diretora ou Provedora – Superiora da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, a quem é confiada à educação das órfãs; Tesoureiro; Secretário e quatro Vogais⁴¹ eleitos anualmente em sessão previamente convocada para esse fim.

DOS RELATÓRIOS, ATAS, CRÔNICAS E INVENTÁRIOS: SAÚDE, HIGIENE, MATERIAIS DIDÁTICOS E O APRENDIZADO DA CASA DE EDUCAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO

Os relatórios nos proporcionam uma visão do funcionamento geral da instituição, dentre outras coisas, o número de internas, acompanha-

⁴⁰ LIZENBACH apud CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. “Respirando a Fragância da Piedade Cristã”: Considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant’Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 205-206.

⁴¹ “Vogal” significa pessoa que tem voto em assembleia.

mento sanitário e educacional, as despesas e problemas, tais como: “a falta de fazendas, calçados e, sobretudo a escassez de espaço no dormitório”⁴². Devido à falta de espaço as irmãs passaram a utilizar a “enfermaria, quando desocupada ou juntar as camas,”⁴³. Atitudes como essa iam de encontro a tudo o que pregavam as práticas de higiene, uma vez que um dos principais objetivos das práticas higienistas, seria evitar doenças e criar hábitos saudáveis para a sociedade.

No tocante ao Estado Sanitário, a instituição apresentava muitas dificuldades, pois ocorreram dois casos suspeitos de gripe e impaludismo, o que ocasionou muita apreensão a todas as moradoras do orfanato. Segundo análise documental, as menores só foram aceitas porque a moléstia “não se tinha generalizado quando apresentaram atestados de saúde, na data de entrada”.⁴⁴

Outros casos referentes à saúde foram registrados nos livros da instituição escolar, por exemplo, o caso da aluna Maria José de Menezes que foi afastada da escola em 1937. Geralmente, os livros não dão conta do nome da moléstia, apenas informam o motivo do afastamento.

No livro de Atas da Sociedade do Orfanato de São Cristóvão, encontramos o seguinte relato:

Pelo que existem presentemente 65 órfãs e educandas, destas uma se acha no Hospital de Cirurgia de Aracaju. Em 1928, não foi lisonjeiro o estado sanitário das meninas que foram acometidas de moléstia de pele. A falta d'água, escassa durante o ano, foi atribuída a moléstia de pele que sofreram as crianças.⁴⁵

A situação de higiene e saúde foi muitas vezes criticada pelo excesso de meninas que eram enviadas pelos órgãos governamentais àquele instituto, por isso encontra-se registrado no livro de Crônicas

⁴² WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941, p. 2. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

⁴³ Id.

⁴⁴ Ibid., p. 1.

⁴⁵ Livro de Atas da Sociedade do Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 77. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

da Congregação, do ano de 1927 que: “por causa de muitas meninas tão pobres que entraram pelo governo faltaram as camas necessárias no dormitório”⁴⁶. As reclamações tinham procedência, uma vez que já existia todo um movimento em prol do higienismo, que dentre outras questões, pregava:

Que o domínio da organização escolar deveria abranger a profilaxia de todas as moléstias do homem na idade dos estudos primários; a regulamentação escrupulosa das medidas essenciais contra as doenças transmissíveis [...] nesse sentido, a escola seria o ambiente adequado para se vacinar e revacinar os jovens.⁴⁷

Nos relatórios analisados, além das questões sanitárias nos é possível entender como se processava a educação das internas: a mesma era pautada no Curso Primário Fundamental, com quatro anos de duração; as aulas eram ministradas pela normalista diplomada, Maria Paiva Monteiro, professora primária de 1ª Entrância⁴⁸ e contava com o auxílio da Irmã Religiosa Natália Vieira. Todos os trabalhos desenvolvidos na Instituição eram voluntários, exceto o da professora Maria Paiva Monteiro, que recebia seus rendimentos dos cofres do Estado.

Ainda sobre a educação, destacamos o Currículo Escolar que seguia as determinações da Instrução Pública Estadual, sendo ministradas as disciplinas obrigatórias, além de dois cursos complementares: Trabalhos Manuais “que dura todo o tempo do internato e cujas lições vão sen-

⁴⁶ Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958), p. 19. Arquivo: Lar da Imaculada Conceição.

⁴⁷ GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.533.

⁴⁸ Depois de formada, a normalista deveria iniciar a carreira no interior, primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado. Passaria depois a lecionar em uma vila considerada segunda entrância. Em seguida, para a terceira entrância, uma escola situada na cidade. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. (Coleção Educação é História) São Cristóvão, 2003, p.148-149.

do graduadas à medida do gosto e capacidade das alunas;⁴⁹ e Artes Domésticas “em que as meninas se preparam para as atividades da vida futura por uma constante prática dos trabalhos caseiros assistidas pela direção das irmãs”.⁵⁰ O currículo do curso de Trabalhos Manuais apresentava as seguintes disciplinas: Corte e Costura e bordado, dando ênfase ao ponto de marca; já o curso de Artes Domésticas consistia no aprendizado de lavagem de roupa, goma, culinária, asseio da casa e jardinagem. Ambos eram ministrados por uma “irmã mestra diplomada em escola oficial do Estado da Baía”⁵¹.

Apesar da preocupação com a aprendizagem dos afazeres domésticos, o orfanato estava empenhado em adquirir uma máquina de escrever para que as meninas pudessem aprender datilografia e mecanografia, aumentando, assim, o número de cursos complementares oferecidos pela instituição.

A preocupação com o desenvolvimento da Língua Portuguesa, serviu de incentivo para que as alunas do 2º, 3º e 4º ano criassem um jornal escolar, intitulado “Memórias Infantis”⁵². O periódico circulou mensalmente durante todo o ano letivo e, segundo as informações apresentadas no Relatório de Atividades de 1941, tinha por objetivo “desenvolver-lhes a capacidade intelectual e o gosto pela leitura e escrita em nossa língua”⁵³.

Para a realização de suas atividades estudantis, a Escola da Imaculada Conceição dispunha de mobiliário, utensílios e material didático. Através de levantamento do inventário da escola, foi possível conhecermos quais eram os materiais que a mesma dispunha, a quantidade e se eram renovados para um melhor aproveitamento da aprendizagem.

⁴⁹ WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t., 1941 p. 3. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

⁵⁰ Id.

⁵¹ WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t.1941 p.03

⁵² O referido jornal escolar não foi encontrado em nenhuma das instituições que seguem: Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGS), Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED) e no Arquivo da Escola do Lar da Imaculada Conceição.

⁵³ WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941 p.03. Arquivo: Lar da Imaculada Conceição.

Quadro I – Mobiliário, Utensílios e Material Didático de uso permanente da Escola da Imaculada Conceição.

Nº	Quant.	Caracterização do objeto	Estado de conservação	Valor	Entrada	Procedência
01	27	Carteiras de Paraná 0,95x0,31m	Regular	Cr\$ 70,00	11/02/1925	-
02	10	Carteiras de canela 1m x 0,30m	Bom	Cr\$100,00	16/07/1941	Braz Nilo de Souza
03	02	Mesas de canela envernizada 1m x 0,60m	Bom	Cr\$ 250,00	02/02/1942	Braz Nilo de Souza
04	01	Relógio de parede	Regular	Cr\$200,00	11/02/1925	-
05	01	Quadro negro 1,01x1,22m	Bom	Cr\$ 50,00	25/03/1923	-
06	01	Quadro negro 0,91x1,33m	Bom	Cr\$ 50,00	15/08/1923	-
07	01	Quadro negro 0,74x0,97m	Bom	Cr\$50,00	08/09/1919	-
08	02	Armários de Cedro 0,53x0,29m	Bom	Cr\$ 150,00 (cada)	21/11/1942	Tito José de Amorim
09	02	Cadeiras de couro 0,33x0,29 m	Regular	Cr\$ 30,00 (cada)	02/02/1943	-
10	01	Mapa Mundi 0,76x1,11m	Regular	Cr\$ 20,00	05/08/1937	-
11	01	Mapa Geral do Brasil 0,98x0,92m	Regular	Cr\$ 20,00	05/08/1937	-
12	01	Mapa do Brasil 1,03x1,08m	Regular	Cr\$ 20,00	13/06/1946	Departamento do Café
13	01	Mapa da América do Sul 1m x 0,71m	Mau	Cr\$ 20,00	08/12/1924	-
14	01	Mapa da Oceania 0,95x1,25m	Mau	Cr\$ 20,00	15/09/1925	-
15	01	Mapa Mundi 0,96x1,25m	Mau	Cr\$ 20,00	15/09/1925	
16	01	Mapa da Ásia 0,95x1,25m	Mau	Cr\$ 20,00	15/09/1925	
17	01	Mapa de Sergipe 0,70x0,71m	Regular	Cr\$ 15,00	07/10/1945	Departamento de Educação

18	01	Mapa do esqueleto Humano 0,68x0,45m	Regular	Cr\$ 10,00	08/09/1932	-
19	01	Carta de Parker 0,79x0,51m	Regular	Cr\$ 60,00	19/03/1935	Livraria Regina
20	01	Carta de Ensino-intuitivo 0,79x0,57m	Regular	Cr\$ 50,00	-	Companhia Melhoramentos
21	01	Carta de Linguagem 0,74x0,56m	Regular	Cr\$ 60,00	21/06/1944	Livraria Regina
22	01	Globo Terrestre	Regular	Cr\$ 20,00	26/07/1925	-
23	01	Bureau	Bom	-	18/05/1955	Sr. Humberto Azevedo
24	07	Carteiras 0,95x0,31m	Bom	-	25/10/1956	-

Fonte: Livro de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar (1948-1949) e (1953-1959). Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Com relação aos materiais que compunham o aparelhamento escolar da instituição, faremos um comparativo entre os materiais considerados necessários ao funcionamento escolar e os materiais da Escola da Imaculada Conceição. Segundo Rosa Fátima de Souza, para tudo era necessário material:

Para o ensino da aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e pé, caixa de formas geométricas, cadernos de aritméticas. Para o ensino da linguagem: coleção de abecedários e cartões parietais para leitura, ardósias, cartas de alfabeto, caderno de caligrafia. Para o ensino de geografia e história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências físicas e naturais: laboratórios, museus, quadros, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas.⁵⁴

⁵⁴ SOUZA, Rosa Fátima de, História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy. *Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p.175-176.

Desse modo, mesmo sendo a Escola da Imaculada Conceição direcionada à educação de meninas órfãs, contava com materiais didáticos diversificados, o que demonstra uma preocupação com a qualidade do ensino. Os mapas utilizados para o ensino da Geografia e das Ciências, bem como as Cartas de Parker⁵⁵ são um bom exemplo disso. Apesar dos materiais em alguns casos não se encontrarem com qualidade satisfatória, podemos dizer que os mesmos estavam em acordo com o previsto para o desenvolvimento das aulas.

Em suma, consideramos que apesar das dificuldades as irmãs missionárias tinham por objetivo dar uma boa formação religiosa e educacional para aquelas crianças, por isso todo o esforço empregado por elas tinha como único fim, transformar as internas em modelo de educação, bom comportamento e religiosidade, conforme o que almejava a sociedade nas primeiras décadas do século XX. Aproveitamos para chamar atenção para a importância das fontes utilizadas para a construção desse trabalho, pois sem as mesmas, ou mediante sua falta de conservação, registrar um pouco dessa história seria quase como juntar folhas ao vento.

FONTES

BRASIL, Decreto nº 17.934-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de Assistência e Proteção a menores. Disponível em <<http://www2camara.gov.br>> acesso em 04 de novembro de 2010.

BRASIL, Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Tomba a Igreja e a Casa onde funcionam a Instituição Orfanato da Imaculada Conceição e Escola do Lar da Imaculada Conceição como Patrimônio Artístico Na-

⁵⁵ Francis Wayland Parker (1837-1902) desenvolveu um sistema pedagógico que o fez reconhecido por John Dewey como “pai da educação progressista”, inspirando também mais tarde Granville Stanley Hall. Em 1872 fez uma viagem de estudos à Europa; na Alemanha se familiarizou com a pedagogia de Herbart. Em 1875 retornou aos Estados Unidos, onde fora superintendente das escolas da cidade de Quincy, em Massachusetts. Parker elaborou diagramas numéricos fundamentados no Método Grube. Estes diagramas foram chamados de Cartas de Parker (Mapas aritméticos) e representam a forma de tratar o ensino de Aritmética de modo intuitivo. Mais informações, consultar: COSTA, David Antônio. *A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro (1890-1946)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, 2010. (Tese de Doutorado) p. 122-123.

cional. Fonte: História da Província da Santa Cruz das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Arquivo do Convento Dom Amando- Salvador-BA.

Estatutos do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão 1957.

Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935) p. 64. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p. 02. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Livro de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar (1953-1959). Arquivo do Lar da Imaculada Conceição

MONTEIRO, Maria Paiva. Relatório das Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão, relativo ao exercício de 1966, apresentado na Reunião da Assembleia Geral em 29 de janeiro de 1967. s.n.t. 1967. p. 2. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Necrológio da Irmã Úrsula Luttig. Fonte: Arquivo da Província do Coração de Maria- Belém/Pará.

Necrológio da Irmã Maria A. Batista da Silva. Arquivo Convento Dom Amando, Salvador-BA.

Necrológio Irmã Scholastica Hilmer. Arquivo: Convento Dom Amando, Salvador-BA.

Necrologio Irmã Johanna Bodefelf. Arquivo: Convento Dom Amando, Salvador-BA.

SERGIPE, Lei nº 925 de 06 de novembro de 1925. Regulamenta o Orfanato de São Cristóvão. Aracaju: s.n.t., 1925 (Caixa 15 – Arquivo Público de Sergipe- APES)

SERGIPE, Lei nº 931 de 27 de abril de 1926. Concede subvenção ao Orfanato de São Cristóvão: s.n.t., 1926 (Caixa 16 – Arquivo Público Estadual – APES).

WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941 p.03. Arquivo: Lar da Imaculada Conceição.

SITES CONSULTADOS

<<http://www2camara.gov.br>>. Acesso em 04 de novembro de 2010.

<<http://silveriofontes.com.br/biografia.html>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<<http://linux.alfamaweb.com.br/asm/dicionariomedico>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados, 2007.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação assistencial à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Higienismo e Educação: Práticas Higienistas nas Escolas Primárias Graduated de Aracaju no início do século XX. In: VII Semana de História- A Historiografia de Maria Thétis Nunes. *Anais da VII Semana de História*. São Cristóvão, 2004, p. 22-31.

BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

COSTA, David Antônio. *A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro (1890-1946)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, 2010. 276p. Tese (Doutorado em Educação Matemática).

DANTAS, José Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: *Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe*. Volume 4. São Cristóvão: UFS/NPGED, jan/jun 2002, p.45-65.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, 2003.279p. Tese (Doutorado em Educação).

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. (Coleção Educação é História) São Cristóvão, 2003.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil: Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 518-544.*

LIZENBACH apud CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. “Respirando a Fragância da Piedade Cristã”: Considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant’Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 192-219.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, José Mateus. Vinde a mim os pequeninos... Práticas Educativas da Diocese de Natal (1945-1955). In: PAIVA, Marlúcia Menezes de. *Igreja Católica e suas práticas culturais*. Liber Livro: Brasília, 2006, p. 66-99.

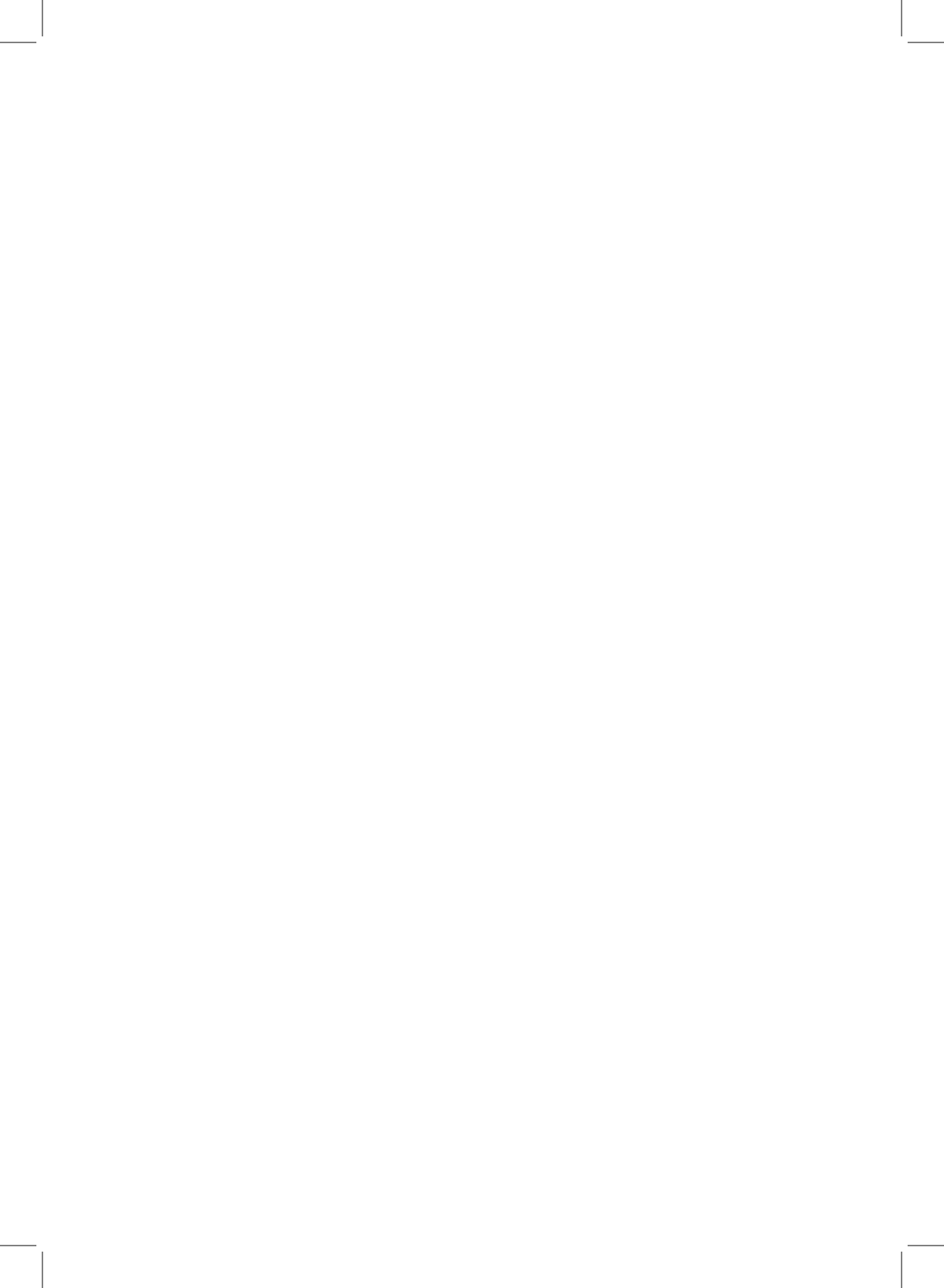
RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SANTANA, Josineide Siqueira de. Maurício Graccho Cardoso e as realizações Educacionais em Sergipe (1922-1926). In: VII Encontro Cearense de Historiadores da Educação- I Encontro Cearense de Geografia da Educação: Políticas, tempos e Territórios de Ações Educacionais *Anais VIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação e I Encontro de Geografia da Educação*. Fortaleza: UFC, 2009. p. 1-7 (cd-rom).

SOUZA, Rosa Fátima de, História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy. *Culturas Escolares, sabres e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 168-189.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.



O LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS: o “jornalismo do internato” (1934-1946)

THE RECORD BOOK: the
“boarding school journalism”
(1934-1946)

Joaquim Tavares da Conceição*

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre aspectos histórico-culturais do microcosmo do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, no período de 1934 a 1946, tomando como fonte principal as notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências” da referida instituição. O estabelecimento era uma instituição de ensino agrícola elementar, funcionando em regime de internato e subordinado ao Ministério da Agricultura. O “Livro” funcionou como um “temível noticiário” do internato da instituição, pois, fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nos registros sobressai o “poder disciplinador” e de conformação moral da “pedagogia de internar” de uma fase marcada por uma disciplina rigorosa.

Palavras-chave: Aprendizado agrícola, livro de ocorrências, internato.

ABSTRACT

This article presents some considerations about cultural and historical aspects of agricultural learning at Benjamin Constant boarding school community, from 1934 to 1946, taking as main source notes registered in the record book from such institution. The school used to be an agricultural elementary institution, working as a boarding school and subordinated to the Agriculture Ministry. The record book worked as “terrible news” from the boarding institution since it used to cover the behavior memories diary, it allowed the lawbreakers’ individualization and the application of punishments. In the records “discipline power” and moral structure of “boarding pedagogy” are stood out during a period set by a rigorous discipline.

Keywords: Agricultural learning, record book, boarding school.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA; professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Educação pela mesma Universidade.

O APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT

Este artigo apresenta algumas considerações sobre aspectos histórico-culturais do *microcosmo* do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant¹, no período de 1934 a 1946, tomando como fonte principal as notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências” da referida instituição.

Dentro do plano nacional de expansão do ensino agrícola elementar, em 1934, o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, criou em alguns estados da federação 12 estabelecimentos de ensino agrícola denominados de Aprendizados Agrícolas. Esses estabelecimentos tinham como objetivo oficial “cooperar na educação das populações rurais”, ministrando formação profissional agrícola de nível primário e uma formação complementar, através de execução de trabalhos nas oficinas de madeira, ferro e couro². O Estado de Sergipe foi escolhido para a fundação de um desses Aprendizados Agrícolas, o que de fato ocorreu com a federalização do Patronato São Maurício³, localizado no povoado de Quissamã, Município de São Cristóvão, e a sua transformação em Aprendizado Agrícola de Sergipe, posteriormente denominado de Aprendizado Agrícola Benjamin Constant⁴.

Desde a sua fundação, em 1934, até a transformação em Escola de Iniciação Agrícola, em 1946, o Aprendizado Agrícola Benjamin Constant matriculou 1.141 menores, na maioria filhos e órfãos de pequenos proprietários e trabalhadores do campo⁵. Os menores eram internados

¹ Atualmente Instituto Federal de Sergipe (Campus de São Cristóvão), antiga Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE.

² BRASIL. Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1934b. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

³ Instituição para assistir menores desvalidos criada em dia 31 de outubro de 1924 pelo então governador do estado de Sergipe Graccho Cardoso. NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. São Cristóvão: UFS, 2006. (Dissertação)

⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.029, de 06 de janeiro de 1939. Dá novas denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1939. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

⁵ SERGIPE. Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. *Instruções e Formalidades para a Matrícula de Menores nos Aprendizados Agrícolas*. Aracaju/Juizado da Infância e da Juventude, 1938.

pelos pais, parentes (irmãos, tios), tutores, por requisição de juízes de menores e autoridades do Serviço de Menores e/ou por solicitações de sacerdotes católicos e políticos⁶.

Assim, predominou nas décadas de 1930 e 1940 o costume de recorrer ao estabelecimento como uma “casa de amparo ou assistência ao menor pobre”. A caracterização da instituição como uma “obra meritória” é recorrente nas “notas de impressões” lançadas no “Livro de Registro de Impressões dos Visitantes”, nos anos de 1935 a 1944. Nas “notas”, os visitantes ressaltaram a importância da instituição como um estabelecimento dedicado aos pobres. Situação evidenciada pelo uso das expressões “infância desamparada”, “meninos pobres”, “gerações proletárias”, “infância desvalida”, “jovens desprotegidos da fortuna” utilizadas nas “notas” para definir o público-alvo que adentrava o estabelecimento. Gervásio de Carvalho Prata, desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, na época, foi um dos visitantes que se reportou à instituição como uma obra de amparo aos pobres. Em uma de suas visitas, realizada em 20 de dezembro de 1942, grafou no “Livro” sua “nota de impressão” sobre o estabelecimento. Em trecho da “nota” escreveu: “Menciono nestas ínfimas linhas o meu louvor ao Aprendizado Agrícola de Sergipe, onde são incluídos os meninos pobres que nele encontram instrução, educação e trabalho, para se tornarem úteis à Nação”⁷.

De fato, o Aprendizado Agrícola deveria ser essencialmente um estabelecimento dedicado à formação profissional agrícola elementar. A assistência que prestava por meio do internato público deveria ser uma decorrência das peculiaridades do ensino agrícola e da localização do estabelecimento. Mas, na prática, muitas famílias recorriam a ela como uma solução para a pobreza a que se viam relegadas. Essa situação também ficou ressaltada nas memórias do ex-diretor Astolfo Ribeiro Pinto Bandeira, que dirigiu a escola no período de 1945 a 1947. Para ele, os “menores ali internados eram, em sua grande maioria, procedentes

⁶ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938.

⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro das Impressões dos Visitantes*. São Cristóvão, 1935, p. 14.

de famílias pobres, que os colocavam, com o fim de solucionarem, em parte, os seus problemas domésticos”⁸.

A análise de uma amostra de 210 internos, dos 544 internados na instituição, entre os anos de 1937 e 1941, ajuda na confirmação da caracterização da pobreza dos internos⁹. Dos 210 internos, 73 eram órfãos, sendo 45 órfãos de pai, 18 órfãos de mãe e 10 órfãos de pai e mãe. Além do grande percentual de órfãos, existiam os filhos de “pai desconhecido”. Os pais ou mães de órfãos e as mães solteiras internavam seus filhos, provavelmente, por não terem condições financeiras de criá-los e verem a instituição como um recurso para a pobreza. Somava-se ainda o predomínio de 170 internos de origem negra, sendo 111 “morenos”, 49 “pretos” e 10 “pardos”. Apenas 40 internos foram declarados como “brancos”. Quanto ao grau de instrução, 25 eram analfabetos e o restante sabia rudimentos da leitura e da escrita. A idade dos internos variava entre 9 a 14 anos. Esses dados quantitativos, analisados em conjunto com os dados qualitativos anteriormente indicados, possibilitam afirmar que os internos matriculados no Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, eram pobres, muitos dos quais órfãos ou filhos de “pai desconhecido”, cuja maioria de descendência negra.

O diretor do “Serviço Social de Menores”, na visita que fez à instituição no ano de 1939, ainda grafando em sua “nota de impressão” a denominação do estabelecimento como “patronato”, destacou a cooperação que o estabelecimento, através do seu diretor, na época o agrônomo José Augusto de Lima, prestava ao mencionado serviço de assistência de menores, evidentemente acolhendo menores enviados pelo citado órgão. Assim registrou no “Livro de Impressões”, o citado diretor:

“Após a visita que fiz a este ‘Patronato’, externo, com prazer, a agradável impressão que me causou (...) A minha visita, por sua vez é um resultado da cordialidade do seu operoso diretor para

⁸ BANDEIRA, Astolfo Ribeiro Pinto. *Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste*. Fortaleza, 1989, p. 10.

⁹ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938.

com o Chefe do Serviço de Menores de Sergipe, convencido que o trabalho em prol da criança deve estar submetido a uma estreita e inteligente cooperação”¹⁰.

Esse reconhecimento da instituição como uma obra de “assistência aos pobres”, através da qual a sociedade sergipana enxergava-a, decorria da herança dos tempos em que ela funcionou como Patronato Agrícola (1924-1934) e tinha como objetivo “assistir os menores desvalidos”. Apesar da mudança de nome e de seus objetivos, o estabelecimento continuava sendo procurado como se fosse uma casa de “assistência social”¹¹.

O LIVRO DE OCORRÊNCIAS

O “Livro de Registro de Ocorrências” do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant é formado por uma capa dura, contracapa, folha de abertura e 100 folhas (faltando a folha de número 60), numeradas tipograficamente com anotações manuscritas no anverso e verso de cada uma delas. Servia para as anotações do registro das ocorrências diárias do agrônomo, do inspetor, dos guardas e as anotações dos vistos e das providências adotadas ou requeridas pelo diretor, diante das ocorrências anotadas. As folhas são todas originais, com anotações escritas em tinta de cor preta, azul e vermelha. A primeira anotação encontra-se no anverso da folha de número 1(um), datada de 9 de setembro de 1942, e a última no dia 30 de novembro de 1943, no verso da página de número 100 (cem). Todas as folhas são divididas, no anverso e verso, em duas colunas. A primeira coluna, à direita de cada página, é de espaço menor onde estão escritas as anotações do auxiliar-agrônomo e o visto do diretor. A segunda coluna, a maior, localizada à esquerda de cada página, contendo as anotações do Inspetor.

¹⁰ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro das Impressões dos Visitantes*. São Cristóvão, 1935, p. 10.

¹¹ CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de mestrado)

O “Livro” funcionou como um “temível noticiário” do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, pois, fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nos registros sobressai o “poder disciplinador” e de conformação moral da “pedagogia de internar”, de uma fase marcada por uma disciplina rigorosa. No “Livro de Registro de Ocorrências”, os internos eram identificados apenas pelo número de matrícula, e as anotações eram relacionadas aos comportamentos dos internos ou incidentalmente sobre o funcionamento dos serviços básicos do internato (refeitório, cozinha, fornecimento de energia, entre outros), conforme o seguinte exemplo:

Ocorrências do dia 11 para 12 de setembro de 1942.

Sr. Diretor foram feitas as faxinas do costume em geral, gabinete, secretaria, dormitório, enfermaria, sentinas, pátio e em volta do prédio. De 6 as 7 horas do dia 11 foi realizada a instrução de ordem unida. As 16 horas foi feito o ensaio de toque de corneta. Houve serviço de campo com os alunos acompanhados pelo guarda José Barbosa da Silva. Serviço de guardas: foi efetuado pelos guardas José Barbosa da Silva e João Batista Tavares. Os demais serviços foram realizados de acordo com a escala em vigor. Continuam faltando os alunos de n°s 54, 57 e 89. Continuam na enfermaria os alunos de n°s 14, 42, 46, 56, 77, 87, 93 e 94. O aluno de n° 11 desobedeceu na instrução de ordem unida ao seu colega que o instruíra de n° 16, o de n° 90 continua urinando na cama. Em 12 de setembro de 1942. O Inspetor de Alunos Antonio Pereira da Silva.¹²

As anotações foram classificadas em grupos de acordo com o conteúdo, repetição e a indicação dos anotadores. As informações obtidas, analisadas em conjunto com outras fontes, possibilitaram algumas compreensões sobre a vida no internato do Aprendizado Agrícola Benjamin

¹² BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 1.

Constant. O interesse foi por uma história descontínua, procurando ler e compreender as notas que o diretor, o auxiliar-agrônomo e o inspetor quiseram anotar. Deixando de lado a noção de falso ou verdadeiro, pois “... o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”¹³. Também entendendo que o “Livro” é repleto de significados e interesses, devendo ser analisado como um *monumento* no sentido de que todo documento é uma “montagem” que deve ser esquadrihado pelo historiador para entender a “imagem” que os agentes históricos quiseram nele representar¹⁴.

O OBSERVATÓRIO DO INTERNATO

Nas “instituições totais”, ao lado do “grande grupo de pessoas controladas” (os internos), existe uma “equipe dirigente”. Trata-se de um pequeno grupo com a finalidade de supervisionar todo tipo de atitudes, atividades e movimentação dos internos. Embora possa desempenhar outras funções na instituição, a atividade principal da “equipe dirigente” é a vigilância com a finalidade de “fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros”¹⁵. Nesse sentido, evidencia-se no Livro de Registro de Ocorrências uma verdadeira organização hierárquica na administração do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, que contava com uma “equipe dirigente” para supervisionar os internos, controlando a movimentação destes nos espaços e tempos do internato, em diversos itens de conduta, como roupa, comportamento, maneiras e na execução das atividades diárias, dando lugar a uma verdadeira “autoridade escalonada” ou “vigilância hierárquica” no cotidiano do

¹³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525.

¹⁴ *Ibid.*, p. 537.

¹⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 18.

internato. A “equipe dirigente”, o observatório do internato, tinha três postos básicos de fiscalização: o diretor, o inspetor de alunos e os guardas de alunos. Os “olhos” do diretor José Augusto de Lima¹⁶ eram o auxiliar-agrônomo Achylles Peret¹⁷, o inspetor Antonio Pereira da Silva¹⁸ e os guardas José Barbosa da Silva e João Batista Tavares.

O diretor funcionava como instância verificadora e fiscalizadora de todas as condutas dos internos e dos funcionários. Era o ponto mais alto do observatório do estabelecimento, com competência para “lançar na rua” os transgressores. O diretor era assistido por um auxiliar-agrônomo que programava as atividades dos alunos, especialmente, as tarefas agrícolas, aplicava castigos leves e médios, orientava e aconselhava os alunos sobre as condutas morais consideradas corretas e a instrução de práticas de civismo. Diariamente, o auxiliar-agrônomo lia e avaliava as “notas” lançadas pelo inspetor no “Livro de Ocorrências”, lançava as suas próprias e remetia o “Livro” para a conferência do diretor: “Sr. Diretor, os alunos foram postos sem recreio. A sua consideração”. O Diretor despachava no próprio “Livro”: “De acordo” ou determinava que o aluno “transgressor” fosse encaminhado a sua presença: “O aluno de nº 90 ao meu gabinete”¹⁹.

O inspetor e os guardas funcionavam como fiscais de comporta-

¹⁶ Pernambucano, nascido em 22 de setembro de 1893. Agrônomo do Ministério da Agricultura, formado pela Escola de Agronomia de Belo Horizonte, com longa experiência na assistência técnica, especialmente no cultivo do algodão. Tomou posse e entrou em exercício como diretor do A.A. de Sergipe em 28 de setembro de 1934. Transferido por conveniência do serviço para o A.A. do estado de Minas Gerais em 31 de agosto de 1938. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

¹⁷ Nascido em 24 de junho de 1880, engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ex-oficial militar, participou da criação do A.A., na capital do Acre, Rio Branco. Removido deste Aprendizado chegou ao A.A. Agrícola Benjamin Constant em 26 de novembro de 1942. Sua passagem pelo Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1942-1944) contribuiu para a formação de um forte padrão de disciplina, semelhante a um quartel militar. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934. ; BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

¹⁸ Nascido em 12 de fevereiro de 1892, Bahia, sem diploma. Antes de assumir o cargo de inspetor de alunos do A. A. de Sergipe em 24 de abril de 1935, era guarda do Patronato Agrícola José Bonifácio em Jaboticabal, estado de São Paulo. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

¹⁹ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

mentos e às vezes como instrutores de boa conduta. O inspetor trabalhava diretamente com os internos, verificando a disciplina e a execução das tarefas diárias programadas. Todas as atividades dos internos no espaço do edifício-internato²⁰ (dormitório, refeitório, instalações sanitárias) eram realizadas sob a supervisão do inspetor, auxiliado pelos guardas de alunos. O inspetor exercia suas funções desde o “toque de alvorada”, quando os internos acordavam, até o “toque de silêncio”, momento do recolhimento ao dormitório. Corrigia os modos (na fila, no refeitório, nas cerimônias, etc.) e imputava castigos. Durante a noite, fazia inspeções no dormitório para observar os internos e a regularidade da vigilância do guarda de plantão “O inspetor, Seu Pereira, ficava até quando tocava a corneta de silêncio. Quando tocava, ele ia pra casa. Ele morava na segunda casa da vila. Só tinha inspetor de alunos ele. Ele era quem comandava os guardas de alunos. Os guardas obedeciam a ele. Ele fazia a escala”²¹.

A função de inspetor de alunos foi exercida por Antonio Pereira da Silva (1892), que chegou à instituição em 1934 e trazia a experiência de ter trabalhado no antigo Aprendizado Agrícola de Barreiros (Bahia) e como guarda de alunos no Patronato Agrícola José de Bonifácio, em Jaboticabal, no Estado de São Paulo. Em 24 de abril de 1934, foi nomeado para o cargo de bedel do Aprendizado Agrícola de Sergipe, tomando posse em 19 de junho desse mesmo ano. Em 1937 foi promovido a inspetor de alunos e permaneceu no exercício dessa função até aproximadamente 1962 quando foi aposentado.

O inspetor era auxiliado no controle e vigilância dos internos pelos guardas de alunos. Os guardas estavam diretamente subordinados ao inspetor e este ao diretor. Eles trabalhavam em escalas de três turnos de revezamento (16h - 24h / 24h - 8h / 8h - 16h) de forma que sempre havia um de plantão: “Mudava de guarda. Entrava um quatro horas

²⁰ Um prédio antigo, remanescente do Patronato Agrícola São Maurício, e tinha como espaços específicos para o internamento o dormitório coletivo, o refeitório, a cozinha, a rouparia, o vestiário e as instalações sanitárias. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de mestrado)

²¹ LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

da tarde e saía meia noite. Outro entrava meia noite, saía oito horas da manhã”²². No período noturno, um guarda pernoitava vigiando e realizando inspeções por entre as camas do imenso dormitório coletivo. No dia seguinte, apresentava o relatório dos comportamentos ao inspetor: “durante a noite os educandos de nº 3 e 60 comportaram-se mal com palavras imorais *ambos os dois, conforme* parte que apresentou o guarda José Barbosa”²³. Também vigiavam os internos no refeitório, na execução das tarefas diárias de campo, nas saídas do estabelecimento e respondiam pela execução dos diversos “toques de corneta”. O exercício da fiscalização, por parte dos guardas, frequentemente provocava o enfrentamento com algum interno. A esse respeito é elucidativa a seguinte anotação: “Foram postos privados do recreio pelo Sr. Auxiliar Agrônomo os alunos de nº 78, e 73, o guarda de aluno Sr. Manuel Tavares queixou-se que o aluno de nº 78 encheu a boca de água e o molhou pela janela”²⁴.

REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS: CONTROLANDO O TEMPO E AS TAREFAS DIÁRIAS

A escrituração das ocorrências do internato funcionava como uma espécie de “memorial das partes”, um registro diário das atividades dos internos semelhante aos antigos “livros de notas de comportamento” recordados nos “romances de internato”: “Um livro de lembranças comprido e grosso (...) Era o nosso jornalismo. (...) O temível noticiário, redigido ao saber da justiça suspeita de professores, muita vez despidos por violentos, ignorantes, odiosos, imorais, erigia-se em censura irremissível de reputações”²⁵. No internato do A. Agrícola Benjamin Constant a decomposição do tempo era realizada em diversas atividades coletivas,

²² GREGÓRIO, José. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

²³ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 3.

²⁴ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 38.

²⁵ POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 50.

programadas e controladas, procurando criar um “tempo útil”²⁶. No cotidiano do Aprendizado os horários eram regrados e indicados aos internos pelos diversos toques de cornetas.

Relação dos principais toques de corneta e os respectivos horários e atividades sinalizadas

OS TOQUES DE CORNETA		
TIPOS DE TOQUES	HORÁRIO	ATIVIDADE SINALIZADA
Toque de Alvorada	5h	Despertar
Toques de Rancho	6h30	Café
	11h30	Almoço
	17h30	Jantar
Toque de Revista	20h30	Fiscalização para entrar no dormitório
Toque de Silêncio	21h	Recolhimento ao dormitório (regra do silêncio)
Toque de Formatura	diversos	Disposição em coluna para Educação Física, instrução de ordem unida, desfile, entre outras.

Fonte: BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

O inspetor e os guardas constantemente agiam anulando as atividades fora da programação e que poderiam distrair ou perturbar a rotina do internato. Às cinco horas²⁷, não mais do que cinco e meia, o guarda fazia soar na corneta²⁸, o “toque de alvorada” indicando aos internos o início de mais um dia de trabalho e estudo. Os internos acordavam ou eram acordados, arrumavam suas respectivas camas e, ordenados em filas, realizavam o asseio corporal, que consistia em escovar os dentes, tomar banho, vestir a farda, e calçar os pés. Asseados e fardados, seguiam para o refeitório onde tomavam a primeira refeição do dia. Após o café, começavam os trabalhos de campo ou os estudos, a depender da escala. Depois disso, havia uma pausa para o almoço e seguiam a

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003.

²⁷ O *horário*, como controle da atividade, é uma antiga herança das comunidades monásticas que se difundiu também aos colégios. Está ligado a “(...) três grandes processos – estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição (...)”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p.127.

²⁸ Nos internatos salesianos os internos eram despertados de diversas formas: com o convite a uma prece, batendo palmas, tocando um sininho ou gritando em voz alta: *Benedicamos Domino* (Bendigamos ao Senhor) e os alunos respondiam: *Deo gratia* (Graças a Deus). SANTOS, Manoel Isáú Souza Ponciano. *Luz e Sombras*: internatos no Brasil. São Paulo: Salesianas, 2000, p. 285.

programação do período da tarde. Ao entardecer, realizavam novo asseio corporal, jantavam, iniciavam a “banca” e finalmente recolhiam-se ao dormitório. No dia seguinte eles continuavam a rotina das escalas de trabalho: “Ordem de serviço é o inspetor designar a escala. Gritava: ferraria, marcenaria, carpintaria, selaria, dormitório. Aí é onde entra o serviço da limpeza geral. (...) E tinha o campo (...) Pegava a caneta, uma enxada, pá, pá. Vai um grupo de 10 ou mais, pegava o guarda, ía pro campo capinar qualquer coisa por lá (...)”²⁹.

As atividades seguiam por todo o dia até o guarda de plantão, ou um interno instruído para tal, fazer soar na corneta o “toque de revista”, às vinte horas ou vinte horas e trinta minutos, anunciando o momento em que o inspetor iniciava a fiscalização do recolhimento dos internos ao dormitório, conferindo a presença de cada um. Os internos formados em filas no grande pátio interno do prédio central, na frente do dormitório, eram inspecionados pelo guarda e pelos alunos-monitores, e todos supervisionados pelo inspetor. A revista consistia no toque por cima da roupa, examinando volumes nos bolsos ou em outras partes, impedindo que os internos levassem para o dormitório qualquer tipo de objeto. Ao “toque de revista” seguia-se o “toque de silêncio” indicando a regra de silêncio no dormitório³⁰ e a proibição de saídas.

As práticas de higiene, além do asseio corporal pela manhã que consistia em lavar as mãos e o rosto, vestir a farda e calçar os pés, tinha o banho à tarde, o tratamento e prevenção de moléstias (consulta com o médico e o dentista) e as faxinas diárias nos ambientes do internato. O banho coletivo ocorria, geralmente, no final da tarde nos banheiros, ou pela manhã depois da prática dos exercícios físicos e militares. Na prática do banho os alunos eram vigiados pelo Inspetor. Separados em grupos e em silêncio se banhavam nos banheiros providos de água encanada e chuveiros. Mas, devido a constante falta de energia elétrica que impossibilitava o bombeamento da água, o banho ficava prejudicado

²⁹ SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

³⁰ O dormitório era um vasto salão com 100 camas enfileiradas em três colunas, com em média 5 metros quadrados por interno, duas portas (saída e entrada) e 10 janelas grandes. BRASIL-EAFSC. Colégio Agrícola Benjamin Constant. *Planta baixa do prédio central*. São Cristóvão, 1975.

como costumava notificar o auxiliar-agrônomo ao diretor: “... falta d’água e luz, o que muito prejudica não só a higiene e fiscalização noturna. Os alunos há dois dias que não se banham. A vossa consideração”³¹. Diante dessa situação, o inspetor levava os internos para se banharem no rio Poxim que cortava as terras da escola e ficava a uma pequena distância do edifício-internato: “Eu vou lhe dizer uma coisa aqui. Talvez eles não *disseram*. Quando não tinha água a gente ia tomar banho no rio. O inspetor formava em grupo, fila indiana, ia tomar banho no rio. Nois tomava o nosso banho lá e pronto, vinha pro café”³².

As lições de civismo³³ compreendiam o hasteamento e descerramento da bandeira, palestra sobre moralidade e patriotismo. Em datas cívicas, comemorativas e por ocasião da visita de autoridades³⁴, a bandeira era hasteada e descerrada na presença de todos os internos formados e cantando o hino nacional, acompanhados pela banda de corneteiros e de tambores. Também existiam aulas de cantos cívicos, e a instrução de escoteiro: “As 15 horas reuniram-se os alunos sobre a Chefia do sr. Auxiliar Agrônomo para organização do traje escoteiro Benjamin Constant seu patrono”³⁵. Juntavam-se a essas atividades as práticas de recreação, ou seja, os jogos, os passeios, a distribuição de doces nos dias de festa, a folga dos trabalhos durante os domingos e feriados, a permissão para tomar banho de rio: “Domingo passaram os educandos com folga, sem alteração (...) 8 horas banho no rio (...)”³⁶. A

³¹ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 7 (verso).

³² SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

³³ As lições sobre moral e civismo nas escolas brasileiras a partir de 1925 representavam uma confiança no papel moralizador da escola e, sobretudo inculcir o nacionalismo na juventude brasileira. HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

³⁴ No dia 10 de outubro de 1942 o Aprendizado recebeu a visita do Ministro da Agricultura, o engenheiro agrônomo Apolônio Jorge de Farias Salles e do Interventor Federal no Estado Augusto Mainard. BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl.15.

³⁵ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl.15.

³⁶ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 29.

educação física era ministrada pelo professor José de Souza Sobrinho³⁷ e ocorriam duas vezes por semana, logo após o “toque de alvorada”. Os exercícios militares também foram ministrados no Aprendizado, sob as instruções do sargento José Alves da Força Policial do Estado de Sergipe³⁸, mas não ocorreu o manejo de armas nem a formação de um “batalhão infantil”³⁹.

As aulas normais ocorriam durante o dia e aulas de música (*ensaio de música ou canções*) e a banca no período da noite, após o jantar: “... houve banca e aula de música das 18 horas e meia as 20 horas e meia...”⁴⁰. Outra atividade importante era a instrução de banda de música formada pela banda de cornetas e de tambores.

A distribuição dos trabalhos, de acordo com a escala elaborada e aprovada pelo auxiliar-agrônomo, dividia-se em tarefas agrícolas, manejo de trabalhos de ferro, couro, madeira, e as faxinas gerais no edifício-internato: “Sr. Diretor foram distribuídas as faxinas em geral, foram distribuídos os trabalhos de acordo com a escala aprovada”⁴¹. A folga, aos domingos, liberava os internos das atividades de campo, mas continuavam com o dever de participar do hasteamento e desceramento da bandeira, e das faxinas gerais que ocorria como nos horários de costume.

O incentivo dado ao trabalho dos internos no Aprendizado A. Benjamin Constant não tinha “a significação estrutural que tem no mundo externo. Haverá diferentes motivos para o trabalho e diferentes

³⁷ Nascido em 24 de agosto de 1914, Campina Grande, Paraíba. Formado pelo Centro Regional de Educação Física de Pernambuco. Serviu no Exército Brasileiro e na Força Policial do Estado de Sergipe com a patente de 3º Sargento. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

³⁸ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 17.

³⁹ Os exercícios militares nos grupos escolares de São Paulo geraram a formação dos batalhões infantis, que utilizavam um aparato condizente com o ritual cívico a que se prestavam: além do fardamento, espingardas de madeira, cinturões, baionetas, tambores e cornetas. SOUZA, Rosa de Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 108.

⁴⁰ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 20 (verso).

⁴¹ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 20 (verso).

atitudes com relação a ele”⁴². Assim, o trabalho dos internos poderia ser induzido pela nota ou pela ameaça de castigo. Os internos reagiam de maneiras diferentes: uns demonstravam garra e adaptação e outros “tapeavam”, “matavam o trabalho” e até fugiam do local das tarefas.

REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS: PRÁTICAS DE TRANSGRESSÃO (OS DESVIOS)

Diante do regime de horários, tarefas regradas e, talvez, pela própria idade imatura e costumes trazidos de casa, os internos iam transgredindo da forma que podiam, diante das imposições dos fiscais. Nem todos se enquadravam na “fôrma” da instituição. O quadro que se segue exemplifica comportamentos ou práticas dos internos que recebiam a dimensão de desvio, fazendo-os sofrer uma sanção disciplinar.

Os comportamentos desviantes provocavam uma “sanção normalizadora” que qualificava e reprimia uma série de comportamentos indiferentes (micropenalidade ou infrapenalidade) para o ordenamento jurídico, mas tais desvios eram puníveis no *microcosmo* do internato. Dessa maneira, fazia parte da penalidade disciplinar do internato “(...) a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme: o soldado comete uma ‘falta’ cada vez que não atinge o nível requerido; a ‘falta do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir suas tarefas”⁴³. Assim, configura-se a disciplina do internato como “uma anatomia política do detalhe”, ensejando uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade.

Na “micropenalidade do tempo”, eram puníveis os atrasos, as ausências e as interrupções das tarefas (não regressar ao estabelecimento findo o prazo da licença ou gozo de férias, a ausência ou mau comportamento na “forma”, entre outros). Comumente, alguns internos burlavam

⁴² GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 21.

⁴³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.149.

os horários fugindo das tarefas programadas ou se atrasavam para o início de uma atividade. Assim, eram comuns as ausências ou as interrupções dos trabalhos de campo ou o abandono deste para dedicar-se a uma atividade fora da programação. A idade imatura, aliada a todas as potencialidades do lugar do internato – rio, mata –, instigava os internos a continuar uma vida tal como estavam acostumados, “soltos” em seus lugares de origem: “O guarda de alunos, Sr. José Loureiro, ao tocar as 12h30 a faxina, os educandos de nº 24, 68, 37, 21, 72, 5, 22, 63, 32, 97, 76, 4, 94, 59, 05, 55 e 95 não obedeceram, ficando no rio, tendo o citado guarda levado ao conhecimento do Sr. Auxiliar Agrônomo, recebi ordem para mencionar em parte”⁴⁴.

Entretanto, no “Aprendizado tinha ordem, e ordem”⁴⁵. Dessa forma, a admissão no “mundo do internato” causava um “sofrimento” provocado pela prematura ruptura das brincadeiras típicas da “meninice” rural. A vida no internato era o oposto da liberdade do mundo rural. A mudança causava uma nostalgia da vida “solta” do lugar de origem, situação ilustrada pela escrita de José Lins do Rego, em suas recordações de menino interno, na primeira metade do século XX:

A liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Preso como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições (...) E aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade de Santa Rosa me invadiu a alma inteira. O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo me parecia perdido, muito longe, de um mundo a que não podia mais voltar. E comecei a chorar mordendo os travessieiros. Mas o choro era daqueles que violam o silêncio, e cortei os soluços na garganta.⁴⁶

⁴⁴ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 42.

⁴⁵ SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

⁴⁶ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 7.

No caso em estudo, o contraste não se dava entre o mundo rural e urbano. O internato também era rural, mas caracterizado por um fechamento e uma disciplina severa. O lugar do internato até lembrava o cenário de casa, mas só poderia ser experimentado sob vigilância e controle. Nem todos se conformavam; uns fugiam, outros tentavam sem sucesso reproduzir a vida de liberdade.

Também a *micropenalidade da atividade* (desatenção, negligência, falta de zelo) eram puníveis, com os seguintes exemplos: não responder ao “toque de alvorada” (continuando deitados), não cumprir a escala da faxina, desatenção “na instrução de ordem unida”, negligência ou não respeitar o “toque de silêncio”, não saber a lição, falta de zelo (como quebrar lâmpadas da bomba, quebrar a chave do “gabinete de física”, dar fim ao tamanco por gostar de andar descalço)⁴⁷.

Ou a *micropenalidade da maneira de ser* (grosseria, desobediência) como: a “má conduta” no dormitório, desobedecer às ordens do guarda, (“faltou atenção ao guarda com palavras imorais”), ato desrespeitoso ao guarda (“encher a boca de água e molhar o guarda pela janela”)⁴⁸.

Ainda, a *micropenalidade dos discursos*, (tagarelice, insolência), como nos seguintes exemplos: ir para cozinha pedir comida, proferir palavras imorais e injuriosas a moral da mãe do colega, proferir palavras obscenas na presença do guarda⁴⁹.

De outro modo, a *micropenalidade do corpo* (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira) algumas assim especificadas: briga entre colegas, tomar o colchão do colega, forçar a porta do dormitório, urinar na cama (uma constante reclamação) ou até no chão do dormitório: “O guarda Sr. Nelson apresentou queixa ao Sr. Auxiliar Agrônomo que encontrou o educando de nº 37 urinando dentro do dormitório, entre uma cama e outra (...)”⁵⁰, saltar a janela, “anarquizar” no recreio,

⁴⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

⁴⁸ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

⁴⁹ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

⁵⁰ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 74 (verso).

ficar pendurado na janela da cozinha, andar descalço, entrar no banho antes da hora, mau comportamento na hora de formar ou na fila do refeitório, agredir fisicamente o colega (esbofetear ou jogar comida na face do colega).

Enfim, a *micropenalidade da sexualidade* (imodéstia, indecência) com essas seguintes anotações: “O aluno __ tem se revelado um péssimo elemento além de ser imoral e atrevido”; “O aluno nº __ queixou-se do seu colega de nº __ que estava querendo o levar para perdição”; “Sr. Diretor ouvir o aluno nº __ que informa que seu colega __ pegou-o e apalpou as suas nádegas mediante ainda os seus protestos”⁵¹; entre outras.

A “má conduta” no dormitório ocorria com frequência, sendo este um espaço privilegiado para transgredir, embora iluminado e vigiado durante todo o período noturno. A constante reclamação do auxiliar-agrônomo com relação a falta de energia era justamente pelos problemas de disciplina que o imenso dormitório, com mais de cem camas, mal iluminado, ou apenas iluminado por velas, proporcionava, um vez que dificultava a vigilância⁵² e facilitava a “má conduta” dos internos: “O encostado a este estabelecimento de nº ___ aproveitando a má iluminação devido faltar energia foi forçar o seu colega de nº __, tendo o mesmo ___ corrido para sua cama. (...) Sr. Diretor. Consta da parte hoje o fato de o aluno ___ ter ido para cama de um colega, com intenções imorais, aproveitando a falta de luz”⁵³.

Relatados os desvios, logo em sequência, as anotações das principais sanções disciplinares aplicadas. O sistema de vigilância, regramento de horários e locais permitidos, facilitava a identificação e punição dos transgressores. O que aos olhos dos encarregados (auxiliar-agrônomo, inspetor e guardas) escapava, restava o sempre presente aluno “vigilante” exercendo a prática da delação: “Nada ficou provado quanto

⁵¹ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fls. 24 (verso), 46 e 46 (verso).

⁵² “Sr Diretor. Continua o Estabelecimento sem luz, conseqüentemente, sem água, sem estudo a noite e sem vigilância eficiente (...)”. BRASIL-EAFSC. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 78 (verso).

⁵³ BRASIL-EAFSC. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 26 (verso).

ao aluno de nº88 em que seu colega de nº 27 ter dito que o mesmo urinou na pilastra”⁵⁴.

REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS: AS SANÇÕES DISCIPLINARES NORMALIZADORAS

Um aspecto da cultura do internato é o seu “sistema de privilégios”⁵⁵, ou ausências de privações. O primeiro elemento desse sistema são as “regras da casa”, um conjunto de prescrições e proibições que indicavam as condutas corretas e criavam uma difícil rotina diária para os internos. As “regras do internato” caracterizavam-se por obrigar a fazer ou executar determinadas tarefas de trabalho e estudo. Como visto, a “regra” era a realização de trabalhos subalternos (faxinas), tarefas agropecuárias, de oficinas e os estudos (aulas e “banca”). Ser um interno correto era seguir a rotina das escalas sem se desviar do rígido sistema de controle do espaço e do tempo. Por outro lado, contrastando com esse ambiente rígido, circulavam algumas modalidades de prêmios ou privilégios, que podiam ser obtidos em troca de obediência aos ditames da instituição. Eram as recompensas como uma folga do trabalho, um passeio, uma permissão de saída, entre outras. O terceiro elemento da cultura do internato são os castigos disciplinares definidos como consequências de desvios das regras. No sistema disciplinar do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, funcionou um “pequeno mecanismo penal”, no qual os desvios (infrapenais) eram sancionados, objetivando a redução do campo do “não-conforme”. Também circulavam as recompensas que, junto com os castigos, formavam uma “micro-economia dos privilégios e dos castigos”⁵⁶.

Ao se referirem a determinados internos, nas notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências”, com os termos: “indisciplinado”,

⁵⁴ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 20.

⁵⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

“malandro”, “preguiçoso”, “mau elemento”, “perigoso elemento”, “fujão”, “péssimo” e “atrevido elemento”, os fiscais procuravam classificar e avaliar os internos em “bons” e “maus” indivíduos, pois as operações da arte de punir do regime disciplinar funcionam comparando, diferenciando, hierarquizando, homogeneizando e excluindo. O objetivo da punição disciplinar é “normalizar” o indivíduo. Assim, fez parte da “arte de punir” da instituição um conjunto de processos: repreensão verbal, castigos físicos e morais, privação da liberdade, desligamento, privações, suspensões, obrigação de executar alguma tarefa – como uma lição suplementar ou dobrada no domingo, ajudar a costurar roupas, cumprir uma escala extra de trabalho, etc., não necessariamente nessa ordem.

A repreensão verbal foi muito utilizada pelos guardas, inspetor e diretor. Fez parte da cultura da instituição, convocar ao gabinete do diretor o interno que cometesse um deslize. Algumas vezes o diretor deixava escrita no “Livro de Ocorrências” a temida convocação: “Os alunos que saíram sem ordem venham ao gabinete do Diretor”; ou o auxiliar-agrônomo tratava de repreender e aconselhar o interno que havia praticado uma transgressão: (...) Os alunos de n.ºs 98, 47, 70 e 95 não obedeceram às ordens do guarda quando os mesmos estavam no campo, a queixa foi dada pelo guarda João Tavares, o aluno de n.º 8 fugiu do trabalho e foi encontrado sentado na janela da aula do 2º ano (...) Sr. Diretor foram chamados os alunos constantes desta parte e foram repreendidos e aconselhados⁵⁷.

O castigo moral de “envergonhar” através de práticas vexatórias de expor o aluno desobediente perante os colegas foi muito utilizado, especialmente para inibir os alunos menores da prática de urinar na cama. A medida punitiva para os “mijões”, como dizia o inspetor, era colocar o colchão e as roupas de cama no pátio do edifício-internato para secar na presença dos colegas: “Eles urinavam à noite, quando era bem cedo tinham que colocar o colchão no pátio. Então seu Pereira mandava o estudante, na hora que o internato tava formado para entrar pra o refeitório, colocar o colchão dele fora pra pegar o sol junto

⁵⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 9.

com a roupa molhada. No meio de todo mundo que era pra ver se ele deixava aquilo”⁵⁸.

Gilberto Freyre relata o emprego do medo para inibir a criação da “tendência de mijar na cama” e outras práticas “sádicas” enraizadas na cultura brasileira para “amadurecer” os meninos à força⁵⁹. Muitas delas povoaram os internatos dos padres, da segunda metade do século XIX, e continuaram bem vivas no decorrer do século XX. A família e o colégio-internato acreditavam no uso do medo para aligeirar a maturidade dos meninos.

Além de serem submetidos à prática de “envergonhar”, os internos que urinavam na cama eram punidos com privação do recreio, dormir na esteira e ficavam obrigados a lavar as roupas de cama: “Os alunos *mijões* continuam lavando a roupa de cama e ficando sem recreio na forma regulamentar”⁶⁰; uma constante repetição de atos, pois o “castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente *corretivo*. (...) os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício – aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido”⁶¹.

A privação de recreio de um a cinco dias foi um castigo muito utilizado: “Sr. Diretor: Consta da presente ocorrência uma relação de alunos que tinham em seu poder objetos cortantes em uma revista determinada por esta ajudância e por isto estão sem recreio por dois dias”⁶². Para o cumprimento deste castigo, geralmente, ficava o aluno na portaria sob a vigilância do guarda ou trancado no dormitório. Outros castigos anotados: não folgar no domingo para ficar estudando (lição suplementar, ou dobrada), a repreensão verbal aplicada isoladamente ou acompanhada da obrigação de pedir desculpas ao colega, ou ao guarda, cumprir uma tarefa extra como costurar roupas.

⁵⁸ GREGÓRIO, José. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

⁶⁰ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 2.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.150.

⁶² BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 7.

A privação da liberdade, através do isolamento no dormitório, igualmente foi utilizada com o propósito de isolar o “mau elemento” do contato com os outros internos, para evitar que ele concorresse para a má conduta dos colegas. A restrição da liberdade nos internatos foi uma prática antiga. Na França, a prisão para os colegiais internos, denominada alcova, calabouço ou cela, só foi suprimida na segunda metade do século XIX⁶³. Nos colégios-internatos brasileiros existiram espaços específicos para o cumprimento da privação de liberdade, como a “trevesa cafua” (“asilo das trevas e do soluço, sanção das culpas enormes”⁶⁴), um quarto escuro de isolamento ou ficar trancado num quarto sentado em um tamborete: “Era o pior castigo do colégio: ficar isolado num quarto, sentado num tamborete, sem fazer nada. Passar horas e horas sem uma palavra, com a boca seca ouvindo lá por fora o rumor da conversa dos outros (...) Agora, no quarto de castigo, tinha que procurar os recursos da imaginação para povoar o meu isolamento”⁶⁵.

O desligamento do estabelecimento, aplicado aos internos reincidentes em mau comportamento também foi aplicado. Informado de um desvio grave despachava o diretor: “Se reincidir, desligue-se”⁶⁶. Na condição de pobres, alguns órfãos, a maioria analfabeta, a permanência no Aprendizado podia representar a única possibilidade de estudos, trabalho, moradia, alimentação e uma ocupação futura, até mesmo na própria instituição. De fato o desligamento sinalizava para todos um mal a ser evitado. Mesmo assim não deixou de ocorrer. Sua aplicação ficou anotada. Aplicada a um aluno de “conduta imoral e fujão do trabalho”: “Sr. Diretor. Consta de parte hoje o fato do aluno __ ter ido a cama de um colega, com intenções imorais aproveitando a falta de luz. De forma particularmente o Sr. Inspetor de alunos (__) a má conduta deste

⁶³ CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁴ POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

⁶⁵ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 34.

⁶⁶ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 44.

candidato que além de pouca moral é também fujão de serviço e mau colega para os alunos menores. A sua consideração.”⁶⁷ O diretor diante desta ocorrência decidiu pelo desligamento do aluno, providenciando “carta de desligamento” para os pais ou responsáveis⁶⁸. O desligamento, se por um lado podia representar o fracasso do poder corretivo do internamento, por outro significava que: “o campo moral devia ser saneado, afastando-se inexoravelmente os elementos perigosos, escandalosos e incorrigíveis. Para eles não havia consideração”⁶⁹.

Os castigos físicos não são citados nos relatos de ocorrências, mas os “bolos de palmatória” foram empregados. Também não se sabe que outras medidas tomou o diretor quando, diante de um relato de desobediência, despachava: “Os alunos que saíram sem ordem venham ao gabinete do Diretor”⁷⁰. Na verdade, “lá dentro”, no edifício-internato, na parte privativa do internato sob o comando do diretor, do inspetor e dos guardas, os castigos físicos tiveram sua fase de utilização: “A palmatória era no tempo de Dr. José Augusto de Lima. Eu não alcancei a palmatória. E esses bolos, quem dava era o diretor. Quando o estudante merecia”⁷¹.

O sistema de castigos era defendido pela “equipe dirigente” em razão dos objetivos oficiais da instituição, ou seja, a reforma (física, moral e intelectual) dos internos, na direção de um modelo ideal. Todavia, o sistema de punições, tendo em vista procurar criar sujeitos “comportados”, conformados com as regras de funcionamento do internato, alimentava um campo de resistência cotidiana. Os internos encontravam diferentes formas (“embrulhadas”) para burlar o regime disciplinar a que estavam submetidos.

⁶⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fls. 26 (verso) e 27.

⁶⁸ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Correspondência expedida pelo Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*, São Cristóvão, 1939.

⁶⁹ SILVA, Antenor de Andrade. *Os salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 – 1970*. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000, p.208.

⁷⁰ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 46.

⁷¹ LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

NOTAS FINAIS: O “TEMÍVEL NOTICIÁRIO”

O “Livro” funcionou como um “temível noticiário”, pois fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nas notas, sobressai o *poder disciplinador* e de conformação moral da “pedagogia de internar” no âmbito do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant.

O *olhar hierárquico* do Aprendizado contou com muitos observatórios da conduta dos internos, com um pessoal *especializado* e sempre presente para esta finalidade. Os guardas, apresentando o relatório de tudo o que vigiavam (ou não) entregando os transgressores à punição. O inspetor, anotando em detalhes os fatos que presenciava ou o que lhe era relatado pelos guardas. O auxiliar-agrônomo anotando, verificando as anotações do inspetor e aplicando os castigos de sua competência. O diretor, destinatário de todas as notas, com seus despachos rápidos, funcionava como instância verificadora e fiscalizadora de todas as condutas dos internos e dos funcionários. Era o ponto mais alto do observatório do Aprendizado, com competência para “lançar na rua” os transgressores.

A *sanção normalizadora* do Aprendizado se caracterizou por uma micropenalidade (“relativa indiferença do desvio”) *do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade*. Qualificou e reprimiu condutas consideradas incorretas e todas as inaptidões para cumprir uma tarefa determinada. Procurou reduzir ou eliminar os desvios e os desviantes.

O “Livro”, através de seus “registros intensos” de ocorrências detalhadas e minuciosas, pode ser entendido como um “exame”. Procedimento do *poder disciplinador* que, ao colocar as individualidades dos internos em um campo documentário de vigilância, adjetivou as condutas (corretas ou os desvios), classificou, comparou e diferenciou, hierarquizou as capacidades, homogeneizando as condutas e procurando excluir as “anormalidades”. Permitiu pelo registro da transgressão a punição, o castigo corretivo e exemplar. Enfim, o “Livro de Registro de Ocorrências” do Aprendizado Agrícola Benjamin

Constant é um documento do internato. Fonte raríssima sobre práticas do internamento escolar.

FONTES E REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Astolfo Ribeiro Pinto. *Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste*. Fortaleza, 1989.

BRASIL. Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1934b. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.029, de 06 de janeiro de 1939. Dá novas denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1939. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro das Impressões dos Visitantes*. São Cristóvão, 1935.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

BRASIL-EAFSC. Colégio Agrícola Benjamin Constant. *Planta baixa do prédio central*. São Cristóvão, 1975.

CARON, Jean-Cloude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de mestrado)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GREGÓRIO, José. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. São Cristóvão: UFS, 2006. (Dissertação)

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

SILVA, Antenor de Andrade. *Os salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 – 1970*. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. *Luz e Sombras: internatos no Brasil*. São Paulo: Salesianas, 2000.

SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

SERGIPE. Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. *Instruções e Formalidades para a Matrícula de Menores nos Aprendizados Agrícolas*. Aracaju/Juizado da Infância e da Juventude, 1938.

SOUZA, Rosa de Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

Artigo recebido em maio de 2011. Aprovado em julho de 2011.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011



JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA: história e memória docente em Sergipe

JOSÉ CALASANS BRANDÃO
DA SILVA: memory and history
teaching in Sergipe

Silvânia Santana Costa*

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas**

RESUMO

Os estudos no campo da História da Educação foram gradualmente se expandindo e inserindo em suas temáticas diversos objetos que antes não eram foco de análise dos historiadores da educação. Em Sergipe, percebemos o crescimento das pesquisas na área com as produções do NPGED, inicialmente com as contribuições do mestrado e ainda em fase de andamento, com o doutorado. Entre o leque de temáticas pesquisadas está a trajetória de docentes. Nesse contexto, o presente estudo destaca o professor José Calasans Brandão da Silva que atuou como docente em instituições de ensino sergipanas e em outras instituições de 1937 a 1947. Ao estudar a trajetória do indivíduo é fundamental visualizá-lo dentro do espaço de atuação, pois suas atitudes não são isoladas do modo de ser, pensar e agir.

Palavras-chave: História da Educação; intelectual; memória.

ABSTRACT

Studies in the field of history of education were gradually expanding and entering in its various thematic objects that before were not the focus of analysis of historians of education. In Sergipe, realize the growth of research in the area with NPGED productions, initially with the contributions of the master and still under progress, with a doctorate. Among the range of subjects surveyed is the trajectory of teachers. In this context, this study highlights the professor José Calasans Brandão da Silva who acted as teachers in educational institutions and other institutions Sergipe one from 1937 to 1947. By studying the trajectory of the individual is fundamental view it within the space of performance because their attitudes are not isolated from the way of being, thinking and acting.

Keywords: History of Education; intellectual; memory.

* Coordenadora de Estágio dos cursos a distância da Universidade Tiradentes (UNIT/NEAD). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialização em Magistério Superior pela Universidade Tiradentes (UNIT). É Membro do grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares (UFS). E também do GET (Grupo de Estudos do Tempo Presente). Mestranda em Educação no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Este estudo faz parte da minha Dissertação de Mestrado em andamento sob a orientação da Profa. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas E-mail: silandsan@gmail.com

** Professora doutora do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS). E-mail: anagbueno@uol.com.br

Os estudos no campo da História da Educação estavam voltados aos grandes pensadores, à legislação educacional, aos aspectos institucionais do ambiente escolar, esses vistos exclusivamente pela análise dos documentos oficiais, os únicos capazes de fornecer ao historiador da educação uma fonte confiável para a reconstrução histórica do passado educacional. Esse panorama transforma-se a partir de duas tendências historiográficas: o Marxismo e a Nova História, contribuindo para outros focos de interpretação e conseqüentemente para a expansão dos objetos e fontes direcionadas para reconstruir o passado histórico.

Foi, portanto, a perspectiva da Nova História que permitiu aos historiadores da Educação a possibilidade de análise de vários objetos, do uso de fontes variadas e das diversas abordagens¹. Para Burke,² “a acolhida dos *Annales* nunca se confinou às fronteiras da história”. Essa concepção possibilitou a abertura de uma série de fontes proporcionando outros métodos e temáticas para análise. Introduziu aspectos abrangentes que envolveram não só a história socioeconômica.

O autor nos auxilia a compreender a contribuição para novas abordagens e métodos na historiografia a partir da criação da revista dos *Annales*, com o intuito de inserir uma nova abordagem historiográfica que promovesse a interdisciplinaridade entre as ciências e contribuísse para o desenvolvimento e renovação da História. Os *Annales* não foram um produto apenas de alguns membros como Lucien Febvre, March Bloch, Fernand Braudel e sim de um conjunto de escritos de intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento e sucesso do movimento. Eles transformaram e se apropriaram de conceitos da Geografia, da Sociologia, da Antropologia e de outras ciências para uma nova forma de escrita da História. Como Burke³, também Cardoso⁴ elucida que:

¹ LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Coleção: O que você precisa saber sobre, Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 38-39.

² BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 117.

³ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 18ª tiragem, Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

acredito que a incorporação pela história de objetos tais como a sexualidade, o corpo, o amor, entre outros, pode representar o aprofundamento de reflexões bastante significativas em torno, por exemplo, da vida cotidiana, vista como palco privilegiado da diversidade das vivências e idéias, dos fatos culturais e, portanto, das tensões e conflitos considerados em sua dimensão microscópica e que expressam não apenas continuidades e permanências, mas também as pequenas grandes mudanças operadas de forma quase invisível no dia-a-dia de personagens de carne e osso⁵.

São esses “personagens de carne e osso” ocupantes de posições privilegiadas ou despossuídos de prestígios que estão inseridos no contexto da dinâmica histórica merecendo atenção, pois constituem elementos indispensáveis para a construção da narrativa da história sob outro viés. A ampliação de fontes permite que os sujeitos antes marginalizados pela história despertem os interesses dos pesquisadores da educação.

Assim, sob a influência da perspectiva historiográfica da Nova História, outros objetos foram incorporados aos estudos no campo da educação. Ampliou-se o conceito de documento histórico; substituiu a História fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc⁶.

Para os estudos da educação no Brasil, é necessário verificar a extensão das correntes historiográficas na narrativa da História da Educação, existentes desde o século XIX, mas que não se constituíam em um campo de pesquisa consolidado. E também, visualizar como a pesquisa na área da educação foi se firmando nas regiões brasileiras, principalmente no Nordeste e em Sergipe.

No século XIX existia produção sobre a educação no Brasil com obras encomendadas pelo governo. A produção de José Ricardo Pires

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 18ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 311.

⁶ LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. (Coleção o Homem e a História), 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 28.

de Almeida, *L'Instruction publique au Brésil: histoire et legislation (1500-1889)* é considerada “o primeiro livro voltado exclusivamente para a narração da história da educação brasileira”⁷. Publicado em francês em 1889 e traduzido para o português apenas em 1989, esse livro foi referência para diversos autores no século XX, tais como: Júlio Afrânio Peixoto; Primitivo Moacir; Fernando de Azevedo; Theobaldo Miranda dos Santos. Em sua escrita, Pires de Almeida enfatizava como fato primordial para a instituição da educação no Brasil a chegada de D. João VI, destacando o Império, demonstrando quantitativamente a população livre e os conflitos com a Argentina.

Seguindo os parâmetros historiográficos do momento, os pesquisadores utilizavam o método de análise positivista. Para dar veracidade às informações empregavam a abordagem quantitativa representando os dados coletados por meio da estatística. Era também priorizado o arrolamento de documentos oficiais, relatórios e leis criadas pelo Estado.

Nessa perspectiva historiográfica, os feitos dos homens considerados grandiosos eram exaltados e destacados: reis, imperadores, presidentes, entre outros tantos personagens que tiveram lugar privilegiado e foram analisados como únicos construtores dos rumos da História. Essa narrativa era a utilizada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que buscavam a construção de uma identidade para o Brasil, buscando-se excluir os índios e os negros por não serem portadores da tarefa civilizatória, como foram os portugueses.

As escritas historiográficas após a implantação da República seguiram a mesma diretriz, agora se voltando para o caráter republicano do fazer histórico. Primitivo Moacir⁸ foi considerado por Afrânio

⁷ Os autores dividem em três vertentes para o estudo da História da Educação. Primeira vertente: a História da Educação e o Instituto Histórico e Geográfico; segunda vertente: a História da Educação e as Escolas Normais; terceira vertente: a História da Educação e a escrita acadêmica. Mas, chamam a atenção para o fato de que essa classificação constitui um olhar dos próprios autores, podendo ser interpretada de outras formas por outros pesquisadores. VIDAL, Diana Gonçalves; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 78.

⁸ *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil (1823-1853)* foi publicado o primeiro volume em 1936. Consistiu em 15 volumes que foram publicados até 1942. Ver VIDAL, Diana Gonçalves; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 82.

Peixoto como o marco de novas pesquisas em educação por livrar-se da tradição repetitiva, comentarista e da ilusão interpretativa das narrativas anteriores.

Um dos diferenciais para a História da Educação foi a publicação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) dos volumes correspondentes a obra *Instrução e República* e também da elaboração dos *Subsídios para a história da educação brasileira*. O intuito era organizar, reunir e disponibilizar os documentos sobre a educação do país. Outro fato fundamental para o avanço nos estudos acerca da educação foi a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) veiculado ao INEP e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e coligados aos estados emergiram os Centros Regionais.

Com a criação da disciplina História da Educação na Escola Normal e nos cursos superiores, embora estivesse ligada à Filosofia da Educação, verifica-se que os escritos sobre educação se fizeram presentes também nos manuais elaborados e utilizados pelos docentes.

No âmbito universitário, a obra, *A cultura brasileira* de Fernando de Azevedo foi bastante difundida. Para Brandão⁹ ela consagrava a atuação pessoal como personagem importante “no campo educacional, como também a importância desse campo na construção da cultura brasileira.” Os estudos tinham como características marcantes a descrição das experiências educacionais dos autores, “a evolução da educação no Brasil, ao fim do volume, e a manifesta adesão aos princípios da Escola Nova, tomada como ponto final da trajetória”¹⁰. Afirma Fernando de Azevedo ao se referir aos escritores anteriores que

todas as gerações que nos precederam, como a primeira geração nascida na República, foram vítimas desses vícios orgânicos de nosso “aparelhamento de cultura” [...] para a

⁹ BRANDÃO, Zaia. *A intelligentsia educacional: Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN – CDAPH, Editora da Universidade São Francisco, 1999, p. 26.

¹⁰ BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001, p. 14.

qual a educação não passava de um tema de variações líricas ou dissertações eruditas¹¹.

Desta forma, seja antes ou posterior a Azevedo, os trabalhos sobre a História da Educação vão assumindo dimensões maiores. Na Universidade de São Paulo, com a Faculdade de Filosofia Ciência e Letras (FFCL), com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) e com a Faculdade de Educação, os estudos avançaram, a partir de grupos de pesquisadores liderados por Ramos de Carvalho que “organizou e dirigiu aquele que é considerado o primeiro projeto acadêmico de escrita da história da educação brasileira”¹².

Nessa mesma perspectiva de ampliação e consolidação do campo dos estudos da educação a partir da criação das universidades e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, esses, a partir de 1965,

as atividades de pesquisa consolidaram-se com a criação da Universidade de São Paulo, na década de 30 do século XX, recebendo um apoio mais sistematizado com o surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, criado em 1951. Nesse mesmo ano, Anísio Teixeira foi convidado a fundar um novo órgão do Ministério de Educação e Cultura – a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), voltada para a capacitação de pessoal e melhoria do ensino superior no Brasil¹³.

Desta forma, o campo vai se consolidando com o surgimento dos programas de pós-graduação, dos grupos de estudo veiculados a As-

¹¹ BRANDÃO, Zaia. *A inteligência educacional: Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN – CDAPH, Editora da Universidade São Francisco, 1999, p. 154.

¹² BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001, p. 04.

¹³ BERGER, Miguel André. O papel do Núcleo de Pós-graduação em Educação na formação do pesquisador/educador. In: *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Macéio: EDUFAL, 2010, p. 37.

sociação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), ao grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTED-BR), a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). A criação de Revistas com estudos sobre educação, a promoção de congressos regionais, nacionais e internacionais. É notório o crescimento gradual dos estudos sobre diversas temáticas, apontado pelos pesquisadores, quando arrolam congressos: regional, nacional, internacional e os GTs constituintes desses eventos.

Temos no Nordeste o Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPE) do Recife na década de 50 do século XX. A obra organizada pelos pesquisadores Vasconcelos e Nascimento (2006) nos dá a dimensão da expansão da pesquisa na área de educação na região Nordeste. A criação, em 18 de novembro de 1958, do Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPE) em Pernambuco sob a direção de Gilberto Freire “representou um importante estímulo à pesquisa educacional na região Nordeste”¹⁴. Os estudos comprovam o crescimento de temas e enfoques no âmbito da produção historiográfica educacional no Nordeste e em outras regiões, uma vez que: “a consolidação dos grupos e bases de pesquisas em diversas universidades da região vem contribuindo, segundo Araújo, para o avanço das pesquisas e o aprofundamento das temáticas pesquisadas na região”.¹⁵

É com a instituição dos programas de pós-graduação em Educação nas Universidades Federais da Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, principalmente a partir da década de 1980 que as pesquisas assumem outra dimensão. Nos dados apresentados sobre as pesquisas em História da Educação, Vasconcelos e Nascimento¹⁶ demonstram como elas foram crescendo a partir da contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES). Nessa mesma perspectiva de elu-

¹⁴ VASCONCELOS, José Geraldo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.) *História da educação no nordeste brasileiro*. Fortaleza: UFC, 2006, p. 32.

¹⁵ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Cultura escolar, práticas educacionais e profissão docente: os balanços do campo da História da educação”. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. (org.). *A educação escolar em perspectiva histórica*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 73.

¹⁶ VASCONCELOS, José Geraldo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.) *História da educação no nordeste brasileiro*. Fortaleza: UFC, 2006.

cidar a pesquisa e a produção histórico-educacional na região Nordeste, os autores apresentam também como as IES criadas no Nordeste a partir de 1970 contribuíram com suas áreas de concentração para a História da Educação. Essas áreas de concentração eram apontadas como limitadas pelos pesquisadores no início de 1980, pois não contemplavam as necessidades de pesquisa em outros setores sociais e educacionais. Era necessária, a definição dessas áreas, a fim de existir “uma relação direta entre a pesquisa e a solução de problemas da realidade social onde esta se insere [...] e a representatividade permanente dos temas a serem pesquisados”¹⁷.

O quadro I demonstra as áreas de concentração correspondentes aos programas de pós-graduação das IES do Nordeste.¹⁸

QUADRO I
Áreas de concentração dos programas de pós-graduação do Nordeste na década de 1970

Áreas de concentração dos programas de pós-graduação	Instituição de Ensino Superior - IES	Ano
Ciências Sociais Aplicadas à ¹⁸ Educação	Universidade Federal da Bahia - UFBA	1972
Ensino	Universidade Federal do Ceará - UFCE	1977
Educação de Adultos	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	1977
Tecnologia Educacional e Educação Pré-Escolar	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	1978
Planejamento Educacional	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	1978

Fontes: ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 05, Janeiro/junho de 2003; VASCONCELOS, José Geraldo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.) *História da educação no nordeste brasileiro*. Fortaleza: UFC, 2006.

¹⁷ Relatório Final..., 1981, p. 142. In: ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 05, Janeiro/junho de 2003, p. 21.

¹⁸ Em nota rodapé, Araujo (2003) chama atenção que “No Relatório do I Simpósio de Estudos e Pesquisas (1977), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, de 17 a 21 de outubro de 1977, em Salvador, consta que a primeira área de concentração desse programa foi Pesquisa em Educação, redefinida em 1974, para Ensino e Recursos Humanos. Diferentemente do que consta na Resolução do IV Simpósio (1980).

Com relação a Sergipe, a partir da década de 1990 ocorreu uma produção significativa no campo da História da Educação devido à contribuição de estudos realizados por alguns departamentos da Universidade Federal de Sergipe, do Núcleo de Pós-Graduação em Educação e também da contribuição de instituições privadas. Nascimento¹⁹ aponta como fundamentais para a pesquisa educacional, as contribuições de pesquisadores que realizaram estudos independentes sobre a temática da educação em Sergipe: as obras de José Calasans, Nunes Mendonça e Thétis Nunes.

É ainda Nascimento²⁰ quem aponta outros estudos importantes para o campo da Educação anteriores ao período de 1996 e a partir desse ano com as dissertações defendidas no NPGED. Ele divide a produção do NPGED em dois momentos tomando como ponto de partida as interpretações marxistas no período de 1996 a 2003, cujos trabalhos estão voltados para o estudo da educação no século XX, sendo poucos os estudos que priorizam o século XIX. O outro momento corresponde às dissertações defendidas entre 2003 e 2008, período em que houve um crescimento na produção, mudanças de concepção teórica, devido à inserção de novos olhares dos professores que trouxeram experiências e fortaleceram o campo de estudos na área da Educação.

O referido autor ilustra como essas mudanças ocorreram arrolando os trabalhos e os orientadores que trouxeram outra perspectiva teórica e metodológica. Esse aspecto é constatado no estudo de Freitas²¹ acerca das produções defendidas no NPGED entre 1995 e 2008, destas 36 dissertações foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: estarem ligadas à História da Educação e versarem sobre a temática cultura escolar. De acordo com o aporte teórico utilizado, elas foram inseridas

¹⁹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da educação*. São Cristóvão: UFS, 2003, p. 23.

²⁰ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da educação*. São Cristóvão: UFS, 2003. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Macéio: EDUFAL, 2010.

²¹ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A cultura material e a produção das dissertações de mestrado do Núcleo de Pós-graduação em Educação. In: *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Macéio: EDUFAL, 2010.

nos estudos veiculados à História Cultural. Como Nascimento, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que são poucos os trabalhos que priorizam o século XIX.

Deste modo, a concepção de produção como “um processo que implica, além do gesto da escritura, diferentes momentos, diferentes técnicas e diferentes intervenções”²² nos auxilia a compreender a dinâmica dos trabalhos abordados pelos pesquisadores. A disputa no campo determina os procedimentos específicos de análise do objeto. Em cada momento, a “instituição histórica se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados”²³.

Os estudos contribuem para a compreensão de como as produções sobre a educação foram tomando outros contornos teóricos e com isso, ampliando os objetos e as temáticas de pesquisas ligadas à História da Educação em Sergipe. Isso em decorrência das discussões em torno de novas formas de abordagem, diferentes das habituais e das concepções dos docentes que orientaram os trabalhos nesses anos de existência do NPGED.

Além da contribuição do Mestrado em Educação, o curso de Doutorado proposto em 2006 na administração do professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, a frente do NPGED, teve sua primeira turma iniciada em março de 2007, o que certamente contribui para o alargamento dos estudos sobre a Educação. Diante do exposto, percebemos que as inúmeras contribuições das produções acerca da temática da História da Educação vão delineando um território fértil a partir da organização dos cursos de pós-graduação, dos grupos de pesquisa, dos seminários, dos congressos nacionais e internacionais promovidos tanto por grupos no Brasil como em outros países.

Percebe-se uma mudança na forma de escrita da História da Educação, não mais a interpretação pelo viés positivista, pela análise sociológica com a contribuição da Filosofia, mas sob a influência da teoria marxista. E posteriormente, a partir da inserção das idéias da Nova História, os estudos de temáticas voltadas a aspectos da História

²² CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 40.

²³ CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 18.

Cultural. “O olhar de Clio mudou e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas”²⁴. Dessa forma, dentro do espaço escolar, são inúmeros os objetos de estudo que proporcionam um leque de abordagens e precisam ser analisados. Entretanto, isso só foi possível devido à concepção historiográfica da Nova História que permitiu uma revisão no conceito de documento promovendo uma verdadeira ampliação das fontes de pesquisa.

Le Goff²⁵ classifica os elementos constitutivos da memória em monumentos e documentos. Os primeiros correspondem às heranças do passado que involuntariamente ou voluntariamente estão vinculadas ao poder de perpetuação. Os segundos estão ligados à escolha do historiador, visto que a seleção e a análise obedecem a ideias preconcebidas. Dessa forma, tomamos o conceito de História como “um saber universalmente aceitável, “científico”, sendo a memória “conduzida pelas exigências das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo”²⁶.

É justamente por meio desses lugares de memória que o historiador busca registrar e evidenciar as informações selecionadas. E a ampliação da noção de documento histórico permitiu a superação da história fundada essencialmente no documento escrito, por uma história baseada na multiplicidade de documentos.

Dentro desse universo de possibilidades de pesquisa, os diversos objetos de análise tiveram inserção no campo da História da Educação. Dentre eles, os estudos sobre os intelectuais. A abordagem sobre o tema tem crescido, entretanto muito ainda tem que ser analisado, sendo fundamental se debruçar sobre a temática a fim de contribuir para compreensão do papel desses indivíduos na sociedade.

Também nesse contexto, encontra-se a figura do docente que através das ações pedagógicas contribui para a reprodução de um

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.16.

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.535.

²⁶ CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 21.

capital cultural exposto como padrão social a ser seguido. Através da influência de uma ação contínua e sistematizada, o professor reproduz a mensagem consagrada por uma determinada estrutura social, inculcando o arbitrário cultural. Para isso, utiliza instrumentos que garantem a conservação da cultura.

Em harmonia com essa perspectiva, podemos perceber que no NPGED houve uma ampliação no leque de temas e objetos de pesquisas, inclusive a inserção de temáticas referentes a intelectuais docentes.

Nesse contexto, o estudo sobre a trajetória docente do professor José Calasans Brandão da Silva busca contribuir para compreender a atuação desse intelectual sergipano no âmbito educacional, uma vez que os estudos se debruçaram sobre sua contribuição acerca do campo historiográfico. Toma-se neste estudo “a noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações [...]”²⁷, levando-se ainda em consideração que o campo de atuação do indivíduo não é isolado, ele se constitui num espaço no qual o conjunto de relações se firma, interage e modifica de forma a estabelecer a dinâmica do próprio campo.

O período de 1937 a 1947 corresponde ao espaço histórico de atuação do professor José Calasans Brandão da Silva como docente em Sergipe, como membro do Departamento de Educação e professor de algumas instituições de ensino: no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no Tobias Barreto, no Atheneu Sergipense e na Escola Normal Rui Barbosa.

O professor José Calasans Brandão da Silva contribuiu para a História sergipana e baiana, tanto no campo da atuação profissional como no âmbito da historiografia. Ele escreveu sobre várias temáticas: a educação em Sergipe; os aspectos da cachaça; a mudança da capital; traçou biografias; escreveu artigos que foram publicados em diversos jornais de circulação local, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na Revista de Aracaju. Assim, a sua contribuição ultrapassa

²⁷ BOURDIEU, Pierre. “Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 189.

os muros das instituições educacionais sendo de relevância seus estudos para a historiografia educacional sergipana.

A análise das publicações do professor José Calasans durante o período que esteve na docência em Sergipe, de 1937 a 1947, é importante para compreender seu pensamento, os autores que serviram de bases para sua reflexão acerca da narrativa histórica. As publicações de Calasans fazem e fizeram parte da História de Sergipe, são produtos de uma forma de narrativa que em alguns aspectos tenta buscar elementos distintos da escrita historiográfica anterior.

Um aspecto merece ser destacado: Calasans não possuía formação histórica. Era bacharel em Direito, mas voltado para o interesse na pesquisa histórica. Nomes como Joaquim Nabuco, Gilberto Freire, Capistrano de Abreu permearam suas leituras. Algumas das obras lidas por Calasans estão mencionadas em fragmentos de sua correspondência pessoal, conforme se lê no trecho a seguir: “(...) envio-lhe o livro *Casa Grande e Senzala* e o folheto *Gaspar da Silveira Martins, trabalhos magníficos*”²⁸.

No quadro II, foram listadas as publicações e identificados o local e o ano das publicações.

QUADRO II

Publicações do professor José Calasans Brandão da Silva (1938 a 1949)

Obra	Local de publicação	Ano
Fausto Cardoso e a revolução de 1906	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1938
Aspectos da formação sergipana	Revista do Instituto Histórico e Geográfico	1941
Os franceses e a exploração do pau-brasil em Sergipe	Revista do Instituto Histórico e Geográfico	1942
Aracaju; contribuição à história da capital de Sergipe	Livraria Regina	1942
Fausto Cardoso e a revolução de 1906	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1943/1945

²⁸ AUGUSTO, José. *Cartão*. Arquivo pessoal de José Calasans. IHGSE. Cx 20, doc. 063, 001, 06 de janeiro de 1936.

Aspectos folclóricos da caça	Revista de Aracaju	1943
O sentido nacionalista do sete de abril	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1943
Temas da província	Livraria Regina	1944
Subsídios para o Cancioneiro histórico de Sergipe	Revista de Aracaju	1944
O almirante Amintas Jorge	Revista da Academia Sergipana de Letras	1947
O ensino público em Aracaju (1830 – 1871)	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1949/1951

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe²⁹; Nascimento³⁰; Revista de Aracaju³¹; Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB)³².

Para compreender o contexto do sujeito ao escrever o texto é preciso situar o indivíduo em seu momento histórico, para não cobrar dele o que não estava em consonância com sua época. Vimos que tanto no DHI como no NPGED a inserção de temáticas e objetos de estudos nas produções estava ligada ao aporte teórico defendido pelos orientadores. É necessário refletir sobre os seguintes questionamentos: que corrente historiográfica serviu de modelo para a escrita do professor Calasans? Qual a concepção de História no Brasil no momento da escrita da obra? Era exigido algum critério para a narrativa histórica? Quais os motivos que o levaram a escrever seus textos?

Neste estudo, faz-se uso da noção de *operações* que “designa as práticas próprias da tarefa do historiador (recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análises específicas, construção de hipóteses, procedimentos de verificação)”³³.

Essa perspectiva nos faz refletir sobre algumas questões, tais como: quais as competências desenvolvidas em Calasans no período de sua

²⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de n° 16; 17, 18, 20, correspondentes aos anos de: 1941; 1942; 1943/1945; 1949/1951.

³⁰ NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *José Calasans e Canudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

³¹ Correspondentes aos anos de 1943 e 1944.

³² Calasans, José. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Disponível em: http://www.cdpc.org.br/dic_bio_bibliografico_calasans.html. Acesso em: 05/03/2011.

³³ CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 16.

formação inicial? Quais os professores que inspiraram sua forma de pensar? Que livros ele leu durante o período de formação? O que representou a leitura dessas obras para sua prática profissional? Inicialmente, refletir sobre a formação familiar e educacional do professor José Calasans Brandão da Silva nos ajudou a compreender alguns aspectos da preferência pela docência em detrimento do Direito.

Dessa forma, é fundamental analisar a formação inicial do professor Calasans, pois sabemos que o contexto familiar é responsável pela educação não institucionalizada, tendo um papel fundamental nos processos de incorporação de ações, crenças, valores, enfim do *habitus* constituído a partir das relações estabelecidas entre seus membros. E essa incorporação e transformação do indivíduo são realizadas por meio do *capital cultural*, o qual Bourdieu³⁴ afirma que ocorre sob três formas: o estado incorporado, o estado objetivado e o estado institucionalizado. Sob essas três dimensões podemos visualizar que a família é a primeira instituição responsável pelo estado incorporado, que se processa por meio de um conjunto de formas implícitas de transmissão operacionalizadas que exercem efeito significativo na acumulação do capital cultural.

Assim, se a família é dotada de expressivo capital cultural, as crianças o acumulam mais fácil e rapidamente. Essa fase de incorporação é fundamental para o estado objetivado, visto que é somente com a apropriação dos bens culturais que o indivíduo passa a utilizá-lo. Uma vez que, a formação desenvolve no indivíduo competências, por meio de conteúdos, que são condicionadas pelo contexto histórico e pelo tipo de constituição que está submetido.

Destarte, o contexto familiar é o ponto de partida e a conexão para o ingresso em outros setores da vida social, principalmente a escola. Então, os seguintes questionamentos serviram de norte para permear essa discussão: qual a origem do professor Calasans? Quais os seus

³⁴ No estado incorporado está voltado ao tempo de assimilação e inculcação ligadas às condições orgânicas; o objetivado está veiculado aos bens culturais possuídos que são apropriados de forma simbólica; o estado institucionalizado ocorre com o reconhecimento institucional por meio do diploma. BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 74.

antecedentes familiares? Que posição seus parentes ocupavam na sociedade sergipana? Como eram visualizados no contexto político, social e educacional? Ao analisar esses questionamentos partimos da idéia de que as relações sociais entre os membros da família e em seu exterior levam a posições na esfera da sociedade que se ligam ao grau de parentesco. Este por sua vez é um dos principais meios de posicionamento e de reconhecimento social. Para a análise das relações estabelecidas pelos familiares do professor José Calasans foi levada em consideração a noção de *capital social* definida como:

um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável* de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis³⁵.

Assim, a representação, implica em compreender como a realidade é construída e apropriada pelos grupos por meio das práticas que definem e estruturam, através da formalização, das relações entre o meio e as instituições sociais. Ao verificar os antecedentes familiares foi constatado que tanto do lado paterno como do materno, o professor José Calasans Brandão da Silva teve parentescos que ocuparam posições relevantes na sociedade sergipana, no campo político e educacional.

No entanto, é por parte da genitora que alguns de seus familiares tiveram uma representatividade significativa na educação sergipana. A mãe do professor José Calasans Brandão da Silva, Noeme Brandão da Silva era natural de Estância, proveniente de família abastarda, filha da professora Maria Filonila da Silveira e de Benjamim Francisco,

³⁵ BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petropólis: Vozes, 2007, p. 67.

retratista reconhecido em Estância. O tio de Calasans, Josaphat da Silveira Brandão, era docente constituindo-se em figura ilustre na sociedade sergipana.

Além dos antecedentes familiares é fundamental pensar sobre o processo de escolarização pelo qual os sujeitos submetidos à organização dos programas e das políticas educacionais se articulam construindo sentido a partir de suas experiências e de sua interação com outros espaços e tempo que não se configuram com o da escola, mas que estão associados. Essa interação entre os diversos agentes escolares possibilita a construção da cultura escolar que não é formada a partir de leis e programas de ensino. São as experiências, as ações e as apropriações que constituem um campo fértil para o desenvolvimento educativo. Assim, a cultura material toma corpo a partir das experiências empreendidas e trocadas pelos diversos sujeitos.

Analisando o percurso educacional desde o primário até o superior notamos que a história fez parte de seu percurso acadêmico, os professores, as leituras, despertaram o interesse de Calasans pela História e pelo folclore. O que tinha realmente desejo em fazer, segundo seu amigo Omer Mont'Alegre era “um concurso para professor de História do Brasil em qualquer estabelecimento. Para isso, estudava com pertinência a complicada história do povo brasileiro”³⁶.

Com relação à produção da escrita da História da Educação sergipana, o professor José Calasans Brandão da Silva chama a atenção, em 1951, para a necessidade dos pesquisadores se debruçarem sobre a História da Educação, demonstrando elementos que até o momento não eram de interesse dos historiadores. Para isso, traçou um plano de estudo no período no qual estava residindo em Sergipe. Calasans realizou pesquisas sobre o ensino público em Aracaju, no entanto, seu projeto foi interrompido pela mudança para a Bahia em setembro de 1947. O intuito em coletar dados nos arquivos sobre a educação sergipana é percebido na carta enviada pelo professor

³⁶ NOBREGA, José Dionísio. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. *Revista do IHGB*, Salvador, vol. 101, 2006, p. 269.

José Calasans, em 24 de abril de 1939, a Primitivo Moacyr³⁷. Nela, Calasans mostrava-se disposto a colaborar com o segundo volume da *Instrução Pública nas Províncias* por meio do envio de informações sobre a educação em Sergipe.

No entanto, a proposta dele havia chegado tardiamente, pois o segundo volume da obra encontrava-se em processo final para a publicação, com pretensão de ser lançado no mês de junho de 1939. É o que evidencia Primitivo Moacyr em resposta a Calasans em 21 de maio de 1939. Também deixa evidente que não havia recebido antes proposta de colaboração de outros pesquisadores, isso porque a temática não atraía os estudiosos.

Percebe-se, portanto, a intencionalidade da coleta de dados acerca da educação em Aracaju e a vinculação do levantamento das informações com os propósitos do INEP. Analisando a posição ocupada por Calasans na Bahia e em Sergipe, percebemos a ligação do professor Calasans com nomes e instituições importantes. Calasans afirma ainda que em 1947 quando retornou a Bahia havia efervescência de discussão em torno da reforma. Em entrevista a Revista FAEEBA³⁸ ele deixa evidente que após chegar à Bahia teve conhecimento das reformas promovidas por Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Na Bahia, Pedro Calmon e outros pesquisadores mantiveram laços de amizade com o professor Calasans frequentando sua residência em Salvador. Na casa da esposa do prof. José Calasans Brandão da Silva, D. Lúcia Margarida Maciel da Silva existe uma enorme toalha de mesa, bordada com os nomes de diversas pessoas: amigos, alunos, visitantes, familiares que registravam sua presença. Muito interessante, pois no início foi apenas uma brincadeira, que se tornou habitual quando o casal recebia as visitas, a mesa era forrada com a toalha, a pessoa autografava e D. Lucia bordava numa precisão admirável, pois o bordado segue o traçado da caligrafia, os acentos, as rubricas.

As assinaturas não eram modificadas, analisando-as, constata-se que

³⁷ MOACIR, Primitivo. *Cartão*. Arquivo pessoal de José Calasans. IHGS, cx. 20, doc. 052 – 01, 26 de janeiro de 1939.

³⁸ PALACIOS, Maria. Entrevista: Professor José Calasans. *Revista da FAEEBA*. Salvador, 2 ed., jan./jun., 1995. Especial Canudos. Disponível in: <http://www.revistadafaeeba.uneb.br/antiores/especialcanudos.pdf>, acessado em 10 de julho de 2007.

havia o cuidado de mantê-la como o autografado registrou. As assinaturas foram bordadas em diversas cores: azul, vermelho, rosa, laranja, verde, marrom, entre outras. Visualizar a toalha branca com o colorido das diversas assinaturas demonstra a rede de socialização do prof. José Calasans. Dentre alguns que deixaram seu nome registrado na toalha estão: Maria Thetis Nunes (17/10/1954); Maria Isaura Pereira de Queiroz (17/07/1955); José Américo Silva Fontes (16/01/1955); Francisco Benjamin de Carvalho (18/11/1956); Aurélio Buarque de Hollanda (08/07/1957); Manuel Diégues Júnior (1957); *Hildegardes Vianna* (09/5/1957); Eduardo Lourenço (1958); Wagner Ribeiro (05/02/1959); Garcia Moreno (06/11/1959); Mario Cabral (11/05/1962); Pedro Calmon; Hermínia Caillot Calmon (10/11/1970); Avelar Brandão Vilela (21/02/1972); Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes (23/12/1982); Gloria Peres (22/05/1985); Maria de Lourdes Jatobá (sem data); Ivana Tobias Lillios (25/01/1995).

A toalha branca bordada representa o registro de vários momentos que se estenderam da década de 1950 até a década de 1990. Sendo conjecturado o período compreendido entre 1937 a 1947, José Calasans atuava em Sergipe como docente em instituições de renome no Estado, trabalhava no setor técnico educacional, foi presidente do IHGS, delegado da comissão do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) juntamente com Manuel de Carvalho Barroso e Oto Altenesh com a função de analisar e delinear qual o local histórico mais antigo de São Cristóvão³⁹. Em carta, Godolfredo Leite Filho, diretor do SPHAN (Bahia/Sergipe) atenta para o fato de que é imprescindível a vistoria para evitar que o patrimônio perca a sua essência. Calasans como delegado do SPHAN, assumia uma postura conciliadora. Isso se dava pela facilidade em se comunicar. “Poucas pessoas terão sua capacidade de fazer amigos e conservá-los. Amigos que estão espalhados pelo Brasil e pelo mundo, e que a ele se refere com entusiasmo e ternura”⁴⁰.

³⁹ SOUZA, Fábio Silva. Breve reflexão acerca da identidade cultural: A questão patrimonial no Brasil e em Sergipe. *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*. Canindé, Xingó, n.º 5, Junho de 2005. Disponível in: <http://max.org.br/biblioteca/Revista/Caninde-05/Caninde-05-art-04.pdf>, p. 154.

⁴⁰ NUNES, Maria Thétis. Apresentação. In: SILVA, José Calasans Brandão. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Esparsos de José Calasans Brandão da Silva. Coleção João Ribeiro. Aracaju: governo de Sergipe, FUNDESC, 1992, p. 05.

Analisando o percurso educacional desde o primário até o superior notamos que a história fez parte de seu percurso acadêmico, os professores, as leituras despertaram o interesse de Calasans pela História e pelo folclore. Por isso, suas obras refletem aspectos dos mestres e autores que permearam sua formação.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUGUSTO, José. *Cartão*. Arquivo pessoal de José Calasans. Cx 20, doc. 063, 001, 06 de janeiro de 1936.

ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 05, Janeiro/junho de 2003.

BERGER, Miguel André. O papel do Núcleo de Pós-graduação em Educação na formação do pesquisador/educador. In: *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Macéio: EDUFAL, 2010.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BRANDÃO, Zaia. *A intelligentsia educacional: Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e histórias da Escola Nova no*

Brasil. Bragança Paulista: IFAN – CDAPH, Editora da Universidade São Francisco, 1999.

CALASANS, José. *Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB)*. Disponível in: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_calasans.html. Acesso in: 05/03/2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 18ª tiragem, Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DIVA. *Carta*. Arquivo pessoal de José Calasans. 1942.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios*. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Cultura escolar, práticas educacionais e profissão docente: os balanços do campo da História da educação”. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. (org.). *A educação escolar em perspectiva histórica*. Campinas: Autores Associados, 2005.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *A cultura material e a produção das dissertações de mestrado do Núcleo de Pós-graduação em Educação*. In: *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Macéio: EDUFAL, 2010.

GODOLFREDO FILHO. *Carta nº 19*. Arquivo pessoal de José Calasans, IHGS, cx 20, doc. 59, 02, 1946.

GODOLFREDO FILHO. *Carta nº 20*. Arquivo pessoal de José Calasans, IHGS, cx 20, doc. 59, 01, 1946.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. (Coleção o Homem e a História), 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25 – 64.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Coleção: O que você precisa saber sobre, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *José Calasans e Canudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da educação*. São Cristóvão: UFS, 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Macéio: EDUFAL, 2010.

NASCIMENTO, José Amado. Um historiador à moderna. *Revista do IHGS*. Nº 17, vol. XXVI/XXVII, ano 1942/1943, Aracaju: Regina, 1943.

NOBREGA, José Dionísio. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. *Revista do IHGB*, Salvador, vol. 101, p. 216 – 278, 2006.

NUNES, Maria Thétis. Apresentação. In: SILVA, José Calasans Brandão. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Esparsos de José Calasans Brandão da Silva. Coleção João Ribeiro. Aracaju: governo de Sergipe, FUNDESC, 1992.

PALACIOS, Maria. Entrevista: Professor José Calasans. *Revista da FAEEBA*. Salvador, 2 ed., jan./jun., 1995. Especial Canudos. Disponível in: <http://www.revistadafaeeba.uneb.br/antiores/especialcanudos.pdf>, acessado em 10 de julho de 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 18, vol. XIII, 1943/1945.

SILVA, José Calazans Brandão. O ensino público em Aracaju (1830 – 1871). Estudos sergipanos VII. Aracaju: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 20, 1949/1951.

SOUZA, Fábio Silva. Breve reflexão acerca da identidade cultural: A questão patrimonial no Brasil e em Sergipe. *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*. Canindé, Xingó, nº 5, Junho de 2005. Disponível in: <http://max.org.br/biblioteca/Revista/Caninde-05/Caninde-05-art-04.pdf>.

VASCONCELOS, José Geraldo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.) *História da educação no nordeste brasileiro*. Fortaleza: UFC, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em julho de 2011.



UM CARVALHO DE FÉ - EDUCAÇÃO, LAZER, CIÊNCIA E ORAÇÃO: contribuições para a História da Educação em Sergipe

CARVALHO OF FAITH - EDUCATION,
LEISURE, SCIENCE AND PRAYER:
contributions for the History of the
Education in Sergipe

Maria José Dantas*
Karine Belchior de Souza**

RESUMO

O presente artigo é de cunho sócio-histórico e tem como objetivo identificar aspectos das práticas educativas do Mons. Carvalho e sua atuação no cenário educacional sergipano. As contribuições de Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Antonio Viñao, Vavy Pacheco Borges e Ana Chrystina Venâncio Mignot, fundamentaram a pesquisa, à medida que nos auxiliaram quanto ao olhar sobre o objeto, na busca pela representação e na análise dos “papéis guardados” em diversos “baús de memórias”. Constatamos que pelo trabalho e pela contribuição à educação sergipana, o Mons. Carvalho tem sido reconhecido por renomadas instituições locais e no Brasil inteiro e concluímos que este educador, através de suas práticas educativas, desempenha importante papel na História da Educação em Sergipe.

Palavras-chave: História da Educação; Mons. Carvalho; Sergipe.

ABSTRACT

This article is of a socio-historical and aims to identify aspects of the educational practices of Msgr. Carvalho and his performance in the educational setting Sergipe. The contributions of Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Viñao Antonio, Vavy Pacheco Borges and Ana Chrystina Venancio Mignot, have backed the research, as it helped us as to look at the object in the search for the representation and analysis of “papers stored” in several “memory trunks”. We found that the work and contribution to education Sergipe, Msgr. Carvalho has been recognized by local and renowned institutions throughout Brazil and conclude that this educator, through its educational practices, plays an important role in the History of Education in Sergipe.

Keywords: History of Education; Msgr. Carvalho; Sergipe.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e bolsista CAPES. E-mail: mariajosedantas@yahoo.com.br

** Mestranda pelo CINTEP-PB – Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: karine_belchior@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Os historiadores da educação têm sido beneficiados nas últimas décadas pelas contribuições oriundas da Escola dos Annales e sobretudo pelo que se convencionou chamar de Nova História Cultural. Este movimento proporcionou um alargamento de fontes e abordagens tradicionalmente utilizadas nas pesquisas historiográficas. “O historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar.¹”

Dentre os vários enfoques investigativos, os estudos biográficos sobre educadores têm possibilitado a realização de trabalhos que ligam memória, História, Educação e História da Educação. Isso nos remete a Viñao, quando diz que:

O campo da História da Educação tem sido o lugar de encontro entre a educação e a história. Vem-se criando cada vez com maior insistência, um espaço para o sujeito ou os sujeitos como tais; isto é, não para o indivíduo como ser isolado, mas para a subjetividade e a privacidade, para o pessoal, o cotidiano e o íntimo².

Os estudos sobre educadores brasileiros têm contribuído para a compreensão de realidades ligadas à educação em diferentes períodos. No Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, podemos encontrar alguns estudos sobre educadores que têm sido objeto de pesquisadores sergipanos: Cristianne Menezes Gally³ investigou Brício Cardoso; José Augusto Melo de Araújo⁴ recuperou a

¹ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 08.

² VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In: MENEZES, Maria Cristina. *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 334.

³ GALLY, C. M. *Brício Cardoso no cenário das humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

⁴ ARAÚJO, José Augusto Melo de. *Debates, pompa e majestade: a história de um concurso nos trópicos no século XIX*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

experiência de Silvio Romero no Rio de Janeiro; Alfredo Montes foi retratado por Simone Silveira Amorim⁵; Helvécio de Andrade foi estudado por Cristina de Almeida Valença⁶ e Leonor Telles de Menezes teve sua trajetória pesquisada por Nivalda Menezes Santos⁷, dentre outros. Existem também vários trabalhos nos quais professores e professoras aparecem vinculados à literatura, à produção de livros didáticos, e às próprias instituições escolares, contudo não localizamos nenhum trabalho que focalize aspectos relacionados às práticas educativas do Monsenhor⁸ Carvalho.

Assim, inserido no conjunto de enfoques investigativos que analisam a vida de homens e mulheres com serviços prestados à sociedade através da educação, este artigo focaliza as práticas educativas do Mons. Carvalho. Nesta análise, não nos cabe pensar em uma biografia laudatória, nem mesmo atribuir testemunhos nossos sobre este educador, apenas nos deteremos especificamente em sua trajetória no campo⁹ educativo.

Trabalhamos com uma variedade de fontes, porém com o objetivo de tão somente, identificar aspectos ligados à atuação do Mons. Carvalho no cenário educacional sergipano, no período de 1956 a 2010, buscando

⁵ AMORIM, Simone Silveira. *A Trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

⁶ VALENÇA, Cristina de Almeida. *Civilizar, regenerar e higienizar*. A difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

⁷ SANTOS, Nivalda Menezes. *O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes*. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

⁸ Esses títulos são concedidos pelos relevantes serviços prestados pelos padres à Arquidiocese. Em 1975 o Padre Carvalho recebeu o título de Cônego Catedrático do Cabido Metropolitano da Arquidiocese de Aracaju, por nomeação do Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, e em 2002 recebeu o título de Monsenhor – Capelão do Papa, concedido pelo Papa João Paulo II.

⁹ Campo segundo Bourdieu, “é um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições neste espaço [...] para que ele funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo [...] que conheçam e reconheçam as leis imanentes do jogo e dos objetos de disputa [...]. A estrutura de campo é um estado de relações de forças entre os agentes e as instituições engajadas na luta [...] tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo e os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos”. (BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades dos campos”. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1980, p.89-91).

verificar as contribuições para a História da Educação. O marco temporal da investigação faz uma ponte entre o ano da ordenação sacerdotal do Monsenhor e o ano em que o Colégio Arquidiocesano, fundado por ele, comemorou o jubileu de ouro.

Esta pesquisa foi possível, graças, sobretudo à nossa insistência e persistência em continuamente solicitar a permissão do Monsenhor para abrir seus “baús de memórias”. Segundo Mignot¹⁰ “abrir velhos baús de memórias significa, muitas vezes, um reencontro com a própria vida. Papéis amarelados pelo tempo guardam segredos, emoções, sonhos, expectativas, projetos, costumes e práticas”. Possivelmente o Monsenhor Carvalho precisou de certo tempo para amadurecer a ideia e, antes de tudo, se permitir esse reencontro com a própria história, para posteriormente nos dá a permissão de trabalhar com as diversas fontes ali encontradas¹¹. Deparamo-nos com uma variedade de escritos, documentos e objetos que nos permitiram identificar vários momentos de sua atuação pedagógica. Também tivemos acesso a uma série de depoimentos, que de acordo com Roger Chartier¹², nos possibilitaram conhecer a representação¹³ existente sobre o Monsenhor Carvalho.

O artigo está dividido em sete pequenos tópicos, que enfatizam aspectos ligados às práticas educativas vivenciadas e ministradas pelo Monsenhor.

O PADRE

José Carvalho de Sousa nasceu em 24 de novembro de 1926, na cidade de Lagarto-Sergipe, filho de Joaquim Vieira de Souza e Maria Carvalho de Souza. Decidiu ser padre aos 19 anos e foi encaminhado ao

¹⁰ MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Papéis Guardados*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2003.

¹¹ Todo material está devidamente organizado, catalogado e disponível para consulta no Memorial do Colégio Arquidiocesano “S. Coração de Jesus”.

¹² CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

¹³ Para Chartier representação “é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (*Ibidem*).

Seminário Diocesano de Aracaju, pelo pároco de Lagarto, Mons. João de Souza Marinho. Na época, o Seminário era dirigido pelo Mons. Ovídio Teixeira e o bispo de Aracaju era Dom José Thomaz Gomes da Silva.

Após a conclusão do Seminário Menor, onde se destacou pela dedicação aos estudos, pela piedade religiosa e pelo bom comportamento, cursou Filosofia no Seminário Arquidiocesano da Paraíba e Teologia no Seminário Central Imaculada Conceição, em São Leopoldo-RS, considerado, naquele período, uma das melhores instituições na formação de sacerdotes do Brasil. Tendo concluído o curso superior de Teologia, retornou a Sergipe, onde foi ordenado presbítero por Dom Fernando Gomes, o 2º Bispo de Aracaju, no dia 02 de dezembro de 1956, na matriz de Lagarto.

O REITOR E O EDUCANDÁRIO

O novo sacerdote foi designado pelo bispo, para ocupar o cargo de vice-reitor do Seminário Diocesano de Aracaju. Sua posse aconteceu no dia 02/02/1957, conforme registro na ata de reuniões do Seminário.

O interesse do Padre Carvalho pelo segmento educacional surgiu desde o período em que estudou no Seminário em São Leopoldo - RS, conforme relatou na entrevista que nos concedeu¹⁴. Ele viu uma frase escrita no painel do Seminário, que muito o inspirou: “Se queres colher em curto prazo, semeia cereais; se queres colher em longo prazo, porém por muito tempo, planta árvores, se queres colher para sempre, educa o homem”¹⁵.

Assim, após 40 dias na vice-reitoria, o Padre Carvalho foi nomeado para o cargo de reitor, em 12 de março de 1957, por Dom Fernando Gomes, o mesmo Bispo que o ordenou sacerdote. Nesse mesmo ano de 1957, Dom Fernando Gomes foi transferido para a Arquidiocese de Goiânia, assumindo, em seu lugar, o novo bispo, Dom José Vicente Távora.

¹⁴ SOUSA, Mons. José Carvalho de. Entrevista concedida a Karine Belchior de Sousa em 26/02/2009.

¹⁵ A frase é de Xenofonte, um historiador grego, que viveu por volta de 500 anos antes de Cristo.

Sustentar o Seminário era uma tarefa árdua e um tanto cansativa, pois não havia recursos e isso dificultava a manutenção daquela casa de formação sacerdotal. Então, o jovem reitor, teve a ideia de fundar um Educandário, num pequeno prédio situado na Praça Camerino, n.º. 181, a fim de conseguir recursos financeiros para a manutenção do Seminário.

Em 1959, durante um Encontro de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário, realizado em Aracaju, o Padre Carvalho surpreendeu-se com uma proposta do Dr. Otílio Muniz Barreto de Aragão, inspetor Seccional do Ensino Secundário em Sergipe, de fundar um ginásio, no mesmo prédio onde funcionava o Seminário Diocesano, uma vez que Aracaju já apresentava características de forte expansão urbana e também populacional e, conseqüentemente, também já sentia necessidade de mais escolas de ensino secundário.

Empolgado com a sugestão, o Padre convidou Dr. Otílio para que ambos fossem apresentar a ideia a Dom José Vicente Távora. Este, por sua vez, vendo a empolgação do sacerdote, que lhe mostrou a necessidade dos seminaristas serem formados com outros jovens, aceitou de imediato a proposta, dizendo-lhe que podia acolher a sugestão do Inspetor Seccional.

No entanto, o prédio do Seminário não tinha condições de servir como sede do ginásio, pois suas instalações eram precárias. Assim pensando, o Padre Carvalho convidou o Inspetor para conhecer o prédio da Praça Camerino, 181, onde já funcionava o Educandário, alegando que ele poderia ser adaptado para abrigar o ginásio. Depois de conhecer o local, o Dr. Otílio concordou em conceder-lhe a autorização a título precário.

O COLÉGIO ARQUIDIOCESANO

Com o desejo de proporcionar à juventude sergipana uma formação integral, o sonho do Padre Carvalho tornou-se realidade, no dia 1º de março de 1960, com a fundação do Ginásio Diocesano “S. Coração de Jesus”. Dois anos depois, para que os alunos não saíssem do colégio

após concluírem o curso ginásial, o jovem padre resolveu transformar o Ginásio em Colégio, oferecendo também, o ensino colegial, dividido, naquele tempo, em clássico e científico. Em 1963, tendo a Diocese se transformado em Arquidiocese, o Colégio passou a chamar-se Colégio Arquidiocesano “S. Coração de Jesus”, oferecendo à comunidade todos os ciclos de ensino. Dentre os alunos, estavam também os seminaristas que teriam seus estudos oficializados.

Vendo o Colégio crescer numa sede que não tinha condições de se expandir, o Padre conseguiu recursos com os católicos da Alemanha e iniciou a construção de uma ala nova, anexa ao velho prédio da Rua Dom José Thomaz, 194, onde funcionava o Seminário, transformando-o em um moderno estabelecimento de ensino, que começou a atender em 1967 também ao sexo feminino.

No empenho de ficar a par das nuances que perpassam a realidade educacional brasileira, o Padre Carvalho procurou especializar-se na área. Participou de um Curso de Extensão Universitária sobre a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, promovido pela Associação de Educação Católica do Brasil, com o patrocínio do MEC, na Faculdade de Educação da Universidade Nacional de Brasília em 1972. E também fez o curso de Licenciatura em Administração Escolar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, em São João d’El Rei-MG em 1976.

Ao longo dos anos, o Colégio Arquidiocesano passou por diversas transformações em sua estrutura física e organizacional. Atualmente, possui amplas salas de aula, auditório, laboratórios de ciências físicas e naturais, de informática e de robótica, biblioteca, Igreja, parque desportivo com ginásio, piscinas e academia de ginástica, praça de alimentação, além de um dos prédios de Educação Infantil considerado por muitos visitantes “um dos mais modernos do Brasil” e também um Memorial¹⁶.

¹⁶ Os primeiros movimentos visando à criação do Memorial do Colégio Arquidiocesano aconteceram em 2005, como parte das festividades dos 45 anos da escola. Em 2010, junto às comemorações alusivas ao cinquentenário da instituição, o Memorial foi ampliado e agora contém, além de um acervo referente à história do Colégio, diversos materiais e objetos também de seu fundador.

Em 2000, o Monsenhor Carvalho inaugurou uma filial do Colégio Arquidiocesano, que oferece o mesmo padrão de ensino da matriz e está localizada no bairro Farolândia, também em Aracaju, numa área de 14.200m², onde é desenvolvido o Projeto de Educação Ambiental 'Cheirinho de Mato'.

O PROFESSOR

As práticas pedagógicas do Padre e Professor Carvalho nos foram reveladas através de relatos de ex-alunos e de documentos comprobatórios de sua ação docente.

Em 1958, o Padre Carvalho foi contratado como Professor Substituto do Colégio Estadual de Sergipe, atualmente Colégio Atheneu Sergipense, para ensinar a disciplina Filosofia, aos 2^{os} e 3^{os} anos Clássicos. Naquela época esse colégio era uma das instituições de ensino mais importantes do Estado.

Uma de suas ex-alunas, D. Maria Viana Ribeiro Barreto, relembra sua prática pedagógica naquele estabelecimento de ensino:

Ele foi meu professor de Filosofia. Explanava muito bem os conteúdos e também exigia. Apesar da disciplina ser facultativa, ele sempre foi um bom professor e bem entendido na área. Meu esposo também foi aluno dele no Colégio Atheneu, infelizmente ele não está aqui para falar sobre o Pe. Carvalho. [...] Ele é um homem muito agradável, cordial e educado, não apenas hoje, mas também na época em que era meu professor de Filosofia¹⁷.

Outra instituição onde o padre se fez presente foi o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Na década de 60 ele lecionou as disciplinas Filosofia e Psicologia. Em seu arquivo pessoal, foram encontrados testes por ele elaborados naquela época e outros recursos didáticos utilizados.

¹⁷ BARRETO, Maria Viana Ribeiro. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 11/03/2010 (por telefone).

A Sr^a. Angelina Baptista Prudente, atualmente Bacharel em Direito e Defensora Pública do Estado de Sergipe aposentada, foi aluna do Padre no Colégio de Aplicação e nos falou sobre o ex-professor, as lembranças do seu exemplo e o seu carinho com os alunos:

Lá pelos meados de 1969, estudava eu no Ginásio de Aplicação e tive o prazer e a satisfação de ser aluna do Padre Carvalho que, naquela época, ensinava Filosofia. Era uma matéria que eu gostava muito e era bem ministrada pelo professor, que era doce e, ao mesmo tempo, exigente, disciplinador, mas bastante paciente e excelente na sua maneira de nos apresentar o que era a Filosofia, que para a maioria não era uma matéria apreciada.¹⁸

O Padre Carvalho também foi Professor especialista do curso de Filosofia, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal Sergipe, onde na condição de professor contratado deu 40 aulas de Teodiceia. Também foi Professor do Curso de Dogma, promovido pelo Instituto Paulo VI, para formação de diáconos.

O jornalista e escritor, Raimundo Luiz da Silva, falou sobre o que representou o professor Padre Carvalho:

Ele foi meu professor de Teodiceia na UFS. Interessante é que um professor que ensina Teodiceia, que é o estudo de Deus à luz natural da razão, Pe. Carvalho nos ensinou a ver Deus, na Igreja, nas coisas boas da vida, na natureza e na sociedade. Eu lhe diria que ele é um professor realizado, porque ele estava falando de uma coisa que tinha dentro de si, porque ele é um homem de fé. É isso que o padre é, o Cônego foi e o Monsenhor hoje é¹⁹.

¹⁸ PRUDENTE, Angelina Baptista. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 08/04/2010 (por telefone).

¹⁹ SILVA, Raimundo Luiz da. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 07/04/2010.

No Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, ele foi professor de Português, Latim e Religião. O Padre Luciano Bezerra Lima relembrou seus ensinamentos no período em que era seminarista:

O Padre Carvalho, na época em que fiz o ensino de 2º grau, sempre teve uma postura ímpar de homem sério e rígido, mas por trás de tudo isso estava o professor e diretor amigo, conselheiro e sempre nos guiando através dos valores morais para que seus alunos obtivessem êxito nos estudos e na profissão, que viessem seguir. O Padre, em sala de aula, mantinha a ordem, ninguém falava nada, mas ele lecionava com temas atuais, lançando perguntas e no final, ele mesmo fazia a conclusão da aula com embasamento bíblico. Isso tudo estimulava-nos e, em alguns casos, como no meu, fez com que seguisse a vocação ao sacerdócio²⁰.

No Colégio Arquidiocesano “S. Coração de Jesus”, além de Diretor-executivo, ele também lecionou Latim, Organização Social e Política Brasileira - OSPB e Educação Moral e Cívica - EMC, da década de 1960 até os anos 1990. Atualmente, devido às muitas atribuições, ele leciona apenas o Ensino Religioso nas 3^{as} séries do Ensino Médio.

Neste breve levantamento foi possível elencar as instituições de ensino por onde o Padre Carvalho desenvolveu suas práticas educativas. De acordo com os depoimentos, ora mencionados, percebemos aspectos da experiência de um homem que tem vivido para ensinar, educar crianças, jovens e adultos, tanto através das disciplinas escolares, como através das Palavras do Evangelho.

SEUS ARTIGOS E LIVRO

O Mons. Carvalho tem registrado suas práticas educativas, através de artigos em revistas, jornais e livro. São obras que retratam a educação

²⁰ LIMA, Pe. Luciano Bezerra. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 15/12/2009.

através dos valores cristãos, como meios essenciais para uma formação de qualidade do ser humano.

Em São Leopoldo, quando ainda era seminarista teólogo, ele buscou entender melhor o *Breviarium*, um livro que, para os seminaristas, e muitos padres, era considerado um fardo. E para mudar este conceito, ele formou:

Um grupo de estudos litúrgicos para que entre outros frutos os diáconos e sacerdotes, passassem a ver no *Braviarium*, hoje, Liturgia das Horas, não um fardo, porém um verdadeiro tesouro onde através dos salmos, leituras bíblicas e dos santos padres e orações nele contidas, descobrissem uma proveitosa fonte de espiritualidade²¹.

E, como resultado desses estudos ele escreveu um artigo para a revista “O Seminário”²². Além deste estudo, outros artigos foram produzidos: Deveres Cristãos do Capital, apresentado na Semana de Estudos Sociais, em São Leopoldo-RS; Limites do Mar Territorial do Brasil em 200 milhas; Ato de Soberania e de Defesa das Riquezas Nacionais; Educação e Intercâmbio de Juventude; Importância da Leitura para a formação da juventude.

Em meio a essas produções, ele começou a refletir sobre a educação como solução dos problemas sociais. Contudo, para isso, seria necessário que o professor compreendesse os alunos para assim poder ensinar com mais entusiasmo e afetividade. Como resultado dessas ideias, ele produziu uma coletânea de artigos que abrange a área educativa e psicológica, com vistas ao entendimento do ser humano em sua totalidade e os intitulou “Reflexões”.

Em 2005 ele escreveu o livro, “Presença Participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju”, que foi lançado no dia 12 de novembro de 2006, como um presente para Aracaju que estava

²¹ SOUSA, Mons. José Carvalho de. Entrevista concedida a Karine Belchior de Sousa em 26/02/2009.

²² SOUSA, José Carvalho de. O Subdiácono e o Breviário. *Revista O Seminário*. São Leopoldo, 15 de julho de 1955, Ano 36º C.E.J., p. 161.

completando 150 anos de fundação. O livro apresenta 04 capítulos que discorrem dentre outros aspectos sobre o papel da Igreja Católica na história de Sergipe e sobre a Influência da Igreja Católica na formação intelectual da comunidade sergipana.

ATUAÇÕES NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Além de atuar como reitor, professor, fundador e diretor do Colégio Arquidiocesano, o Mons. Carvalho também assumiu relevantes cargos em diversas instituições e órgãos estaduais, dentre eles o Conselho Estadual de Educação de Sergipe. Neste Colegiado, ele exerceu várias funções, desde membro até a presidência, no período de 1968 a 2007, conforme quadro abaixo, que mostra o ano, o cargo ocupado e a data do Decreto que o nomeou para tal função.

ANO	CARGO	DATA DO DECRETO
1968	Membro	15 de outubro de 1968
1971	Membro por um mandato de 06 anos	26 de outubro de 1971
1977	Membro	28 de dezembro de 1977
1978	Presidente	Sessão no dia 29 de dezembro de 1978
1979	Membro e Presidente da Câmara de ensino do 2º Grau e Superior	08 de fevereiro de 1979
1980	Membro e Presidente da Câmara de Ensino de 1º grau	14 de fevereiro de 1980
1982	Membro e Presidente da Câmara de Ensino de 2º grau e Superior	11 de fevereiro de 1982
1983	Membro	
1984	Membro	07 de fevereiro de 1984
1985	Membro	
1986	Membro	
1987	Membro	
1988	Membro e Presidente da Câmara de Ensino de 1º grau	11 de fevereiro de 1988
1989	Membro e Presidente da Câmara de Ensino de 1º grau.	09 de fevereiro de 1989
1991	Membro	17 de dezembro de 1991
1992	Membro e Presidente da Câmara de ensino de 2º grau e Superior.	13 de fevereiro de 1992
1993	Membro	

1994	Membro e vice-presidente do Conselho Presidente da Câmara de Ensino de 2º grau.	Art. 8º da Lei estadual nº2.656, de 08 de janeiro de 1988. 10 de fevereiro de 1994
1996	Membro e Presidente da Câmara de Ensino de 2º grau e Superior.	07 de março de 1996
1997	Membro e Presidente da Câmara de Ensino de 2º grau e Superior.	13 de fevereiro de 1997
1999	Membro	
2004	Membro por 04 anos Presidente da Câmara de Educação Especial, Profissional e de Jovens e Adultos.	29 de abril de 2004 20 de maio de 2004
2005	Membro e Presidente da Câmara de Planejamento, legislação e Normas.	24 de fevereiro de 2005 (foi eleito por unanimidade)
2006	Membro e Vice-presidente da Câmara de Planejamento, legislação e Normas.	
2007	Membro	

Fonte: Conselho Estadual de Educação de Sergipe.

Analisando o quadro, percebemos que são 39 anos dedicados à educação sergipana de uma forma ampla. Através da participação semanal no Conselho Estadual de Educação, o Mons. Carvalho foi responsável pela análise e elaboração de inúmeros pareceres que visavam atender às necessidades de muitas comunidades, que necessitavam de escolas ou até mesmo verificando escolas que precisam de reformas para melhor atender à clientela estudantil.

ALGUNS RECONHECIMENTOS E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Ser o fundador e único diretor de um colégio cinquentenário já seria motivo suficiente para obter da sociedade reconhecimento pelos serviços prestados. Contudo, no caso do Mons. Carvalho, sua atuação foi muito mais expansiva. Além da presença no Conselho

Estadual de Educação, ele também foi presidente da Associação de Educação Católica de Sergipe e membro do Conselho Superior da Educação Católica do Brasil durante nove anos. Foi vice-presidente do Sindicato de Diretores de Estabelecimentos Particulares de Ensino de Sergipe e desde 1978 é representante da Arquidiocese de Aracaju junto à Secretaria de Estado da Educação e órgãos competentes para tratar de assuntos referentes ao ensino religioso nas escolas oficiais de Sergipe.

Como vimos neste sucinto levantamento sobre suas práticas educativas, ele passou por diversos ambientes, semeando sua proposta de formar pessoas “dignas e capazes”²³.

Em 2006, ano em que completou o jubileu sacerdotal, recebeu homenagens e o reconhecimento de diversas pessoas e instituições sergipanas. Alguns destes relatos foram publicados em um caderno especial oferecido pelo Jornal Correio de Sergipe. Buscamos nas páginas deste impresso aspectos sobre a representação existente com relação ao Mons. Carvalho.

Diversas personalidades, do comércio, da indústria e do campo político falaram sobre ele. O proprietário da Gráfica e Editora J. Andrade, Stênio Andrade, escreveu:

O Mons. Carvalho demonstra através de suas atitudes toda magnitude ética acerca de sua conduta humana, firme nos propósitos sociais e cristãos, colaborando no desenvolvimento moral e intelectual de todos que o cercam. A sua grandeza consiste ainda na simplicidade das suas ações, disseminando o Evangelho de forma profunda e sábia. Nossos votos de que Deus continue abençoando sua célebre conduta.²⁴

Régis Fonseca, então presidente da Associação dos Dirigentes Cris-

²³ O lema do Monsenhor Carvalho é “formar pessoas dignas, capazes e fiéis seguidoras do Evangelho de Jesus Cristo”.

²⁴ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p.3.

tãos de Empresas (ADCE), assim se expressou sobre o homenageado:

Esta homenagem tem um grande significado para nós ADECEANOS, porque ela incide sobre o nosso reconhecimento e gratidão pelo Padre Carvalho dedicar grande parte de sua vida como nosso Assessor Doutrinário, sem medir distâncias, nem tempo, no mundo da Fé. A sua contribuição para transformar nossa sociedade, buscando torná-la mais justa e mais fraterna, faz com que a vida tenha mais esperança e a dor menos força.²⁵

A Prefeitura de Lagarto, terra natal do Monsenhor, também lhe prestou homenagem, em uma página inteira do caderno:

Todos os lagartenses sentem-se orgulhosos e honrados de poderem parabenizar o Monsenhor Carvalho pelos seus 50 anos de sacerdócio e 80 anos de vida. Um ilustre filho desta terra que só faz dignificar a nossa história.²⁶

As escolas particulares de Sergipe através da Federação dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado de Sergipe - FENEN-SE reconhecem o valor do Mons. Carvalho:

Monsenhor Carvalho, um exemplo de vida. 80 anos de vida, 50 de sacerdócio e 46 anos como educador, celebração que os seus companheiros da Escola Particular de Sergipe não poderiam esquecer. Parabéns!²⁷

Também encontramos depoimentos de diversas personalidades sergipanas a exemplo do Procurador de Justiça do Estado de Sergipe e Professor Universitário, Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado:

²⁵ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p. 3.

²⁶ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p. 16.

²⁷ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p. 10.

O Padre Carvalho é um daqueles símbolos sergipanos digno de registro nos anais da nossa história. Emprestou os seus dons à causa da educação de Sergipe, formando gerações. A sociedade sergipana celebra, com gáudio e justiça, o seu jubileu de ouro sacerdotal, aliando a difusão do conhecimento à religião. [...] E o seu lado desportista, com inúmeras conquistas? Mecenas do esporte. Como Sacerdote pregou a boa nova através de eruditas homilias e filosóficas reflexões, divulgadas também pela Rádio Cultura. Educador de homens, mas, particularmente, de almas. Seu legado ficará gravado na história de Sergipe. Aguardemos a comemoração do centenário, o que, por certo, ocorrerá, considerando o seu invejável vigor físico e mental, pois, de fato, forte como um Carvalho.²⁸

Os meios de comunicação do Estado de Sergipe também foram representados nas homenagens. O Mons. Carvalho aderiu a estes meios para propagar o Evangelho de Jesus Cristo e ser porta voz de valores educativos. Tem atuado em programas semanais de Rádio e em emissoras de TV. Por ocasião do seu jubileu, o Diretor de Captação do Sistema Aperipê de Comunicação, Fernando André, disse: “Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo... Mas é necessário ter corações para transformar seu sonho em realidade”²⁹.

As indústrias, também expressaram seu parecer sobre a figura do Mons. Carvalho, através do então Presidente da Federação das Indústrias, o Sr. Eduardo Prado de Oliveira:

Uma vida inteira para a religiosidade e para a Educação. Assim é o Monsenhor Carvalho. Pelas suas mãos, milhares de pessoas encontraram o caminho da escola e da dignidade, a maioria espelhando igual fervor e dedicação, resultado do exemplo colhido

²⁸ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p. 11.

²⁹ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p. 3.

nas ações e palavras de quem, na terra, escolheu o sacerdócio por vocação maior, exercendo-o com honra e profundo respeito³⁰.

Em uma pesquisa realizada sobre os 50 anos de atividades do Colégio Arquidiocesano, também encontramos diversos documentos, dentre estes, algumas cartas de ex-alunos, bem como ofícios, telegramas e mensagens de diversas autoridades de Aracaju, do Estado de Sergipe e do Brasil. São mensagens que possibilitam verificar as representações existentes em relação ao Arquidiocesano e ao Mons. Carvalho.

Também fazem parte destes documentos várias mensagens de agradecimentos em convites de formaturas, em dedicatórias de monografias, dissertações, teses e memorial para concurso de livre docência. Diversos ofícios e telegramas foram recebidos no período da comemoração do cinquentenário do Colégio. Dentre as várias mensagens dirigidas ao diretor, reproduzimos as duas que seguem abaixo:

Eminente Monsenhor José Carvalho de Sousa, [...] relembro-me dos idos de minha adolescência, quando integrava o corpo discente do festejado Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, e no arquivo da memória ainda guardo suas lições de moral e civismo, bem assim, seus conselhos de boa orientação espiritual, que ainda iluminam as veredas de minha magistratura nos dias atuais.³¹

[...] Obrigado Monsenhor Carvalho, em nome de todos os alunos e ex-alunos do Colégio Arquidiocesano! Graças a essa bandeira, içada heroicamente pelo senhor, temos em todo o Território Nacional, profissionais da mais alta competência que engrandecem a nossa história, aperfeiçoam o conhecimento, melhoram a sociedade e contribuem para o orgulho nacional. Em todas as áreas do saber e do fazer, em todos os seguimentos sociais de alto

³⁰ Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006, p.6.

³¹ *Desembargador Federal Antônio Sousa Prudente* -Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília, 24 de fevereiro de 2010.

nível, encontramos um ex-aluno do Arqui, que, naquela fonte de conhecimentos, teceu a urdidura de sua história, engendrou a sua felicidade, por meio das experiências ali vividas. Parabéns Arquidiocesano [...]:³²

Percebemos nestas mensagens e nos depoimentos o reconhecimento e a representação que diversos segmentos sociais atribuem ao Monsenhor Carvalho. Podemos pensar que, se diversas pessoas e instituições, que não nos foi possível elencar neste artigo, teceram essas homenagens e possuem uma representação positiva do Monsenhor Carvalho, significa que existe uma apropriação³³ de valores que foram edificados através das práticas educativas ministradas pelo Monsenhor Carvalho. Percebemos também as marcas de uma cultura impressa, da simbologia e de características disciplinares existentes na Escola e na convivência com o seu diretor.

Nosso objetivo neste artigo foi identificar aspectos das práticas educativas e da atuação do Monsenhor Carvalho no cenário educacional sergipano. Assim, através do mergulho em seu “baú de memórias” conseguimos apresentar esses dados e constatamos que, além das homenagens que recebeu ao completar 50 anos de sacerdócio, já desde a década de 70 do século XX ele começou a ser reconhecido por renomadas instituições locais e nacionais, por exemplo: foi biografado entre as personalidades do “Who´s who in Brazil” (1973-1974); recebeu o título de Cidadão Aracajuano, concedido pela Câmara Municipal de Aracaju em 1982; recebeu a Ordem ao Mérito Sílvio Romero, concedido pela Prefeitura de Lagarto-SE, sua terra natal, em 2001; recebeu o título de Comendador na Ordem do Mérito Aperipê, concedido pelo Governo do Estado de Sergipe em 2001; recebeu o título honorífico de Monsenhor – Capelão do Papa, concedido pelo Papa João Paulo II em 2002; recebeu o título de Oficial da Ordem do Mérito Serigy, concedido pela

³² Jerônimo Nunes Peixoto, Aracaju, 01 de março de 2010 – Ex-aluno.

³³ Apropriação para Roger Chartier é a maneira como o indivíduo se apropria de uma determinada realidade, projetando nela as suas idéias e a sua interpretação (CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002. p.74).

Prefeitura Municipal de Aracaju, em 2002; recebeu o Diploma de Amigo do 28º Batalhão de Caçadores e da 19ª CSM – Serviço Militar – SE, em 2006 e recebeu também a Medalha do Mérito Cultural Sílvio Romero, concedida pela Academia Sergipana de Letras também em 2006, além de tantos outros prêmios e títulos que continua recebendo.

Por todas essas evidências, percebemos que sua trajetória no campo educativo foi permeada de vitórias. Ele foi e continua sendo um jogador atento, pronto a entrar em campo e disputar o jogo. Também percebemos que ao longo dos anos ele firmou-se em uma posição relevante neste campo e conhece todas as estratégias. Assim, diante das fontes investigadas e dos depoimentos encontrados, concluímos que o Monsenhor Carvalho é um líder e administrador incansável, que além de exercer há 50 anos a função de diretor, possui em seu vasto currículo inúmeras condecorações, diversos diplomas e um grande número de certificados dos incontáveis cursos de que tem participado, seja como conferencista, seja como ouvinte. Pelo seu trabalho e por sua contribuição à educação sergipana, tem relevante papel na História da Educação de Sergipe.

Esperamos que esta sintética abordagem sobre o Mons. Carvalho possa despertar em outros pesquisadores o interesse por aspectos deste educador ainda não estudados e por tantas outras fontes que estão disponíveis no Memorial do Colégio Arquidiocesano.

FONTES

a) Fontes orais

BARRETO, Maria Viana Ribeiro. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 11/03/2010 (por telefone).

LIMA, Pe. Luciano Bezerra. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 15/12/2009.

PRUDENTE, Angelina Baptista. Entrevista concedida a Karine Belchior de Souza em 08/04/2010 (por telefone).

SILVA, Raimundo Luiz da. Entrevista concedida a Karine Belchior de Sousa em 07/04/2010.

SOUSA, Mons. José Carvalho de. Entrevista concedida a Karine Belchior de Sousa em 26/02/2009.

b) Fontes impressas

Ata de Fundação do Ginásio Diocesano Sagrado Coração de Jesus.

Documentos do Conselho Estadual de Educação.

Livro de Atas do Seminário Diocesano de Aracaju.

Jornal Correio de Sergipe. *Caderno Especial Monsenhor Carvalho*. Aracaju, 03 de dezembro de 2006. 16p.

SOUSA, José Carvalho de. O Subdiácono e o Breviário. *Revista O Seminário*. São Leopoldo, 15 de julho de 1955, Ano 36º C.E.J., p. 161.

Telegramas, cartas, e-mails, ofícios e requerimentos do acervo pessoal do Mons. Carvalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Simone Silveira. *A Trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, José Augusto Melo de. *Debates, pompa e majestade: a história de um concurso nos trópicos no século XIX*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe,

2004. (Dissertação de Mestrado).

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1948)*. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades dos campos”. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1980.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. (Tradução de Maria Mauela Galhardo). Lisboa: Difel 1990.

CRUZ, Maria Helena Santana; BERGER, Miguel André (Orgs). *O Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS: trajetória e produção acadêmica*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p.193-211.

FRAGO, A. Vinao. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GALLY, C. M. *Brício Cardoso no cenário das humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em

Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GARCIA, Ir. Jacinta Turolo; CAPDEVILLE, GUY. *Educação Católica*. Bauru, SP: EDUSC; Brasília: UNIVERSA, 2001.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon: ginásianos na Aracaju dos anos dourados*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2002.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. 2001. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, Janeiro/Junho. p. 9-43.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Glariston dos S. *A Cultura Material Escolar: desvelando a formatação da instrução de primeiras letras na província de Sergipe (1843-1858)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2007. (Dissertação de Mestrado).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. O aprendiz de feiticeiro e o mestre historiador: Quem faz a história? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19 a 31.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Papéis Guardados*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2003.

NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. In: *Teoria & Educação*. Vol. 6, 1992. p.151 a 182.

_____. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. *Revista Educação em Foco*. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Educação. v.7, n.2. set./fev., 2003. pp.11-24.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PINSKY, Carla. B. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Nivalda Menezes. *O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes*. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SOUSA, José Carvalho de. *Presença participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006.

SOUZA, Rosa Fatima de; VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.). *A Cultura Escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-189.

VALENÇA, Cristina de Almeida. *Civilizar, regenerar e higienizar*. A difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, L. M. de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VINHO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In: MENEZES, Maria Cristina. *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p. 333-373.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.

HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL E OS IMPRESSOS ESTUDANTIS: o jornal *Academvs* e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962)

EDUCATIONAL HISTORIOGRAPHY AND STUDENT PRINTED ARTICLES: the *Academvs* newspaper and the representations of students about Faculdade de Direito de Sergipe and its academic culture (1951-1962)

Marcia Terezinha Jerônimo
Oliveira Cruz *

RESUMO

O presente artigo trata dos impressos produzidos no âmbito de instituições de ensino, especificamente, impressos acadêmicos estudantis, característica do jornal *Academvs*, informativo produzido pelo Centro Acadêmico Sílvio Romero, da Faculdade de Direito de Sergipe, entre os anos de 1951 e 1962. O estudo discute a produção e circulação do referido jornal, caracterizando sua estrutura, composição, processo editorial, temas e táticas para sobrevivência, evidenciando, alguns aspectos concernentes à cultura acadêmica da Faculdade de Direito, a partir das representações dos editores e colaboradores do referido jornal. O trabalho tem como sustentáculo os pressupostos da Nova História Cultural, tendo se utilizado de fontes impressas, orais e iconográficas, cujos elementos foram obtidos em acervo de instituições públicas e particulares do estado de Sergipe.

Palavras-chave: História da Educação; Imprensa; Faculdade de Direito de Sergipe.

ABSTRACT

The following article deals about printed articles produced on the sphere of teaching institutions, specifically, student academic printed articles, a characteristic of the *Jornal Academvs*, an informative produced by Centro Acadêmico Sílvio Romero, from Faculdade de Direito de Sergipe between the years 1952 to 1962. This study discuss the production and circulation of this newspaper, characterizing its structure, showing some aspects concerning to the academic culture of the Law School, from the representations of the editors and contributors of the newspaper. The work is underpinning assumptions of the New Cultural History, have made use of printed, oral and iconographic sources, whose elements were obtained in collection of public and private institutions of the state of Sergipe.

Keywords: History of Education; Printed Articles; Faculdade de Direito de Sergipe.

* Doutoranda do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho – UGF. E-mail: marcia-terezinha@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Após três tentativas infrutíferas, uma no século XIX¹ e duas no primeiro quartel do século XX², a Faculdade de Direito de Sergipe³ foi fundada em 28 de fevereiro de 1950, por um grupo de intelectuais, reunido no Conselho Penitenciário, em Aracaju, sob o comando do jurista Antonio Manoel Carvalho Neto⁴.

O período em que se estabelece sua criação é, segundo Dantas⁵, desenvolvimentista do ponto de vista econômico e, de redemocratização, do ponto de vista político. No que diz respeito à infra-estrutura, situou-se no período em que o então Governador José Rollemberg Leite priorizou a construção de estradas de rodagem, a interiorização da escola primária, além da implantação do ensino superior por ele iniciada

¹ A primeira tentativa de instituição do ensino jurídico teve lugar em 1898, com a criação da Academia Livre de Direito, por ato do então Presidente da Província em Exercício, o Deputado Daniel Campos. Cf. LEITE, Gonçalo Rollemberg. O direito em Sergipe. Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Ano I, n° 01. Aracaju-Sergipe: L. Regina, 1953. p. 09.

² O início do século XX, mais precisamente, o ano de 1907, trouxe uma segunda tentativa de criação de uma Faculdade de Direito para Sergipe, quando o então Presidente do Estado, Desembargador Guilherme de Souza Campos, irmão do padre e ex-presidente do Estado Olímpio Campos, por intermédio da Lei n° 535 de 20 de novembro, foi autorizado pela Assembleia Legislativa a conceder financiamento no valor de 20:000\$000 para a instituição que viesse a fundar uma Faculdade de Direito. Não apareceram, entretanto, candidatos dispostos. Cf. NUNES, Maria Thetis. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1984. A outra tentativa, no Governo Graccho Cardoso, resultou na inauguração da Faculdade Tobias Barreto, empreendimento cercado de muitas controvérsias diante do momento político instável em que se situou e que efetivamente não funcionou. Cf. OLIVEIRA, Márcia Terezinha Jerônimo. Ensino jurídico: gênese e metamorfose da Faculdade de Direito de Sergipe (1950-1970). São Cristóvão: UFS, 2008. Monografia de Especialização em Docência do Ensino Superior. p. 21-23.

³ A Faculdade de Direito de Sergipe e sua história, a partir da perspectiva da cultura acadêmica, é o objeto de estudo da pesquisa que desenvolvo junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof^a Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

⁴ Antonio Manuel Carvalho Neto nasceu em Simão Dias/Sergipe, em 14/02/1889, concluiu o ensino superior no Rio de Janeiro, na Faculdade Livre de Direito. Foi magistrado, político, jurista e advogado, tendo publicado diversas obras e fundado ou colaborado na fundação de diversas instituições, a exemplo da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Sergipano de Advogados, etc., além de ter exercido diversos cargos no executivo estadual, como no caso do Conselho Penitenciário e, no âmbito da educação, a exemplo de Diretor da Escola Normal e Diretor da Instrução Pública. Para que se possa apreender a importância exercida por Carvalho Neto junto à sociedade política de Sergipe, cf. LIMA, Maria do Socorro. República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão: UFS, 2009. Dissertação de Mestrado em Educação.

⁵ DANTAS, José Ibarê. História de Sergipe: República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 122.

no fim da década de 1940, com a fundação do Instituto de Química e depois da Faculdade de Ciências Econômicas.

Apesar de haver sido uma instituição pioneira na formação jurídica por aproximadamente 20 anos, até sua incorporação pela Universidade Federal de Sergipe, no final da década de 1960, poucos têm sido os estudos dedicados ao desvelar da História da Faculdade de Direito de Sergipe, mormente no que diz respeito a aspectos educacionais como o ensino e seus métodos, a rede de sociabilidade⁶ mantida por seus docentes e acadêmicos e dos impressos produzidos naquela faculdade.

A fim de compreender as representações estudantis acerca de diversos aspectos relacionados à Faculdade de Direito de Sergipe, a partir de relações mantidas e práticas vivenciadas em seu interior, tomou-se por base o conceito de ‘representação’ explicitado por Chartier como “o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais”⁷, chave teórica que possibilita a realização do presente estudo ao lançar sua lente sobre o jornal *Academvs*, produzido pelos integrantes do Centro Acadêmico Sívio Romero.

Pretende-se, desse modo, a partir de exemplares do referido jornal, das imagens nele veiculadas e de depoimento oral, explicitar algumas representações construídas no interior da Faculdade de Direito no período de 1951 a 1962, objetivando problematizar questões relativas à cultura acadêmica⁸ daquela instituição.

⁶ O termo aqui utilizado é o adotado por SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) Por uma história política. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269, indicando os laços de amizade e de fidelidade mantidos por um grupo no campo intelectual, neste trabalho relacionado ao microcosmo acadêmico. No campo o grupo interage com forças antagonônicas, exerce sua influência, poder, sofre com tensões, enfim, sobrevive.

⁷ CHARTIER, Roger. A beira da falésia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 16.

⁸ O conceito de cultura acadêmica e sua utilização como categoria de análise encontra-se em processo de construção. A concepção desenvolvida até o momento a compreende como “um tipo particular de cultura, por meio da qual, são estabelecidas práticas de formação, ritos e símbolos próprios das Instituições de ensino superior”, que não se confunde com o conceito de cultura escolar – própria para as instituições primárias de ensino – mas que guarda com esta, alguns elementos em comum. Cf. OLIVEIRA, Marcia Terezinha Jerônimo. Texto do Seminário de Pesquisa do Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão: UFS, 2011.

IMPRESSOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Falar da história da Faculdade de Direito de Sergipe e sua relação com a historiografia sergipana tem como pressuposto considerar que os estudos de natureza histórica possibilitam a recuperação da memória humana e que a História, a partir de sua constituição como um campo das Ciências Humanas e Sociais tem sofrido significativas alterações, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista metodológico, modificando sua maneira de perceber as relações em dado momento de uma sociedade, instituição, relação.

Segundo Le Goff⁹, a memória é a “propriedade de conservar certas informações” e, os silêncios da História, são reveladores de mecanismos de manipulação da memória¹⁰. A apreensão das práticas históricas, inclusive, o esquecimento e a ausência de estudos, chamam a atenção para a necessidade de sua desmistificação sob o risco de perdas irreparáveis da memória histórica.

Nesse sentido, o início do século XX foi prodigioso em rupturas, que decorreram do abandono da visão totalizante cujas análises se baseavam estritamente em aspectos econômicos, quantitativos e estruturais. A quebra do paradigma até então vigente e a busca em ciências como a Antropologia, a Sociologia, a Etnologia, etc, para a compreensão do homem e de suas ações e práticas sociais tem suas raízes na Escola dos *Annales*.

A Escola de *Annales*, lastreada em seu primeiro momento nas ideias de Lucien Febvre e Marc Bloch, inseriu novas tendências historiográficas, no âmbito teórico e metodológico, sendo que nos últimos 40 anos, conforme lecionado por Burke¹¹, Chartier¹², Le Goff¹³, passou

⁹ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p. 539.

¹¹ BURKE, Peter. A revolução francesa da historiografia: a escola dos *Annales* (1929-1989). 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

¹² CHARTIER, R. Op. Cit. 2002 e CHARTIER, Roger. A História ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

¹³ LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

cada vez mais a valorizar, o que Lopes e Galvão¹⁴ denominam de os sujeitos “esquecidos” da História, assim como incluir enquanto objetos de estudo os sentimentos, emoções e mentalidades. Esse caldo cultural tem ampliado os horizontes da História da Educação onde agora:

[...] temas como a cultura e o cotidiano escolares, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo, as disciplinas, os agentes educacionais (professores, professoras, alunos e alunas), a imprensa pedagógica, os livros didáticos, etc, tem sido crescentemente estudados e valorizados¹⁵.

Segundo Luca¹⁶ “[...] a face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, [...]”¹⁷.

No Brasil essa tendência tem sido seguida, dentre outros, por pesquisadoras como Mary del Priore, que vem dando tratamento a diversas facetas da vida privada – religião, mulheres, amor – e, Laura de Mello e Souza que tem apresentado novas abordagens para temas que pareciam esgotados, como no caso da administração colonial portuguesa. Em todos esses trabalhos há a utilização da História Cultural para problematização de relações complexas.

Nesse sentido, afirmam Lopes e Galvão¹⁸ que as pesquisas mais recentes relacionadas à História da Educação já relativizam a ideia de um contexto único onde deva se situar o objeto pesquisado e com a expressão abaixo sintetiza sua ideia.

¹⁴ LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

¹⁵ LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. Op. Cit. p. 40.

¹⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org), Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

¹⁷ LUCA, T. R. Op. Cit. p. 113.

¹⁸ LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. Op. Cit.

O que se coloca com mais frequência é o estabelecimento de relações e de associações sempre que possível. Quanto mais o pesquisador for capaz de associar informações que aparecem (e aparecem porque ele faz perguntas) nas diversas fontes com que trabalha com estudos já realizados sobre o tema, com teorias que estudou, com outros documentos que não faziam parte do corpus documental original, mais condições tem ele de autenticar, com rigor, o conhecimento que construiu e aproximar-se da verdade – sempre incompleta – que busca¹⁹.

A perspectiva dos impressos, relaciondos à educação e à capacidade de entendimento do cotidiano das instituições de ensino são asseverados por Nóvoa²⁰ ao lecionar que,

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias que se situam no nível *macro* do sistema, mas, também no plano *micro* da experiência concreta que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma cultura pedagógica.²¹

Acerca deste entendimento, Magaldi e Xavier²² assim se posicionam,

Práticas educativas, saberes educacionais e culturas escolares. Estes são alguns eixos temáticos valorizados no campo da história da educação, cujos estudos têm sido alimentados, em sua base documental, por impressos educacionais. Livros escolares, revistas

¹⁹ LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. Op. Cit. p. 40.

²⁰ NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório Português. In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

²¹ NÓVOA, A. Op. Cit. p.11.

²² MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. XAVIER, Libânia Nacif. Impressos e História da Educação: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

pedagógicas destinadas a professores, publicações institucionais [...] Mas pretendemos, por outro lado, afirmar uma relação ampliada entre impressos e educação, sinalizando outras possibilidades de utilização de publicações não estritamente marcadas por um viés educativo, [...] Nesse quadro são valorizados, para além das ações situadas no âmbito da transmissão de conhecimentos formais, dispositivos diversos voltados para a conformação de hábitos, valores e comportamentos. [...] ²³

A partir dos dois excertos citados, pode-se concluir que impressos e imprensa passaram a ser vistos não só como fonte, mas, também como objeto de estudo. Os primeiros são integrados por toda a sorte de produções publicadas no âmbito escolar, variando de cadernetas de frequência, livros didáticos, normas e regulamentos. A segunda contém em seu bojo as impressões momentâneas de determinado contexto.

Em se tratando dos trabalhos relacionados à imprensa e, mais particularmente à imprensa estudantil, produzidos por pesquisadores sergipanos, ressaltam-se o de Guaraná²⁴, que elaborou um catálogo dos periódicos publicados em Sergipe, do período do surgimento da imprensa até 1908, o estudo de Araújo²⁵ que fez um inventário da imprensa sergipana no período de 1830 a 1910, além dos produzidos por Nascimento²⁶ e Souza²⁷.

Especificamente no Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NP-GED), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), destaca-se o pioneiro

²³ MAGALDI, A. M. B. M.; XAVIER, L. N. Op. Cit., p. 9.

²⁴ GUARANÁ, Armindo. "Jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, vol 1, parte 2, 1908. p.776-813.

²⁵ ARAÚJO, Acrísio Torres. Imprensa em Sergipe. Brasília, 1993.

²⁶ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. Revista Horizontes. Bragança Paulista: EDUSEF, vol.19, jan./dez. 2001. p. 11-27. O referido autor, em parceria com o Prof. Itamar Freitas, da Universidade Federal de Sergipe, organizou o Projeto "Catálogo das Revistas Sergipanas", procurando fazer um levantamento sobre a circulação das revistas e assim escrever o histórico deste impresso no Estado, no período de 1890 a 2002.

²⁷ SOUZA, Cristiane Vitorio. "Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930)". In: Cadernos UFS – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol. 5, 2003. p. 35-49.

trabalho defendido por Santos²⁸ que tratou do papel do jornal *A Defesa*, na formação católica da juventude na década de 1960 e o de Vidal²⁹ que analisou o jornal estudantil *Necydalus*, produzido no âmbito do Colégio Atheneu Sergipense, no início do século XX.

Outros trabalhos produzidos relativamente a impressos educativos e com propostas educacionais são respectivamente: *Revista Cidade Nova e as propostas de educação e Imprensa e Educação - A Difusão das Práticas Escolares no Jornal Gazeta Socialista (1948-1958)*, cujas pesquisas foram realizadas respectivamente por Dantas³⁰ e Santos³¹. O trabalho que mais se aproxima do presente estudo, por se inserir nas práticas dos discentes de uma instituição de ensino, ainda que secundário, é o de Vidal (2010).

Por fim, no que concerne ao cotidiano estudantil e, ainda no âmbito da UFS e do NPGED, faz-se necessário registrar a pesquisa realizada por Ramos³², que investigou a Juventude Universitária Católica em Sergipe entre as décadas de 1950 e 1960. Já na esfera da Universidade Tiradentes (UNIT), dá-se destaque às pesquisas de Cruz³³ que vem estudando o movimento estudantil na década de 1960, em Sergipe, trazendo no bojo dos estudos, a atuação de diversos centros acadêmicos das recém-criadas instituições de ensino superior de Sergipe e dos jornais que lhes serviam de porta-voz.

O levantamento da produção acadêmica ora realizado – que não

²⁸ SANTOS, Ana Luzia. Educação na Imprensa Católica: as representações do jornal *A Defesa* sobre a formação da juventude (1961-1969). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006 (Dissertação de Mestrado).

²⁹ VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. *O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)*. São Cristóvão: UFS, 2010. (Dissertação de Mestrado em Educação).

³⁰ DANTAS, Maria José. *Revista Cidade Nova e as propostas de educação*. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe - NPGED, 2008. (Dissertação de Mestrado em Educação).

³¹ SANTOS, Geane Corrêa dos. *Imprensa e Educação: A Difusão das Práticas Escolares no Jornal Gazeta Socialista (1948-1958)*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Dissertação de Mestrado).

³² RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento Estudantil: A JUC em Sergipe (1958-1964)*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2000 (Dissertação de Mestrado em Educação).

³³ José Vieira da Cruz tem apresentado diversos trabalhos tratando da temática 'movimento estudantil', objeto do Doutorado que realiza junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cf. Cruz, José Vieira. Por uma História Social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 40. Aracaju-SE: IGHSE, 2010 (Dossiê Sergipe nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil).

é de caráter exaustivo, vez que no âmbito da UFS e da UNIT, há na produção dos acadêmicos do Curso de História, trabalhos de conclusão de curso versando acerca de outros impressos produzidos em Sergipe – revela a importância do estudo do jornal *Academvs*, mormente, por consubstanciar elementos que contribuem na compreensão da instituição do ensino superior em Sergipe, em especial, no âmbito jurídico.

Os impressos acadêmicos de natureza estudantil podem ser, assim, uma excelente fonte para o estudo da cultura acadêmica construída e vivenciada no âmbito da Faculdade de Direito de Sergipe. Em suas páginas há grande riqueza de detalhes do cotidiano daquela instituição de ensino superior. Há de se atentar, ainda, na análise desses impressos, para os silenciamentos existentes, temas recorrentes, ambos indicativos das relações de poder estabelecidas.

ACADEMVS: UM ARAUTO DA CULTURA DA FACULDADE DE DIREITO

O primeiro número do impresso estudantil *Academvs* circulou em setembro de 1951. Na capa, seus fundadores, integrantes do Centro Acadêmico Silvio Romero, expressaram as razões da existência do informativo: “Têm agora os acadêmicos de Direito de Sergipe o seu órgão de imprensa, o veículo por onde poderão expender suas ideias, seus conceitos e suas opiniões.”³⁴

Já na página 7, o acadêmico José de Oliveira Santos explicitou o processo de escolha do nome por ele sugerido e as razões do acatamento pelos demais colegas do Centro Acadêmico. *Academvs* fora o nome da vila onde Platão, autor de *A República* e de *Leis*, iniciou e deu seguimento por mais de 20 anos, à sua escola, estando o nome, assim, ligado à produção do conhecimento e às discussões ocorridas em uma academia, o que justificaria a escolha realizada. O acadêmico ainda ressaltou “Como homenagem justa ao Ginásio *Academvs* de Platão, foi sugerido por mim e aprovado pelos colegas, este nome para nosso

³⁴ ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Silvio Romero”, Ano I, nº 1, setembro de 1951, capa. Acervo da Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

jornal que será intérprete dos acadêmicos de direito da terra de Tobias Barreto”.³⁵

O jornal *Academvs* se manteve em atividade até 1962, quando foi substituído, segundo depoimento de Mangueira³⁶, pelos informativos *Jornalex* e *A Verdade*³⁷, que deixaram de ser publicados no final da década de 1960, em decorrência do Golpe Militar. Os vestígios do informativo *Academvs* e da cultura acadêmica por ele veiculada estão consignados em exemplares que integram a hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória³⁸ e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe³⁹.

O estudo e a análise desses exemplares constituem possibilidade privilegiada de conhecer as representações estudantis ao longo do transcurso de aproximadamente dez anos de atividade do Centro Acadêmico Sílvio Romero e, mais que isso, podem atuar como um modo de compreender o processo de consolidação do campo acadêmico⁴⁰ jurídico em Sergipe⁴¹.

Ao longo dos seus 10 anos de existência, o jornal manteve as mesmas dimensões, porém alterou a estrutura, tornou o discurso mais ácido

³⁵ ACADEMVS, 1951. Op. Cit.

³⁶ MANGUEIRA, Wellington Marques. Entrevista concedida a Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira em 10 de fevereiro de 2011. Aracaju-Sergipe.

³⁷ Apenas 1 exemplar do jornal *A Verdade* foi localizado na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, datado de 1968, onde é possível verificar se tratar do seu segundo ano de circulação e aquele o exemplar nº 12. Até o momento não foi encontrado qualquer exemplar do *Jornalex*.

³⁸ Os exemplares do jornal *Academvs*, integrantes da Pacotilha 54 da hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória, foram retirados de circulação em outubro de 2008, em face da precária condição dos exemplares. A coleta das informações deste estudo, relativamente a esses exemplares, foi realizada antes da retirada destes da consulta física, oportunidade em que todos os exemplares foram digitalizados.

³⁹ Alguns exemplares do jornal *Academvs* constantes do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe encontram-se em melhor estado de conservação do que os da Biblioteca Pública. Ainda assim, vários deles encontram-se em estágio de decomposição. Recentemente todos os jornais existentes foram digitalizados pela instituição.

⁴⁰ A compreensão de 'campo' tem como referência o conceito de Pierre Bourdieu, que o vê como recortes ou parcelas flexíveis produzidas no espaço social, decorrentes da divisão social do trabalho, locus onde ocorrem disputas de posição entre os agentes, objetivando o aumento de determinado capital simbólico. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção – Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2003 e ORTIZ, Renato (org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'água, 2003, que trata especificamente do campo científico.

⁴¹ Foram encontrados sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe os exemplares de nº. 1 a 21 do jornal *Academvs*. Os números 22 e 23 encontram-se apenas na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Nas instituições pesquisadas, constatou-se a ausência do exemplar de número 12 do jornal *Academvs*.

seguindo a tendência estudantil nacional e local e mudou seu frontispício, especificamente, a logomarca, que simbolizava o ideário de seus editores e, conseqüentemente, dos acadêmicos de Direito sergipanos.

Até 1955 o jornal manteve sua capa original, no qual dava destaque ao nome da academia idealizada por Platão, enquanto centro de conhecimento. Ao fundo do nome, em segundo plano, a balança e a espada, símbolos da justiça. No conteúdo do jornal há ênfase à organização estudantil, seus ritos, festejos, momentos sociais, interação com a Congregação da faculdade, com representantes do Poder Executivo e Legislativo estadual, assim como, com membros de outras entidades organizativas.

No terceiro ano de circulação já é possível notar um processo de mutação no discurso dos acadêmicos, com uma maior aproximação de fatos políticos. A mudança de linha estava relacionada não apenas às eleições para o Centro Acadêmico que determinavam uma mudança dos editores do jornal, mas, também, com o próprio cenário social.

A partir de 1955 há mudança no desenho do frontispício dando lugar a um novo *Academvs*, cujos ideais expressos na logomarca deixam de ser os da Grécia e passam a encarnar o pensamento iluminista. As luzes passam a representar o informativo. A imagem contém, em segundo plano, o desenho de um livro que representa a lei codificada. À frente dele, centralizados, surgem uma espada e uma balança. No primeiro plano a figura de um o candeieiro que irradia luz – possivelmente cultura jurídica – sobre os estudantes e, quiçá, sobre a sociedade.

Os textos publicados no informativo nesse período evidenciam, dentre outros, a necessidade de união dos acadêmicos em Direito, a necessidade de expansão do ensino superior e a importância do voto na vida cívica, além da discussão sobre o papel da mulher, conforme se pode ver na distribuição de conteúdos, expressa na transcrição das partes e seções do informativo de nº 14, de 1955.

Nas edições dos anos 1958 e 1959 a nova perspectiva está representada pela discussão de assuntos que não mais dizem respeito umbilicalmente à faculdade. Já nos exemplares relativos ao ano de 1961 e 1962, os temas em destaque dizem respeito ao ensino jurídico, à didática

utilizada na Faculdade de Direito e ao próprio papel desempenhado pelo Centro Acadêmico Sívlio Romero.

Abaixo é possível visualizar dois diferentes momentos da concepção e circulação do jornal *Academvvs*: o exemplar nº 1 trás na capa a motivação para a criação do impresso. Na edição de nº 21, novembro de 1960, os redatores comemoram uma década de cultura da Faculdade de Direito de Sergipe, numa clara demonstração de que nas representações dos acadêmicos de Direito, a faculdade era um centro irradiador de cultura jurídica. Outro ponto importante da imagem apresentada é a diferente caracterização do frontispício.

Comparativo entre edições do jornal *Academvvs*



Imagem 1– Da esquerda para a direita - Capa do exemplar nº 1 (1951) e capa do exemplar nº 21 (1960) do jornal *Academvvs*, nº 13 (1955), do jornal *Academvvs*
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A MATERIALIDADE DE UM IMPRESSO...

Durante todo o período de circulação, o jornal *Academus* assumiu o formato 32,5 x 24 cm, sendo impresso em papel jornal 75g, em tinta preta, à exceção das edições superiores a 1955, que passaram a consignar uma segunda cor destinada a destacar a logomarca. O uso de duas cores se resumiu, entretanto, à capa da frente.

Quanto ao número de páginas, pode-se dizer que estas variaram entre 08 e 22, sendo que a quantidade máxima foi apenas atingida no exemplar de 1958, quando foram tratados temas polêmicos como o nacionalismo, a inseminação artificial frente ao Direito e à moral, o divórcio e, até mesmo, o Direito Internacional Soviético.

Já a utilização de imagens foi mais enfática nos primeiros anos, momento de efervescência da implantação do ensino jurídico e do ensino superior em Sergipe, assim como, da criação de diversas agremiações formadas por alunos da Faculdade de Direito e outras faculdades recém-criadas.

A direção do jornal estava atrelada ao Centro Acadêmico Sívlio Romero e às diretorias eleitas pela comunidade acadêmica. Uma análise dos exemplares atualmente disponíveis dá conta que foram cerca de 20 diferentes editorias que se sucederam, ainda que alguns nomes fossem recorrentes, chamando atenção o processo de especialização editorial ocorrido.

Os primeiros editores do periódico foram José Carlos de Sousa, Luiz Bispo, Lauro F. Nascimento e Ernani Queiroz. A partir do exemplar nº 4 surgem explicitamente os cargos de diretor, secretário e redator-chefe. Em 1953 aparecem as editorias específicas para música, teatro e esportes. A partir de 1956 há o registro de colaborações de ex-alunos, vez que a 1ª turma de bacharéis havia se formado em dezembro de 1955. Chama a atenção o fato de nos anos de 1959 e 1960, o jornal não possuir expediente indicando o nome de seus editores, possivelmente um prenúncio da tensão política que levará à crise de 1964.

O jornal não possuía uma estrutura fixa, tanto no que diz respeito às seções ou colunas, como quanto à localização destas dentro do im-

presso, muito embora alguns temas fossem recorrentes. Por não ser um jornal comercial, ao que tudo indica, sua formatação seguia o sabor da necessidade discente do momento.

Na imagem a seguir, registro de uma das diversas atividades acadêmicas contidas em exemplares do jornal *Academvs*, próprios dos anos iniciais de circulação do impresso.

Trote dos calouros de 1953



Imagem 2 – Estudantes fantasiados reunidos em frente à Faculdade de Direito, em Aracaju-SE.
Fonte: jornal *Academvs* nº 06, 1953, p. 05. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

TÁTICAS PARA A SUBSISTÊNCIA E A CIRCULAÇÃO DE UM IMPRESSO

Como já informa o exemplar nº 1, a redação do jornal *Academvs* funcionou na Avenida Ivo do Prado, 612, em Aracaju, no mesmo prédio da Faculdade de Direito de Sergipe, possivelmente, no espaço destinado ao Centro Acadêmico Sílvio Romero, que teve uma sala e mobiliário cedido pelo então diretor Gonçalo Rollemberg Leite.

Não tendo o jornal fins lucrativos e, considerando ser a maioria dos estudantes de poucas posses, como afirmou Gonçalo Rollemberg Leite em seu último artigo publicado na Revista da Faculdade de

Direito de Sergipe⁴², fato esse corroborado pelo Centro Acadêmico ao explicitar “Devido ao elevado preço dos livros, torna-se o estudo difícil para muitos, a maioria dos estudantes é composta por jovens pobres que luta pela vida, para vencê-la com dificuldade”⁴³, como explicar o fato do *Academvs* haver circulado por tantos anos? Ao que tudo indica, a escassez de recursos foi superada mediante a adoção de várias táticas que possibilitaram a publicação e circulação do impresso estudantil⁴⁴.

A primeira dessas táticas foi o patrocínio por intermédio de propaganda, o que ocorreu nas edições relativas aos anos de 1951, 1952 e 1955. Nelas surge a consignação dos nomes de diversas empresas, nos mais distintos ramos: comércio, indústria e serviços, dentre outros.⁴⁵

Outra tática foi o estabelecimento de campanhas em favor do *Academvs*, conforme acentuado no seguinte excerto do referido impresso:

O Centro Acadêmico Sílvio Romero, no intuito de bem servir a seus associados e difundir a cultura achou por bem de fundar seu órgão publicitário que se denomina *Academvs*. Acontece, porém, que devido às condições financeiras do centro, visto se tratar de entidade nova, lançou mão de um apelo a todos os Professores da Faculdade de Direito, solicitando uma contribuição material a fim de que tiragem de nosso jornal não sofresse solução de continuidade. Felizmente

⁴² “[...] Num meio paupérrimo, diplomamos mais de duzentos bacharéis, a maioria dos quais não teria possibilidade de fazer curso superior, não fosse a criação da Faculdade de Direito de Sergipe [...]” Cf. LEITE, Gonçalo Rollemberg. O ensino do direito. Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Anos 1968-1969, nº 13. Aracaju-Sergipe: Livraria Regina, p. 141.

⁴³ *Academvs*, Op. Cit. nº 4, 1952, p. 8.

⁴⁴ Além das dificuldades financeiras vivenciadas pelos acadêmicos, a ideia de um jornal parece não ter sido compartilhada por todos, como se depreende do próprio texto que lançou o jornal “Este jornal, após debates e proveitosas discussões entre os acadêmicos que se compõe o nosso “Centro” recebeu o nome de *Academvs* [...] contrariamente a muitas manifestações dos céticos, dos que jamais poderiam crer na frutificação da sementeira que aí está à vista de todos”. *Academvs*, 1951, Op. Cit. capa.

⁴⁵ Um estudo mais aprofundado poderá indicar se havia algum tipo de relação de parentesco ou hierárquico trabalhista entre os acadêmicos e os proprietários das empresas patrocinadoras.

o nosso apelo já encontrou ressonância no corpo docente da nossa Faculdade, eis que acabamos de receber de nossos Mestres Manoel Ribeiro e Mário Cabral a quantia de [...]”⁴⁶

O jornal também divulgava imagens dos estudantes junto à autoridades locais, criando um vínculo não só com os poderes constituídos, assim como, com a imprensa local. Por fim, tendo recebido o Centro Acadêmico Sílvio Romero subvenção federal, por meio de valores consignados no orçamento da própria Faculdade de Direito, é possível que o jornal também recebesse parte desse valor para arcar com os custos de sua publicação.

O local de impressão do jornal, inclusive, na análise dos exemplares constantes dos acervos pesquisados, não fica claro. Ora há o surgimento da Gráfica Editora, de F. Soares do Nascimento (livraria – papelaria – tipografia), ora da Livraria Regina, que na realidade atuava como uma espécie de tipografia editorial onde a intelectualidade sergipana realizava a publicação de suas obras e, por fim, da Livraria Monteiro. Todas as empresas eram estabelecidas na Rua João Pessoa, no centro de Aracaju. Assim, não foi possível estabelecer uma nítida distinção entre o surgimento dos nomes enquanto patrocínio ou local de impressão do *Academvs*.

Quanto à circulação do impresso, pode-se verificar a preocupação dos acadêmicos em que o jornal fosse recebido e integrasse o acervo de entidades compostas pelos intelectuais mais renomados de Sergipe. O campo acadêmico jurídico precisava se conformar e se afirmar. Os acadêmicos precisavam que sua produção intelectual fosse reconhecida em diversos espaços sociais.

Vários exemplares enviados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe possuíam inscrições realizadas por acadêmicos em Direito ligados ao Centro Acadêmico. Tal procedimento criou uma aproximação de dois elementos relacionados a práticas de leituras e à circulação de livros, que também podem ser aplicados a outros tipos de impressos: as marcas de leitura e as marcas do tempo.

⁴⁶ *Academvs*. Op. Cit. n.º 3, p. 2, 1952.

Segundo Cunha⁴⁷, estas são marcas encontradas usualmente quando os impressos, especialmente livros, passam a integrar um determinado acervo em uma biblioteca. Dentre as marcas de leitura estão objetos: relíquias (folhas, bilhetes) deixadas dentro dos livros por leitores; dedicatórias, anotações e observações à beira das páginas dos livros, também conhecidas como “marginálias”. Como marcas do tempo, destacam-se a alteração na cor e na textura das páginas de um livro e manchas de tinta, fruto das relações e inter-relações havidas no processo de circulação dos livros e impressos.

Na imagem a seguir é possível vislumbrar parte do exemplar n° 16, contendo a mensagem de envio do impresso. Nele há a inscrição: “Ao [sem condições de leitura] escritor Sr. Epifânio Doria. Sinceramente, Pedro Iroito Doria Leó. Academia dos Simples, 22 de outubro de 1957. Aju – Se”⁴⁸, que se caracteriza como uma espécie de marginalia. Além disso, encontra-se bem visível a marca do tempo sobre o exemplar, na forma de fortes pontos amarelados, decorrentes dos mais de 50 anos da publicação do jornal.

Envio de impresso

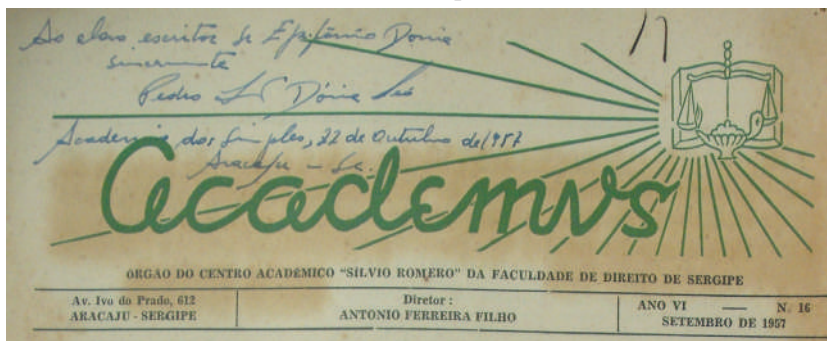


Imagem 3 – Marcas de tempo e de leitura (marginálias)

Fonte: jornal Academvs n° 16, 1957, capa. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

⁴⁷ CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60) / século XX Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009.

⁴⁸ Academvs, Op. Cit. n° 16, 1957, p. 1.

REPRESENTAÇÕES ACERCA DA FACULDADE DE DIREITO, SUA ADMINISTRAÇÃO E SEUS MÉTODOS DE ENSINO

Uma vez constituída em 1950, desde o início de suas atividades a Faculdade de Direito de Sergipe teve como endereço a Avenida Ivo do Prado, 612, em Aracaju, prédio onde anteriormente funcionara o Grupo Escolar Barão de Maroim⁴⁹. O imóvel doado à Faculdade pelo Governo do Estado de Sergipe, por intermédio da Lei n.º. 242 de 19.05.1950 foi legalmente a ela transferido por intermédio do Decreto n.º. 204 de 1950.

A característica mais marcante do prédio do antigo grupo escolar era a “monumentalidade” como afirma Santos⁵⁰, traço que continha em seu bojo o ideário republicano que justificou a criação do modelo dos grupos escolares, representado na demonstração da preocupação do Estado com a educação, oferecida em um espaço concebido especificamente para esse fim, objetivando, dentre outras finalidades, propiciar economia de tempo, a vigilância e educação dos alunos a partir de práticas vinculadas ao higienismo⁵¹ e à cultura cívica⁵².

A visão monumental do imóvel parece também ter feito parte das representações estudantis, que assim declararam no jornal veiculado pelo Centro Acadêmico Sílvia Romero:

A Faculdade de Direito tem merecido, quanto à sua localização, ao prédio em que se encontra instalada, os melhores e os mais

⁴⁹ O Grupo Escolar foi construído sobre as ruínas do antigo “Asylo Nossa Senhora da Pureza”, instituído em 1874 por personalidades sergipanas, dentre elas João Gomes de Mello, o Barão de Maroim, e funcionou até 1891. A causa para o fim de suas atividades foi a escassez de recursos para sua manutenção. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O grupo escolar Barão de maruim. In: Revista Cadernos UFS – História da Educação. Vol. VII. Fascículo I, 2005, p.81.

⁵⁰ Como detalha Santos, a monumentalidade do prédio do Grupo Escolar Barão de Maruim encarnava diversos símbolos “[...] Esses elementos simbólicos também estavam presentes na fachada [...] Nela, havia seis colunas jônicas e três escadas [...] se constitui, também, em uma das principais e mais bonitas construções da cidade de Aracaju na primeira metade do século XX. [...]” SANTOS, M. F. J. Op. Cit. p. 86.

⁵¹ ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sílvia Romero”, Ano I, n.º 1, setembro de 1951, capa. Acervo da Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

⁵² Ao tratar do Grupo Escolar Barão de Maroim, Santos informa que nele uma das formas de se desenvolver a cultura cívica, ao lado das práticas de educação física, se situavam as aulas que enfatizavam o conceito de Deus, pátria, família, sociedade e Estado. Cf. SANTOS, M. F. J. Op. Cit. p. 86.

justos comentários de todos aqueles que possuem autoridade e conhecimentos técnicos sobre o assunto. [...] Prédio amplo, salões espaçosos, ventilação farta, grande área livre, tanto à frente, como dos lados e aos fundos. Estamos, nós acadêmicos de direito num ambiente confortável e à altura [sem condições de leitura] Faculdade. Localizada no elegante bloco residencial que dá à Avenida Ivo do Prado o “tom” de ser a melhor zona da Capital, nossa faculdade ostenta o aspecto nobre que de fato possui e se destaca pela grandeza arquitetônica, pela sua linha de construção moderna.⁵³

Percebe-se nas frases da citação acima, que a portentosidade do prédio construído no início do século XX, ainda produzia seus efeitos 30 anos depois.

No dia 5 de março desse mesmo ano, foi eleita a primeira diretoria que teve como Diretor o professor Otávio de Souza Leite, como Vice-Diretor o professor Gonçalo Rollemberg Leite e como Conselheiros os professores Enoch Santiago, Manuel Ribeiro, Armando Leite Rollemberg e Afonso Moreira Temporal. Para atuar junto à Faculdade como Inspetor Federal, foi designado, em 21 de fevereiro de 1951, o Dr. Aristides Accioly Correia Lima.

Em 1953, em razão de problemas de saúde, falece Octávio Leite, assumindo a Faculdade de Direito, após eleição procedida pela Congregação, o professor Gonçalo Rollemberg Leite, que será conduzido sucessivamente ao cargo até o final da década de 1960. Em 1970, o referido professor afasta-se do cargo, possivelmente em função de problemas de saúde.

A administração da Faculdade de Direito será objeto de diferentes representações por parte de estudantes e professores. Fragmentos muitas vezes díspares são encontrados em diversos depoimentos e citações que revelam diferentes olhares incrustados em um extenso lapso temporal e em diferentes relações mantidas entre alunos, professores e autoridades locais.

Quando do afastamento do Professor Otávio Leite, por problemas

⁵³ ACADEMVS. Op. Cit. n.º 1,1951.

de saúde, foram enviados os seguintes votos ao seu substituto “Academvs fica confiante, pois vê no Dr. Gonçalo um dos maiores animadores da obra da Faculdade de Direito”⁵⁴.

No calor das exéquias do Professor Otávio Leite, a manchete do informativo foi: “Um exemplo de bondade e trabalho”. No interior do jornal, diversas opiniões de professores e acadêmicos da Faculdade, como as dos docentes Manoel Cabral Machado e Gonçalo Rollemberg Leite, e dos acadêmicos: Curt Vieira, Maria da Conceição Cardoso Ribeiro e Luiz Bispo.

Mas as opiniões expressas não davam conta apenas de um relacionamento pacífico com a Congregação. Esse foi o caso do aumento dos valores pagos com taxas e matrículas na Faculdade de Direito, inicialmente constituída enquanto sociedade particular, oportunidade em que o Academvs assim se posicionou:

Entretanto, qual não foi a surpresa dos alunos quando este ano além do aumento da taxa do vestibular, foi aumentada a taxa de matrícula [...] Fala-se de um novo aumento para os mestres [...] Mau, mau. Com dois anos de fundada e com aumentos sucessivos [...] Que todos nos sacrifiquemos – Professores e alunos. Mas puxar só dos alunos pode ser direito, mas não é justo. [...] ⁵⁵.

A tendência de o jornal assumir um posicionamento reivindicatório discente manteve-se presente durante toda a existência do Academvs, vivenciando momentos de maior e menor intensidade. Nos anos de 1961 e 1962, essa tendência estará relacionada ao questionamento da propriedade do Curso oferecido pela Faculdade, do método utilizado pelos mestres, do exame vestibular.

Uma pesquisa, por intermédio de votação secreta realizada no dia 16 de maio de 1961, cujos resultados apurados pelo Centro Acadêmico Sílvio Romero foram publicados na página 12 do Academvs n° 22,

⁵⁴ ACADEMVS, Op. Cit. n° 2, 1952, p. 2

⁵⁵ ACADEMVS, Op. Cit. n° 4, 1952, p. 8.

revelou que 64% dos respondentes consideravam que a direção da Faculdade, não tinha interesse em solucionar os problemas dos estudantes, atendendo às suas reivindicações e reclamos. 80% dos votantes consideravam que deveria haver participação discente no Conselho Técnico Administrativo da faculdade e 80% responderam que o ensino ministrado na faculdade não era suficiente para enfrentar a vida prática. São posicionamentos contundentes e esta tendência de descontentamento se refletiu em quase todo o formulário composto por cerca de 20 perguntas, contrariando a euforia dos anos iniciais.

Tal irrisignação pode ter se baseado em fatos reais ou ter sido gerada pelo momento em que a juventude experimentava uma época de realização de francos protestos sociais, sendo necessário um maior aprofundamento nessa questão.

Os docentes mesmo ocupando outro patamar na estrutura organizacional, colaboraram frequentemente com o impresso, trazendo à discussão temas complexos ou ainda inovadores. Dentre os colaboradores, destaca-se a assídua contribuição do professor Luiz Pereira de Melo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da visão totalizante de História e a decorrente ampliação das práticas historiográficas, a Nova História Cultural, herdeira do pensamento das três gerações da Escola dos *Annales*, trouxe a possibilidade da utilização do aporte de outras Ciências Humanas e Sociais, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, o que resultou na ampliação das abordagens, fontes e objetos de estudo.

No âmbito da História da Educação tal perspectiva resultou, inclusive, na expansão dos limites de utilização dos impressos, não só como instrumentos didáticos ou peças de administração escolar, mas, para considerá-los como fonte de pesquisa que possibilita a compreensão da cultura das instituições de ensino.

As representações dos discentes contidas no jornal *Academvs* possibilitam o entendimento da cultura acadêmica construída naquela

instituição de ensino superior, demonstrando ritos e símbolos próprios daquela faculdade, além de suas práticas formativas e rede de sociabilidade mantida.

A compreensão do processo cultural ocorrido durante os quase vinte anos de existência da Faculdade de Direito, retratado na primeira década pelo jornal estudantil *Academvs*, somente se torna possível em face dos exemplares disponíveis em acervos públicos e particulares, dentre eles o do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O periódico era uma edição do Centro Acadêmico Silvio Romero e seus editores escolhidos entre os membros eleitos do referido centro estudantil. Não havia uma estruturação fixa de colunas ou seções, mas, a recorrência da abordagem de determinados assuntos, que variaram do registro dos ritos e solenidades acadêmicos, ao posicionamento político mais ácido.

O jornal possuiu duas logomarcas distintas, que representaram na linha do tempo os ideais dos acadêmicos em Direito. Em um primeiro momento, essa característica simbólica relacionava-se às academias gregas, em especial, a fundada por Platão e, em um segundo movimento, passou a encarnar as luzes irradiadoras da cultura jurídica, numa nítida aproximação com as luzes antevistas pelos ideais iluministas, irradiadoras de cultura jurídica.

Apesar de haver sido editado no seio de uma comunidade acadêmica sem muitos recursos, o *Academvs* sobreviveu por mais de dez anos graças a uma série de táticas para sua sustentação e circulação, que incluíram a utilização de patrocínios por meio de propagandas, o pedido de doação de docentes da faculdade de Direito, além de envio do impresso a diversas instituições compostas por intelectuais sergipanos.

As relações e interações apresentadas no jornal nem sempre foram pacíficas, tendo revelado situações de crise entre acadêmicos e a Congregação da faculdade, muita embora todas as referências fossem pautadas por extremo respeito.

Enfim, o trabalho envidado possibilitou asseverar a importância do jornal *Academvs* enquanto fonte essencial para a compreensão da história do ensino jurídico e da Faculdade de Direito de Sergipe.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sívio Romero”, nº 1 a 11 e 13 a 21. 1951-1960. Acervo: Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Sergipe.

ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sívio Romero”, nº 22 e 23. 1961-1962. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca pública Epifêno Dórea. Aracaju: Sergipe.

ARAÚJO, Acrísio Torres. *Imprensa em Sergipe*. Brasília, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção – Sérgio Miceli*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRUZ, José vieira. *Por uma História Social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 40. Aracaju-SE: IGHS, 2010 (Dossiê Sergipe nos Programas de Pós-Graduação no Brasil).

CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. *Revista Litteraria do Gabinete de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006 (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). *Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60) / século XX*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009.

DANTAS, José Ibarê. História de Sergipe: República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Maria José. Revista “Cidade Nova” e as propostas de educação”

São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2008 (Dissertação de Mestrado).

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE. *Academvs*. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sílvio Romero”. Ano I, nº 1 a Ano 12, nº 23. Aracaju-Sergipe [s.ed].

GUARANÁ, Armindo. “Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, vol 1, parte 2, 1908. p.776-813.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Gonçalo Rollemberg. O ensino do direito. In: Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Anos 1968-1969, nº 13. Aracaju-Sergipe: Livraria Regina, p. 130 a 156.

LEITE, Gonçalo Rollemberg. O direito em Sergipe. In: Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Ano I, nº 1, 1953. Aracaju-Sergipe: Livraria Regina

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA, Maria do Socorro. República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão: UFS, 2009. Dissertação de Mestrado em Educação.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. XAVIER, Libânia Nacif.

Impressos e História da Educação: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MANGUEIRA, Wellington Marques. Entrevista concedida a Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira em 10 de fevereiro de 2011. Aracaju-Sergipe.

MELINS, Murillo, Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50. 3. ed. amp. e rev. Aracaju: UNIT, 2007., p.148.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. Revista Horizontes. Bragança Paulista: EDUSF, vol.19, jan./dez. 2001. p. 11-27.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório Português. In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria helena Câmara (orgs). Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

OLIVEIRA, Marcia T. J. Ensino Jurídico: gênese e metamorfose da Faculdade de Direito de Sergipe (1950 – 1970). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2008 (Monografia de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior).

ORTIZ, Renato (org). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D'água, 2003.

RAMOS, Antônio da Conceição. Movimento Estudantil: A JUC em Sergipe (1958-1964). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2000 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Ana Luzia. Educação na Imprensa Católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SANTOS, Geane Corrêa dos. Imprensa e Educação: A Difusão das Práticas Escolares no Jornal Gazeta Socialista (1948-1958). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *O grupo escolar Barão de Maroim*.

IN: Revista Cadernos UFS – História da Educação. Vol. VII. Fascículo I, 2005. p.79-90.

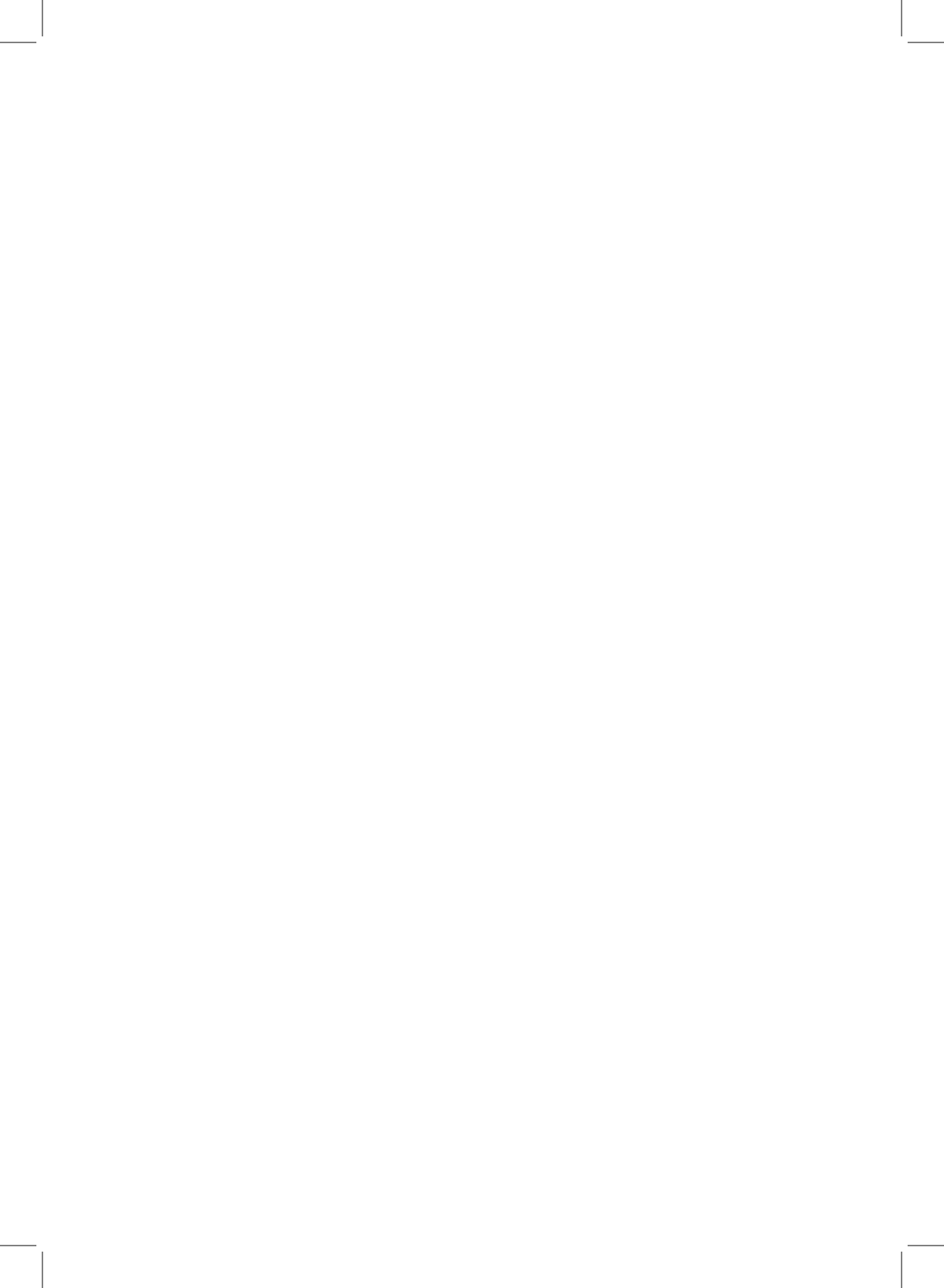
SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) Por uma história política. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Cristiane Vitória. “Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930)”. In: Cadernos UFS – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol. 5, 2003. p. 35-49.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. O *Necydalus*: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Dissertação de Mestrado em Educação).

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.

Artigos



SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA TRIBUTAÇÃO EM SERGIPE (1590-1889)

SUBSIDIES FOR THE STUDY OF THE TAXATION IN SERGIPE (1590-1889)

Lourival Santana Santos*

RESUMO

Este artigo apresenta uma contribuição para a História da tributação em Sergipe colonial e imperial. Dependente da Capitania da Bahia, a maior parte da riqueza produzida em Sergipe no período colonial, era transferida para a Metrópole através do pagamento da décima, do donativo voluntário, do subsídio literário. O artigo mostra também as dificuldades enfrentadas pelos Presidentes da Província decorrentes do estado crítico das suas finanças. As províncias sofriam com o centralismo, a falta de autonomia econômica e o fiscalismo exagerado sobre as rendas provinciais. Os déficits se acumulavam, pois a arrecadação não cobria metade das despesas.

Palavras-chave: Tributação; Sergipe Colonial; Sergipe Imperial.

ABSTRACT

This article presents a contribution for the History of the taxation in colonial and imperial Sergipe. Dependent of the Captaincy of Bahia, most of the wealth produced in Sergipe in the colonial period, it was transferred for the Metropolis through the payment of the decimal, of the voluntary donation, of the literary subsidy. The article shows the difficulties also faced by the Presidents of the Province due to the state critic of your finances. The provinces suffered with the centralism, the lack of economical autonomy and the exaggerating supervision on the provincial incomes. The deficits accumulated, therefore the collection didn't cover half of the expenses.

Keywords: Taxation; Colonial Sergipe; Imperial Sergipe.

* Doutor em Geografia Agrária (Área de concentração: Dinâmica e ocupação dos espaços agrários regionais) pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Email: lsantanasantos@ufs.br

INTRODUÇÃO

A conquista e ocupação do espaço sergipano já foram relatadas muito bem por vários historiadores¹. Porém, é importante destacar alguns pontos, para uma melhor compreensão do tema a ser abordado.

Sergipe fazia parte da Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho em 1534. Compreendia cinquenta léguas da barra do rio São Francisco “à ponta da barra de todos os Santos”².

Somente, a partir de 1575, foi despertado o interesse por Sergipe. Nesse momento o governo português sentia a necessidade de integrá-lo ao movimento colonizador, visto que este pequeno território facilitaria maiores contatos entre o centro administrativo (Capitania da Bahia) e o econômico (Capitania de Pernambuco).

A primeira tentativa de conquista partiu dos inacianos, mas estes não obtiveram o êxito desejado no sentido colonialista. É bom lembrar que paralelamente às ações dos Jesuítas, o Governador Luís de Brito³ estabeleceu uma aliança com Garcia D’Ávila, para iniciar a ocupação de Sergipe, porém não alcançou os resultados esperados.

Em 1575, Luís de Brito toma para si a empresa da conquista, organizando uma expedição para tal feito, no entanto, “retirou-se do território sem deixar qualquer marco de colonização”⁴.

Na última década do século XVI, iniciou-se a colonização de Sergipe, após a campanha vitoriosa de Cristóvão de Barros, em 1590. Como recompensa pelos serviços prestados,

pelos quais não só a capitania da Bahia ficou isenta de uma invasão, como a colonização estendeu-se a novas paragens, donde o erário tinha muitos proventos que tirar para o futuro

¹ Vide principalmente: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª edição, Petrópolis:Vozes, 1977; NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1989; NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1996.

² FREIRE, Felisbello (1977). op. cit, p. 67.

³ Em 1572 quando era rei de Portugal D. Sebastião, o Brasil foi dividido em dois governos: Norte, governado por Luís de Brito com sede em Salvador e o do Sul que tinha como governador Antônio Salema com sede no Rio de Janeiro.

⁴ NUNES, Maria Thetis (1989). Op.cit, p. 23.

(grifo nosso), o rei das Espanhas fez doação a Cristóvão de Barros do território que acabava de conquistar, com a ordem de vender essas terras ou reparti-las entre os colonos que quisesse e fosse de sua vontade, com a condição de estabelecer aí colônias.⁵

Após fazer doações de terras, Cristóvão de Barros entregou o governo da nova capitania a Tomé da Rocha. Estavam lançadas, assim, bases da administração pública.

Em tal contexto os primeiros povoadores se estabelecem no território sergipano, obedecendo não a um plano de povoamento pré-determinado do ponto de vista geográfico, e, sim, de acordo com interesses individuais. O povoamento foi realizado de forma rarefeita e, em relação aos primeiros povoadores, afirma Thetis Nunes: “na maioria eram pessoas de poucos recursos (...) raríssimos deles visavam, nas solicitações, a construir engenho de açúcar. Muitos não tiveram condições de colonizar a terra recebida”.⁶

Em nível administrativo, vários órgãos foram criados, a exemplo da Provedoria, responsável pelos negócios da fazenda. Estavam lançadas as bases da tributação em Sergipe.

A TRIBUTAÇÃO EM SERGIPE COLONIAL

Acreditamos que as receitas reais, nos primeiros tempos da colonização de Sergipe, eram provenientes principalmente, da criação de gado, pois a maior parte das doações de terras referia-se à formação de currais, a exemplo da carta de João Garcez, datada de 1º de dezembro de 1602.

Saibão etc Diz joam garcez morador baia de sallvador que helle sopricante tem nesta capitania sua fazenda de guado vacum he quavallar he seus escravos he outras criasoms he ora pretende meter nella muita fabriqua por coanta he pesoa de pose de que resulta acrescentamento a fazenda de sua magestade he bem de

⁵ FREIRE, Felisbello (1977). Op, cit, p. 84.

⁶ NUNES, Maria Thetis (1996). Op, cit, p. 147.

se povoar esta capitania he por quanto helle sopricante não tem tera omde posa apastorar seu guado he mais criasoes pede a Vm. (...) de sesmaria duas mil brasas de tera (...)”⁷.

Em 1603, a capitania foi entregue ao contratador Gabriel Ribeiro para exploração. Além do gado e das miunças⁸, contribuía Sergipe com a coroa portuguesa com as rendas provenientes do estanco do pau Brasil e dos dízimos. Nesse ano a despesa anual de Sergipe foi de 396\$000 e a receita aproximava-se de 600\$000⁹. Nove anos depois, as despesas somavam 428\$840, com uma receita de 580\$000¹⁰.

Às vésperas do domínio holandês Sergipe possuía quatrocentos currais e oito engenhos de açúcar. Esse crescimento, num período de apenas quarenta anos, aproximadamente, foi barrado durante o domínio batavo. A capitania foi parcialmente destruída. Sua vida econômica estagnou-se;

Os saques e devastações de que foi alvo Sergipe, pelos conquistadores e fugitivos, fizeram da capitania um deserto, de onde desapareceram completamente o trabalho agrícola e a atrasada vida administrativa encetada e mantida, sob os esforços dos primeiros colonizadores. Pelos seus campos pastava o resto do gado, que salvo da vingança dos fugitivos e da cobiça dos conquistadores, servia agora de alimento aos tigres”¹¹.

Apesar da decadência, a capitania de Sergipe era obrigada a contribuir com o pagamento de tributos à coroa portuguesa, a exemplo da Finta, que correspondia a 1000 arrobas de tabaco, anualmente, para o pagamento à Holanda¹². A escolha dessa tributação sobre o fumo

⁷ FREIRE, Felisbello (1977). Op, cit, p. 394.

⁸ Animais de pequeno porte.

⁹ SILVA, Clodomir de Souza. Op, cit, p. 13.

¹⁰ FREIRE, Felisbello (1977). Op, cit , p.95-96.

¹¹ Idem, p. 132.

¹² Para a assinatura da paz com a Holanda, Portugal pagou uma indenização de 4.000.000 cruzados em dinheiro, açúcar, tabaco e sal.

deveu-se ao fato de se constituir, nesse período sua maior lavoura, com destaque no comércio externo colonial, tornando-se produto importante na troca de escravos negros.

Até a criação da Comarca , em 1696 , a situação financeira da capitania de Sergipe era crítica. Ressentia-se da falta inclusive de numerário. Os capitães-mores solicitavam, constantemente, que os tributos fossem pagos em produtos, o que não era atendido pelo governo central, agravando mais a situação econômica.

Iniciado o século XVIII, o arrocho tributário continuava a agravar cada vez mais a situação econômica sergipana, com a transferência de numerário para o governo central.

Felisbello Freire mostra claramente que a capitania era obrigada a contribuir com: “(...) 10% das fazendas e 6\$000 por cada escravo, que fosse por negócio das minas [e] o acrescentamento do preço do sal, permitido ao contratador”¹³.

Além dos impostos tributados e transferidos para a Bahia, Sergipe era obrigado a contribuir com donativos “voluntários”, como o pagamento anual de 4:800\$000, para o casamento do príncipe real e dote da infanta D. Maria. A dificuldade em pagar o referido donativo levou os Oficiais da Câmara de Sergipe del Rey, a enviar uma representação ao Rei D. João V, solicitando que fossem aliviados de tal contribuição, como bem informa o Conselho Ultramarino, em Consulta datada de 19 de agosto de 1730 sobre,

a finta que derão aos oficiais da camera da Capitania de Sergipe del Rey a respeito do lançamento e cobrança de doze mil cruzados da dita capitania para os gastos dos casamentos dos príncipes com os da Castella (...) implorando de V.Magde a graça de os aliviar da dita contribuição¹⁴.

Treze anos depois, Sergipe ainda não tinha conseguido pagá-lo, devendo ainda 14:048\$000, em virtude do “péssimo estado financeiro

¹³ FREIRE, Felisbello (1977). Op, cit, p. 176.

¹⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA: Capitania de Sergipe (Doravante, AHULCS), Caixa 3, Doc. 228, 19 de agosto de 1730.

da comarca, que foi a razão alegada, por diversas vezes, pelas câmaras de Sergipe perante o soberano, no intuito de isentá-las das diversas contribuições que sobre si pesavam”¹⁵.

Além desses valores devia pagar também a importância anual de 2: 828\$000, durante 30 anos para a reedificação de Lisboa, abalada pelo terremoto de 1755. Desta feita, ainda em 1787, os oficiais da câmara da Vila de Santo Amaro das Brotas solicitavam que também fossem aliviados devido à pobreza que se encontravam.

O Juiz e mais officaes da camara da villa de Santo Amaro das Brotas Comarca de Sergipe de El Rey vam por meio desta aos pés de V. Magde a representarmos que se acham estintos os trinta anos do Donativo voluntário que os Vassalos ofereceram ao Serenissimo Rey D, Jozé de possuidoza memória (...) este povo pela huma pobreza (...) recorrem à beneguidade de V. Magde {para} substar a dita contribuissam.¹⁶

Até a segunda metade do século XVIII, do ponto de vista demográfico, o povoamento da Capitania de Sergipe se apresentava satisfatório, isto é, de duzentos moradores, em 1612, passa para 17.169, em 1707¹⁷. Em 1757 já atingia 28.449 habitantes¹⁸. Em 1802, Sergipe tinha 55.668 habitantes e, ao término da era colonial, atingia 120.000¹⁹.

Nas primeiras duas décadas do século XIX, a vida socioeconômica da Capitania de Sergipe se apresentava promissora. Tinha uma cidade, São Cristóvão; sete vilas: Santa Luzia, Thomar, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Vila Nova²⁰; quatro povoações: Laranjeiras, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro.

¹⁵ FREIRE, Felisbello (1977). op. cit, p. 206.

¹⁶ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA: Inventário de Castro e Almeida (Doravante AHULCA), Caixa 06, Doc. 453, 31 de janeiro de 1787.

¹⁷ MOTT, Luiz R. B. *Sergipe del Rey*: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986, p. 86.

¹⁸ AHULCA, caixa 15, Documentos: 2698, 2708, 2710, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716.

¹⁹ MOTT, Luiz R. B. (1986). Op. cit, p. 86

²⁰ Atualmente cidade de Neópolis.

Na barra do Cotinguiba, ancoravam os barcos que transportavam os produtos de Sergipe para os portos da Bahia, principalmente o açúcar. Quanto à aguardente,

Mais progresso teria se os proprietários das oficinas não soffressem muitos vexames da conducta cobiçosa dos arrematadores do imposto ou contracto d'aguardente. Estes não somente são desattentos e intrataveis, porem, praticam muitas extorsões contra os donos dos laboratórios d'aguardente por um modo violento, querem ganhos exorbitantes e d'este modo vem os proprietários industriosos a pagar não só o imposto, mas tambem o lucro arbitrario do arrendador (...)²¹

Convém destacar que, no início dos novecentos, dois produtos significativos estavam na pauta das exportações sergipanas, o que naturalmente gerava tributos para os cofres régios: o algodão e o açúcar.

O algodão já era conhecido e utilizado no início da colonização de Sergipe. Primeiro pelos índios tupinambás, que inclusive utilizavam como produto de troca com os franceses e, posteriormente, supria “as necessidades das populações interioranas humildes ou da orla marítima e dos escravos”²².

Na segunda metade do século XVIII, o cultivo do algodão conheceu um período de florescimento, em decorrência da Revolução Industrial, principalmente com o desenvolvimento do setor têxtil. Consolidada a Independência americana, a produção sergipana, como, aliás, ocorreu em nível de Brasil, entrou em crise. Só voltou a se destacar na segunda metade dos novecentos, devido, principalmente, à retração do mercado exportador norte-americano, em decorrência da Guerra de Secessão.

Enquanto se verificava um decréscimo da produção algodoeira, o açúcar despontava como a base da riqueza de Sergipe e, naturalmente, o

²¹ SOUZA, Marcos A. de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe*: sua fundação, população e melhoramentos de que é capaz. 2. ed. Aracaju, IBGE/DEE, 1944, p. 21.

²² A respeito do algodão em Sergipe vide: FONTES, Nilton de Araújo et BRAVO, Maria Auxiliadora. *O algodão em Sergipe*: apogeu e crises. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

produto que contribuía com maior numerário para os cofres da metrópole.

Em Sergipe, data do início da colonização o plantio das primeiras mudas de cana-de-açúcar. Primeiro no Vale do rio Piauí, em Santa Luzia e, posteriormente, na região do Cotinguiba.

impulsionado pelos lucros, pela prosperidade geral, o engenho invadiu todos os vales dos rios sergipenses, partindo a princípio do Real, ao Sul da Capitania, atingindo depois o Piauí, o Vasa Barris, o Poxim, o Cotinguiba, o Sergipe, o Ganhamoroba, o Siriri e o Japarutuba. Vales férteis, ricos massapês, abundantes aguadas, eram requisitos exigidos pelos colonizadores para a fundação dos seus engenhos²³.

A cobrança dos dízimos sobre o açúcar produzido em Sergipe era feita através dos contratadores; isso frequentemente preocupava as autoridades metropolitanas quanto à necessidade de cobrá-los, integralmente, “sem prejuízo para a Fazenda Real”. Em visita à Capitania de Sergipe, em janeiro de 1798, o procurador da Fazenda José Borges da Cunha demonstra essa preocupação.

Humildemente prostrado aos Reais pés de V. Augustissima Alteza que Deos guarde, pelas observações que tenho feito na arrecadação do Dízimo dos assucares de q'sou procurador nesta comarca de Sergipe, em cuja cidade, hé grande o prejuizo q' resulta a Real Fazenda (...) Pelo que parece q' havendo sua Real Mage que Deos guarde de fazer arrecadar os Dízimos mencionados diretamente para a mesma Real Fazenda sem os meynos de os reduzir a contractos cessará os males, e inconvenientes indicados mandando que se pague a dinheiro nos trapiches em q' se descarregarem as caixas de asucar regulados pelos pesos q' em cada huma se acharem, e pelo preço, q' tiverem abatendo-se nellas(...).²⁴

²³ DANTAS, Orlando. *O problema do açúcar em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1944, p. 18.

²⁴ AHULCS, Caixa 06, Doc. 474.

Ademais, o Procurador da Fazenda acusava os proprietários de engenho de sonegarem o pagamento, principalmente quando cobravam dos lavradores e não repassavam para o Erário Régio. Para ele, era necessária urgentemente “a prompta cobrança, sem ficar devendo couza alguma os senhores de engenho (...) o q’ até agora vinhão a dever e utilizando-se dos dinheiros dos dízimos q’ cobravão dos Lavradores e os deixavão em seu poder”.²⁵

Responsabilizava também os funcionários Régios, a exemplo dos “roubos, q’ podião ter dos Procuradores, ou dos Mestres, para as venderem por sua conta, tirando-lhes as marcas [das caixas de açúcar] ou letreiros”.²⁶

Por sua vez, os senhores de engenho questionavam tal cobrança, não somente por seu valor, mas também pelo fato de o pagamento do dízimo ser feito em produto e não em dinheiro, como era cobrado.

Além do pagamento do dízimo, os senhores de engenho tinham que arcar com todos os custos isto é: encaixotamento transporte para os trapiches, despesas alfandegárias, armazenagem em Lisboa, direitos, consulados, entre outros.

Eram transferidos para o Erário Régio 45% do custo do açúcar fino e 60% do inferior. O açúcar branco era cotado a 1\$600réis a arroba, chegando a Lisboa a 2\$410réis²⁷. Portanto, grande parte da riqueza produzida no Brasil, a exemplo do açúcar, era transferida para a metrópole, quer seja através dos tributos (impostos diretos e indiretos), quer por meio das relações comerciais.

A falta de autonomia política e administrativa dificultava o desenvolvimento econômico da Capitania de Sergipe. As suas finanças eram controladas por administradores e fiscais da Junta da Real Fazenda da Bahia. As suas rendas consistiam nos Dízimos Reais, que eram pagos e arrematados na Capitania da Bahia; além

²⁵ Idem

²⁶ Id.

²⁷ SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Editora Nacional, 1947, p. 105.

da décima, donativo voluntário, o subsídio literário, os atuais se arrecadam na mesma cidade de Sergipe d'El rei e depois de feitas as despesas para ali decretadas se revertem as sobras aos cofres da referida junta da fazenda da Bahia, sendo aquellas annualmente da importância de 16 a 17 contos de réis, não sendo incluído o rendimento de sellos e sizas que são remetidos pelas respectivas camaras dos districtos por ordem do ouvidor da comarca.²⁸

A TRIBUTAÇÃO EM SERGIPE IMPERIAL

O ato Adicional de 1834 definiu a competência das Províncias, para estabelecer os impostos necessários, de modo que não prejudicasse os estabelecidos pelo governo central. Assim, a renda das províncias poderia ser estabelecida sobre ítems: “Donativo e terças partes de ofícios, Selo de heranças e legados, Emolumentos da Polícia, Décima dos prédios urbanos, Dízimo de exportação, Imposto das casas de leilão e modas, Imposto de 20% no consumo de aguardente da terra, Imposto sobre o gado de consumo, Meia sisa dos escravos”²⁹.

Com uma população estimada em 100.000 habitantes a economia sergipana apresentava-se de certo modo próspera, na medida em que as suas exportações somavam um milhão trezentos e treze mil cruzados. Essas eram provenientes principalmente do açúcar produzido em 226 engenhos. Além do açúcar, Sergipe exportava aguardente, fumo e farinha de mandioca.³⁰

O comércio se realizava através das barras do Cotinguiba e Vasa-Barris, porém em nível do comércio internacional, Sergipe dependia do porto de Salvador.

²⁸ FERNANDES, José Antônio. Informações sobre a Província de Sergipe em 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, n. 1, 1913, p. 46-50.

²⁹ FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional – 1889-1930*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1999. p. 157.

³⁰ NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, p. 41.

Depois do tumultuado governo de Carlos Bulmarque, a junta provisória que assumiu o poder em nível administrativo criou a repartição da Fazenda, lançando as bases no que concerne à arrecadação. Em janeiro de 1824, assume o governo o Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, o primeiro presidente nomeado para Sergipe independente.

O Presidente nomeado encontrou várias dificuldades para administrar, a exemplo da

Receita e a despesa Pública [que] estavam totalmente desorganizadas duma parte por mal arrecadadas, e outras pela profusão como era atribuída a uns, deixando-se na indigência a outros. Não conseguiu balancear as rendas públicas ante a oposição do vedor interino Euzébio Vanério, que controlava a Junta da Fazenda e de “mãos dadas com seus parciários ditos comiam e dispunham dos dinheiros a seu bel-prazer”³¹.

Assumindo a Presidência de Sergipe, em 15 de janeiro de 1825, Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, procurou organizar a arrecadação das rendas públicas. Tentou agilizar a cobrança de impostos, principalmente sobre os produtos exportados para a Bahia, contudo essa medida não vigorou, pois “continuaram a prevalecer os interesses dos comerciantes e das autoridades de Salvador, aos quais era, financeiramente, vantajosa a situação da dependência econômica vigente”.³²

Até a administração de Manoel Ribeiro da Silva Lisboa (1835), Sergipe passou por dificuldades financeiras. A frágil arrecadação dificultava o desenvolvimento econômico da Província, “o dinheiro do erário público não era fiscalizado, e os agentes da arrecadação nem sempre prestavam suas contas”³³.

É importante frisar que antes do Ato Adicional de 1834, a Lei de 4 de outubro de 1831 extinguiu o Tesouro Nacional e o Conselho da Fazenda. Nas províncias foram criadas as tesourarias provinciais.

³¹ Idem, p. 85.

³² Ibid, p. 112-113.

³³ FREIRE, Felisbello (1977), op, cit, p. 287.

Assumindo a Presidência de Sergipe, o Doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisboa procurou agilizar as receitas provinciais, principalmente no tocante à falta de prestação de contas dos agentes coletores. Emitiu ordens para que o Inspetor da Tesouraria intimasse

aos Collectores de sua Comarca, para que no prazo de vinte dias prefixos, sommados depois da intimação, apresentem as suas respectivas contas na contadoria (...) depois de tão positiva intimação, deixem de realizar as prestações determinadas, sejam imediatamente suspensos, e processados por incursos nos crimes de peculato, prevaricação, e desobediencia.³⁴

Apesar de o Ato Adicional estabelecer os impostos que deviam arrecadar, observamos que a maior parte dos tributos estavam inclusos na Receita Geral. No caso de Sergipe, estes eram cobrados e transferidos para a Bahia e daí para o Governo Central.

As províncias sofriam com o centralismo, a falta de autonomia econômica, o fiscalismo exagerado sobre as rendas provinciais. Aliás, essa questão é percebida no relatório do Presidente do Tribunal do Tesouro Público Nacional, Manoel do Nascimento Castro e Silva. Analisando o balanço da despesa e receita dos anos de 1832 a 1833, ressalta o fato de não haver um controle sistemático sobre os impostos, principalmente a sisa, meia sisa, décima urbana, imposto do banco, correio, selo do papel, dízimo do gado e de miunças, imposto sobre a carne verde, imposto da aguardente, o subsídio literário. Recomendava ao Inspetor da Fazenda que empregasse “todo o zelo, cuidado na administração, e fiscalização a seu cargo (...) huma vez que a receita não for suficiente, nem os povos devem sobrecarregar-se de novos impostos [...]”³⁵

Em 1836, Sergipe apresentava um déficit orçamentário de 151:687\$500 réis. Para o Presidente Manoel Joaquim Fernandes de

³⁴ Relatório de todos os atos do Governo da Província de Sergipe na Presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa. Bahia: Typografia do Correio Mercantil, p. 17.

³⁵ Falla da Abertura da Assembléa Legislativa Provincial na Sessão Extraordinária em agosto de 1835. Sergipe: Typografia de Silveira, p.451.

Barros, a causa desse déficit estava na transferência de impostos para o Governo Central, através da Receita Geral, principalmente os dízimos do açúcar e algodão. Defendia que “[...] pela caixa geral se paguem as despesas de huma Província, que tanto contribui para essa mesma caixa, até que Huma Lei positiva confira a Província parte desses impostos, que hoje se chamão geraes”.³⁶

Ele percebia ainda que a solução era criar um melhor sistema de arrecadação como também a criação de novos impostos. Além disso, mostra o Presidente que seria importante o esclarecimento da população sobre os benefícios advindos dos novos tributos.

Procurando melhorar o sistema tributário, através da decisão 505, de 12 de setembro de 1836, foi instalada a Alfândega no porto das redes e a Mesa de Rendas em Laranjeiras; provavelmente, nesse mesmo ano, a Alfândega foi transferida para a cidade de Laranjeiras. Criou-se também, nessa ocasião a Mesa de Rendas de Estância.

A dependência com a Bahia continuava; pela Lei de 13 de março de 1836, foi criada uma Recebedoria de rendas provinciais, em Salvador, para fiscalização a dos direitos que cabiam a província de Sergipe; também foram criados dois tribunais de fiscalização no rio São Francisco e rio Real.

Por sua vez, a lei de 3 de março de 1837 procurou regulamentar as Mesas de Rendas, estabelecendo que:

Art. 1º - As Mesas de Rendas estabelecidas nos diferentes Portos da Província, não consentirão que Embarcação alguma dê princípio a carregar, sem que o Mestre respectivo tenha declarado a Mesa competente, quaes os Trapiches d’onde pretende receber Caixas;
Art. 2º - As Mesas de Rendas não consentirão que se recebam Caixas de assucar, ou quaesquer outros volumes, que tem de pagar direitos, fora dos Trapiches nos portos onde os houver, e recomendarão aos administradores dos Trapiches a maior exacção no peso de taes volumes, para que os Direitos relativos sejam arrecadados com a necessária regularidade;

³⁶ Ibid, p. 459.

Art. 3º - Os Mestres de Embarcações, que faltarem ao dever, que lhes incumbe esse regulamento, serão multados pelas Mesas respectivas na quantia de trinta mil réis;

Art. 4º - O producto das multas, de que trata o artigo antecedente, fará parte da Renda Provincial;

Art. 5º - As diferentes Mesas de Rendas darão ao presente Regulamento a necessária publicidade”.³⁷

Até o golpe da maioria, a situação da Província de Sergipe era a mais difícil possível. Os déficits orçamentários apareciam constantemente nos relatórios presidenciais, apesar das medidas tomadas, a exemplo da instalação da Alfândega e das Mesa de Rendas criadas na cidade de Laranjeiras e dos tribunais de fiscalização, em Vila Nova e Estância. Referências constantes eram feitas sobre o sistema de arrecadação, o qual devido à sua precariedade, não cobria metade das despesas. Em relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 1838, o Presidente José Eloy Pessoa afirmava que não era possível “[...] suprir a Província com os dinheiros, que presentemente produzem os seus direitos, os quaes apenas podem chegar para meis despeza da orçada”.³⁸

Os déficits se acumulavam, talvez por conta da falta de autonomia fiscal por parte das províncias. Diante dessa questão, a Lei orçamentária de 1840 estabelecia que as províncias podiam criar tributos, desde que fossem diferentes dos cobrados pelo Governo Central. Por essa Lei, ficava estabelecido que as províncias podiam cobrar os seguintes impostos: Décima dos legados e herança, pagos pelos herdeiros ou legatários; dízimo dos gêneros (açúcar, café, etc); imposto sobre a transmissão da propriedade; meia sisa dos escravos ladinos; subsídio literário, com diversas finalidades assistenciais; décima dos prédios urbanos (décima urbana)³⁹; taxa de viação em estradas provinciais e de navegação em rios internos; imposto sobre casas de leilão e modas.⁴⁰

³⁷ Livro da Lei Sergipana de 1837. Vol. III, Typografia Provincial, 1839, p. 29-30.

³⁸ Falla com que o Exmo. Sr Presidente da Província abriu a primeira sessão ordinária da Segunda legislatura na Assembléia Legislativa. Sergipe: Typografia de Silveira, 1838, p. 26.

³⁹ Esse imposto mais tarde passaria a ser denominado imposto predial.

⁴⁰ AMED, Fernando José. Op, cit, p. 208.

Logo as Províncias:

[...] dentro dos limitados recursos de que dispunham, em que sobressaiam ora os dízimos, ora a décima urbana ou o imposto sobre o aguardente, segundo a estrutura econômica de cada uma, não viam outro caminho, para atenuar suas dificuldades financeiras, senão invadir amiúde, o campo da tributação do governo central.⁴¹

Procurando melhor otimizar as receitas da Província de Sergipe no que se refere à arrecadação, a Lei n.º. 75, de 13 de março de 1841, estabelecia: “Art. 1º - Fica creada, desde já, uma thesouraria provincial”.

Por sua vez, a Lei n.º. 197, de 29 de julho de 1847, estabelecia no seu Artigo 12:

A arrecadação e fiscalização dos direitos provinciais até agora feitas pela alfândega e meza de rendas da província, ficão deste já desannexadas, e a cargo d’administrações e agencias filiaes, e exactorias que por esta lei ficão outro sim creadas, e subordinadas à thesouraria, seguindo em tudo suas ordens e as do governo, que por intermedio do inspector lhes forem presentes⁴².

José Ferreira Souto, na sua fala à Assembleia Legislativa, em 3 de maio de 1847, defendia a abolição de alguns impostos os quais pouca renda traziam aos cofres, a exemplo do imposto de aguardente importado, imposto sobre o mel exportado, o de 5% sobre olarias, caieiras e fornos de cal, como também o dízimo do pescado.

Por outro lado, alguns impostos que faziam parte da receita provincial foram transferidos para os municípios, a exemplo do que estabeleceu a Resolução n.º. 309, de 19 de fevereiro de 1851, que desligava

⁴¹ DEVEZA, Guilherme. Op, Cit, p. 69.

⁴² Compilação das Léis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Volume II, Aracaju: Tipografia de F. das Chagas Lima.

[...] da Receita provincial por espaço de 4 annos para fazer parte da receita municipal da villa de Simão Dias o imposto de 2500 por cada rez morta, pondo-se em hasta pública perante a respectiva camara a quem mais der em pagamentos trimesaes em letras conforme a direito, sendo o producto applicado para o reparo e conclusão da Igreja Matriz da mesma villa⁴³.

A principal renda da Província era proveniente do imposto do meiodízimo sobre o açúcar. O problema era o imposto sobre alambiques, que pouca arrecadação dava aos cofres públicos. Para o Dr. Joaquim José Teixeira, na sua fala de abertura da Assembleia Provincial, em 3 de abril de 1848, a culpa era das câmaras municipais, pois

figurão por assim dizer, como juizes em cauza propria; já porque muitos contribuintes conseguem illudir ao Governo, e as justiças com attestados, que são couzas que aqui se dão com a maior facilidade, e já porque tem a Fazenda, que bater a muitas portas⁴⁴

No período de 1849 a 1850, a relação entre receita e despesa apresentou-se deficitária. Esse déficit devia-se à má fiscalização dos gêneros exportados. Por conta disso, os dirigentes percebiam a necessidade de uma melhor estruturação e localização da Alfândega de Sergipe. Pelo aviso de 28 de janeiro de 1846, foi designado o Porto das Redes para instalação da referida Alfândega; entretanto o inspetor da Tesouraria Provincial percebia que o local mais apropriado era o Porto dos Coqueiros:

Por ficar proximo da Barra, proporcionará melhores meios à alfândega de impedir que passem por alto as mercadorias na extensão que d'ahi vai ao Porto das redes, toda semeada de emborcaduras de rios e bons lugares de desembarque.⁴⁵

⁴³ Collecção de Léis, Decretos e Resoluções da Província de Sergipe, 1851.

⁴⁴ Fala dirigida a Assembléia Legislativa pelo Dr. Joaquim José Teixeira. Sergipe, Typografia Provincial, 1848.

⁴⁵ Idem.

Não restam dúvidas de que a arrecadação crescia ano a ano, apesar dos déficits verificados; porém, a partir de 1850, a Província passa a apresentar saldos positivos. Somente após a década de 1860, esses déficits voltam a dificultar a vida administrativa de Sergipe, como veremos posteriormente.

Ao assumir o governo, Inácio Joaquim Barbosa detalhou muito bem a situação sócio-político-econômica da Província⁴⁶, que se apresentava na mais completa paz. Quanto à questão dos impostos, destacava o Presidente alguns problemas, no tocante à cobrança do meio dízimo do açúcar, 5% sobre a sola, 50% sobre o milho, feijão e farinha de mandioca, o gado vacum e cavalari vendida para fora da Província e da décima urbana.

Ao comentar sobre o imposto do açúcar, defendia a redução do imposto de 5% para 4%, pois sendo “o principal ramo de produção e riqueza, carrega de mais com a enorme despeza de 400 réis, por arroba do transporte de cabotagem, visto ainda aqui [na Província] não existir commercio directo com os portos estrangeiros”.⁴⁷

O imposto sobre a sola era arrecadado na Mesa de Rendas de Vila Nova. O problema principal desse imposto era que os produtores preferiam despachá-lo, através da Mesa de Rendas de Penedo, onde pagavam apenas 3%.

Quanto ao milho, feijão e à farinha de mandioca, o imposto de 50% visava impedir a sua exportação, pois se tratavam de gêneros necessários às necessidades internas da Província.

A tributação sobre o gado vacum e cavalari era ameaçada, devido à sonegação. Apesar da exportação de inúmeras reses para a Bahia, nenhum rendimento trazia para a Província.

Procurando impedir o desvio da produção do algodão e dos couros, para Penedo/Alagoas, o imposto de 5% que citado anteriormente, foi reduzido para 3%. Quanto ao imposto da meia sisa, que rendeu 13:160\$624 réis, em 1853, achava-se deficitário, em decorrência da isenção dada aos proprietários de engenho e aos lavradores de cana.

⁴⁶ Relatório do Presidente Joaquim Inácio Barbosa, 20 de abril de 1854.

⁴⁷ Idem.

É importante percebermos que essa medida de isenção objetivava facilitar aos proprietários a aquisição de escravos, devido à retração do mercado externo, a partir da Lei Euzébio de Queiroz. Adquirindo mão-de-obra, os proprietários aumentariam a produção do açúcar maior produto da receita provincial. Com isso, a arrecadação não atingiu os resultados esperados; pelo contrário, como bem afirmou Inácio Joaquim Barbosa, em setembro de 1854:

Esta resolução, que sem dúvida teve em vista beneficiar a lavoura, de facto só tem servido para desfalcar fortemente a renda deste importante ramo da receita, o para mais alimentar a exportação dos escravos, porque os exportadores facilmente conseguem dos vendedores simulados contractos de vendas a lavradores de cannas, que em troca lhes dão procurações para effectuar as vendas fora da Província⁴⁸.

Indubitavelmente, que uma das preocupações do Presidente Inácio Joaquim Barbosa foi, a prosperidade da Província. Ele percebia que esta dependia do escoamento da produção, particularmente - a açucareira, pois

Por falta de portos convenientemente localizados as mercadorias oneravam-se, pesadamente, com o custo de uma série de cargas e descargas, realizadas em condições precárias que aumentavam de muito os riscos destas operações. O progresso da Província reclamava um fim a essa talassofobia que durava desde os tempos da colônia.⁴⁹

Anteriormente, em novembro de 1854, devido à necessidade de uma fiscalização mais eficiente, na barra do Cotinguiba, Inácio Joaquim Barbosa transferiu a Mesa de Rendas do Porto das Redes para a Barra

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana*. Aracaju, 1945 (Estudos Sergipanos II), p. 20.

dos Coqueiros, onde já tinha sido instalada a Alfândega. Posteriormente, esses órgãos e outros foram transferidos para o povoado de Santo Antônio de Aracaju. Aracaju se tornava o escoadouro da produção sergipana.

De 1854 a 1857, a Província conheceu uma relativa prosperidade financeira, principalmente no período de 1856 a 1857. Novamente, destacou-se o imposto cobrado sobre o açúcar, principalmente a partir da mudança da pesagem para Sergipe, o que antes era feito na Bahia. Com isso, verificou-se um sensível aumento da arrecadação, pois

Despachava-se o assucar pelo calculo de 45 arrobas cada caixa segundo a pauta dos preços correntes da Bahia, havia alli um agente fiscal pago por esta província para verificar a pesada das caixas e por uma lista de descarga dada pelo trapicheiro, rubricada por aquelle agente se fazia na torna viagem dos barcos um novo processo de conferencia do despacho com a lista de descarrega, e as mezas exportadoras recebião, ou pagavam aos despachantes a differença que resultava d'essa comparação. É escusado dizer-vos que quasi sempre a differença encontrada era contra a fazenda, que jamais deixou de restituir pretendidos excessos de direito.⁵⁰

Devido ao déficit verificado no exercício de 1858 a 1859, propôs o Presidente da Província, com base no relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial, Dr. Joaquim José de Oliveira, que fossem tomadas as seguintes medidas: a) aumentar o imposto de 5% para 7% sobre a cachaça exportada; b) aumentar para 6\$ o imposto sobre os couros secos e salgados; c) idem para 10\$ o imposto sobre os cereais; d) a taxa sobre os alambiques deveria ser substituída pelo imposto de 20\$000 réis; e) aumentar para 5\$000 réis o imposto sobre o gado vacum e cavalari exportado; f) criar o imposto de 5\$000, 10\$000 e 20\$000 réis sobre casas que venderem bebidas alcoólicas.⁵¹

Havia na Província, nesse período, cinco Mesas de Rendas, doze exatarias e três agências responsáveis pela cobrança dos impostos.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 31 de dezembro de 1857.

Ao assumir a Presidência, em 1860, o Dr Thomaz Alves Junior herdou um déficit de 82:211\$015; daí em diante “os déficits tenderam a aumentar e tornaram-se permanentes na história financeira da Província. Não obstante o aumento da produção, o desequilíbrio entre a receita e despesa tornou-se cada vez maior”.⁵²

No exercício de 1860-1861, o estado das finanças de Sergipe não era satisfatório, pois além do déficit de mais de 80:000\$000 réis, o governo contraiu um empréstimo de 51:082\$713 réis com o Banco da Bahia. Somando-se a isso, a Província passava por outras dificuldades, a exemplo da diminuição da produção agrícola, principalmente do açúcar, que sofria com a falta de braços em decorrência da epidemia do Cólera, que dizimou mais de 2/5 da mão de obra vinculada a essa atividade. Outro fator da crise foi a emigração de inúmeras pessoas atraídas pela nascente capital da Província, Aracaju, como também os gastos com a construção dos edifícios públicos.

Como sempre, a população deveria pagar o ônus da crise, isto é, com novos impostos, ou aumento dos já existentes, a exemplo do que propôs o Inspetor da Tesouraria provincial dentre outras medidas: a) Suspensão por dois anos da execução da Lei Nº. 430 de 31 de julho de 1856 que isentou da décima, os que edificassem em Aracaju; b) Revisão das disposições gerais acerca da décima urbana reduzindo a 48\$000réis o termo além do qual o proprietário deverá pagá-la mesmo na casa que mora; c) Criação do imposto de pedágio sobre as pontes compreendidas nos limites da décima urbana, e mesmo os que se acharem a 400 ou 500 braças além deles⁵³.

Preocupado com o estado das finanças, o Presidente da Província, Dr. Thomaz Alves Junior, informava, à Assembléia Legislativa Provincial, em 4 de março de 1861, que

este cálculo da receita e despesa orçada para o futuro exercício é feito com os dados os mais infensos (sic) à arrecadação das rendas, e contando sempre com esse atraso, que tem perseguido a lavoura nos trez annos ultimos.

⁵² FREIRE, Felisbello . Op, cit, p. 309.

⁵³ Relatório da Tesouraria Provincial de Sergipe apresentado em 1860.

É por tanto é certo que se o estado da lavoura for favorável como promete ser, o déficit no exercício futuro desaparecerá com as rendas communs.

Há dous meios de proceder para chegar a esse fim ou cortar a despesa ou procurar augmentar a renda⁵⁴.

No entanto o Presidente percebeu que o corte de despesas, traria prejuízo ao serviço público. A solução seria aumentar a tributação sobre alguns produtos. Realmente foram propostas as seguintes medidas com relação aos impostos: a) Substituição do meio dízimo do açúcar pelo imposto de \$150 réis por arroba; b) elevar para 10% o imposto sobre o mel e o aguardente exportado; c) aumentar de 100\$000 réis para 150\$000 réis o imposto sobre escravos exportados; d) aumentar para 3\$000 réis o imposto sobre o gado vacum e cavalar e para \$500 réis. e) evitar a fraude na cobrança da meia sisa sobre os escravos; f) elevar par 6\$000 réis, 9\$000 réis, e 12\$000 réis, o imposto sobre casas que venderem charutos; g) multa de 100\$000 réis sobre quem vender fora das boticas onde houver medicamentos formulados ou qualquer substância venenosa; h) imposto de \$40 réis sobre canada de aguardente em vez do pagamento sobre a produção i) imposto de 2\$500 réis por rês morta para o consumo em lugar da arrematação.

É importante lembrar que a arrecadação era feita pelas Mesas de Rendas da Capital, de São Cristóvão, Estância, do Espírito Santo e Vila Nova. Como também pelas exatorias de Maruim, Santo Amaro, Divina Pastora, Rosário, Capela, Porto da Folha, Itabaiana, Lagarto, Itabaianinha e Simão Dias.

Ao assumir a Presidência, Joaquim Jacinto de Mendonça encontrou a Província com um débito de 59:469\$092 réis, referente aos salários atrasados dos funcionários. Em face dos débitos encontrados, foram contraídos empréstimos de 12:000\$000 réis com a Associação Comercial e 80:000\$000 réis com o Banco da Bahia.

No balanço definitivo da receita e despesa do exercício de 1862 a 1863, figuram o seguinte: Receita arrecadada: 439:658\$811 réis;

⁵⁴ Relatório do Presidente Thomaz Alves Junior em 4 de março de 1861.

com uma despesa de 401:195\$243 réis, ficando um saldo positivo de 38:463\$568 réis. Houve uma redução da receita prevista com relação à orçada que foi de 474:700\$000 réis. Por outro lado houve uma diminuição das despesas em relação a que foi orçada, isto é, 481:521\$097 réis. Nos anos de 1863-1864, a receita arrecadou 329:432\$209 réis e teve uma despesa de 355:655\$418 réis, com déficit de 26:223\$209 réis.

Os produtos que mais contribuíram para a arrecadação, ao nível das exportações, foram: açúcar, aguardente, algodão em rama, sola, couros salgados e sal. Foram acrescentaram-se impostos que contribuirão para a arrecadação, além dos vistos anteriormente: 5% sobre o algodão exportado, 5% sobre todos os gêneros exportados, exceto o mel e o aguardente que pagarão 10%, \$50 réis sobre cada pé de coqueiro em plena frutificação.

Perante a situação de crise porque passava Sergipe, o Presidente Cincinato Pinto da Silva, em 1º de março de 1865, concluía que:

Se a safra futura não for abundante o déficit será ainda maior. Isto posto, convem que haja muita economia na decretação das despesas, deixando de figurar no orçamento algumas que nenhuma utilidade dão a Província (...)

Logo que a produção da província não se limite tão somente ao assucar, e que outras fontes de receita apareçam, com o desenvolvimento de nova materia contribuinte, hade a renda crescer melhorando consequentemente o estado financeiro da mesma Província⁵⁵.

No exercício de 1865 a 1866, a receita foi de 414:838\$851 réis e a despesa alcançou o valor de 509:353\$648 réis. Na pauta das exportações, destacaram-se o açúcar e o algodão, que eram exportados, principalmente, em nível interno, para as províncias da Bahia, do Rio de Janeiro, de Alagoas e do Rio Grande do Sul. Para o exterior: Inglaterra, Portugal, Liverpool e Montevidéu. As exportações eram realizadas pelas barras dos rios Cotinguiba, Real, Vasa Barris e São Francisco.

⁵⁵ Relatório do Presidente Concinato Pinto da Silva em 1º de março de 1865.

Diante da perspectiva de déficit, no exercício de 1866 a 1867, o Inspetor da Tesouraria Provincial propôs a substituição do imposto de \$130 réis, cobrado por cada arroba de açúcar, pelo pagamento proporcional, com relação à produção. Essa medida seria uma forma de aumentar a arrecadação já que o açúcar se constituía no principal produto na pauta das exportações. Para ele: “A riqueza particular é a base da riqueza pública. O pagamento dos impostos é uma dívida sagrada, quando o seo producto é sabiamente aplicado”⁵⁶

Talvez o clamor do Inspetor tenha obtido resultados, pois, no referido período, houve um saldo de 42:249\$627 réis. No entanto, a dependência de Sergipe a Bahia dificultava o aumento da arrecadação, como bem expressou o Presidente Evaristo Pereira da Veiga:

[Se] A Província de Sergipe, quizesse tirar todo o partido do valor de seus productos vendendo-os directamente aos mercados estrangeiros, e recebendo também directamente os generos de que tem necessidade, suas rendas teriam attingido ao triplo, talvez, e o seu commercio cheio de animação apresentaria outro aspecto; mas, subordinado como se acha, a praça da Bahia, não pode aproveitar-se de toda sua riqueza, que se vai pouco a pouco reduzindo de comissão em comissão⁵⁷.

Procurando melhorar a arrecadação dos impostos provinciais, em 6 de agosto de 1868, foi elaborado um Regulamento Geral, estabelecendo que:

- O imposto da meia sisa de escravos é arrecadado na razão de 3% calculados sobre o valor de cada escravo vendido;
- São sujeitos ao pagamento do imposto do selo de heranças e legados todos os herdeiros e legatarios, que não forem descendentes, ou ascendentes legítimos do testador, ou abitestado; e bem assim os naturais que, sendo espúrios, forem reconhecidos por escritura ou testamento;

⁵⁶ Relatório do Comendador Dr. Angelo Francisco Ramos em 20 de Janeiro de 1866.

⁵⁷ Relatório do Presidente Evaristo Pereira da Veiga em 1º de março de 1869.

- São sujeitos ao imposto da décima [urbana] correspondente a 10% do rendimento líquido todos os prédios situados dentro das demarcações e limites das cidades, vilas e lugares notáveis, que tiverem cinquenta casas para cima, seja qual for sua denominação, forma ou matéria empregada em sua construção e cobertura ou aplicação ou uso que lhes dê, 1ª exceção de: os edifícios de propriedade nacional; os prédios pertencentes aos hospitais de caridade; os templos religiosos; os edifícios pertencentes a municipalidade; as fábricas de descaroçar, fiar e tecer algodão e fábricas de aguardente; as casas de mercado; os prédios que forem ocupados por seus próprios donos, cujo aluguel não exceda 200\$000 réis.
- Os direitos de títulos, provisões e emolumentos das Repartições Provinciais serão cobrados pela concessão de qualquer ordenado, soldo, aposentadoria, jubilação, reforma, pensão, congrua, gratificação ou qualquer outro vencimento pago pelos cofres provinciais;
- As multas sobre contribuinte negligentes é de 10% ao ano;
- Pagarão 2% do respectivo valor os contratos de compra e venda, e equivalentes que tiverem por objeto bens considerados de raiz pela legislação em vigor;
- Pagarão o imposto de 1% do respectivo valor os contratos de penhor, hipoteca, locação, arrendamento e aforamento
- Está sujeito ao imposto de 150\$000 réis todo escravo despachado para fora da Província, seja qual for o porto ou o lugar de onde sair⁵⁸;
- As procurações que se passarem para compra e venda de escravos para fora ou dentro da província ficam sujeitas ao imposto de 40\$000 réis;
- Por cada rês morta exposta a venda para o consumo se pagará o imposto de 2\$500 réis;
- O dízimo de gado vacum e cavalari será cobrado de dez cabeças uma, em relação ao número de crias que existirem no tempo em que nas fazendas comparecer o dizimeiro;

⁵⁸ Posteriormente a essa legislação esse imposto foi aumentado para 200\$000 réis.

- O gado vacum e cavalari que for exportado para fora da província pagará por cada cabeça 3\$000 réis: o gado lanigero, cabrum e suíno pagará 1\$000 por cabeça;
- O imposto sobre barcos que fazem a navegação de cabotagem, ou que entrem de qualquer parte do Império, será cobrado em cada viagem: lancha, late, escuna e barcaça 2\$000 réis – Sumaca ou patacho 4\$000 réis – Embarcação de maior porte 12\$000 réis;
- Nenhuma propriedade pertencente a fazenda provincial poderá ser alugada, sem que o alugador preste fiança idônea da importância dos alugueis, os quais serão cobrados trimestralmente a boca do cofre;
- Todos os engenhos de fazer açúcar que de novo se fizerem na província, serão matriculados pela maneira porque o são os já existentes, pagando por cada matrícula a quantia de 20\$000 réis;
- Todo escravo empregado no serviço de barcas e canoas de aluguel pagará 10\$000 réis. O dono do escravo que o empregar sem ter previamente pago o imposto, pagará a multa de 50\$000 réis;
- O imposto de patente anual sobre casas de negócio, boticas e padarias nacionais ou estrangeiras, sendo nas cidades de Aracaju, Laranjeiras, Maruim, Propriá, São Cristóvão e Estância, e nas vilas de Capela, Itabaiana e Simão Dias será de 20\$000 réis. Em todos os mais povoados da província será o imposto de 10\$000 réis;
- As caixinhas e taboletas ambulantes ou não, em que se venderem miudezas, fazendas ou qualquer outros artigos, ficão sujeitas ao imposto anual de 6\$000 réis;
- Por cada volume ambulante ou não em que se vender jóias de qualquer espécie pertencentes a joalheiro nacional, se pagará o imposto de 20\$000 réis. Os estrangeiros pagarão 200\$000 réis;
- Os passaportes para o estrangeiro expedidos pela Presidência da Província, ficam sujeitos ao imposto de 2\$000 réis. Os passaportes de escravos ficão sujeitos ao mesmo imposto;
- Os alambiques pertencentes aos proprietários dos engenhos da província pagarão o imposto na razão seguinte: os de até quinze canadas 30\$000 réis e daí para cima 60\$000 réis, os que des-

tilarem mel pagarão o dobro, os pequenos alambiques de cana pagarão 20\$000 réis. Os alambiques particulares até quarenta canadas de força pagarão 80\$000 réis, oitenta canadas 160\$000 réis e daí para cima 320\$000 réis;

- Ficam sujeitos ao imposto de 25\$000 réis anualmente, os escritórios ou casas em que exercerem suas profissões os advogados;
- Os trapiches pagarão o imposto dos seguintes gêneros: \$100 réis por caixa de açúcar, \$40 réis por feixe do dito, \$20 réis por barrica ou saco do dito e \$10 réis por arroba de outros quaisquer gêneros;
- Fica sujeito ao imposto de 10\$000 réis todos os espetáculos público lucrativo de qualquer natureza;
- está sujeito ao imposto anual de 20\$000 réis toda preta, ou preto africano, que não sendo escravo, mercandejar por sua conta, ou por conta de outrem, na capital, nas cidades e vilas da província. São isentos aqueles cujo negócio for tão diminuto, que não possa deixar de lucro 180\$000 réis anuais;
- A casa pública em que houver jogo de bilhar, tenha um ou mais bilhares está sujeita ao imposto anual de 10\$000 réis;
- Os bens de evento (escravos, gados, bestas), que não tenha domínio conhecido pertence à fazenda provincial;
- Os tesoureiros e outros responsáveis a fazenda provincial pagarão juros de 9% anualmente;
- As embarcações pequenas empregadas em aluguel, no tráfico do porto pagarão o imposto: 8\$000 réis por barca, 4\$000 réis por saveiro, botes e canoas;
- O aguardente exportado da província pagará o imposto de \$10 réis por canada;
- O dízimo do pescado será cobrado na razão de cada dez um⁵⁹.

Todavia, ao passar a administração para o Barão de Propriá, em 17 de junho de 1869, o Presidente Evaristo Ferreira da Veiga mostrou-se otimista, pois no período de 27 de novembro de 1868 a 12 de junho

⁵⁹ Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Vol. II, Aracaju: Tipografia de F. das Chagas Lima.

de 1869, “A receita provincial não foi desanimadora, e pelo contrário elevou-se a uma cifra bem considerável”.⁶⁰

Realmente, no referido período, a receita foi de 469:574\$490 réis e a despesa, 313:720\$802 réis, possibilitando um saldo de 155:823\$673 réis. Os itens que mais contribuíram para as despesas, por ordem foram: Força Pública, Obras Públicas, Instrução Pública. Ao entregar a administração ao Dr. Dionízio Rodrigues Dantas, em 7 de novembro de 1869, o Barão de Propriá registrou um saldo positivo de 135:277\$692 réis. A receita geral da Alfândega, durante o ano financeiro de 1869, foi de 295:505\$264 réis, predominando as exportações, com 172:722\$685 réis.

De 1870 a 1871, o estado das finanças da Província não era lisonjeiro; uma das causas da diminuição da receita foi a guerra franco-prussiana, que, de certa forma, dificultou as exportações dos produtos sergipanos para os mercados europeus.

Além disso, a alta do câmbio reduziu também o valor dos produtos provinciais exportados. O açúcar e o algodão, principais produtos na pauta das exportações, não apresentavam preços satisfatórios.

Em 3 de março de 1871, o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior, no relatório apresentado à Assembléia Provincial, defendia a redução do imposto dos produtos acima e com isso naturalmente aumentaria a procura, pois haveria “maior vantagem para o produtor, maior riqueza para a Província e maior benefício para o fisco”.⁶¹

Por sua vez, o inspetor da tesouraria provincial, procurando estimular as exportações para o exterior, propôs: a redução de 6% para 4% o imposto sobre o valor dos gêneros exportados para fora do Império e a elevação de 6 para 7% o imposto dos gêneros exportados para dentro do Império⁶².

Provavelmente, essas medidas trouxeram melhorias para a província o que é demonstrado pelo otimismo do Inspetor da Tesouraria Provincial referindo-se ao exercício de 1872 a 1873, pois

⁶⁰ Relatório do Presidente Evaristo Pereira da Veiga em 1º de março de 1869.

⁶¹ Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior em 3 de março de 1871.

⁶² Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 2 de setembro de 1871.

A safra da Província que não é tão copiosa quanto denunciara, mesmo assim é boa; e apesar da insignificância dos preços do açúcar, calcula-se que influenciará na maior receita. O algodão cuja colheita se dizia mais abundante, o algodão sofreu também da estação e a colheita foi reduzida; mas em compensação o preço do algodão vai se elevando de dia a dia. Alguns impostos, outros vão produzindo renda além da que a experiência de longos anos fazia supor⁶³.

Apesar do otimismo do inspetor da tesouraria, os déficits se acumulavam. Constantemente, os presidentes da Província contraíam empréstimos, para solucionar as dívidas provinciais, a exemplo de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, que contraiu um empréstimo com o Banco do Brasil, com juros de 8% e amortização de 1% anual, para saldar dívidas da província com o Banco Mercantil da Bahia e para o pagamento dos funcionários públicos.⁶⁴

No exercício de 1872 a 1873, a receita arrecadada foi de 494:384\$013 réis e a despesa de 571:457\$214 réis. Para equilibrar a receita com a despesa, o governo novamente foi obrigado a contrair empréstimos ao Banco Mercantil da Bahia no valor de 30:000\$000 réis e ao Dr. Manoel Simões de Mello, no mesmo valor.

Sergipe apresentava uma situação econômica instável e de difícil solução. Preocupado, afirmou José Constituinte Telles, Inspetor da Tesouraria provincial, em 10 de fevereiro de 1874:

A despesa está sobrecarregada de dívidas acumuladas por exercícios anteriores, e estas extraordinárias e excepcionaes circunstancias dão origem ao desequilíbrio da Receita e Despesa e ao aparecimento do deficit [que] será reduzido se os preços de nosso mercado de exportação melhorarem, se for restabelecido o imposto de 6% na exportação, e se prudentes e sabias medidas vierem em socorro da fiscalização e arrecadação das rendas.⁶⁵

⁶³ Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 2 de setembro de 1872.

⁶⁴ Relatório de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão em 11 de novembro de 1873.

⁶⁵ Relatório do Inspetor da Tesouraria provincial em 10 de fevereiro de 1874.

Em 12 de junho de 1874, foi criada a Recebedoria Provincial, repartição distinta e independente em suas ações, conforme o seu regulamento:

Art. 1º - A Recebedoria Provincial é a repartição encarregada no districto da Capital da fiscalização e arrecadação das rendas da Província;

Art. 2º - Compete a Recebedoria;

§Fiscalizar, arrecadar e escripturar devidamente todos os impostos Provinciais que devão ser cobrados na capital.⁶⁶

Contava a Província em 1875, com uma Recebedoria, três Mesas de Rendas (Estância, São Cristóvão e Vila Nova) e treze exatorias localizadas em: Laranjeiras, Maruim, Capela, Rosário, Japarutuba, Nossa Senhora das Dores, Divina Pastora, Itabaianinha, Simão Dias, Lagarto, Santo Amaro e Riachão⁶⁷.

A fim de equilibrar o orçamento, o presidente da Província, Antônio dos Passos Miranda, apontava no seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1875, que a solução seria:

Reducção de despesas ou augmento de rendas; é myster pois no emprego desses meios socorreremo-nos a reformas ou retoques praticados habilmente, e nas despesas extraordinarias attendermos a que, sendo umas productivas, e havendo dois recursos importantes e reaes, empréstimo e imposto, devemos, sempre que seja preciso augmentar a receita, applicar o emprestimo às despesas produtivas, e o imposto às improdutivas⁶⁸.

É importante frisar que Sergipe pagava 15% de direitos de exportação para fora do Império, com exceção do imposto sobre

⁶⁶ Arquivo Público do estado de Sergipe, G¹ 352.

⁶⁷ Relatório do Presidente da Província Dr. Cypriano D'Almeida Sebrão em 24 de fevereiro de 1875.

⁶⁸ Relatório do Presidente da Província Antônio dos Passos Miranda em 1º de março de 1875.

a exportação do açúcar, que era 12%. Desses 15%, 9% eram transferidos para o Governo Central (rendas gerais) e apenas 6% ficavam na Província.

A partir de 1875, alguns impostos foram criados, como o de 10% sobre o sabão importado. Também outros existentes sofreram aumentos, a exemplo do imposto de 150\$000 réis sobre cada escravo exportado que passou para 200\$000 réis. Acreditamos que essas medidas visavam a diminuir os déficits que se acumulavam de ano para ano. Além disso, mais duas exatarias foram criadas, uma na vila de Riachuelo, em março de 1876, outra na vila de Campos, em novembro do mesmo ano, passando para quinze o número dessas repartições. A criação da exataria na Vila de Campos visava a exercer um maior controle sobre o dízimo do gado vacum e cavalar, na medida em que essa Vila era uma das maiores exportadoras.

No final da década de 1870, a situação da agricultura sergipana não era das melhores. A falta de capital era um entrave para o desenvolvimento desse setor. Quanto ao comércio, nesse período, era dificultado pela presença de casas comerciais da Bahia. Essa dependência prejudicava o desenvolvimento do comércio sergipano. Tal situação era responsável, em grande parte, pela crise financeira que passava a Província, pois, desde a década de 1860, a relação entre a receita e a despesa apresentava desequilíbrios; notavam-se nos orçamentos e nas propostas de orçamento, constantes déficits; era necessário o emprego de medidas urgentes para otimizar a arrecadação. Naturalmente outros fatores dificultavam a busca do equilíbrio financeiro, a exemplo da arrecadação, pois,

Os gêneros de exportação da provincia sahem sem pagar os respectivos direitos na razão da Quinta parte pouco mais ou menos, já no rio S. Francisco, pelo povoado do Carrapicho, já no rio Real, pela cachoeira da Abbadia. O contrabando existe (...) ⁶⁹

⁶⁹ Relatório do Dr. José Martins Fontes 1º Vice Presidente em 1º de março de 1878.

Em 27 de agosto de 1878, foi criada mais uma agência fiscal, desta feita na Vila de Arauá. As exatorias que mais contribuíram para a arrecadação foram as de Laranjeiras, Capela e Maruim. A agência que mais arrecadou foi a de Propriá e a Mesa de Rendas, a de Estância. Mais duas exatorias foram criadas: Nossa Senhora do Socorro, em 27 de abril de 1880 e Boquim, em 7 de maio de 1883.

Às vésperas da Proclamação da República, contava a Província com 25 estações arrecadadoras, uma Recebedoria, três Mesas de Rendas, Quatro agências fiscais e 17 exatorias.

Procurando aumentar a arrecadação, novos impostos foram criados, a exemplo do cobrado sobre as casas exportadoras; no entanto, ao contrário do que se esperava, essas passaram a concentrar o comércio em poucas mãos; com isso:

Trouxe conseqüente baixa no preço do assucar, e por isso a diminuição dos direitos a arrecadar, só em prejuizo dos lavradores que indirectamente pagam o imposto, em proveito real para alguns negociantes, que vêem assim trancada a porta à concorrência dos pequenos compradores, por não poderem estes sujeitar-se ao pesado ônus.⁷⁰

O inspetor da tesouraria provincial apontava algumas medidas para melhorar a receita provincial como: a restauração do imposto de desembarque, criação do imposto de 10\$000 réis sobre as oficinas de marceneiros e alfaiates, o retorno do imposto de arrematação sobre o gado vacum e cavalar.

Visando a estimular a industrialização através da Resolução nº. 1141, de 24 de abril de 1880, o Presidente da Província, Theophilo Fernandes dos Santos, concedeu a Eugênio José de Lima privilégios para fundar uma fábrica de tecidos em Sergipe. A resolução deixava claro que a Província não daria nenhuma subvenção, porém isentava do pagamento de qualquer imposto por um período de quinze anos. No

⁷⁰ Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial José Cupertino Dantas em 30 de janeiro de 1886.

entanto, somente em 1882 foi fundada a primeira fábrica de tecidos, por iniciativa de João Rodrigues da Cruz, passando a funcionar com o nome de Cruz & Cia (Sergipe Industrial) Posteriormente, em 3 de maio de 1891, foi fundada a fábrica de tecidos Santa Cruz, localizada na cidade de Estância. Por conta dos incentivos quanto à isenção dos impostos, nenhum benefício financeiro foi trazido para os cofres provinciais.

Conforme vimos, a questão dos tributos, no período imperial, nunca foi solucionada. As rendas gerais às vezes se confundiam com as provinciais, trazendo prejuízo para essas últimas. A República foi proclamada em 15 de novembro de 1889 e o império chegou ao fim, sem um sistema tributário que atendesse aos interesses das províncias.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Inventário Castro e Almeida Caixa 15, documentos 2713, 2898, 2715, 2666, 2698, 2708, 2710, 2712, 2714.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Sergipe, Caixa 03, Doc. 228.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Sergipe, Caixa 06, Doc. 453.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. Sergipe, Caixa 06, Doc. 474.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. G¹₃₅₂

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fala dirigida a Assembléia Legislativa pelo Dr. Joaquim José Teixeira. Sergipe, Typografia Provincial, 1848.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Falla com que o Exmo. Sr Presidente da Província abriu a primeira sessão ordinária da Segunda

legislatura na Assembléia Legislativa. Sergipe: Typografia de Silveira, 1838.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Falla com que o Exmo. Sr Presidente da Província abriu a sessão ordinária da Segunda legislatura na Assembléia Legislativa. Sergipe: Typografia de Silveira, 1840.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Falla da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial na Sessão Extraordinária em agosto de 1835. Sergipe: Typografia de Silveira.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides em 11 de abril de 1857. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Comendador Dr. Angelo Francisco Ramos em 20 de Janeiro de 1866.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Presidente Concinato Pinto da Silva em 1º de março de 1865. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Presidente Joaquim Inácio Barbosa, 20 de abril de 1854. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 31 de dezembro de 1857. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório da Tesouraria Provincial de Sergipe apresentado em 1860. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente Thomaz Alves Junior em 4 de março de 1861. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente Concinato Pinto da Silva em 1º de março de 1865. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Provincial pelo Comendador Dr. Angelo Francisco Ramos em 20 de Janeiro de 1866. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente Evaristo Pereira da Veiga em 1º de março de 1869. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior em 3 de março de 1871. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Presidente da Província Antônio dos Passos Miranda em 1º de março de 1875. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 2 de setembro de 1871. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 2 de setembro de 1872. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria provincial em 10 de fevereiro de 1874. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província de Sergipe Luiz Alves Macêdo em 16 de junho de 1872. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Provincial por Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão em 11 de novembro de 1873. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província Dr. Cypriano D'Almeida Sebrão em 24 de fevereiro de 1875. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província Antônio dos Passos Miranda em 1° de março de 1875. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentada à Assembléia Legislativa Provincial pelo Dr. José Martins Fontes 1° Vice Presidente em 1° de março de 1878. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório de todos os atos do Governo da Província de Sergipe na Presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa. Bahia: Typografia do Correio Mercantil.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial José Cupertino Dantas em 30 de janeiro de 1886

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial em 31 de dezembro de 1857. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria provincial em 10 de fevereiro de 1874. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial José Cupertino Dantas em 30 de janeiro de 1886. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Presidente Evaristo Pereira da Veiga em 1° de março de 1869. Sergipe, Typografia Provincial.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior em 3 de março de 1871. Sergipe, Typografia Provincial.

Collecção de Léis, Decretos e Resoluções da Província de Sergipe.

Compilação das Léis Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. II volume, 1892-1893, Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1900.

Compilação das Léis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Volume II, Aracaju: Tipografia de F. das Chagas Lima.

Livro da Lei Sergipana de 1837. Vol. III, Typografia Provincial, 1839.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMED, Fernando José. *História dos tributos no Brasil*. São Paulo: Edições SINAESP, 2000.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Bahia: Progresso Editora, 1950.

BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 1ª reedição, Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1984.

CASTRO, Augusto Viveiros de. *História tributária do Brasil*. Brasília: ESAF, 1989.

COSTA, Luís César Amad. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999

DANTAS, Orlando Vieira. *O problema do açúcar em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1944.

DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DEVEZA, Guilherme. Política Tributária no Período Imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, o Brasil Monárquico, 4º Vol., Declínio e Queda do Império, São Paulo: DIFEL, 1974.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. Nota sobre a história do algodão em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº. 27 (1965-1978), Aracaju.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A Civilização do Açúcar*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Tudo é História).

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Comércio e subordinação: a*

Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional – 1889-1930. João Pessoa:Ed. UFPB, 1999.

FERNANDES, José Antônio. Informações sobre a Província de Sergipe em 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v, 1, n. 1, 1913.

FERREIRA, Benedito. *História da tributação no Brasil: causas e efeitos.* Brasília:Senado Federal, 1986.

FONTES, José Silvério Leite. *A formação do povo sergipano.* Série pesquisa, UFS/DHI/PDPH.

FONTES, José Silvério Leite. *Cidades e vilas de Sergipe no Século XIX.* Separata do 7º Simpósio Nacional da ANPUH, Belo Horizonte 2 a 8 de setembro, 1973.

FONTES, Nilton de Araújo et BRAVO, Maria Auxiliadora. *O algodão em Sergipe: apogeu e crises.* Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe.* 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 16ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1979.

INSTITUTO EUVALDO LODI. *Memória histórica da indústria sergipana.* Rio de Janeiro: IEL/SENAI-DN, Divisão de Pesquisas, estudos e Avaliação, 1986.

MOTT, Luiz R. B. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade.* Aracaju: Fundesc, 1986.

NUNES , Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820.* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

NUNES , Maria Thetis. *Sergipe Colonial I.* Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1989

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II.* Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1996

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930).* Aracaju:UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Aracaju: Funcaju, 2000.

PEREIRA Ivone Rotta. *A tributação na História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1999, (Coleção Polêmica).

PORTO, Fernando. *A Cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana*. Aracaju, 1945 (Estudos Sergipanos II).

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Lourival Santana et NUNES, Maria Thetis. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)*. São Cristóvão: UFS/DHI, Editora da UFS, 1999.

SANTOS, Lourival Santana. *O ideal republicano em Sergipe*. UFS/PDPH, 1986.

SILVA, Clodomir de Souza e. *Album de Sergipe*. 1920.

Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Editora Nacional, 1947.

SOUZA, Marcos A. de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe: sua fundação, população e melhoramentos de que é capaz*. 2ª edição, Aracaju, IBGE/DEE, 1944.

“O OLHAR DA EXPEDIÇÃO”: Siqueira de Menezes em Canudos*

THE MIRROR OF THE
EXPEDITION: Siqueira de
Menezes in the Canudos War

José Thiago da Silva Filho**

RESUMO

O artigo em pauta objetiva destacar a performance de Siqueira de Menezes na Guerra de Canudos, ocorrida nos sertões da Bahia entre novembro de 1896 e outubro de 1897. Neste período quatro expedições militares combateram os seguidores de Antônio Conselheiro e Siqueira de Menezes foi indispensável, segundo os relatos, na vitória da última expedição. Neste sentido, discute-se o processo de heroificação do sergipano e sua relação com Euclides da Cunha, jornalista-correspondente d'O Estado de São Paulo, e autor do clássico Os Sertões.

Palavras-chave: Canudos; Siqueira de Menezes; Euclides da Cunha.

ABSTRACT

The presents work pretends the performance of Siqueira de Menezes in the Canudos War, a combat who occurs in the “sertão” of the state of Bahia, between november 1896 and october 1897. In this period, four militar expeditions combats the followers of Antônio Conselhereiro. Acords to relats, Menezes was the principal men in the victory of the last militar expedition. Also discuts the process of his transformation in to a heroe and his relationship with the famous writer Euclides da Cunha.

Keywords: Canudos War; Siqueira de Menezes; Euclides da Cunha.

* Versão do 2º capítulo da monografia do curso de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Sergipe intitulada “Siqueira de Menezes: a heroificação do jagunço alourado (1852-1914)”, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

** Especialista em História Cultural (UFS), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), membro do Grupo de Estudos História Popular do Nordeste (GEHPN), Diretor do Museu Histórico de Sergipe e consultor do projeto “Cenários e Caminhos Históricos da Guerra de Canudos (UNEB)”.

INTRODUÇÃO

“Ninguém até então compreendera com igual lucidez a natureza da campanha, ou era mais bem aparelhada para ela. Firme educação teórica e espírito observador, tornavam-no guia exclusivo daqueles milhares de homens, tateantes em região desconhecida e bárbara (...) Conheciam-no os vaqueiros amigos das cercanias e por fim os próprios jagunços. Assombrava-os aquele homem frágil, de fisionomia nazarena, que, apontando em toda a parte com uma carabina à bandoleira e um podômetro preso à bota, lhes desafiava a astúcia e não tremia ante as emboscadas e não errava a leitura da bússola portátil entre os estampidos dos bacamartes. Por sua vez o comandante-em-chefe avaliara o seu valor. O tenente-coronel Menezes era o olhar da expedição”.¹

Ainda sob o trauma da Revolta da Armada (1893-1894) e da Revolução Federalista (1893-1895), a sociedade brasileira acompanhou o desenrolar da Guerra de Canudos, ocorrida nos sertões da Bahia, entre novembro de 1896 e outubro de 1897, como nova crise do regime republicano. Diferente dos outros conflitos, este foi acompanhado pela imprensa. “Canudos foi o primeiro conflito no Brasil onde se registrou a presença de correspondentes”², como Fávila Nunes (*Gazeta de Notícias/RJ*), Manoel Benício (*Jornal do Comercio/RJ*), Lelis Piedade (*Jornal de Notícias/Ba*), Alfredo Silva (*A Notícia/RJ*), Euclides da Cunha (*O Estado e São Paulo*) e Siqueira de Menezes³ (*O Paiz/RJ*) que exerceram atividades de jornalistas. Se a guerra não inaugurou, concorreu para intensificar “extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos”.⁴

¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [Edição Crítica de Walnice Nogueira Galvão]. São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 313-314.

² ALMEIDA, Cícero Antônio F. *Memória e representação: as imagens da Guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 159 (398), jan/mar., 1998, p. 2.

³ José de Siqueira Menezes nasceu em São Cristóvão, Sergipe, no dia 7 de dezembro de 1852. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 185.

⁴ Idem, p. 109.

Para a imprensa da época, a Guerra de Canudos envolveu um lado monarquista e outro republicano. O primeiro era representado pelo cearense Antônio Conselheiro e seus fiéis. Depois de peregrinar pelas províncias nordestinas, construindo capelas e consertando cemitérios, esse beato fundou na Fazenda Canudos, Bahia, o arraial do Belo Monte, em 1893, no fito de formar uma comunidade religiosa, de trabalho coletivo e livre dos ditames do regime republicano. O segundo, tinha no Exército o braço armado do governo republicano, na presidência de Prudente de Moraes (1894/1898). Como as forças legais arregimentadas para debelar o “movimento de restauração monarquista” - como alardeava a imprensa -, sofreu sucessivas derrotas, instaurou-se o pânico geral. A morte do coronel Moreira César (3/3/1897), chefe da 3ª expedição, e a debandada de suas tropas, principalmente, desacreditou a instituição militar, por outro lado municiou os hábeis jagunços que aumentaram confiança na invencibilidade.

Em novembro de 1896, início do conflito, o engenheiro militar Siqueira de Menezes residia em Salvador. Designado para assumir as Obras Militares da Bahia há cinco anos, levou a família. Experimentado na burocracia administrativa desde 1878, quando secretariou o Presidente de Província Herculano Marcos Inglês de Souza, função exercida até 1885, foi presença marcante na propaganda e efetivação do regime republicano em Sergipe, participando dos triunviratos que antecederam o governo de Felisbelo Freire (1890-1891).

Em Salvador, o sergipano acompanhou os lances da guerra pelos jornais, cartas e relatos dos egressos. Atendendo a ordens superiores seguiu para o sertão em fevereiro de 1897, donde tomaria parte na campanha comandada pelo general Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Essa quarta expedição congregou tropas de 17 Estados, totalizando 6.500 soldados⁵, e foi dividida em duas colunas dispostas a percorrer caminhos distintos e atacar o arraial do Belo Monte por lados opostos. A Coluna Savaget, liderada pelo general Cláudio do Amaral Savaget, desembarcaria em Sergipe, nos primeiros dias de

⁵ Com os reforços enviados posteriormente, o efetivo chegou a 10.000 soldados. ALMEIDA, Cícero Antônio F. Op. cit., 1998, p. 296.

março, arregimentaria homens a partir de Aracaju e marcharia em brigadas isoladas até Geremoabo.⁶ A Coluna Arthur Oscar, sediada em Queimadas, buscaria uma via alternativa até Canudos, no plano de evitar repetir o (des)caminho das expedições anteriores.⁷ Em Queimadas, encontraremos Siqueira de Menezes.

Villela Junior, sobrevivente da expedição Moreira César, lembra nas suas memórias que no dia 16 de fevereiro de 1897 se apresentou ao tenente-coronel Siqueira de Menezes, “responsável pela reorganização da brigada”.⁸ Foi na vila de Queimadas, para onde convergiram os estropiados da fracassada expedição e desembarcavam novas tropas em riste, na estação ferroviária. Sem demora, o ponto virou campo de treinamento e base de operações nos primeiros quatros meses de 1897, quando finalmente o general Artur Oscar de Andrade Guimarães organizou a nova ofensiva.

O PAPEL DE ENGENHEIRO

A experiência conquistada nos serviços burocráticos e práticos em Sergipe (1878 a 1890) e na Bahia (1891 a 1896), em nada seria comparada às demandas que a guerra exigiria de sua capacidade profissional. Em Canudos, o tenente-coronel Siqueira de Menezes coordenaria a Comissão de Engenharia da Expedição Artur Oscar. O grupo era formado por uma turma do 1º. Batalhão de Engenheiros, alguns remanescentes da Expedição Moreira César, além de alguns praças cedidos do 5º. Corpo da Polícia Militar da Bahia. Seu caráter misto

⁶ A 2ª. Coluna ou Coluna Savaget reuniu a 4ª., 5ª. e 6ª. brigadas, estas eram chefiadas, respectivamente, pelos tenentes-coronéis Carlos Maria da Silva Teles, Julião Augusto de Serra Martins e Donaciano de Araújo Pantoja. Seu comando era do general Cláudio do Amaral Savaget e seus efetivos eram do Ceará, Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe e Piauí. Cf. CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 307, 221 e 222.

⁷ A 1ª. Coluna ou Coluna Artur Oscar reuniu a 1ª, 2ª e 3ª brigadas, estas eram chefiadas, respectivamente, pelos tenentes-coronéis Joaquim Manuel de Medeiros, Inácio Henrique Gouveia e Olímpio da Silveira. Seu comando era do general João da Silva Barbosa e seus efetivos da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Idem, p. 306.

⁸ VILLELA JUNIOR, Marcos Evangelista da Costa. *Canudos: memórias de um combatente*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Brasília: INL, 1988, p. 50-56.

refletia nas habilidades nem sempre satisfatórias, sendo que a maioria dos jornaleiros compunha-se de civis alistados.⁹

Num esforço de identificar os esteios da sua equipe, compusemos o seguinte quadro: engenheiros-militares Domingos Alves Leite e Alfredo Soares do Nascimento, oriundos da comissão de engenharia da malograda Expedição Moreira César; os oficiais Ponciano e Domingos Ribeiro; os alferes-honorários Henrique José Leite¹⁰ e José de Oliveira Leite.¹¹ O coronel de engenheiros Manuel Gonçalves de Campelo França¹² e o capitão Coriolano de Carvalho Silva Azevedo.¹³

A Guerra de Canudos tornou-se laboratório das provas e conhecimentos de engenharia, estratégia militar, botânica, geologia e sociologia do Capitão de 1ª. Classe. Homem prático e de um senso teórico refinado, a chefia da “expedição científica”¹⁴ - como batizou -, traria fama a proporção do sucesso das manobras, em meio ao pessimismo das tropas.

Sobre a ingente tarefa que desafiava a Comissão de Engenharia e sua performance nos últimos 6 meses da campanha (maio a outubro de 1897), podemos destacar como principais empreendimentos: a) a instalação de estação telegráfica entre Queimadas e Monte Santo a fim de facilitar a comunicação entre o Comandante em chefe e as tropas; b) a construção de uma via alternativa até Canudos que pudesse aumentar a mobilidade e assim surpreender o inimigo; c) a mobilidade das tropas, comboios e armamentos, especialmente o canhão withworth 32, de quase duas toneladas. A seguir explicitaremos como se deu esses avanços e foi possível superar as adversidades.

⁹ A criação da Comissão de Engenharia deu-se por Portaria do Exército, de 8 de março de 1897. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições militares contra Canudos: seu aspecto marcial*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1985, p. 84.

¹⁰ Dramatis Personae. In: COUTINHO, Afrânio (org). *Euclides da Cunha: obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editora, 1966, vol. II, p. 82-83.

¹¹ Cartas de Canudos, de Hoche. *O País*. Rio de Janeiro, 08/09/1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 458 e 461.

¹² Carta de Manuel Benício. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07/08/1897. Idem, p. 267.

¹³ Carta de Queimadas, 20/07/1897 [autoria desconhecida]. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15/08/1897, Idem, p. 230. Não confundí-lo com Odilon Coriolano de Azevedo, 2º. tenente do 5º. Batalhão da Polícia da Bahia, morto ao tentar operar o canhão withworth 32. VILLELA JUNIOR, Marcos Evangelista da Costa. Op. cit., 1988, p. 73-74.

¹⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 459.

a) Estação telegráfica entre Queimadas e Monte Santo

Entre fevereiro e abril observou-se um armistício forçado, pois o governo não conseguiu organizar contingente e envidar recursos para o novo assalto. No dia 21 de março chegou a Queimadas o general Arthur Oscar de Andrade Guimarães, comandante do 2º. Distrito Militar (Recife), indicado para líder da 4ª. expedição a Canudos. Sua presença instigaria a comissão a planejar manobras que pudessem anular as armadilhas dos jagunços. A todo custo, “era preciso salvar a República”.¹⁵ Assim, a instalação de uma linha telegráfica entre Queimadas e Monte Santo tornou-se imprescindível a organização, abastecimento e mobilidade dos contingentes. Somente no dia 20 de abril, um informante anunciou que chegaria via Paraíba “o material telegráfico pedido um mês antes”.¹⁶

Os trabalhos para implantação da linha telegráfica foram iniciados no dia 8 de maio, e contou com duas turmas de jornalheiros civis, de 11 e 12 indivíduos, sob a direção do engenheiro militar Tenente Domingos Alves Leite, encarregado do serviço profissional a partir da Lagoa da Várzea, a 12 quilômetros da Vila de Queimadas. No dia 12 mais 10 civis foram incorporados a equipe. Esses elementos relutaram participar da empreitada até as garantias de proteção e efetivação na força estadual da Bahia. Já na altura do rio Jucurici, os trabalhos técnicos da linha passaram a direção do tenente Dr. Alfredo Soares do Nascimento.¹⁷ Com a colaboração do Dr. Graça, chefe do distrito telegráfico, e Teive Argolo, diretor da Estrada de Ferro de Alagoinhas e São Francisco, a linha telegráfica foi inaugurada no dia 9 de junho, com discurso do General em chefe Artur Oscar.¹⁸

¹⁵ CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 298.

¹⁶ Idem ibidem, p. 457.

¹⁷ Idem, p. 458.

¹⁸ Um correspondente do *Jornal do Brasil* registrou a influência positiva de Siqueira de Menezes para o sucesso da empreitada: “o bom êxito desta afanosa tarefa deve-se a influência pessoal do chefe da comissão, que pela amizade conseguiu obter o que de outra forma lhe foi impossível, no intuito de levar por diante o que lhe fora incumbido pelo governo, não metendo em linha de conta a soma de sua atividade tão pouco comum”. Carta de Canudos, 14/08/1897, [autoria desconhecida]. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15/8/1897. Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 230.

b) Construção de via alternativa para Canudos: a estrada de Calumbi

Em tempos de guerra, abrir caminhos significa rejeitar as vias oferecidas pela natureza e/ou pelo adversário. Até Monte Santo, parte da comissão de engenheiros concentrou-se nos trabalhos de sapa, visando facilitar passagem da artilharia e da força, que seguiram rumo a Cansanção. Para consumação desse trabalho contou com quatro juntas de bois no serviço de transporte de material, estes carros foram gratuitamente oferecidos pelo Dr. José Gonçalves da Silva e Aníbal Galvão. Aditaram a mão-de-obra a soldadesca do major Joaquim Simpliciano Carneiro de Campos.

Na base de Monte Santo, uma questão incomodava sobremaneira o general Arthur Oscar, não tanto a espera dos comboios, mas perceber que as estradas eram como tapetes estendidos pelos jagunços. Villela Junior explica que, partindo de Monte Santo, haviam três rotas para Canudos, cada uma com seus inconvenientes. Uma passava pela Serra do Cambaio onde findaram duas expedições, a do tenente Pires Ferreira e a do major Febrônio de Brito. A outra era a do Cumbe, mais longa, escolhida pelo inditoso capitão Moreira César. Assim posto, o general Arthur Oscar não optou, preferiu “entregar aos engenheiros uma rota dentro da caatinga”¹⁹, uma via alternativa. E assim, na área intermediária entre os caminhos citados decidiu-se pela terceira, a estrada do Calumbi. Zona um tanto plana, dotada de vários caminhos a serem aproveitados, tirando certos rodeios, poderia diminuir distâncias. Sem demora, determinou-se “um traçado a ligar Monte Santo a Rosário, passando pelo Juetê”²⁰.

Em marcha a partir do dia 14 de junho, as tropas deixaram Monte Santo com destino a Canudos. Até lá o itinerário seria: Caldeirão Grande, Jitirana, Juá, Aracati, Juetê, Rosário e Rancho do Vigário, perfazendo 80 quilômetros que influenciaram o chefe da Comissão a registrar: “foram longos e afanosos os trabalhos que pesavam sobre a comissão de engenharia nesta famosa jornada”.²¹

¹⁹ VILLELA JUNIOR, Marcos Evangelista da Costa. Op. cit., 1988, p. 59.

²⁰ Idem, p. 60.

²¹ Carta de Canudos, de Hoche. *O País*. Rio de Janeiro, 8/9/1897. Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 465.

A estrada de Calumbi foi talvez a ação realmente estratégica da campanha.²² Lembraria Euclides da Cunha que “ideara-a, planeara-a e executa-a o tenente coronel Siqueira de Menezes”.²³ As intervenções da Comissão de Engenharia reverteria os louros a decantada República do eufórico sergipano. Para ele, mais do que metáfora sua ação facultava a vitória da modernidade sobre o passado, da república sobre a monarquia, da engenharia sobre a topografia irregular, acidentada. Revelou-se um agente da ordem republicana, da civilidade, da ciência da engenharia perante a realidade nordestina.²⁴ Imbuído dessa ideologia, de um otimismo contagiante, arrematava: “o brasileiro tudo vence quando a sua vontade não se torna esquivada e indolente”.²⁵

c) Mobilidade da tropa, comboio e armamento: o canhão withworth 32

A Coluna Artur Oscar tinha a seguinte composição: 7º. Batalhão da Bahia, 5º. e 14º. Batalhão de Pernambuco, 12º., 25º., 30º. e 31º. Batalhão do Rio Grande do Sul, 27º. Batalhão da Paraíba, 9º. Batalhão do Rio de Janeiro, 33º. Batalhão do Piauí; ainda 5º. Regimento de Artilharia de Campanha e uma ala do 9º. Regimento de Cavalaria da Capital Federal e o 5º. Corpo da Polícia Militar da Bahia.²⁶ Seu efetivo somava 1900 homens. Seus trens eram formados por 42 carroças, 40 carretas, bois e muare para dinamizar o deslocamento da artilharia pesada: 21 canhões, sendo 17 krupp, 4 tiro rápido e 1 withworth.²⁷

A Comissão de Engenharia saiu de Monte Santo no dia 14 de junho, a frente, escoltada pela 2º. Brigada, comandada pelo coronel Inácio Henrique Gouveia.²⁸ Tinha como tarefa retificar, alargar, nivelar ou fazer

²² A comissão também conseguiu ligar a estrada de Cumbe no ponto entre Juetê e Rosário. Cf. VILLELA JUNIOR, Marcos Evangelista da Costa. Op. cit., 1988, p. 62.

²³ CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 433.

²⁴ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822/1930*. São Paulo: Ed. Record, 1999, p. 207.

²⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 461.

²⁶ CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 306.

²⁷ MOURA, Aureliano Pinto de. *As duas últimas expedições a Canudos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1998, p. 187.

²⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 459.

estradas para garantir o trânsito da artilharia pesada. Abastecimento, mobilidade e plasticidade das tropas, assim aconselhavam os teóricos da guerra clássica. Siqueira de Menezes adicionaria mais três ingredientes a empreitada: criatividade, argúcia e humildade. Podômetro²⁹, bússola, arma e binóculo a mão, apontava na sua caderneta sobre o clima, o meio, a flora e os sertanejos. Humildemente escutava-os como fazia com os subordinados, por essa razão sustou os trabalhos de sapa entre Juá e a Fazenda do Sítio mediante consulta a Thomas Vila Nova, atendendo orientação de Alfredo Nascimento. Dias antes, aquele sertanejo ventilara as vantagens da estrada de Calumbi, logo aplainada em 3 dias, encurtaria em um dia o percurso a Monte Santo, prolongando-se por mais 15 léguas até o alto da Favela.³⁰

A matadeira - como os conselheiristas batizaram o canhão withworth 32 - pesava 1700 quilos. O diâmetro de suas rodas superava a estatura da maioria dos soldados. Vagarosamente, de Queimadas a Monte Santo, a peça foi deslocada em 4 dias com “ajuda de treze juntas de bois”.³¹ Somente os chineses (como os soldados apelidavam os engenheiros em razão do criterioso serviço) garantiam o deslocamento do “monstro, eterno regulador do direito das nações”.³² A 3ª brigada foi incumbida de conduzir o grande canhão até o arraial, tarefa que desafiava a competência dos seus vigias.³³ Abertura e preparação de estradas, sapa, desmatamento, destocamentos, remoção de lajedos, aterros, picadas e pontes, eis a labuta diária da comissão de engenharia

²⁹ “Instrumento de bolso para contagem dos passos e distância percorrida”. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1592.

³⁰ CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 317; GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 467.

³¹ VILLELA JUNIOR, 1988, p. 58. Segundo Euclides da Cunha o canhão foi arrastado por 20 juntas de boi. CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 315.

³² Escreveu Hoche: “A possibilidade de transportado a Canudos só podia caber na mente de engenheiros brasileiros, querendo dizer só de malucos (grifo do autor) que o assestaram contra o poderosíssimo reduto central do transloucado e caduco monarquismo, vencendo precipícios, subindo e descendo serras, transpondo desfiladeiros, atravessando rios, sem um instante de desfalecimento sequer”. Carta de Canudos, de Hoche. *O País*. Rio de Janeiro, 8/9/1897. Idem ibidem, p. 461 e 472.

³³ VILLELA JUNIOR, op. cit. O withworth 32 não foi o único canhão levado a Canudos, além dos já citados tiro rápido e krupp também foi enviada uma bateria de canhões cannet que estacionou em Queimadas, “pois o general Carlos Eugênio temia que seu deslocamento provocasse atraso da chegada das forças até o arraial”. Cf. ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Op. cit., 1998, p. 302.

a fim de que o pesado canhão cumprisse seu destino: bombardear o arraial do Belo Monte.

Apesar dos esforços, a marcha da coluna Artur Oscar não tinha a celeridade planejada. “Até o dia 18 [de junho] só tinha conseguido vencer uma distância de pouco mais de seis quilômetros”³⁴, em face da pesada bateria e conseqüente morosidade dos trens e carros. Nesse dia o pesado canhão deparou-se com um toco e virou de cambalhota. Não fosse o empenho e pertinácia de Domingos Alves Leite e do alferes-honorário José de Oliveira Leite, a máquina não teria retomado a rota. Antes de chegar a Fazenda Caldeirão Grande, foi preciso construir ponte sobre o rio que dava nome a propriedade e também desviar pela garganta da Serra Piquaciava, assim “evitar a transposição de um tope de fortíssima declividade”.³⁵

Superado os obstáculos, a coluna acampou em Aracati no dia 23 de junho. No dia seguinte, rumo ao Rancho do Vigário, teve a comissão de Engenharia de abrir picada de 6 km de extensão numa “caatinga de cunanã”³⁶, visando a passagem da artilharia ao seu encaço. Reunida naquele ponto seguiu pelo Angico a serra do Rosário tendo o 25º. Batalhão na vanguarda sob o comando do coronel Emídio Dantas Barreto. Mas entre Baixas e o Rancho do Vigário, a tropa da retaguarda foi surpreendida por uma chuva torrencial que atrasou comboio e munições, caindo em poder dos jagunços.³⁷ Acuado nas imediações da Favela e preocupado com o desenlace, o comandante-em-chefe aguardava o socorro da Coluna Savaget, estacionada em Geremoabo.

³⁴ Idem, p. 460.

³⁵ Idem, p. 461.

³⁶ Segundo a explicação de Hoche, cunanã era “uma espécie de cipó com aspecto arborescente, imitando no todo a uma planta cultivada nos jardins, cujas folhas são cilíndricas”. Aparentemente inofensiva, “a seiva deste bizarro é leitosa e cáustica, queima como fogo, deixando na pele uma marca indelével, e assim no tecido das fazendas. A qualquer pequena gota deste líquido que caia na vista de um mortal, segue-se a cegueira absoluta. É terrível em sua moleza, em sua aparência miserável”. Carta de Canudos, de Hoche. *O País*. Rio de Janeiro, 9/9/1897. Idem, p. 468.

³⁷ Em nota de 10 de agosto de 1897, Euclides da Cunha esclarece que “a este erro aliou-se um outro. Na investida definitiva a Canudos, a disposição geral dada ao ataque foi de tal natureza que, logo à entrada da grande aldeia, baralharam-se batalhões e brigadas, confundiram-se, enredaram-se, anularam-se as fileiras [tornando-se] alvo amplíssimo sobre o qual batia, caía em cheio a saraivada de balas dos jagunços, sem perder um tiro (...) e as baixas foram extraordinárias”. CUNHA, Euclides. Canudos: diário de uma expedição. In: COUTINHO, 1966, p. 498-499.

A chegada da Coluna Savaget, no dia 28 de junho, evitou o que seria a quarta derrota do Exército. Resistindo a guerrilha de 2000 jagunços, a tropa avançou em direção a Canudos até o Morro da Favela. Exausta e faminta aí montou acampamento.³⁸ General e seu Estado-maior estudaram o terreno e assestaram 21 canhões, incluindo o withworth.

Iniciado o combate a bateria de canhões ficou desguarnecida em alguns momentos. Na renhida luta para assegurar posições conquistadas nas cercanias de Canudos, Villela Junior acentua a coragem demonstrada por Olímpio da Silveira, coronel da 3ª. Brigada, e Siqueira de Menezes que portava “um embornal de lona cheio de pentes de munição e fuzil e, com um mosquetão... pulava como um cabrito e atirando, gritava alegremente: Viva a República! Viva Floriano Viva o Brasil!, etc”.³⁹ A exaltação florianista com que marcharam a 3ª e 4ª expedições revelou o mesmo fanatismo reprovado nos jagunços de Antônio Conselheiro.⁴⁰ O jacobinismo propalado desde a Revolta da Armada e acentuado com a morte de Floriano Peixoto (29/6/1895) interpretou Canudos como restauração monarquista.⁴¹ Moreira César, Artur Oscar, Siqueira de Menezes eram florianistas.⁴²

Com a chegada da Coluna Savaget via Geremoabo o ideado cerco ao arraial do Belo Monte efetivou-se. Na última semana de setembro, o reduto foi dominado paulatinamente. Seu “bombardeio - escreveu Euclides da Cunha - foi violento, desapiedado, formidável, assisti-o da sede da comissão de engenharia” (grifo nosso).⁴³ Siqueira de Menezes acompanhou a remoção dos entulhos da igreja pela comissão, no dia

³⁸ MOURA, Aureliano Pinto de. Op. cit., 1998, p. 186-187. O hospital de sangue foi obra da Comissão de Engenharia. Cf. VILLELA JUNIOR, Marcos Evangelista da Costa. Op. cit., 1988, p. 65.

³⁹ Certamente, o aludido mosquetão era um mannlicher. Idem, p. 67 e 106.

⁴⁰ “Os que tombavam à entrada de Canudos tinham no peito esquerdo uma pequena medalha de bronze com efígie de Floriano Peixoto e, ao morrer, saudavam sua memória com o mesmo fervor que os jagunços reservavam ao Bom Jesus”. ROUANET, Sergio Paulo. O sertão da dialética negativa. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 1/12/2002, p. 6. [Separata Caderno Mais! Folha de São Paulo]

⁴¹ MOURA, Aureliano Pinto de. Op. cit., 1998, p. 233.

⁴² Para saber mais sobre o florianismo, vide: QUEIRÓZ, Suely Robbles de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; JANNOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴³ CUNHA, Euclides. Canudos: diário de uma expedição. In: COUTINHO, Afrânio. Op. cit., 1966, p. 563.

5 de outubro, a fim de encontrar o cadáver de Antônio Conselheiro, o que se deu às 10 horas da manhã do dia seguinte.⁴⁴

Binóculo a mão, Siqueira de Menezes, chefe da Comissão de Engenharia, posa ao lado dos subordinados e bromélias



Dias antes, Siqueira de Menezes conhecera Euclides da Cunha, jornalista contratado pelo jornal O Estado de São Paulo para fazer a cobertura do conflito. Ele chegou na comitiva do Ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bitencourt.⁴⁵

SIQUEIRA DE MENEZES E EUCLIDES DA CUNHA, ENGENHEIROS-JORNALISTAS

O sergipano Siqueira de Menezes e o fluminense Euclides da Cunha tinham em comum a formação de engenheiro militar na Escola da Praia Vermelha e o entusiasmo pela vitória do Exército

⁴⁴ Carta de Canudos, de Fávila Nunes. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28/10/1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 211 e 213.

⁴⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. O correspondente de guerra Euclides da Cunha. In: ____. *Saco de Gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, Sec. Cultura de São Paulo, 1976, p. 55.

frente às hostes conselheiristas. Ambos eram republicanos convictos. Esses fatores contribuíram para firmar uma poderosa amizade nos arredores de Canudos. O encontro ocorreu entre Sussuarana e Juá, na estrada de Calumbi⁴⁶, em meados de setembro de 1897.⁴⁷ No registro de 28 deste mês, da caderneta de Euclides da Cunha, lemos que “o tenente-coronel Siqueira de Menezes - um tipo interessantíssimo - observa sistematicamente, hora por hora, a temperatura, a pressão e a altitude em Canudos”.⁴⁸

Para o correspondente da folha paulista, a sede ou tenda da Comissão de Engenharia tornou-se “o ponto clássico das melhores palestras do acampamento”⁴⁹, onde o general Artur Oscar e seu Estado Maior marcavam presença diariamente. Na companhia do sergipano, Euclides desbravaria o meio, identificando pedras e espécies da caatinga.⁵⁰ Em ambos, a força do exotismo da natureza absorvia os sentidos, hipnotizando-os invariavelmente. Deslumbrado, Euclides registrara em sua caderneta de campo sua deficiência em botânica e geologia: “nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos”.⁵¹

Siqueira de Menezes alimentava também uma caderneta de campo e atuava como jornalista-correspondente de um famoso jornal, no seu caso *O País*.⁵² Dessa atividade conhecemos duas matérias, as Cartas de Canudos, as-

⁴⁶ CUNHA, Euclides da. O Batalhão de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, 26/10/1897. In: COUTINHO, Afrânio. Op. cit., 1966, p. 583.

⁴⁷ Segundo Euclides da Cunha foi no dia 14 de setembro, em Juá, quando Siqueira de Menezes falou da estrada de Calumbi. Idem, p. 585.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem, p. 559.

⁵⁰ “Fui com o tenente-coronel Siqueira até próximo de uma pedra que verificamos ser mármore negro”, anotou Euclides da Cunha na sua caderneta. Cf. SILVA, José Calasans Brandão da. Op. cit., 1997, p. 125.

⁵¹ Idem ibdem, p. 531.

⁵² O jornal *O País*, editado na Capital Federal, possuía “a maior tiragem da América Latina”, segundo seu editorial. O proprietário e diretor era Quintino Bocaiúva, uma das personalidades centrais do movimento republicano. A relação deste jornalista com Siqueira de Menezes era de fundo partidário, ideológico e afetivo. Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 45.

sinadas sob pseudônimo⁵³, com data de 21 de agosto e 1 de setembro de 1897. Nestas alentadas missivas, Hoche trata “dos principais trabalhos da comissão de engenharia, cujo chefe é o tenente-coronel José de Siqueira Menezes”.⁵⁴ Nesse fato identificamos a escrita de si ou como ele queria ser apresentado à opinião pública. Não muito aquém da imparcialidade dos relatórios elaborados em nome da Comissão de Engenharia que chefiava, mas com sua impessoalidade enviesada faz-se mister detalhar alguns aspectos desses documentos.

Mapa que Hoche enviou ao jornal O País, em 1897.



Fonte: ALMEIDA, Cícero Antonio F. de. Canudos: imagens da Guerra. Rio de Janeiro: Lacerda Ed. Museu da República, 1997, p. 100.

⁵³ Em 1890 ele já usava esse pseudônimo. As duas matérias intituladas *Cartas de Canudos* de Hoche foram localizadas por Hélio Viana em 1972. Datadas de 21 de agosto e 1 de setembro de 1897, as missivas foram segmentadas em 7 edições do jornal O País. Uma nas edições de 8 e 9 de setembro, a outra nas edições de 21, 22, 24, 25 e 26 do mesmo mês. Na última, o *post scriptum* “continuaremos” indicia intenção de outras matérias. Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*. 4ª. São Paulo: Ática, 1977, p. 457-495.

⁵⁴ Carta de Canudos, de Hoche. *O País*. Rio de Janeiro, 8/9/1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.*, 1977, p. 457.

As Cartas de Canudos desvelam um republicano otimista na vitória do Exército sobre o reduto dos monarquistas. Por outro lado, expõe um militar ciente de que a resistência dos conselheiristas funda-se no mérito de suas posições estratégicas e conhecimento do território.⁵⁵ Sobre os artifícios do seu texto, Hoche invoca os conhecimentos técnicos do engenheiro, botânico e cartógrafo de Siqueira de Menezes.⁵⁶ Atente-se para a seguinte fórmula autobiográfica: escreve que “ninguém, a não ser quem viaja pelos sertões da Bahia, pode fazer idéia aproximada do que seja a exótica vegetação dessas paragens a que chamam caatingas”⁵⁷, em seguida passa a descrever a diversidade da flora e o perigo do meio, recomendando uso de perneira e gibão a fim de melhorar desempenho dos militares. Dessa forma, sem prolixidade ou tautologia, sutilmente o jornalista expõe pensamento e ação do militar.

Isto posto, o papel de jornalista desempenhado por Siqueira de Menezes não deve porquanto continuar no limbo.⁵⁸ Se as Cartas de Canudos datam de 1897, cumpre lembrar que já em 1882 Hoche assinava um ligeiro esboço sobre o Rio Poxim na Gazeta de Aracaju, edições de 3 e 8 de maio.⁵⁹ Assim repetiu-se em 1890, quando na página d’O Republicano reprovou a indicação do Brigadeiro Augusto César para o governo de Sergipe.⁶⁰ Nunca teve coluna cativa nos diários, raramente publicava

⁵⁵ Escreveu Hoche: “Dar combate, sem tréguas, aos paladinos da restauração monárquica, concentrados nos ínvios sertões baianos, onde se julgavam e ainda se julgam invencíveis, tal a confiança que depositam nas maravilhosas condições estratégicas e táticas de sua admirável posição militar, cuja escolha, verdade seja dita, muito diz a respeito da capacidade de quem a faz. Canudos ou antes o Belo Monte, como a chamam todos os jagunços (...) é um ponto estratégico na verdadeira significação da palavra”. Carta de Canudos, de Hoche. *O País*. Rio de Janeiro, 9/9/1897. Idem, p. 472-473.

⁵⁶ Numa de suas cartas ao jornal *O País*, Hoche anexou um esquema topográfico, “um trabalho ligeiro e sem escala, mas que figura com clareza os acidentes do terreno e suas posições relativas (...) organizado por um dos membros da comissão que ainda não pôde fazer levantamento regular”. Exposto a exibição na redação, logo o mapa de Canudos feito por Siqueira de Menezes, como ficou provado a posteriori, foi amplamente reproduzido para venda. Assim anunciava a edição de 19/9/1897: “Mapa de Canudos - nitidamente litografado, indicando as marchas e posições das diversas colunas em operações, vende-se no escritório desta folha e nas ruas da Quitanda n. 73 e Espírito Santo n. 26. Remete-se para o interior, mediante porte do correio. Cartas a J. Rodrigues Fróes neste escritório. Preço 1\$000; para o interior, mais 200 réis”. Idem, p. 49.

⁵⁷ Idem, p. 462.

⁵⁸ A memória do Senado Federal reconhece sua profissão de jornalista. Cf. LEITE NETO, Leonardo (coord.) *Catálogo de senadores - 1826/1986*. Brasília: Centro Gráfico, 1986, vol. III, p. 1755.

⁵⁹ GUARANA, Armindo. Op. cit., 186.

⁶⁰ HOCHÉ. Sergipe. *O Republicano*. Aracaju, N. 223, 30/8/1890, p. 1.

um artigo técnico, reclamo ou pedido de voto, neste caso a conveniência orientava a autoria. Siqueira de Menezes foi “um dos redatores do jornal Sergipe”⁶¹, veiculado em 1880 e 1881, e nesta condição apreendeu os rudimentos da imprensa. Enquanto em Sergipe vicejam jornais comprometidos com grupamentos políticos⁶², em São Paulo e Rio de Janeiro a grande imprensa ensaia a condição de veículo de massa.⁶³

Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes, juntos, presenciaram o ocaso dos conselheiristas. O fim da guerra, sobretudo a degola dos rendidos, promoveu uma fricção entre os amigos.⁶⁴ Mas até ali, a amizade e as confidências, o debate e os textos confundiram-se e o que anotavam era de domínio comum. Lê-se nota do Jornal de Notícias, da Bahia, de 27 de outubro, vigésimo dia após o fim da guerra, que Siqueira de Menezes desejava publicar

“um estudo sob o ponto de vista militar, político, social e religioso do grupo conselheirista. Compreende também uma apreciação detida e imparcial das observações que fez sobre o original e simpático tipo brasileiro o vaqueiro ou sertanejo. Este trabalho foi mostrado ao inteligente Dr. Euclides da Cunha”.⁶⁵

Siqueira de Menezes não chegou a materializar seu livro. Entre 1898 e 1901, período em que executou o conserto da ponte de São José de Rio Pardo, interior paulista, Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões*, segundo ele um libelo contra o genocídio cometido pelo Exército em

⁶¹ “jornal dedicado aos interesses da lavoura, commercio e melhoramentos geraes da Provincia. Era propriedade de uma Associação. Publicação bi-semanal. O primeiro número saiu em setembro daquelle anno, medindo 0,39x0,26, com 4 páginas e igual número de columnas cada uma. Typographia do Diário de Sergipe, passando depois a ser impresso em typografia própria”. GUARANÁ, Armindo. *Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1882 a 1908. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo especial, volume 1, parte 2, p. 783.

⁶² ARAÚJO, Acrísio Torres. *A imprensa em Sergipe*. Brasília, S/Ed., 1993, p. 88.

⁶³ SANCHES, Marcos Guimarães. Ação e Repercussão de Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 159 (398), jan./mar., 1998, p. 233.

⁶⁴ Duas constatações revelam o alubrimento de Euclides da Cunha: a) compreender que o Belo Monte nada tinha de restauração monárquica, b) Defender que os jagunços, vencidos, fossem reconhecidos cidadãos e incorporados a nação brasileira. CUNHA, Euclides. *Canudos: diário de uma expedição*. In: COUTINHO, Afrânio. Op. cit., 1966, p. 565.

⁶⁵ *Jornal de Notícias*. Bahia, 27/10/1897.

nome da República.⁶⁶ No contexto da Guerra de Canudos, em 1897, o Estado Maior articulou um controle da informação gestada pelos correspondentes, concorrendo para filtrar e/ou censurar matérias acerca da evolução do conflito.⁶⁷ Talvez o fato explique a denúncia tardia mas contundente e que fragilizava a imagem do Exército.

Em carta a José Veríssimo, de 24 de junho de 1904, visando indicação do Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, para chefia da expedição de reconhecimento da região amazônica do Alto Purus, Acre, Euclides da Cunha sub-repticiamente fala das retaliações sofrida em razão da sua obra.⁶⁸ E como a memória da Guerra de Canudos, também o fenômeno editorial de *Os Sertões*, paradoxalmente, sedimentaria na sociedade brasileira a imagem do militar sergipano como herói de dimensões épicas, sobre-humanas.

Independente dos múltiplos significados que o silêncio possa evocar, Villa atenta que em vista da consagração do best-seller euclidiano, Siqueira de Menezes “não deve ter ficado satisfeito com o uso das suas anotações, sem receber nenhum crédito”.⁶⁹ Na época não havia legislação de direitos autorais por isso o plágio, ou mais apropriadamente a não indicação das fontes, gerou indisposições no meio intelectual. Euclides da Cunha era “um péssimo indicador das citações”.⁷⁰ Fazem parte da plêiade de autores ressentidos “Teodoro Sampaio, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e tantos outros”.⁷¹

⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha. In: COUTINHO, Afrânio. Op. cit., 1966, p. 30.

⁶⁷ *Os Sertões* é fruto da desilusão de Euclides da Cunha com o regime republicano e seus proceres. Esse processo de desencantamento teria começado em Canudos para alguns autores. ALMEIDA, Cícero Antonio F. de. Op. cit., 1998, p. 297.

⁶⁸ “Não há temer-se a oposição de um espectro, o Exército, por causa d’*Os Sertões*. Tenho lá, mesmo naqueles lugares, amigos – bastando citar o nome de Siqueira de Menezes. Além disto, o rancor despertado pelo livro vai muito atenuado”. Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, 24/6/1904. Cf. COUTINHO, Afrânio. Op. cit., 1966, p. 647.

⁶⁹ VILLA, Marco Antonio. Op. cit., 1995, p. 260.

⁷⁰ ANDRADE, Olimpio de Souza. *História e interpretação de Os Sertões*. São Paulo: Edart, 1960, p. 284.

⁷¹ Idem ibidem, p. 260. Outros escritores descontentes com os deslizes e/ou omissões na obra euclidiana podem ser citados: José Veríssimo. Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Um desgarrão da engenharia rude. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 1/12/2002. (Caderno Mais!), p. 7. Afonso Arinos por ser redator de jornal monarquista: O Comércio de São Paulo. Cf. GALVÃO, Walnice. Op. cit., 1976, p. 77. Somente em 1911, dois anos depois da trágica morte de Euclides da Cunha, Siqueira de Menezes, então Presidente de Sergipe, externaria raiva do escritor. AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e a primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1956, p. 175.

A relação Siqueira de Menezes-Euclides da Cunha foi analisada por Silva em dois textos primorosos. São eles: *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes*⁷² e *Algumas Fontes de Os Sertões*⁷³. O primeiro trata do questionamento que Siqueira de Menezes fez a Gilberto Amado, nos idos de 1911, sobre a presença de Euclides da Cunha em Canudos.⁷⁴ O segundo prova a contribuição inegável dos trabalhos de Siqueira de Menezes na construção da obra vingadora. Figuram como fontes incontestes as já citadas *Cartas de Canudos* e um relatório “apresentado ao General Artur Oscar, em 17 de setembro de 1897, dando conta do que fizera para abrir uma nova estrada do Calumbi, a fim de facilitar o cerco de Canudos”.⁷⁵ Como o esboço de Siqueira de Menezes foi extraviado ficamos impossibilitado de fazer uma nova acareação.

O esboço da obra extraviada de Siqueira de Menezes nascera de sua caderneta de anotações, provavelmente. Há quem afirme, referindo-se a Euclides da Cunha, que n’*Os Sertões* o autor soprou sua caderneta. Ter e alimentar esses repositórios, parece, era prática recorrente. Para não restringir exemplos, enfatizemos um outro: Odilon Coriolano de Azevedo, 2º. tenente do 5º. Batalhão da Polícia Militar da Bahia que morreu numa explosão do canhão 32 e possuía caderneta. Sobre ela comentou Manuel Benício: “nas cento e muitas páginas... encontramos... alguns apontamentos, por certo, de valor e digno de leitura”.⁷⁶ Infelizmente, assim como o esboço “várias cadernetas cheia de anotações, como informa a família, foram perdidas”.⁷⁷

⁷² SILVA, José Calasans Brandão da. *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes* (1957). In: ____, *Cartografia de Canudos*. Aracaju: Sec. de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/EGBa, 1997, p. 121-128.

⁷³ SILVA, José Calasans Brandão da. *Algumas Fontes de ‘Os Sertões’*. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, n. 6, jul/dez, 1972.

⁷⁴ AMADO, Gilberto. Op. cit., 1956, p. 175.

⁷⁵ RELATÓRIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PELO GENERAL DE DIVISÃO JOÃO THOMAZ CANTUÁRIA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, EM MAIO 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1898, p. 114-122.

⁷⁶ Carta de Manuel Benício, de 7 de setembro de 1897, de Queimadas. *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro, 23/10/1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., 1977, p. 335.

⁷⁷ SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968, p. 60.

A HEROIFICAÇÃO DO JAGUNÇO ALOURADO

“Siqueira Menezes é um dos heróis de Os Sertões”.⁷⁸ Este constitui uma obra histórica calcada em fontes e no testemunho do seu autor ou será “mera criação literária”⁷⁹? A principal obra euclidiana ainda sofre revisões e críticas ao tempo em que se tornou referência, única na primeira metade do século XX, para o entendimento do conflito e até para a compreensão da formação sociológica do homem e da nação brasileira. Porém, a heroificação de Siqueira Menezes não começou em 1902 com o sucesso editorial do livro, sua gênese está em 1897. Senão vejamos.

Diante do quadro de instabilidade propalada pelas sucessivas vitórias dos conselheiristas sobre o Exército republicano; diante da “conspiração monarquista” alardeada pela imprensa do final do século dezenove, criara-se uma expectativa de desagravo a pátria, de uma ação sobre-humana, excepcional, heróica. Inspirado no Estado de Teatro, de Geertz, concluímos pois que o anseio instintivo da invenção dos heróis ocorre sempre como resposta da sociedade-platéia aos dramas individuais ou coletivos.⁸⁰ Como esclarece Damatta, “a sociedade também determina seus atores”⁸¹, contado com o apoio dos atores básicos (produtores), no caso, os mediadores, os jornalistas. Sabemos que a imprensa fez da guerra de Canudos um drama nacional, carente de atores dominantes ou heróis épicos.

Duas semanas após o fim do conflito, o Diário da Bahia saúda o retorno de Siqueira de Menezes como irreprochável herói. Registra:

chegou de Canudos o heróico coronel Dr. Siqueira de Menezes. São inestimáveis os serviços prestados pelo ilustre militar à República, com o seu talento e conhecimento técnicos, com o seu denodo e com seus ideados planos de ataque. Para terminação

⁷⁸ SILVA, José Calasans Brandão da. Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes. In: _____. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Sec. de Cultura e Turismo da Bahia/EGBa, 1997, p. 121.

⁷⁹ Tese de João Ribeiro. Cf. COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1966, p. 57.

⁸⁰ GEERTZ apud BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, p. 19.

⁸¹ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 254.

desta luta terrível talvez tenha sido o coronel Dr. Siqueira o que mais tenha concorrido, com a tomada dos melhores pontos estratégicos inimigos”.⁸²

Óbvio que todos os ocupantes dos postos de comando receberam em maior ou menor intensidade manifestações de apreço e reconhecimento por parte da sociedade e/ou da corporação militar pela vitória, no entanto o lugar de chefe da comissão dos engenheiros e sua rede de sociabilidade influiria doravante numa centrípeta crescente.⁸³

Outros referenciais explicam o processo de heroificação no período, a exemplo da santificação de vivos prevista nos cânones do positivismo ortodoxo.⁸⁴ Também a comunidade de imaginação ou comunidade de sentido, termo cunhado por Baczko para explicar a relação da aceitação ou rejeição de ideias no imaginário pré-existente.⁸⁵ Diante da crise republicana propalada com a guerra de Canudos e o crescente ressentimento do Exército proscrito do comando da nação, diferentes grupos discutem qual o principal herói republicano a ser cultuado: Benjamim Constant, o Fundador; Deodoro da Fonseca, o Proclamador; ou Floriano Peixoto, o Consolidador.⁸⁶ Operando numa frequência menor e paulatina, as homenagens da vitória sobre Canudos e a fama d’Os Sertões promoveu Siqueira de Menezes a condição mítica de herói.

⁸² SILVA, José Calasans Brandão da. Op. cit., 1997, p. 127. A Lei N. 246, de 8 de novembro de 1897, decretada pelo governo de Sergipe, determinava que fosse agraciado com espada o tenente-coronel Siqueira de Menezes. COMPILAÇÕES DE LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO ESTADO DE SERGIPE (1897-1898) vol. IV, Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1900, p. 29.

⁸³ Em 1898, BARRETO endossa: “A maneira como o tenente-coronel Siqueira de Menezes desempenhou-se do encargo granjeou-lhes francos aplausos das forças, pondo em evidência elevadas qualidades de oficial (...) realizou marcha estratégica...” BARRETO, Dantas. *Última Expedição a Canudos*. Porto Alegre: Franco Irmãos Ed., 1898. HORCADES reconhece os méritos na sua obra de 1899: “sabe ser soldado e homem ilustrado, sabe manejar a arma quando preciso e a pena quando necessário. E além de tudo, sabe ser militar ilustre, porquanto compreende o que é generosidade. Obedecendo a seus princípios de educação não pratica os atos de vandalismo que outros têm honra em fazer, não havia um só jagunço, que manso quer bravo, que não aceitasse o nome honrado de Siqueira de Menezes”. (Alvim Martins Horcades, na Descrição de uma viagem a Canudos (1899). In: SILVA, José Calasans Brandão da. Op. cit., 1997, p. 127-128).

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 56.

⁸⁵ BACZKO apud CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1990, p. 13.

⁸⁶ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 14.

O fenômeno editorial do livro de Euclides da Cunha - teve três edições esgotadas em 1902 – fez do seu autor membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio da Academia Brasileira de Letras. Apesar da “obra vingadora”⁸⁷ ter sido recebida com reservas pelos setores do Exército, Siqueira de Menezes não externou seu parecer, preferiu o silêncio. Na verdade, sua fama propagou-se na proporção meritória do livro, “nunca sergipano mereceu tanto, foi elevado tão alto como naquelas páginas”.⁸⁸ Diferente dos mártires sergipanos, os que tombaram na luta renhida dos sertões baianos, caso do capitão José Salomão Agostinho da Rocha, do tenente Odilon Coriolano e do alferes Antônio Wanderley; diferente dos militares do 26^o. Batalhão que foram recepcionados festivamente ao retornar da Bahia em 1897; Siqueira de Menezes não sucumbiu à morte nem as homenagens pois virou personagem da epopéia euclidiana. No mês seguinte a vitória, o militar foi agraciado com espadas na Bahia e Sergipe, respectivamente, como prova de reconhecimento pelo seu tino de estrategista e coragem espartana demonstrado em Canudos.⁸⁹

A representação literária de Siqueira de Menezes teve duas fases distintas e complementares. A primeira tem o enredo da propaganda e organização da implantação do regime republicano em Sergipe, entre 1888 e 1889. Essa experiência pode ser avalizada em *A República em Sergipe* (1891), de Baltazar Góis; *Sergipe Republicano* (1896), de Manuel Curvelo de Mendonça; *A Década Republicana*, de Manoel Nobre de Lacerda; *História Constitucional* (1913), de Felisbelo Freire. A outra fase tem nele o herói do conflito que desestabilizou o novo regime. O ponto

⁸⁷ MELLO ameniza o caráter denunciador da obra: “tivesse Euclides da Cunha testemunhado mais uma vitória dos jagunços conselheiristas muito outro teria sido o tom e o teor de *Os Sertões*”. MELLO, Dante de. *A verdade sobre Os Sertões*: análise reivindicatória da campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 250.

⁸⁸ SILVA, José Calasans Brandão da. Op. cit., 1997, p. 122.

⁸⁹ *Jornal O Republicano*, da Bahia, noticiou que amigos e admiradores compraram no Rio de Janeiro uma espada por 2:100\$, com bainha e cabo prateados, para oferecer a Siqueira de Menezes. *A Notícia*. Aracaju, ano II, n. 499, 26/11/1897, p. 2. Lei N. 247, de 11 de novembro de 1897, “autoriza o governo a liberar contribuição, quantia de um conto de reis para a compra da espada que irá ser oferecida ao tenente-coronel Sr. José de Siqueira Menezes”. Lei N. 246, de novembro de 1897, “autoriza o dispêndio de 5:000,00 r. para recepção da 26^o. Batalhão de Infantaria que retorna de Canudos”. COMPILAÇÕES DE LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO ESTADO DE SERGIPE (1897-1898) vol. IV. Aracaju: Typ. Estado de Sergipe, 1900, p. 29.

de intersecção é a ordem estabelecida, endossando a previsão de Thomas Carlyle, sobre sua origem: “todo herói é filho da ordem e representa a nação”.⁹⁰ Podemos sugerir, como Miceli, que o herói é o “símbolo de outro símbolo”⁹¹, já que a nação simboliza o sentimento patriótico de um povo de um território marcado por uma cultura comum. Assim o herói surgirá na defesa do bem coletivo; num contexto de ameaça a paz, de crise, como propiciou a Guerra de Canudos. Essa guerra representou “a maior crise da nacionalidade” no alvorecer do novo regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como Euclides da Cunha, Siqueira de Menezes era engenheiro, militar, jornalista e florianista. Os dois chegaram a Canudos no anseio de testemunhar o triunfo do exército republicano. No entanto, a estada no campo de guerra operou uma mudança no autor de *Os Sertões*, o livro consumaria o fato. Desiludira-se Euclides com a ação militar, com o regime civilizado que defendia; seu ressentimento atingiu os ícones da República: Marechal Deodoro, Floriano Peixoto e mesmo Benjamim Constant. Porém, sua amizade com Siqueira de Menezes perduraria, inclusive com reencontro na Amazônia, em 1905.⁹² Esse epílogo carece de pesquisa.

A performance de Siqueira de Menezes como propagador do ideal republicano e, principalmente, estrategista habilidoso e militar corajoso na Guerra de Canudos facultou-lhe a imagem de herói. Esse rótulo inflamado nas homenagens e eternizado nas palavras emocionadas de Euclides da Cunha aumentaria com o passar dos anos. Não esqueçamos o ritmo da sua graduação: entre 1897 e 1900, o sergipano foi promovido, por merecimento, ao posto de Coronel (19/5/1898); no ano seguinte foi nomeado chefe da 3ª. Seção de Repartição de Estado Maior, logo assumindo comando do 3º. Distrito Militar.⁹³

⁹⁰ FELJÓ, Martin Cezar. *O que é o herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34.

⁹¹ MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 5ª ed, São Paulo: Contexto, 1994, p. 10.

⁹² SILVA, José Calasans Brandão da. Op. cit., 1997, p. 125-126.

⁹³ GUARANÁ, Armindo. Op. cit., 1925, p. 185.

Nessas considerações finais destacamos que a gênese da heroificação não se acha n'Os Sertões, obra publicada em 1902, mas na imprensa baiana do segundo semestre de 1897. Desatacamos também que a mitificação seria convenientemente trabalhada a favor da sua carreira política em Sergipe⁹⁴, tendo Siqueira de Menezes ocupado os cargos de Governador (1911-1913) e Senador (1914-1925).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cícero Antônio F. Memória e representação: as imagens da Guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 159 (398), jan/mar., 1998.

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e a primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1956.

ANDRADE, Olimpio de Souza. *História e interpretação de Os Sertões*. São Paulo: Edart, 1960, p. 284.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições militares contra Canudos: seu aspecto marcial*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1985.

ARAÚJO, Acrísio Torres. *A imprensa em Sergipe*. Brasília, S/Ed., 1993.

BARRETO, Dantas. *Última Expedição a Canudos*. Porto Alegre: Franco Irmãos Ed., 1898.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

⁹⁴ A morte de Olimpio Campos e Fausto Cardoso em 1906 desestabilizou a política sergipana. A Tragédia de Sergipe, como ficou conhecida, marcou o retorno de Siqueira de Menezes aos pleitos eleitorais de sua terra natal. Ver: SILVA FILHO, José Thiago da. Siqueira de Menezes: festa e civismo. *Anais eletrônicos do Seminário Nacional dos 10 anos do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste*. São Cristóvão (UFS), 2007, p. 15. *Caderno de Resumos do IV Encontro de Pós-Graduação da UFS*. São Cristóvão, 9 a 11/09/2008, p. 575.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 14.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822/1930*. São Paulo: Ed. Record, 1999.

COMPILAÇÕES DE LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO ESTADO DE SERGIPE (1897-1898). Vol. IV, Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1900, p. 29.

COUTINHO, Afrânio (org). *Euclides da Cunha: obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editora, 1966, vol. II.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [Edição Crítica de Walnice Nogueira Galvão]. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. ed. Rio e Janeiro: Rocco, 1997.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é o herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 1999, p. 1592.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*. 4ª. São Paulo: Ática, 1977.

_____. O correspondente de guerra Euclides da Cunha. In: _____. *Saco de Gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, Sec. Cultura de São Paulo, 1976.

_____. Um desgarrão da engenharia rude. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 1/12/2002. (Caderno Mais!), p. 7.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

_____. *Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1882 a 1908*.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, volume 1, parte 2, p. 776-813.

HOICHE. Sergipe. *O Republicano*. Aracaju, N. 223, 30/8/1890, p. 1.

JANNOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEITE NETO, Leonardo (coord.). *Catálogo de senadores – 1826/1986*. Brasília: Centro Gráfico, 1986, vol. III.

MELLO, Dante de. *A verdade sobre Os Sertões: análise reivindicatória da campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 5ª ed, São Paulo: Contexto, 1994.

MOURA, Aureliano Pinto de. As duas últimas expedições a Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1998, p. 185-192.

QUEIRÓZ, Suely Robbles de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

RELATÓRIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PELO GENERAL DE DIVISÃO JOÃO THOMAZ CANTUÁRIA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, EM MAIO 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1898, p. 114-122.

ROUANET, Sergio Paulo. O sertão da dialética negativa. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 1/12/2002, p. 6. [Separata Caderno Mais! Folha de São Paulo]

SANCHES, Marcos Guimarães. Ação e Repercussão de Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 159 (398), jan./mar., 1998, p. 229-242.

SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968.

SILVA, José Calasans Brandão da. Algumas Fontes de 'Os Sertões'. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, n. 6, jul/dez, 1972.

____. Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes (1957). In: _____. *Cartografia de Canudos*. Aracaju: Sec. de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/EGBa, 1997.

SILVA FILHO, José Thiago da. Siqueira de Menezes: festa e civismo. *Anais eletrônicos do Seminário Nacional dos 10 anos do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste*. São Cristóvão (UFS), 2007.

____. Siqueira de Menezes: como o herói virou político. *Caderno de Resumos do IV Encontro de Pós-Graduação da UFS*. São Cristóvão, 9 a 11/09/2008.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

VILLELA JUNIOR, Marcos Evangelista da Costa. *Canudos: memórias de um combatente*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Brasília: INL, 1988.

Artigo recebido em maio de 2011. Aprovado em julho de 2011.

NAS FRONTEIRAS DA LIBERDADE: “a organização do trabalho” na *Revista Agrícola de Sergipe* após a abolição (1905-1908)

BORDERS OF FREEDOM: “the organization of the work” in *Revista Agrícola de Sergipe* after abolition (1905-1908)

Camila Barreto Santos Avelino*

RESUMO

Este estudo se propõe analisar como se processou a “organização do trabalho” em Sergipe nos anos seguintes a abolição da escravatura. Utilizaremos como recurso norteador das nossas discussões os artigos da *Revista Agrícola*, que versam sobre essa temática, entre os anos de 1905 a 1908, correlacionada a outras fontes primárias. A *Revista Agrícola* era um órgão pertencente à Sociedade Sergipana de Agricultura e foi criada para propagar os interesses das elites sergipanas e dos proprietários rurais. Os debates em torno da “organização do trabalho” surgiram com o intuito de sobrepujar a crise da lavoura e a desorganização do trabalho após a abolição da escravatura que, na visão dos articulistas da revista, polarizava e refletia os desequilíbrios existentes tanto na economia sergipana quanto nos demais escalões dessa sociedade.

Palavras-chave: trabalho; liberdade; abolição da escravidão.

ABSTRACT

This study proposes to examine how to process the “labor organization” in Sergipe in the years following the abolition of slavery. In this study, we use as a resource guide of our discussions of the journal *Agricultural Magazine* that deal with this subject between the years 1905 to 1908 correlated with other primary sources. The *Agricultural Magazine*, an agency belonging to the Society of Agriculture and Sergipe was created to propagate the interests of the elite landowners and Sergipe. The debates around the “work organization” emerged in order to overcome the crisis of agriculture and the disorganization of labor after the abolition of slavery that in view of the writers of the magazine, polarized and reflected imbalances in the economy as much as in Sergipe other tiers of society.

Keywords: work; freedom; abolition of slavery.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Geraldo da Silva. E-mail: camilabsavelino@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do regime republicano foram marcadas por agitações e grandes transformações nas relações de trabalho no país¹. Nesse contexto, em Sergipe, vieram à baila vários problemas que encorpavam a lista de reclamações das elites sergipanas e principalmente, dos proprietários rurais. Com a abolição do trabalho escravo, os motivos das dificuldades financeiras que o estado atravessava, passou a ter cor e nome: trabalhadores livres, pretos e pobres. Proliferaram-se queixas e reivindicações dos antigos proprietários de escravos sobre a má conduta dos libertos e sua propensão natural à ociosidade e a vadiagem.

O fato de Sergipe ter seu povoamento ligado à existência de médias propriedades senhoriais favoreceu os laços de dependência e as práticas de sociabilidades, desenvolvido entre sitiantes, lavradores, meeiros, jornaleiros, carpinteiros, dentre outros trabalhadores nos anos iniciais da República². Nesse contexto de solidariedades e conflitos, debateremos a representação do liberto após a emancipação, a luz das discursões sobre essa temática, nos artigos da *Revista Agrícola* de Sergipe, pautadas na “organização do trabalho” e no engajamento das populações de cor, livre e liberta no trabalho da lavoura.

Pela dificuldade de encontrarmos documentação produzida por estes sujeitos, que retratem seu cotidiano e suas estratégias de sobrevivência, tendo em vista, que a grande maioria não dominavam os códigos da escrita, nesse trabalho utilizamos documentação oficial (relatórios dos presidentes da província, processos crimes, cíveis, atas, códigos de posturas, leis e decretos, o código rural e registros de ocorrências), além de jornais e os artigos da *Revista Agrícola* para mapear histórias que envolvem as populações de cor. Essas fontes, embora produzidas em

¹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. Ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

² Ao examinar a abolição e seus desdobramentos no Recôncavo Baiano reconhece que os embates dos últimos momentos da escravidão marcaram tensões e projetos de liberdade e que para muitos ex-escravos a permanência nas antigas propriedades poderia se configurar em possibilidades de conservar e até mesmo ampliar certas conquistas alcançadas no período do cativo. Consultar, FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia. (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

muitos casos pelas classes elitistas, se constitui documentação essencial para entendermos a sociedade sergipana nos anos iniciais do século XX.

A REVISTA AGRÍCOLA DE SERGIPE

“A Revista Agrícola, dedica-se à causa das classes conservadoras do Estado, representadas pela Lavoura, pelo Comércio e pelas Indústrias”³.

A *Revista Agrícola* periódico autointitulado defensor das “classes conservadoras”⁴ do Estado pertencia à Sociedade Sergipana de Agricultura. Fundada em (1902) era composta pelos principais proprietários rurais sergipanos. Ao todo, no ano de sua fundação a sociedade contava com cento e trinta e dois membros, divididos entre a capital e o interior⁵. O presidente, Evangelino José de Faro durante sua administração, assinou importantes documentos, tal como, o *Memorandum* de 1902, e também assinava os *Relatórios*, sessão da revista, que discorria sobre a agricultura sergipana, sendo publicada nos números de 1 a 15 de fevereiro e de 1 a 15 de março de 1906, da *Revista Agrícola*⁶.

No ato da fundação dessa sociedade, o então presidente, enunciava o objetivo de sua criação: “é uma agremiação de lavradores, comerciantes e industriais e seus adeptos, e tem por fim reunir esforços em favor da agricultura sergipana, ocupando-se de todos os assuntos que possam concorrer para o progresso agrícola, comercial e industrial”⁷.

Segue citando, as características deploráveis em que se encontrava o Estado e os agricultores locais, visto que, com a abolição, muitos

³ Homero Nascimento, *Revista Agrícola* de nº 73 de 01/01/1908, p. 693. No acervo da Biblioteca Pública Ephifâneo Dórea se encontra as edições dessa revista referente aos anos de 1905 a 1908, somando um total de 96 exemplares da revista, compiladas anualmente.

⁴ Entende-se por *classes conservadoras* não em seu sentido político no conceito contemporâneo, mas, no sentido de ser representantes das forças econômicas que sustentavam as finanças do estado no período citado.

⁵ IHGS - Acervo sergipano SS 2215. Estatuto da Sociedade Sergipana de Agricultura – aprovado na sessão da Assembleia Geral em 7 de setembro de 1902. Imprensa Industrial – Recife, 1902. p. 15-19.

⁶ GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-biográfico sergipano*. Rio de Janeiro, Ponjetei, 1921. p. 149.

⁷ IHGS - Acervo sergipano SS 2215. Estatuto da Sociedade Sergipana de Agricultura, 1902, apêndices, p.23.

proprietários rurais havia perdido boa parte de suas riquezas e se achavam praticamente falidos. O presidente enfatiza em seu discurso, que a criação dessa sociedade seria como farol que iluminaria o caminho para prosperidade:

Assim é Sergipe, estado puro e simplesmente agrícola (...) a lavoura incipiente e atrasada, não conta com um só auxílio do seu *senhor* e continua a mercê da natureza, deixando que a evolução se opere espontaneamente. A *Sociedade Sergipana de Agricultura* será o farol que nos há de guiar na rota que temos que seguir a cota do engrandecimento geral do Estado. Será interprete do sentimento comum dos seus associados. O nosso papel será lutar!⁸. (grifo nosso)

A sociedade ainda estava incumbida de realizar: “publicação dos interesses dos agricultores na imprensa diária, manter um órgão de sua propriedade de imprensa e propaganda dos seus interesses, realizar congressos e exposições agrícolas, distribuir semente⁹ realizar correspondência com associações congêneres do país e exterior, criar escolas práticas de agricultura, dentre outros”¹⁰.

Em 1905, surge então, a *Revista Agrícola* vociferando aos quatros cantos os interesses das classes produtoras do Estado e enfatizando nas suas páginas o descontentamento dos agricultores com a falta de braços para o trabalho agrícola. Era de periodicidade quinzenal e a assinatura anual custava cerca 12.000 para a capital e 15.000 réis para o interior. Para os membros da Sociedade Sergipana de Agricultura a distribuição era gratuita¹¹.

⁸ IHGS - Acervo sergipano SS 2215. Estatuto da Sociedade Sergipana de Agricultura, 1902, p. 25.

⁹ Em todos os números da *Revista Agrícola* analisado, encontramos anúncios referentes a distribuições de sementes. A iniciativa da Sociedade Sergipana de Agricultura era de promover o incentivo de produção de novas culturas, a fim de diversificar a produção agrícola do Estado. Os produtos eram os mais diversos tais como: o algodão do Maranhão, beterraba amarela, cânhamo comum, cebolas variadas, eucaliptos variados, fumo variados, maniçoba Jequié, maniçoba do Piauí e etc. Ver *Revista Agrícola* de nº 79 de 1/04/1908. p.760.

¹⁰ IHGS - Acervo sergipano SS 2215. Estatuto da Sociedade Sergipana de Agricultura, 1902. p. 6.

¹¹ Sobre a crise da lavoura sergipana em meados do século XIX. MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade*, Aracaju, Fundesc, 1986. p 153.

A *Revista Agrícola* possuía entre dez e doze páginas, na contracapa havia anúncios comerciais variados, como estabelecimentos de secos e molhados, indústrias têxteis, loterias populares, créditos concedidos pelo Banco do Estado, escritórios de miudezas, consultórios médicos, tipografias, dentre outros.

As páginas iniciais sempre traziam um artigo de destaque, que versava sobre temáticas diversas relacionadas à lavoura, indústria e comércio. Alguns desses artigos serão discutidos neste trabalho, tais como, “Organização do trabalho”, “Imigração e emigração”, “Situação agrícola do Estado”, “A cana de açúcar”, “Finanças do Estado” “sindicatos rurais” “credito agrícola”, dentre outros.

A revista era composta de três colunas principais, a primeira dedicava-se a *Vida Rural*, apresentava algumas alternativas para as dificuldades do cotidiano do campo; a segunda seção intitulada *Notícias Diversas*, trazia informações variadas pertinentes à agricultura, ao comércio e a indústria, sobre as experiências estadual, nacional e estrangeira; a terceira denominada *Sessão Comercial* apresentava os valores do câmbio, dos gêneros de exportação e importação e as cotações dos produtos sergipanos na Praça do Rio de Janeiro. Por último, apresentava as correspondências e telegramas recebidos dos mais distintos lugares do país, além de contar também, com correspondentes do exterior.

A direção contava com dois ilustres cidadãos que assinavam a maioria dos artigos principais da *Revista Agrícola*, o Dr. Theodureto Nascimento e do Desembargador Homero de Oliveira. O médico Theodureto arcanjo do Nascimento, Filho de Miguel Arcanjo do Nascimento e D. Josefa Maria do Nascimento, nasceu na cidade do Lagarto a 18 de setembro de 1886. Domiciliado em Riachuelo, ali serviu em comissão por ocasião da epidemia de febres em 1887; fez parte de uma sociedade em Laranjeiras de conferências públicas sobre assuntos sociais de instrução e política de que eram membros Fausto Cardoso, Felisbello Freire, Josino Meneses, Baltazar Góes e outros, em favor da propaganda republicana de Sergipe, e exerceu até 1888 o cargo de Delegado de Higiene daquela cidade. Também foi nomeado pelo Presidente, Dr. Josino Meneses, Diretor de Higiene do estado em 1901. Escrevia para vários jornais do país

e sergipanos, tais como, (*O paiz, Cosmos, Jornal do comércio, O Estado de Sergipe*), principalmente, no tocante as questões de salubridade, visando diminuir as mortes por epidemias que assolavam o Estado e principalmente a capital¹².

O Desembargador Homero de Oliveira era membro de importante família sergipana dos Oliveira Ribeiro de Laranjeiras, nasceu, por acaso, no Recife, em 14 de abril de 1858. Filho do bacharel Domingos de Oliveira Ribeiro e Helena de Freitas Oliveira Ribeiro, os primeiros anos de vida passou no Recife, mudando-se com os pais para Laranjeiras, onde Domingos de Oliveira Ribeiro exerceu a Promotoria Pública e a advocacia. Foi deputado, bacharelou-se em Direito no Recife e ocupou o cargo de desembargador e procurador geral do estado, faleceu aos 52 anos, em 17 de dezembro de 1910¹³.

Homero de Oliveira fez da poesia uma expressão de sua literatura. Publicou sonetos e poemas de forma fixa em vários jornais sergipanos e pernambucanos, sendo mais tarde incluído entre os poetas que compõem a *Antologia de Poetas Sergipano* organizada por Serafim Vieira de Andrade¹⁴. A presença de Homero de Oliveira como Juiz de Direito de Maruim, responde pela sua entrada como orador na Diretoria do Gabinete de Leitura de Maruim. Fez sua estreia na tribuna do Gabinete de Leitura em 1889, aumentando a sua fama de ilustre orador em todo o Estado. Segundo Joel Macieira Aguiar: “Homero de Oliveira, o assombroso tribuno, o impoluto magistrado que herdou da Providência um intelecto de extasiar multidões, dominaram (referindo-se também a outros oradores) de sobre esta tribuna a nossa plebe com seus inflamados discursos”¹⁵.

Além da *Revista Agrícola*, na qual assinava os artigos mais polêmicos e principalmente, os que versavam sobre política, o que acreditamos ser em função de sua condição de Desembargador, também publicava em diversos jornais, tais como, *Agricultor sergipano, Gazeta de Aracaju, Correio de Aracaju*. Homero de Oliveira esmerou-se na literatura e

¹² GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bliográfico sergipano*. Rio de Janeiro, Ponjeti, 1921. p. 501

¹³ *Ibid.*

¹⁴ ANDRADE, Serafim Vieira. *Antologia de Poetas Sergipanos* São Paulo: Tipografia Cupolo, 1939.

¹⁵ *Biografias dos Desembargadores Presidentes do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (1892-2008)*. Tribunal de Justiça de Sergipe, Aracaju, 2008. p. 12.

poesia no *Correio de Aracaju*, onde publicou muitos dos seus poemas e artigos, com os quais segundo seus admiradores, mostrava todo o seu preparo, inspiração e erudição¹⁶.

Ambos os presidentes e articulistas da *Revista Agrícola*, como citamos, eram pessoas de grande notoriedade pública no cenário social sergipano, além de pertencerem a famílias nobres donos de grandes propriedades rurais. Theodureto Nascimento era membro desde a fundação da Sociedade Sergipana de Agricultura, entretanto, Homero de Oliveira, se tornou membro no ano da fundação da revista, o que supomos ser em consequência de sua função de magistrado, tendo galgado prestígio social como um dos mais eloquentes oradores do Estado, o que ao certo daria maior crédito aos artigos de sua assinatura.

Por ocasião da visita a Sergipe do recém-eleito presidente da República Afonso Penna (1906), que estava visitando os estados brasileiros para conhecer a real situação econômica, os integrantes da Sociedade Sergipana de Agricultura aproveitaram o ensejo, para expor a situação da crise econômica na qual se encontrava as finanças sergipanas, e que dia-a-dia se ampliavam, devido às dificuldades nos transportes, à escassez do elemento servil para as lavouras e falta de crédito agrícola.

Foi então publicada uma edição especial da revista, com todas as solicitações das quais reclamavam a lavoura do Estado, além de um relato descritivo das atuais condições das “classes conservadoras” a lavoura, a indústria e o comércio. Como consta na edição especial da revista:

Em Sergipe, instalado pela mais urgente e inadiável solução: não temos um metro sequer de Estrada de ferro e somos o único Estado do Brasil que isso acontece (...). Precisamos obter fácil saída para os nossos produtos que se acham onerados de despesas e fretes incomputáveis. Essa condição se agrava com a exclusão de nossos portos das escalas do Lloyd, o que também é uma exceção injusta a qual somos o único Estado a sofrer. Até um rebocador falta aos nossos portos, de modo que somos evitados pelos navios de velas,

¹⁶ Ibid. 2008. p.13.

que de algum modo viriam contribuir para a barateação dos nossos transportes (...). Não temos braços para o trabalho, o que além de insuficiente, é caro, irregular e indisciplinado, de modo que só um pouco de imigração para estímulo do trabalhador nacional, poderá melhorar a nossa gravíssima situação nesse particular (...). Não temos credito agrícola, o Banco do Estado, criado à custa do mais patriótico esforço do governo do Estado. Subscritor de quase todo capital, alias insuficiente, não resolveu absolutamente a questão¹⁷.

Além do artigo principal, escrito por Homero de Oliveira, dando boas vindas ao presidente, esse exemplar da revista, traz um segundo artigo intitulado “Lavoura sergipana – necessidade dela”, que como supracitado, relatou os principais impasses para o desenvolvimento da lavoura sergipana.



Capa da edição especial da *Revista Agrícola*

Fonte: BPED, *Revista Agrícola*, nº 33 (1906). Acervo pessoal. Digitalizado por Camila Barreto S. Avelino

¹⁷ *Revista Agrícola* nº 33 de 25/05/1906. p. 313.

Afonso Penna, buscando não se comprometer demasiadamente, visto que, os problemas agrícolas se alastravam por outras províncias do Nordeste, em seu discurso, ele se dispõe a solucionar os reclames dos proprietários rurais sergipanos, facilitando o crédito agrícola e fortalecendo a criação de sindicatos e associações cooperativas, pelas quais, seriam concedidos os créditos agrícolas, desse modo, acabou delegava a terceiros o compromisso de sanar os problemas financeiros do Estado¹⁸.

O COMBATE AO ÓCIO: A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR SERGIPANO NA REVISTA AGRÍCOLA DE SERGIPE

Dizer para que se saiba fora das nossas fronteiras, que é o *negro boçal*, o *caboclo indolente*, ou o *mestiço sem ambição*, todos fracos, mal alimentados, sem interesses ligados ao solo, nômades, maltrapilhos, ignorantes e adoentados na maior parte pelo abuso do álcool, pelo impaludismo e mesmo pelo efeito da vida errante que levam de fazenda em fazenda, a procura de melhor ganho¹⁹. (grifo nosso)

Os trabalhadores de cor, livre e pobre, como citado na epígrafe, nas páginas da *Revista Agrícola* eram caracterizados de forma bastante pejorativa pelas elites sergipanas. Para os proprietários rurais, a inconstância desses trabalhadores representava o verdadeiro motivo para os prejuízos da agricultura. O que estava em pauta era como utilizar a grande massa de trabalhadores livres ou que havia se libertado em favor da lavoura, visto que muitos deles se recusavam ao trabalho do eito, problemas gerados segundo o articulista da revista, pela a escassez da mão-de-obra livre para o trabalho da lavoura.

Além da *Revista Agrícola*, diversos jornais publicavam notas, reiterando os discursos dos proprietários rurais, muitos desses periódicos, pertenciam aos membros das elites rurais. *O Progresso*, de Maruim,

¹⁸ Ibid, 1906. p 315.

¹⁹ *Revista Agrícola*, nº 8 de 26/04/1905. p. 67.

ressalta essas preocupações ao afirmar que “a falta do braço em Sergipe é o centro sobre o qual convergem todas as decepções da fortuna particular”²⁰.

Para os proprietários rurais, a continuidade do trabalho estava sendo posta em risco, pois, “os muitos braços válidos que possuímos, tem uma existência verdadeiramente negativa, porque já não são propriedades do fazendeiro (...) justa é essa objeção que sem medo de erro, se pode afirmar que não temos braços suficientes para a manipulação do trabalho”²¹. Nesse contexto, a abolição da escravidão, enquanto explicação das dificuldades econômicas de Sergipe recebeu um peso crescente. Foi publicado no *Jornal O Republicano*:

Até a extinção do elemento servil, que foi a mais devastadora entre todos, visto que o governo que a promulgou, adormeceu a sombra dos louros, esquecendo-se que acabara de arrancar a milhares de famílias o único meio de subsistência, e que lhes abrisse a porta da miséria, não curando de um auxílio que atenuasse, senão todo, ao menos em parte, o mal que lhe causara para a glória da nação²².

Analisando a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste, Josué Subrinho estudando as “propostas de engajamento da população livre” sergipana durante a crise do escravismo, esse autor revela que, apesar da grande oferta de mão-de-obra livre, esta era vista apenas como “complementar ao trabalho escravo na produção de açúcar”²³.

A grande população livre e pobre que se recusava ao trabalho da lavoura, fossem eles de cor ou não, já era motivo de discussão entre as elites sergipanas desde o final da década de 1850, ganhando força

²⁰ BEPD, *Jornal O Progresso* de 20/10/1895.

²¹ BEPD, *Jornal O Republicano* de 28/06/1890.

²² BEPB, *Jornal O Republicano* de 12/03/1891.

²³ SUBRINHO, *Reordenamento do Trabalho*. 2004, p 198.

entre as décadas 1860-70²⁴. Uma década antes da abolição, o chefe de polícia Francisco da Costa Ramos, inferia: “a falta de braços de braços” para os trabalhos da lavoura, era consequência da ociosidade de grande parte da população livre, que sem ter atividade laboral entregava-se a desordem e a vadiagem, prejudicando assim a ordem e a boa moral da sociedade sergipana²⁵.

Desse modo, os argumentos de que a crise da lavoura após a abolição se deu em virtude da extinção da mão-de-obra escrava eram bastante incongruentes, já que em sua grande maioria, boa parte da “população de cor” gozava do estatuto de homens livres antes da Lei Áurea, beneficiados por leis, que no decorrer do século XIX, garantiram, dentre outros mecanismos, o direito a liberdade pelo fundo de emancipação, acúmulo de pecúlio para compra de alforrias, o ventre livre e a liberdade dos sexagenários²⁶.

Na realidade, a cerne da questão que os proprietários rurais chamavam de “falta de braços” era mais precisamente a insatisfação das novas condições de obtenção da força de trabalho, pois, no período escravista já se reclamava das condições da força de trabalho livre, e as soluções apresentadas para tal problema passavam sempre pela adoção de medidas coercitivas²⁷.

Sharyse Amaral analisando a proporção da área agrícola plantada e o número de indivíduos – mão-de-obra escrava e livre – envolvidos na produção de nove engenhos localizados no Cotinguiba em (1881) especula que a média de tarefa trabalhada individualmente nessas propriedades era de 5,7. Uma cifra, segundo a autora, bastante alta, comparada a outras províncias do nordeste, e que provavelmente se elevaria entre 4,7 e 6,9

²⁴ Consultar, *Propostas de engajamento da população livre em PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850/1930*. Aracaju, Funcaju, 2000. p. 168-199.

²⁵ IHGS, CD – 004 SISDOC – 002. Relatório com que o Exmo. Senhor presidente doutor Theophilo Fernandes dos Santos abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia da Província de Sergipe no dia 1º de março de 1880, p. 6-7.

²⁶ Sobre as referidas leis, consultar: PENA, Eduardo S., *Pajens da Casa Imperial – juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871*, Campinas, Ed. Unicamp, 2001; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, *Entre a Mão e os Anéis – a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp/FAPESP/CECULT, 1999.

²⁷ *Ibid*, SUBRINHO, *Reordenamento do Trabalho*, 2004, p 297.

tarefas por braço escravo, realidade suficiente para que o trabalhador livre relutasse em dividir essas atividades da lavoura com a mão-de-obra cativa, esta última sujeita a um elevado “grau de exploração”²⁸.

Comungando com as ideias propagadas pela *Revista Agrícola* e formuladas pelos membros da Associação Sergipana de Agricultura, o Presidente do Estado, em Mensagem à Assembleia Legislativa, reitera o pedido de adoção de medidas legais sugerida pela ASA. Entretanto, ao analisar a questão da escassez de mão-de-obra, o presidente conclui: “não há falta de braços para o trabalho em Sergipe; o que tem havido é uma grande imprevidência da parte dos poderes públicos em orientar os desocupados, em bloquear a vadiagem, batendo-as em todos os redutos, evitando a deserção da vida útil e produtiva”²⁹.

Em 1890, o jornal *Folha de Sergipe* defendendo a “causa” dos proprietários rurais, assinalou a *Lei de locação de serviços*, como medida legal que poderia sanar o problema da escassez de mão-de-obra:

Pensamos sempre que para amenizar o golpe desfechado sobre a lavoura, com a perda dos escravos sem posterior indenização, curasse ao menos o governo de publicar uma *lei de locação de serviços* (grifo nosso) que viesse remediar o mal causado (...) não seria certamente uma lei que oferece opções genéricas para o estabelecimento de contrato entre partes igualmente livres, mas antes a locação de restrições sobre a liberdade de vender a sua força de trabalho, obtida pela população livre. *O trabalho livre não teve uma orientação racional; não se criou um freio para conter os ímpetos, os desmandos de todos aqueles que passaram a receber salários de mãos particulares*³⁰. (grifo nosso)

Os objetivos das elites sergipanas ao disseminarem o discurso de deficiência na mão-de-obra livre e liberta, era, sobretudo, conseguir controlar o

²⁸ AMARAL, *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe*, 2007, p. 65.

²⁹ Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Josino de Menezes em 07/09/1903.

³⁰ *Jornal Folha de Sergipe*, 14/12/1890.

trabalho livre, visto que, a experiência do trabalho forçado havia moldado as relações de poder entre os proprietários rurais e os trabalhadores.

Para os ex-escravos, a liberdade significava a oportunidade de optarem por outros meios de vida e, sobretudo, de escolherem livremente suas atividades laborais. Segundo Walter Fraga as vivências no cativo serviram de parâmetro para que os ex-escravos definissem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, incluindo estabelecer condições de trabalho que achavam compatíveis com a nova condição³¹.

Foi nesses termos que os libertos rejeitaram a continuidade de práticas ligadas ao passado escravista ou que ensejassem maior controle sobre suas vidas. Ao reclamarem da “desorganização do trabalho” nas lavouras após a abolição, os ex-senhores estavam se referindo também à recusa dos ex-escravos em se submeterem a velha disciplina do cativo, especialmente às longas jornadas de trabalho³².

PELAS VOZES DOS OUTROS: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE EM SERGIPE

O trabalho glorifica o homem. Jamais conquista alguma foi realizada no mundo sem o emprego do trabalho. A civilização é produto seu. A riqueza é o seu fim. Enquanto o trabalho encontra apologias e tão largas atenções, a ociosidade seu oposto, encontra destratações e desdêns. *Enquanto trabalho levanta o homem, a ociosidade é sua perdição*³³. (grifo nosso)

O enaltecimento do trabalho, na epígrafe, serve para ilustrar a ideia de liberdade, formulado pelas elites sergipanas para os egressos

³¹ FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006. p. 214.

³² Para um estudo sobre os libertos, ver OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo, Corrupio, 1988; XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na 2ª metade do século XIX*, Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, 1996; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. Para o período pós-abolição, consultar a obra já citada de FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006.

³³ *Revista Agrícola* n° 75 de 01/02/1908. p. 712.

da escravidão. Dignidade, civilização e riqueza, só seriam alcançadas por essas populações se as mesmas mantivessem suas expectativas de riqueza e crescimento pessoal atrelado ao trabalho e para os proprietários rurais, preferencialmente, os libertos deveriam se dedicar aos trabalhos da lavoura. Segundo os ex-senhores cabia à população branca e “civilizada” ensinar ao negro “saber o seu lugar”³⁴.

Em 13 maios de 1888, a Lei Áurea extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil. Em Sergipe, essa lei colocou em liberdade 16.888 homens e mulheres “de cor”. A população total nesse mesmo ano era de 283.112 habitantes, portanto a população escrava representava cerca de 5,6 %, margem relativamente pequena se comparada à população total³⁵.

No artigo da *Revista Agrícola* intitulado “Organização do Trabalho” foi possível destacar as características atribuídas à crise da lavoura em Sergipe, através das palavras do articulista desse periódico. A escassez da mão-de-obra era posta como cerne da questão, como abordado no item anterior, buscava-se através desse discurso, dentre outros objetivos, introduzir medidas que regulassem o trabalho livre. Como podemos observar em trechos desse artigo:

A mais grave, e mais inadiável necessidade, que reclama a lavoura entre outras, é a organização do trabalho, sobre as bases que a tornem perdurável e prolifera. Não se pode compreender como ela, já se tem, atravessado esse longo período, que decorre da abolição imediata, até hoje, ao meio da desorganização completa, da anarquia quase absoluta que nela imprime a vontade caprichosa e sem freio do trabalhador habituado a indolência, e animada pelo interesse de quem

³⁴ Conforme Wlamyra Albuquerque “saber o seu lugar” é um dessas expressões capazes de traduzir regras de sociabilidade hierarquizadas que, sendo referendadas ou contestadas, atualizam-se cotidianamente. É construindo e conhecendo tais “lugares” que as pessoas estabelecem relações, reconhecendo formas de pertencimento e estruturam disputas próprias ao jogo social. ALBURQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 118.

³⁵ IHGS, CD – 004 SISDOC – 002. Dados segundo o Relatório do Presidente da Província Olímpio M. dos Santos Vital, Julho de 1888.

se contenta com quase nada para se viver de quem não se ambiciona o mais diminuto pecúlio para amparar a prole e garantir o dia de amanhã³⁶.

Na visão da classe senhorial, o trabalhador livre era a principal causa da crise da lavoura. Nas palavras do articulista da revista, era “a vida errante e despreziosa dos libertos que representava um impasse para o progresso da lavoura” e, por isso devia ser severamente combatido pelo governo que até então, na visão dos proprietários rurais permaneciam no seu mais profundo imobilismo:

Causa do e pena, lastima-se o ali pelo que se contempla e vê, se observa e estuda, não há contratos porque não há lei; nem execução que os estabeleça e regule, não há, portanto trabalhadores ligados e presos às fazendas por curto período de tempo que seja o proprietário fazendeiro não sabe com quem conta qual a força que possui para atender aos seus serviços, e mover a toda larga complexidades de trabalhos que se vê forçosamente tem que se dedicar. Os trabalhadores em Sergipe são indivíduos sem pousada certa, sem teto firme, atravessam isolados ou em pequenos grupos, que percorrem as inúmeras estradas, maltrapilhos, enfraquecidos pelas moléstias, adquiridas nessa vida errante, no mal passar contínuo, chegam aos engenhos nos quais trabalham às vezes um dia, dois ou até mesmo horas, nunca quase passando de uma semana, e que logo, abandonam em busca de outro, onde reproduzem a mesma vida de antes, prejudiciais e quase inúteis³⁷.

A descontinuidade do trabalho, marcado pela indolência do trabalhador, como citado, traduzia a frustração dos ex-senhores em manterem ao menos parcialmente o domínio sobre o trabalho e a vida dos libertos. A postura que se esperava dos ex-escravos era certamente de

³⁶ *Revista Agrícola* n° 5 de 15/03/1905. p 33.

³⁷ *Ibid.*, 1905, p. 34.

trabalhadores humildes, que deviam se submeter à tutela dos antigos senhores por “lealdade e gratidão”³⁸.

A inconstância dos trabalhadores, para além da visão dos proprietários rurais, poderia significar a recusa desses em permanecerem e/ou aceitarem as antigas condições que moldavam as relações de trabalho ainda no tempo da escravidão. Essas relações se tornavam ainda mais conflituosas nas regiões agrícolas, onde a definição dos direitos, privilégios e condição social dos libertos estavam marcadas pela experiência do cativo. Eric Foner argumenta que: “toda sociedade caracterizada pela grande lavoura experimentou, ao passar por um processo de emancipação, um amargo conflito em torno do controle da mão-de-obra ou, como pode ser mais bem descrito, da formação de classes”³⁹.

A mobilidade espacial do trabalhador livre, migrando em muitos casos entre fazendas próximas, traduzia a esperança de talvez alcançar melhores condições de trabalho e oportunidade de conquistarem suas próprias terras. Para os proprietários rurais, essa mobilidade representava o desejo de rompimento dos libertos com as lembranças do seu passado escravista,

Raros, muitos foram os trabalhadores que a abolição deixou nos engenhos, a estes ligados pelos hábitos do trabalho ou pelo amor ao lugar em que nasceram. Como era natural, já quase, a todos, repulsa a aquilo tudo que lhe lembrava do passado de cativo humilhante. Já pelo sófrego desejo e pela ânsia legítima de gozar a liberdade há tanto tempo ambicionada, e afinal, alcançada, abandonaram as fazendas onde parecia que as vidas a seguir, seria a continuação da mesma fruída até ali e as deixaram no estado lastimável em que permanecem até hoje, a mercê das flutuações dos trabalhadores de um dia, que passaram sem firmar raízes, nem deixarem proveitos. E, com esse sistema, os proprietários no tempo das plantações, lutam com as maiores dificuldades, em face

38 SCHWARCZ, *Quase cidadão*, 2007, p. 32.

39 FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, 1988. p. 26.

mais do que a escassez de braços para o trabalho, da incerteza de contar com esses mesmos, no dia de amanhã para estender as suas plantações desenvolvendo-as e melhorá-las⁴⁰. (Grifo nosso)

Nesse contexto, para os libertos, migrarem para outras regiões, ou até mesmo, para fazendas vizinhas, significava “livrar-se das marcas da escravidão”, a fim de destruir a autoridade real e simbólica que os brancos haviam exercido sobre todos os aspectos de suas vidas⁴¹. Essas ações eram também entendidas pelas elites, como um, anseio natural, já que o trabalho do eito lhes lembrava do passado de cativo humilhante. Conduzir suas vidas, pautada em suas escolhas, significava para os ex-escravos maior autonomia e também exercício de sua cidadania⁴².

Para os articulistas da revista, restava aos agricultores buscarem a via mais conhecida por essa classe, a coerção, visando o engajamento da população livre ao trabalho da lavoura. Sob essa perspectiva, a liberdade vinha repleta de obrigações. A preocupação com a mão-de-obra expressava-se, portanto, na tentativa de guiar os libertos para as zonas agrícolas e obrigá-los ao trabalho. Esse era o espaço que a liberdade na visão dos brancos permitia e previa para os egressos da escravidão⁴³.

Em favor das elites sergipanas, a Lei Estadual de nº 98, de 23 de Novembro de 1894 passou a regulamentar a Locação de Serviços. Entretanto, os agricultores não se sentiram contemplados em seus anseios, afirmando que a lei não inibia alternativas dos libertos de obterem meios de garantirem sua subsistência. Segundo a Sociedade Sergipana de Agricultura era necessário adoção de outras medidas que a complementassem⁴⁴.

Em 1902, a Sociedade Sergipana de Agricultura, apresentou ao governador Josino de Menezes, um *Memorandum* que reunia as ideias divulgadas tanto pela imprensa quanto por autoridades locais, sugerindo

⁴⁰ *Revista Agrícola* de nº 5 de 15/03/ 1905. p 34.

⁴¹ *Ibid.*, 1988, p. 70.

⁴² FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006, p. 348.

⁴³ SCHWARCZ, *Quase cidadão*, 2007, p. 37.

⁴⁴ Sobre a referida Lei consultar: APES, *Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe*. Volume III. 1894 a 1896. Aracaju Typografia do Estado de Sergipe, 1902.

medidas concretas para a organização do trabalho livre no estado⁴⁵. Entre os principais dispositivos desse documento, estava à regulamentação da caça e da pesca, visando à restrição das condições de subsistência da população rural. Ambas as atividades eram tidas como fonte de sustento à margem do mercado de trabalho e no entender dos proprietários agrícolas contribuía para a desorganização do trabalho agrícola⁴⁶.

Os estragos das culturas, as destruição de matos, os incêndios de campos, e tantos outros prejuízos que sabemos nos atropelam, tem por base o abuso dessa liberdade de que se servem esses malandros e preguiçosos, que preferem a migalha da caça e da pesca ao salário abençoado e contínuo⁴⁷. (grifo nosso).

O direito de optar por outros meios de subsistência pelos libertos, era traduzido na visão dos ex-senhores como “liberdade demasiada”. Além dos conflitos em torno das relações de trabalho, o documento manifesta as reclamações dos proprietários rurais, referente a outros prejuízos, decorrente de “arruaças” contra suas propriedades, por parte do “vandalismo” dos ex-escravos. As queixas de incêndios e roubo de gado também era constante⁴⁸. Conforme o *Memorandum*, em Sergipe muitos eram os prejuízos que agravavam as finanças dos senhores, como consta na citação. No Brasil, a destruição e incêndio de campos e roças era uma estratégia utilizada pelos escravos, desde os tempos da escravidão, constituía uma forma significativa de protesto⁴⁹.

Outra questão importante abordado no *Memorandum* foi à existência de *terras devolutas*, que segundo os proprietários rurais, estavam

⁴⁵ IGHS – Acervo Sergipano. Nº 3683 – *Memorandum* 1902, p. 16.

⁴⁶ *Ibid.* *Memorandum* 1902, p. 16.

⁴⁷ APES, AG¹ pac. 285 e 416. Sessão Agricultura. Sociedade Sergipana de Agricultura. *Memorandum* apresentado ao Presidente do Estado de Sergipe Josino de Menezes em Aracaju 21/11/1902. Walter Fraga mostra que nos anos posteriores à abolição intensificaram-se as queixas em relação aos incêndios de canaviais. Para os proprietários rurais tais atos possuíam estreita ligação com a lei de 13 de maio. Em suas conclusões, o autor infere que parte desses incêndios decorria dos conflitos que estavam ocorrendo nos engenhos do Recôncavo baiano. FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da liberdade*, 2006, p 152/155.

⁴⁸ Conferir APES – Sp9 – Secretaria de Segurança Pública do Estado.

⁴⁹ FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da liberdade*, 2006, p 155.

sendo irregularmente utilizado pelos libertos, este fato, demonstra que as “populações de cor” em Sergipe se apossaram dessas terras como alternativa para o cultivo de pequenas roças de subsistência e possivelmente fonte de renda, através da vendagem de sua produção excedente.

Não seria ocioso lembrar-vos que concorre muito poderosamente para a ordem anárquica das coisas nesse Estado, no que diz respeito à organização do trabalho, o abandono em que se acham as terras devolutas, usufruídas abusivamente por indivíduos sem ocupação certa, que a pretexto de possuírem aqui e ali, uma habitação, entregam-se os meios de vida duvidosos, com prejuízos manifesto dos vizinhos laboriosos e ativos⁵⁰. (grifo nosso)

Ao analisar a faixa de riqueza das “populações de cor” em Sergipe, Sharyse Amaral utilizou inventários da Região do Cotinguiba que possuíam posses até mil contos de réis. Avaliando Laranjeiras, Maruim e Nossa Senhora do Socorro, a autora constatou que os inventariados em geral possuíam pequena propriedade, que custavam em torno de 80 a 500 mil réis. Nessas terras, além de casas de morar, havia plantações de cereais e coqueiros, casa de farinha, árvores frutíferas e outros. Segundo a autora, nesses inventários não ficaram evidentes a regulação das posses dessas terras, se havia contrato de arrendamento ou de meação. Estando presentes diversas posses em terras devolutas⁵¹. Ela ainda aponta, que a utilização dessas terras, proveniente de aldeamentos indígenas, desde 1867 já vinham sendo aproveitadas por pessoas “sem título algum”, o que acarretava prejuízos para o Estado⁵².

Contrariando o discurso da Sociedade Sergipana de Agricultura, essas terras eram utilizadas de forma produtiva, além das casas de morar, nesses pequenos espaços de terra, era produzidos frutas, cereais e farinha de mandioca a base alimentícia da população mais pobre desse período. A declaração de posse de terras pelos inventariados do

⁵⁰ Ibid., *Memorandum* 1902, p. 17.

⁵¹ AMARAL, *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe*, 2007, p. 220.

⁵² Ibid. p. 223.

Cotinguiba, expressa à participação ativa do liberto no mundo rural, mas, aplicando seu trabalho no desenvolvimento de produções particulares, que de fato concorriam com as produções de seus vizinhos, levando-os a terem prejuízos, como citado no *Memorandum*. Hebe Matos aponta que grandes partes dessas terras eram cultivadas com o auxílio exclusivo de mão-de-obra familiar, plantava-se além do necessário para o consumo, comercializava-se o excedente da produção nas casas atacadistas ou em feiras locais⁵³.

A Sociedade Sergipana de agricultura tinha em vista a possibilidade das *terras devolutas* serem empregadas no estímulo à formação de corrente imigratória de estrangeiros, já que para eles: “a melhor forma de aproveitá-las, é dividi-las em lotes regulares e distribuí-las (...) a imigrantes estrangeiros que podeis introduzir no Estado, na firme crença que assim procedendo tereis marcado na história de Sergipe a mais ilustre página em que se inspirarão as gerações futuras”⁵⁴.

Por último, o *Memorandum* sugeria a criação de uma Colônia Correccional e a formação da Polícia Rural que atuaria, especificamente, a mando de particulares. Consta no documento: “se organizardes o trabalho, ou para dizer melhor, se determinardes a execução da lei de organização do trabalho, imprescindível se torna a criação de uma colônia correccional, onde cumpriram as penas correspondentes aos seus delitos, os trabalhadores que se tornarem delinquentes”⁵⁵.

A polícia rural surgia nesse contexto como importante instrumento de coerção e regulamentação do trabalho, medida aplicada com êxito em outras províncias do Nordeste para conter a desordem nas lavouras, a exemplo, da regulamentação da polícia rural de Pernambuco⁵⁶. O poder da Polícia Rural, mesmo que restrito aos limites das propriedades agrícolas, descentralizava o poder policial da administração pública e os colocava à mercê de particulares. Com esse “poder” de coerção em mãos os ex-senhores poderiam o exercer de forma arbitrária.

⁵³ MATOS, *Quase Cidadãos*, 2007, p. 67.

⁵⁴ C. f CARVALHO, José Murilo de. *O teatro das sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ / Relume-Dumará, 1996. p. 301.

⁵⁵ *Ibid.*, *Memorandum*, 1902.

⁵⁶ *Revista Agrícola* n° 3 de 15/02/1905. “Movimento Agrícola”, p. 21.

Será que esses “policiais rurais” seriam os mesmo que antes da abolição desempenhavam a função de “capitão de campo”? Segundo Igor Oliveira, esses capitães dedicavam suas vidas a prender escravos fugidos mediante a recompensa dos senhores destes⁵⁷. Lourenço Bezerra Cavalcanti Bravo, que já possuía o título de “capitão do campo” adquirido através de solicitação na Secretaria de Segurança Pública do Estado, foi responsável pela captura do negro fugido Januário no povoado do Sítio do Meio, município de Propriá. Lourenço exigiu “por esta captura” um soldo entre “30 mil réis e 40 mil réis”⁵⁸.

A diferença entre os “capitães de campo” e os aventureiros “capitães do mato” já bem conhecidos pela historiografia da escravidão, consiste que os “capitães do campo” possuíam função normativa vinculada ao governo, ou seja, assim como a polícia rural, os “capitães de campo” trabalhavam para os proprietários rurais em defesa de suas propriedades.

Nos tempos da escravidão era uma prática comum os proprietários rurais recorrerem aos trabalhos de feitores, “capitães do mato” e até “capitães de campo”, após abolição, para a Sociedade Sergipana de Agricultura a Polícia rural desempenharia a função de “vigiar e punir” os trabalhadores que desafiassem a autoridade patronal, ao menos nos limites do espaço privado.

É interessante observar que os libertos não permaneceram apenas como meros figurantes. Eles aparecem nesse contexto, agindo estrategicamente, contrariando os discursos dos que acreditavam que eles não possuíam consciência de direitos, ou que, necessitavam de auxílio dos brancos para fazer valer de fato sua liberdade. Hebe Matos infere que a competição pelo trabalhador liberto, acirrou-se ainda mais após a abolição. Nos meses seguintes a abolição o governo imperial chegou a publicar portarias concedendo passagens ferroviárias a grupo de trabalhadores que apresentassem contratos de trabalhos nas zonas rurais,

⁵⁷ OLIVEIRA, Igor Fonseca de. “Os Negros dos Matos”: *Trajatórias de quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local – UNEB, 2010. p. 54.

⁵⁸ APES. Fundo: SP¹, pacotilha: 705. Ofício do 1º suplente do delegado de polícia de Capela, Antônio Pereira Resende, ao chefe de polícia da província de Sergipe, em 4 de janeiro de 1872.

contrariando o acordo que estabelecia a exigência de carta de recomendação dos libertos que deixassem as fazendas de seus ex-senhores dentro da mesma freguesia⁵⁹.

Fica evidente através das inúmeras páginas da *Revista Agrícola* que esses senhores manipulavam os discursos produzidos, a fim de conquistarem benefícios. Esses discursos revelam cenas do cotidiano entre ex-senhores e libertos, também caracterizam a representação do liberto, pelas elites no pós-abolição que em muitos aspectos destoavam da realidade.

Ao reproduzirem o “seu olhar” sobre a realidade, acabavam também por criá-la nas formas simbólicas que elegiam. Afinal, sua retórica não parecia fazer sentido só para eles mesmos, uma vez que, a revista circulava pelos principais municípios sergipanos, sendo exposto numa comunidade de significação que alcançavam aqueles que ouviam e reconheciam seus próprios interesses.

Qual o remédio, porém? Ou multiplicamos esses poucos braços e mãos, por aparelhos e máquinas custosas, o que não é fácil pela deficiência dos nossos capitais, ou substituímo-los pelos colonos europeus para o que também nos falta o dinheiro, o preparo e a propaganda dos recursos do nosso Estado, desconhecido nos estrangeiro, ou teremos que nos servir dessa mesma gente, até melhores tempos, mas será preciso regulamentar o seu trabalho, interessá-la ao solo e fixá-la, estabelecendo relações duráveis de direitos e deveres entre trabalhadores e proprietários de modo a vivermos cercados de verdadeiros auxiliares em nossas fazendas⁶⁰.

A ideia dominante era que após a abolição, uma crise estrutural havia deixado os proprietários rurais a mercê dos caprichos dos trabalhadores ou até mesmo *escravo de suas próprias fazendas*, como cita a revista agrícola: “O fazendeiro sergipano é um escravo ligado

⁵⁹ MATOS, *Quase Cidadãos*, 2007, p. 59.

⁶⁰ *Revista Agrícola* n.º 8 de 26/04/1905. p 67.

à fazenda da qual não pode sair um só instante, com a certeza que o prejuízo é inevitável”⁶¹.

Nesse processo, a liberdade, para os ex-escravos, esteve dotada de muitos significados: a possibilidade de movimentar-se sem a necessidade de autorização do ex-senhores; o fim dos castigos corporais; a escolha de como e em que tempo trabalhar⁶². Ser livre, para os libertos, como afirma Silvia Lara, parecia estar longe de significar o ideal de “vender a força de trabalho em troca de um salário”⁶³, como desejavam os membros da Associação Sergipana de agricultura.

Pelas suas próprias características intrínsecas, a implantação de um mercado de trabalho “livre” não se deu de modo homogêneo e incontestado em lugar algum, prova disso são as constantes reclamações das elites sergipanas em torno das diferenças da vida de regalias dos proprietários rurais do Sul do país em relação aos do Nordeste. Conforme a *Revista Agrícola*:

Diante desse quadro, que é real o seu acúmulo de cores, o fazendeiro sergipano é um escravo ligado à fazenda da qual não pode sair um só instante, com a certeza que o prejuízo é inevitável, e quando não da paralisação, da perturbação de todo o trabalho, em contraposição das fazendas de São Paulo que reside nas grandes cidades, passeia, diverte-se, certo de que sua fazenda tudo marcha com a regularidade precisa e proveito constante⁶⁴.

A verdade é que, como já foi apontado, “definir escravidão e liberdade” provocou e provoca “angústias políticas e conceituais”. O conceito de trabalho livre é prova disso. A organização do trabalho livre mostrou ser um eixo fundamental de debate e disputa porque colocava em jogo não apenas questões econômicas sobre a organização e distribuição da força de trabalho, mas especialmente porque foi capaz de mobilizar, do

⁶¹ Ibid, p. 68.

⁶² MATA, Iacy Maia. *Libertos de Treze de Maio. Ex-senhores na Bahia e conflitos no pós-abolição*. Afro-Ásia de nº 35, 2007. p. 182.

⁶³ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, São Paulo, n. 16. P. 25 – 38, fev., 1998.

⁶⁴ *Revista Agrícola* nº 5 de 15/03/1905.

mesmo modo, temas como o do direito ao trabalho, a dignidade do trabalho e o acesso aos direitos políticos que a “liberdade” implicava ou poderia implicar⁶⁵.

Após a abolição da escravidão, tanto no âmbito nacional quanto regional, no caso em Sergipe, para os libertos a ideia de “liberdade” adquire um significado novo: passa a carregar a promessa absolutamente nova de acesso à igualdade de direitos civis e políticos, que implicavam outra forma de pertencimento que não passaria mais pela subordinação, mas pela ideia de filiar-se a uma comunidade de direitos e de deveres cívicos. Entre eles, o direito ao trabalho, mas também à propriedade, à remuneração digna, ao sustento próprio, ao futuro. Do mesmo modo, o direito de escolher a quais redes de sociabilidade e interdependência, a qual relações de solidariedade, as quais vínculos de sentimento pertencer. Liberdade poderia significar, enfim, poder dar um sentido autônomo a esse novo pertencimento.

FONTES IMPRESSAS

a) INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

CD – 004 SISDOC – 002. Relatórios dos Presidentes da Província (1869-1918)

IHGS - Acervo sergipano SS 2215. Estatuto da Sociedade Sergipana de Agricultura – aprovado na sessão da Assembleia Geral em 7 de setembro de 1902. Imprensa Industrial – Recife, 1902.

b) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Leis e Decreto, Cx 07– Regulamento da Força Pública. Imprensa Oficial, 1896. Capítulo II, art. 5, § 2. p. 4.

Leis e Decreto, Cx 07. Regulamentos da Força Pública. Imprensa Oficial, 1891 a 1906.

⁶⁵ Ibid. 2005, p. 308.

Leis e decretos, Cg 07. Código Rural de 1905, p. 79.

Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. Volume III 1894-1896.

c) BIBLIOTECA PÚBLICA EPHIFÂNEO DÓRIA

Revista Agrícola de nº 01 de 15/01/1905

Revista Agrícola de nº 09 de 13/05/1905

Revista Agrícola de nº 10 de 01/06/1905.

Revista Agrícola de nº 18 de 30/09/1905.

Revista Agrícola de nº 19 de 15/10/1905.

Revista Agrícola de nº 3 de 15/02/1905.

Revista Agrícola de nº 33 de 25/05/1906

Revista Agrícola de nº 36 de 15/07/1906.

Revista Agrícola de nº 5, de 15/03/1905.

Revista Agrícola de nº 73 de 01/01/1908

Revista Agrícola de nº 75 de 01/02/1908.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

AMARAL, Sharyse Piropo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)*. Tese de doutorado, UFBA, Ano de Obtenção: 2007.

ANDRADE, Serafim Vieira. *Antologia de Poetas Sergipanos* São Paulo: Tipografia Cupolo, 1939.

AVELINO, Camila Barreto Santos. *Novos Cidadãos: trajetórias, sociabilidades e trabalho após a abolição em Sergipe. (Cotinguiba 1888-1910)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local – UNEB, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *O teatro das sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ / Relume-Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. Ed. São Paulo: UNICAMP, 2001. tmail.com

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, 1988.

_____ *Os Significados da liberdade in Revista Brasileira de História. Escravidão*. ANPUH, marco zero v. 8, n° 16. São Paulo. 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia. (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Olívia Maria (org.), *Quase cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bliográfico sergipano*. Rio de Janeiro, Ponjeti, 1921.

LARA, Silva Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, São Paulo, n. 16. P. 25 – 38, fev., 1998.

LIMA, Henrique Espada. *Sob o Domínio da precariedade: Escravidão e os significados da liberdade no século XIX*. TOPOI, v. 6, n. 11, jul. Dez. 2005, pp. 289-326.

MATA, Iacy Maia. *Libertos de Treze de Maio. Ex-senhores na Bahia e conflitos no pós-abolição*. Afro-Ásia de n° 35, 2007.

MATOS, Hebe Maria. e RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 170-198.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, *Entre a Mão e os Anéis – a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp/FAPESP/CECULT, 1999.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade*, Aracaju, Fundesc, 1986.

OLIVEIRA, Igor Fonseca de. “Os Negros dos Matos”: *Trajetórias de quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local – UNEB, 2010.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo, Corrupio, 1988.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850/1930*. Aracaju, Funcaju, 2000.

PENA, Eduardo S. *Pajens da Casa Imperial – jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*, Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na 2ª metade do século XIX*, Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, 1996.

Artigo recebido em julho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.



SERGIPE NO TEMPO DAS FERROVIAS: nota histórica

RAILWAIS IN SERGIPE:
historical note

Amâncio Cardoso*

RESUMO

Este artigo historia a presença das ferrovias em Sergipe, desde as origens até o final do século XX. Destaca a importância histórico-cultural do patrimônio ferroviário sergipano. Analisa a infra-estrutura e as condições de serviço. Apresenta os trechos ferroviários, as principais estações e sua relevância sócio-econômica. Por fim, reclama a revitalização do complexo ferroviário como um direito da população.

Palavras-chave: Ferrovias em Sergipe; Patrimônio ferroviário; Século XX.

ABSTRACT

This article tells the presence of the railways in Sergipe, since the origin into the end of the 20th century. Emphasizes the historical and cultural importance of the railways heritage in Sergipe. Analyses the infra-structure of train tracks and of the services. Shows the railways steps, the main train stations and their social and economic relevance. Finally, it complains about the revitalization of railway complex as people rights.

Keywords: Railways in Sergipe; railways heritage; 20th century.

* Historiador, professor do IFS e sócio do IHGS. E-mail: acneto@infonet.com.br

*“Quando o trem logo chegar/ Apitando pela estrada/
Rangendo as rodas nos trilhos/ E os sinos todos cantando/
Na alegria da chegada/ Toda a cidade na luz/
Recebe o trem em triunfos/ O triunfo da beleza”.*
(Machado, 2005, p. 134).

Da segunda metade do século XIX até meados do século XX, o trem foi um dos principais meios de transporte no Brasil. Antes das rodovias asfaltadas, reinava estrada afora potentes e memoráveis locomotivas.

Assim, o tempo das ferrovias deixou marcas no imaginário coletivo. Prova disso é o uso do relógio da estação de trem como referência de pontualidade no saber popular; a exemplo da seguinte comparação colhida da boca dos sergipanos e anotada por Carvalho Déda (1898-1968) em precioso trabalho editado em 1967: “Certo como relógio de estrada de ferro”.

Neste adágio, além dele expressar o costume de ser pontual, ele pode também designar um sentido moral, pois quem fosse preciso ou correto nas atitudes estaria agindo de acordo com os relógios de estação de trem, uma vez que eram geralmente “certos” ou “pontuais”, não faltavam ao “compromisso”, no caso do relógio, de dar as horas certas. E da pessoa; de cumprir como “certo” algum prometido ou dívida.

Eis ainda outro provérbio popular que alude às ferrovias e mais uma vez registrado por Carvalho Déda: “O trem apita é na curva”. O sentido dessa expressão é de que precisamos nos alertar por prevenção diante de uma situação de iminente perigo ou gravidade. Desse modo, como indicam esses ditos populares, os trens atravessaram o imaginário dos sergipanos.¹

Ademais, acreditava-se que a chegada de linhas férreas nalguma cidadela significava um futuro promissor. Por conta disso, planejou-se trazer ferrovias para Sergipe no século XIX. Desse modo, desde 1872 que havia um projeto de estrada de ferro de Aracaju a Simão Dias, com um ramal para Capela.²

¹ DÉDA, José de Carvalho. *Breféias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed. Maceió: Catavento, 2001. p. 157 e 199.

² SILVA LISBOA, L. C. *Chorographia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897. p. 58.

E ainda anos depois, em 1881, o experiente engenheiro mato-grossense Francisco Antônio Pimenta Bueno (1836-1888) elaborou relatório sobre os traçados mais convenientes para construção de caminhos de ferro na província, a pedido do Ministério de Obras Públicas, para alavancar nossa economia cujas estradas de terra e precários portos fluviais dificultavam o escoamento da produção.³ Neste contexto, a chegada das vias férreas em Sergipe, anos depois, trouxe novas perspectivas a seus moradores e modificou o cotidiano das povoações. Noticiemos, então, a presença do complexo ferroviário na história e cultura sergipanas do século XX.

Em 1903, o então deputado federal Rodrigues Dória (1859-1938) apresenta projeto de implantação de estrada de ferro da Bahia até Propriá, com ramal por Simão Dias, pois ele tencionava abranger os vales agropecuários, alegando que a deficiência de escoamento dos gêneros produzidos em Sergipe seria sanada.⁴

Dois anos depois, 1905, o governo federal autoriza obras para iniciar o tempo das ferrovias em Sergipe, excluindo porém o ramal de Simão Dias. Houve festa para lançamento dos estudos definitivos ocorrida em Laranjeiras, então importante centro econômico e político do estado. A solenidade foi pomposa, conforme testemunha ocular e pároco da cidade Filadelfo Jônatas de Oliveira (1879-1972).⁵ Os estudos se encerram em 1906, contudo só em 1908 iniciam-se as obras do primeiro trecho, entrando pela fronteira da Bahia, seguindo por Tomar do Geru até Aracaju.

No entanto, somente em maio de 1913 a primeira etapa é inaugurada. Já o segundo trecho, entre Aracaju e Rosário, passando por Laranjeiras, começa a operar em março de 1914. E a terceira e última parte, de Rosário a Propriá, com ramal para Capela, inaugura-se em agosto de 1915.⁶

³ BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Relatório sobre a preferência de traçados para ferrovia na província de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1881.

⁴ *O Estado de Sergipe*. Aracaju, nº 8.598, 08 de julho de 1911. p. 01-02.

⁵ OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. *Registros dos fatos históricos de Laranjeiras*. 2. ed. Aracaju: SEC, 2005. p. 209. (1ª edição de 1942).

⁶ *O Estado de Sergipe*. Aracaju, nº 4696, 08 de agosto de 1915. p. 01; OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. *Registros dos fatos históricos de Laranjeiras*. 2. ed. Aracaju: SEC, 2005. p. 205-209.

Todo este percurso foi denominado “Timbó-Propriá”. São cerca de 300 Km de ferrovias compostas, do sul ao norte, por 25 estações: 1º trecho- Tomar do Geru; Itabaianinha; Pedrinhas; Boquim; Riachão; Salgado; Itaporanga; Escurial; Rita Cassete; São Cristóvão; Tebaida; Aracaju. 2º trecho- Socorro; Laranjeiras; Riachuelo; Caitetu; Maruim; Rosário. 3º trecho- Carmo; Japarutuba; Murta; Capela; Japarutubinha; Batinga e Propriá.⁷ Essas estações e pontos interligavam o Estado tanto social quanto economicamente. Com elas, houve um intenso aumento no comércio de mercadorias, assim como uma diminuição na distância entre parentes, amigos e clientes.

Uma das principais estações da primeira etapa é a de Boquim. Nela, houve relativo progresso econômico com a presença da ferrovia até meados do século XX. Nisso acreditavam os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo eles, a chegada dos caminhos de ferro em Boquim modificou não só a economia local como também “requintou” os hábitos da população. A gare passou a ser ponto de frequência indispensável pela sociedade local, na espera da passagem dos “trens de horário”.⁸

A bem da verdade, se a ferrovia não requintou hábitos, como diziam os técnicos do Instituto, ao menos possibilitou novas relações, novos usos e costumes. Além disso, os trens de Boquim passaram a escoar gêneros alimentícios produzidos em Estância, Lagarto, Riachão e outras povoações; o que movimentou sensivelmente a economia do lugar, reforçando a afirmação dos técnicos do IBGE.⁹

Talvez, uma das maiores homenagens à presença ferroviária na cidade da laranja tenha sido feita pelo famoso escritor baiano Jorge Amado (1912-2001), demonstrando a importância da via férrea no município. Em seu romance “Tereza Batista Cansada de Guerra”, de 1972, há um capítulo inteiro que se passa em Boquim. Ali, a personagem que dá título ao livro chega e parte de trem, vivendo dias trágicos, pois

⁷ SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 1920. p. 64.

⁸ FERREIRA, Jurandyr (Coord.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 258.

⁹ SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 1920. p. 178.

o município enfrenta uma grave epidemia de varíola que Tereza, então amásia do diretor do posto de saúde, ajuda a debelar.

Contudo, além da sensual morena, a epidemia também chegou na pequena cidade do centro-sul sergipano pelos trilhos, através dos tripulantes da locomotiva. Assim, a bexiga “desceu em Boquim. (...), inoculou-se no fogueira [que cuida da fomalha] e no maquinista [conduutor da locomotiva], mas o fez devagar, dando-lhes tempo para morrer na Bahia, (...)”.¹⁰

Vê-se que a trama do capítulo tem na estação de Boquim palco de um roteiro trágico-erótico numa das obras-primas da literatura moderna brasileira.

Recentemente, em 2009, a prefeitura e o IPHAN restauraram parte do patrimônio ferroviário de Boquim, satisfazendo desejo da população para que os bens edificados (estação; plataforma; caixa d`água; casa de operários; praças e ruas adjacentes) fossem revitalizados. Aliás, a linha arquitetônica da estação boquinense foge ao padrão da época; tem traços modernistas, inaugurada em 1948, quando substituiu a antiga. Desde então, muitos moradores, quando criança, ali brincaram; já adultos, trabalharam e viajaram.¹¹ Portanto, o patrimônio ferroviário de Boquim é prenhe de valor arquitetônico e de memórias significativas. Urgia restauração!

Outra importante estação do primeiro trecho é São Cristóvão. A chegada da via férrea despertou a esperança de progresso no local. Alguns contemporâneos consideravam a chegada dos trens, 1913, e a inauguração da fábrica de tecidos, 1914, “como os dois mais eficazes veículos da ressurreição da mais velha cidade de Sergipe”.¹²

A partir de então, os costumes da população também são mudados. Um exemplo significativo é o do General José de Siqueira Menezes (1852-1931), que governou o Estado entre 1911 e 1914, ou seja, durante

¹⁰ AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. p. 193-237. Citação p. 201.

¹¹ BORGES, Daiane dos Santos; SANTOS, Viviane M. *Patrimônio ferroviário de Buquim: um potencial turístico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Federal de Sergipe-CHL, 2010. (Curso de Tecnologia de Gestão do Turismo). p. 25-39 *et passim*.

¹² SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 1920. p. 281.

a instalação das ferrovias sergipanas. Nesse período, ele vinha de trem regularmente de São Cristóvão a Aracaju para os devidos despachos no Palácio e retornava para a estação da centenária cidade onde nascera.¹³

A mais importante estação do trecho inicial era a de Aracaju, porque ligava as linhas do sul com as do norte e tinha maior movimento. Ela se localizava próxima aos mercados municipais do centro da cidade e funcionou de 1913 a 1950. Um episódio memorável na antiga estação aracajuana foi a visita do presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954) em 30 de agosto de 1933. A viagem presidencial pelo Nordeste fazia parte da campanha em busca de votos em apoio à constituinte que elaboraria a Carta de 1934, prolongando o mandato do ditador.

Na despedida da manhã seguinte, 31 de agosto, a banda de música tocou durante o embarque presidencial; e “sob palmas e vivas o comboio especial partiu” da velha estação da capital.¹⁴ O presidente e sua comitiva seguiram até Propriá. No meio do caminho, entretanto, desceram na estação de Rosário do Catete, cidade onde nascera o então interventor federal Augusto Maynard (1886-1957) que acompanhava os visitantes.

A antiga estação de Aracaju foi desativada porque estava pequena para uma capital em franco crescimento populacional. Ela foi substituída por uma mais ampla. Mas há muito ela se encontrava abandonada, sem zelo. Em 1948, por exemplo, o cronista Mário Cabral (1914-2009) escreveu sobre as más condições dessa primeira estação de Aracaju. Ele a classificou de “pardieiro”, em alusão ao “descaso e desmazelo” em que se encontrava a velha ferrovia.

Quanto à segunda estação, ainda em construção à época do testemunho do mesmo autor, pois foi inaugurada no final de 1950, no bairro Siqueira Campos, embora Cabral reconhecesse sua imponência arquitetônica, ele reclama dos desgastes dos trilhos; da falta de força das locomotivas para subirem ladeiras; dos atrasos e da superlotação dos vagões.¹⁵

¹³ *Correio de Aracaju*. 20 e 22 de novembro de 1913, nº 1.035 e 1.037. p. 01.

¹⁴ *Sergipe Jornal*. Aracaju, 01 de setembro de 1933, nº 3.377. p. 01.

¹⁵ CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Banese, 2001. p. 159-160.

Confirmando essa crítica, outras fontes diziam que era premente a falta de zelo para com o material rodante e com o atendimento aos passageiros. Comumente, notas nos jornais cobravam da empresa administradora do primeiro trecho, a *Chêmins de Fer*, maior respeito aos usuários devido aos descarrilamentos; à falta de manutenção dos trilhos; aos atrasos; às paradas por falta de combustível; ao mau atendimento dos funcionários; ao maquinário envelhecido e aos excessos de lotação.¹⁶

Todavia, apesar das precárias condições de funcionamento da primeira estação férrea de Aracaju, ela foi representada em expressões artísticas significativas. Um exemplo é o famoso romance *Os Corumbas*, de Amando Fontes (1899-1967), publicado em 1933. Nele, o autor encerra a narrativa com os personagens principais, Josefa e Geraldo Corumba, esperando o trem na antiga estação da capital, na região entre o mercado e as fábricas de tecido do bairro Industrial, outrora Chica Chaves, nos idos da década de 1920.

A obra conta a saga da família Corumba (o casal, quatro filhas e um filho) que foge da seca no interior sergipano e migra num trem para Aracaju. Para isso, “demandaram a Estação da Murta, para aguardar a passagem do comboio”.¹⁷ Aqui, na capital de Sergipe, todos acumularam infortúnios. Após seis anos, os pais resolveram voltar para Capela num “sujo vagão de segunda classe, tão parecido com aquele que os trouxera da Ribeira [engenho onde Geraldo fora carreiro]”. Nesse tipo de vagão, viajavam os menos abastados: “(...) gente do interior, empoeirada e mal vestida. Eram feireiros, na sua maioria pequenos lavradores, que haviam trazido seus produtos para vender na capital e agora retornavam a seus lares”.¹⁸

Josefa e Geraldo estavam tristes por não realizarem o sonho de prosperidade da família em Aracaju. Para piorar a situação, “o descarrilamento do comboio do Sul, (...), fez retardar de muito a saída do suburbano” em que iria o casal.¹⁹

¹⁶ *Correio de Aracaju*. Aracaju, vários números, 1913 a 1914.

¹⁷ FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 11.

¹⁸ Idem. p. 170.

¹⁹ Ibidem. p. 171.

O “comboio do Sul” era o trem que perfazia todo primeiro trecho: partindo de Salvador-BA, entrando em Tomar do Geru-SE, chegando até a capital sergipana. Os atrasos eram constantes devido aos descarrilamentos e outros contratemplos.

Já os suburbanos eram as máquinas que transportavam os sergipanos de uma cidade a outra no próprio Estado, em vários horários e diariamente; por isso também eram conhecidos por “trens de horário”.

No que diz respeito aos infortúnios do casal Corumba sofridos em Aracaju, eles eram obrigados àquela “volta humilhante” num suburbano de segunda classe, sem a companhia dos filhos, ao município de Capela. Tudo isso após horas de espera, “já noite fechada”, na antiga estação. Tempos depois, “um apito estridente deu ordem de partida. A locomotiva resfolegou, silvou forte, e o trem começou a deslocar-se, em marcha lenta”.²⁰

Ademais, além de servir de cenário para o enredo de *Os Corumbas*, a velha ferrovia de Aracaju tinha valor significativo para as personagens. O filho Pedro Corumba, por exemplo, fora um dos arrimos da casa quando “trabalhava como ajudante de torneiro nas oficinas da Estrada de Ferro, situadas muito longe, no bairro do Aribé” (atual Siqueira Campos). Depois, Pedro passara a contramestre até ser preso e deportado por participar da primeira greve operária do Estado.²¹

Como se vê, a história dos Corumbas está intimamente ligada ao nosso complexo ferroviário: trens, estações, oficinas e ferroviários. Além disso, a obra inicia-se e termina em duas estações, Murta e Aracaju respectivamente, contudo em situações opostas. No início do romance, a família Corumba migra para a capital num dia alegre e ensolarado. E no final, a história se passa na primeira Estação de Aracaju cujos vagões estão sujos e a viagem do melancólico casal atrasa por um descarrilamento. Então, eles partem taciturnos numa noite soturna. Era um cenário desolador, embora a

²⁰ FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 172.

²¹ FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 14; 59 *et passim*.

precariedade de nossa estrutura ferroviária fosse comum, conforme outros testemunhos.

Entretanto, poetas e memorialistas homenagearam as gares da capital. Em 1949, por exemplo, o cordelista alagoano Rodolfo Coelho Cavalcante (1919-1986), em seu “ABC de Aracaju”, escreveu versos exaltando as duas estações da capital. Num passo do poema, ele anota: “Estação da via Férrea/ Fica defronte do mercado/ Outro prédio formosíssimo/ Está sendo edificado/ No bairro das Oficinas/ E mais obras purpurinas/ De um progresso elevado”.²²

Neste trecho, o versejador alude à mudança da antiga estação do mercado para o novo prédio inaugurado em 1950, no Bairro Siqueira Campos, na atual praça dos Expedicionários, onde se localizavam as oficinas das locomotivas que davam nome à área, como vimos no romance de Amando Fontes. Está evidente que Rodolfo Cavalcante alia progresso e modernidade à construção da nova estação, pensamento comum no tempo das ferrovias; era o que vislumbrava o espírito da época.

A primeira estação de trem de Aracaju também foi homenageada pelo poeta Jacintho de Figueiredo e pelo memorialista Murillo Melins.

Figueiredo escreveu o poema “Estrada de Ferro” em sua obra “Motivos de Aracaju”, de 1957. Os versos se referem, com saudosismo, ao fechamento da estação próxima aos mercados. Numa das estrofes, lamenta: “Não mais aquela ocasional poesia,/ Tão expressiva aos olhos da cidade:/ A chegada do trem, - que era alegria .../ A partida do trem, - que era saudade ...”.²³

Quanto a Melins, ele também rememora com saudade da primeira estação da capital quando “a velha locomotiva movida à lenha, balançando nos trilhos, apitando insistentemente” chamava a atenção dos distraídos. Ele relembra ainda tipos populares que ali trabalhavam, tais como os carregadores de mala “Preguinho, O Mudo, Erasmo, Lafaiete e Alemão” que disputavam a preferência dos passageiros.²⁴

²² CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *ABC de Aracaju*. Salvador-BA: s. ed., 1949. p. 02.

²³ FIGUEIREDO, Jacintho de. *Motivos de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Funcaju, 2000. p. 83.

²⁴ MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007. p. 156-159.

Para o pesquisador José Silvério Leite Fontes (1925-2005), a inauguração da estrada de ferro em Aracaju foi o acontecimento mais importante da capital, ao centralizar as atividades regionais sergipanas entre 1930 e 1950. Porém, complementa professor Silvério, a ferrovia perdeu importância devido ao equipamento deficiente.²⁵

Tal denúncia passou a ser generalizada, com o acréscimo de que os materiais rodantes mais novos eram enviados para as cidades da Bahia, onde se localizava a sede da empresa administradora.

Quanto ao segundo trecho das linhas férreas em Sergipe, ele passa a funcionar em 1914. Sobre esta etapa continuaram as reclamações de deficiência no serviço sem providências da empresa responsável.

Por conta disso, num dia de intenso movimento de passageiros, aconteceu o grave acidente ferroviário de 18 de março de 1946, entre Laranjeiras e Riachuelo, próximo ao engenho Pedrinhas. Os vagões tinham saído superlotados de Aracaju em direção ao ramal de Capela. Na expressão do Sergipe Jornal, ele foi denominado de “o terrível desastre do Km 458”. E assim ocorreu: por volta das 19 horas, uma composição descarrilou, provocando o luto de várias famílias. O número de mortos chegou a mais de sessenta, conforme o Diário de Sergipe. Mas a imprecisão era evidente, pois muitos corpos foram enterrados sem autorização da polícia legista, que mesmo após 24 horas não havia comparecido ao local do acidente.

Segundo a imprensa da época, os administradores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro mantinham “um antigo desprezo pelos interesses coletivos”, com material rodante imprestável. Por isso, diziam as gazetas, a tragédia era previsível.²⁶ Ainda hoje, os serviços de transporte público no Brasil merecem melhor planejamento e fiscalização do poder público, para que não ocorram fatalidades ou má prestação de serviço a uma população que paga impostos abusivos.

Porém, o referido desastre não apagou a saudade do vai-e-vem

²⁵ FONTES, José Silvério Leite. *Formação do povo sergipano*. Aracaju: SEC, 2004. p. 107 e 120-124.

²⁶ Ainda o terrível desastre do KM 458... *Sergipe Jornal*. Aracaju, nº 11353, 20 de março de 1946. p. 01; Um desastre de proporções gigantescas consternou o povo sergipano. *Diário de Sergipe*. Aracaju, nº 1171, 20 de março de 1946. p. 01.

da estação de Laranjeiras, conforme testemunha o poeta riachuelense João Silva Franco - o popular João Sapateiro (1918-2008) -, autor do poema “Marasmo”, de 1974, em que registra a importância do trem na vida da Atenas Sergipense, onde morou até morrer. Tome-se o trecho em que o poeta Sapateiro revela a tristeza de viver sem o alarido da estação laranjeirense: “A estação cheia de vida/ Hoje vive entristecida/ Sem pregão, sem poesia;/ (...)/ O comboio serpeante,/ Barulhento e trepidante,/ Nunca mais apareceu;/ E a velha estação da Leste/ Hoje de luto se veste,/ Porque o trem pereceu!”.²⁷

Com o fim dos vagões de passageiros nas ferrovias sergipanas em 1977, as cidades servidas por elas coincidentemente se estagnaram; ou ao menos perderam a vivacidade de outrora.

A última estação do segundo trecho era a de Rosário. Ela foi palco de um dia memorável para os rosarenses; a recepção do presidente Getúlio Vargas e sua comitiva por estudantes, moradores da redondeza e autoridades locais, em 31 de agosto de 1933; um dia após a visita oficial à capital. Assim recorda daquele episódio, como testemunha ocular, a senhora Maria Carmelita Brandão:

“Quando estudava na Escola Nossa Senhora do Vale, da Professora Iaiazinha Sampaio, fomos todos à Estação Ferroviária de Rosário recepcionar o Presidente Getúlio Vargas.

Foi uma festa muito bonita. Os alunos todos formados de bandeirinha na mão.

Da janela do trem eu vi uma mesa arrumada com uvas, maçãs e outras coisas. Um vagão do trem foi utilizado só para isso”.²⁸

Certamente, o comboio do presidente não sofria das vicissitudes verificadas nas locomotivas utilizadas no cotidiano dos sergipanos.

²⁷ FRANCO, Joselito de Jesus; GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos (Orgs.). *Mensagens*: João Sapateiro. Laranjeiras-SE: Prefeitura Municipal, 2008. p. 63-64.

²⁸ Depoimento recolhido por CRUZ e SILVA, Maria Lúcia Marques. *Rosário do Catete, Sergipe*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Rosário do Catete, 2000. p. 129-130.



Autoridades e estudantes a espera de Vargas em Rosário-SE (1933)

Fonte: CRUZ e SILVA, Maria L. Marques. *Rosário do Catete, Sergipe*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Rosário do Catete, 2000.



Getúlio Vargas na Estação de Rosário-SE (1933)

Fonte: CRUZ e SILVA, Maria L. Marques. *Rosário do Catete, Sergipe*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Rosário do Catete, 2000.

Passemos agora para o terceiro e último trecho ferroviário sergipano. Ele funciona a partir de 1915. Uma das mais importantes estações dessa etapa é a de Capela. Ela se situava numa posição estratégica, pois fora o único ramal de interiorização para escoar os gêneros do agreste-sertão. A estação capelense ligava-se ao ponto do povoado Murta para seguir pelo tronco até Propriá.

A chegada do trem em Capela foi documentada liricamente no poema/memória “Itinerário de Viagem”, escrito pelo magistrado Manoel Cabral Machado (1916-2009). O autor descreve, com nostalgia, o pitoresco das estações que impressionaram o então estudante de Direito; cujo percurso ferroviário era feito por quatro vezes ao ano, entre 1936 e 1942, para rever a família, os amigos e a “doce amada”. Dessa maneira, o poeta recorda a chegada ansiosa na Princesa dos Tabuleiros. Ouçamo-lo:

“O trem subindo cansado/ Chega por fim ao planalto/ E passa a correr feliz/ (...)/ Ao romper os povoados/ Que cercam firme a cidade/ Meu coração se comprime/ Com uma louca alegria/ (...)/ O trenzinho dobra a curva/ Ao longe avisto a estação”.²⁹

A última estação do terceiro trecho, Propriá, merece destaque. Estacionada a 110 Km de Aracaju, ela atende ao então movimentado comércio ribeirinho, ligando a região sanfranciscana ao restante do Estado.³⁰ A estação ribeirinha tornou-se ponto estratégico por ligar também o estado aos ramais setentrionais de Alagoas e Pernambuco, sobretudo a partir de um evento memorável na história dos transportes em Sergipe: a inauguração da ponte rodo-ferroviária sobre o rio São Francisco em dezembro de 1972.³¹ Essa moderna obra foi marco de dois fatos com sentidos opostos. Por um lado, via-se o vigor das rodovias asfaltadas em crescente proliferação; por outro, iniciava-se uma

²⁹ MACHADO, Manoel Cabral. *Capela: meu chão da infância*. Aracaju: J. Andrade, 2005. p. 132-141. (citação p. 141).

³⁰ SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 1920. 250 e 252.

³¹ ARAGÃO, Carlos R. Britto & PRATA, Washington. *Propriá 200 anos: notas e fotos do bicentenário*. Aracaju: Semeear, 2002. 24 e 76.

etapa de recuperação das então decadentes ferrovias, sobretudo para transporte de mercadorias.

Na inauguração desta importante ponte, fez-se presente o ministro dos transportes (coronel Mário Andreazza); o comandante da IV Região Militar do Exército (general Valter Menezes Paes); os governadores dos estados de Sergipe (engenheiro Paulo Barreto de Menezes) e de Alagoas, além de outras autoridades. Afinal, a ponte de Propriá inseria-se no sistema nacional de transporte executado pelo governo militar, na gestão do presidente Garrastazu Médici (1905-1985), caracterizado por investimentos de grandes obras com vistas à segurança e à integração nacionais.

Foram desse período, por exemplo, a ponte Rio-Niterói (1974) e a rodovia Transamazônica (1972). Nesse contexto, o trem que abriu o tráfego sobre o São Francisco foi denominado de “Trem da Integração Nacional”, pois a Rede Ferroviária Federal, substituída da Leste Brasileiro, ligaria as regiões Nordeste, Sudeste e Sul com uma linha regular desde Recife, passando por Propriá, até Porto Alegre-RS, levando principalmente alimentos e depois minérios, para alavancar o que se denominou de “milagre econômico” operado pelo governo Médici, entre 1969 e 1974.³²

Com a ponte rodo-ferroviária de Propriá, as linhas férreas sergipanas assumem uma posição importante na logística de transporte brasileira na medida em que a transposição ferroviária do Velho Chico seria o arremate que faltava para a política de integração nacional.

Entretanto, o que se viu foi a paulatina desintegração das ferrovias sergipanas. Como resultado, os serviços dos trens de passageiros aqui seriam extintos anos depois. Quanto aos trens de carga, sua gradativa paralisação no estado ocorreria em 2007.³³

Mesmo o fim dos trens de passageiros, ainda hoje muitos sergipanos sentem saudade dos tempos em que o apito da locomotiva marcava as horas; os comboios estacionavam a trazer novidades; os ambulantes

³² Ponte Propriá-Colégio Inaugurada. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju, n° 4.354, 06 de dezembro de 1972. p. 01 e 03.

³³ BORGES, Daiane dos Santos; SANTOS, Viviane M. *Patrimônio ferroviário de Buquim: um potencial turístico de Sergipe*. Aracaju: IFS, 2010. (Trabalho de conclusão do curso de Gestão do Turismo). p. 22.

ofereciam quinquilharias nas gares; os lenços acenavam; enfim, vidas pulsavam no lufa-lufa das estações.

Atualmente, grande parcela da cultura material ferroviária jaz abandonada pela falta de interesse da gestão pública e de investimentos da iniciativa privada. Aqueles que viveram “o tempo das ferrovias” em Sergipe, hoje vergam sob o peso da saudade; e o nosso patrimônio ferroviário ora sucumbe sob os estragos imperdoáveis de um outro tempo.

Ao presenciarmos a situação de abandono em que ainda se encontra nosso complexo ferroviário e após conhecermos sua importância histórico-cultural, clamamos para que esses bens sejam revitalizados. Se não para servirem como meio alternativo de transporte de passageiros e carga, que sejam empregados para demandas do Turismo; como ocorrem nos países organizados.

Reclama esta invocação, por exemplo, as estações ainda sobreviventes de Aracaju, Itabaianinha, Salgado, São Cristóvão, Itaporanga, Nossa Senhora do Socorro, Murta (em Capela), Laranjeiras, Riachuelo e Propriá, cujas comunidades em seu entorno merecem projetos que lhes dêem melhores e mais rentáveis usos, além de um reencontro, por direito, com suas memórias.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ARAGÃO, Carlos R. Britto & PRATA, Washington. *Propriá 200 anos: notas e fotos do bicentenário*. Aracaju: Semeiar, 2002.

BORGES, Daiane dos Santos; SANTOS, Viviane M. *Patrimônio ferroviário de Buquim: um potencial turístico de Sergipe*. Aracaju: Instituto Federal de Sergipe-CHL, 2010. (Curso de Tecnologia de Gestão do Turismo).

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Relatório sobre a preferência de traçados para ferrovia na província de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1881.

- CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Banese, 2001.
- CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *ABC de Aracaju*. Salvador-BA: s. ed., 1949.
- Correio de Aracaju*. 20 e 22 de novembro de 1913, nº 1.035 e 1.037.
- CRUZ e SILVA, Maria Lúcia Marques. *Rosário do Catete, Sergipe*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Rosário do Catete, 2000.
- DÉDA, José de Carvalho. *Brefáias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed. Maceió: Catavento, 2001.
- Diário de Sergipe*. Aracaju, nº 1171, 20 de março de 1946.
- FERREIRA, Jurandyr (Coord.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- FIGUEIREDO, Jacintho de. *Motivos de Aracaju*. 3. ed. Aracaju: Funcaju, 2000.
- FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- FONTES, José Silvério Leite. *Formação do povo sergipano*. Aracaju: SEC, 2004.
- FRANCO, Joselito de Jesus; GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos (Orgs.). *Mensagens: João Sapateiro*. Laranjeiras-SE: Prefeitura Municipal, 2008.
- GASPAR, Lúcia. *José Américo de Almeida. Pesquisa Escolar On-Line*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 21 de fev. 2011.
- Gazeta de Sergipe*. Aracaju, nº 4.354, 06 de dezembro de 1972.
- MACHADO, Manoel Cabral. *Capela: meu chão da infância*. Aracaju: J. Andrade, 2005.
- MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007.
- NASCIMENTO, José Anderson. *Sergipe e seus monumentos*. Aracaju: J. Andrade/Prefeitura Municipal de Aracaju, 1981.

O Estado de Sergipe. Aracaju, nº 8.598, 08 de julho de 1911.

O Estado de Sergipe. Aracaju, nº 4696, 08 de agosto de 1915.

OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. *Registros dos fatos históricos de Laranjeiras*. 2. ed. Aracaju: SEC, 2005. (1ª edição de 1942).

Sergipe Jornal. Aracaju, nº 3.377, 01 de setembro de 1933.

Sergipe Jornal. Aracaju, nº 11353, 20 de março de 1946.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 1920.

SILVA LISBOA, L. C. *Chorographia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

Artigo recebido em abril de 2011. Aprovado em junho de 2011.



A IMPRENSA CIRCULISTA EM SERGIPE: o jornal *A Voz Circulista*

THE PRESS OF THE CIRCLE IN
SERGIPE: the newspaper *A Voz
Circulista*

Gilvan Vitor dos Santos*

Josefa Eliana Souza**

RESUMO

Este artigo procura identificar o papel estratégico que o jornal *A Voz Circulista* desempenhou na divulgação do projeto doutrinário do Círculo Operário Católico em Sergipe. Na condução do estudo, fizemos uso da abordagem da história cultural e nos apoiamos nas reflexões que giram em torno do conceito de representação trabalhado por Chartier, e estratégia de Michel de Certeau. Como fonte primária o uso do periódico mostrou não somente a complexidade do movimento circulista em Sergipe, como indicou a existência de um rico e potencial material que pode ser investigado em novas pesquisas sobre o circulismo e outras temáticas vinculadas ao fazer da classe trabalhadora sergipana.

Palavras-chave: *A Voz Circulista*, estratégia, doutrina circulista.

ABSTRACT

This article seeks to identify the strategic role that the newspaper *The Voice Cycles* played in spreading the doctrine of the Circle project in Sergipe Catholic Worker. In conducting the study, we used the approach of cultural history and we rely on the reflections that revolve around the concept of representation worked for Chartier, Strategy and Michel de Certeau. As the primary source journal usage showed not only the complexity of circular motion in Sergipe, as indicated by the existence of a rich material that can potentially be investigated in further research on the circle and other issues linked to working-class do Sergipe.

Keywords: *Voice Circular*, strategy, doctrine flows.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS; graduado em História pela Universidade Tiradentes - UNIT. E-mail: gilvan.vitor@bol.com.br

** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Assessora do Reitor e Secretária Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. E-mail: elianasergipe@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte do resultado de uma investigação que tem por objetivo compreender a forma de atuação do Círculo Operário Católico em Sergipe, entre os anos de 1935 a 1969. Esse movimento foi designado ao segmento operário, mais especificamente à formação de uma consciência trabalhista e ordeira no proletariado.

O Círculo Operário tomou para si a função de organizar os operários sergipanos, no que se refere ao modo de ser de um trabalhador cristão, utilizando-se desde escolas, cinemas, programas radiofônicos, mas também e principalmente dos discursos como ferramenta de normalização de condutas, reafirmando suas representações normativas, utilizando para tal empreendimento a imprensa circulista.

A educação respondeu a uma necessidade prática e imediata do Círculo Operário: “orientar o operário conterrâneo em meio à confusão das doutrinas modernas, procurando defender os seus interesses materiais e morais unindo-os em torno dos princípios evangélicos”¹ e “dignificar o trabalho e prestar aos seus associados todo o gênero de defesa, em especial: cultura moral, intelectual, social e física”².

Para esse fim, além do assistencialismo, a educação não apenas escolar, mas também a realizada pela sua ação cultural através dos cinemas, clubes esportivos, imprensa e das ações que objetivavam a alfabetização e educação dos trabalhadores e de seus filhos e parentes tornaram-se base nas ações do movimento. No relatório das atividades exercidas pelo Círculo Operário no ano de 1946 esse propósito aparece com nitidez: “O Círculo mantém assistência educacional por meio da escola, imprensa, cinema e conferências”³. Através dessas ações visava à inserção da doutrina circulista como uma ofensiva às manifestações materialistas.

¹ A Cruzada, ano X, nº 412, 31/08/1944.

² Panfleto em comemoração ao dia Nacional do Circulista em Sergipe. Aracaju 6 de outubro de 1957. É parte do acervo documental pertencente ao Círculo Operário Católico de Sergipe, que foi cedido a Gilvan Vitor dos Santos pela diretora do Colégio Cristo Rei, Ana Maria Pereira Gama. Além desse panfleto, estão sob minha guarda: cartas, diários escolares, fotografias, ofícios etc.

³ RELATÓRIO do Círculo Operário Católico em Sergipe 1951, apresentado pelo Presidente Manuel Franklin da Rocha em 1 de maio de 1952.

Os fatos noticiados através dessa imprensa circulista são representações da realidade acontecida no movimento. As matérias jornalísticas trazem informações que remetem a uma realidade (mas não a reproduzem na íntegra). Por isso, trabalhar com o jornalismo significa estudar a construção da realidade operária, ou seja, a formada representação de uma determinada realidade circulista, pois segundo Adelaide Gonçalves, dentro da temática História e Imprensa, os jornais operários estabelecem uma rica possibilidades de leituras, já “que significam uma produção simbólica de homens e mulheres no seu tempo, a partir de suas lutas, derrotas, disputa de projetos políticos, construção de suas histórias”.⁴

Assim, analiso o jornal *A Voz Circulista*, “órgão da Federação dos Círculos Operários de Sergipe e do Círculo Operário de Aracaju!”,⁵ como fonte empírica do acompanhamento dos percursos diversos trilhados pelos circulistas sergipanos. Trata-se de um periódico que era destinado à formação dos trabalhadores, segundo os princípios e a doutrina social da Igreja Católica. Dentro do recorte temporal proposto para a realização desta análise – o ano de 1952 –, *A Voz Circulista* apresentava-se como o único representante do movimento circulista em Sergipe.

Este periódico almejava desempenhar o papel de instrumento de divulgação das ações circulistas, mas também de regras de conduta para o operariado sergipano. Era o operário circulista o grande foco dos textos veiculados em *A Voz Circulista*. Neste sentido, pensar o operário circulista nos discursos implica também em pensar especialmente suas representações.

O conceito de representação terá enfoque na nossa abordagem, uma vez que se tem o objetivo de verificar a forma como *A Voz Circulista* representou o trabalhador no sentido da construção de uma identidade própria. Buscando compreender as significações do que se produziu e difundiu acerca da formação moral do trabalhador sergipano vinculado ao Círculo Operário Católico em Sergipe, fiz uso do conceito de “representação” proposto por Roger Chartier. De acordo com o historiador

⁴ GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores do Ceará, de 1862 aos anos de 1920*. Florianópolis, 2001, p. 16. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵ *A Voz Circulista*, ano I, nº 01, 11/08/1952.

francês, as representações construídas acerca do mundo social, “[...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam”.⁶ Ainda para este autor:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.⁷

A característica essencial do Círculo Operário era o combate à influência comunista que se descortinava, mediante a fundação de organizações ligadas ao mundo do trabalho em Sergipe. Segundo Romão, “com esse movimento, o combate às organizações e aos movimentos dos trabalhadores passa a ser mais direto”.⁸ A criação do jornal passou a ser mobilizada como uma forma de divulgação das ações circulistas nesse combate. Com isso, o conceito de estratégia, tomado de empréstimo de Michel de Certeau, torna-se fundamental, haja vista que através de *A Voz Circulista* procurou-se instaurar uma ordem desejada aos trabalhadores por via da doutrinação “que se consegue através da palavra escrita, daí a razão de ser do aparecimento de *“A Voz Circulista”*”.⁹ Cabe esclarecer o que Certeau denomina de estratégia:

Chamo de estratégia o cálculo (ou à manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa), um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio

⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.17.

⁷ Idem

⁸ ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na trama da história: o movimento operário de Sergipe 1871 a 1935*. Aracaju: Sindimina/ Sindicato dos Bancários de Sergipe/ Sindipema/Sindisan/ Advocacia Operária, 2000, pg.160).

⁹ *A Voz Circulista*, ano I, nº 01, 11/08/1952.

e ser a base de onde podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa etc.)¹⁰.

Na concepção delineada por Certeau, um campo de investigação ganha relevo, ou seja, o estudo do Jornal *A Voz Circulista*, visto como estratégia circulista para difusão da doutrina e normatização propostas pelo Círculo Operário.

O JORNAL A VOZ CIRCULISTA

A Voz Circulista não pertencia a um proprietário particular, sua circulação estava intimamente ligada ao trabalho desenvolvido pelo Círculo Operário em Sergipe. Em sua primeira edição, datada de 11 de agosto de 1952, *A Voz Circulista* sinalizava seu objetivo divulgador da fé católica e dos ideais circulistas, especialmente destinado aos trabalhadores: “Este jornal apresenta-se ao povo como um elemento de aglutinação, de maneira a poder sempre levar aos sergipanos em geral, mensagens de fraternidade e de justiça social, de que tanto necessita o mundo moderno”.¹¹

Em sua primeira edição¹², há uma significativa participação de leigos na produção deste periódico, principalmente do seu diretor, o professor José Bezerra dos Santos. Tal participação, entretanto, não acontecia sem a atenta vigilância do Assistente Eclesiástico, o mons. João Moreira Lima. Durante o ano de 1952, tendo a frente José Bezerra dos Santos, enquanto propagador dos princípios morais circulistas, o

¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.p. 99.

¹¹ *A Voz Circulista*, ano I, nº 01, 11/08/1952

¹² Não foi possível averiguar até quando *A Voz Circulista* circulou regularmente, ou até quando se manteve ativo, pois não localizei os arquivos relacionados a este periódico. Nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Encontrei apenas a publicações de 1952 não sendo identificada nenhuma coleção completa, tornando, até então, difícil determinar com precisão a extensão de seu período de existência.

periódico buscou inserir a imprensa circulista em Sergipe, uma vez que o Círculo Operário não contava com uma imprensa própria que focasse seus discursos nem empreendesse uma batalha contra o materialismo e o comunismo que, segundo sua ótica, ameaçava o bom andamento da sociedade: “Urge se solucione, em termos cristãos e dentro da orbita dos ensinamentos evangélicos, a questão social, que não pode nem deve ficar servindo de pasto aos abutres totalitários a questão social”.¹³



Figura: Primeira edição (11 de agosto de 1952) do jornal A Voz Circulista.

¹³ Idem.

A circulação era feita por meio de distribuição gratuita, diretamente aos membros circulistas com a pretensão de ser um jornal que tivesse circulação periódica, noticiando as festividades do movimento e o ideário circulista:

Este jornalzinho circulava periodicamente. Estamos com o plano de pelo menos quatro edições anuais: 19 de Março – Dia de São Jose, Patrono dos Círculos Operários; no dia 1º de Maio – dia do trabalho, no dia 11 de Agosto – aniversário do Circulo Operário de Aracaju – e em Outubro por ocasião da Semana Circulista¹⁴.

A divulgação das atividades, assim como dos preceitos e da própria organização do Círculo Operário eram o que constituía a espinha dorsal dos textos veiculados em *A Voz Circulista*. Tanto que há, em suas páginas, um destaque às festividades dedicadas a solenidade do 17º aniversário do Círculo Operário de Aracaju.

Para celebrar este acontecimento foi elaborado o seguinte programa: dia 10 – Domingo – às 8 horas – na Matriz de N. Senhora de Lourdes no Bairro Siqueira Campos – Missa de Ação de Graças, com o comparecimento de todos os sócios e alunos das escolas circulistas. Às 10 horas – Concentração no Cine Vera Cruz – Discurso pelo Delegado Geral do Círculo – Rosalvo J. Calasans. As 15:30 – No salão Dom Jose Thomaz, no edifício Pio XI – Sessão solene com o comparecimento do exmo Snr Governador do estado e do Exmo. Snr. Bispo Diocesano. Autoridades civis, militares e eclesiásticos. Circulistas, Operários em geral. Oradores: prof. José Bezerra dos Santos e Dr. José Silvério Fontes. Dia 11 – Dia do Aniversario – Às 7 horas – Na Matriz de N.S. de Lourdes – Missa pelos amigos e benfeitores do Círculo¹⁵.

¹⁴ A Voz Circulista, ano I, nº 01, 11/08/1952.

¹⁵ A Voz Circulista, ano I, nº 01, 11/08/1952.

Contudo a estratégia do Círculo Operário em *A Voz Circulista* não se resumia à pura e simples difusão de suas ações. Dentro das perspectivas tradicionais da Igreja Católica, a doutrinação recebia especial atenção. Considerada como sendo a forma para se educar um bom trabalhador, o jornal legou especial atenção à normatização desses operários na cristandade “para que o Círculo Operário se torne mais forte e a campanha circulista adquira perfeita unidade de orientação e de ação, faz necessária a doutrinação, que se consegue através da palavra falada e da palavra escrita”.¹⁶

Deste modo, a produção e veiculação de discursos normatizantes realizada pelo jornal ansiavam por edificar uma prática regulamentadora baseada na doutrina circulista, que segundo a ótica do Círculo Operário, fazia-se necessária nessa sociedade moderna frente ao perceptível avanço comunista que reverberaria na perversão dos costumes e desorganização social, pois:

A doutrina circulista é uma reação ao materialismo dialético, é, sobretudo no Brasil, a única força capaz de fazer face aos males de que padecem a classe operária na ordem religiosa, moral, econômica e política e de procurar os remédios para exterminá-los de uma vez por todas¹⁷.

O Círculo Operário, através de seus muitos instrumentos, especialmente por meio de *A Voz Circulista*, empenhava-se, dentro das perspectivas daqueles que a produziam, em atuar para estabelecer disposições e motivações para implantação de sua doutrina, como sendo “tão perfeita e eficiente que atinge tanto aos sócios individualmente, como a massa dos associados e também ao ambiente social e às próprias autoridades”¹⁸. Ou seja, a doutrina circulista presente em *A Voz Circulista*, abrangia também uma consonância com os projetos nacionalizadores do Estado.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

A *Voz Circulista* almejava desempenhar importante papel como instrumento de divulgação, não apenas de ações, mas também de regras de conduta que atingissem a vida privada dos operários.

Abarcava também, dentro do empreendimento civilizador, um discurso higienista ao mostrar para a população operária a importância das medidas de higiene na formação de um circulista: “antes de qualquer refeição por mais ligeira que seja, lave sempre as mãos com água e sabão”.¹⁹

Atuando basicamente entre os circulistas da capital sergipana, *A Voz Circulista* esforçava-se em incentivar os seus leitores a assumirem a identidade do movimento, apresentando as carteiras de associados sempre que fosse necessário.

Circulista não te envergonhe de apresentar a sua carteira quando exigida para receberes qualquer benefício da sociedade!

Um circulista que se envergonha de apresentar a sua carteira não é digno do Circulo!²⁰

Essa era a convocação direta dos circulistas para engrossarem as fileiras em prol da campanha civilizadora, e da cruzada normatizante empreendida pelo movimento. Anúncios como estes eram corriqueiros. Em muitos deles se podia perceber instruções similares a mandamentos de como proceder, assim como a importância de pertencer ao Círculo Operário.

PORQUE PERTENCER AO CÍRCULO OPERÁRIO

Porque é uma associação genuinamente trabalhista dirigida por operários, sua família e seus filhos.

Porque sem a união e organização, os trabalhadores não se defendem não se ajudam.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Porque é uma organização e direção tão perfeita e eficiente que atingem tanto aos sócios individualmente, como a massa dos associados e também ao ambiente social e às próprias autoridades. Porque os sócios poderão ter ampla ocasião de se aperfeiçoarem intelectual e moral, profissionalmente.

Porque favorece á sua saúde, pela assistência médica farmacêutica, dentária etc.; os seus filhos, pelas escolas; á sua família pelo pecúlio; a sua recreação, pelas reuniões festivas, cinemas, esportes e passeios.²¹

Há uma constante preocupação com a normatização dos costumes e a tentativa de colocar o Círculo Operário no patamar de fornecedor de representações e referenciais simbólicos para a classe operária. *A Voz Circulista* configurava-se em uma de suas armas nesta homérica ação. Os envolvidos na produção desse jornal tinham consciência de que este empreendimento era um verdadeiro trunfo para a disputa por trabalhadores contra os demais sindicatos.

As regras propostas ou aconselhamentos são freqüentes como uma necessidade de civilizar o trabalhador. Segundo Norbert Elias, o indivíduo em sociedade necessita civilizar-se para sobreviver em grupo, em convívio com os outros indivíduos.²² Nessa direção os dirigentes do jornal iniciam uma campanha de civilização, apontando o que era certo se fazer enquanto membros de uma instituição tão importante como o Círculo Operário.

Assim como não vivemos para comer, igualmente não vivemos para trabalhar – trabalhamos para viver, não apenas fisicamente como as vacas e os camelos, mas espiritualmente como pessoas dotadas de um intelecto e de uma vontade que buscam a perfeição de sua personalidade naquele para que foram criadas.

²¹ *A Voz Circulista*, ano I, nº 01, 11/08/1952

²² Para Norbert Elias “O processo civilizador compreende seres humanos civilizando seres humanos. A linguagem que herdamos frequentemente nos força a pensar e falar de uma maneira que contradiz os fatos observáveis” (ELIAS, 2006, p.47).

A mentira é uma arma de dois gumes e o que dela se serve, cedo ou tarde com ela se ferirá.²³

A preocupação com a frequência dos associados nas reuniões é tratada no jornal:

Uma sociedade sem reuniões é morta. Os circunistas têm obrigação de mensalmente comparecerem às reuniões e, segundo os Estatutos, no Capítulo IX – das Penalidades - ficarão suspensos os sócios que faltarem a três sessões seguidas, sem apresentarem justificativa²⁴.

Outra preocupação presente nas páginas de *A Voz Circulista* era demonstrar a necessidade de um referencial seguro de organização “sindical” para os trabalhadores onde os preceitos cristãos fossem valorizados. Papel que seria, indubitavelmente, legado ao Círculo Operário Católico destinado à formação dos trabalhadores, segundo os princípios e a doutrina social da Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal foi criado para um grupo específico: as classes laboriosas de Sergipe. Contudo, percebe-se que este veículo de comunicação procurou atuar também como um instrumento de conscientização, mobilização e luta para a sociedade. *A Voz Circulista* denominava-se órgão oficial da Federação dos Círculos Operários de Sergipe, destacando o seu funcionamento e atividades desenvolvidas em seu espaço (como as comemorações, festas, viagens dos líderes circunistas, relatório das atividades do Círculo Operário, sua organização, colunas sociais, etc.).

O conteúdo exposto em suas páginas demonstra que o movimento desenvolvia um programa formativo para os membros circunistas através

²³ *A Voz Circulista*, ano I, nº 01, 11/08/1952

²⁴ *A Voz Circulista*, ano I, nº 01, 11/08/1952

da imprensa. O que tornava o jornal, um importante veículo de expressão enquanto representativo das ações circunistas.

A *Voz Circulista*, como estratégia, destinou-se à formação do operariado, através de notícias compostas de variados temas interligados, divulgando amplamente questões que diziam respeito à ação circulista no estado, visando alargar sua atuação para que os trabalhadores tomassem consciência da importância do movimento. Nessa direção tornou-se campo de uma luta de representações por uma educação social no meio operário. Seus textos jornalísticos, enquanto portadores da ideologia, não se restringiam apenas à transmissão dos fatos do cotidiano circulista, mas tinham um discurso intencional que o configura como espaço de disputa simbólica entre o círculo operário e os segmentos sociais com direcionamento socialista.

Para Bourdieu, os instrumentos de poder simbólico são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, que se manifestam através dos mais diversos meios de comunicação, garantindo àqueles que os possuem a manutenção e o exercício do poder. Compreende-se assim a imprensa como espaço de disputa, onde o Círculo Operário buscou expressar e fazer prevalecer seus interesses em relação a outros movimentos e ou correntes políticas.

A proposta do periódico foi marcada pela formação de uma cultura operária que se estabelece como instrumento remodelador de condutas, trabalhando no sentido de produzir representações capazes de dar sentido às novas distinções sociais. As representações sobre o trabalhador, no periódico, são marcadas por uma postura conservadora, apresentado-o como que destoado dos demais operários da sociedade. Essa representação parece estar relacionada à tentativa de apresentar o movimento como um símbolo e um baluarte na luta contra o materialismo, buscando, desse modo, diferenciar-se diante das possíveis situações sociais de competitividade e instabilidade.

Em sua proposta temática, o periódico indicou uma determinada formação que o movimento circulista pretendia enquanto educação para seus associados, ainda que não apresentasse notícias, artigos e documentos que envolvessem o campo da educação em suas edições

(como, por exemplo, as legislações educacionais, indicações de livros para os circulistas, anúncios de cursos e seminários de estudos para o aprimoramento de seus associados).

Porém, percebemos que precisamos fazer uma análise completa do periódico baseada não apenas no objeto definido, mesmo sendo este o mais significativo. É preciso estudá-lo em seu contexto com um olhar voltado para sua origem e os motivos de sua criação, além de buscar indícios de sua existência em outras fontes.

Expomos algumas características em evidência deste jornal circulista, mas não perscrutamos suas peculiaridades políticas, sociais e ideologias. Com isso, *A Voz Circulista* deve ser entendido como um ponto de partida para outras pesquisas no campo da História da Educação.

Vale salientar que faltou nessa pesquisa o confronto das representações emanadas do jornal *A Voz Circulista* com as originárias de outras fontes documentais, porque o jornal e seus animadores não agem no vazio, mas no seio de estruturas socioeconômicas conflituosas e, por vezes, hierárquicas.

Como a atuação se dá de forma relacional, seria preciso identificar e situar as ações dos setores que se colocavam em tensão e/ou oposição aos projetos veiculados e defendidos pelo periódico. Para tanto, faz-se necessário situarmos *A Voz Circulista* no contexto político, tanto nacional como estadual, relacionando-o também, com a proposta político-pedagógica do Circulo Operário a nível nacional.

O contexto que envolvia sua produção estava repleto de nuances que constituem a dinâmica de sua construção e de seus discursos, em uma acirrada disputa com representações que compunham o cenário cotidiano sergipano. Nestas disputas, marcadas também por crises e conflitos, por alianças e aproximações políticas, por mudanças na esfera do poder estadual, os discursos em *A Voz Circulista* buscavam manter-se como fornecedores de representações normativas, cujo objetivo maior era a formação de uma classe operária ordeira e estável.

A consolidação desse plano circulista ultrapassava as possibilidades do periódico e de seus organizadores, visto que outros periódicos, não católicos, assim como outros meios de comunicação como o rádio, cinema,

literatura e a televisão eram capazes de fornecer representações e sugerir padrões de conduta, com mais eficácia do que os discursos circulistas.

Assim, esta pesquisa revelou outros assuntos relevantes que merecem atenção para futuras pesquisas. O empreendimento circulista através da imprensa em Sergipe ainda apresenta-se como um campo rico a ser explorado, especialmente se abordado através de outras temáticas e outras possibilidades teóricas, como por exemplo, os discursos anticomunistas dirigidos aos trabalhadores.

Com essas considerações pretendemos esclarecer que não é nosso propósito encerrar essa discussão. Ao contrário, almejamos sinalizar para que novas pesquisas dentro dessa temática possam ser realizadas, especialmente focadas dentro do campo da história da educação, pois através desta perspectiva abrem-se inúmeras possibilidades de se buscar uma compreensão da complexa teia de relações em que se inscreveu o movimento circulista em nossa sociedade.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Jornal A Voz Circulista. 11 de agosto 1952.

Jornal A Cruzada. Ano X, nº 412, 31 de agosto de 1944.

RELATÓRIO do Círculo Operário Católico em Sergipe no ano 1951, apresentado pelo Presidente Manuel Franklin da Rocha em 1 de maio de 1952.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores do Ceará, de 1862 aos anos de 1920*. Florianópolis, 2001. p. 16. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. *Na trama da história: o movimento operário de Sergipe 1871 a 1935*. Aracaju: Sindimina/ Sindicato dos Bancários de Sergipe/ Sindipema/Sindisan/ Advocacia Operária, 2000.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011



OS GUARDADOS DE EPIFÂNIO DÓRIA: abordagem arquivística em arquivos pessoais

EPIPHANIO DORIA'S GUARDED
FILES: an archival approach to
personal archives

Lorena de Oliveira Souza Campello*

RESUMO

Os arquivos pessoais estão cada vez mais em evidência e na pauta de discussão entre estudiosos e profissionais da área arquivística. Contribuindo para a discussão em crescimento, pretendemos apresentar projeto de pesquisa que investigará o arquivo pessoal de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes, relacionando-o com sua trajetória de vida. O arquivo encontra-se em três importantes instituições sergipanas: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória. A pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho com arquivos pessoais, bem como aprofundará, com base na documentação, a própria biografia de Epifânio Dória.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais; Epifânio Dória; Arquivística.

ABSTRACT

Personal archives are now even more in evidence and under discussion between scholars and professionals of the archiving sector. Contributing to the growing discussion, we intend to present a research project that will investigate the personal archive of Epifânio da Fonseca Dória e Menezes, relationship with their life's trajectory. The mentioned archive is in three important institutions from Sergipe: The Historical and Geographical institute of Sergipe, the Public Archive of the State of Sergipe and the Public State Library Epifânio Dória. The research will contribute to the development of a methodology of work with personal archives, as it will also deepen, on the basis of the documentation, itself of Epifânio Dória's biography.

Keywords: Personal archives; Epifânio Dória; Archival.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo - USP. Professora da Rede Pública Estadual de Sergipe. E-mail: lorenacampello@usp.br ou loracampello@yahoo.com.br.

O PROJETO E SUA IMPORTÂNCIA

Investigar o arquivo pessoal de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes, promovendo um diálogo entre a documentação acumulada por ele e sua trajetória de vida, é o objetivo central do projeto de doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Nada mais justo, portanto, que apresentar o projeto aos pesquisadores e à sociedade sergipana através de um dos veículos intelectuais mais representativos do Estado, e que foi publicado por muitos anos através do esforço deste importante guardião da nossa história e cultura.

O arquivo pessoal de Epifânio Dória está distribuído por três importantes instituições sergipanas, a saber: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGESE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED). Nas duas primeiras instituições, encontra-se organizado em fundos fechados¹, cada qual apresentando históricos distintos no âmbito do recebimento e classificação da sua documentação. Quanto à BPED, possui alguns objetos de uso pessoal e duas coleções fotográficas acumuladas por Dória.

Essa dispersão de arquivos pessoais por várias instituições, infelizmente, é uma realidade, e, diga-se de passagem, típica de um país que não apresenta uma tradição do trabalho arquivístico, muito menos da valorização e do incentivo a tais estudos e práticas.

A situação em que se encontra o arquivo pessoal de Epifânio Dória nos impõe problemas práticos e teóricos complexos, mas em contrapartida nos oferece a chance de discuti-los, buscar soluções e propostas no desenvolvimento da pesquisa.

Esse problema talvez pudesse ser dirimido com a discussão e criação de uma política que delimite o campo de ação das instituições de custódia do Estado, visando evitar que um fundo de mesma proveniência seja dispersado por vários locais ou dissolvido com outros que

¹ Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, fundo é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência, e fundo fechado é o que já não recebe mais acréscimo de documentos. Cf. *DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

não constituem arquivo pessoal². O arquivo pessoal de Epifânio Dória é exemplo dessa celeuma: um arquivo que foi dividido entre poucos membros da família e que, em momentos distintos, foi sendo doado para as instituições mencionadas. Nesse caso, segundo Ariane Ducrot, o respeito à ordem original deve ser assegurado de forma a preservar a divisão material do fundo; deve, contudo, fazer a classificação simultânea das partes, promovendo a unidade do fundo através de inventário comum: localizar, recenseá-los e reagrupá-los no papel, respeitando suas individualidades e ressaltando sua complementariedade.³ Enfim, reconstituir o lugar original dos documentos no instrumento de pesquisa, não alterando, porém, a ordem física da documentação e dos fundos.

Ainda temos o problema da interferência de terceiros, que promoveram em dado momento a inserção de documentos produzidos e acumulados por Epifânio Dória no exercício de suas funções públicas em seu arquivo pessoal.⁴ Nesse caso manteremos essa documentação como se encontra hoje, pois esse arquivo já não tem mais lugar entre a documentação da instituição, ao qual deveria ter sido incorporado na época.⁵

Na BPED constam apenas alguns de seus pertences doados pela família, tais como: escrivaninha, cadeira, console, quadro, caderneta, medalhas e duas coleções de fotografias, sendo uma de vistas de Aracaju e outra de cartes-de-visite de personalidades sergipanas, nacionais e internacionais.⁶

É importante ressaltar que uma coleção⁷ de documentos históricos

² O princípio de proveniência versa sobre a necessidade de que os documentos devam ficar agrupados em seus fundos de origem, sendo o fundo o conjunto de arquivos provenientes de uma pessoa, família, instituição, etc.

³ DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p. 151-168, 1998. p. 155.

⁴ Esse é o caso do APES. A atual BPED outrora teve sede no prédio atual do APES. Quando da sua mudança para a atual sede (1974), muito da sua documentação institucional ficou no APES. A documentação produzida por Dória como diretor dessa instituição em um dado momento foi inserida o arquivo pessoal doado pela família ao APES.

⁵ DUCROT, Ariane. *Op. cit.*, p. 156.

⁶ Cf. CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *Catálogo do acervo fotográfico da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória*. São Cristóvão/SE, 2004. 390p. Monografia (Licenciatura em História). DHI/CECH, UFS.

⁷ Coleção é o conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. Cf. DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

não constitui um fundo de arquivo, pois foi criada de maneira artificial. À coleção, o princípio de proveniência não é aplicado. No entanto, pode ser recebida por uma instituição de pesquisa junto com o fundo da pessoa que a formou e cujas áreas de interesses a coleção esclarece.⁸

Muitos livros que pertenceram à Dória foram doados ao IHGSE junto com seu arquivo pessoal. Estes livros e livretos podem ser considerados como complementos do arquivo e nos dizem bastante sobre a personalidade, interesses e gostos de seu titular. O caso das lembranças históricas (medalhas e condecorações) é semelhante ao dos livros.

Mas, por que o interesse em desenvolver uma pesquisa e, subsequentemente, uma metodologia voltada para o estudo de arquivos pessoais, buscando a correlação entre contextualização da documentação acumulada e a história de vida de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes? Quem foi esse homem? Por que a escolha desse arquivo pessoal para direcionar a pesquisa? Por algumas razões expostas a seguir: a primeira diz respeito ao colecionador, pois trata-se de figura representativa em Sergipe, por sua contribuição à guarda e preservação de documentos históricos e de arquivos pessoais de personalidades sergipanas, bem como da incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida. A segunda razão é a possibilidade de descrever o arquivo pessoal de um pesquisador eclético e erudito, com interesses voltados para a história e a cultura de Sergipe e do Brasil.⁹ A terceira e última razão está ligada à configuração do arquivo pessoal de Epifânio Dória, pois o mesmo encontra-se distribuído em mais de uma instituição de guarda (IHGSE, APES e BPED), além de ser um fundo fechado. Oferece, portanto, novas necessidades e maneiras de abordagem de arquivos pessoais.

GUARDIÃO DE MEMÓRIAS

Nascido em 1884, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes presen-

⁸ DUCROT, Ariane. *Op. cit.*, p. 158.

⁹ De uns anos para cá vêm sendo desbravados arquivos pessoais de artistas, músicos, literatos e cientistas, mas ainda é ínfimo o trato com arquivos pessoais de intelectuais das humanidades.

ciou, ainda adolescente, o final de um século e a passagem para um novo, com o olhar de menino de interior. Originário do sertão sergipano, passou parte de sua vida em Campos, atual Tobias Barreto.¹⁰

Não tendo grandes possibilidades de estudo, concluiu apenas o curso primário. No entanto, com 20 anos de idade, ocupou cargos públicos como o de 3º suplente do juízo municipal da vila do Boquim (1904), assumindo exercício pleno devido a ausência dos imediatos; o de secretário da intendência do Boquim (1904); e o de amanuense¹¹ da 2ª seção da secretaria do governo, sendo nomeado bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe cinco meses depois (1908). Em 1914 foi nomeado diretor dessa instituição, a qual afastou-se em 1935 para assumir as funções de secretário geral do Estado e posteriormente o de secretário da fazenda, agricultura, indústria, justiça e interior. Retomou a direção da Biblioteca Estadual em 1941, onde se aposentou dois anos mais tarde.¹² Dedicou quase 30 anos de sua vida a um dos mais importantes centros culturais do Estado, participando paralelamente de atividades em outras instituições de cultura, como o IHGSE, o APES, e outras.¹³

Foi figura central na formação de praticamente todos os centros

¹⁰ DANTAS, Ibarê. Prefácio. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 20-21, 2009, p. 20.

¹¹ Escriturário de repartição pública ou estatal, que registra ou copia documentos manualmente.

¹² MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 581-587, 2009, passim.

¹³ Epifânio Dória foi sócio efetivo e secretário perpétuo do IHGSE (1912); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (1913); sócio do Clube Esperanto de Aracaju (1913); primeiro secretário do Centro Socialista Sergipano (1918); sócio da Hora Literária General Calazans (futura Academia Sergipana de Letras) (1921); sócio fundador e correspondente da Sociedade Numismática Brasileira de São Paulo (1924); sócio correspondente do Centro Catarinense de Letras, de Florianópolis (1924); sócio honorário da Biblioteca América, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) (1926); nomeado tesoureiro do IHGSE (1927); sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (1929); membro correspondente da academia Piauiense de Letras (1929); correspondente da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1939); sócio da associação Sergipana de Imprensa (1940); sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (1940); sócio correspondente do Instituto Histórico do Paraná (1941); sócio correspondente da Academia Petropolitana de Letras (1941); membro correspondente da Academia Paraibana de Letras (1942); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1942); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Acre (1943). Cf. MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. Op.cit, passim.

de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades, no Estado de Sergipe.¹⁴ Dedicou-se à organização de arquivos por seis décadas, reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos.

Vigilante dos arquivos sergipanos, pesquisador da história e da cultura, poeta, folclorista e, acima de tudo, aficionado por leitura e por produção literária – que praticava graças à sua grande capacidade de trabalho - Epifânio Dória escreveu vários trabalhos monográficos; publicou por mais de décadas em jornais sergipanos, tais quais: *Correio de Aracaju*, *Jornal do Povo*, *Sergipe Jornal*, *Jornal da Manhã*, *Diário de Sergipe*; e foi um dos maiores contribuidores da revista do IHGSE.

Apesar de ter sido funcionário e diretor da BPED por quase 30 anos, seu arquivo pessoal concentra-se quase que exclusivamente no IHGSE, contando com 87 caixas e 282 pacotes. Na antiga sede da Biblioteca Pública, hoje APES, encontram-se cerca de 1.800 documentos. O preva-
lecimento do IHGSE como instituição custodiadora do arquivo pessoal de Dória pode ser explicado por esta instituição ter sido o último recanto de cultura ao qual Epifânio Dória cedeu seu tempo como tesoureiro, diretor, secretário perpétuo e pesquisador. O IHGSE foi fundado em 1912 e teve a contribuição decisiva de Epifânio Dória para a construção de sua sede atual (1939), assim como a concretização dessa casa como centro legitimador dos intelectuais sergipanos e veículo transmissor da cultura sergipana.¹⁵ Epifânio faleceu em 1976, aos 92 anos de idade.

Desde 1913, o IHGSE vem prestando importantes serviços à sociedade e continua sendo uma das principais instituições culturais e de pesquisa em Sergipe. Em 2004 (início da gestão Ibarê Dantas) houve uma grande mudança no IHGSE, que passou a recuperar e organizar seu rico acervo, cuidando também do aprimoramento dos instrumentos de pesquisa existentes. Entidade privada (instituição civil sem fins lucra-

¹⁴ MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a Memória Sergipana. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 601-603, 2009. p. 601.

¹⁵ OLIVEIRA, Poliana Aragão Menezes. O que dizem as cartas? Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930. São Cristóvão/SE, 2004. 77p. Monografia (Licenciatura em História). DHI/CECH, UFS.

tivos), o IHGSE vem disponibilizando seu acervo de forma adequada para o desenvolvimento de estudos e pesquisas as mais variadas (seja por alunos do ensino básico ou do ensino superior e da pós-graduação).¹⁶

ARQUIVOS PESSOAIS: OS GUARDADOS DE EPIFÂNIO DÓRIA

O arquivo pessoal de Epifânio Dória é representativo das atividades por ele desenvolvidas, seja na esfera pessoal, familiar e profissional. Mas apesar de sua importância como homem envolvido com a preservação de acervos das casas de cultura do Estado de Sergipe e divulgador da história e cultura sergipana, sua história de vida continua inexplorada¹⁷ e seus documentos pessoais não receberam a devida atenção e tratamento arquivístico adequado.¹⁸ O projeto em questão tem a ofertar novas perspectivas e abordagens de arquivos pessoais, ao passo que trará concomitantemente, a vida desse “arquivista” não diplomado através de seus documentos.

¹⁶ A biblioteca do IHGSE possui aproximadamente 43.000 volumes de livros e de periódicos, dos quais 9.247 pertencem à sessão sergipana. Faz parte também da biblioteca a hemeroteca com mais de 1.000 volumes de jornais. Informações cedidas pelo presidente do IHGSE, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque e Sayonara Rodrigues do Nascimento, diretora do arquivo e da biblioteca da mesma instituição.

¹⁷ Existem artigos publicados em jornais e pequenos textos sobre Epifânio Dória, como os textos apresentados no livro *Efemérides Sergipanas* organizado por Ana Maria Medina. Pequenas biografias, como os textos produzidos em situação de homenagem e ocupação de cadeiras em instituições culturais, e a biografia apresentada por Luiz Antônio Barreto no livro *Personalidades Sergipanas. Aspectos da contribuição de Epifânio Dória à história e a intelectualidade sergipana é tema de trabalhos como: A escrita da História na “Casa de Sergipe” (1913/1999)*, de Itamar Freitas; *O que dizem as cartas? Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930*, de Poliana Aragão; e), *Efemérides sergipanas: contribuição de Epifânio Dória para a pesquisa histórica (1942-1945 de Carlos Crispim, Edilma Gomes e Karla Lima. Os dois últimos trabalhos citados são respectivamente monografias de alunos da UFS e da UNIT.*

¹⁸ O IHGSE, apesar de dispor de um inventário sumário do arquivo pessoal de Dória (grande facilitador para o trabalho de qualquer pesquisador), apresenta um instrumento que necessita ser lapidado, pois prioriza essencialmente o conteúdo em detrimento do contexto do documento. O APES está desenvolvendo no momento um trabalho de classificação e digitalização do acervo pessoal de Epifânio Dória, custodiado por essa instituição. No entanto, não existe uma proposta de reunir em inventário único esse arquivo pessoal que está distribuído entre as instituições anteriormente mencionadas. O projeto apresentado neste ensaio tentará sanar esse problema, além de trazer discussões e propostas metodológicas em arquivos pessoais.

Arquivar boa parte do que se produz em vida é uma forma de se manter vivo. Isso ocorre com o arquivo pessoal de Epifânio Dória. Resgatar a vida deste homem através do que foi acumulado e produzido por ele é uma forma de trazê-lo de volta, assim como tantos que se fazem presentes nessas lembranças e memórias, através das relações sociais mantidas por Epifânio Dória e apontadas através dos documentos de seu arquivo. Como bem afirmou Philippe Artières, o arquivamento das nossas vidas é onipresente na nossa sociedade, quer seja na vida diária, no espaço social ou na esfera familiar.¹⁹

É recente a atenção dada aos arquivos pessoais. Foi na década de 1970 que a abordagem dos arquivos pessoais como arquivos começou a se processar. Hoje a situação é bem diferente. Heloísa Liberalli Bellotto aponta para a “dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares”.²⁰

No entanto, esse conjunto de documentos não tem recebido tratamento adequado. Por assim dizer, não vem recebendo uma abordagem arquivística condizente. Segundo Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, considerados como coleções de documentos e vistos como carregados das visões idiossincráticas e singulares dos indivíduos que os acumulam, os arquivos pessoais recebem tratamento alheio ao sentido ou à lógica da acumulação de documentos. Por serem acumulados no espaço doméstico, os documentos de arquivos pessoais são vistos por alguns estudiosos como agregadores de características como: subjetividade, ambiguidade, auto-representação, contradição, etc.²¹ Não seriam, portanto, produto de determinada transação, e com isso não teriam força probatória. Essa forma de encarar o documento de arquivo pessoal causa pesados fardos quanto ao tratamento e a análise desses conjuntos documentais; é o que ocorre com o tratamento indi-

¹⁹ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p.9-35, 1998, p. 18.

²⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p.201-208, 1998, p. 202.

²¹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 45, n. 2, jul.-dez, p. 26-39, 2009.

vidualizado, que acaba por gerar unidades descritivas autônomas, não levando em consideração o contexto de produção do mesmo (o qual permite justificar sua presença no arquivo).²²

Por serem arquivos pessoais não quer dizer que não possam receber tratamento adequado aos princípios da arquivologia. A aplicação de procedimentos arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível. Considerados como arquivos, temos que ver esses documentos como conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem.²³

Todo documento é criado devido uma necessidade anterior a ele, e para se fazer cumprir tal necessidade dependemos da ação. Essa ação é concretizada através de documentos. Portanto, todo documento é criado com o objetivo de viabilizar determinada ação, transformando-se em prova da prática dessa ação e com isso reforçando seu caráter probatório. Do mesmo modo, todo documento é criado em meio a determinadas circunstâncias, refletindo dada situação de produção e acumulação.

Segundo Bellotto, é fundamental atentar para a “organicidade de seus conjuntos e de suas relações com o criador e com o contexto de produção”²⁴. Assim sendo, temos que identificar o contexto em que os documentos são criados e usados, buscando dessa forma o nexo entre o documento e a atividade que lhe deu origem. Trata-se de verificar a funcionalidade desses documentos e as marcas das funções incorporadas nos documentos em seu contexto de uso²⁵: enfim, a função que o documento teve para a efetivação da atividade de determinado indivíduo, de um ato. O documento, por assim dizer, não é uma construção, mas o resultado natural de todo o processo de que se originou e que foi ativado pelas necessidades do produtor.

É imprescindível também que se busque a teia de relações entre os documentos, ou seja, o vínculo existente entre os documentos. Dessa

²² Ibid., p. 37.

²³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 45, n. 2, jul.-dez, p. 26-39, 2009.

²⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2008. p. VIII.

²⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Op. cit.*, p 50.

forma, podemos recuperar a conexão lógica e formal que liga um documento a outro através da necessidade.

Para que a abordagem dada ao arquivo pessoal de Epifânio Dória seja baseada na teoria arquivística, necessita-se que se preserve o contexto funcional dos documentos e se compreenda tal funcionalidade em sua dimensão temporal.

O FAZER ARQUIVÍSTICO E ABORDAGENS: O ARQUIVO PESSOAL DE EPIFÂNIO DÓRIA CUSTODIADO PELO IHGSE

Temos como objetivos descrever a trajetória do arquivo pessoal de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes, promovendo um diálogo entre a documentação acumulada por ele e sua trajetória de vida. A partir desse trabalho, desenvolver metodologia arquivística própria e produzir inventário do arquivo pessoal de Epifânio Dória, instrumento no qual poderemos concentrar o que está disperso. Esperamos que o resultado final do trabalho possa sinalizar na direção de possibilidades de pesquisa referentes a interesses e objetivos do colecionador no processo de gênese e acumulação dos documentos, assim como as principais preocupações, atividades, práticas, cumprimentos de funções sociais e políticas do colecionador, através do seu arquivo.

A documentação que compõe o arquivo pessoal trabalhado foi doada à instituição pelos netos de Epifânio Dória, em janeiro de 2009, perfazendo um total de 87 (oitenta e sete) caixas. O IHGSE já detinha 8 (oito) caixas-arquivo com documentação reunida a priori durante os anos em que Dória ocupou os cargos de tesoureiro, secretário-geral e presidente na instituição. Somente a documentação doada pela família Dória foi trabalhada pela equipe do IHGSE, que desenvolveu uma descrição sumária dos pacotes, destacando os principais assuntos; priorizando, com isso, o conteúdo.

A documentação de Epifânio Dória foi classificada e organizada por tipologia documental quando ainda estava em poder da sua filha Iracema Garcez Dória. Esse tratamento inicial foi desenvolvido pela professora

e historiadora Eugênia Andrade. A equipe do IHGSE, responsável pela descrição sumária de todo o fundo, não teve o conhecimento imediato desse material e acabou por não utilizá-lo como guia.²⁶

Ariane Ducrot alerta para a importância da ordem interna de um fundo no momento da classificação e para a necessidade de o arquivista examinar a totalidade dos dossiês sem alterar a ordem em que se apresentam, bem como entender a classificação inicial do fundo, ou certos dossiês que o compõem.²⁷

O inventário produzido pelo IHGSE traz os seguintes campos: caixa, pacote, descrição sumária, data inicial, data final, fundo, observações. O campo fundo é o único que permanece inalterado, obviamente, pela presença do nome Epifânio Dória. De acordo com o inventário, o fundo possui 87 (oitenta e sete) caixas-arquivo e, dentro destas, 282 (duzentos e oitenta e dois) pacotes. Os pacotes foram numerados, mas a documentação acondicionada nos pacotes não. Assim, faz-se necessário numerar a lápis cada documento ou providenciar invólucros adequados para a documentação contida nos pacotes, com o intuito de referenciá-los no texto.

Trata-se de documentação que perfaz quase dois séculos de história, contendo documentos que têm como data-limite os anos 1815/1984.²⁸ Não trabalharemos com a documentação acumulada pela família Dória após o falecimento de Epifânio. Ainda assim, a massa documental é extensa e composta de inúmeros papéis avulsos. Por essa razão não propomos uma nova classificação e arranjo do fundo. Trabalharemos os documentos sem alterar a organização dada pela instituição. Mencionaremos cada documento e sua respectiva localização durante o processo de análise e escrita da tese. Cada documento será um verbete atrelado à vida de Epifânio Dória.

O fundo nos oferece diversos gêneros, suportes e tipos documentais, que refletem a trajetória familiar, pessoal, profissional, política,

²⁶ Informação cedida por Sayonara Rodrigues do Nascimento, diretora do arquivo e da biblioteca do IHGSE.

²⁷ DUCROT, Ariane. *Op. cit.*, p. 159.

²⁸ O acúmulo de documentação pré-nascimento (1884) e pós-morte (1976) do colecionador no fundo Epifânio Dória pode ser justificado, no primeiro caso, pelo seu interesse com relação ao passado; e no segundo caso, pelo acúmulo de documentos referentes a ele por seus familiares, até 1984 – 8 anos depois.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011

ideológica e intelectual de Epifânio Dória. Lá encontramos discursos, cartas, fotografias, jornais, crônicas, poemas, relatórios, notícias, almanaques, artigos, bibliografias, notas (lembretes), notas biográficas, listas, livros, editoriais, bilhetes, entrevistas, obituários, reportagens, fichas, anúncios, árvores genealógicas, convites, pedidos, estatutos, plantas, decretos, decreto-lei, regimentos, entre outros. Atentamos aqui para o fato de que diversos gêneros documentais se fundem e exprimem em linguagens diferentes o mesmo evento.

São documentos que nasceram tanto da atividade pessoal do colecionador, como documentos originados da relação deste com setores públicos, privados e filantrópicos (IHGSE). No dizer de Camargo e Goulart, documentos resultantes do cumprimento de obrigações legais e decorrentes das relações que ele manteve com o Estado.²⁹ Como vemos, são documentos tanto “escritos de tipo tradicional” quanto documentos imagéticos e cartográficos. Documentos que nasceram “da atividade cotidiana de uma pessoa e que esclarecem ou completam os outros documentos que essa pessoa produziu no âmbito de sua atividade”³⁰ e que, segundo Ariane Ducrot, devem ser inseridos em seu lugar lógico no quadro de arranjo ou no inventário, independente do gênero ou espécie.³¹ Enfim, documentos que nasceram dos gostos, dos interesses, das paixões do colecionador.

Dentro desse universo de documentação buscaremos fornecer novas nuances à metodologia arquivística, de forma a fundamentar a organização, a descrição e a contextualização dos documentos pessoais, sem ferir os princípios da área. Assim, respeitaremos os documentos desse fundo como conjuntos orgânicos, ligados por um vínculo original. Ou seja, os documentos serão contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação.

O método funcional, sugerido por Camargo e Goulart, nos permitirá identificar as atividades imediatas geradoras dos documentos.³² A operação central da metodologia arquivística é a contextualização do

²⁹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Op. cit.*, p. 37.

³⁰ DUCROT, Ariane. *Op. cit.*, p. 157.

³¹ *Id.*

³² CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Op. cit.*, p. 23.

documento, ou seja, o contexto em que o documento foi produzido. A importância do contexto está no fornecimento da atribuição do sentido documental e seus limites de produção. O arquivo pessoal de Epifânio Dória será visto, portanto, como um conjunto inseparável, cuja documentação só encontrará sentido estando articulada entre si e na busca da relação dessa documentação com as atividades e funções que lhe originaram. Buscaremos os nexos internos e a teia de relações entre os documentos mediante seu vínculo de origem e necessidade.

Realizaremos uma abordagem contextual do arquivo pessoal de Epifânio Dória, buscando o contexto mediato e imediato, dentro da linha de preocupação que levou Fernand Braudel a usar a expressão: “tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens”³³. Da mesma forma que alguns eventos ocorridos na vida de uma pessoa podem ser enquadrados em datas precisas, outros eventos já não conseguem ser aprisionados numa duração episódica. Nos escapam pelos longos tempos, pois trata-se de atividades de longa duração, onde não se sabe precisamente quando começou e quando terminou. Nesse sentido, daremos uma abordagem factual dentro de fenômenos de longa duração, dentro de eventos que não temos como precisar exatamente no tempo (em termos de datação). Para tanto, é preciso lembrar que, de certo modo, a longa duração se sustenta no dia a dia, a partir de pequenos eventos atrelados.

O historiador Fernand Braudel chama atenção para a carga de significações e de relações que um acontecimento pode conter. Testemunhas de movimentos profundos, esses breves acontecimentos anexam-se a um tempo muito superior à sua própria duração.³⁴ Ademais, certas estruturas (enquadradas na longa duração), segundo Braudel, comporta elementos estáveis de uma infinidade de gerações. Esses elementos estáveis são como limites dos quais os homens e sua experiência não podem se emancipar. São exemplos os enquadramentos mentais e culturais, dos quais os homens permanecem confinados por várias gerações.³⁵ Os documentos acumulados por Epifânio Dória apre-

³³ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Trad. Rui Nazaré. Portugal: Ed. Presença, 1990. p. 9.

³⁴ *Ibid.*, p. 10.

³⁵ *Ibid.*, *passim*.

sentam eventos que podem ser circunscritos no tempo breve e os que não o podem. No entanto, todos esses documentos estão imersos nessas “prisões” de longa duração da sociedade em que foram produzidos.

Para além da fundamentação de um método de pesquisa, o projeto proposto fornecerá como resultados e contribuições, um instrumento de pesquisa que sinalizará para caminhos e poderá fornecer informações valiosas sobre Epifânio Dória e sua época, bem como embasar questionamentos de pesquisa histórica sobre: os interesses, atividades profissionais e lúdicas, e objetivos de Dória; o relacionamento deste com seu entorno social, político e cultural; suas redes de relação; a reunião e organização do material de pesquisa para a produção de seus textos; a documentação usada para a construção de seus textos e de sua historiografia; o diálogo que mantinha com a produção intelectual do período; os valores compartilhados; as formas de sociabilidade e as relações com os poderes constituídos, entre outros.

Enfim, os resultados do projeto de pesquisa servirão de base para futuras pesquisas com os mais diversos enfoques, questionamentos e preocupações acerca de um intelectual típico de sua época (fins do século XIX e grande parte do século XX) e acerca de determinado período de produção intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p.9-35, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p.201-208, 1998.

_____. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2 ed. Brasília, DF: Brique de Lemos Livros, 2008.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Trad. Rui Nazaré. Portugal: Ed. Presença, 1990.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 45, n. 2, jul.-dez, 2009, p. 26-39.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

DANTAS, Ibarê. Prefácio. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, 2009. p. 20-21.

DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, 2009.

DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. II. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, 2009.

DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998. p. 151-168.

MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, 2009. p. 581-587.

MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a Memória Sergipana. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, 2009. p. 601-603.

OLIVEIRA, Poliana Aragão Menezes. O que dizem as cartas? Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930. São Cristóvão/SE, 2004. 77p. Monografia (Licenciatura em História). DHI/CECH, UFS.

Artigo recebido em julho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011



HISTÓRIA ORAL E POLÍTICA: experiências de um historiador nos diálogos com depoentes

ORAL HISTORY AND POLITICS:
experiences of a historian in
conversations with deponents

Ibarê Dantas*

RESUMO

Este trabalho evoca uma experiência de 38 anos como historiador que construiu seus trabalhos no campo da História Política, quase sempre complementando suas pesquisas documentais com entrevistas de personagens com vivência significativa nos acontecimentos. No conjunto, apesar da variedade de tipos humanos, das trajetórias e experiências diversificadas, das memórias diferenciadas e das visões de mundo diferentes, plasmando suas representações específicas, ficou um longo e valioso aprendizado.

Palavras-chave: História Política; testemunho oral; Sergipe.

ABSTRACT

This paper evokes an experience of 38 years as a historian who built his works in the field of political history, often complementing his research with documentary interviews of characters with significant experience in the events. Overall, despite the variety of human types, paths and diversified experiences, different memories and different worldviews, shaping their specific representations, became a long and valuable learning.

Keywords: Political History; oral testimony; Sergipe.

* José Ibarê Costa Dantas é historiador.

INTRODUÇÃO

O debate sobre história oral atravessou três décadas, dividindo os teóricos, mas enriquecendo o campo da pesquisa. Vasta literatura foi produzida, enaltecendo suas práticas de um lado e, de outro, apresentando restrições ao seu uso. Na tentativa de qualificar esse novo ramo da investigação histórica, a controvérsia se estabeleceu, cada qual com postura específica. Uns viam como técnica, outros como metodologia e chegou ao ponto de alguns considerarem uma disciplina própria.¹

Embora reconhecendo a importância desse debate, sobretudo quanto às revelações das potencialidades da História Oral, pretendo restringir-me neste texto a narrar minha experiência com os depoentes ao longo de minha faina de escrever livros no sentido de oferecer uma contribuição à História de Sergipe.

Para tanto, é oportuno desde logo apresentar algumas informações prévias com o fim de facilitar o entendimento.

Quando frequentava o último ano do curso de História em 1970, um professor da USP, José Sebastião Witter, veio ministrar uma semana de palestras sobre a História do Brasil e, sabendo da ocorrência de revoltas na década de 1920, despertou-me para a investigação sobre o movimento tenentista em Sergipe.

Devemos lembrar que na campanha sucessória do governo Epitácio Pessoa, surgiu, em outubro de 1921, a questão das cartas falsas que indispsôs os militares contra os políticos civis, resultando na Revolta do Forte de Copacabana em 1922. A derrota dos amotinados não encerrou as inconformidades. Antes pelo contrário, as punições e os processos que se abriram contra os envolvidos contribuíram para que as articulações e as conspirações prosseguissem até quando rebentou a Revolta de 05 de julho de 1924 em São Paulo. Quando o governo federal pedia tropas a Sergipe para combater os revoltosos, um grupo militar do 28º BC, que já vinha demonstrando descontentamentos com a política vigente, decidiu rebelar-se em solidariedade ao movimento paulista. As tropas

¹ Sobre a História Oral, a bibliografia já é extensa. Limitei-me, no final, em relacionar algumas obras que me serviram de subsídio diretamente.

saíram às ruas, investiram contra o Quartel da Polícia e contra o Palácio, mataram os sentinelas, prenderam o governador, auxiliares e formaram uma Junta Governativa composta de quatro oficiais que governaram o Estado por 21 dias, ao final dos quais a Revolta foi debelada.

Os participantes foram presos, processados e, antes de serem levados a júri, os líderes revoltosos, mesmo recolhidos ao quartel, voltaram a rebelar-se. Maynard, o principal líder, foi ferido, onze pessoas foram mortas, os amotinados foram presos e pouco depois enviados à Ilha da Trindade. Mais tarde, quando voltaram, foram submetidos a júri, liberados, participaram da Revolução de 1930 e passaram a governar.

Foi esse movimento vitorioso que estudei no meu livro *O Tenentismo em Sergipe*, publicado, em 1974, pela editora Vozes de Petrópolis (RJ).

Depois da sugestão do professor Witter, restava enfrentar o fantasma do passado, seguindo os ensinamentos de Marrou quando dizia: “o passado apresenta-se a ele [o historiador] como um vago fantasma, sem forma nem consistência; para o apreender é preciso encerrá-lo estreitamente numa rede de perguntas sem escapatória, obrigá-lo a confessar-se.”²

Depois de fazer uma pequena pesquisa exploratória nos jornais, ainda em 1970, ouvi o primeiro depoente. Na época, eu trabalhava no Banco do Brasil e conhecia de vista um ex-funcionário do Banco que me falou dos fatos e do clima da ocasião.

Foi uma entrevista improvisada sem gravador, cujos dados não utilizei no texto. Mas, para mim, este primeiro encontro teve um efeito simbólico e emocional grande. Influenciado pelos ensinamentos de Marc Bloch³, H. I. Marrou e Lucien Febvre,⁴ passei a ver na investigação da história uma prática elevada e a descoberta do passado fascinante. Recordo-me que me marcaram alguns trechos da obra de Marrou nos quais ele chamava atenção para os pressupostos da compreensão, como a simpatia e a paciência. A simpatia, enquanto disposição para entender os motivos que levaram a determinada ação. A paciência no sentido de

² Henri Irineu Marrou. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa, Editorial Aster, s/d, p. 53.

³ Marc Bloch. *Introdução à História*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.

⁴ Lucien Febvre. *Combats pour l'Histoire*. Paris, Librairie Armand Colin, 1953.

interrogar o documento, interpretar seu significado, fazê-lo falar, mostrar como é.⁵ Entendi que esses princípios poderiam ser aplicados também para os entrevistados.

Ao ouvir esse primeiro depoente falar de um tempo pretérito, com detalhes de suas vivências, aquelas informações ricas em nuances e particularidades me despertaram para a importância dos depoimentos orais como complemento das pesquisas em documentos escritos.

Entretanto, uma vez graduado em História, considerando necessária a experiência do ensino, tentei o magistério no Colégio Castelo Branco no Bairro Industrial, no curso secundário. Como trabalhava pela tarde e ensinava a duas turmas, uma pela manhã e outra pela noite, encontrei dificuldade em conciliar o ensino e o trabalho com a pesquisa. Por isso, alguns meses depois, pedi demissão do Colégio e passei a dividir meu tempo entre o Banco e o estudo.

Minha rotina então era a seguinte: pela manhã consultava os jornais na Biblioteca Pública Estadual, à tarde trabalhava no Banco e à noite dedicava-me à leitura.

Investigando os fatos há menos de cinquenta anos da Revolta de 1924, ainda havia alguns sobreviventes lúcidos, detentores de boa memória e com experiências ricas e variadas.

Elaborava um questionário sobre os problemas que vinham se acumulando com as fontes escritas, persuadia-o a receber-me sob o pretexto de que estava estudando o movimento para resgatar sua história e quase sempre era bem recebido. Alguns reagiam à presença do gravador, mas em geral terminavam cedendo.

Em 1971, entrevistei quatro pessoas, três das quais foram militares. Um deles não se incorporou ao movimento. Era o tenente José Correia que, na madrugada de 19 de janeiro de 1926, ia sendo assassinado por um revoltoso, ação evitada pelo próprio líder, Augusto Maynard Gomes. Entre os participantes, um deles continuou no Exército, ingressou no Partido Comunista, foi preso diversas vezes e teve uma atuação política participativa e ativa. Um aspecto que transparecia nos depoimentos desses militares era

⁵ Henri Irineu Marrou. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa, Editorial Aster, s/d, p. 93.

um certo orgulho de haver integrado um movimento que visava reformar os costumes políticos do Brasil. Como o processo tornou-se vitorioso, a maioria dos entrevistados evocava aquele tempo com sentimento de ufanía.

Um civil, simpatizante da Revolta de 1924, fazia questão de dizer: “fomos livres 21 dias, separados do mundo”, referindo-se ao período em que a Junta Governativa geriu a administração pública. Outro considerava sua missão de combate aos cabras do coronel Francisco Porfírio de Propriá como um feito grandioso. E lembrava o telegrama que passaram para a Junta Governativa em Aracaju: “Acabo bombardear Carmo. Sigo Japarutuba”.

Ainda em 1971, depois de uma certa resistência, entrevistei uma filha de Maynard, que me revelou em detalhes um pouco da trajetória do pai e os dramas familiares com a morte prematura da mãe e as prisões sofridas pelo genitor.

Alguns dos depoentes, além de fornecerem-me informações orais, confiavam-me preciosos documentos, fotos, cartas, boletins do período da intervenção.

No ano de 1972, já estava bem encaminhada a pesquisa em documentos escritos, tendo inclusive consultado todos os jornais disponíveis de 1901 até 1930. Ao saber que ainda havia um sobrevivente da Junta Governativa morando em São Paulo, consegui seu endereço e, em férias do Banco, fui ouvi-lo. Ao chegar, telefonei-lhe. Resistiu em receber-me, mas terminei ouvindo-o por mais de uma hora. Tudo isso foi me permitindo captar os propósitos nem sempre bem definidos do movimento, seus problemas e suas limitações dentro das concepções da época.

Ademais, encontrei em Sergipe mais dois militantes do movimento tenentista. O militar serviu também no Rio de Janeiro e contou-me fatos interessantes, inclusive sobre o período que antecedeu a primeira Revolta. Mas nenhum depoimento revelou-se tão fecundo como o do civil Sálvio Oliveira. “Nascido em Cícero Dantas (BA), chegou a Aracaju em 1911 e aqui vivia exercendo a atividade de comerciante, quando a campanha da Reação Republicana despertou-o para as mazelas políticas. Assistiu de longe aos acontecimentos de 13 de julho sem alguma simpatia que guardasse na lembrança. Após a Revolta, condicionado pelo ambiente

em que vivia, começou a simpatizar com o movimento dos *tenentes*,⁶, aproximou-se de Maynard, tornaram-se amigos e confidentes.

Quando o líder tenentista foi transferido da Ilha de Trindade para o Rio de Janeiro, desta capital Maynard enviou a Sálvio várias cartas expressivas, que transcrevi na segunda parte do meu livro.

Conheci Sálvio Oliveira, em 1972, já octogenário. Homem sóbrio, criterioso, foi diretor do Tesouro do Estado em governos de tendências diferentes e aposentou-se muito conceituado pela sua integridade moral. Ao contrário da grande maioria dos sobreviventes que continuava com uma postura um tanto romântica do movimento, esse participante, ao longo do tempo, aprendeu a analisar a política de forma distanciada, como um observador desapaixonado, desprovido de ilusões e com muito senso de realidade. Foi o depoente que mais ouvi ao longo dos anos de 1972 e 1973. De início, gravava nossas conversas, mas como a transcrição tomava muito tempo, passei a conversar amistosamente sem a presença do gravador, depois reproduzia suas afirmações mais significativas e pedia-lhe para assinar após a leitura.

Como eu tinha uma grande preocupação com a veracidade das informações, fiz vários testes, confrontando seus dizeres com a documentação de que dispunha, comparando suas próprias afirmações e jamais detectei qualquer contradição. Apesar de ter memória privilegiada, costumava dizer “isso não sei”, “isso não tenho segurança.” De tanto conversarmos, viramos amigos e, anos depois, assisti sem declínio físico, frequentando sua casa. Foi um homem de grande envergadura moral que muito me ensinou com sua experiência de vida, fazendo-me lembrar uma frase de Walter Benjamin, “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores”.⁷

Com sua grande ajuda, pude compreender melhor o espírito do movimento tenentista, ou seja, o clima da época, os sentimentos, as expectativas dos seus participantes.

6 José Ibarê Costa Dantas. *O Tenentismo em Sergipe - Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*, Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1974, p. 161/162-1ª Edição.

7 Walter Benjamin. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Brasiliense, 1994, p. 198.

Depois que publiquei *O Tenentismo em Sergipe*, em 1974, recebi convite da direção da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais para escrever sobre as eleições de 1974 em Sergipe. Nunca soube quem me indicou. Uma possibilidade teria sido o professor Bonifácio Fortes, que vinha escrevendo sobre os pleitos eleitorais no Estado desde 1960.

Levantei os acontecimentos da campanha pela imprensa, coletei os dados do TRE-SE e ouvi alguns políticos, entre os quais José Carlos Teixeira, principal liderança da oposição em Sergipe, que me concedeu um depoimento longo e rico, servindo de subsídio valioso para compreender a difícil trajetória do MDB a partir de 1966.

Foi a primeira experiência em analisar um acontecimento contemporâneo, as eleições de 1974, que provocaram entusiasmos dos divergentes e descontentamentos por parte dos simpatizantes do domínio militar.

Se antes, com as pesquisas para o *Tenentismo*, já estava animado com os estudos de política, essa aprendizagem estimulou-me ainda mais. Assim que concluí o trabalho, abriu-se uma vaga para Sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Prestei concurso, fui aprovado e contratado no início de novembro de 1975. Transcorridos dois anos de ensino, deixei o emprego de 13 anos no Banco do Brasil e submeti-me a uma seleção de Mestrado na Unicamp em Ciência Política. Inicialmente, cogitei em estudar o movimento operário em Sergipe, mas terminei optando por analisar *As Políticas das Interventorias em Sergipe (1930/1945)*, ou seja, como os ex-tenentes governaram.

Enquanto, para escrever o *Tenentismo*, entrevistei onze pessoas ao longo de quatro anos, embora, como disse, alguns por diversas vezes, dessa vez colhi depoimentos de quinze cidadãos, entre os quais seis intelectuais conceituados que tiveram alguma vivência no período. O fato é que oito dos quinze entrevistados dispunham de experiência da atividade em órgão público, entre os quais Silvério Fontes, Cabral Machado, Osman Hora Fontes, Fernando Porto, que, em geral não se detinham aos fatos, mas apresentavam uma visão interpretativa mais sofisticada.

Como meu objeto de estudo era compreender a relação dos interventores com os grupos sociais, interessou-me muito ver como foi o

relacionamento com os trabalhadores urbanos. Como já tinha esboçado uma pequena memória sobre a imprensa operária em Sergipe, nessa segunda jornada de entrevistas, ouvi várias vezes João Nunes da Silva, ex-gráfico, líder dos trabalhadores urbanos no período populista, que me forneceu preciosos depoimentos. Depois de complementar os dados nas instituições de pesquisa de Sergipe, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, fiz pequenas adaptações no texto e publiquei-o, em 1983, pela Editora Cortez de São Paulo, com o nome de *A Revolução de 1930 em Sergipe: Dos tenentes aos coronéis*.

Talvez mereça lembrar que, enquanto escrevia minha dissertação, tive uma experiência bastante enriquecedora.

Quando voltei do mestrado em Campinas, havia uma instituição, o *Centro de Estudos e Investigação Sociais – CEIS*, que funcionava no terceiro pavimento do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe com reuniões públicas às segundas-feiras. Mantendo alguns vínculos com o DIEESE, aquela entidade dedicava-se ao estudo da realidade social de Sergipe. Acompanhava a evolução do custo de vida e promovia debates sobre temas sócio-econômicos e políticos. Estávamos em plena fase da abertura política e havia grande motivação em construir o processo de democratização. Fui convidado a participar, integrei-me no grupo, elegeram-me presidente para o período 1981/1983, quando o CEIS viveu sua fase mais movimentada de palestras e debates. Temas candentes do momento, tais como o projeto de urbanização da Coroa do Meio, a Questão Agrária, o Direito do Trabalho, a Constituinte, o Estado Democrático, o Movimento Operário em Sergipe eram debatidos com a participação de técnicos, políticos, líderes estudantis, líderes operários, professores da UFS, algumas vezes até com nomes de fora como Francisco de Oliveira e José de Souza Martins (USP). Este falou sobre o movimento camponês no Brasil. Não raramente as platéias atingiam 40 pessoas e algumas vezes ultrapassavam este número.

É importante observar que, como participante do grupo, entrevistei alguns líderes comunitários, políticos e professores, além de gravar diversas discussões bem representativas do clima e dos valores da época. Não sei que destino levou esse material expressivo de um momento político.

Ao concluir minha dissertação de mestrado, passei a cuidar de uma certa pendência teórica. Ao escrever *O Tenentismo*, senti necessidade de estudar o fenômeno do coronelismo com mais profundidade. Ao chegar em Campinas, como aluno de Décio Saes, escrevi um texto criticando um artigo dele sobre o tema e travamos um debate muito proveitoso ao ponto de o professor convidar-me a publicar os dois textos acompanhados de nossa discussão. Mas como ainda me sentia insatisfeito com meus escritos, após defender a dissertação e retornar a Aracaju, retomei o trabalho teórico e, para ilustrar minhas reflexões com um exemplo concreto, decidi analisar o caso de Itabaiana. Acompanhado de um aluno, fiz algumas entrevistas naquela cidade e colhi informações valiosas sobre o clima de violência que permeou a política daquele município. Esse material foi bastante importante para complementar a base factual para concluir meu pequeno ensaio. E assim nasceu meu pequeno livro *Coronelismo e Dominação*. Como na época integrava um grupo ligado a ANPOCS, intitulado *Relações de Trabalho, Relações de Poder*, tive oportunidade de mais de uma vez debater meu ensaio com especialistas do tema na área de Sociologia em alguns encontros estaduais, por vezes bem acalorados, dos quais guardo boas lembranças.

Ao terminar os dois ensaios sobre o coronelismo, dediquei-me a estudar sistematicamente os partidos políticos em Sergipe com o fim de construir uma síntese que abrangesse do início da República até 1964, como pressuposto para conhecer o período autoritário, então vigente.

Nesse meio tempo, “a professora Maria das Graças Menezes (1986) iniciou uma coleta de depoimentos de trabalhadores no intuito de elaborar uma História da classe operária, particularmente da atuação do Partido Comunista no período 1945/1964.”⁸

Convidado para participar do projeto como entrevistador, já com um acervo de depoimentos ilustrativos, pude constatar mais uma vez a diversidade das pessoas na expressão de suas lembranças e de representações, mesmo quando se tratava de um mesmo episódio.

⁸ Itamar Freitas. Projeto “*Fontes orais para História contemporânea de Sergipe*”. Relatório de Atividades. São Cristóvão-SE, 2002, p. 2.

Embora sem considerar a história como algo dado, mas como uma construção sem cair no relativismo sugerido por Hayden White,⁹ mantive uma preocupação com a veracidade dos fatos. Testava-os com os instrumentos disponíveis da crítica interna e externa, interrogava-os e levantava dúvidas. Quando não me sentia seguro, intuitivamente evitava utilizar os dados que não me pareciam convincentes.

Talvez sejam essas precauções que tenham levado alguns interlocutores, sobretudo do campo da literatura, a acharem meus livros contidos, sem voos altos. Conforta-me lembrar uma expressão de Roger Bastide, segundo o qual, as teorias passam, mas os fatos permanecem.

Conforme afirmei, quando participei do projeto com a professora Maria das Graças Menezes (1986), já estava estudando os Partidos Políticos em Sergipe. Nesta investigação ouvi 19 pessoas, 12 das quais pela primeira vez. Tive oportunidade de colher o depoimento de alguns líderes partidários importantes. Um deles chegou a Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Fui a Brasília e o ouvi por mais de uma hora num gabinete do próprio Tribunal.

Fui muito beneficiado também com vários depoimentos do meu ex-professor e amigo José Silvério Leite Fontes que fora Secretário de Estado da Casa Civil do governo Arnaldo Garcez (1951/1955). Não obstante uma certa indisposição com relação à UDN, sua grande cultura humanística, sua visão larga e a lucidez de suas análises me ajudaram muito a compreender não apenas a política partidária, mas também a História de Sergipe em seu conjunto. Ao tempo em que dialogava com esse grande mestre, tirando dúvidas, testando hipóteses, aprofundando discussões e visualizações, pude comprovar a potencialidade de ensinamentos proporcionados pela história oral.

Entretanto, vale a pena ressaltar que a riqueza da entrevista depende também de quem interroga. Daí a importância de conhecer bem o tema para extrair as informações pertinentes. Pensando dessa forma, geralmente exercitava o diálogo com o entrevistado a partir de lacunas verificadas na documentação escrita, tornando o depoimento oral como

⁹ Hayden White. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

complemento. De minha parte, confesso que deixei de ouvir alguns políticos quando nos cruzamos porque no momento do nosso encontro não me sentia suficientemente situado para inquiri-los.

Após estudar os partidos políticos até o colapso do domínio populista nos anos oitenta e publicá-lo em 1989, na década seguinte enfrentei o desafio de escrever sobre a fase do Estado Autoritário.

Apesar de vivenciar todo o processo, acompanhando sua trajetória por jornais, revistas, ensaios diversos, guardando documentos por todo o percurso, considerei insuficiente meu material, consultei as folhas locais e parti para os depoimentos como complementação dos dados disponíveis.

Empolgado com a tarefa, como a Universidade me tomava muito tempo com reuniões de departamento prolongadas, aulas na graduação e na pós-graduação, participação em comissões, requeri aposentadoria, e passei a dedicar-me inteiramente a esse trabalho. Entrevistei, de 1991 a 1996, nada menos de 42 pessoas, entre as quais líderes políticos, líderes operários, líderes estudantis de várias tendências, militantes de diversos tipos, ex-governadores do período e magistrados. Ouvi ainda a mais abnegada advogada dos presos, Ronilda Noblat, em seu escritório na cidade baixa de Salvador e, por um lapso de minha parte, não constou na relação apresentada nas fontes consultadas, embora esteja citada no texto, inclusive na nota 45 da VI parte do livro.

Foi sem dúvida o maior conjunto de entrevistas que fiz nos períodos de pesquisa para meus livros, proporcionando-me o ensejo de informar-me sobre uma multiplicidade de ocorrências do período. Embora fosse um observador interessado que acompanhava os acontecimentos pela imprensa e por conversas com cidadãos bem informados, como políticos e jornalistas, pude perceber como a falta de liberdade de pensamento dificultou uma maior compreensão desse tempo marcado por constrangimentos. Ou seja, pude concluir que, por mais bem informados que sejamos no dia-a-dia, sempre escapam dados significativos. As limitações tornam-se mais patentes quando as fontes censuradas são pobres e/ou suspeitas. Nesses casos, a coleta de depoimentos orais se impõe como imprescindível. Os dramas pessoais, o ambiente de insegurança, as intrigas, as ações dos delatores, as arbitrariedades, os

protecionismos, o jogo de influências pessoais são aspectos que as fontes escritas dificilmente revelam. Pude observar também a diversidade de interpretações, visões de mundo e representações que os depoentes guardaram do período.

Para comprovar fatos controvertidos, inquiri várias pessoas sobre nuances questionadas e assim pude elaborar minha síntese com uma margem de segurança razoável. Publicado em 1997, *A Tutela Militar em Sergipe (1964/1984)* foi certamente a primeira análise de conjunto do período autoritário num Estado da federação brasileira.

Ao concluir esse livro, já aposentado, dentro do meu projeto de estudar a História de Sergipe, comecei a preparar-me para estudar o século XIX por meio da biografia de uma figura política que servisse de eixo central para acompanhar a construção das instituições políticas.

Enquanto lia sobre o século XIX e investigava a política sergipana deste tempo, fiz duas grandes interrupções. A primeira para publicar um livro sobre *Eleições em Sergipe 1985-2000* pela Tempo Brasileiro em 2002.

Como, desde 1974, vinha acompanhando as eleições de Sergipe, transcorridos os pleitos, levantava a documentação escrita e entrevistava políticos, jornalistas e pessoas outras informadas sobre os bastidores da política. Enquanto isso, fui escrevendo pequenos ensaios sobre a campanha, a escolha dos candidatos e o resultado eleitoral. A partir de 1987, passei a apresentar esses trabalhos em fóruns regionais que discutiam as eleições acontecidas no ano anterior. E assim participei de encontros em capitais de Estados do Nordeste, como Recife, Natal, promovidos por jornais, pela ANPOCS regional, em seguida pela ANPOCS nacional, em reuniões em Caxambu-MG como integrante do grupo de trabalho *Partidos e Eleições*, experiência, aliás, muito enriquecedora pelos contatos, pelas palestras e pelo nível das discussões.

Diante desses precedentes, depois que escrevi sobre *As Eleições Municipais* do ano 2000, reuni os ensaios anteriores a partir de 1985, fiz uma introdução analisando a transição, a conclusão e publiquei, em 2002, pequenos estudos sobre dez eleições.

Esse fato me levou a outro trabalho. Como havia estudado a política republicana em Sergipe através de monografias sequenciais,

entendi de construir uma síntese da *História de Sergipe – República (1889-2000)*, aproveitando o material que havia acumulado nos últimos trinta anos de pesquisa em fontes escritas e orais com cerca de cem pessoas, cada qual com suas características próprias.

Conheci algumas com memória fraca, pouco lembradas, que costumavam misturar acontecimentos, situando-se precariamente diante dos fatos. No extremo oposto, deparei-me com indivíduos de memória privilegiada, alguns até com visão globalizante, marcada pela lucidez.

Nos graus intermediários, encontrei os imaginativos, inventivos, fantasiosos, sem senso de realidade. Alguns até falavam com convicção, referiam-se a números, lugares, mas quando se confrontavam com dados conhecidos, percebia-se que eram depoimentos que serviam apenas para estudar a variedade de representações e não para esclarecer e muito menos comprovar afirmações. Às vezes, isso ocorria com indivíduos que participaram do mesmo movimento, com as mesmas tarefas e as mesmas ações, indicando como as versões se conflitavam.

Ao publicar a síntese da *História de Sergipe – República (1889-2000)* pela Tempo Brasileiro do Rio de Janeiro, em 2004, retomei a investigação sobre o século XIX, tendo a atuação política de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909) como eixo central do estudo. Apesar de ser um personagem que faleceu em 1909, mesmo assim colhi dois depoimentos importantes. Um de sua neta Anete Maciel e outro de um cidadão que residiu na casa do antigo e já destruído Engenho Serra Negra, que me ajudou a traçar o cenário da residência. Foi esse trabalho que lancei no ano de 2009 por uma editora local.

Quanto aos pleitos eleitorais, continuo estudando, ouvindo pessoas, escrevendo textos e apresentando em capitais do Nordeste (Natal, Teresina, Fortaleza e Recife) em seminários bianuais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a fundação Konrad Adenauer da Alemanha. O simpósio referente às eleições de 2004 foi publicado sob o patrocínio dessas duas fundações. Os de 2006 e 2008 foram editados pela UFRN.

Em suma, pode-se relativizar a importância das entrevistas, alegando que todas as recordações são uma reconstrução do passado¹⁰, ou que as memórias sofrem um processo de regulação pelas memórias dominantes, ou ainda, que são seletivas ou estão sujeitas a distorções, ou ainda que dão margem a lembranças equivocadas. Tudo isso deve ser levado em consideração, mas não são argumentos suficientes para desqualificá-las.

Não chegamos a afirmar que a fonte oral seja o documento por excelência, mas sim elemento de complementação, pois poderá comportar características específicas e potencialidades que não se encontram nos escritos.

Pela minha modesta experiência, posso dizer que as entrevistas foram muito profícuas pelos grandes recursos que me proporcionaram para minha compreensão sobre a História da sociedade e do Estado de Sergipe.

Os depoimentos orais ocuparam um papel relevante em minha atividade de pesquisador e estão incorporados à minha obra como elemento de complementação das investigações em fontes escritas. Nestes 38 anos de pesquisa, não imagino como seriam meus livros sem a contribuição dos entrevistados. O diálogo, as discussões, enfim a interação que travei com cerca de cem figuras de nossa sociedade constituem fatos dos mais gratificantes e enriquecedores em minha trajetória intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.

¹⁰ Maurice Halbwachs. *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968, p. 58.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral; Teoria e Técnica*. Florianópolis. UFSC, 1978.

CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica in *Fragmenta*. Aracaju: UNIT, 2005.

FEBVRE, Febvre. *Combats pour l'Histoire*. Paris, Librairie Armand Colin, 1953.

FERREIRA e AMADO, Marieta de Moraes e Janaína (coords). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro, Topoi, 2002.

FREITAS, Itamar. *Relatório de Fontes Oraís para a história contemporânea em Sergipe*. Relatório desenvolvido dentro das atividades do Projeto de Qualificação Docente/UFS/SEED/FAPESE. São Cristóvão, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Edt. Unicamp, 1991.

MARROU, Henri Irineu. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa, Editorial Aster, s/d.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p 3-15.

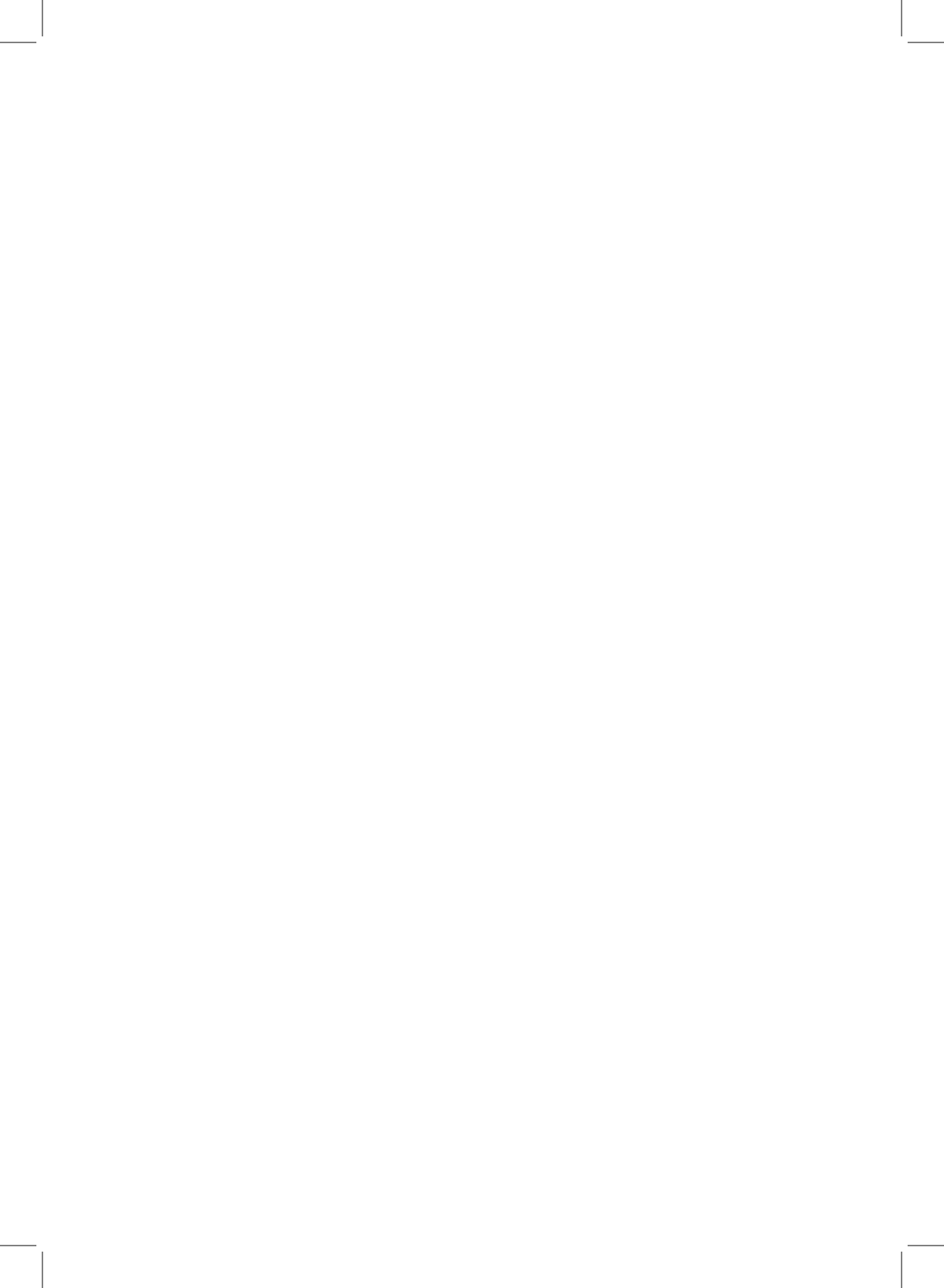
THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

Artigo recebido em julho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.



Discursos



DISCURSO PARA A SESSÃO COMEMORATIVA DO 8 DE JULHO

Terezinha Oliva

Nesta sessão comemorativa que em obediência ao seu Estatuto o IHGSE realiza, considerando o 8 de julho data central para a história e a memória sergipanas, o Presidente Samuel Albuquerque me propôs uma fala alusiva ao centenário do ilustre Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, membro deste Instituto, nascido em Santo Amaro das Brotas em 16/06/1911.

Surpreendida pela sugestão, objetei ao Presidente que eu deveria tratar de assunto relativo ao tema da Emancipação de Sergipe, mas ele defendeu a sua idéia argumentando que eu poderia tentar relacionar a obra maior do Padre Aurélio, o “Esboço Biográfico de Inácio Barbosa” com a temática do dia. Terminei concordando com a oportunidade da sugestão, pois de fato, para o Padre Aurélio Vasconcelos o Presidente Inácio Barbosa traçou, no curto período em que foi Presidente da Província (1853-1855), as bases para a verdadeira Emancipação de Sergipe, simbolizada na introdução da navegação a vapor na Barra do Cotinguiba e, particularmente, na fundação da cidade de Aracaju.

No Prefácio ao “Esboço Biográfico”, a Professora Maria Thetis Nunes mostra que o Padre Aurélio fez a sua formação no Seminário Diocesano de Aracaju, fundado por D. José Tomaz Gama da Silva; foi por este primeiro bispo de Aracaju ordenado em 1934, na Catedral Diocesana, permanecendo em Sergipe como pároco de Santo Amaro das Brotas até 1938, quando se transferiu para São Paulo.

Além dos estudos de Teologia, em São Paulo graduou-se em Pedagogia e Direito, foi professor de ensino secundário, Inspetor Federal do Ensino Secundário – mais tarde Técnico em Assuntos Educacionais - e professor da PUC de Campinas. Em 1951 assumiu a Paróquia Nossa Senhora das Dores, na cidade de Nova Odessa, onde permaneceu até a morte, em 1999. Vendo as homenagens que Nova Odessa presta a esse centenário, pode-se avaliar a importância da atuação do pároco naquela cidade. Mas apesar da distância definitiva, que se prolongou por 61 anos, o religioso cultivou estreitas ligações com Sergipe. Sócio desde Instituto, o nosso homenageado contribuiu com a sua Revista, colecionou inúmeros documentos que foram doados ao IHGSE e manteve ativa correspondência com Epifânio Dórea. Foi, aliás, este Secretário Perpétuo do Instituto quem estimulou o Padre Aurélio a escrever o Esboço Biográfico de Inácio Barbosa, em comemoração ao primeiro centenário de Aracaju e da morte do seu fundador e lutou para conseguir a sua publicação, sem obter sucesso. Caberia à Professora Maria Thetis Nunes, 45 anos após, conseguir da Prefeitura Municipal de Aracaju, na gestão Marcelo Deda, este intento.

O “Esboço Biográfico de Inácio Barbosa”, publicado em três volumes entre os anos 2000 e 2003, é definido pelo seu autor, como “um misto de biografia e de história sergipana”. Embora o Padre Aurélio se declare devedor dos estudiosos da história de Aracaju que o precederam, de alguns deles diverge frontalmente. Felisbello Freire, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Sebrão Sobrinho, Fernando Porto, José Calazans, Mário Cabral, Bonifácio Fortes, Clodomir Silva e Enock Santiago estão entre os autores com quem ele dialoga além da profusa citação de fontes arquivísticas, literárias e jornalísticas. Um trabalho de cuidadosa pesquisa histórica, de copiosa transcrição de fontes e de tal confiança no que elas podem revelar que o Padre Aurélio, a partir de acurada crítica histórica, procurou estabelecer em bases sólidas o conhecimento a respeito das origens da nossa capital.

Avalia Itamar Freitas, na sua indispensável “Historiografia Sergipana”, que o nosso Autor se comporta como “um narrador muito discreto, um

organizador de testemunhos”¹. Embora ache que isto se aplique um pouco menos ao vol. II, sou tentada a concordar com esta avaliação, mas penso que a busca de objetividade na argumentação historiográfica não esconde as posições do Autor, ao traçar para o fundador de Aracaju o perfil de um homem excepcional, um político de escol, que teria tido em Sergipe uma ação pedagógica contra a prática política baseada em interesses familiares e nas mesquinhas lutas de facções. Aurélio Almeida dá a Inácio Barbosa o estatuto de um estadista, dono de uma biografia sem mácula, a ponto de o mesmo Itamar Freitas afirmar que na obra “Barbosa é quase um santo”².

Na verdade o Padre Aurélio revela um amor e um entusiasmo a toda prova pela cidade de Aracaju à qual procurou dar uma origem nobre. Não uma origem mitológica, como acontece com tantas grandes cidades da história, mas um início com sentido grandioso, a partir da dignidade do homem que a concebeu. Daí todo o esforço para comprovar que Inácio Joaquim Barbosa foi o verdadeiro fundador desta cidade que, assim como o biografado, se torna também a protagonista do “Esboço”. A história de Aracaju, situada no contexto local e nacional, vista como resultado de um projeto que emerge da política imperial da Conciliação dos partidos e só por ela se tornou possível, é, para o Padre Aurélio, o sinal de uma nova era para Sergipe – a era da sua efetiva emancipação.

A historiadora Maria Thetis Nunes, diz no Prefácio acima citado que a fundação de Aracaju fecha um período da história de Sergipe “iniciado com a Carta Régia de Dom João VI, de 08 de julho de 1820, concedendo-lhe autonomia política e culminando com o Decreto de 17/03/1855, transferindo a capital...”³.

Eis como é apropriado falar da obra do Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida na sessão de hoje: nela Inácio Joaquim Barbosa é apresentado como o realizador de uma idéia emancipadora, pois a rebocagem a vapor na Barra do Cotinguiaba, antiga aspiração dos sergipanos, pôde se concretizar a partir da organização da Associação Sergipense, com-

¹ FREITAS, Itamar. *Historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007, p. 205.

² *Ibid.*, p. 206.

³ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. III. Aracaju: Prefeitura Municipal, 2005, p. 9.

panhia de rebocagem formada exclusivamente por capitais sergipanos, iniciativa com a qual o Presidente Barbosa “plantara o espírito de associação que é uma alavanca da civilização moderna”⁴. A Associação Sergipense foi aprovada pelo decreto nº 1457 de 14/10/1854, reunindo “em cooperação os luzias e saquaremas, gregos e troianos, residentes em Sergipe.”⁵ (idem, p. 20) O Autor realça o significado da Associação Sergipense transcrevendo o que disse dela um contemporâneo: “O comércio da Bahia, vendo que a rebocagem a vapor animando os estrangeiros a virem aqui comprar os nossos produtos, lhes arrancava a presa, que de nós fizera há largos anos, e que cada vez lhes era mais cara, e a nós mais doloroso, não poupou esforços para obstar o plano generoso do Presidente e faze-lo morrer no germe. Desanimou como pôde os ânimos de Sergipe, taxando, ou de impossível ou de improfícua a empresa! O comércio de uma casa estrangeira nesta província, que só queria ter o monopólio da compra dos nossos açúcares, para taxar-lhes o preço por falta de competência, também quis desacreditar o intento do Presidente.”⁶ A navegação a vapor na Barra do Cotinguiba teve como seu conseqüente a mudança da capital, pois a sede e o ancoradouro do rebocador viriam instalar-se nas terras do povoado do Aracaju. Estas terras começaram a ser alvos do interesse dos investidores, provocando “a corrida às praias do Aracaju com aforamentos de terrenos de Marinha e compras de terras pelos previdentes, de forma nunca dantes verificada.”⁷ (idem, p. 119) De fato, não era mais em torno de São Cristóvão que girava a vida econômica da Província. Assim, conclui o nosso homenageado, acompanhando Enock Santiago e José Calazans e contrapondo-se a Felisbelo Freire e a Manoel dos Passos: “a causa inspiradora da mudança da capital, foi exclusivamente comercial, ou seja, econômico-geográfica tendo, por fim, o maior bem comum da Província.”⁸

⁴ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. II. Aracaju: Prefeitura Municipal, 2003, p. 15.

⁵ *Ibid.*, p. 20.

⁶ ALMEIDA E CASTRO apud ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. II. Aracaju: Prefeitura Municipal, 2003, p. 21 e 22.

⁷ *Ibid.*, p. 119

⁸ *Ibid.*, p. 161.

Não tenho dúvidas de que o estudo da emancipação de Sergipe passa pela leitura da obra de fôlego do historiador Aurélio V. de Almeida. Sua análise da política provincial é esclarecedora de como agiam as elites sergipanas no Império e de como Sergipe enfrentou os desafios postos por um incompleto processo de emancipação. Se os progressos da produção açucareira constituíram motivo para a separação de Sergipe da Bahia, essa Província continuou a ter um papel essencial na economia de Sergipe pelo controle da exportação do açúcar.

Assim, ainda que se possa argüir o Autor por muitas ausências – como a das camadas médias e populares e dos escravos – ele já nos presta um grande serviço desnudando comportamentos da elite açucareira e mostrando como os presidentes enviados pelo Imperador tiveram que se haver na teia de interesses familiares e locais. Por outro lado, concentrado na figura de Inácio Barbosa, o Padre Aurélio toma o fundador da capital como um herói civilizador e emancipador, ocupando-se no primeiro volume em demonstrar a sua trajetória familiar e política. Contrapõe-lhe um Barão de Maruim silencioso, “atildíssimo”, navegando nas águas da política partidária em questões momentosas, sem conseguir apresentar-se com a estatura do Presidente, em seu papel central na história de Sergipe.

No segundo volume o biografado é o coadjuvante da sua obra maior – a cidade de Aracaju. A criação da Associação Sergipense está nas origens da idéia sobre a cidade e esta aparece como uma realização necessária e conseqüente, quase inevitável, fadada a um grande porvir. A identidade do fundador é trabalhada em contraponto às mais importantes personalidades da Província de Sergipe, particularmente o Barão de Maruim, sempre colocado no papel de coadjuvante. Causas da mudança da capital, o significado etimológico da palavra Aracaju, sua localização e primeiras construções encerram o volume que é, ao meu ver, o mais opinativo e interpretativo da trilogia.

Finalmente o terceiro volume trata das origens religiosas da capital, sua dedicação à Imaculada Conceição e a construção do primeiro templo, seguindo-se a abordagem das dificuldades para a implantação da cidade. Aqui o Autor mostra a tenacidade e a capacidade dos sergipanos em con-

quistar a sua própria independência, através da nova capital, fechando o que me parece o plano geral da obra: a biografia de Inácio Barbosa é o mote para a interpretação sobre um momento crucial da história de Sergipe. Aqui se revelou o grande homem, aqui se deu a oportunidade que lançou Inácio Barbosa na história, aqui ele encontrou, precocemente, a morte. Os sergipanos, que completam a obra do fundador mal começada, terminam sendo, portanto, personagens dessa biografia. Encerram o terceiro volume os cânticos de glória – à cidade e ao seu fundador - com as homenagens que lhe foram prestadas na cerimônia fúnebre em Estância e mais tarde, na transferência dos restos mortais para Aracaju, culminando com a construção do obelisco que o consagrou e o transformou, nas primeiras décadas do século XX, em herói emancipador.

Como puderam ver, tratamos o tempo todo da obra do Padre Aurélio e tratamos todo o tempo da emancipação de Sergipe. Já era tempo de ligar a figura desse estudioso à historiografia da nossa emancipação. No seu centenário de nascimento, o Instituto Histórico, agradecido, reconhece a grande contribuição do imortal confrade, um dos construtores da Casa de Sergipe no cuidado e no amor à memória e à história de Sergipe.

Muito obrigada!!!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

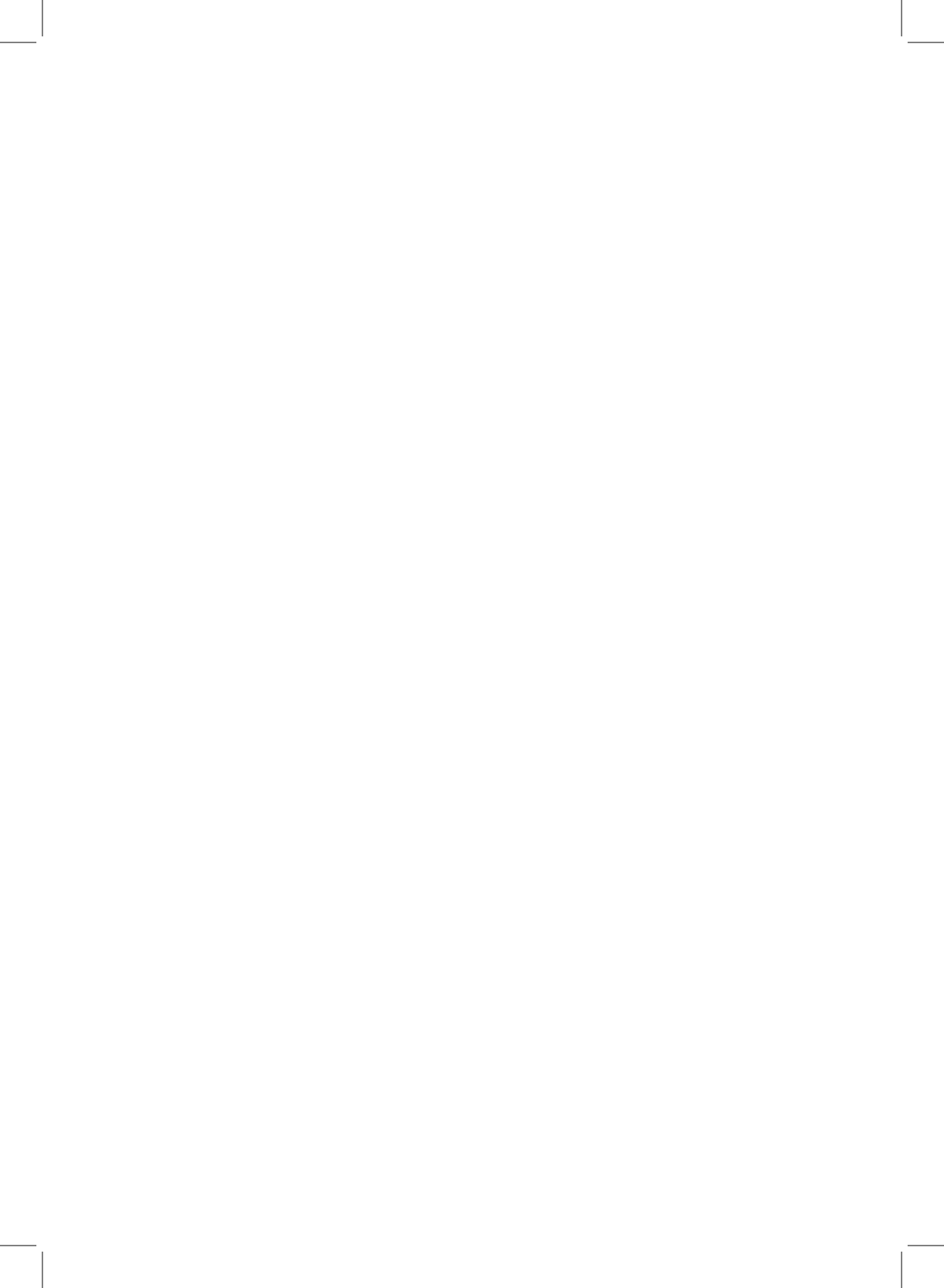
ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. I. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1999.

_____. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. II. Aracaju: Prefeitura Municipal, 2003.

_____. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Vol. III. Aracaju: Prefeitura Municipal, 2005.

FREITAS, Itamar. *Historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007.

Relatório



RELATÓRIO 2010

Ações da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no ano 2010*

Após a cerimônia de posse, realizada na tarde de 19 de janeiro de 2010, a nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, eleita para o biênio 2010/2011, empenhou-se em algumas *ações imediatas*. Nesse sentido: regularizamos a documentação bancária, permitindo a movimentação das contas corrente e poupança pelos novos dirigentes; promovemos reuniões com estagiários, funcionários e prestadores de serviços, apresentando novas orientações e ouvindo sugestões e reclames; entre janeiro e março, organizamos e enviamos a documentação necessária para viabilizar a liberação da subvenção anual concedida pelo Governo do Estado; levantamos as demandas para a elaboração de um “plano de ações para o biênio 2010/2011”; elegemos, em reunião da Diretoria realizada em 29 de janeiro, as diretoras do Arquivo/Biblioteca e do Museu/Pinacoteca, respectivamente, as sócias Sayonara Rodrigues do Nascimento e Fernanda Cordeiro de Almeida; iniciamos, entre 29 de janeiro e 9 de fevereiro, a reestruturação das comissões permanentes de História, Documentação e Divulgação, Finanças e Patrimônio, Estatística e Informática; implementamos medidas para o controle da inadimplência no pagamento da anuidade entre os sócios efetivos; atualizamos dados dos sócios efetivos e correspondentes;

* Relatório apresentado na Assembleia Geral do IHGSE, realizada na tarde de 24 de fevereiro de 2011. Na ocasião, os sócios efetivos do Instituto apreciaram e aprovaram a prestação de contas relativas ao ano de 2010.

discutimos e reajustamos, na reunião ordinária de 12 de março, o valor da anuidade paga pelos sócios efetivos; entre julho e agosto, tratamos da renovação do convênio com a UFS.

Desde 2007, o prédio-sede do IHGSE passou a integrar o seletivo grupo dos bens tombados pelo governo do Estado em Aracaju. Contudo, não obstante as várias medidas preservacionistas, o antigo prédio carece de várias intervenções que busquem atender às demandas contemporâneas da comunidade na qual está inserido. Em relação à *estrutura física do prédio* do IHGSE, recuperamos parte do telhado da reserva técnica (segundo andar) e também parte do piso do andar térreo (salão de leitura, salas do museu e presidência), entre 18 de junho e 5 de julho de 2010. Em outubro de 2010, executamos o projeto de instalação da rampa de acesso aos portadores de necessidades especiais, facilitando a mobilidade dos sócios, pesquisadores e visitantes que frequentam a “Casa de Sergipe”. O projeto foi encomendado ao arquiteto Rui Almeida e, ainda em 2009, teve sua execução autorizada pelo órgão fiscalizador dos bens tombados pelo Governo do Estado. A rampa foi pensada levando em conta o valor histórico e arquitetônico do prédio, evitando uma intervenção grosseira que o descaracterizasse. A realização da obra foi viabilizada graças aos recursos provenientes da subvenção social concedida pelos deputados estaduais e ao empenho especial do prestador de serviços Fernando dos Anjos Renovato, que supervisionou todo o trabalho da empresa contratada – Fox Metalúrgica. No mesmo contexto, o piso da frente do Instituto (compreendido entre as escadarias do prédio-sede e o muro que o separa calçada), juntamente com o piso dos corredores laterais do prédio, que antes estavam em péssimo estado e desnivelados, foi substituído por piso antiderrapante e de tonalidade mais alinhada ao padrão arquitetônico do bem tombado. Também adquirimos portões de alumínio branco para substituir, em princípios de 2011, os antigos e degradados portões de madeira e muretas que davam acesso aos corredores laterais do prédio-sede. Todas as intervenções foram autorizadas e orientadas pelo órgão fiscalizador dos bens tombados pelo Governo do Estado.

No âmbito do *Arquivo* e da *Biblioteca* do IHGSE, o habitual trabalho de tombamento de novos materiais (livros e periódicos, sobretudo) foi desenvolvido quase que diariamente. Além disso, foi realizada a revisão e reorganização da Seção Sergipana e das Obras Raras. Foram cadastradas mais de 500 fotografias digitalizadas no “Banco de imagens digitalizadas” do servidor do IHGSE. Deu-se seguimento à elaboração do catálogo analítico do Fundo Urbano Neto, que deverá ser publicado em 2011, contando com mais de 300 documentos distribuídos em 15 séries. É preciso mencionar uma importante aquisição do Arquivo/Biblioteca do IHGSE. Em virtude do falecimento do doutor Lauro Porto, renomado oftalmologista que marcou a história da Medicina em Sergipe desde meados do século XX, o IGHSE recebeu a doação do seu rico e variado acervo bibliográfico e arquivístico, processo viabilizado através do empenho e da sensibilidade demonstradas pelos filhos Roberto Eugênio e Patrícia da Fonseca Porto. O acervo transferido e doado está sendo organizado e catalogado no âmbito do Arquivo e da Biblioteca do Instituto.

O *Museu* e a *Pinacoteca* do Instituto não foram esquecidos. A nova equipe diretiva promoveu reuniões com Verônica Maria Meneses Nunes e Kleckstane Farias Silva Lucena, respectivamente, diretora e estagiária das unidades, entre 2004 e 2009. Nos encontros, foram colhidas informações sobre a elaboração do Catálogo Geral e do Catálogo da Pinacoteca Jordão de Oliveira. Entre 18 e 21 de maio, houve participação efetivamente na 8ª Semana Nacional de Museus, incluindo a palestra de abertura “Museu para harmonia social”, proferida pela diretora do Museu/Pinacoteca, Fernanda Cordeiro de Almeida. Além disso, em julho, o Museu Galdino Bicho foi inserido no portal Museus em Sergipe, espaço virtual criado no âmbito do curso de Museologia da UFS. Foram realizados empréstimos de peças do acervo do Museu Galdino Bicho, contribuindo com exposições realizadas pelo Museu do Homem Sergipano (Muhse), pelo Memorial do Poder Judiciário de Sergipe e pelo Palácio Museu Olímpio Campos. Ao longo do segundo semestre foram realizadas cinco ações importantes: uma exposição temporária, higienização, acondicionamento e restauração de obras

do acervo da Pinacoteca, além de atividades na reserva técnica. A exposição temporária “Primavera em tela: representações da natureza no acervo do IHGSE” esteve inserida na quarta edição da Primavera do Museus, evento coordenado pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Brasileiro de Museus. A referida exposição esteve foi aberta ao público em 22 de setembro de 2010. Foram restauradas, sob os cuidados do restaurador Luiz Carlos Santos, duas telas que apresentavam visíveis danos: a tela Galdino Guttman Bicho (1955), de Jordão de Oliveira, e Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (sem data), de Bastos Dias. Por fim, está sendo concluído o Catálogo da Pinacoteca Jordão de Oliveira, instrumento de pesquisa que será disponibilizado em 2011.

A *Revista do IHGSE*, o mais longo e importante periódico científico em circulação do estado, foi laureada pela positiva avaliação do programa Qualis/Capes, do Ministério da Educação, fato divulgado na imprensa local a partir da publicação do artigo “No Tribunal do Santo Qualis” (*Jornal da Cidade*, 2 e 3/5). O número 39 do periódico foi relançado em 6 de agosto, em virtude do 98º aniversário do IHGSE e, ao longo do primeiro semestre, o editor Giliard da Silva Prado empenhou-se na produção do número 40 da Revista, lançado em 26 de outubro, durante a programação do II Congresso Sergipano de História. O último número da Revista presenteia os seus leitores com o dossiê “Sergipe nos programas de pós-graduação em História no Brasil”, apresentando o quadro mais atual das pesquisas que tomam experiências do processo histórico sergipano como objetos de estudos em vários programas de pós-graduação em História no país. Além do dossiê, veiculamos interessantes estudos tratando, respectivamente: da cultura alimentar em Sergipe oitocentista; das experiências constitucionais sergipanas; da presença e ações de religiosos capuchinhos no bairro América, em Aracaju; a contribuição do historiador José Calasans para os estudos da cultura popular em terras baianas e sergipanas. Finalizando a sequência de escritos do número 40, temos, além do relatório semestral de atividades da Diretoria do IHGSE, publicação de discursos significativos para a história da “Casa de Sergipe”. Os dois primeiros, proferidos por Ibarê Dantas e Samuel Albuquerque, remetem a solenidade de posse

da nova Diretoria do IHGSE, realizada em 19 de janeiro de 2010. O último, proferido pelo magnífico reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho, remete às comemorações dos 42 anos da UFS e a outorga do título de *doutor honoris causa* ao professor Ibarê Dantas, em 14 de maio de 2010. Como vem ocorrendo desde 2005, a publicação no número 40 da Revista não teria sido possível sem a parceria criada através do convênio com a UFS, instituição na qual contamos com o empenho constante do Reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho, da Chefe de gabinete Ednalva Freire Caetano e dos técnicos Adilma Meneses e Lucílio Freitas. Além disso, o número recém-lançado representa o primeiro sob a batuta do editor Giliard da Silva Prado, jovem professor/pesquisador de história que tem se empenhado na condução e adequação da Revista às novas demandas do campo intelectual científico brasileiro. Nesse sentido, a revista renovou o seu Conselho Editorial e criou o seu conselho consultivo. Este passou a contar com nomes como os de: Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN/ANPUH), Jaime de Almeida (UnB), João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO), Mary Del Priore (Universo/IHGB), Rosângela Patriota Ramos (UFU), dentre outros. A Revista foi indexada na base Sumários de Revistas Brasileiras, dentre outras medidas benéficas, atualizou suas normas para submissão de trabalhos.

O cotidiano da instituição foi bastante movimentado ao longo de 2010. Prosseguiram os trabalhos supervisionados desenvolvidos pelos estagiários, funcionários e prestadores de serviços no Arquivo/Biblioteca, Museu/Pinacoteca, Auditório, Reserva Técnica, etc. O atendimento ao público (estudantes do ensino básico e superior, pesquisadores, sócios e visitantes) foi realizado como de costume. Foram feitas parcerias em atividades de extensão desenvolvidas por professores que atuam no ensino superior e em cursos de especialização, a exemplo da atividade desenvolvida pelo professor Francisco José Alves, do Departamento de História da UFS, com os alunos da disciplina “Introdução à História”, realizada em 16 de julho. Também tivemos a realização das profícuas reuniões da Diretoria, ocorridas em 29 de janeiro, 9 de fevereiro, 12 de março, 10 de junho, 12 de julho, 3 de agosto, 1 e 10 de setembro e 8 de outubro.

Alguns *eventos* importantes foram promovidos. Entre eles, destacamos: a sessão extraordinária de 25 de janeiro, ocasião em que foi apresentado e aprovado o relatório de gestão 2009 e empossados novos sócios; a abertura da Semana Nacional de Museus, em 18 de maio; a sessão solene de 7 de julho, comemorativa dos 190 anos da emancipação política de Sergipe e do sesquicentenário da visita do Imperador Pedro II, ocasião na qual também foi realizado o relançamento da obra “Anuário Christovense”, de Serafim Santiago, através do convênio IHGSE/UFS; a sessão solene de 6 de agosto de 2010, comemorativa do 98º aniversário do Instituto e na qual foram empossados dois novos sócios e homenageados, através de palestras, os ex-presidentes do IHGSE Amintas José Jorge (sesquicentenário de nascimento) e João Baptista Peres Garcia Moreno (centenário de nascimento); a sessão extraordinária de 14 de setembro, em homenagem ao centenário de nascimento de Dom José Vicente Távora, primeiro arcebispo de Aracaju, realizada em parceria com a Cáritas Diocesana de Propriá; a sessão extraordinária de 25 de novembro, comemorativa do sesquicentenário de nascimento de João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes e Ivo do Prado Montes Pires de França. Contudo, o evento mais importante promovido pelo IHGSE, em parceria com a ANPUH/SE, foi o 2º Congresso Sergipano de História, que se desdobrou entre 26 e 28 de outubro. Mantendo sua periodicidade, o Congresso, realizado a cada dois anos, entrou para o calendário de eventos acadêmicos em História no Brasil. A edição 2010 teve como temática central a “Escrita, Pesquisa e Ensino de História” e contou com conferencistas como o Prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO), o Prof. Dr. Luiz Roberto de Barros Mott (UFBA) e a Profa. Dra. Margarida Maria Dias Oliveira (UFRN). Entre os membros que compuseram as quatro mesas-redondas do evento, estão outros renomados professores/pesquisadores: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS) e Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (UFS), na mesa “História e Historiografia Sergipana”; Profa. Msc. Eugênia Andrade Vieira da Silva (AGJ) e Prof. Dr. Francisco José Alves (UFS), na mesa “Arquivos e pesquisa histórica”; Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira (UFS), Prof. Dr. Leandro Antônio de Almeida (UFRB) e Prof. Dr. Paulo

Heimar Souto (UFS), “Desafios e perspectivas do Ensino de História”; e Profa. Dra. Célia Costa Cardoso (UFS), Prof. Msc. José Vieira da Cruz (UNIT), Prof. Dr. Milton Barboza da Silva (UFS) e Profa. Dra. Lucileide Cardoso (UFBR), na mesa “História e historiografia da Ditadura Militar no Brasil”. Além disso, ocorreram inúmeras sessões de comunicações coordenadas, abordando uma infinidade de temas que ilustram a diversidade da pesquisa no campo da História, e foi ofertado o curso de extensão “Noções de Paleografia”, com o Prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO). Com mais de 200 inscritos, o evento reuniu estudantes e profissionais do ensino e da pesquisa em História, provenientes das mais variadas instituições, atraindo inclusive pesquisadores de outras regiões do país. Vale mencionar, que importantes instituições como a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Tiradentes e o Arquivo Público do Estado de Sergipe uniram-se ao IHGSE e a ANPUH/SE e estão apoiando o evento, fato que denota a sensibilidade daquelas para com as questões relacionadas ao ensino e à pesquisa em História.

Participamos *eventos* importantes como: a solenidade comemorativa dos 75 anos da OAB/SE, em 11 de maio; a abertura da exposição “Resistência, do cativo às ruas: a luta dos escravos em prol da liberdade”, no Memorial do Poder Judiciário, em 13 de maio; a outorga do título de *doutor honoris causa* ao professor Ibarê Dantas, em sessão solene dos Conselhos Superiores da UFS, em 14 de maio; a cerimônia de reabertura do Palácio-Museu Olímpio Campos, em 21 de maio; a solenidade comemorativa dos 81 anos da Academia Sergipana de Letras e o lançamento do número 36 da Revista da ASL, em 7 de junho; a abertura da exposição “Encourados do sertão sergipano”, no Museu do Homem Sergipano, em 7 de julho; a composição da Comissão local de avaliação das ações inscritas na edição 2010 do “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade”, organizado pelo Iphan, em julho, entre outros.

No que diz respeito aos *recursos*, recebemos o IHGSE com saldos positivos na conta corrente (R\$ 2.076,65) e na conta poupança (R\$ 10.841,63), em 19 de janeiro. Além disso, recebemos: o repasse da subvenção anual do Governo do Estado, em fins de março (R\$ 40.000,00); a liberação parcial da contribuição dos deputados estaduais

(R\$ 14.000,00), em fins de maio; a liberação da contribuição dos deputados estaduais (R\$ 14.000,00), em meados de julho; o pagamento da anuidade dos sócios efetivos (R\$ 6.270,00); os pagamentos pela locação do auditório (R\$ 9.550,00). Nesse sentido, em 31 de julho observamos os seguintes saldos: conta corrente 1, R\$ 31.797,70; conta corrente 2, R\$ 28.675,76; e conta poupança, R\$ 9.086,65. Já em 31 de dezembro, os saldos constantes eram: conta corrente 1, R\$ 0,00; conta corrente 2, R\$ 1.961,57; e conta poupança, R\$ 8.267,48.

Os referidos recursos foram aplicados com responsabilidade e cuidado. Além das nossas despesas ordinárias mensais (água, energia elétrica, telefone, provedor de *internet*, serviços de limpeza e segurança, material de consumo e papelaria, contador, FGTS, manutenção de aparelhos eletrônicos, etc.), investimos: na aquisição de computador novo, em abril; na recuperação de parte da estrutura do telhado da Reserva Técnica, entre abril e maio; na recuperação e tratamento de parte do piso do andar térreo (salão de leitura, salas do museu e presidência), entre junho e julho; na aquisição de cadeiras acolchoadas para a sala de leitura, em agosto; na higienização e recuperação de telas da Pinacoteca, entre outubro e dezembro; na execução do projeto de instalação da rampa de acesso aos portadores de necessidades especiais, em outubro; na substituição do piso da frente do Instituto (compreendido entre as escadarias do prédio-sede e o muro que o separa calçada), juntamente com o piso dos corredores laterais do prédio, que antes estavam em péssimo estado e desnivelados, foi substituído por piso antiderrapante e de tonalidade mais alinhada ao padrão arquitetônico do bem tombado; na aquisição de portões de alumínio branco para substituir, em princípios de 2011, os antigos e degradados portões de madeira e muretas que davam acesso aos corredores laterais do prédio-sede. No mais, é importante salientar que o detalhamento da aplicação dos recursos pode ser consultado na secretaria por qualquer sócio do IHGSE.

Finalmente, é preciso destacar o empenho dos membros da Diretoria eleita para o biênio 2010/2011, composta por: Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (presidente); José Ibarê Costa Dantas (vice-presidente); Terezinha Alves de Oliva (oradora); Josefa Eliana Souza

RELATÓRIO

(secretária geral); José Vieira da Cruz (1º secretário); José Rivadálvio Lima (2º secretário); Saumíneo da Silva Nascimento (tesoureiro); Igor Leonardo Moraes Albuquerque (2º tesoureiro); Sayonara Rodrigues Nascimento (diretora do Arquivo e da Biblioteca); e Fernanda Cordeiro de Almeida (diretora do Museu e da Pinacoteca). Também é preciso assinalar a grande contribuição dada por nossos funcionários e prestadores de serviços – Ângela Nickaulis Corrêa Silva, Gustavo Paulo Bomfim, Maria Fernanda dos Santos, José Carlos de Jesus, Fernando dos Anjos Renovato – e estagiários – Alessandra Pereira Santos Brito, Aline Santos Cruz, Katiane, Alves dos Santos, Flávio Ferreira, Marcelo Souza Ferreira, Nayara Santos de Jesus.

É graças ao empenho da “família IHGSE” e ao apoio encontrado em parceiros como a Universidade Federal de Sergipe, o Governo de Sergipe, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e a Prefeitura de Aracaju, que a “Casa de Sergipe” continua prestando seus relevantes serviços à sociedade sergipana e buscando preservar e divulgar a memória do nosso Estado.

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Presidente do IHGSE



NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (ISSN. 1981-7347) recebe textos, sob a forma de artigos, resenhas, edições de fontes, conferências e comunicações que tenham caráter inédito e que versem, a partir de diferentes perspectivas – histórica, geográfica, antropológica, sociológica –, sobre temáticas relativas a Sergipe.

As colaborações devem apresentar as seguintes especificações:

- 1- Todos os trabalhos devem ser encaminhados em CD e em 02 (duas) vias impressas (papel tamanho A4), das quais 01 (uma) não exibirá os dados de identificação do autor. O programa utilizado deve ser compatível com o *Word for Windows*. As imagens deverão possuir resolução de 300 (trezentos) dpi;
- 2- Em uma folha separada, devem constar os dados do autor (nome completo, filiação institucional, titulação acadêmica, número de telefone de contato, endereço eletrônico e endereço para correspondência);
- 3- O autor deve declarar que o trabalho submetido é inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea. A declaração deve seguir o modelo abaixo:

Declaração de responsabilidade e originalidade

“Certifico minha responsabilidade pelo conteúdo do texto, concebido por mim ou com minha participação, e atesto não ter omitido quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre mim e agências que possam ter interesse em sua publicação. Atesto igualmente que o texto a ser submetido é original e que não foi nem será enviado a outro periódico, seja no formato impresso ou no eletrônico, enquanto sua publicação estiver aguardando o parecer da Revista do IHGSE.”

Local, data

Assinatura

4 - Os artigos devem ter a extensão de 15 a 20 páginas, digitadas em fonte *Times New Roman* 12, com espaço entre linhas 1,5. As margens: superior e inferior (2,5 cm); esquerda (3,0 cm) e direita (2,5 cm). Devem ser acompanhados, além do resumo e 03 (três) palavras-chave, do título em inglês, do *abstract* (inglês) 03 (três) *keywords* (inglês). O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 (dez) linhas;

5 - As citações de mais de três linhas deverão ser feitas em destaque, com fonte 11 e espaço simples entre as linhas;

6 - As notas devem ser colocadas no rodapé do texto (tamanho da fonte: 10), podendo constar de referências bibliográficas e/ou de notas explicativas;

7 - As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte normatização (NBR 6023):

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. ou pp;

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. x-y;

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, p. x-y, ano.

NORMAS

8 - As resenhas poderão ter entre 1.000 e 1.500 palavras, com 03 (três) palavras-chave e 03 (três) *keywords*, além do título em português e inglês. Fontes e margens seguem as mesmas normas dos artigos. Devem referir-se a livros que abordem temática relativa a Sergipe, publicados no mesmo ano ou no ano anterior ao da submissão;

9 - As edições de fontes, as conferências e comunicações de pesquisa seguirão as normas especificadas para os artigos;

10 - A prévia revisão gramatical caberá ao autor do texto;

11 - Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé;

O conselho editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas explicitadas e comunicará ao autor se o trabalho foi: a) aceito sem restrições; b) aceito com sugestões de reformulações; c) recusado. Neste último caso, o autor terá um mês, após o comunicado, para resgatar o material enviado à Revista. A Revista receberá colaborações em fluxo contínuo, decidindo quanto ao momento oportuno para a publicação dos trabalhos aceitos.

Os autores dos textos selecionados receberão 01 (um) exemplar do número que contiver sua colaboração.

Endereço para correspondência:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
Rua Itabaianinha, 41 – Centro
Aracaju-SE
CEP: 49010-190

Telefone: (79) 3214-8491
E-mail: revista@ihgse.org.br

